



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

# **TÍTULO | O universo dos arquivos pessoais em Portugal: identificação e valorização**

Nome do Doutorando

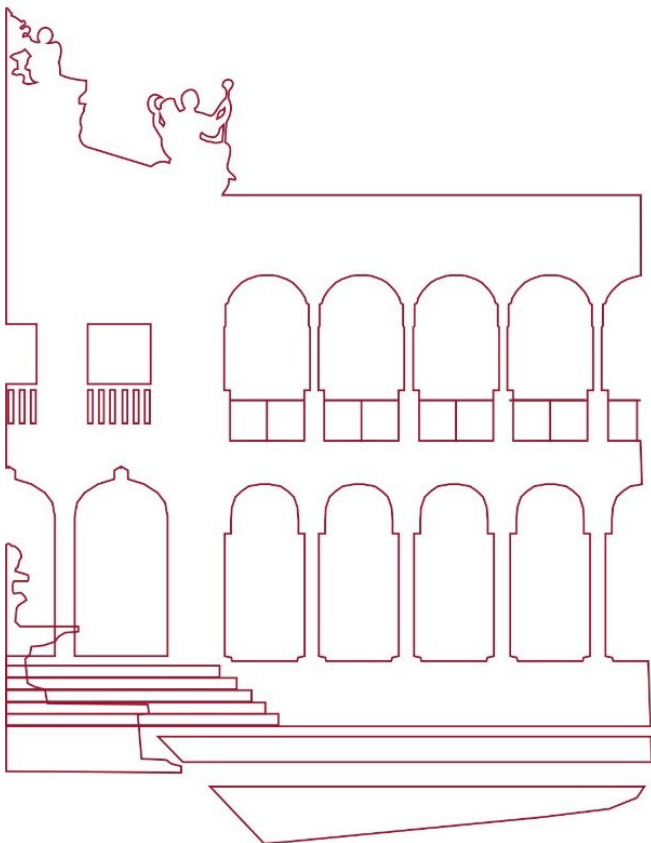
**Zélia Maria Cruz Pereira**

Orientador | Paulo Eduardo Guimarães

Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Informação e Documentação

**Volume I**

Évora, 2018



INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO  
AVANÇADA



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

# TÍTULO | O universo dos arquivos pessoais em Portugal: identificação e valorização

Nome do Doutorando

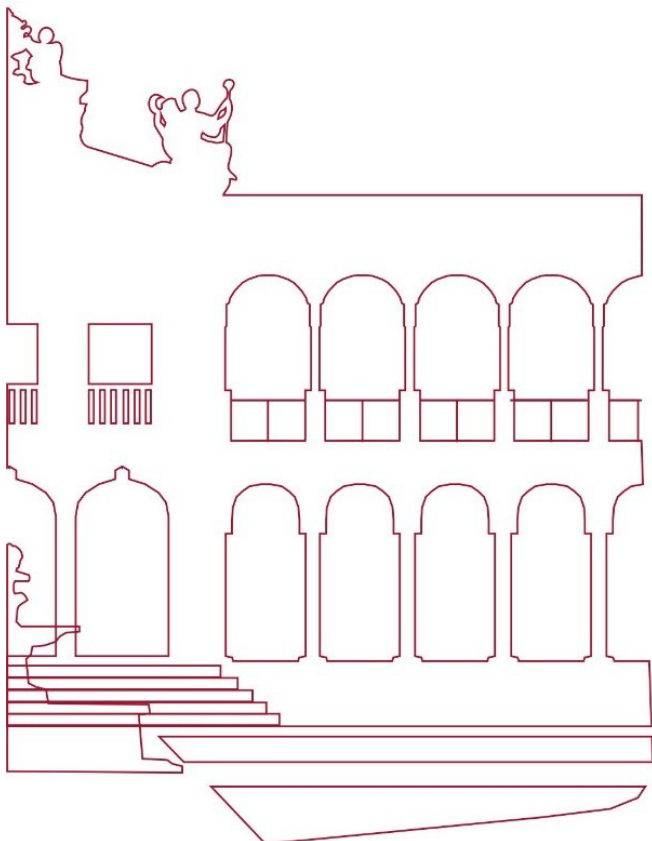
Zélia Maria Cruz Pereira

Orientador | Paulo Eduardo Guimarães

Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Informação e Documentação

Volume I

Évora, 2018



INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO  
AVANÇADA

## AGRADECIMENTOS

Devo muito a muitas pessoas na concretização desta dissertação. Nunca conseguirei agradecer suficientemente a todos, pelo que desde já peço que me relevem desse facto.

Ao meu orientador quero deixar expressa a minha profunda gratidão pelo seu acompanhamento, norteador por elevado grau de tolerância e compreensão, face aos múltiplos constrangimentos a que a elaboração da dissertação foi estando sujeita.

Este trabalho não se poderia ter realizado, naturalmente, sem o contributo essencial de todos os profissionais das centenas de instituições com quem contactei. Não me é possível agradecer a todos individualmente, pois faria outra tese só com os agradecimentos que lhes devo. Mas estou certa que eles saberão identificar este reconhecimento, quando afirmo que teria sido tudo mais difícil sem a sua paciência em responder aos meus pedidos, por e-mail ou por telefone – por vezes insistentes! –, em atender às minhas dúvidas, e sem o seu devotado empenho em preencher extensas fichas com a enorme quantidade de informação que lhes solicitei. Saberão também reconhecer a minha gratidão todos aqueles que me receberam nas instituições que visitei, que me abriram as portas aos seus depósitos e às suas “preciosidades”, e comigo partilharam as suas próprias dúvidas sobre os arquivos. Muito, muito obrigada a todos.

Devo ainda um agradecimento, à Helena e à Alexandra que, numa fase inicial deste caminho, me apoiaram na gestão de uma imensa lista de instituições a contactar, coligindo e-mails, moradas, sítios web, números de telefone e outros dados que logisticamente foram essenciais para o arranque do recenseamento. Aos meus colegas de trabalho agradeço igualmente por me aturarem, pelo apoio e incentivo.

Às “minhas pessoas” devo tudo o resto, que não é nada pouco. Aos meus pais agradeço por todo o auxílio que me deram, permitindo-me reunir condições para dar continuidade a um projeto, por vezes ameaçado por outras vicissitudes. À minha grande amiga Cristina peço-lhe desculpa pela ausência num período que lhe foi difícil, e em que eu não estive lá. Espero algum dia poder compensar-te e rir contigo como antes.

O Jorge já sabe que, tal como no passado, lhe agradeço por absolutamente tudo e, desta vez, talvez ainda lhe deva agradecer mais; parece-me que a dose de paciência necessária foi superior. Em relação ao meu filho Tiago, que tanto cresceu nos últimos três anos e deixou de ser criança, para se tornar num adolescente quase-adulto absolutamente excepcional, pleno de valores humanos de tolerância e solidariedade, espero não ter falhado, apesar de tudo. E

agora sim, meu amor, vais poder completar, com aquela imensa lista que se foi construindo, as reticências da frase que mais tens dito nos últimos anos: “quando acabares a tese podes...”

Trabalho desenvolvido no âmbito de: UID/HIS/00057/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007702), FCT/Portugal, COMPETE, FEDER, Portugal2020.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	3
SUMÁRIO .....	5
LISTA DE FIGURAS .....	7
LISTA DE TABELAS .....	8
ABREVIATURAS .....	9
RESUMO .....	12
ABSTRACT .....	13
INTRODUÇÃO .....	14
Contextualização do estudo .....	14
Objetivos e delimitação do universo de análise .....	18
Metodologia e fontes de informação .....	25
Estrutura da dissertação .....	33
CAPÍTULO 1 – EM TORNO DA DEFINIÇÃO DE ARQUIVO PESSOAL.....	36
1.1. A diversidade terminológica e conceptual.....	36
1.2. A dimensão familiar e social nos arquivos pessoais .....	76
CAPÍTULO 2 – OS ARQUIVOS PESSOAIS NA LITERATURA ARQUIVÍSTICA.....	93
2.1. Panorama internacional.....	93
2.2. Percursos e perspetivas de investigação em Portugal .....	127
CAPÍTULO 3 – PRESERVAR O INDIVIDUAL, PROJETAR O COLETIVO.....	151
3.1. Da memória individual à memória coletiva.....	151
3.2. A avaliação e seleção em arquivos pessoais: uma função arquivística necessária .....	168
CAPÍTULO 4 – IDENTIFICAR E PROMOVER O ACESSO AOS ARQUIVOS PESSOAIS .....	190
4.1. Iniciativas de recenseamento, registo e difusão no âmbito internacional .....	190
4.2. Os arquivos pessoais nas instituições portuguesas: ensaios de identificação .....	207
CAPÍTULO 5 – AS ENTIDADES DETENTORAS NACIONAIS .....	221
5.1. Constrangimentos de um universo em constante mutação .....	221
5.2. As entidades detentoras: uma visão global .....	240
5.3. Distribuição territorial .....	251

5.4. Distribuição de arquivos por entidades .....	260
CAPÍTULO 6 – OS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO .....	281
6.1. As modalidades de aquisição na configuração dos arquivos.....	281
6.2. As incorporações de arquivos em perspetiva histórica .....	305
CAPÍTULO 7 – REFLEXÕES SOBRE A REPRESENTAÇÃO DOS INDÍVIDUOS E DA SOCIEDADE .....	328
7.1. O processo de identificação dos indivíduos: opções e questões em aberto .....	328
7.2. Representatividade individual e social: tendências e dinâmicas .....	335
CONCLUSÃO .....	373
BIBLIOGRAFIA.....	380
Legislação.....	380
Normas e Orientações .....	380
Obras de referência .....	381
APÊNDICE .....	438

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Exemplo de formulário da base de dados Access destinado ao registo da informação dos arquivos .....	28
Figura 2 – Elementos da ficha de recolha de dados, em adaptação da ISAD(G) .....	31
Figura 3 – Distribuição regional das entidades detentoras e dos arquivos .....	252
Figura 4 – Número de entidades detentoras por concelho .....	254
Figura 5 – Número de arquivos por concelho .....	256
Figura 6 – Entidades detentoras em função do número de arquivos .....	261
Figura 7 – Distribuição dos arquivos e entidades detentoras, em função do seu número .....	262
Figura 8 – Repartição do número de arquivos por tipologias de entidades detentoras .....	272
Figura 9 – Modalidades de ingresso de arquivos .....	285
Figura 10 – Evolução do número de depósitos nas últimas décadas.....	292
Figura 11 – Arquivos resultantes de formas de colaboração entre entidades, nas últimas décadas .....	297
Figura 12 – Determinação de datas de aquisição, relativamente ao primeiro ingresso .....	306
Figura 13 – Arquivos incorporados nas várias entidades, considerando o período do primeiro ingresso .....	308
Figura 14 – Determinação de datas de nascimento .....	334
Figura 15 – Representação em função do género.....	336
Figura 16 – Número de indivíduos em função do século em que nasceram.....	349
Figura 17 – Distribuição dos indivíduos nascidos nos séculos XIX e XX .....	350

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de entidades detentoras e de arquivos por tipo de tutela .....	241
Tabela 2 – Distribuição de entidades e arquivos por tutela desagregada .....	243
Tabela 3 – Número de concelhos com entidades detentoras, por região .....	254



## ABREVIATURAS

**AACR2** – Normas de Catalogação Anglo-Americanas, 2.<sup>a</sup> Edição [EUA].

**AAF** – *Association des Archivistes Français*.

**ACL** – Academia das Ciências de Lisboa.

**ACPC** – Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, da Biblioteca Nacional de Portugal.

**ADB-UM** – Arquivo Distrital de Braga – Universidade do Minho.

**AFPAP** – *Association Française pour la Protection des Archives Privées*.

**AHM** – Arquivo Histórico Militar.

**AHU** – Arquivo Histórico Ultramarino.

**APAHP** – Associação Portuguesa de Arquivos Históricos Privados.

**ASA** – *The Australian Society of Archivists*.

**AUC** – Arquivo da Universidade de Coimbra.

**BAD** – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.

**BGUC** – Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

**BNP** – Biblioteca Nacional de Portugal.

**BORA** – *Base d’Orientation et Recherche dans les Archives*. [Base de dados criada pela Direção dos Arquivos de França na década de 2000, com a finalidade de recensar arquivos privados dispersos pelos vários arquivos públicos franceses.]

**CARC** – *Censo de los Archivos Españoles*. [Base de dados desenvolvida a partir do fim da década de 1970, em Espanha. Em 1994 a base de dados CARC ampliou o seu âmbito geográfico aos países ibero-americanos, dando origem ao CGAEI (*Censo Guía de Archivos de España e Iberoamérica*).]

**CAU** – *Conferencia de Archiveros de Universidades Españolas*.

**CCA** – *Canadian Council of Archives*.

**CGAEI** – *Censo Guía de Archivos de España e Iberoamérica*. [Base de dados criada em 1994, a partir do CARC, ampliando o seu âmbito geográfico aos países ibero-americanos.]

**CIDA** – *Centro de Información Documental de Archivos*. [Criado em 1977, sob dependência da Direção Geral do Património Artístico, Arquivos e Museus, tutelada pelo Ministério da Cultura de Espanha.]

**CNRS** – *Centre National de la Recherche Scientifique* [França].

**CPDOC** – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

**DACS** – *Describing Archives: A Content Standard*. Norma Americana de Descrição.

**DAF** – *Direction des Archives de France*.

**DGLAB** – Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

**DGPC** – Direção-Geral do Património Cultural.

**EAD** – *Encoded Archival Description*. [Norma para a codificação de instrumentos arquivísticos de descrição, mantida pela *Library of Congress* e pela *Society of American Archivists*.]

**FCSH** – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

**GEO** – Gabinete de Estudos Olisiponenses, Câmara Municipal de Lisboa.

**GLAM** – *The Group for Literary Archives and Manuscripts*. [Organização formada em 2005 na Universidade de Manchester, agregando arquivistas, bibliotecários, curadores, escritores e investigadores, para proceder à recolha, preservação, e divulgação de arquivos literários e manuscritos na Grã-Bretanha e Irlanda.]

**GT-SIM** – Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus. [Criado por iniciativa da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas – BAD.]

**IAN/TT** – Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo.

**ICA** – *International Council of Archives*. Conselho Internacional de Arquivos

**ICOM** – *International Council of Museums*.

**ICS** – Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

**IPA** – Instituto Português de Arquivos.

**IPPC** – Instituto Português do Património Cultural.

**ISAD (G)** – *General International Standard Archival Description*. Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística.

**ISAAR (CPF)** – *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families*. Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias.

**ISBD** – *International Standard Bibliographic Description*. Norma Internacional para Descrição Bibliográfica.

**ISDF** – *International Standard for Describing Functions*. Norma Internacional para a Descrição de Funções.

**ISDIAH** – *International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings*. Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico.

**MBCA-UCBA** – *Ministero per i Beni Culturali e Ambientali - Ufficio Centrale per i Beni Archivistici* [Itália].

**NARA** – *National Archives and Records Administration*. Arquivo Nacional dos Estados Unidos.

**NP 4041** – Norma Portuguesa n.º 4041, de 2005 [Informação e Documentação; Terminologia; Conceitos Básicos].

**NSLA** – *National and State Libraries Australasia*. Bibliotecas Nacionais e Estatais da Austrália e Nova Zelândia.

**NUCMC** – *National Union Catalog of Manuscript Collections*. [Programa desenvolvido pela *Library of Congress*, destinado a constituir um registo central de coleções de manuscritos nos vários repositórios dos Estados Unidos da América.]

**NUTS** – Nomenclaturas de Unidades Territoriais. [Divisão do território nacional por regiões que, para efeitos estatísticos.]

**ODA** – Orientações para a Descrição Arquivística. [Propostas pela Torre do Tombo em 2005, e posteriormente reformuladas pela Direção-Geral de Arquivos, em 2007.]

**PARADIGM** – *Personal Archives Accessible in Digital Media*.

**PARAM** – Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais. [Lançado em 1998, apoiou cerca de um terço dos municípios portugueses na instalação e modernização dos seus arquivos, em termos de instalações e equipamentos.]

**PRACE** – Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado.

**RAD** – *Rules for Archival Description*. Normas Canadianas para a Descrição Arquivística.

**RAAM** – *Register of Australian Archives and Manuscripts*. [Base de dados, criada em 1997 pela Biblioteca Nacional da Austrália, para proceder ao registo dos arquivos australianos.]

**SAA** – *Society of American Archivists*.

**SIF** – Sistema de Informação Familiar.

**SIP** – Sistema de Informação Pessoal.

**SIPA** – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico.

**UNESCO** – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*. Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas.

## RESUMO

A maior parte da investigação sobre arquivos pessoais desenvolvida no âmbito académico, ou em contexto profissional, tem-se focado essencialmente em teorias e metodologias relacionadas com a sua organização interna, passando pela apresentação de propostas para a criação de estruturas classificativas e descritivas. Apesar de a descrição e representação da informação serem centrais na Arquivística, outras dimensões têm ficado relativamente descuidadas, entre as quais a análise das políticas de aquisição visando a preservação e difusão dos arquivos pessoais, sob o desígnio da sua valorização, em função da importância histórica, cultural e social.

Este estudo pretende efetuar um reconhecimento das instituições de memória em Portugal detentoras de arquivos pessoais, bem como a identificação destes arquivos, refletindo sobre as motivações para a sua preservação, os critérios de seleção, e as consequências de algumas práticas inerentes aos processos de incorporação e tratamento da informação.

Conclui-se que os arquivos preservados e as práticas inerentes à sua constituição correspondem a processos de construção da memória individual e coletiva, condicionados pela atuação de diversos intervenientes, e por diferentes imperativos e propósitos, com consequências que dificultam a apropriação de um conceito científico de arquivo pessoal, e a sua compreensão enquanto sistema de informação, produzido, reunido e mantido por um indivíduo no decurso da sua vida e das suas atividades e funções sociais.

Seguiu-se um modelo de investigação qualitativo, fundamentado na recolha e análise de dados, com recurso a uma metodologia suficientemente flexível, combinando diversas técnicas, de modo a identificar, em fontes distintas, um universo o mais abrangente possível para o caso português. Os resultados obtidos foram interpretados com vista à caracterização geral de fenómenos e tendências, recorrendo, em aspetos específicos, a alguns dados quantitativos. A informação recolhida foi ainda utilizada como base estruturante de um guia de instituições de memória e de arquivos em Portugal, que se apresenta no volume II da dissertação.

Palavras-chave: Ciência da Informação; Arquivística; Arquivos pessoais; Políticas arquivísticas; Instituições de memória

## **The personal archives universe in Portugal: identification and valorization**

### **ABSTRACT**

Most of the research on personal archives developed in academic or professional context has focused essentially on theories and methodologies related to its internal organization, with proposals for the creation of classification and descriptive structures. Although the description and representation of information are central to Archives, other dimensions have been relatively neglected, such as the analysis of acquisition policies aimed at the preservation and diffusion of personal archives, by giving them a value based on their historical, cultural and social significance.

This study purposes a recognition of the memory institutions in Portugal that hold personal archives, as well as the identification of these archives, reflecting on the motivations for their preservation, the selection criteria applied, and the consequences of some practices inherent to the methods of incorporation and treatment of information.

It concludes that the archives preserved and the practices inherent to their constitution correspond to processes of construction of individual and collective memory, conditioned by the performance of several actors, and by different imperatives and purposes, with consequences that make it difficult to assign, to personal archives, a scientific concept, understanding them as information systems produced, assembled and maintained by an individual in the course of his or her life, and social activities and functions.

A qualitative research model based on the gathering and analysis of data was followed, using a flexible methodology combining several techniques, in order to identify, in different sources, a universe as wide as possible for the Portuguese case. The results were interpreted aiming a general characterization of phenomena and trends, using, in specific aspects, some quantitative data. The information collected was also used as a structuring basis for building a guide to memory institutions in Portugal and of their holdings concerning personal and family archives, which is presented in volume II of the dissertation.

Keywords: Information Science; Archival Science; Personal Archives; Appraisal strategies; Memory institutions

## INTRODUÇÃO

### *Contextualização do estudo*

Ao longo das últimas décadas tem-se assistido a um crescente interesse pelo estudo dos arquivos pessoais e familiares e pela utilização da informação que neles se encontra contida. A atenção dada a estes arquivos tornou-se particularmente notória a partir das décadas de 1980 e 1990 em diversas disciplinas e áreas do conhecimento. Acompanhando este interesse, os arquivos pessoais e familiares começaram também a assumir, paulatinamente, um lugar de maior relevo no seio da reflexão teórica sobre os fundamentos científicos da Arquivística e da Ciência da Informação, enquanto ciência social, trans e interdisciplinar.

Em 1998, Fernanda Ribeiro afirmou, na introdução à sua tese de doutoramento – a primeira no país especificamente orientada para a Arquivística –, que a disciplina se encontrava “num ponto de viragem em que se assiste, em vários países, a uma procura dos seus fundamentos teóricos e a uma afirmação da sua cientificidade, inserindo-a no campo da Ciência da Informação” (Ribeiro, F., 1998, vol. I, 23). No seu trabalho em torno das questões do acesso à informação, a autora referiu-se aos arquivos pessoais notando então que, quanto aos de personalidades anteriores ao período do liberalismo, a sua quantidade nas diversas instituições arquivísticas era “muito reduzida”, que a perda e falta de divulgação faziam com que a sua existência permanecesse no “domínio do desconhecido”, e que os que tinham chegado à atualidade não tinham sido devidamente estudados (Ribeiro, F., 1998, vol. I, 494-497). Sobre os arquivos produzidos em períodos mais recentes da história, no momento em que a sua dissertação foi elaborada, a situação era ainda de grande desconhecimento, quer ao nível da sua identificação e descrição, quer no que diz respeito à inexistência de estudos sobre os mesmos, notando-se também uma escassa intervenção do Estado na sua salvaguarda (Ribeiro, 1998, vol. I, 702).

Volvidas duas décadas desde a investigação, pioneira em Portugal, de Fernanda Ribeiro, o quadro teórico da Arquivística e da Ciência da Informação foi enriquecido e consolidado, num contexto pós-moderno assinalado pela passagem de uma investigação tradicionalmente mais focada nos documentos, para uma abordagem em torno dos problemas do universo mais amplo e dinâmico da informação. E no que diz respeito ao caso específico dos arquivos pessoais e familiares registou-se uma ampla evolução, em diversos níveis.

Por um lado, a sociedade em geral tem vindo, cada vez mais, a reconhecer a sua importância para a memória e história coletiva. Seja pela afirmação do seu valor histórico ou cultural, pela justificação de que os documentos pessoais e familiares podem servir de complemento aos

discursos e informações veiculadas pelos arquivos institucionais e do governo, seja ainda com o argumento de que são fonte primordial para a investigação científica, ou também pela via da defesa da sua relevância enquanto elemento identitário essencial à memória da sociedade e de comunidades distintas, o facto é que os distintos usos e reconhecimento do papel destes arquivos tem justificado a sua recolha a instituições de memória diversificadas, às quais se atribui um papel primordial na sua salvaguarda e valorização.

Por outro lado, nas últimas duas décadas tem vindo a ser desenvolvido um extenso trabalho pelas próprias instituições detentoras de arquivos no sentido da sua preservação, tratamento e valorização. A este trabalho se tem juntado um avolumar de estudos e conhecimento produzido sobre arquivos pessoais, designadamente em contexto académico, com especial destaque para a investigação produzida sob influência teórica da Ciência da Informação. Uma incursão pela bibliografia internacional e nacional facilmente evidencia a existência de um universo prolífico de artigos, livros, teses, e sítios web, além da realização de inúmeras conferências, encontros ou seminários.

Na presente dissertação elegem-se os arquivos pessoais como objeto de investigação, tomando-se como definição preliminar, para a sua abordagem, aquela que foi proposta por Lúcia Velloso de Oliveira, que os considerou como o “conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo da sua vida e em decorrência das suas atividades e função social” (Oliveira, 2010, 35; Id., 2012, 33).

Contudo, deve ser referido que, de um ponto de vista teórico, não obstante a já assaz abundante literatura produzida desde a década de 1990, a definição do que se entende por “arquivo pessoal” permanece envolta num emaranhado de questões conceptuais e terminológicas, sob influência de distintas visões e teorias arquivísticas, que serão explanadas e desenvolvidas ao longo da dissertação. A aplicação de diversas técnicas e normas no tratamento, organização, descrição e representação da informação, que não são consensuais dentro da própria Arquivística, nem em áreas similares como a Biblioteconomia ou a Museologia, assim como determinadas práticas dos profissionais e das instituições de memória neste domínio, também têm contribuído para gerar dificuldades na definição e delimitação das fronteiras dos arquivos pessoais, designadamente em relação a outras formas de agregação de informação como os arquivos familiares.

Em Portugal, por exemplo, uma Arquivística mais tradicional tem considerado os arquivos pessoais e familiares no âmbito do entendimento genérico do conceito de arquivo definido como o “conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua atividade e conservados a título de prova ou

informação”.<sup>1</sup>

Todavia, no seio do quadro epistemológico e teórico da Ciência da Informação, desenvolvido nas últimas duas décadas, nomeadamente por investigadores ligados à Universidade do Porto, como Fernanda Ribeiro (1998, 2002, 2004, 2005) ou Armando Malheiro da Silva (2000a, 2000b, 2004, 2006, 2009, 2014), e mercê de um esforço conjunto para estabelecer as bases de fundamentação de uma Arquivística dotada de cientificidade (Silva, A. M. et al, 1999; Silva A. M. e Ribeiro, F., 2002),<sup>2</sup> os arquivos foram objeto de novas propostas de abordagem, assentes no seu entendimento enquanto “sistemas de informação”, numa perspetiva baseada na Teoria Geral dos Sistemas.<sup>3</sup>

A partir do entendimento do arquivo enquanto “Sistema (semi-fechado) de informação social, materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores” (Silva, A. M. et al., 1999, 214; Silva, A. M., 2004, 60), Malheiro da Silva, em particular, propôs que os arquivos pessoais e familiares fossem considerados como sistemas de informação.

Segundo este autor, predominam, no universo destes arquivos, o que designa por Sistemas de Informação Familiar (SIF), correspondendo estes à documentação produzida e adquirida/coligida pelos indivíduos de uma família, remetendo para uma estrutura orgânica subjacente a qualquer família, em todas as suas modalidades de adaptação socioeconómica, demográfica e jurídica (Silva, A. M., 2004, 69). O autor concebe a unidade familiar com objetivos próprios, apoiada na interação geracional, muito embora reconheça o peso das trajetórias individuais na configuração dos SIF (Silva, A.M., 2004, 71).

Quanto aos Sistemas de Informação Pessoal (SIP) considera-os geralmente uma prática

---

<sup>1</sup> Conceito proposto designadamente no *Dicionário de Terminologia Arquivística* (Alves et. al, 1993) e que foi depois transposto para a Norma Portuguesa 4041, de 2005.

<sup>2</sup> Sob influência da chamada “Escola do Porto” têm vindo a ser elaborados e desenvolvidos artigos e dissertações de mestrado e doutoramento sob a mesma orientação, em que vários autores assumiram uma postura convergente com os postulados propostos por Malheira da Silva ou Fernanda Ribeiro para Ciência da Informação. Vejam-se, entre outros, Rodrigues (2007) Miranda (2009, 2010), Oliveira, M. (2010), Freitas (2010), Ventura (2011), Moreira (2012), Rockembach (2012), Cardoso (2013) Marques, P. C. (2013) e Carvalho (2014).

<sup>3</sup> A Teoria dos Sistemas começou a afirmar-se no período posterior à segunda Guerra Mundial, contrapondo uma dimensão interdisciplinar à tradicional fragmentação das ciências e do saber. De acordo com esta teoria, cujo principal autor foi o biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy, todo o conhecimento depende da compreensão dos problemas e fenómenos dentro de contextos mais globais - em vez de se estudar o todo em relação às partes, são estas que se procuram compreender na sua relação com o todo, numa perspetiva de complementaridade. Os defensores desta teoria pretendem a ampliação do conhecimento, ultrapassando as visões atomizadas da natureza, e a integração sistémica e universal de todo o conhecimento científico. O conceito de sistema de Bertalanffy constitui um novo paradigma científico, uma vez que propõe uma abordagem sistémica das ciências e do conhecimento da própria natureza. Para o autor, um sistema é o conjunto de elementos interrelacionados e articulados entre si, incluindo o ambiente em que se situam, e direcionados para um fim ou propósito específico. O autor defende, assim, a integração das ciências sociais com as naturais (Bertalanffy, 1975).



residual, como resultado de um SIF que se foi fragmentando, por via de vicissitudes várias ao longo do tempo, umas casuístas e outras que deliberadamente originaram a cisão de arquivos, designadamente a desagregação de sistemas de informação na sequência de intervenções das famílias, de terceiros e das próprias instituições de memória. Para Malheiro da Silva só existe um verdadeiro SIP quando se está efetivamente perante documentação produzida e adquirida/coligida por uma única pessoa ou ser humano (Silva, A. M., 2004, 77). Seguindo o caminho proposto por Armando Malheiro da Silva serão, portanto, raros os arquivos exclusivamente pessoais, pelo que, na maior parte das situações, estar-se-á face a arquivos familiares.

No entanto, refira-se que existem autores com entendimentos e propostas distintas quanto à forma de conceber estes arquivos. Por exemplo, a arquivista canadiana Catherine Hobbs especialista em arquivos pessoais, engloba na esfera do “pessoal” tanto os documentos criados pelos indivíduos como pelas famílias (Hobbs, 2015, 266).<sup>4</sup> Inevitavelmente, nesta perspetiva de entender o “pessoal” não exclusivamente como um adjetivo, que qualifica o arquivo de um só indivíduo, mas num sentido substantivo que entende o universo do pessoal dependente de uma realidade construída socialmente, num contexto coletivo, todos os arquivos familiares podem ser entendidos também eles como pessoais.

Por outro lado, não deve ser menosprezado o facto de que nem todos os arquivos pessoais são necessariamente familiares, pois essa faceta das relações humanas pode efetivamente não estar presente, havendo que ter em conta a possibilidade de os indivíduos prosseguirem percursos em total autonomia, produzindo e acumulando informação de forma exclusivamente individual, não determinada por contextos conjugais ou de vida familiar.

Outros autores têm tecido argumentos em prol de uma abordagem dos arquivos enquanto resultado de uma construção social, cientes dos numerosos constrangimentos e influências a que os arquivos pessoais estão sujeitos no seu percurso, ao longo do tempo, desde a sua fragmentação e dispersão, à intervenção de terceiros (familiares, amigos, curadores, arquivistas, e outros), tanto durante a fase de produção de informação, como posteriormente à morte dos seus produtores, seja por motivações memorialísticas, sentimentais ou historicistas e patrimonialistas. É exemplo, entre outros, a autora Lucyana Heymann que, nos seus estudos sobre arquivos pessoais, tem defendido que estes devem ser abordados sob diversas perspetivas, não exclusivamente arquivísticas, mas também sociológicas, históricas e antropológicas, deslocando a atenção dos documentos para os processos sociais e históricos de constituição dos acervos. Nesta forma de abordagem, a autora propõe que, além dos atos

---

<sup>4</sup> Este entendimento pode ser encontrado no verbete *personal records* inserto na *Encyclopedia of Archival Science*, publicada em 2015 sob edição de Luciana Duranti e Patricia Franks, no qual Catherine Hobbs considera a expressão *personal records* em equivalência à de *personal archives* (sendo os *archives* o termo para designar o conjunto dos documentos, ou seja, o arquivo; e os *records* enfatizando as funções a que os documentos correspondem).

individuais que estiveram subjacentes à produção da informação, se tenham igualmente em conta os “contextos sócio-históricos mais amplos, de uma parte, e contextos arquivísticos nos quais são preservados, tratados e disponibilizados, de outra” (Heymann, 2013, 68).

### ***Objetivos e delimitação do universo de análise***

Uma grande parte da investigação sobre arquivos pessoais e familiares, desenvolvida no âmbito académico ou por profissionais de instituições diversas, tem-se focado na análise e aplicação de modelos teóricos ou em intervenções técnicas em arquivos específicos. Quase sempre se consubstanciaram em estudos de caso, onde se procura fazer a ponte entre a ciência e o trabalho quotidiano profissional.

Na sua maior parte, a literatura sobre arquivos pessoais e familiares, demonstrando muito embora uma notável vitalidade, evidencia tendências de investigação primordialmente relacionadas com a organização da informação, passando pela apresentação de estruturas classificativas e descritivas, por propostas respeitantes à normalização descritiva, e na tentativa de aplicação ou questionamento de modelos e paradigmas teóricos (uns mais tecnicistas e outros mais de acordo com a perspetiva sistémica da Ciência da Informação). A importância de cada arquivo em si mesmo, e de cada família ou indivíduo nele representado, para o conhecimento em geral, é usualmente percecionada e evidenciada de forma circunscrita a um determinado conjunto de documentação passível de delimitação física, conservado por uma entidade identificável, e cuja valorização se defende, dir-se-ia, de forma intuitiva, sem ter em consideração os contextos mais vastos da sua efetiva relevância na construção e preservação da memória coletiva.

Apesar de a classificação e a descrição serem aspetos teóricos centrais para a Arquivística, principalmente na sua relação com os princípios e conceitos básicos da disciplina, enquadrada na área mais abrangente da Ciência da Informação, existem dimensões importantes que têm ficado relativamente descuradas, registando-se lacunas nos trabalhos realizados.

Evidencia-se uma carência de estudos sobre o papel coletivo das instituições de memória na valorização dos arquivos pessoais e familiares, e uma ausência generalizada de reflexão acerca da representatividade daqueles que têm vindo a ser preservados, face à sociedade em geral e aos contextos histórico-sociais. Num processo de expansão e abertura da generalidade das instituições à preservação dos arquivos pessoais e familiares, há questões que permanecem por responder, como por exemplo: temos sido bem-sucedidos em documentar adequadamente a sociedade? Ou, dito de outra forma, podemos estar confiantes de que os arquivos que têm vindo a ser preservados para prova e memória, presente e futura, fornecem a

melhor representação e informação sobre qualquer aspeto da sociedade que se pretenda examinar?

Tem sido especialmente negligenciada uma análise mais aturada das políticas de aquisição, e das suas consequências, e dos problemas em torno da avaliação da informação e da sua seleção. No caso dos arquivos pessoais, regra geral a incorporação em instituições de arquivo, bibliotecas ou museus, entre outras entidades, tem em vista a sua preservação a título definitivo, obedecendo a escolha desses arquivos – e muitas vezes apenas de fragmentos dos mesmos – a parâmetros de avaliação, e de consideração do seu valor, aplicados casuisticamente. Decisões enformadas pela prossecução de determinados fins e propósitos institucionais ou patrimoniais, sem questionamento ou fundamentação teórica do impacto que têm as operações de incorporação, aportam inevitavelmente consequências, por vezes prejudiciais à adequada compreensão dos contextos originários de produção, acumulação e utilização dos próprios arquivos.

Por outro lado, a memória, no espaço dos arquivos, só pode ser ativada se estes forem principalmente geridos como lugares de informação, sejam eles físicos ou virtuais, sendo, assim, relevante refletir sobre as suas dimensões culturais, sociais e políticas. Foi nesse sentido que Terry Cook referiu que os arquivos, além de continuarem a representar as garantias dos direitos dos cidadãos e das ações administrativas e governativas de pessoas e instituições, são também, para a sociedade, um lugar onde os cidadãos se revêm e através dos quais dão sentido à sua história, cultura, memória individual e coletiva (Cook, 1997, 44).

A presente dissertação tem, deste modo, como questão central de investigação indagar quais têm sido os processos e decisões subjacentes à preservação de arquivos pessoais em instituições de memória, tendo como objetivo geral, conhecer a influência que exercem na compreensão e valorização desses arquivos. Ancora-se a pesquisa, por um lado, numa reflexão teórica sobre algumas problemáticas suscitadas pelo estudo dos arquivos pessoais e, por outro lado, na escolha como universo específico de análise e observação o caso de Portugal, através da identificação, por via de um recenseamento, das instituições que detêm, organizam e disponibilizam fundos e coleções arquivísticas respeitantes a indivíduos, bem como dos conjuntos documentais que preservam.

Elegeram-se, como perguntas de partida, subjacentes à resposta à questão central, e norteadoras da recolha de dados a efetuar para o reconhecimento do referido universo de análise, o seguinte conjunto de questões: Que tipos de instituições detêm arquivos pessoais? Quais foram as motivações para a sua aquisição? Por que processos foram incorporados e quais os critérios de seleção? A que indivíduos correspondem os produtores destes arquivos, considerados pelas instituições como integrando o universo dos arquivos pessoais? De que forma esses arquivos representam a sociedade em geral e a memória coletiva? Como é que as decisões tomadas na forma de apresentação e difusão da informação condicionam a

compreensão dos contextos originários dos arquivos, dos seus produtores, e a própria definição e concepção teórica sobre o que se considera como sendo arquivos pessoais?

Na resposta a estas perguntas, traçaram-se também outros objetivos específicos para a investigação. Em primeiro lugar, pretendeu-se averiguar a existência de padrões e tendências em políticas de aquisição por parte das instituições de memória, apontando quadros valorativos que têm estado subjacentes à salvaguarda e seleção da informação produzida no âmbito da esfera das atividades e dos interesses dos indivíduos. Visou-se, igualmente, identificar constrangimentos resultantes de práticas relacionadas com a seleção, e com operações de classificação, tratamento e valorização da informação.

As questões formuladas permitem também lançar hipóteses de investigação para melhor se compreender as instituições de memória enquanto produtos e, simultaneamente, produtos de uma memória e história coletiva, social e cultural – e, porque não, também política? – que configuram o arquivo-instituição e o arquivo-informação como construções sociais, influenciadas por contextos, espaços e temporalidades diversas.

Pretende-se ainda questionar a abrangência da memória coletiva que se tem vindo a construir, através da preservação e valorização dos arquivos pessoais, em função do conhecimento e da busca de uma representação dos indivíduos sob o desígnio da diversidade e democraticidade nos arquivos, sob um quadro ético que reflita a essência do comportamento humano na sua relação com os outros e com o mundo.

Finalmente, perscrutando as práticas em torno da construção da memória a partir dos arquivos pessoais e da análise das práticas institucionais de seleção e aquisição, visa-se refletir prospectivamente sobre o papel a desempenhar pelas instituições de memória, pelos arquivistas e outros profissionais de informação, bem como pela sociedade em geral, relativamente ao futuro que se pode – ou se quer – vislumbrar para a preservação de arquivos de indivíduos e de famílias, pretéritos ou em construção, num momento em que a informação se materializa, se produz e se partilha, cada vez mais num universo digital e globalizado.

Com o fim de recolher dados destinados a suportar a resposta às perguntas de partida enunciadas, e aos objetivos traçados para a dissertação, houve que tomar algumas decisões quanto à delimitação do universo de análise indicado. Embora se almejasse obter um conjunto de instituições e dos seus acervos amplamente abrangente, com vista a uma aproximação o mais fiel possível à realidade, seria impraticável pretender cobrir a totalidade das entidades detentoras e dos arquivos dentro do tempo disponível para a investigação. A magnitude de um tal empreendimento é inexecutável por uma só pessoa, para mais sem o necessário financiamento, o que impossibilitou a consulta e confirmação *in loco* de todos os arquivos encontrados e a identificação de outros.

Houve, portanto, que fazer opções, por forma a permitir incluir arquivos pessoais já inventariados e do conhecimento público, tentar encontrar arquivos ainda não conhecidos ou escassamente divulgados, deixando em aberto perspectivas para futuras descobertas. Foram, deste modo, tomadas decisões quanto à seleção de entidades detentoras, e bem assim quanto ao apuramento e identificação dos arquivos pessoais a incluir no recenseamento.

No que respeita à identificação das entidades detentoras, o foco centrou-se nas instituições ou organismos, públicos ou privados, com existência jurídica formalizada, que preservam, tratam e disponibilizam arquivos pessoais, incluindo aquelas cujas funções primordiais são arquivísticas e têm por missão tornar a informação dos arquivos disponível ao público, alargando também o universo a bibliotecas, museus, associações, fundações, universidades, etc., que igualmente preservam arquivos pessoais e que, em maior ou menor grau, os tratam e difundem.

Logo à partida, configurou-se inexequível identificar exaustivamente todas as entidades que, em Portugal, detêm presentemente sob sua posse arquivos pessoais, designadamente pessoas particulares e famílias. O critério institucional teve de prevalecer, até porque um dos objetivos era justamente analisar os processos de incorporação, e o que as várias instituições consideraram como critérios para a sua aquisição, preservação e valorização.

No entanto, não pode deixar de ser salientada a existência de numerosos casos de famílias, colecionadores, investigadores, curiosos e outros que, fora da esfera institucional, têm dado inestimável contributo para a salvaguarda dos mais variados arquivos, como é exemplo, talvez por ser o mais mediático na atualidade, o de José Pacheco Pereira. Por compra, doação e recolha, Pacheco Pereira tem reunido inúmeras coleções de grande interesse histórico, além de muitos arquivos pessoais, no todo ou em parte. No seu blog “Ephemera”, e no mais recente sítio web com o mesmo nome, tem divulgado muitas dessas aquisições, para as quais tem recebido um imenso apoio por parte de diversos voluntários, num gesto de consciência arquivística que envolve a livre iniciativa cidadã, e uma ampla receção pela comunidade em geral.<sup>5</sup> No entanto, os arquivos que se encontram em posse de Pacheco Pereira não figuram nos anexos da presente dissertação, devido ao facto de estarem fora do universo institucional indicado.<sup>6</sup>

Excluíram-se também alguns espaços que reclamam um estatuto museológico ou de salvaguarda de património documental, onde se salvaguardam arquivos pessoais, no todo ou

---

<sup>5</sup> O investigador interessado poderá consultar informações sobre os arquivos que têm vindo a ser adquiridos por José Pacheco Pereira em <URL: <https://ephemerajpp.com/>> e <URL: <http://oficialjpp.com/index.html>> [consult. 23-08-2017].

<sup>6</sup> A recente constituição, em 2017, de uma associação cultural com o objetivo de dar uma base institucional ao projeto “Ephemera” não implicou, por ora, a transmissão do património arquivístico, que continua propriedade de Pacheco Pereira. Contudo, dada a relevância do caso em apreço, no campo “Notas” do Anexo II da dissertação incluiu-se a referência para documentação na posse de José Pacheco Pereira que complementa a informação sobre alguns indivíduos, existente noutros arquivos que foram objeto da identificação que se efetuou.

em parte, mas que não têm existência jurídica, sendo mantidos graças a iniciativas individuais. É o caso, por exemplo, da intitulada “Casa-Museu Vasco de Lima Couto”, em Constância, propriedade de José Ramoa Ferreira.<sup>7</sup>

Decidido este caminho, direcionado apenas para instituições detentoras de arquivos pessoais com existência jurídica em Portugal, tanto do setor público como do privado, abrangendo o Continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, houve ainda que ter em conta outros aspetos. O facto de algumas instituições não estarem abertas ao público no momento em que realizámos a recolha de dados, por exemplo, não foi motivo para a sua exclusão, muito embora se reconheça que existem diferentes graus de condicionalismo quanto ao acesso aos arquivos custodiados. Contudo, excluíram-se instituições que foram extintas ou cessaram atividade de forma definitiva.

Procurou-se abranger, ao longo do processo de recolha de dados, uma diversidade tão lata quanto possível de entidades detentoras de arquivos pessoais, sendo de destacar: 1 - os arquivos nacionais e das regiões autónomas, distritais e municipais; 2 - os arquivos da administração central (ministérios, direções-gerais e outros), incluindo os dependentes das Forças Armadas; 3 - os arquivos de outras entidades e institutos públicos com autonomia, como os que têm estatuto de laboratórios do Estado ou entidades públicas empresariais; 4 - diversas bibliotecas, desde a Biblioteca Nacional e a Biblioteca Pública de Évora, a outras dependentes da administração central ou municipal; 5 - os arquivos, bibliotecas, centros de documentação e de investigação das instituições de ensino superior; 6 - os museus e as casas-museu incluídos na Rede Portuguesa de Museus;<sup>8</sup> 7 - outros museus que, não estando integrados nesta rede, foram sendo localizados, numa pesquisa que se efetuou à escala municipal, e estão sob tutela municipal ou privada; 8 - as bibliotecas, arquivos e centros de documentação de fundações e, embora de forma não sistemática, os de associações culturais, misericórdias, e entidades ligadas à Igreja Católica.

Delimitado o universo das entidades detentoras, tiveram de ser tomadas outras opções, relativamente à identificação dos arquivos pessoais, assumindo, inevitavelmente a exclusão de outros arquivos com os quais existem, todavia, pontos de contacto muito próximos, como é o caso daqueles que estão, *a priori*, classificados pelas próprias instituições de memória como arquivos de família. Naturalmente que esta opção teve como inevitável consequência a

---

<sup>7</sup> José Ramoa Ferreira detém, na sua propriedade em Constância, além da uma coleção particular, núcleos expositivos e documentação de personalidades do mundo artístico, em particular: de Vasco de Lima Couto (1923-1980), ator de teatro e intérprete de fado; e de Manuel de Oliveira Mengo (1928-1994), poeta, escritor e antigo dono de um atelier de costura no Porto. Ainda que tenha assumido a designação de “Casa-Museu”, trata-se efetivamente de uma casa particular. Foi objeto de um pequeno estudo académico, preparado no âmbito do Mestrado em Política Cultural Autárquica na Universidade de Coimbra (Pereira, 2015). O seu proprietário, todavia, está disponível para abrir as suas portas a qualquer visitante e investigador interessado.

<sup>8</sup> Veja-se em <URL:<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/>> [consult. 02-12-2015].

dificuldade de traçar fronteiras claras entre o “pessoal” e o “familiar”, e até com alguns arquivos possivelmente mais de tipo “empresarial”.<sup>9</sup> As classificações de “pessoal” e de “familiar” utilizadas por diversas entidades detentoras para caracterizar os arquivos foi um dos problemas enfrentados na delimitação do que se pretendia incluir no recenseamento. Por exemplo, em algumas situações, foram consultados guias de fundos em que arquivos pessoais e familiares se encontravam claramente divididos em categorias distintas, e outras em que ambos estavam considerados numa só categoria.

Todavia, incluir os arquivos considerados na categoria de “familiares” por inúmeras instituições de memória, e que têm o seu lugar próprio em quadros de classificação distintivos das tipologias de fundos incluídos nos acervos de algumas entidades de arquivo, seria estender em demasia a recolha de informação para a presente investigação, cuja execução impunha uma gestão parcimoniosa do tempo e dos recursos disponíveis.

Por outro lado, foi aberta recentemente uma linha de investigação que está a ser desenvolvida na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob coordenação da Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa, que inclui um projeto de inventário de arquivos de família.<sup>10</sup> Muito embora se trate de um projeto especificamente direcionado para os arquivos familiares dos séculos XV a XIX, deixando, assim, de fora a abordagem de como as realidades familiares no período contemporâneo passaram a estar plasmadas nos arquivos, a inclusão daqueles arquivos de família geraria uma sobreposição possivelmente conflituante. Tendo isso em consideração, foi resolvido não incluir no recenseamento os arquivos que representam grupos familiares do Antigo Regime.

Quanto ao período contemporâneo, a família e os percursos dos indivíduos, e a evolução das formas de vida conjugal e familiar, têm sido objeto de estudos provindos da Sociologia, da Demografia, e também da História. Para a compreensão dos percursos de vida dos indivíduos, na época contemporânea, é necessário levar-se em linha de conta a evolução das estruturas domésticas, assim como a forma como as pessoas constroem diferentes redes de relacionamento entre si.<sup>11</sup> O quadro envolvente dos indivíduos, famílias e grupos sociais está

---

<sup>9</sup> Por exemplo, a expressão “familiar” é por vezes utilizada, genérica e indistintamente, como um adjetivo no domínio empresarial, e na linguagem comum tornou-se corrente falar das designadas “empresas familiares”. Sobre o peso das famílias na organização e desenvolvimento das empresas e da própria expressão corrente de “empresas familiares”, a qual não tem fundamento jurídico, veja-se o trabalho realizado por Guerreiro (1996). Embora este estudo não se enquadre na Ciência da Informação, mas no domínio da Sociologia, a análise das dimensões da relação entre a esfera empresarial e a familiar, e das estratégias que mutuamente se estabelecem, determinando percursos sociais, devem merecer uma melhor atenção da arquivística, por forma a compreender como estas duas realidades se influenciam entre si, e os efeitos das decisões individuais ou de grupos de indivíduos, que necessariamente determinam também a produção da informação organizacional.

<sup>10</sup> Vejam-se os sítios <URL: <http://fcsh.unl.pt/arqfam/>> e <URL: <http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/>> [consult. 10-05-2017].

<sup>11</sup> As relações interpessoais e as redes de suporte são um meio essencial de socialização e identidade, simultaneamente subjetivas e materiais. Ao longo dos ciclos de vida das pessoas, estas redes evoluem e

diretamente relacionado com as transformações das sociedades, que têm de ser compreendidas no espaço e no tempo, em função de fatores geracionais, mudanças demográficas, alterações nas relações de género e nas formas de relacionamento, na multiplicação de distintos tipos de agregados domésticos, de desenvolvimentos no acesso ao mercado de trabalho e à educação, com profundas influências nos estilos de vida e nas formas de viver a família.

Os estudos sociológicos têm destacado, para o período contemporâneo, o enfraquecimento dos quadros tradicionais familiares que estruturavam as classes sociais, acompanhado de uma progressiva individualização e pluralização da vida das pessoas. Os processos de estruturação social, sujeitos à evolução dos enquadramentos socioeconómicos, culturais e familiares, por seu turno, condicionam e influenciam os trajetos individuais, sujeitos a diferentes ritmos, opções cambiantes em que o fazer e desfazer das dimensões familiares e do viver “doméstico” são um dos exemplos da pluralidade que orienta as formas de organização da vida privada. Apesar das teorias da individualização, a família não colapsou, mas o seu conceito passou a incluir uma grande variedade de formas de viver o quotidiano, que determinaram o alargamento dos seus limites, conforme tem vindo a ser destacado pela Sociologia (Gouveia, 2014, 23-25).

No domínio da Arquivística permanecem insuficientemente estudados os arquivos familiares formados durante o período contemporâneo, e a influência do processo sociológico de afirmação da autonomia individual na formação de arquivos exclusivamente pessoais. Para a presente investigação, não foi possível, dentro do tempo disponível, aprofundar com o necessário detalhe os contornos deste processo e o seu reflexo na formação de arquivos pessoais e familiares. Porém, sendo necessário delimitar o universo de análise, optou-se por excluir, da recolha de dados a realizar, os arquivos de família do período contemporâneo que se encontram assim classificados pelas entidades detentoras que foram identificadas, bem como aqueles que, embora remontando à época moderna, se estendem para o século XX, e que dão, de certa forma, continuidade a estratégias de grupo baseadas em relações de casamento e consanguinidade, ou que têm por base a perpetuação de linhagens ou de estratégias de administração continuada de bens por via da sucessão genealógica.

No entanto, decidiu-se incluir alguns arquivos que representam agregações de informação onde estão presentes duas ou mais pessoas ligadas por laços de parentesco ou por outras formas de conjugalidade, que não impliquem necessariamente um casamento formalizado juridicamente, bem como de coabitação ou partilha de espaços e interesses comuns.<sup>12</sup>

---

estão sujeitas a permanentes reconfigurações, restringindo-se a amigos ou parentes, ou expandindo-se, para deixar entrar outras pessoas, de acordo com fatores culturais ou distintos modelos de partilha de responsabilidades e interesses (Gouveia, 2014, 15).

<sup>12</sup> Abre-se assim a possibilidade de os arquivos contemporâneos que testemunham a vivências das pessoas em sociedade poderem, também eles, refletir, numa perspetiva sociológica, as distinções entre



Assume-se que estas opções, relativamente à identificação dos arquivos pessoais, poderão resultar num enviesamento do universo de análise, com consequências para uma clara delimitação dos arquivos pessoais enquanto objeto de estudo, designadamente face aos familiares. Em muitos casos, os arquivos pessoais identificados no processo de recolha de dados que se efetuou serão, na sua essência, mais propriamente familiares, ou até, em determinadas situações, conjuntos documentais resultantes de formas de agregação de informação por vezes intencional/artificial, sem marcas de uma produção natural, nos quais é difícil a identificação das relações orgânicas entre documentos e produtores.

Espera-se, porém, que estas limitações possam vir a ser ultrapassadas, e devidamente corrigidas, em futuras investigações, já que, no estado atual do conhecimento e tratamento dos acervos das instituições de memória selecionadas, não foi possível identificar claramente os sistemas de informação pessoais e familiares e distingui-los inequivocamente entre si, de acordo, por exemplo, com a proposta de Armando Malheiro da Silva, sendo somente possível vislumbrar “arquivos” ou “conjuntos documentais”, nas mais das vezes fragmentos de sistemas de informação que se desagregaram, dispersaram e em parte se perderam ao longo do tempo. Só uma futura análise aprofundada da natureza de cada caso poderá permitir a necessária clarificação.

### ***Metodologia e fontes de informação***

Tratando-se, como se referiu, de uma investigação que se enquadra no estudo do universo dos arquivos pessoais, através da identificação das entidades detentoras em Portugal e dos seus acervos, por meio de um recenseamento, e tendo por finalidade a análise e reflexão sobre alguns comportamentos e práticas institucionalizadas no sentido da sua valorização, optou-se por uma metodologia de investigação de tipo qualitativo, inserida no campo das ciências sociais, holística e com diferentes enfoques, conforme proposto por Taylor e Bogdan (2000). O quadro de referência escolhido para a abordagem baseia-se na Teoria Geral dos Sistemas,

---

“família” (definida por laços de consanguinidade e de aliança), “grupo doméstico” (definido pela co-residência e pela partilha de um espaço de vida) e “rede social primária” (definida pelas relações de apoio e pelos contactos próprios), sendo que “os três são dinamicamente marcados pela instabilidade de fronteiras ao longo do tempo” (Wall, 2012, 44). Sobre os percursos de vida dos indivíduos e das famílias em Portugal no período contemporâneo, vejam-se, designadamente, os contributos iniciais do projeto “Famílias no Portugal Contemporâneo”, levado a cabo pelo CIES (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE-IUL) e pelo ICS (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa), no âmbito do qual se procedeu a um inquérito sobre as famílias em Portugal (Wall, 2012), e em outros estudos recentes, na área da Sociologia, realizados no âmbito do projeto “Trajetórias Familiares e Redes Sociais: O Percurso de Vida numa Perspetiva Intergeracional”, coordenado por Karin Wall no ICS (Gouveia, 2014; Ramos, 2015).

desenvolvida por Ludwig von Bertalanffy,<sup>13</sup> entendendo a informação como um fenómeno humano e social dinâmico, fluido e interactivo com os contextos envolventes.

O decurso da investigação veio a revelar que só através de uma combinação de diversas técnicas de recolha e análise de dados, e de uma flexibilização de procedimentos, se poderia abranger um universo tão amplo quanto possível. Neste sentido, privilegiou-se um desenho da investigação de tipo circular, aberto, progressivo e flexível, num processo dinâmico que possibilitasse a combinação de técnicas, e a abertura a várias perspectivas de estudo e análise, permitindo os necessários ajustes à realidade, à medida que se avançava na pesquisa.<sup>14</sup> Os principais métodos utilizados foram, assim, a análise documental, um questionário baseado num modelo de ficha de recolha de dados, e a realização de entrevistas não estruturadas, utilizando o referido questionário como guião de base.

Para a gestão e organização dos dados obtidos a partir de uma diversidade de fontes, e de modo a conseguir uma normalização de procedimentos para o seu tratamento e posterior análise da informação, optou-se por conceber uma base de dados em software *Access*, na qual se procedeu ao registo de dados relativos às entidades detentoras, dos seus diversos fundos e coleções e respetivos produtores. Não tendo o ensejo de possuir uma componente de difusão da informação, esta base pretendeu constituir-se essencialmente como um instrumento de trabalho que permitisse, além de armazenar e organizar a informação recolhida, manipular os dados através da sua exportação para software *Excel*, com vista à sua posterior observação e comparação (ex: contagens de casos, ordenação por nomes ou datas).

Na construção da referida base de dados procurou-se normalizar o tratamento da informação, seguindo orientações com base nas propostas do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), com recurso especial à norma para a descrição de arquivos, a ISAD(G).<sup>15</sup> Esta norma assumiu-se, desde a sua aprovação, como tendo por objetivo o estabelecimento de orientações gerais para a descrição arquivística, de modo a identificar e explicar o contexto e o conteúdo da documentação de arquivo, e promover o acesso à informação. A norma inclui um conjunto de descritores que se julgou oferecerem a possibilidade de serem utilizados para proceder ao registo de vários tipos de informação que se pretendia recolher, designadamente a identificação dos arquivos, dos seus produtores e respetivas histórias biográficas, indicando também as entidades detentoras, e prevendo igualmente o registo dos processos de

---

<sup>13</sup> Sobre a teoria sistémica veja-se, acima, a nota 3.

<sup>14</sup> Seguindo, para o efeito, as recomendações de autores como Coffey e Atkinson (2005), Flick (2005) ou Denzin e Lincoln (2006).

<sup>15</sup> Adotou-se a 2.<sup>a</sup> versão da *General International Standard of Archival Description*, abreviadamente conhecida por ISAD(G), inicialmente aprovada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 1994. A segunda edição seria aprovada no Congresso de Sevilha, em 2000, constituindo uma versão ampliada e reestruturada da primeira, resultante de um processo de revisão realizado pelo Comité de Normas de Descrição daquele Conselho, após uma solicitação de comentários à comunidade arquivística internacional. A edição portuguesa de 2002 foi publicada pela Torre do Tombo, em tradução elaborada pelo Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo.

incorporação, através dos elementos descritivos relativos à história custodial e arquivística e fontes imediatas de aquisição. Outros elementos da ISAD(G) proporcionam o registo de informações sobre o âmbito e conteúdo dos fundos e das coleções, o seu sistema de organização, as condições de acesso ou os instrumentos de descrição disponíveis.

Para além da ISAD(G), o Comité de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos preparou a Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias (ISAAR(CPF)), cuja versão final foi aprovada no Congresso de Viena, em 2004.<sup>16</sup> Esta norma tem o objetivo expresso de fornecer as regras gerais para a normalização da descrição arquivística dos produtores de documentos de arquivo e dos contextos de produção desses documentos (ISAAR(CPF), 2004, 10).

Por outro lado, a ISAD(G), não sendo estritamente impositiva – à exceção de alguns dos seus elementos considerados obrigatórios –, nem fechada, indica explicitamente que as suas regras podem ser conjugadas com normas nacionais existentes, ou servir de base ao seu desenvolvimento (ISAD(G), 2002, 9). Deste modo, e no que concerne especificamente à produção de registos de autoridade para as pessoas singulares, nomeadamente na construção de nomes, conjugou-se ambas as normas do ICA com as Orientações para a Descrição Arquivística (ODA) desenvolvidas em Portugal pelo Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo.<sup>17</sup>

A Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico – ISDIAH,<sup>18</sup> serviu de orientação para proceder ao registo de informações relativas às entidades detentoras que foram objeto de consulta no decurso da investigação, embora limitada a alguns elementos de descrição (designadamente: tipologia, contactos, historial da instituição, acervo arquivístico e instrumentos de pesquisa). Todavia, produzir registos descritivos para estas entidades revelou-se inviável no tempo disponível para a produção desta dissertação, face ao grande número de instituições envolvidas no recenseamento, ao extenso volume de dados recolhidos, e às limitações impostas pela escassez de informação circunstanciada e completa da parte das próprias entidades em inúmeras situações.

---

<sup>16</sup> A segunda edição da ISAAR(CPF) – *International Standard Archival Authority Record For Corporate Bodies, Persons and Families* – é uma versão ampliada e reestruturada da primeira edição da norma (1996), resultando de um processo de revisão de 5 anos realizado pelo Comité de Normas de Descrição do ICA, após um pedido de comentários à comunidade arquivística internacional.

<sup>17</sup> Utilizou-se a 2.ª versão das Orientações para a descrição arquivística (2007).

<sup>18</sup> A Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (*International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings*) resultou do labor, entre 2004 e 2008, de um grupo restrito de membros do Comité de Boas Práticas e Normas do ICA, composto por especialistas oriundos da Alemanha, Espanha, França, Itália e Reino Unido. Tem como objetivo facilitar a descrição de instituições arquivísticas cuja função primordial seja a guarda e disponibilização de arquivos ao público em geral, estendendo-se a outras entidades, incluindo instituições culturais, como museus, bibliotecas, centros culturais, a empresas, famílias e indivíduos, que podem ter a propriedade de arquivos (ISDIAH, 2009, 11).

Sob os pressupostos normativos enunciados, teve-se ainda em conta a necessidade de se considerarem campos adicionais nas tabelas da base de dados, especificamente destinados à posterior análise e tratamento de informação do ponto de vista qualitativo e quantitativo, de modo a permitir organizar um conjunto de dados tendentes a definir, por exemplo, no caso das entidades detentoras, a tipologia de instituição em causa e a sua tutela, bem como a respetiva localização geográfica. No que concerne aos fundos e coleções, inseriram-se campos para tipificar as modalidades de aquisição e as datas em que ocorreram; e, para o caso das pessoas singulares produtoras de arquivos, outros destinados a registar elementos distintivos como o género, a nacionalidade e as datas de nascimento e morte, quando conhecidas – como se poderá verificar por um exemplo de um dos registos da base de dados constante na Figura 1.

The image shows a Microsoft Access database form for recording archival information. The form is titled 'Fundos e Coleções' and is for the 'Arquivo Nacional da Torre do Tombo'. It contains the following sections and data:

- 1 - Identificação:**
  - 1.1. Cód Reº: PT/TT/XC
  - 1.2. Título: Xavier da Cunha
  - 1.3. Datas: Inicial 1865, Final 1940
  - 1.4. Nível descrição: Fundo
  - 1.5. Dimensão e suporte: 2 cx., 1 pt., 1 mc.; papel
- 2 - Contexto:**
  - 2.1. Produtor(es): Cunha, Xavier da. 1840-1920
  - Nasc.: 1840, Gênero: M
  - Morte: 1920, Estrang:
  - Outras formas nome: Olímpio de Freitas, pseudónimo
  - 2.2. Hist. biográfica: Xavier da Cunha nasceu em Évora, a 14 de Fevereiro de 1840, e faleceu em Lisboa, em 11 de Janeiro de 1920. Era filho de Estêvão Xavier da Cunha, jornalista, que detinha o cargo de secretário da Administração Geral do Distrito, em Évora. Foi casado com D. Antónia Balbina Mendes Figueiredo da Cunha, mulher de Xavier da Cunha, na sequência da sua morte, a António Baião, director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, datada de Lisboa, 12 de Julho de 1927.
  - 2.3. Histórica custodial/arquivística: Existe, na Torre do Tombo, Coleção Castilho (cx. 8, mc. 4, n. 4 (23), uma carta dirigida por José Artur Bârcia, testamenteiro de Antónia Balbina Mendes Figueiredo da Cunha, mulher de Xavier da Cunha, na sequência da sua morte, a António Baião, director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, datada de Lisboa, 12 de Julho de 1927.
  - 2.4. Fonte aquisição/transferência:
  - Formas aquisição: Doação - outra pessoa; Compra -
  - Datas aquisição: Inicial 193-, Final 2010
- 3 - Conteúdo e estrutura:**
  - 3.1. Âmbito e Conteúdo: Documentação de carácter pessoal e profissional: correspondência recebida, manuscritos de obras publicadas e de obras apresentadas a concursos, revisão de provas tipográficas, diplomas de participação em iniciativas de carácter cultural ou relativos a prémios obtidos em concursos de poesia, diplomas de membro ou de sócio passados por academias ou institutos com objectivos.
  - 3.2. Avaliação, seleç., elimin.:
  - 3.3. Ingressos adicionais:
  - 3.4. Sistema de organização: Documentação não se encontra organizada.
- 4 - Condições acesso e utilização:**
  - 4.1. Condições de acesso:
  - 4.2. Condições reprodução:
  - 4.4. Caract. fís. / req. técnicos:
  - 4.5. Instrumento descrição: Digitalq
- 5 - Documentação associada:**
  - 5.3. Unid. descrição relacionadas: Portugal, Torre do Tombo: Arquivo do Arquivo, Correspondência expedida, cx. 35 - Informação enviada pela Torre do Tombo, datada de Lisboa, 12 de Julho de 1927.
  - 5.4. Nota publicação:
- 6 - Notas:**
- 7 - Controlo da descrição:**
  - 7.1. Nota arquivista(s):
  - 7.2. Regras e convenções:
- Obs. e comentários:** No digitalq as datas assinaladas são 1865-1940; no guia de fundos: produção - 1687-1917 e acumulação 1865-1917. Contém documentos provenientes de outros arquivos pessoais (fruto das actividades de biógrafo-coleccionador de Xavier da Cunha). O quadro de classificação de cada caixa não está disponível no Digitalq (a documentação não estará organizada). Guia Geral de Fundos de TT (L. 602/6)
- Fonte(s) de informação:** <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4227799>
- Biografia complementar:**
- Docs. digitais do produtor:**

Figura 1 – Exemplo de formulário da base de dados Access destinado ao registo da informação dos arquivos

Fonte: Elaboração própria.

Na recolha de dados recorreu-se a uma pluralidade de fontes de informação. Em primeiro lugar há que destacar os portais na Internet das diversas entidades detentoras, bem como os seus guias de fundos, inventários e catálogos publicados em suporte papel ou disponíveis em bases de dados de pesquisa on-line. Da pesquisa e revisão bibliográfica inicial resultou também o conhecimento de alguns trabalhos de inventariação ou identificação de arquivos existentes em algumas instituições, nomeadamente guias de fontes, roteiros ou listas, que também constituíram uma das bases para a recolha de informação. Foram igualmente importantes fontes de informação alguns trabalhos e dissertações académicas especificamente relacionados com arquivos pessoais.

A pesquisa bibliográfica forneceu ainda indicações que mostravam a utilização, por parte de investigadores, de documentação de arquivos pessoais preservada em algumas instituições, mas sobre os quais não existia informação catalográfica em papel ou disponibilizada nos respetivos sítios web. A própria consulta a catálogos e a diversos instrumentos de acesso à informação, publicados pelas diversas entidades, digitalmente ou em formato analógico, suscitou dúvidas sobre o âmbito e conteúdo de alguns arquivos, e foi ainda necessário ter presente a rápida desatualização da informação fornecida.

Por outro lado, diversas bibliotecas, museus, arquivos, centros de documentação, associações e outras instituições culturais, de diferente abrangência geográfica e sob tutelas diversas, constituíam-se à partida como instituições possivelmente detentoras de arquivos pessoais, embora não existisse necessariamente informação pública disponível sobre os seus acervos.

Deste modo, para validar e completar informação que foi sendo coligida ou constava das fontes de informação utilizadas, e para explorar outras possibilidades de identificação de arquivos relacionados com o objeto de estudo, decidiu-se estabelecer o contacto com diversas instituições por correio eletrónico. Foi decidido que o primeiro contacto devia ser destinado a fazer uma averiguação preliminar, que pudesse abrir caminho à posterior recolha de informação.

A possibilidade de efetuar um inquérito de acordo com parâmetros pré-estabelecidos, utilizando o mesmo modelo para todas as instituições, revelou-se uma tarefa praticamente impossível de concretizar logo na fase inicial da investigação. A utilização de um questionário com perguntas de escolha múltipla, eventualmente combinadas com perguntas de resposta aberta não permitia o adequado preenchimento dos elementos previstos na ISAD(G) e incluídos na base de dados, pois tal implicava que se coligissem dados essencialmente descritivos. Havia ainda o risco na incorreção de respostas, ou de menor rigor no preenchimento de um questionário que privilegiasse questões fechadas. Tal facilitaria um tratamento quantitativo dos dados, mas não permitiria esclarecer questões inerentes a uma análise de índole qualitativa.

Deste modo solicitou-se, em primeiro lugar, às entidades contactadas, que informassem sobre a eventual custódia de arquivos pessoais. Em caso afirmativo, pediu-se a indicação de um

conjunto de dados passível de ser depois tratado analiticamente, como seja: título do fundo/coleção; nome do produtor e nota biográfica sumária; data e forma de incorporação; âmbito cronológico; breve descrição de conteúdos; dimensão aproximada; instrumentos de descrição existentes, como bases de dados ou inventários; sistema de organização/classificação; e condições de acesso.

Para a obtenção destes dados, a opção por recolher a informação junto das diferentes entidades detentoras através de um questionário que tomasse como modelo o preenchimento dos elementos descritivos da ISAD(G) esbarrou com inúmeras dificuldades, já que nem todas as instituições se mostraram familiarizadas com esta norma, e seus elementos descritivos, além de obrigar os seus profissionais a um conhecimento minimamente profundo dos arquivos, como o historial da documentação e dos processos de aquisição, informações sobre os produtores, ou acerca do seu conteúdo e âmbito cronológico. Por exemplo, no caso do museus e das bibliotecas a informação sobre os seus acervos raramente se encontra estruturada de acordo com normas arquivísticas, e mesmo dentro de muitas instituições de tipo arquivístico, nem todos os instrumentos descritivos estão organizados da mesma forma. Além do mais, à medida que se foram contactando as diversas entidades detetou-se mesmo a total ausência de quadros normativos, bem como a existência de documentação sem tratamento ou elementos descritivos disponíveis, o que implicava um investimento substancial dos profissionais das instituições pelo menos no preenchimento sumário de fichas descritivas em conformidade com a ISAD(G).

Houve assim que adequar a ISAD(G), composta por sete zonas e 26 elementos de descrição, adaptando-a para a construção de uma ficha de recolha de dados a fornecer às instituições que pudesse ser mais facilmente preenchida, e posteriormente submetida a análise e registo na base de dados criada. Reduziram-se os elementos solicitados a 16, e simplificou-se o seu preenchimento, fazendo acompanhar a ficha de algumas instruções mínimas, por forma a permitir a melhor compreensão dos dados que se pretendiam recolher.<sup>19</sup> Nessa adaptação decidiu-se prescindir de diversos descritores previstos na ISAD(G), decompuseram-se ou agregaram-se outros, conforme se apresenta, de forma esquemática, na Figura 2, centrando-se a informação solicitada nos elementos essenciais à resposta às perguntas de partida da dissertação e cumprimento dos objetivos propostos.

---

<sup>19</sup> O modelo de ficha de recolha de dados utilizado encontra-se reproduzido no Apêndice 1.

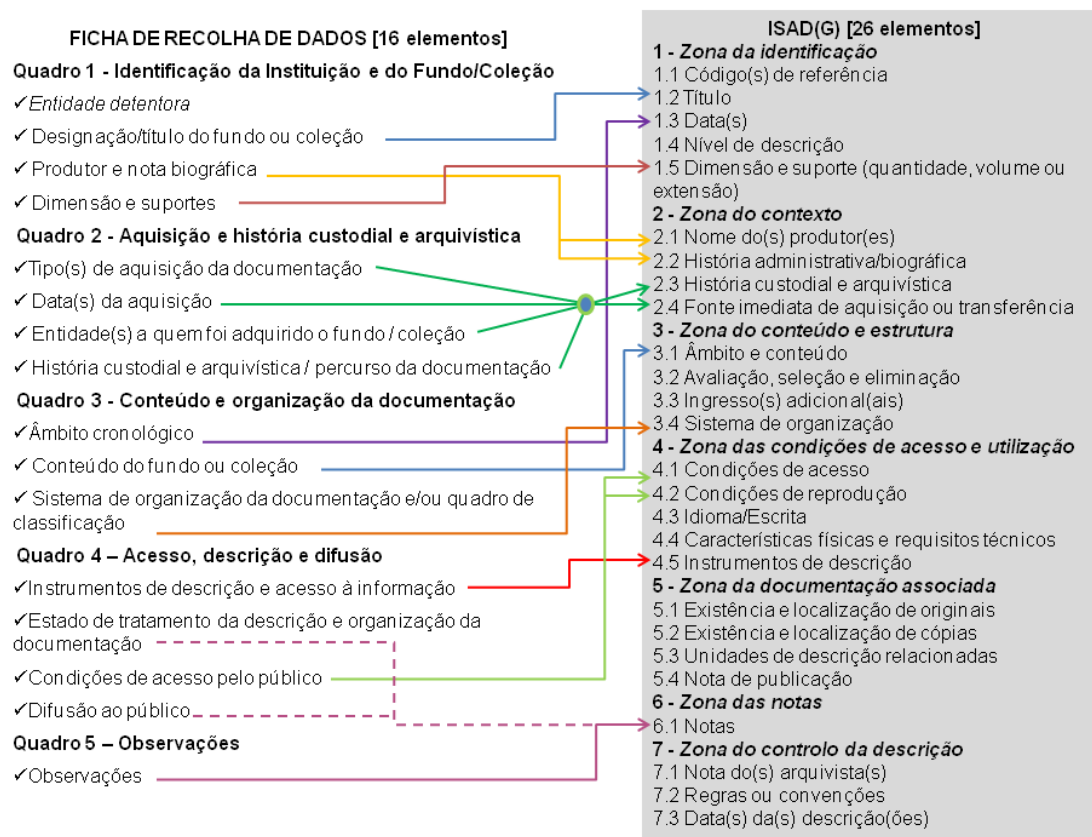


Figura 2 – Elementos da ficha de recolha de dados, em adaptação da ISAD(G)

Fonte: Elaboração própria.

As respostas que foram sendo recebidas das várias instituições contactadas foram depois objeto de tratamento dos dados fornecidos, com a sua introdução na base de dados, articulando-se a informação recebida com os elementos de descrição previamente concebidos, nomeadamente em função da aplicação da ISAD(G).

Atendendo à grande diversidade de tipologias de instituições, no tratamento da informação, um dos problemas encontrados foi, por exemplo, a interpretação dada pelos respondentes a conceitos como fundo ou coleção. Os mesmos termos podem ter conotações muito distintas, consoante a instituição em causa, o que, à partida, limitou a compreensão de algumas entidades contactadas sobre a especificidade do que se pretendia identificar, nomeadamente no caso das bibliotecas ou dos museus.

Nas bibliotecas, por exemplo, foi comum a associação do termo de fundo, por vezes combinado com o adjetivo “documental”, às doações de pessoas constituídas apenas por espécies bibliográficas. Todavia, entendeu-se não considerar no recenseamento estas situações, por impossibilidade de cobrir, dentro do tempo disponível, o universo específico das bibliotecas particulares. Além do mais, algumas das doações de livros e outras publicações,

mesmo que apelidadas de “fundo” da pessoa *x* ou *y*, não representavam necessariamente bibliotecas particulares coerentes, que se pudessem considerar como realidade informacional relacionável com os respetivos arquivos pessoais.

Nos museus, o conceito de coleção levantou também problemas semelhantes, pois foram encontrados inúmeros exemplos de “coleções” designadas pelo nome de pessoas, que se revelaram apenas constituir conjuntos de obras de arte, de peças arqueológicas, de elementos etnográficos, ou outros, que receberam o título em função dos seus doadores, colecionadores ou mesmo dos respetivos autores (caso comum em obras de pintura, escultura e artes plásticas em geral, em que o artista pode ser um só, mas a reunião de objetos da sua produção artística estar enquadrada em políticas de aquisição definidas pelos próprios museus, podendo ter diferentes proveniências). Não sendo possível distinguir, no decurso da investigação, as diversas situações, optou-se por não as considerar estas coleções, deixando para futura análise a relação entre os objetos considerados museológicos e o universo informacional mais vasto em que originariamente foram produzidos ou acumulados.

Nas instituições arquivísticas, entendidas como aquelas cuja principal função é a gestão, salvaguarda e tratamento de documentação, dotadas de profissionais especificamente formados para esse efeito, também se registaram algumas respostas iniciais que denotaram dificuldade em caracterizar com rigor os conjuntos documentais à sua guarda, distinguindo fundos de coleções, arquivos pessoais de familiares, ou mesmo pessoais de empresariais.

Foi, assim, necessário ir adaptando os pedidos de informação, de modo a se conseguir obter dados que pudessem ser validados, articulados de forma lógica, e tratados com vista à concretização dos objetivos definidos para a sua recolha e subsequente análise. No entanto, subsistiram dúvidas em torno de questões importantes à identificação dos arquivos, a que acresceu o problema da ausência de respostas da parte de muitas entidades das quais se sabia, à partida, serem detentoras de documentação. Uma segunda fase de novos contactos por correio eletrónico permitiu reduzir dúvidas e ainda receber novas respostas.

Para conseguir obter o máximo possível de informações, e esclarecer dúvidas que remanesceram, encetou-se ainda uma terceira fase de contactos por telefone, a que se seguiu ainda uma última etapa, em que se visitou pessoalmente muitas instituições, o que obrigou a percorrer o país de norte a sul. No caso das Regiões Autónomas não foi possível proceder a visitas, embora a grande maioria das instituições contactadas se tenha revelado extremamente solícita no fornecimento de respostas por correio eletrónico ou por telefone.

Haverá, sem dúvida, muitas ausências na identificação realizada no decurso do recenseamento, em virtude das limitações da investigação, que não permitiu o contacto direto com a maior parte das instituições, nem a exploração de outros casos potenciais. Tratando-se de uma recolha de informação, que decorreu ao longo de mais de dois anos, em sucessivas etapas, importa referir que, no momento da sua conclusão, parte dos dados inicialmente



recolhidos já terão sido objeto de revisão e atualização. Desde o início do recenseamento, em março de 2015, que se prolongou até maio de 2017, em várias das entidades que foram sendo referenciadas houve casos de incorporação de novos arquivos e de adição de documentos a outros já existentes. O próprio trabalho técnico, entretanto desenvolvido no seio das instituições, motivou o surgimento de novos instrumentos de acesso à informação, e modificações a alguns dos inicialmente consultados.

Sempre que possível, procurou proceder-se à atualização de informação, mas num trabalho desta magnitude, a atualização permanente é uma meta impossível de atingir. Todavia, julga-se que esta situação não compromete de forma significativa o universo que se pretendeu estudar, nem os resultados da análise a que foi submetido. O objetivo foi poder proporcionar uma visão global tão abrangente quanto possível, dentro dos limites impostos para a realização da própria investigação.

Deste modo, a análise, essencialmente qualitativa, bem como os dados quantitativos que serão apresentados, devem ser entendidos como exclusivamente relativos a um conjunto de entidades selecionadas, que configuram uma amostra de um universo que se entende ser mais abrangente. Não se almejou, em qualquer momento da investigação, alcançar a exaustividade, mas apenas sondar e capturar dados que permitissem fazer uma reflexão em torno das questões de partida, passível de suscitar e formular hipóteses de análise em função dos objetivos traçados para um universo que não é, por ora, possível de conhecer na íntegra.

### ***Estrutura da dissertação***

Nos primeiros três capítulos da dissertação procede-se uma revisão de literatura sobre os arquivos pessoais, com o fim de apresentar o estado da arte sobre o debate teórico e conceptual no seio da Arquivística e no quadro geral da Ciência da Informação. Analisam-se alguns conceitos utilizados para designar e delimitar os arquivos pessoais, em função de distintos modelos teóricos. Passam-se ainda em revista os percursos e tendências da investigação realizada no domínio dos arquivos pessoais, através da diversa literatura já produzida internacionalmente e em Portugal. Por outro lado, sendo usualmente os arquivos pessoais preservados nas diversas instituições sob a justificação da sua relevância para a história, cultura e memória coletiva, entendeu-se igualmente refletir sobre aspetos do campo da memória que se relacionam com a preservação de arquivos pessoais, e ainda quanto aos problemas da avaliação e selecção da informação destes arquivos, condicionantes de políticas para a sua salvaguarda e valorização.

Tendo a recolha de informação, para a investigação sobre o caso nacional, incidido na realização de um recenseamento destinado à identificação das entidades detentoras e dos arquivos pessoais, considerou-se igualmente importante fazer uma apreciação sobre as

algumas iniciativas e práticas de inventariação de património arquivístico, a qual integra o capítulo 4.

Os capítulos 5 a 7 consubstanciam os resultados da recolha e tratamento da informação resultante do recenseamento. Consideram-se alguns constrangimentos encontrados e opções metodológicas, bem como os limites de que, necessariamente, se reveste o produto final de qualquer iniciativa semelhante. Procura-se contextualizar e analisar o conjunto de instituições que foram selecionadas e os arquivos que custodiam ou sobre os quais fornecem informação, em função de diversos indicadores, como o tipo de tutela, a distribuição territorial, o grau de envolvimento com a preservação, tratamento e difusão de arquivos pessoais, verificando também algumas especificidades relacionadas com vocações institucionais, influências culturais, políticas ou outras.

Analisam-se igualmente as várias modalidades de incorporação de arquivos, explorando questões relacionadas com a relação entre as instituições e a sociedade geral na sua preservação, focando-se aspetos relativos ao papel das entidades detentoras na mediação da informação, e na “construção” da memória coletiva. Coloca-se em debate o impacto dos procedimentos e decisões das instituições e dos indivíduos, famílias e outras comunidades, sobre os arquivos, e as consequências advindas para a aplicação de conceitos arquivísticos, interpretação dos contextos da produção da informação e sua comunicação.

Finalmente, reflete-se sobre o universo dos indivíduos que figuram nos arquivos identificados, explorando hierarquias de valorização de determinadas áreas sociais, culturais, profissionais e outras, assim como alguns níveis de sub-representação. Procura-se identificar, sumariamente, quem representa a sociedade, afinal, nos arquivos que foram preservados, e quem fica de fora ou é subvalorizado, e questiona-se os limites e as implicações na construção da memória a partir dos arquivos pessoais disponíveis nas nossas instituições, enquanto representantes das diversas facetas e dimensões da sociedade e da história humana.

No segundo volume da dissertação figuram dois anexos, que resultam do tratamento da informação recolhida no decurso do recenseamento. Em linhas gerais, representam o produto informativo destinado ao fornecimento de elementos identificativos relativos ao universo dos arquivos pessoais existentes nas entidades que foram selecionadas. O Anexo I fornece dados de identificação destas entidades e dos respetivos arquivos sob sua custódia, ou sobre os quais fornecem conteúdos. O Anexo II organiza a informação recolhida em função dos indivíduos que foi possível encontrar representados nesses arquivos, resumindo alguns dados disponíveis sobre a respetiva documentação, estabelecendo a ligação à entidade detentora onde se encontra e ao arquivo no qual está inserida.

Tanto a identificação das pessoas, como a própria informação sobre os diversos arquivos, está condicionada aos dados que foi possível recolher. A ausência de tratamento arquivístico em numerosas situações, a indisponibilidade de informação em algumas instituições, as

constantes evoluções e alterações derivadas de novos tratamentos, as incorporações recentes ou que não se encontravam registadas, e a impossibilidade de confirmar diretamente cada arquivo na sua totalidade, fazem com que qualquer dos dois anexos não esgote uma realidade, que é, certamente, muito maior do que a que foi possível identificar.

## **CAPÍTULO 1 – EM TORNO DA DEFINIÇÃO DE ARQUIVO PESSOAL**

Uma diversidade terminológica e conceptual tem imperado para designar os arquivos pessoais de uma forma geral, sendo prolixas as designações utilizadas para denominar os conjuntos de documentos produzidos, recebidos e mantidos pelos indivíduos, ao longo da sua vida, na esfera das suas atividades e funções sociais.<sup>20</sup>

Conceitos, definições e questões teóricas alteram-se no tempo, e em diferentes contextos, à medida que as linguagens e as práticas profissionais se desenvolvem e adaptam a distintas realidades. Os termos em uso, e os princípios teóricos subjacentes, têm, em si mesmos, uma história, contextos específicos, e também discursos de contestação correlativos. A pluralidade de termos em utilização permanece endémica, subsistindo uma multiplicidade de interpretações, que fazem com que, por exemplo, a definição do conceito de arquivo pessoal subsista envolta em questionamentos teóricos sobre o que se entende, em primeiro lugar, como sendo o arquivo, face à utilização paralela de diversos outros termos e propostas conceptuais, e, em segundo lugar, sobre a sua natureza e características intrínsecas, de que depende a agregação do adjetivo “pessoal” ao termo arquivo.

Esta diversidade complexifica uma definição do que são os arquivos pessoais, obrigando a uma compreensão de como estes se têm enquadrado na teoria arquivística, e de como a sua natureza foi sendo percecionada por quantos sobre eles se têm debruçado. O entendimento da diversidade, história, contextos e discursos é, deste modo, imprescindível, quando se pretende abordar, numa perspetiva holística, o universo dos arquivos pessoais.

Deste modo, um primeiro ponto deste capítulo explora possibilidades de definição do arquivo pessoal em função da adaptação das propostas apresentadas em glossários terminológicos e por diversos autores, considerando também como se tem entendido a aplicação de conceitos e princípios teóricos da Arquivística, tendo por objetivo o reconhecimento do que são algumas das características que podem ser apontadas aos arquivos pessoais. Um segundo ponto circunscreve-se mais particularmente ao exame de aspetos que evidenciam a complexidade da dimensão social que os arquivos pessoais representam, considerando autores que têm defendido uma reavaliação de conceitos e princípios.

### ***1.1. A diversidade terminológica e conceptual***

---

<sup>20</sup> No seguimento da definição, a que se aludiu na introdução da dissertação, dada por Lúcia Velloso de Oliveira (2010, 35; 2012, 33).

Ao longo do século XX, a nível internacional, foram encetadas diversas iniciativas no sentido de uniformizar o léxico utilizado pela Arquivística, nem sempre bem-sucedidas quanto ao uso consentâneo e universal de alguns termos, ou de que resultaram instrumentos rapidamente tornados obsoletos e desatualizados, por virtude da evolução tecnológica e do desenvolvimento do pensamento sobre a própria Arquivística.<sup>21</sup>

Em 1992, Terry Cook invocou a necessidade de os profissionais de arquivo utilizarem uma linguagem comum baseada em princípios e conceitos aceites por todos. Para o autor, sem um entendimento nesse sentido, até mesmo qualquer tentativa de estabelecer normas no âmbito da Arquivística configurava num exercício de escassa utilidade (Cook, 1992a, 24).<sup>22</sup> No entanto, e apesar dos contínuos esforços desenvolvidos pelo Conselho Internacional de Arquivos (ICA), a diversidade terminológica continua a ser patente, como se pode verificar, por exemplo, no glossário internacional *Multilingual Archival Terminology*, resultante de um projeto de sistematização a partir de várias fontes, onde foram coligidas definições propostas em inúmeros dicionários e léxicos, de vários países e em diversas línguas.<sup>23</sup>

A persistência de distintos modos de entendimento dos arquivos, inclusivamente com escolas de pensamento relacionadas, e a preservação de arquivos por instituições de áreas não especializadas em Arquivística, como a Museologia ou a Biblioteconomia, continuam a dificultar um consenso entre os vários profissionais, tanto conceptual, como na própria normalização dos procedimentos de descrição, com uso de distintos quadros normativos e de glossários terminológicos, nem sempre coincidentes. Do ponto de vista terminológico, e da própria conceptualização do que constituem arquivos como os pessoais, ou os familiares, não existe

---

<sup>21</sup> Uma tentativa de estabelecer uma terminologia arquivística ao nível internacional surgiu na sequência de uma proposta feita em 1931 pelo Comité Consultivo Permanente da Sociedade das Nações. Contudo, só depois da fundação do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), em 1950, se assistiu a maior empenho com sistematização terminológica. Em 1964 foi publicado o *Elsevier's Lexicon of Archive Terminology*, fruto dos trabalhos levados a cabo pelo ICA, pejado, todavia, de definições imprecisas e ambíguas (Ribeiro, F., 1998, vol. II, 16), e, em 1984, o *Dictionary of Archival Terminology*, editado em versão bilingue, em inglês e francês.

<sup>22</sup> O alerta de Terry Cook surgiu num período em que o Conselho Internacional de Arquivos (ICA) trabalhava na elaboração de um quadro normativo internacional para a descrição de arquivos, de que resultou a aprovação de uma primeira norma em 1994, a ISAD(G), a que se seguiram outras – a ISAAR(CPF), para a elaboração de registos de autoridade dos produtores de arquivos; a ISDF, destinada à descrição das funções das entidades produtoras; e a ISDIAH, para a normalização das descrições das instituições detentoras de acervos arquivísticos.

<sup>23</sup> O ICA tem vindo, desde há alguns anos, a fazer sucessivas atualizações do *Dictionary of Archival Terminology* publicado na década de 1980. Uma persistente recolha de definições, em diversas obras e projetos arquivísticos, em múltiplas línguas, está na base do glossário terminológico multilingue elaborado com a colaboração da organização *InterPares Trust*, projeto de investigação internacional dirigido por Luciana Duranti, a qual é também responsável pela coordenação do glossário. Disponibilizado atualmente *on-line*, nele é possível consultar as várias aceções de um mesmo conceito numa determinada língua e os termos correlativos em uso noutras. O acesso *on-line* à base de dados do glossário, em atualização permanente, é disponibilizado pelo *Centre for the International Study of Contemporary Records and Archives* em <URL:<http://www.ciscra.org/mat/>> [consult. 20-01-2017], e na página oficial do ICA está disponível diversa informação técnica sobre o mesmo em <URL: <https://www.ica.org/en/online-resource-centre/multilingual-archival-terminology>> [consult. 20-01-2017].

unanimidade entre os profissionais dos vários países, nem uma única definição possível para realidades semelhantes.

Para o caso português, o glossário do ICA sistematiza alguns termos vertidos em publicações como o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, editado em 1993, ainda frequentemente utilizado e citado, e a Norma Portuguesa 4041, de 2005.<sup>24</sup> O referido dicionário indica várias aceções possíveis para o termo arquivo e, naquela que importa aqui considerar, define-o como o “conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua atividade e conservados a título de prova ou informação” (Alves *et al.*, 1993, 7).<sup>25</sup>

Em face desta definição, é possível afirmar que o conjunto dos documentos de uma pessoa singular pode constituir um arquivo. Todavia, no Dicionário não é definido o arquivo pessoal, embora se apresente uma definição de arquivo de família, para designar aquele “de uma ou mais famílias aparentadas e/ou dos seus membros relativo a assuntos privados e públicos, e à administração de bens”. Esta definição de arquivo de família, ao introduzir, como hipótese alternativa, a possibilidade de dizer respeito também aos seus membros, deixa a sua abrangência envolta em alguma ambiguidade, pois nada especifica quanto à eventualidade de esses membros poderem ser considerados na sua singularidade individual, produzindo o seu arquivo de forma independente da família, sendo que esta não pode deixar de ser considerada uma expressão social de vivência coletiva, seja qual for a sua configuração.

No glossário do ICA encontramos ainda, em língua portuguesa, o arquivo definido em conformidade com a norma portuguesa NP 4041, acima indicada. A definição corresponde à que figura no *Dicionário de Terminologia Arquivística*, sendo acrescentada a explicitação de que se trata da “mais ampla unidade arquivística”<sup>26</sup> e que “a cada proveniência corresponde um arquivo” (NP 4041, 2005, ponto 3.1.2), vinculando, deste modo, a definição a teorias e práticas arquivísticas relacionadas principalmente com a descrição e a organização documental.

A expressão referente à proveniência pressupõe a aplicação de um princípio teórico na Arquivística, frequentemente designado por princípio do respeito dos fundos, cuja origem

---

<sup>24</sup> Norma destinada a fixar termos e conceitos básicos em uso corrente na teoria e prática arquivística. Foi homologada em 2005, mas esteve em projeto a partir de 1990, razão pela qual é frequentemente referida no *Dicionário de Terminologia Arquivística* de 1993 (Alves *et al.*, 1993).

<sup>25</sup> Além desta definição, o Dicionário refere ainda outras duas aceções possíveis para o termo, uma para designar a instituição ou serviço responsável pela aquisição, conservação, organização e comunicação de documentos de arquivo, e outra no sentido de depósito, ou seja, o local físico onde se guardam documentos.

<sup>26</sup> A “unidade arquivística” refere-se diretamente aos termos utilizados para descrever os documentos nos seus conjuntos, aplicando-se distintas designações às várias partes componentes do arquivo. Este é considerado a unidade mais ampla, que se pode subdividir em outras unidades, como as secções, as séries, e as subdivisões destas, até ao nível mais particular do documento simples. As definições e abrangência de cada uma destas unidades podem ser encontradas na referida norma NP 4041 (2005).

remonta ao século XIX. Fundamenta-se na manutenção da autonomia de cada arquivo, em função da entidade que lhe deu origem, e na ideia de que os documentos ligados a um mesmo produtor devem permanecer juntos, não se devendo misturar com os de outros. Um fundo designa, assim, o conjunto completo e inseparável dos documentos de um arquivo.<sup>27</sup>

A mesma norma (NP 4041, 2005, ponto 3.1.9) considera, por isso, o termo fundo, como equivalente ao termo arquivo, ressalvando embora ser “mais utilizado no âmbito dos arquivos definitivos”.<sup>28</sup> O fundo constitui um termo amplamente aplicado, na Arquivística, a um conjunto documental com a mesma proveniência, e é comum ser utilizado para designar os arquivos que foram considerados como tendo valor para preservação permanente, e cuja descrição constitui uma das competências das instituições de arquivo. Por essa razão é o termo preferencialmente adotado na ISAD(G).<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> O referido princípio e a origem do próprio termo “fundo”, ou pelo menos a sua vulgarização na prática arquivística, situam-se no contexto europeu do pós-Revolução Francesa, durante o qual várias famílias e indivíduos ligados ao anterior regime viram os seus bens confiscados e sequestrados, tendo conseqüentemente muitos documentos de origem privada revertido para o Estado, sendo remetidos a arquivos e bibliotecas públicas (Nougaret, 2013, 64). A incorporação de numerosos arquivos privados em depósitos dos Estados foi inicialmente acompanhada de uma reorganização geral dos documentos, segundo uma lógica racional, cronológica e temática, distinta da organização funcional existente nos arquivos na sua formação original (Silva, A. M. *et al.*, 1999, 112). Contudo, a desarticulação causada pelas várias formas de organização dos documentos levou a que, em 1841, uma circular do Ministro do Interior, Duchatel, viesse determinar a reunião dos documentos pela sua entidade de origem. Considera-se ter tido papel preponderante nessa decisão, Natalis de Wailly, dos *Archives Nationales*, tendo sido seguidas as suas recomendações nas instruções e metodologias de classificação de documentos exaradas na circular, com vista a implementar o que veio a ser conhecido como o “princípio de respeito pelos fundos”, também designado como “princípio da proveniência”, em oposição à organização por assuntos inspirada na época iluminista (Silva, A. M. *et al.*, 1999, 107). Ainda assim, autores como Horsman ou Luciana Duranti consideraram que a ideia de organizar os fundos de acordo com a sua proveniência, não misturando documentos entre si, teria sido articulada anteriormente, havendo exemplos dessa prática, em Nápoles em 1812, e no Vaticano em 1839 (cit. por Douglas, 2013b, 127). Entre alguns autores que, já no século XX, procuraram formular teorias em torno deste princípio encontram-se Carlo Laroche (1971), inserido numa visão estruturalista que entende a Arquivística como uma ciência dotada de autonomia, e Michel Duchein (1977, 1983), que apresenta diversas propostas metodológicas para ultrapassar problemas encontrados na sua aplicação prática.

<sup>28</sup> O adjetivo “definitivo” remete para ideia de que o fundo se trata de um conceito essencialmente destinado a ser utilizado no contexto das instituições com funções arquivísticas, para designar a documentação que deixou de ter utilização corrente, e se entendeu preservar indefinidamente, por razões informativas e históricas. No entanto, este entendimento pode ser questionado, pois essa situação supõe existir documentação “não definitiva”, ou seja, ainda em uso. Tal pode fazer crer que existe um arquivo para além do fundo, objetando, necessariamente, a que se considerem os termos arquivo e fundo de forma idêntica. Seja para uma organização, seja para o caso de documentos de indivíduos e de famílias, o facto de haver documentação incorporada em instituições arquivísticas, recebendo a designação de fundos, não significa que possam ser considerados “definitivos”, se o sentido for o de terminal, encerrado, acabado ou inalterável, pois podem, ainda assim, estar sujeitos a novas incorporações – por força da lei, para o caso das organizações em pleno funcionamento; ou por outras justificações, no caso de arquivos pessoais e familiares parcialmente entregues à guarda de uma instituição.

<sup>29</sup> Na terminologia arquivística pode ainda ser encontrado o conceito de “subfundo”. Os canadianos Rousseau e Couture definem-no como uma “subdivisão do fundo quando se trata de unidades administrativas subordinadas” (1998, 295). Em Portugal, a norma NP 4041 de 2005 considera-o “uma unidade arquivística constituída pela primeira subdivisão de um arquivo, determinada pela sua ordem original ou, na sua ausência, por critérios orgânico-funcionais” (ponto 3.1.17), e entende-o como idêntico ao de “secção” (ponto 3.1.15). A ISAD(G) (2002, 14), na sua tradução para língua portuguesa publicada pela Torre do Tombo, não utiliza o termo “secção” e considera apenas o “subfundo”. Ambos

O conceito de fundo presta-se, porém, a algumas ambiguidades, nomeadamente pela sua utilização noutras áreas, com sentidos diferentes. Por exemplo, em bibliotecas é possível encontrar o uso do termo de fundo (por vezes tendo associado o adjetivo “documental”) para designar o seu património bibliográfico, ou mesmo em sentido mais restrito e próximo de um outro termo, o de coleção, sendo ambos igualmente de uso prolixo em distintos contextos profissionais, como na museologia.

No glossário do ICA reproduz-se ainda outra definição de arquivo, também em língua portuguesa, mas baseada no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, designando o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte,” (DBTA, 2005, 27). Essencialmente semelhante ao proposto no dicionário de edição portuguesa, não introduz, no entanto, o pormenor desse conjunto ser considerado “orgânico”, nem a questão da conservação dos documentos para efeitos de prova ou informação.

Encontra-se ainda vertida no glossário do ICA uma sumária e simplista enunciação de arquivo pessoal, constante no *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*: “arquivo de pessoa física” (DBTA, 2005, 34). Esta definição remete o entendimento do que é o arquivo para a aceção respetiva, acima indicada, e circunscreve o pessoal em função da existência corporizada do indivíduo, num sentido correlativo a uma entidade biológica. Desta forma, introduz o que se pode considerar como uma distinção relativamente à família, um conceito de âmbito social relativo aos laços que unem determinados indivíduos, seja por contrato juridicamente reconhecido ou por consanguidade.

O mesmo dicionário brasileiro define o arquivo de família como o “arquivo privado de uma família ou de seus membros, relativo às suas atividades públicas e privadas, inclusive à administração de seus bens” (DBTA, 2005, 29). Note-se ainda que esta definição introduz o conceito de “arquivo privado”, que no dicionário se indica corresponder a todo aquele que diz respeito a uma “entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa” (DBTA, 2005, 35). O *Dicionário de Terminologia Arquivística* publicado em Portugal remete também para uma definição semelhante, sendo o arquivo privado respeitante a uma entidade de direito privado (Alves *et al.*, 1993, 9-10).

Contudo, a designação de arquivo privado reporta-se apenas a uma característica de tipo jurídico, da esfera do Direito, que distingue tais arquivos daqueles que dizem respeito a entidades da administração pública de um país. Existem, no entanto, alguns autores que, no domínio da teoria arquivística, têm assumido estes termos para caracterizarem ou designarem

---

correspondem a termos usualmente utilizados nas operações de classificação, sendo atribuídos a subdivisões hierárquicas que organizam os documentos.



os arquivos pessoais, como Heloísa Bellotto que sustentou que “a conceção de arquivos pessoais está embutida na definição geral de arquivos privados” (Bellotto, 2007, 166), ou Zeny Duarte Santos que a propósito deles chega mesmo a adotar apenas a expressão de arquivo privado (Santos, Z. D., 1999, 38).<sup>30</sup>

No entanto, tal como alertou Armando Malheiro da Silva, a distinção entre arquivos públicos e privados tem nulo interesse científico, sendo apenas uma mera utilidade instrumental (Silva, A. M., 2000a, 89).<sup>31</sup> De facto, a distinção diz apenas respeito à natureza jurídica da entidade produtora, e para os repositórios arquivísticos não deve ser mais do que uma forma de distinção pragmática, com essa base, relacionada, por exemplo, com aspetos relativos à propriedade ou a restrições de acesso à informação previstas por lei. Embora devam ser tidos em conta pelos profissionais de arquivo, são somente aspetos concernentes à gestão da documentação, que não devem condicionar qualquer teoria arquivística ou abordagem conceptual do que constitui um arquivo.

No caso da definição de “arquivo pessoal”, para designar os conjuntos documentais de indivíduos preservados nos diversos repositórios, a questão pode ainda assumir contornos mais complexos. A brasileira Heloísa Bellotto, por exemplo, considera o arquivo pessoal como o conjunto de informação, seja qual for o seu suporte, resultante da vida e da obra ou atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, ou outros, enfim, de pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possam ter algum interesse para as pesquisas nas respetivas áreas onde desenvolveram suas atividades. Esse estatuto, segundo Bellotto, aplica-se ainda a pessoas detentoras de informações inéditas nos seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão factos novos para as ciências, a arte e ou a sociedade em geral (Bellotto, 2007, 266).

Já Maria del Carmo Mastropiero considera que os documentos pessoais não se podem considerar arquivos enquanto não forem sujeitos a uma análise documental, e à tripla função, segundo a autora, de recolher, conservar e servir, a qual “cabe a toda a instituição arquivística.

---

<sup>30</sup> A mesma autora define os arquivos privados como guardando documentação que não foi produzida pelo Estado, embora entenda que muitos possuem “papéis públicos”, referindo-se ao que é produzido dentro da esfera pública em que o indivíduo se move (Santos, Z. D., 1999, 42-43).

<sup>31</sup> A dicotomia público/privado pode revelar-se em práticas arquivísticas que diferenciam, por exemplo, os fundos incorporados no acervo de determinado repositório entre arquivos públicos e arquivos privados. Esta distinção encontra-se expressa em Portugal na lei relativa ao regime geral dos arquivos e do património arquivístico (Decreto-Lei 16/93, de 23 de janeiro), onde se considera como público o arquivo reunido por uma entidade pública, e privado aquele é reunido por uma entidade privada (Art.º 9.º, alínea b). A lei de bases do regime de proteção e valorização do património cultural (Lei 107/2001, de 8 de setembro) mantém a mesma ideia (Art.º 81.º), sublinhando explicitamente que os arquivos são públicos ou privados de acordo com a proveniência (n.º 1), e especificando que os arquivos públicos são produzidos por entidades públicas ou pessoas coletivas de utilidade pública (n.º 2), enquanto os privados são os produzidos por entidades privadas (n.º 4), podendo estas ser pessoas coletivas de direito privado integradas no setor público, e ainda pessoas singulares ou coletivas privadas (n.º 5).

Podem ser considerados como a matéria-prima de um futuro arquivo pessoal, se forem criadas as condições para que assim resulte” (Mastropiero, 2006, 15).

As propostas de ambas as autoras partem de perspetivas excessivamente restritivas, focando-se numa avaliação e seleção imposta pelos arquivistas, fazendo depender a atribuição do estatuto de arquivo aos documentos pessoais de uma análise documental e tratamento arquivístico, da sua integração numa instituição de memória, e da sua importância para a difusão junto do público, negando tacitamente essa qualidade aos arquivos pessoais e familiares na posse dos seus proprietários, ou depositados em instituições mas não submetidos ao crivo de uma análise especializada.

Na versão inglesa do glossário multilingue do ICA não se encontra qualquer definição para *personal archive*, sendo ao invés utilizado o termo *personal papers*, com base num outro glossário terminológico editado pela *Society of American Archivists* (SAA), em 2005, da autoria de Pearce-Moses. O autor deste glossário considerou os *archives* sob diferentes significados, sendo o primeiro referente ao arquivo entendido enquanto conjunto de documentos, definindo-os como os “materiais criados ou recebidos por uma pessoa, família ou organização, pública ou privada, no decurso das suas atividades e preservados em razão do valor da informação contida, ou como evidência das funções ou responsabilidades do seu produtor, especialmente aqueles mantidos de acordo com os princípios da proveniência, ordem original, e controlo coletivo” (Pearce-Moses, 2005, 30).

Tal como anteriormente mencionado a propósito do princípio da proveniência implícito na definição de fundo proposta na NP 4041, também a referência de Pearce-Moses à “ordem original” tem subjacente um outro princípio teórico da arquivística, igualmente formulado no século XIX, sendo comumente atribuída a sua teorização aos holandeses Samuel Müller, Joseph Feith e Robert Fruin, autores de um manual de arquivística para organização e descrição de arquivos (Muller *et al.*, 1973), conhecido usualmente como o *Manual dos Arquivistas Holandeses*, numa alusão à nacionalidade dos seus autores. Trata-se de um princípio baseado na presunção da preservação da estrutura do arquivo e da organização dos seus documentos conforme dada pelo seu produtor, em função das suas atividades, que deverá ser respeitado no âmbito do tratamento arquivístico.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> Apesar de haver já quem defendesse e praticasse a ideia do respeito pela designada “ordem original”, é na obra dos arquivistas holandeses que usualmente se considera que o princípio foi formalizado teoricamente enquanto método de uma arquivística que, progressivamente, se assumia como disciplina autónoma. Mesmo assim, alguma literatura anglo-saxónica reivindica a articulação teórica do princípio como sendo anterior, designadamente na regulamentação determinada por Max Lehmann aplicada ao tratamento dos materiais no *Prussian Privy State Archives*, onde são referidos os dois princípios que deveriam orientar os arquivistas: o da proveniência (*Provenienzprinzip*) e da ordem pela qual a entidade produtora os mantivera (*Registraturprinzip*) (Cook, T. 1997, 21; Douglas, 2013b, 129). Também Francisco Bonaini, em 1867, defendeu a ideia de respeitar uma alegada ordem original, o que foi mesmo

Na base da definição de arquivo, proposta por Pearce-Moses, está também presente a consideração de que é um conceito atribuído especificamente aos documentos que se consideraram merecedores de preservação e conservação a título permanente,<sup>33</sup> em função do seu valor probatório e informativo, obedecendo o seu tratamento aos mencionados princípios teóricos propostos para a Arquivística, e assim colocados ao dispor de outros utilizadores no espaço coletivo, e já não apenas em função das necessidades do seu produtor. Fora do conceito de *archives* ficam, assim, os registos em utilização corrente nas organizações, de carácter administrativo, usualmente designados por *records* na tradição anglo-saxónica.

Por isso, apesar de se referir aos documentos produzidos por indivíduos ou referentes às famílias na sua definição de arquivo, Pearce-Moses não empreendeu uma enunciação para os *personal archives*, pelo que também não se encontra qualquer verbete sob esta designação no glossário do ICA, de que o autor foi um dos colaboradores. A opção foi, antes, a da utilização da expressão *personal papers*, que Pearce-Moses apresentou com duas aceções possíveis: uma primeira, utilizada para designar os documentos criados, adquiridos ou recebidos por um indivíduo, no decurso das suas atividades, e preservados na sua “ordem original”; e uma segunda aceção, atribuída aos documentos não oficiais mantidos por um indivíduo no seu local de trabalho (Pearce-Moses, 2005, 292).<sup>34</sup>

Além dos *personal papers*, o autor incluiu, no seu glossário, uma entrada para *manuscript collection*, que define como uma “coleção de ‘papéis’ pessoais ou familiares”. Ressalvou, todavia, que o termo “manuscrito” é generalista e não inclui somente registos escritos “à mão”, devendo ser entendido para designar uma coleção mista, com diferentes tipos de registos (incluindo apontamentos, diários, trabalhos impressos, fotografias, recortes de imprensa, etc.), mas em que predominam materiais “não publicados” (Pearce-Moses, 2005, 240).<sup>35</sup>

---

regulamentado na década de 1870 nos arquivos da Toscana (Ribeiro, F., 1998, vol. I, 29; Douglas, 2013b, nota 11).

<sup>33</sup> O mesmo sentido é dado à definição, apresentada pelo autor, de *archival records*, considerada como sinónimo de *permanent records* (Pearce-Moses, 2005, 28).

<sup>34</sup> As definições em inglês são as seguintes: “1. Documents created, acquired, or received by an individual in the course of his or her affairs and preserved in their original order (if such order exists). – 2. Nonofficial documents kept by an individual at a place of work.” Destaque-se que, na primeira das aceções referidas, quando o autor refere a preservação da ordem original, e introduz o parêntesis indicado, não especifica se a ausência de uma ordem, considerada original, afeta, de alguma forma, a definição do conceito de *personal papers*.

<sup>35</sup> No glossário de Pearce-Moses a coleção é também apresentada com diversas aceções: significando um conjunto de materiais reunidos sob uma determinada característica unificadora; dizendo respeito a um conjunto de materiais reunidos por uma pessoa, organização ou repositório, a partir de diversas proveniências; ou referindo-se à totalidade dos fundos de um determinado repositório (Pearce-Moses, 2005, 76). Refere ainda o conceito de *manuscript group*, para designar uma coleção de materiais que partilham a mesma proveniência, o que pode ser relacionado com outros conceitos afins, como o de fundo ou coleção, quando utilizado para os documentos oriundos de pessoas ou famílias. Apesar de procurar considerar este conceito em equivalência ao do *records group*, o autor remete os documentos pessoais e familiares para esse grupo distinto dos “manuscritos”, deixando subentender a ideia de que se trata de universos distintos (Pearce-Moses, 2005, 241).

Pearce-Moses destacou, na introdução ao seu glossário, que existem autores que distinguem os *archives* dos *personal papers*, enquanto outros não o fazem, salientando a existência de distintas comunidades de interesse e disciplinas, que determinam diferentes entendimentos quanto aos termos utilizados. Não hesitou também em indicar que a falta de consenso profissional entre arquivistas induz a confusões entre os utilizadores dos arquivos, além de fazer com que as próprias várias palavras sejam em si mesmas objeto de acesas discussões (Pearce-Moses, 2005, xv).

As definições apresentadas por este autor no seu glossário são o reflexo da prolongada influência de uma escola de pensamento, que singrou em alguns países anglo-saxónicos, sobre as características reputadas essenciais para que um determinado conjunto de documentos possa ser considerado como um arquivo, entre as quais a sua natureza dita “orgânica”, no sentido de considerar que o arquivo é o produto natural da atividade de uma organização, e os documentos a manifestação material dessas atividades e das relações estabelecidas no seu decurso.

Esta conceção sobre a natureza dos arquivos teve a sua origem mais remota no já citado *Manual dos Holandeses*.<sup>36</sup> Os seus autores estavam essencialmente interessados nos documentos da administração dos organismos públicos, embora tenham considerado que os organismos privados também produziam arquivos. No entanto, no caso das famílias, os autores questionaram a sua capacidade de originarem fundos de arquivo, pois os seus documentos eram tidos como materiais coletados “artificialmente e de forma fragmentada” (Muller et al., 1973, 20).

Ao não se lhes reconhecer a natureza de arquivos, enfatizando a sua reunião “artificial” por oposição a um alegado carácter “orgânico”, decorrente da atividade tida por “natural” das organizações administrativas, o que os arquivistas holandeses fizeram foi relegar os documentos pessoais e familiares ao estatuto de meras coleções de curiosidades.<sup>37</sup> Eram,

---

<sup>36</sup> O manual sintetizava conceitos, como o de arquivo, e procedimentos como a descrição e elaboração de inventários, organização de documentos ou a utilização de determinadas normas. Foi produzido tendo por base o princípio do respeito pelos fundos, no sentido de se zelar pela autonomia dos documentos de uma mesma proveniência, tal como fora defendido anos antes pelo francês Wailly, e ainda o do respeito pela ordem original, sendo este último princípio teorizado detalhadamente através dos métodos de trabalho arquivístico propostos pelos seus autores, que codificaram algumas orientações que já vinham a ser aplicadas.

<sup>37</sup> Quando o manual dos holandeses foi publicado estavam perfeitamente estabelecidas práticas de colecionismo de documentos considerados “preciosidades” históricas. A aquisição de manuscritos de distintas proveniências, sob a giza de constituírem “curiosidades históricas”, remonta aliás ao período do Iluminismo, durante o qual se desenvolveram correntes filosóficas e científicas que providenciaram as bases para que se suscitasse um interesse pelos documentos do foro mais pessoal ou íntimo, incluindo registos memorialísticos e textos de carácter literário, que passaram também a ser utilizados para pesquisas históricas e prospeções académicas. Todavia, a sua conservação, para além do estrito âmbito das necessidades dos seus produtores originais, dependeu substancialmente da iniciativa de indivíduos, famílias e ordens religiosas, munidos de poder económico e acesso ao conhecimento, que investiram na aquisição e reunião de manuscritos, dando origem ao desenvolvimento de inúmeras livrarias particulares.

assim, de menor valor para as instituições incumbidas de preservar e gerir arquivos, sendo remetidos à competência das bibliotecas e dos seus bibliotecários (Cook, T., 1997, 21-22).

Em 1922, surgiu um outro grande manual de teoria e prática arquivística, da autoria do britânico Hilary Jenkinson – o *Manual of Archive Administration*. Nesta obra, os arquivos eram encarados como evidência imparcial das atividades das instituições, relevantes pelo caráter probatório de atos e factos, numa linha de pensamento positivista, sendo o arquivista o guardião dessa evidência. Jenkinson entendia a criação e constituição de arquivos como resultado direto e natural do decurso das atividades administrativas e executivas das organizações, representando o lado neutro, imparcial e autêntico dos factos e das transações. Para o autor, os arquivos não se construíam com vista a um interesse cultural posterior, mas em função das necessidades de contextos administrativos específicos, de organizações com estruturas e hierarquias de funcionamento definidas ou claramente perceptíveis (Jenkinson, 1937).

Cartas missivas, apontamentos, textos literários, memórias e um sem número de outros documentos existentes nos arquivos pessoais e familiares não preenchiam os requisitos diplomáticos fundamentais de imparcialidade, autenticidade, e fidedignidade, inerentes aos que as organizações produziam, em resposta a funções específicas enquadradas na sua orgânica institucional, e de acordo com imperativos jurídico-legais. Para Jenkinson os conjuntos de documentos de indivíduos e das famílias eram reuniões formadas por critérios subjetivos e artificiais, e não estavam vinculados organicamente a funções determinadas. O autor não lhes reconhecia, portanto, o carácter de arquivo (Pollard, 2001, 138-139).<sup>38</sup>

Por outro lado, os documentos pessoais e familiares estavam facilmente suscetíveis a quebras na cadeia de posse, originando a sua desagregação e dispersão. Entre outros fatores, alguns dos mais comuns que podem ser apontados são: as alterações de posse, por virtude de

---

Este movimento, acompanhado de sucessivas reclassificações, temáticas ou cronológicas, ocasionou frequentemente a desarticulação de muitos arquivos (Silva, A. M. *et al.*, 1999, 95-96), e proporcionou a formação de coleções muito diversificadas. Posteriormente, em pleno século XIX, os documentos pessoais, designadamente os manuscritos autógrafos de personalidades, passaram também a integrar os acervos de instituições, sendo preservados em função do seu valor histórico ou literário. No entanto, esses conjuntos de documentos continuaram sobretudo a ser considerados como objetos de coleção, mais do que entendidos como arquivos, no sentido de constituírem prova e testemunho de ações ou atividades, individuais ou coletivas (Artières, 1998, 12).

<sup>38</sup> As ideias de Jenkinson não tiveram, porém, inteira aceitação por arquivistas de outros países europeus. O italiano Eugenio Casanova, por exemplo, numa obra sobre arquivística, publicada em 1928, analisou as definições de arquivo de diversos autores, incluindo as do manual holandês e as de Jenkinson, e, considerando que nenhuma era suficientemente completa, apresentou uma proposta alternativa: “o arquivo é a recolha ordenada dos atos de uma instituição ou indivíduo, estabelecida durante o curso da sua atividade e preservada para a realização de fins políticos, jurídicos e culturais dessa entidade ou indivíduo” (Casanova, 1928, 19). Casanova reconhecia, deste modo, que os indivíduos formam arquivos, inclusivamente para fins administrativos, e não somente por propósitos culturais. No entanto, as suas teorias tiveram escassa influência no pensamento arquivístico desenvolvido em países anglo-saxónicos, onde subsistiu o predomínio das correntes que sobrevalorizaram o papel das organizações como entidades produtoras de arquivos.

sucessivas transmissões, em função de alianças matrimoniais ou da divisão do património por heranças; as vendas de documentos pelos seus titulares em razão de necessidades económicas; ou o interesse de colecionadores pela aquisição de documentos motivados, por exemplo, pela curiosidade histórica.

Ora, a manutenção da integridade da documentação, de forma continuada, sob a guarda do seu produtor original, era, para Jenkinson, um requisito fundamental dos arquivos, como testemunho imparcial e objetivo das ações administrativas, e que os documentos dos indivíduos e das famílias não possuíam (Fisher, 2009, 8-9).

Em 1956, o americano Théodore Schellenberg, na sua obra *Modern Archives*, resumiu e articulou um conjunto de ideias para a teoria e prática arquivística. A obra surgiu num contexto em que os arquivos públicos americanos enfrentavam problemas de gestão advindos do enorme manancial de documentos acumulados desde as décadas anteriores. Por isso, esta obra de Schellenberg foi especificamente concebida como um manual dirigido às organizações, em especial as governamentais, tendo em vista a implementação de procedimentos para a gestão e avaliação da informação.<sup>39</sup> O autor propôs que os documentos fossem analisados em função de valores, que dividiu em primário e secundário – o primário refletindo a importância dos documentos para uso pela sua organização produtora, em resposta a necessidades diretas; e o secundário referente aos que, deixando de ter utilização corrente, possuíam importância para subseqüentes investigadores (Schellenberg, 2003, 16).

Schellenberg considerava que as instituições arquivísticas, especialmente incumbidas de receberem os arquivos das organizações destinados a conservação definitiva, eram intrinsecamente distintas, nas funções, propósitos e métodos, das bibliotecas, mais direcionadas para a deliberada aquisição de coleções de distintas proveniências, em torno, por exemplo, de temáticas específicas (Schellenberg, 2003, 17-25). Neste sentido, perfilhava também da visão de que os documentos pessoais se enquadram mais na atividade destas últimas.

Além do mais, o autor partilhava a ideia de que os documentos reunidos por indivíduos e pelas famílias correspondiam a reuniões condicionadas por critérios aleatórios e artificiais, onde o valor primário se encontrava ausente, estando este reservado para os documentos que serviam de testemunho das atividades atribuídas a instituições, com uma orgânica clara e definida. Podiam, todavia, possuir valor secundário, designadamente informativo, razão pela qual, em determinadas circunstâncias, os documentos pessoais podiam ser encontrados nos *archives*, termo utilizado pelo autor numa aceção próxima da referente às instituições

---

<sup>39</sup> Schellenberg comungava da cultura americana do seu tempo, do estatismo do New Deal, da ênfase nos benefícios da gestão tecnocrata e eficiente, e também das novas visões da sociologia do trabalho, do serviço social, da planificação urbana, e outras atividades intervencionistas do Estado.

especializadas na preservação permanente e definitiva da documentação selecionada como relevante para a investigação.<sup>40</sup>

No seguimento da tradição americana, sintetizada por Schellenberg, consolidou-se, nos Estados Unidos, com repercussão noutros países anglo-saxónicos, uma separação entre a utilização do termo *records*, aplicado aos documentos correntes das administrações, e os de *papers* ou *manuscripts*,<sup>41</sup> especificamente referentes aos documentos de entidades privadas sem uma orgânica claramente definida, incluindo os dos indivíduos e das famílias, cuja custódia e tratamento eram realizados em instituições incumbidas da fase final e “histórica” dos diversos documentos.<sup>42</sup> Em alguns países estabeleceu-se mesmo uma divisão formal entre os profissionais do *records management*, ligados sobretudo à gestão documental das organizações, e os *archivists*, mais próximos da função de curadores da memória histórica.<sup>43</sup>

A influência de Schellenberg quanto à gestão dos arquivos, junto com as ideias veiculadas por Jenkinson sobre a sua natureza, votaram os arquivos pessoais a uma subvalorização na teoria arquivística, que hesitou durante muito tempo em lhes reconhecer as mesmas características dos arquivos de organizações com estruturas administrativas mais ou menos complexas. Alguns países, como os EUA, mantiveram uma forte tradição de incumbir as bibliotecas e as sociedades históricas da sua custódia e tratamento, perpetuando a utilização de terminologias

---

<sup>40</sup> Sintetizando uma prática americana, Schellenberg entendia o *archive* como correspondente apenas à pequena porção dos documentos escolhida para preservação permanente; o todo original era muito maior, e cabia no conceito de *records*. Uns e outros eram geridos por diferentes profissionais, e em distintos locais – os arquivos competiam aos arquivistas e às instituições especificamente incumbidas da sua preservação; os *records* eram responsabilidade dos gestores das entidades produtoras (Cook, T., 1997, 27-28).

<sup>41</sup> O termo *manuscript* é amplamente adotado em bibliotecas e sociedades históricas e culturais dos Estados Unidos da América, designando os conjuntos de documentos e materiais de diversa tipologia (não necessariamente apenas textos manuscritos), não produzidos por entidades governamentais.

<sup>42</sup> A distinção, nos EUA, entre as funções do arquivo enquanto repositório da memória histórica, e do arquivista como responsável pela preservação dos documentos, e a gestão dos documentos das instituições públicas, pelos designados *records managers*, é patente na designação escolhida, em 1985, para designar a agência nacional responsável pela gestão arquivística e documental, o *NARA – National Archives and Records Administration*. No Reino Unido existiu uma menor tendência para separar os *records* dos *archives* – o próprio *Public Record Office*, instituição primordial arquivista do governo britânico, apesar do nome, esteve incumbido tanto da gestão documental que estava a ser produzida e utilizada de forma ativa ou semi-ativa, como na seleção do que se destinava a conservação definitiva (considerada histórica). A divisão era sobretudo administrativa com base no uso (Tyacke, 2001, 4). Mais recentemente, em 2003, o *Public Record Office* e a *Historical Manuscript Commission* juntaram-se dando origem a uma instituição mais abrangente – o *National Archives* – assumindo definitivamente a preponderância do conceito de Arquivo, alargado à informação pública e privada.

<sup>43</sup> O *record management* visa a aplicação de métodos de eficácia e economia na gestão da documentação, logo desde a sua fase de produção e utilização administrativa (Silva, A. M. *et al.*, 1999, 134), e desenvolveu-se em autonomia em relação ao *archival management*, estando ambos considerados de forma distinta na obra *Modern Archives* de Schellenberg. Mais recentemente, sobretudo em resposta à problemática da gestão da informação produzida digitalmente, alguns autores têm procurado transpor e adaptar estes termos para o universo pessoal, com a utilização de conceitos como *personal recordkeeping* e *personal information management*, colocando maior ênfase nos *records* como unidades primárias de análise e incluindo a gestão de documentos considerados de preservação permanente pelo seu valor informativo/histórico. Veja-se, por exemplo, as referências ao primeiro destes termos por Richard J. Cox (2001, 30-32, 151), e os artigos especialmente dedicados ao segundo conceito por Catherine Marshall (2007) e Jordan Bass (2013).

diversas, vertidas em normas e léxicos, e influenciando o pensamento de vários autores americanos que consideraram os documentos pessoais ou familiares fora do conceito de arquivo.<sup>44</sup>

Este posicionamento, e o papel assumido pelas bibliotecas americanas na preservação de documentos provenientes da esfera particular dos indivíduos e das famílias, está igualmente presente em normas de catalogação como as *Anglo-American Cataloguing Rules*, designadamente na sua segunda edição, conhecida por AACR2,<sup>45</sup> especialmente desenvolvidas para a catalogação de materiais impressos em bibliotecas. Todavia, a inclusão de vários materiais arquivísticos nos acervos das bibliotecas, impunha a sua descrição de forma adequada, pelo que um capítulo inteiro da norma acabou sendo especificamente destinado aos “manuscritos”, prevendo diversos tipos de agregações de documentos, entre os quais o que se designa por “coleções de materiais manuscritos formadas por, ou acerca de, uma pessoa, família, entidade ou assunto” (AACR2, 2004, capítulo 4, ponto 4.1B2, 4-5), podendo comportar correspondência, textos literários, apontamentos, e um conjunto diversificado de outras tipologias documentais.

Considerando que as AACR não eram suficientemente adequadas para catalogar materiais arquivísticos, a *Library of Congress* dos EUA publicou um manual destinado a suprir essas carências, que intitulou de *Archives, personal papers and manuscripts: a cataloguing manual*, abreviadamente também conhecido pela sigla APPM, posteriormente revisto e editado pela *Society of American Archivists*.<sup>46</sup> Ainda assim, verifica-se que o próprio título exorta a distinção terminológica entre “arquivos”, “papéis pessoais” e “manuscritos”.

Na parte introdutória da primeira edição deste manual, e no capítulo inicial da segunda edição, encontra-se uma proposta de definição de “arquivos”, que são considerados como os documentos preservados por pessoas coletivas, organizações governamentais ou outros grupos, em resultado direto das suas atividades administrativas, mantidos de acordo com a sua proveniência.

---

<sup>44</sup> O americano Frank Burke, por exemplo, enfatizou o contraste que considerava haver entre os manuscritos, ou “papéis pessoais”, e os arquivos/registos corporativos ou do governo. Para além de criticar tentativas de aplicação de sistemas de organização e descrição semelhantes, incluindo aplicação de padrões e normas, as diferenças foram, entre uns e outros, por ele colocadas ao nível das racionalidades e motivos para a preservação dos registos, dos métodos de utilização e acesso, e das implicações legais. Para o autor os arquivos são “metódicos, organizados, estruturados, pragmáticos nos seus objetivos de criação”, enquanto os “papéis pessoais” são “subjetivos, idiossincráticos, emocionais e focados em objetivos estreitos” (Burke, 1997, 291-292).

<sup>45</sup> As *Anglo-American Cataloguing Rules*, também designadas abreviadamente por AACR, foram publicadas pela primeira vez em 1967. Uma segunda edição, conhecida por AACR2 foi publicada em 1978, e teve sucessivas revisões.

<sup>46</sup> A *Library of Congress* editou a primeira edição das APPM (Hensen, 1983), que foram posteriormente revistas e republicadas pela *Society of American Archivists* (Hensen, 1989). Também no caso das AACR, uma revisão mais profunda nos últimos anos, iniciada em 2010, deu origem à sua substituição pela norma RDA – *Resource Description and Access*, com o objetivo de fixar orientações para a catalogação e descrição não apenas em bibliotecas, mas também em museus e arquivos.



Quanto aos documentos provenientes de um indivíduo ou de uma família são colocados sob o termo de *manuscript collection* (Hensen, 1983, 7-8; 1989, 9), sem que, todavia, se avance numa definição dos *personal papers*, tratados ao longo do manual no âmbito genérico dos *manuscripts*. O termo *collection* refere-se aos conjuntos de materiais formados por, ou sobre, uma pessoa, família, organização ou assunto, e reunidos seja a partir de uma mesma fonte/proveniência, como produto natural de uma atividade ou função, seja propositada e artificialmente sem consideração por esta proveniência (Hensen, 1989, 9).

Deste modo, de acordo com as APPM, aos documentos produzidos pelos indivíduos e pelas famílias, não se lhes aplica o conceito de arquivo, cabendo antes no de coleção, termo que tanto serve para os documentos produzidos por um indivíduo no decurso das suas atividades, como para os artificialmente reunidos por este, como ainda para os que sobre ele tenham sido agregados a partir de distintas proveniências.

O glossário terminológico da autoria de Pearce-Moses (2005), a que se aludiu, editado também pela *Society of American Archivists*, constitui, assim, o corolário da permanência de uma resistência em reconhecer, aos arquivos familiares e pessoais, as mesmas características inerentes aos formados por organizações.

Verifica-se, assim, que as definições acima indicadas, ou não definem especificamente o arquivo pessoal, como é o caso das referentes a Portugal; ou pecam por insuficiência e generalidade, como é o caso da definição do dicionário terminológico brasileiro; ou não o consideram com o estatuto de arquivo, como é o caso de algumas definições em língua inglesa, que o relegam para termos como *papers* ou *manuscripts*, fazendo subentender que os documentos dos indivíduos ou das famílias têm uma especificidade e natureza distinta da informação produzida por instituições de governo ou por organizações de complexidade administrativa.

No entanto, para o caso de grande parte das obras de arquivística que se situam fora da tradição anglo-saxónica influenciada pelas ideias de Jenkinson ou de Schellenberg, e mesmo em glossários disponíveis em normas internacionais como a ISAD(G), é possível considerar que o arquivo pessoal cabe dentro dos termos genéricos das significações dadas ao arquivo. Contudo, só por via da respetiva adaptação se pode interpretar o arquivo pessoal como correspondendo ao *conjunto orgânico de documentos, independentemente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa singular, no exercício da sua atividade e conservados a título de prova ou informação*, definição sintetizada a partir de algumas das definições de arquivo, devidamente expurgada das palavras que nela não se enquadram por dizerem respeito a outro tipo de produtores.

Mesmo considerando o arquivo pessoal assim definido, é necessário apontar que coexistem ainda outros termos frequentemente utilizados para a sua designação, como, por exemplo, o de “espólio” ou de “acervo”. Quanto a este último, verifica-se que, no contexto português, o

*Dicionário de Terminologia Arquivística* define o “acervo documental” (Alves *et al.*, 1993, 3) como o “conjunto de documentos sob custódia de um arquivo” – considerando o arquivo na sua aceção como instituição ou serviço com funções específicas na aquisição e tratamento de documentos de arquivo. Na tradição hispano-americana, o conjunto de fundos e coleções conservados nas instituições arquivísticas pode ser designado pelo conceito de *Archivalia* (López Gómez, 2004, 4), podendo ainda recorrer-se ao plural do termo fundos em castelhano – *fondos*. Em língua inglesa, o termo usualmente utilizado para este efeito é o de *holdings*.

No entanto, o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005, 19) refere-se ao acervo como os “documentos de uma entidade produtora ou de uma entidade custodiadora”, possibilitando, assim, que o termo possa também designar o conjunto de documentos de um determinado produtor, o que o configura como uma alternativa à utilização do termo arquivo. Embora encontremos o termo facilmente transposto para a linguagem corrente entre os profissionais das instituições de memória, sendo possível encontrar a expressão de “acervo pessoal”, parece pouco desejável esta analogia entre o acervo e o arquivo, por induzir uma indistinção entre conceitos arquivísticos. Além de conflitar, no mesmo terreno, com o conceito de arquivo, o termo acervo pode ainda surgir em contextos que o aproximam de outros, que devem também ser examinados, como o de espólio.

Do latim *spolium*, o termo espólio é frequentemente utilizado para significar os “restos” e os bens que alguém deixou ao morrer, podendo ainda significar aquilo de que alguém foi espoliado ou despossado, aquilo que sobra ou o que deixou de ter utilidade prática, ou mesmo o “despojo” (Moreno, 1970, 544). Está também intrinsecamente ligado ao direito hereditário, para indicar o conjunto dos bens que integram o património deixado por pessoa falecida, e que serão partilhados, através de um inventário, entre os herdeiros ou legatários, incluindo implicitamente propriedades e objetos de uso doméstico, podendo também abranger os documentos e os livros, formando um conjunto indistinto.<sup>47</sup>

A utilização do termo espólio tornou-se vulgarizada em diferentes aceções, variando consoante os contextos. O termo pontifica no domínio da prática arquivística e de outras áreas científicas, em resultado de uma interpretação variável do seu significado. Por exemplo, é frequentemente utilizado para indicar um conjunto de peças de um museu (espólio museológico), sobretudo na sequência de legados ou doações (Barata, 2011). É ainda comum em áreas científicas como a Arqueologia, para designar os achados encontrados em determinado local representativo da presença e atividade humana (o espólio arqueológico).

---

<sup>47</sup> No Código Civil Português refere-se o espólio como fazendo parte do “legado” de alguém, após o seu falecimento, mas sem definição específica, sendo subentendido como termo de uso vulgar universalmente aceite, designadamente a propósito do “legado de coisa não existente no espólio do testador” (artigo 2254.º), ou da ausência “do testamento no espólio (...) à data da sua morte” (artigo 2315.º).

Na Arquivística, o termo espólio encontra-se presente sobretudo na tradição portuguesa, não tendo praticamente correlação noutros países, excetuando talvez na alemã,<sup>48</sup> sendo comumente utilizado em paralelo, e até simultaneamente, com o de arquivo, e mesmo com o de acervo, podendo ainda ser aproximado ao de coleção. É o que acontece com Braz de Oliveira quando, ao se referir aos arquivos de escritores, afirma que estes se podem chamar “arbitrariamente arquivos literários, espólios, coleções particulares ou equivalentes” (Oliveira, A. B., 1992, 108).

A interpretação de Braz de Oliveira enquadra-se no âmbito de uma justificação teórica e técnica pela qual defendeu a existência de uma Arquivística especializada na literatura – a “arquivística literária” –, e é partilhada pela Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), instituição à qual aquele autor estava ligado. O termo espólio tem tido também ampla repercussão entre os profissionais que, em Portugal, lidam com arquivos, o que justifica um melhor exame dos problemas de ambiguidade associados à sua utilização, designadamente considerando o exemplo paradigmático da BNP.

Braz de Oliveira considera o termo espólio em equivalência ao de “arquivo literário”, definindo este último da seguinte forma: “acervo documental complexo, constituindo uma unidade orgânica decorrente da atividade literária (e/ou, por extensão, de intervenção cívica e cultural) de determinada pessoa e composta pela respetiva obra manuscrita, ou equiparada (i.e. incluindo autógrafos, dactiloscritos, tiposcritos, etc.), e pelos conjuntos de documentos que a essa pessoa foram enviados ou por ela recolhidos (cartas, documentos biográficos, coleções, etc.)” (Oliveira, A. B., 1992, 108).

É neste sentido que a BNP recorre ao termo espólio para designar conjuntos documentais de figuras de relevo ligadas à literatura, cultura e artes portuguesas, reunidos na secção do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (ACPC), assim definidos: “Arquivos que correspondem ao conjunto de documentos, manuscritos e similares, produzidos e colecionados por um autor. Mantêm, em princípio, a unidade estabelecida pela personalidade que lhes dá o nome. Embora as características de cada acervo variem em função da atividade literária e da intervenção cultural e cívica do autor, são, regra geral, unidades orgânicas compostas por uma ou mais versões dos seus manuscritos, pelos documentos que lhe foram enviados (correspondência por exemplo) e pelos que o próprio colecionou” (Ministério da Cultura, 2007, 77).<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> Podemos associar o conceito de espólio ao termo alemão *nachläss*, utilizado, por exemplo, pelo Arquivo Nacional da Alemanha para designar conjuntos documentais de pessoas de importância ou relevo nacional recolhidos nas instituições arquivísticas do país. Veja-se a página oficial do Arquivo Nacional em <URL: <http://www.bundesarchiv.de/benutzung/sachbezug/nachlaesse/index.html.de>> [consult. 25-06-2016].

<sup>49</sup> Definição igualmente reproduzida na página do ACPC, na Internet, em <URL: <http://acpc.bnportugal.pt/espacios.html>> [consult. 25-06-2016].

António Ramalho, num estudo sobre a gestão de arquivos do âmbito da Literatura em Portugal, também segue a posição de Braz de Oliveira, considerando o espólio como sinónimo de arquivo literário (Ramalho, 2011, 11, 14-15). Para o autor, a definição de espólio dada pela Biblioteca Nacional remete para a ideia da “conservação integral dos papéis de um autor ou personalidade de importância reconhecida”, presumindo a existência de uma “unidade orgânica” nos conjuntos, tal como foram criados e constituídos pelos seus autores, e uma suposta integridade no momento da aquisição, para introduzir a distinção face a outros conjuntos documentais designados na BNP por coleções, ou por avulsos (Ramalho, 2011, 39).

No ACPC figuram, de facto, ao lado dos “espólios”, outros conjuntos de documentos agregados num grupo sob a designação de “coleções”. Estas são definidas como “núcleos de documentação, relativa a uma ou mais personalidades e reunida por esta(s) ou por terceiro(s), que não correspondem à totalidade da produção intelectual do(s) autor(es) em causa ou não mantêm a unidade inicial. São espólios muito variáveis quanto à tipologia dos documentos. Podem ser constituídos por uma parte dos manuscritos do autor ou por parte do seu epistolário”.<sup>50</sup>

Como se verifica nas definições apresentadas, a aplicação dos conceitos de espólio e de coleção aos conjuntos documentais reunidos na Biblioteca Nacional de Portugal testemunha o quanto ambos os termos são ambíguos e fluidos – o termo de espólio surge associado ao de arquivo, e tem ainda subjacente a vertente colecionadora do autor; e quando são referidas “coleções”, estas são também apresentadas como “espólios”, que podem incluir parte dos manuscritos dos autores e correspondência.

A ambiguidade da utilização destes conceitos manifesta-se na distribuição dos conjuntos documentais por entre as listas de espólios e coleções. Nas apresentações dos vários conjuntos documentais do ACPC navega-se entre “espólios”, “coleções”, “arquivos” e até mesmo “manuscritos avulsos”, termos utilizados por vezes de forma indistinta, alternada ou simultânea, dificultando a clara perceção das diferenças entre eles, o que é agravado com o facto de serem escassas as informações disponíveis sobre o percurso dos vários conjuntos de documentação ao longo do tempo, e, principalmente, pela ausência de estudo mais aprofundado sobre os contextos de produção e acumulação de cada um.

Por exemplo, a designação de espólio é atribuída aos documentos de Fernando Pessoa, que foram adquiridos pela Biblioteca Nacional em diferentes fases. Sendo bem conhecida a situação de dispersão que ocorreu com os manuscritos do escritor, tal coloca em causa a utilização do conceito de espólio, se considerado no sentido da conservação integral do arquivo do autor. A primeira aquisição de documentos, por meio de compra pelo Estado em 1979, que

---

<sup>50</sup> Definição proposta na página do ACPC em <URL: <http://acpc.bnportugal.pt/colecoes.html>> [consult. 25-06-2017].

depois os entregou à BNP, corresponde à maior parte do seu arquivo pessoal. Contudo, na realidade, o arquivo de Pessoa, tal como a sua biblioteca, acabou sendo disperso por várias contingências do tempo, incluindo a venda de algumas partes, não estando efetivamente completo.<sup>51</sup> A este conjunto inicial, a BNP tem vindo a agregar outros manuscritos autógrafos e documentos, por meio de aquisições sucessivas a distintos possuidores e à própria família. É possível ainda que alguns documentos anexados em anos subsequentes tenham resultado da desagregação de outros arquivos pessoais, carecendo de melhor e mais aprofundado estudo o contexto de produção/acumulação de cada caso.<sup>52</sup>

Diversas coleções, assim consideradas no ACPC alegadamente por não ostentarem uma suposta “unidade orgânica”, ou por não se apresentarem completas, são, contudo, partes remanescentes de arquivos pessoais, devendo a sua origem a produtores identificáveis. Veja-se, por exemplo, a coleção de Maria Aliete Galhoz (1929-) que inclui textos e apontamentos da sua autoria, resultantes das suas pesquisas literárias, incluindo trabalhos sobre autores como Fernando Pessoa e José Régio, além de cartas recebidas. Não constituindo a totalidade do arquivo da autora, mas apenas uma parte que a própria doou à BNP em 1997, a generalidade dos documentos apresenta porém nítidos contextos de produção e acumulação que os vinculam diretamente às atividades de Maria Aliete Galhoz.<sup>53</sup> Esta mesma autora, por outro lado, entregou dois manuscritos de Fernando Pessoa à BNP, em 1999 e 2004, os quais, foram integrados no “espólio” deste autor, sem indicação quanto à forma como aquela sobreveio em sua posse.

Outro caso, entre muitos que se poderiam igualmente referir, é o de José Maria Barbosa de Magalhães, que figura no ACPC entre o grupo de “espólios”, mas que corresponde, de facto, à sucessiva agregação, num mesmo conjunto, de documentos adquiridos em momentos distintos e a proprietários diferentes,<sup>54</sup> sendo igualmente comprovado que não se trata da totalidade do

---

<sup>51</sup> O risco de ainda maior dispersão pelos valores atingidos na comercialização no mercado de documentos que pertenceram a Pessoa, ou que ostentam marcas da sua autoria, levou o Estado a recorrer em 2008 à abertura de um processo de classificação daquele património como de “interesse nacional”. Para uma breve descrição do percurso dos documentos de Fernando Pessoa, pode consultar-se a dissertação de mestrado de António Ramalho (2011, 39-43 e 54-55).

<sup>52</sup> Posteriormente à compra da grande maioria do arquivo, foram incorporados no espólio diversos outros documentos; em 1982 foi entregue à BNP original do poema *Ella Canta Pobre Ceifeira*, por intermédio de Mécia de Sena; em 1990 foram adquiridos os manuscritos *Mensagem* e *O Guardador de Rebanhos*, através de financiamento da Comissão dos Descobrimentos e do Banco Comercial Português; em 1999 e 2004 foram entregues dois manuscritos por Maria Aliete Galhoz; em 2001, o Dr. Steffen Dix fez entrega de mais três documentos; em 2007 a BNP comprou um caderno por ajuste direto aos herdeiros do Escritor e no mesmo ano acrescentaram-se-lhe mais quatro documentos adquiridos em leilão. Nos anos mais recentes têm continuado a adquirir-se outros autógrafos de Fernando Pessoa, designadamente em leilão, alguns dos quais terão feito parte integrante de outros arquivos pessoais, sujeitos a diferentes desagregações e dispersões, como é o caso de cartas de Pessoa para diferentes destinatários, como seja o do francês Pierre Hourcade.

<sup>53</sup> Veja-se a apresentação sumária providenciada pelo ACPC em <URL:[http://acpc.bnportugal.pt/colecoes\\_autores/n62\\_galhoz\\_maria\\_aliete.html](http://acpc.bnportugal.pt/colecoes_autores/n62_galhoz_maria_aliete.html)> [consult. 25-06-2016].

<sup>54</sup> Com a cota Esp. E29 foi adquirida a primeira parte a Arsénio Cavaleiro em 1976, a qual integrou em 1987 a Área de Espólios da BN (que, anos mais tarde, haveria de dar origem ao ACPC); uma segunda

arquivo deste antigo jurista, já que existe pelo menos outra parte na Biblioteca da Ordem dos Advogados.<sup>55</sup>

Também a designada coleção de “manuscritos avulsos” do ACPC é pródiga em exemplos de documentos cujo estudo adequado do seu contexto de produção e acumulação (e não concentrado especificamente na autoria) facilmente revela que terão feito parte de determinados arquivos pessoais. O ACPC informa que a coleção de “autógrafos avulsos é constituída por documentos esparsos, com várias proveniências, mas adquiridos, regra geral, no mercado livreiro. Inclui, sobretudo, correspondência dos mais variados emissores e destinatários”.<sup>56</sup> Todavia, a decisão para a sua não autonomização, fundamentada principalmente no tipo de modalidade de aquisição, não constitui critério com base científica, sendo certo que em vários conjuntos e documentos adquiridos é possível identificar contextos informacionais que determinam a sua vinculação a determinados indivíduos e aos seus arquivos, ainda que estes possam ter sido objeto de posterior desagregação e dispersão. Ora, havendo determinados conjuntos na secção de “coleções” do ACPC, também eles adquiridos por compra, não poderiam tais documentos, insertos no grupo dos avulsos, ali figurar com a devida autonomia? A opção por agregá-los ao conjunto de “avulsos” parece radicar também na reduzida quantidade de documentos de alguns casos, condição meramente de gestão pragmática dos objetos físicos e sem justificação teórica.

A compreensão dos percursos da documentação e das marcas que deixam nos arquivos, que aportam camadas sucessivas de informação, é essencial para o conhecimento dos processos de formação e utilização dos documentos, em diversos contextos espaço-temporais, pelo que as modalidades da sua aquisição não deveriam ser motivo para que, numa mesma instituição como a BNP, se mantivessem separados documentos que evidenciam terem feito parte de um mesmo arquivo. Por exemplo, não é apresentado suporte teórico, baseado no estudo desses contextos, que justifique que uma carta endereçada a João Ameal, em 1931, por Maria

---

parte foi comprada em 1995 a um livreiro alfarrabista; em 2006 foi ainda agregada nova documentação doada por Vitorino Magalhães Godinho. Veja-se a apresentação sumária em <URL: [http://acpc.bnportugal.pt/espolios\\_autores/e29\\_magalhaes\\_barbosa.html](http://acpc.bnportugal.pt/espolios_autores/e29_magalhaes_barbosa.html)> [consult. 25-06-2016].

<sup>55</sup> Veja-se no anexo II da dissertação em “Magalhães, José Maria de Vilhena Barbosa de. 1879-1959” o resumo do conteúdo do conjunto existente na Ordem dos Advogados, obtido no decurso do inquérito realizado durante a investigação, junto da sua Biblioteca. O conjunto documental deste antigo bastonário da Ordem dos Advogados encontra-se apenas indicado na lista de arquivos pessoais constante na página da biblioteca em <URL: [https://www.oa.pt/CD/conteudos/artigos/lista\\_artigos.aspx?sidc=58102&idc=58658](https://www.oa.pt/CD/conteudos/artigos/lista_artigos.aspx?sidc=58102&idc=58658)> [consult. 25-06-2016].

<sup>56</sup> No ACPC, sob a cota Esp. A, encontram-se reunidos um conjunto de numerosos documentos, adquiridos em distintas fontes e ocasiões, sob a designação geral de “Manuscritos avulsos”, conforme apresentação na página do ACPC em <URL: [http://acpc.bnportugal.pt/manuscritos\\_avulso.html](http://acpc.bnportugal.pt/manuscritos_avulso.html)> [consult. 25-06-2016].

Augusta Vieira<sup>57</sup> figure entre o conjunto dos “manuscritos avulsos”, e não tenha sido reunida ao “espólio” daquele autor também à guarda no ACPC, onde consta diversa correspondência por ele recebida.<sup>58</sup> A forma de aquisição reporta-se apenas à forma jurídica em que a instituição sobreveio à posse de tal documento, podendo constar da respetiva catalogação arquivística ou até bibliográfica, mas não deveria servir de critério para mantê-lo separado de um arquivo, ao qual terá pertencido no passado – a não ser que tal carta não tenha chegado a ser remetida pela sua autora a João Ameal, ou se trate apenas de um rascunho.<sup>59</sup>

Um dos problemas advindos das práticas da arquivística literária é precisamente o enfoque colocado na autoria do documento e na análise de conteúdo, como ato genésico da criação (Oliveira, A. B., 1992, 109). Por isso, verifica-se que, em algumas situações, as aquisições da BNP foram feitas atendendo à “autoria” de determinados documentos, dando-se relevância aos manuscritos autógrafos, sendo menos significativos os contextos de produção e acumulação que os interrelacionam com os arquivos pessoais dos quais foram desagregados, como é notório em alguns lotes de correspondência incluídos na coleção de “manuscritos avulsos”.<sup>60</sup>

A agregação de documentos de diferentes proveniências a “espólios”, se entendidos enquanto sinónimos de “arquivos”, como proposto por Braz de Oliveira, apenas porque, de alguma forma, se relacionam com as personalidades que intitulam os conjuntos documentais, mesmo que não tenham sido diretamente produzidos por elas, ou não façam parte de um processo de acumulação resultante do normal decurso das suas atividades, coloca, por outro lado, em causa a própria definição proposta para o conceito de espólio. O mesmo sucede com a definição proposta para as “coleções”. Tanto estas como o grupo dos “manuscritos avulsos” carecem, portanto, de melhor esquadramento analítico, quanto aos contextos que unem indiscutivelmente os documentos às atividades que lhes deram origem e aos processos de

---

<sup>57</sup> Com a cota Esp. A/2263, encontra-se descrita no catálogo bibliográfico geral da BNP sendo recuperável por pesquisa ao mesmo. João Ameal foi o nome literário assumido por João Francisco de Barbosa Azevedo de Sande Aires de Campos (1902-1982), 2.º visconde e 3.º conde do Ameal.

<sup>58</sup> Com a cota Esp. E37, foi doado pelos herdeiros em dois momentos. Está sumariamente descrito em <URL: [http://acpc.bnportugal.pt/espolios\\_autores/e37\\_ameal\\_joao.html](http://acpc.bnportugal.pt/espolios_autores/e37_ameal_joao.html)> [consult. 25-06-2016].

<sup>59/59</sup> Tais dados não são, contudo, fornecidos na descrição bibliográfica disponível no catálogo da BNP, pelo que só a consulta do original e o seu adequado estudo poderão permitir esclarecer se a referida carta terá feito parte do arquivo de João Ameal, na sua qualidade de recetor.

<sup>60</sup> A designação “avulso”, por si só, pode ser objeto de questionamento, pois todo o documento tem um contexto que permite situá-lo na atividade que o originou. Admite-se, contudo, a eventualidade de haver casos que possam permanecer com aquele estatuto de “avulso” pelo facto de não ter sido possível discernir esse contexto, embora fosse aconselhável que tal facto fosse devidamente documentado. Contudo, noutros casos, os contextos parecem ser óbvios a partir das descrições que estão disponíveis na base de dados da BNP para algumas situações, embora de tipo bibliográfico e não arquivístico. Em inúmeros casos, essas descrições indicam a existência do que podem ser consideradas “partes” de arquivos pessoais que foram sendo dispersos. Veja-se, por exemplo, sob a cota Esp. A/5823-5854, um conjunto de cartas de vários autores para Luís Jardim, 1.º conde de Valenças – este epistolário terá, sem dúvida, integrado o arquivo de Luís Jardim, entretanto desagregado sendo por via de compra em leilão que a BNP adquiriu tanto este como um outro conjunto de cartas, com a cota Esp. A/5502-5512, remetidas ao conde de Valenças por Magalhães Lima.

acumulação, por forma a tornar passível a vinculação dos documentos aos respetivos arquivos originários, de acordo com a coerência do circuito info-comunicacional.<sup>61</sup>

A utilização do termo espólio, no caso particular do ACPC, em associação a arquivos de determinadas personalidades em virtude do seu cunho literário, como consta da definição avançada por Braz de Oliveira, levanta ainda um problema de inadequação, se transposto para outros arquivos pessoais, aos quais falta essa vertente fundamentalmente literária, como é o caso dos de músicos e compositores que se encontram na secção de Música da BNP, igualmente designados por “espólios” ou por “coleções”, embora sem clarificação do uso de um e outro termo,<sup>62</sup> ou outros arquivos também tutelados pela mesma instituição.<sup>63</sup> A utilização do termo em associação aos arquivos ditos “literários”, como proposto e suportado pela teoria da arquivística literária, parece ainda menos adequada se consideramos que a definição avançada exclui os objetos extragráficos que acompanham o processo da escrita criativa (óculos, caneta, papel, máquina de escrever), e a biblioteca de que se rodeia o autor.<sup>64</sup> Todavia, um espólio, em sentido lato, deveria também abranger todos estes elementos patrimoniais que se juntam aos rascunhos, textos éditos e inéditos, às cartas recebidas e a toda a sorte de documentos que permitem contextualizar os sucessivos andamentos da obra.

Em 1993, a propósito dos trabalhos de tratamento dos arquivos detidos pelo Gabinete de Estudos Olisiponenses, também Leonor Calvão Borges procurou estabelecer uma distinção conceptual entre “espólios” e “arquivos”, embora reconhecendo a ausência de unanimidade no emprego dos dois termos. Segundo a autora, o “espólio “era “o conjunto de documentos colecionados por uma pessoa ao longo da vida, referentes a determinados assuntos e organizados de acordo com esses mesmos assuntos, ou tipologias, ou datas”, ao passo que,

---

<sup>61</sup> Por exemplo, a correspondência expedida por determinado autor deverá figurar nos arquivos pessoais dos diversos destinatários, podendo, eventualmente, existir no arquivo dos seus remetentes/autores cópias ou rascunhos. No entanto, é comum a prática de agregação, *a posteriori*, de cartas em função da autoria, a conjuntos documentais onde elas não pertenceriam originalmente, ou a sua reunião artificial apenas com base no facto de constituírem autógrafos de dado autor. Embora estas reuniões possam ocorrer por diferentes motivos, impõe-se uma adequada clarificação dos contextos que motivaram tais agregações, para que os investigadores interessados possam dispor de informação que sustente a adequada tomada de decisão de utilização de tais documentos.

<sup>62</sup> Uma apresentação breve dos arquivos da secção de Música da BNP, dividida em coleções “gerais” e “especiais”, está disponível em <URL: [http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=109&Itemid=149&lang=pt](http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=109&Itemid=149&lang=pt)> [consult. 25-06-2016].

<sup>63</sup> Refira-se ainda que o ACPC designa um outro conjunto de arquivos que estão (ou estiveram) apenas à sua guarda como “depósitos”, não se tratando de uma classificação arquivística quanto à natureza dos conjuntos documentais em questão, mas meramente fundamentada no caráter jurídico da tutela. O enfoque na literatura fez ainda com que, no início da década de 1990, um conjunto de arquivos estivesse reunido num grupo designado por “arquivos políticos”, ou seja, não sendo nem espólios, nem coleções. Tratava-se dos arquivos Humberto Delgado (mais tarde transferido para a tutela da Torre do Tombo), Abranches Ferrão, Pais Abranches, de um arquivo da Maçonaria e do Arquivo Histórico-Social (Oliveira, B., 1992), tendo estes últimos vindo depois a ser integrados nos grupos de espólios ou de coleções, quando o ACPC assumiu a sua atual designação, sucedendo ao anterior Arquivo da Literatura Portuguesa Contemporânea.

<sup>64</sup> Veja-se, designadamente, o verbete “Espólio”, da autoria de Rita Marquilhas, em Ceia (s.d.).



no arquivo, os documentos eram produzidos ou recebidos naturalmente no decorrer da atividade pessoal e guardados para efeitos da sua gestão e prova. (Borges, 1993, 90). Nesta aceção, o termo espólio efetivamente não se distingue da definição de coleção, considerada enquanto reunião de documentos sob critérios supostamente “artificiais”.

Por seu turno, a investigadora brasileira Zeny dos Santos designou de espólio o conjunto de bens preservados por Godofredo Filho, justificando que tal se relacionava com o facto de este incluir documentos, objetos e uma diversidade de materiais e utensílios, uns produzidos pelo próprio, outros anteriores ao seu nascimento, além de itens de terceiros que aquele recebeu por doação. Segundo a autora, não era, portanto, simplesmente um “conjunto documental” (Santos, Z., 1999, 102), pelo que entendeu definir o espólio como “um composto de documentos produzidos e/ou recebidos por um homem possuidor de um universo único e singular que decidiu acumular documentos e materiais com variedade tipológica, de espécie e de suporte”, aproximando efetivamente o conceito, numa aceção jurídica, ao de “herança”, enquanto conjunto de bens *post mortem* (Santos, Z., 1999, 103-104).

A mesma autora refere o arquivo como algo que está em formação em vida do seu titular e o espólio o que resta após a sua morte (Santos, Z., 1999, 108). Ora, esta perspetiva, ao associar o conceito de espólio ao que fica de um indivíduo após a sua morte, desvaloriza uma possível utilização do conceito de “arquivo pessoal” enquanto designação mais abrangente, que pode incluir informação em distintos suportes, e que não cessa de existir no momento em que alguém desaparece. Pensar de outro modo, levaria à necessidade de alternar entre conceitos de arquivo e de espólio, conforme a pessoa que cria e acumula os documentos esteja ainda viva, ou tenha já desaparecido.

No *Dicionário de Terminologia Arquivística* (Alves *et al.*, 1993, 44), e na norma NP 4041 de 2005, considera-se o espólio como o conjunto de documentos de diversa natureza, incluindo de arquivo, de biblioteca, e museológicos, que pertenceram a uma pessoa singular ou coletiva, podendo, assim, ser aplicado quer aos indivíduos, quer a organizações. Esta definição está também mais próxima do entendimento do que é deixado, por norma, após o desaparecimento de determinada instituição, ou morte de um indivíduo, sugerindo a sua utilização aplicada a um universo mais amplo do que o do arquivo, por forma a incluir objetos e livros, embora deixe de fora outro tipo de bens patrimoniais, que, numa perspetiva jurídica, também fazem parte de um espólio. Tratando-se de um termo pretensamente mais abrangente, o aspeto essencial que se introduz é a ideia de que podem ser distintos entre si os universos informacionais dos arquivos, dos museus e das bibliotecas. O arquivo constitui apenas uma parte do espólio, a qual, quanto muito, se poderá chamar de “espólio arquivístico”, mas que não deixa de ser um arquivo, apesar do subterfúgio linguístico.

Como idêntico pretexto, podemos ainda considerar a prática corrente de tipificar os arquivos pessoais, adjetivando-os para dar ênfase a um determinado tema ou tipologia documental,

mesmo que, na realidade, abranjam outros assuntos, incluam várias tipologias documentais, e documentem outras facetas da atividade dos seus produtores. Deste modo, se os textos de um escritor podem ser considerados o seu “espólio literário”, também os negativos e provas de um fotógrafo são por vezes designados como “espólio fotográfico”; as partituras e peças musicais de um músico ou compositor são apelidadas de “espólio musical”; as peças e artefactos recolhidos por um arqueólogo e os seus cadernos de campo podem ser o seu “espólio arqueológico”; a obra de um cientista é o “espólio científico”; e os livros de uma pessoa doados a uma instituição podem ser designados de “espólio bibliográfico” ou até mesmo de “espólio literário”!

A larga disseminação do termo espólio entre arquivistas e outros profissionais de instituições de memória em Portugal, sob pressupostos difusos, tornou-se corrente, e aceite de forma acrítica e mesmo ilógica, como bem salientou Malheiro da Silva (Silva, A. M., 2004, 62). A sua utilização gera equívocos, sendo, portanto, dificilmente defensável em termos teóricos.

Refira-se ainda que o conceito de coleção, a que já se fez alusão, é, em normas de descrição arquivística como a ISAD(G), ou em glossários terminológicos como o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, considerado usualmente como antinómico ao fundo, sendo correspondente a um conjunto de documentos de arquivo onde não é uma pressuposta ausência de “organicidade”, nem a sua não ligação a uma proveniência clara e estabelecida, que o define, mas antes o facto de esses documentos serem “reunidos artificialmente em função de qualquer característica comum”.<sup>65</sup>

No entanto, nas últimas décadas, tem sido questionada a dicotomia estabelecida pela utilização de termos como coleção e fundo, para distinguir os documentos produzidos e acumulados pelos indivíduos ao longo da sua vida, sugerindo-se que se ultrapasse a ideia de entender a coleção meramente como um produto informacional de carácter artificial, para se entender as agregações arquivísticas sob outras perspetivas, que atentem aos contextos pelos quais as pessoas geram e contextualizam informação.

---

<sup>65</sup> Na ISAD(G), por exemplo, a coleção é o “conjunto de documentos reunidos artificialmente em função de qualquer característica comum, independentemente da sua proveniência”, salientando-se que não deve ser confundido com fundo (ISAD(G), 2002, 13). No *Dicionário de Terminologia Arquivística* esclarece-se que essa característica comum pode ser o modo de aquisição, o assunto, o suporte, a tipologia documental ou o colecionador. Prevê-se ainda uma segunda aceção para o termo coleção, designando esta um tipo específico de unidade arquivística, que reúne documentos de arquivo em função de determinados critérios organizativos (Alves *et al.*, 1993, 22), pelo que pode, deste modo, ser também um termo utilizado para descrever um conjunto dependente, por exemplo, de um fundo. No domínio da descrição arquivística, em particular em quadros de classificação, é possível encontrar coleções enquadradas na estrutura geral hierárquica. Uma coleção pode ser considerada ao mesmo nível de uma série. Na NP 4041 de 2005, para ultrapassar a indistinção da utilização do termo coleção em função das duas aceções dadas pelo *Dicionário*, à primeira delas faz-se corresponder a definição de “coleção factícia” (ponto 2.4), reservando-se o termo isolado de coleção para o segundo caso (ponto 3.1.3).

Debruçando-se sobre os vários tipos de coleções que cada indivíduo reúne, por vezes ao longo de uma vida inteira, Renato Janine Ribeiro levantou a possibilidade de estas poderem ser abordadas como efetivos “arquivos pessoais”. Considerando o ato de colecionar como inerente à natureza humana, este autor aborda os arquivos pessoais na perspetiva da construção da memória, e foca o aspeto da guarda voluntária de pequenos objetos do quotidiano. No impulso humano de colecionar aquilo que não é único, mas sim muitas vezes banal, e de guardar o que é efémero e se poderia deitar fora, Janine Ribeiro vê uma das facetas do que apelidou da “memória de si” (Ribeiro, R. J., 1998, 41). Esta não se resume ao testemunho dos atos do indivíduo em si mesmo, mas também se reflete na construção de uma identidade que se pretende perpetuar, e na existência de uma memória construída de recordações sobre experiências vividas no espaço e no tempo, que permitem ao indivíduo lidar com as mudanças sociais, e ter ao seu alcance o que, de outro modo, seria votado ao esquecimento.

Numa perspetiva semelhante, Bezerra de Menezes sugeriu que as coleções fossem entendidas como uma expressão autobiográfica do indivíduo, entendendo que os objetos podem, também eles, ser mediadores da memória, tanto num sentido mais individualista, como no campo da identidade social e da relação do “eu” com o “outro” (Menezes, 1998, 96-97). Para as pessoas, a acumulação de diferentes objetos e documentos que, de uma forma ou de outra, representam informação, mas não testemunham necessariamente experiências efetivamente vividas, ou atos originados por imperativos legais ou administrativos, serve à identificação do indivíduo enquanto ser humano, à afirmação da sua personalidade (seja por empatia ou por oposição ao tipo de informação que deliberadamente busca reunir), à busca do seu enquadramento social e histórico, à procura de um sentido de pertença.

Eliana Castro, pretendendo abordar teoricamente o conceito de “coleção arquivística”, defendeu que “um arquivo, que contemple documentação de carácter histórico é sempre memória e esta é sempre gerada intencionalmente, de forma propositada”, pelo que um arquivo ou uma coleção correspondem sempre a uma “memória do fragmentado”, conduzindo a autora a entender que as diferenças entre coleção, arquivo e fundo não são significativas (Castro, 2009, 7-8). Todavia, Eliana Castro não avançou com uma definição de coleção, limitando-se a destacar a necessidade de não se ignorar o seu valor como instrumento de informação e conhecimento. Não obstante, toda a sua abordagem aproxima-a da definição do termo enquanto reunião deliberada em torno de um determinados propósitos, tal como consta nas normas e dicionários (Castro, 2009, 23). Além do mais, relacionou este conceito com o de espólio, chegando até a colocá-los ao mesmo nível (Castro, 2009, 24).

Pedro Abreu Peixoto, a propósito de uma análise sobre arquivos de família, questionou se estes não se tratam efetivamente de “coleções documentais”, à face de várias definições de arquivo internacionalmente aceites, aplicadas a conjuntos onde são evidentes as marcas de regras administrativas, alegadamente ausentes dos formados por famílias, nos quais a

heterogeneidade impera. O autor salientou que, nessa perspetiva, talvez pudessem ser considerados como “coleções orgânicas”, pois, mesmo que sendo distintos dos “fundos de origem pública”, ainda assim podiam ser objeto de tratamento descritivo e organizativo semelhante, conforme sugerido por Borja de Aguinalalde (Peixoto, 2002, 79-81). Porém, Abreu Peixoto não apresentou uma conclusão definitiva, considerando ser necessário uma reflexão mais aprofundada e, principalmente, um melhor conhecimento das realidades, identificando e estudando os diversos fundos documentais.

Também Malheiro da Silva se referiu à utilização do conceito de coleção por arquivistas, em oposição ao de fundo, em função do grau de suposta “intencionalidade” ou ausência de “naturalidade”, chamando a atenção para a existência de “falsas coleções”. Na sua perspetiva, basta que um colecionador se transforme em autor atuante, que integre, na sua ação ou atividade pessoal e profissional, a informação coligida, para que ocorra a metamorfose, e a coleção se transmute num arquivo ou “sistema”. A diferença passa, segundo o autor, por uma “organicidade fluida e oculta”, mas ainda assim subjacente (Silva, A. M., 2000a, 82). Contudo, Malheiro da Silva admite a possibilidade de existirem casos em que o colecionador pode ser passivo, por não ter interagido com a informação que coligiu, situações em que o termo coleção pode eventualmente indicar a “falta de organicidade e a não existência de funcionalidade” (Silva, A. M., 2000a, 80-81).<sup>66</sup> Situações como estas conduziram Malheiro da Silva a considerar que tanto o termo coleção como o de espólio são difusos e equívocos, e mesmo que a distinção entre coleção e fundo (de arquivo) corresponde a um “artificialismo linguístico pueril” (Silva, A. M., 2004, 62, 65).

Numa outra perspetiva, o arquivista inglês Geoffrey Yeo sustentou que os arquivistas devem reinterpretar as distinções entre o fundo de arquivo, considerado “orgânico”, e a coleção, tida por “artificial”, propondo que se considerasse o primeiro como determinado pelo contexto de criação, e a coleção como dizendo respeito à custódia posterior (Yeo, 2009b, 50). Verificando a comum dispersão de documentos de um mesmo indivíduo por mais de um repositório, e considerando as definições de diversas normas e dicionários que colocam em oposição os conceitos de fundo e de coleção, Yeo sugeriu que a divisão binária entre ambos seja substituída por uma consciência das complexas relações entre contextos de produção e

---

<sup>66</sup> Malheiro da Silva exemplifica esta possibilidade com o caso da Coleção Martinho da Fonseca, que se encontra no Arquivo da Universidade de Coimbra. Este bibliófilo reuniu vários arquivos e documentos avulsos durante a sua vida, tendo o respetivo tratamento arquivístico identificado uma secção correspondente a parte do arquivo da família Bocage e uma outra designada “Miscelânea” de documentos, com tipologias documentais diversas de várias proveniências (Silva, A. M., 2000a, 80). O inventário desta coleção foi inicialmente publicado por Maria João Castro e Ludovina Castro no *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, n.º 13-14, 1993-1994. A coleção está, presentemente, descrita também na base de dados on-line do Arquivo, em <URL:<http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=111810&ht=martinho>> [consult. 10-02-2017], embora não catalogada ao nível do item documental, e sem descrição autónoma para cada uma das secções indicadas.

custódia, levando em linha de conta o papel dos diversos produtores, e também o dos diferentes custodiadores ao longo do tempo (Yeo, 2009b, 58-59).

No seu entender, o fundo, enquanto conceito aplicado aos arquivos dos indivíduos, cresce durante a vida do seu produtor, e as suas fronteiras conceptuais terminam na sua morte. Em alguns casos, o que se assiste, segundo o autor, é que o que resta desse arquivo corresponde a uma coleção física, a qual remanesce fluida e sujeita a contínua evolução. Para Yeo, as “coleções” são formadas e reformadas pelos posteriores custodiadores; e os “fundos” foram muitas vezes distribuídos por várias “coleções”, e com o passar do tempo algumas partes podem passar de uma coleção a outra. Para o autor, não se deve menosprezar a importância e significado das coleções, mas entender que o seu valor é atribuído pelas sucessivas seleções e decisões de reunião de documentos ao longo do tempo, indicando contextos culturais e modos de pensamento intrínsecos à sua formação e preservação (Yeo, 2009b, 59-61).<sup>67</sup>

Em Portugal, alguns autores que têm refletido sobre o conceito de fundo, procuraram formulá-lo sob novos moldes, propondo a incorporação na teoria arquivística do pensamento sistémico, inspirado na Teoria Geral dos Sistemas, de Ludwig von Bertalanffy. O arquivo pode ser assim entendido como um sistema, em que os documentos estão relação uns com os outros, e em que “estrutura” e “função” são componentes essenciais desse mesmo sistema (Ribeiro, F., 1998, vol. I, 41). Para o caso particular dos arquivos de família e pessoais, destaque-se o contributo do investigador Malheiro da Silva, que viu neles, pela sua especificidade e pelo questionamento que permitem levantar quanto à cientificidade dos princípios clássicos da Arquivística, precisamente o exemplo ilustrativo para a propor uma nova abordagem científica aos arquivos, no âmbito da Ciência da Informação (Silva, 2000a; Silva, 2004). Para o autor, o objeto científico da Arquivística não é o fundo ou os documentos, mas a informação social, apenas compreendida na sua contextualização, desde a produção, emissão e receção.

Malheiro da Silva destacou que o conceito de fundo reflete uma “matriz incorporacionista, fixista e até historicista”, sem a flexibilidade necessária para representar a articulação da complexidade organizacional com a vertente funcional, considerando que o conceito operativo de “sistema” a traduz com melhor exatidão (Silva, A. M., 2000a, 52, nota 3). O autor sugere que se atente às contradições face à própria definição de fundo, enquanto “conjunto orgânico de documentos produzidos ou recebidos por qualquer entidade no decurso da sua atividade ou

---

<sup>67</sup> Apesar de as coleções serem consideradas como uma espécie de anti-fundo, e de serem até “renegadas” como objeto de estudo científico pela Arquivística, a verdade é que são tão antigas como os arquivos. Ao longo dos tempos, muitos documentos considerados importantes ou singulares foram objeto de tratamento diferenciado. López Gómez (2004, 17) aponta como exemplo as múltiplas coleções existentes no *Trésor de Chartres*, os antigos arquivos da coroa francesa. Para Portugal também se pode referenciar o chamado Corpo Cronológico, entre outras coleções, existentes na Torre do Tombo. Ao longo de todo o século XIX, e mesmo já durante o século XX, na Europa, foi também prática corrente a criação de coleções de códices, diplomas, mapas, cartulários, autógrafos, bulas, e outros documentos, seja por instituições, seja por pessoas singulares, muitas vezes à custa da sua desagregação de anteriores arquivos.

vida”, sendo necessário uma perspetiva mais abrangente, que permita, como exemplifica, incluir também a biblioteca de um escritor naquilo que deve ser o seu fundo, ultrapassando expedientes que refletem o que considera ser uma “prática arquivística baseada na coisificação e na patrimonialização dos documentos” (Silva, A. M., 2004, 62, 65).

Malheiro da Silva considera assim o arquivo como um sistema dinâmico e interativo, pelo que propõe a substituição do conceito de fundo pelo de Sistema de Informação, entendido este como um conceito operativo com características constitutivas próprias, definido como “sistema (semi-fechado) de informação social, materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois fatores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores” (Silva, A. M. *et al.*, 1999, 214; Silva, A. M., 2004, 60).

O arquivo é definido, pelo autor, como um sistema, nas seguintes situações: sistema organizado ou operatório de informação em todos os casos em que há um produtor/recetor individual ou institucional dotado de organicidade; sistema não organizado ou combinatório de informação em situações de busca e recuperação de conteúdos como seja um serviço de biblioteca, centro de documentação, arquivo público, e outros. Neste sentido, os arquivos familiares e pessoais são considerados sistemas de informação organizados ou operatórios.

Malheiro da Silva procura definir bases para distinguir os arquivos familiares dos arquivos pessoais. Para o autor, um sistema de informação familiar (SIF) remete para uma estrutura orgânica “subjacente a qualquer Família em todas as suas modalidades de adaptação sócio-económica, demográfica e jurídica (regime matrimonial) ao devir do processo histórico (estrutural e conjuntural) e civilizacional” (Silva, A. M., 2004, 69). Segundo afirma, todo o sistema de informação familiar “se baseia, estruturalmente, num contrato bio-social de pessoas que se aliam e reproduzem, havendo, por isso, o permanente entrelaçar de famílias umas nas outras, através do casamento. E, por outro lado, não podemos esquecer, a par de uma unidade familiar com objectivos próprios e apoiada na interacção geracional, o peso significativo das trajetórias individuais. Temos, pois, um quadro complexo que, de caso para caso, varia em complexidade.” (Silva, A.M., 2004, 71).

Quanto ao sistema de informação pessoal (SIP), considerado por Malheiro da Silva principalmente como prática residual, ou seja, como resultado de um SIF que se vai fragmentando e que, “quando entra/é incorporado num Serviço de Arquivo ou numa Biblioteca Pública [...] já só se refere a um membro de determinado agregado familiar. Esse resíduo informacional é um SIP, por selecção inevitável, mas não um SIP genuíno e natural”. E isto porque “ninguém nasce de geração espontânea e, portanto, as pessoas trazem sempre consigo, em tese, vínculos familiares” (Silva, A. M., 2004, 77).

O autor reconhece, no entanto, que “este facto não impede que haja órfãos solteiros que percorrem a sua vida toda produzindo/acumulando S. I.’s, estritamente pessoais”. Em suma,

para Malheiro da Silva “só há verdadeiramente um sistema de informação pessoal – SIP (activo e/ou permanente), quando estamos perante documentação produzida e adquirida/coligida por uma única pessoa ou ser humano” (Silva, A. M., 2004, 77).

No entanto, esta noção de SIP, entendida como representando a singularidade da informação individual, pode suscitar alguma ambiguidade na sua interpretação e na diferenciação em relação aos SIF, pois é o próprio autor que refere que “se determinada Pessoa casou e constituiu Família, é óbvio que estamos perante uma situação sistémica híbrida – Pessoal e Familiar, com destaque para a primeira” (Silva, A. M., 2004, 81).

Uma das questões fulcrais na compreensão da natureza dos arquivos pessoais, e que tem proporcionado distintos entendimentos quanto à aplicação de conceitos como o de fundo ou de coleção, como acima expostos, é justamente o da interpretação do que é entendido por conjunto “orgânico”. Tal implica também considerar um outro conceito, o de organicidade. Na NP 4041, de 2005, atribuiu-se a organicidade à “característica que decorre do facto de os arquivos refletirem, enquanto produto natural da atividade de uma administração – no seu todo ou em cada uma das suas unidades, bem como nas relações entre elas – a vontade e o funcionamento dessa administração. Fundamenta os princípios da proveniência e o do respeito pela ordem original”.

Esta noção de carácter orgânico, assim definida, foca-se numa injunção de necessária “naturalidade” inerente à produção dos arquivos, o que implica, por consequência, considerar determinados conjuntos de documentos, existentes em diversos repositórios, sejam eles arquivos, bibliotecas ou museus, como agregações documentais provavelmente mais próximas do que, no também aludido *Dicionário de Terminologia Arquivística* (Alves et al., 1993), se define por coleção – com base numa pressuposta reunião de documentos tida por “artificial”, em antinomia ao “natural”, que alegadamente origina o fundo de arquivo, sobrevalorizando este em relação à coleção.<sup>68</sup>

Para alguns profissionais imbuídos de conceitos e princípios teóricos formulados para a Arquivística a partir do universo dos arquivos das organizações de tipo administrativo, nem sempre se afigura claramente discernível, no caso de documentos de arquivos pessoais, qual a ação que lhes deu origem. Na análise da informação, é comum aos profissionais incumbidos do tratamento arquivístico surgirem dúvidas quanto a documentos que não aparentam ter relação com os restantes, e por vezes nem mesmo, pelo menos diretamente, com o produtor do arquivo. Os arquivos pessoais parecem ser pródigos em apresentar documentos sem qualquer informação acerca dos respetivos contextos, e em que se revela árdua a tarefa

---

<sup>68</sup> Por outro lado, o entendimento dado à organicidade na NP 4041 baseia-se em princípios arquivísticos que foram formulados em contextos específicos de afirmação da Arquivística enquanto disciplina, ou enquanto ciência, os quais têm vindo igualmente a ser contestados quanto ao seu significado e abrangência, por diversos autores e profissionais dos arquivos.

responder a questões essenciais como: quem os produziu? Onde e quando? Para que finalidade? E por que razão foram conservados? A falta de nexos causal, bem como uma aparente “desorganização”, podem, conseqüentemente, levar à consideração de que não é evidente nos arquivos pessoais uma naturalidade ou a presença de uma funcionalidade correlativa a atividades que estão na base da produção e acumulação da informação, e vetar a natureza arquivística aos documentos pessoais porque aparentam não revelar as características necessárias à referida organicidade.

Têm vindo a ser identificados por inúmeros autores alguns dos fatores que influenciam os processos em que decorre a formação de um arquivo pessoal, bem como os percursos subsequentes até ao momento da sua incorporação numa instituição de memória, os quais devem ser considerados em face dos diversos contextos de produção, acumulação e transmissão de informação: um arquivo pode ter sofrido acidentes de percurso ao longo do tempo; pode ter estado sujeito a sucessivas reorganizações, em função de objetivos pessoais e profissionais do seu produtor, em diferentes momentos; podem ter ocorrido intervenções de terceiros durante a vida e após a morte do indivíduo; a documentação pode ter sido produzida e reutilizada em diversas circunstâncias e por distintas motivações; um arquivo pode apresentar documentação de outrem, em virtude de várias formas de aquisição e incorporação, e esses documentos de terceiros podem ter sido mantidos na sua unidade ou reutilizados e integrados noutros contextos; pode ainda dar-se o caso de ocorrerem seleções no momento da transferência de documentos para um determinado repositório, feitas pelo próprio produtor ou por outros intervenientes.<sup>69</sup>

---

<sup>69</sup> Jennifer Douglas e Heather MacNeil, por exemplo, referem a existência de sucessivas intervenções no processo de constituição e organização dos arquivos de três grandes escritoras canadianas (L. M. Montgomery, Marian Engel e Alice Munro), ocorridas não só posteriormente à sua morte, mas também ainda em vida dessas escritoras, numa perspectiva de construção de um legado autobiográfico ou da imagem que pretendiam deixar ficar de si. Em qualquer das situações identificadas, os intervenientes do processo foram não só os próprios autores dos arquivos, mas amigos, familiares, agentes com interesses comerciais, e até arquivistas, todos eles adicionando sucessivas camadas e contextos (Douglas; MacNeil, 2009). Paul Ashmore e outros colegas recorreram ao arquivo do jornalista britânico Derek Ingram para realizarem investigações na área da geografia histórica, tendo tido a oportunidade de trabalhar diretamente com o produtor de um arquivo no seu espaço doméstico, e realçaram a constante reformulação e reutilização de documentos, as diferentes lógicas subjacentes à organização do arquivo pessoal condicionadas também pela “geografia doméstica”, reconhecendo também a sua própria intervenção, como terceiros, do redesenho do arquivo e na introdução de outras ordens (Ashmore *et al.*, 2012, 84, 87). Priscila Fraiz (1994), no estudo que fez do arquivo de Gustavo Capanema, depositado no Brasil no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), também encontrou inúmeras evidências de sucessivos rearranjos da parte do seu titular, num processo de construção de um projeto autobiográfico, com o intuito de preparar as suas memórias, tendo o conjunto documental chegado à posse do CPDOC como uma massa documental onde a desordem parecia reinar, fruto de sucessivas agregações e disposições, onde coexistiam grupos reunidos com um aparente critério e fragmentos sem claro nexos causal. Em Portugal, Almerinda Graça (2011) teve oportunidade, no âmbito de uma investigação académica, de aceder ao arquivo da escritora portuguesa Luísa Ducla Soares na sua própria residência, tendo também detetado diferentes contextos de organização, bem como de utilização da documentação, inclusivamente ao longo do processo de escrita, destacando ainda as dificuldades acrescidas na busca da ordem original no universo digital.



Os múltiplos processos de construção e reconstrução, o contínuo fazer e refazer, entendidos como um fenómeno inerente à relação entre o homem e o arquivo, e à própria constituição da memória, têm alimentado teses de que o princípio da ordem original não deve ser utilizado nos arquivos pessoais, e que, ao invés, os arquivistas se devem focar mais nas necessidades dos utilizadores. Por exemplo, Frank Boles concede que a ordem indica, de certo modo, o carácter e organização do produtor, mas que apenas pode ser aplicada a documentos que tenham mantido essa ordem de forma deliberada e com significado. Contudo, no seu entender, os arquivos pessoais apresentam-se na maior parte das vezes em estado “desordenado”, pelo que sugere que os arquivistas se foquem na utilização dos documentos e na simplicidade da organização, para facilitar o acesso dos investigadores (Boles, 1982, 30-31).

Graeme T. Powell argumentou igualmente que o princípio da ordem original não pode ser aplicado aos documentos pessoais, escudando-se no estado desordenado em que geralmente se apresentam e nas organizações ou reorganizações eventuais e/ou deliberadas. Segundo o autor, o princípio apenas devia ser observado se um vislumbre de ordem existisse, e se fosse significativo para conhecer o pensamento e ideias da pessoa que juntou os documentos, sendo partidário de que os arranjos e reordenações pelos arquivistas deveriam ter em mente os historiadores (Powell, 1995, 136).<sup>70</sup>

Contudo, Chris Hurley, desafiando Powell, contra-argumentou que a ordem fornece compreensão sobre os propósitos e atividades a que os documentos originalmente serviram, e não depende da sua eficiência num sistema de recuperação de informação. Criticou igualmente a orientação para os utilizadores, salientando que, subjacente a cada argumento e a cada opção de organização, podem existir “agendas” institucionais, por vezes concorrentes, diferentes desejos dos próprios doadores, além de visões distintas quanto ao valor (Hurley, 1995c, 149).

Jennifer Meehan, por seu turno, considera que o pensamento coletivo da arquivística está excessivamente dominado pela preocupação com a organização, muitas vezes subalternizando outras lógicas inerentes à acumulação. Esta autora enfatiza ainda a necessidade de se problematizar a associação entre os dois termos do conceito – “ordem” e “original” –, no sentido de se pensar o que se entende por ordem, e, dentro dela, o que se concebe como sendo a suposta ordem original. A autora defende que, antes de se considerar irrelevante o princípio da ordem original, como fundamento metodológico, os arquivistas devem primeiro analisar, num plano teórico, as questões relacionadas com a natureza e história dos documentos e o valor do sistema de organização do produtor, e propõe uma reanálise a partir

---

<sup>70</sup> Este trabalho de 1995 de Powell corresponde à republicação de um artigo inicialmente editado em 1968 na revista *Archives & Manuscripts*, n.º 3, de acordo com Jennifer Douglas (2013a, 25, nota 8; 2013b, 8, nota 5).

da compreensão dos arquivos pessoais num quadro de complexidade, de criação, transmissão e utilização do arquivo ao longo do tempo (Meehan, 2010, 28-29).

Meehan critica, de certa forma, a tendência de algumas abordagens conceituais de tentar abordar os arquivos pessoais de forma idêntica aos organizacionais, ao invés de colocarem o foco na compreensão do que considera serem diferenças evidentes nas lógicas de criação e uso ao longo do tempo, não apenas pelo produtor inicial do arquivo, mas também pelos elementos que detiveram a sua posse posteriormente, não excluindo a própria intervenção dos arquivistas. Para a autora, os fatores relacionados com a gestão da informação pelos indivíduos, a história do arquivo e a intervenção arquivística são cruciais para a compreensão dos significados de qualquer conjunto de documentos ditos pessoais (Meehan, 2010, 31-32).<sup>71</sup>

Jennifer Meehan propõe, assim, que se pense na questão da ordem original procurando o espírito por trás do princípio, utilizando simultaneamente abordagens base-topo e topo-base, na indagação das relações e do contexto dos documentos com as atividades, aceitando-se alguma inevitabilidade do papel da “imaginação” na busca dessas ligações, quando se está face a documentos sem aparente estrutura interna ou significado. Para a autora, o foco deve ser a elucidação dos contextos de criação, transmissão e uso, considerando ainda as condições em que os documentos foram mantidos e organizados (Meehan, 2010, 34-36).<sup>72</sup>

Apesar dos argumentos esgrimidos a favor da organização dos arquivos pessoais com vista a servir os interesses da investigação e dos utilizadores, esta não é uma solução isenta de críticas, e vários autores a têm contestado. Meehan chama a atenção para o facto de os arquivistas se preocuparem mais com o utilizador no momento da organização dos arquivos, salientando ainda que esse foco difere inclusivamente em função das comunidades que se pretende servir, e, conseqüentemente, de repositório em repositório (Meehan, 2010, 33).

Armando Malheiro da Silva questionou igualmente esta prática pelos arquivistas, quando se encontram perante um arquivo familiar ou pessoal, em suposto estado de “desorganização”, criticando a forma como algumas tradições de tratamento de arquivos familiares ou pessoais, como a francesa, defendida por Françoise Hildesheimer, ou a espanhola, de Olga Gallego que

---

<sup>71</sup> Jennifer Meehan salienta que a falta de uma ordem aparente não é a mesma coisa que ausência de ordem, referindo que existem diferenças entre as formas como os documentos foram criados, usados e mantidos inicialmente, e ao longo do tempo, pelo seu produtor; aquelas como foram usados, mantidos e transmitidos pelos elementos que detiveram a sua custódia; e as formas resultantes da intervenção arquivística (Meehan, 2010, 32).

<sup>72</sup> Para a autora uma abordagem base-topo, com o fim de interpretar e representar um conjunto de documentos, implica a percepção das relações dos documentos com as atividades (contexto). Todavia, se um conjunto de documentos não apresentar uma estrutura interna com significado, é necessário uma abordagem topo-base, em que, em vez da preocupação em identificar e preservar os documentos, se podem, segundo Meehan, “imaginar” diversos tipos de relações, numa “criação” do arquivista, colocando o documento num lugar que seja o reflexo das atividades que lhe deram origem, e as subseqüentes em que esteve envolvido (Meehan, 2010, 36). Estas relações são apenas conceituais – não são necessariamente tangíveis ou visíveis nos documentos, nem existem necessariamente antes de um utilizador ou arquivista as compreender (Meehan, 2010, 37).

optam pela aplicação retrospectiva de esquemas intelectuais para estabelecer quadros de classificação, criando séries arbitrárias, numa perspectiva tecnicista pensada sobretudo para facilitar o acesso pelos utilizadores e normalizar procedimentos.

Em alternativa, Malheiro da Silva propôs que se pense numa perspectiva de recuperação da estrutura e organicidade, a partir da compreensão e estudo dos contextos históricos, familiares e pessoais subjacentes ao “Sistema de Informação” (e não fundo ou arquivo), através do conhecimento da sua estrutura orgânico-funcional. Nesse sentido, entende que a desordem em que os documentos se apresentam é tão significativa como a alegada ordem original, rejeitando qualquer classificação elaborada apenas com o intuito de facilitar o acesso (Silva, A. M., 2000a, 90-91).

À luz da constatação da dificuldade de aplicar aos arquivos pessoais o princípio do respeito da ordem original, a que alia também problemas inerentes ao estabelecimento das fronteiras do conceito de fundo, Malheiro da Silva argumentou que tais princípios da teoria e prática arquivística, encarados como seus fundadores, podem ser tidos como inúteis para o conhecimento científico, tendo como consequência colocar em causa a própria consideração da documentação familiar e pessoal como arquivos. Por isso, para o autor, estes arquivos são um exemplo que evidencia a necessidade de novos postulados teóricos e reformulação de metodologias, no âmbito da Ciência da Informação (Silva, A.M., 2000a, 53-54; 2004, 65).<sup>73</sup>

Jennifer Douglas aponta, como resultado da sua análise à literatura crítica deste princípio arquivístico, a grande dificuldade que continua a subsistir na interpretação do que é considerado a ordem original num arquivo pessoal (Douglas, 2013a, 131-142), e a confusão tanto sobre o próprio princípio (o que é), como acerca do seu significado (o que é suposto ele comunicar). Esta dificuldade provém da constatação de que, em muitos casos, não é discernível uma determinada ordem, e de que nem sempre a ordem encontrada, a existir, corresponde necessariamente à ordem considerada “a original”, mas outra, que o próprio indivíduo ou um terceiro lhe deu, em diversos momentos e por diferentes motivações.<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> Armando Malheiro da Silva propôs a substituição dos princípios da proveniência e da ordem original, que considerou cientificamente indemonstráveis, por outros quatro princípios, advogados como leis gerais e universalizantes: o princípio da “ação estruturante” – todo o arquivo resulta de um ato fundador, formal ou informal, que condiciona diretamente a sua evolução estrutural e indiretamente a especificidade funcional; o princípio da “integração dinâmica” – interligação com o universo envolvente e outros sistemas conexos; o princípio da “grandeza relativa” – o desenvolvimento como estrutura fechada sobre si ou como estrutura aberta; e o princípio da “pertinência” – todo o arquivo tende a recuperar informação produzida ou recebida por critérios de pertinência decorrentes da estrutura ou da envolvência sistémica (Silva, A. M., 2000a, 56).

<sup>74</sup> Douglas (2013a) debruçou-se sobre a natureza dos arquivos de diversos escritores, em particular analisando a forma como estes foram sendo construídos ao longo do tempo pelos próprios e por terceiros, assim como sobre as formas pelas quais foram representados através da organização e descrição arquivística. Quanto ao que é a ordem original, questiona se esta será a ordem física que os documentos assumem ao longo do tempo ou uma ordem lógica correspondente a ideias sobre como a sua criação ocorreu; sendo a física, a autora indaga se será a última ordem que tinha sob a posse do

Douglas considera que é necessário ir além da discussão do princípio, aceitar que um grupo de documentos pode assumir diferentes ordens/organizações ao longo do tempo, compreendê-las, e encontrar para elas uma designação que se possa explicitar aos utilizadores. No que respeita a comunicar o que se considera ser o significado de tais ordens, deve ter-se presente de que é difícil interpretar o contexto psicológico da criação e utilização dos documentos, até porque há fatores que interferem, de forma mais ou menos profunda, como é o caso da intervenção de terceiros, a banalidade de algumas intenções na formação do arquivo, e a própria visão limitada do arquivista sobre a vida da pessoa, incluindo ainda a própria autoconstrução do arquivo com vista a que este constitua um legado para a posteridade (Douglas, 2013a, 19-20).

Por outro lado, a estrutura usualmente escolhida pelo arquivista para representar um arquivo tem por base o conhecimento extraído quase sempre a partir dos documentos e ainda as expectativas que se tem sobre como um arquivo “deve parecer”, e ser apresentado aos investigadores (Douglas, 2013a, 23). Os esquemas classificativos utilizados ajudam a dar sentido e a providenciar acesso, mas, muitas vezes, não são mais do que um arranjo intelectualmente construído. Por isso, segundo a autora, deve ser admitido que a suposta ordem original é, afinal, uma construção arquivística, e que a ordem apresentada ao investigador é, na realidade, uma ordem arquivística (Douglas, 2013a, 24). Para Jennifer Douglas há que assumir que a ordem nos arquivos pessoais é efetivamente o resultado de processos sociais complexos, em que a própria intervenção do arquivista não pode ser menosprezada (Douglas, 2013a, 134-137).

Já Brien Brothman, no início da década de 1990, defendera não existir nada de natural, ou de original, naquilo que usualmente se considera como ordem original. O autor sugeriu que os arquivistas, e a teoria arquivística, enfatizam demais uma suposta natureza “orgânica” dos fundos ou grupos de documentos, e que os arquivos resultam antes de processos sociais complexos (Brothman, 1991, 84). Brothman argumentou que os próprios arquivistas fazem parte desse processo social e, ao fazerem proclamações sobre uma ordem supostamente

---

produtor, ou aquela que foi recebida pelo arquivista (Douglas, 2013a, 10). Parte da sua análise fundamenta-se também em entrevistas realizadas a um conjunto de arquivistas e bibliotecários canadianos, de que resultou a identificação de alguns tipos de entendimento de arquivistas sobre a ordem original em arquivos de escritores. Por um lado, uma ordem “inferida” que, na prática, se materializa na organização de séries e subséries de acordo com tipos de escrita ou certos trabalhos, conjuntamente com outras relacionadas com papéis desempenhados pelo autor – trata-se de uma ordem conceptual, ou “imaginada” (Douglas, 2013a, 11). Por outro lado, também existe a ideia de uma ordem “criativa” – uma tentativa de recriação do processo criativo, ou ordem pela qual um determinado texto chegou à sua versão final (Douglas, 2013a, 12). Finalmente, noutros casos, é dada ênfase à ordem “física”, no momento da primeira abordagem, seja ela num caixote, ou em visitas à casa e espaço de trabalho do titular (Douglas, 2013a, 14). Apesar de aparentes diferenças, o mais usual é haver uma confluência entre os vários tipos de ordem. Cada uma delas, podendo coexistir, é utilizada ou conservada por se considerar ter alguma importância. Todas elas representam um conjunto de argumentos sobre a constante evolução do significado do arquivo (Douglas, 2013a, 15).

natural e orgânica, estão, de facto, a seguir um propósito de criação de uma ilusão acerca de tal ordem, tendo como objetivo projetar uma imagem positiva, perto do ideal, na defesa de princípios teóricos supostamente irrefutáveis. Como consequência, corre-se o risco de se suprimir ou negar a existência de qualquer coisa que constitua obstáculo a essa imagem (Brothman, 1991, 81). Para Brothman, todos estes problemas estão relacionados com a influência da crença positivista num “passado acessível”, referindo que “é tão problemático para um arquivista sustentar que permanece fiel à ordem original [...] como é para os historiadores afirmar que seu trabalho de alguma forma capta e representa o passado” (Brothman, 1991, 83).

Os arquivos pessoais foram frequentemente desconsiderados por não obedecerem, na sua produção e organização, a imperativos legais e quadros normativos, negando-se-lhes assim a “organicidade” reconhecida aos arquivos das administrações públicas e organismos mais complexos. No entanto, diversos autores têm contestado esta visão, entendendo que não existem razões fundamentadas para distinguir os arquivos pessoais e os familiares dos produzidos pelas organizações, reconhecendo-lhes a mesma natureza orgânica, apenas entendendo a “organicidade” de um ponto de vista mais amplo.

Em 1996, a partir da abordagem teórica dos arquivos pessoais, foi desencadeado, na Austrália, um debate, nas páginas do periódico *Archives and Manuscripts*,<sup>75</sup> em torno das dificuldades e problemas derivados das fronteiras entre os profissionais ligados à gestão documental daqueles que se dedicavam aos arquivos na sua fase definitiva ou “histórica”.<sup>76</sup> No conjunto de artigos então publicados, teóricos australianos como Chris Hurley, Adrian Cunningham e Sue McKemmish vieram sugerir a transposição, para o universo dos documentos pessoais, dos conceitos do *recordkeeping*,<sup>77</sup> pugnando por uma visão inclusiva da profissão, no âmbito das propostas de desenvolvimento da teoria do chamado *Records Continuum Model*,<sup>78</sup> e

---

<sup>75</sup> Concretamente no número especial de Maio de 1996 (n.º 24-1), dedicado ao então designado *personal recordkeeping*.

<sup>76</sup> Muitos anos antes, já Peter Scott, nomeado no início da década de 1960 para os arquivos nacionais australianos, tinha criticado esta divisão entre os profissionais. Peter Scott foi o principal mentor de uma forma distinta de organizar os documentos, designada por Sistema de Séries, nas quais os documentos em vez de serem descritos em função de uma ligação estrita a um determinado produtor, para refletir a uma história administrativa, são abordados com vista ao estabelecimento de um conjunto dinâmico de inter-relações entre um e vários, entre muitos e um, e entre muitos e muitos, sobrepondo-se às limitações físicas, através do recurso a estratégias descritivas para representar os diversos contextos (Cumming, 2011). Laura Millar, analisando a proposta de Scott, considerou que um dos seus contributos foi o de desafiar os arquivistas a repensarem o seu papel na gestão de arquivos modernos, ultrapassando a função de meros curadores de documentos “históricos” para se assumirem como administradores da informação em produção e utilização (Millar, 2012).

<sup>77</sup> “*Recordkeeping*” foi um termo que se vulgarizou na Austrália e Nova Zelândia para designar os processos de gestão e de conservação dos documentos para fins administrativos, legais e informativos, essencialmente aplicado a arquivos corporativos, sob inspiração do modelo de gestão documental americano.

<sup>78</sup> O *Records Continuum*, modelo de cariz conceptual, propõe uma visão da informação de forma circular, formando um contínuo, não compatível com divisões artificiais entre gestão dos *records* e o seu tratamento e preservação em *archives*, contrariando modelos de gestão linear dos arquivos, por exemplo

argumentando pela necessidade de não se separarem os profissionais que tratavam dos *records* dos que custodiavam os *archives* (no sentido dado aos arquivos aos quais apenas se reconhecera o caráter “histórico”). Contando também com a colaboração do norte-americano, Richard J. Cox, em sintonia de ideias, estes autores defenderam o reconhecimento, aos documentos familiares e pessoais, das mesmas características orgânicas e de criação, derivada de funções e atividades, atribuídas aos documentos produzidos por instituições (Hurley, 1996; Cunningham, 1996; McKemmish, 1996; Cox, 1996).

Sue McKemmish, em particular, defendeu não existirem justificações significativas para dar aos arquivos de uma pessoa individual um estatuto único e especial, ou para vê-los como sendo essencialmente diferentes dos organizacionais, chamando a atenção para a importância que os documentos pessoais têm na construção da memória, não apenas do indivíduo, mas também da sociedade. McKemmish considera que documentos existentes nos arquivos pessoais, como a correspondência, os escritos autobiográficos, as notas e apontamentos, tradicionalmente arredados do estatuto de documentos de arquivo na tradição anglo-saxónica, pelo facto de não serem estritamente resultantes de uma resposta a uma necessidade jurídica, ou por não reunirem as necessárias características de autenticidade, podem também eles ser probatórios, por atestarem as várias facetas do comportamento humano, transponível para uma abordagem de uma perspetiva do coletivo da sociedade.

Segundo a autora, os indivíduos reúnem arquivos em torno da preservação do que apelidou de *evidence of me*, que se poderá traduzir por “memória de si”, ou ainda pela expressão “a prova de si”, defendendo um valor de evidência nos arquivos pessoais. Esse valor não está simplesmente nos documentos produzidos e acumulados como prova das funções e atividades do indivíduo, mas também naqueles que, fora do típico quadro das transações administrativas ou legais, possuem a capacidade de testemunhar a vida humana, através de outros fatores ligados ao comportamento e à psicologia, servindo à memória coletiva, e configurando o que McKemmish apelida como a “prova de nós” (*evidence of us*). No posicionamento da autora, o indivíduo não é excluído como produtor de arquivos, mas antes considerado um ator do sistema, estando a memória individual integrada no eixo probatório do modelo e na mesma

---

em função de distintas fases de uso dos documentos. A informação é enquadrada em quatro dimensões (criar, capturar, organizar, pluralizar), que se estruturam em torno de quatro eixos (probatório, transacional, arquivístico e identitário), procurando dar lugar à possibilidade de se equacionarem diferentes níveis/camadas de contexto e de se relacionarem os múltiplos propósitos que os documentos servem – em benefício da instituição ou da entidade que os criou, de um sucessor organizacional ou da sociedade em geral –, contemporaneamente, ou ao longo do tempo (McKemmish, 1997). Os documentos decorrem da atividade humana de registar qualquer ação ou fase da vida humana, sendo, desde o momento da sua criação, simultaneamente instrumento dessa atividade e memória, ou seja, todo o documento tem simultânea, e não sequencialmente, valor probatório (como prova das atividades) e histórico. O modelo enfatiza as mudanças a que a informação está sujeita e os seus contextos (Huvila *et al.*, 2014, 4) e pressupõe-se permanentemente aberto aos ajustes necessários para restabelecimento do equilíbrio de mudanças sociais e institucionais e pretende englobar funções e atividades numa perspetiva social ampla (Upward, 1996; McKemmish, 1997).

dimensão que aquela que advém dos registos de organismos corporativos (McKemmish, 1996, 39).

Richard J. Cox também considerou que os designados *records* podem ser criados por organizações ou por pessoas. No seu entender, as distinções entre documentos pessoais e registos organizacionais apenas são importantes na especificação da sua proveniência, pois ambos possuem carácter orgânico, derivado de atividades e funções, independentemente de serem designados por *records* ou por outro termo qualquer (Cox, 2004, 184).

Não dando relevo ao carácter imperativo da produção dos registos pelas organizações, em função de quadros normativos ou jurídicos, que supostamente evidenciam o seu carácter “natural”, ausente dos arquivos dos indivíduos que a eles não estão sujeitos, e que servem a alguns autores para justificar as diferenças entre uns e outros, Cox diverge de presunções de que os documentos organizacionais são mantidos em função das necessidades dos seus produtores e os documentos pessoais, que se decidem preservar, apenas servem a historiadores e outros investigadores. Pelo contrário, considera que ambos, organizações e indivíduos, mantêm os documentos pelas mesmas razões: necessidades legais, evidência, memória. As pessoas mantêm documentos como testemunho do seu trabalho, para se protegerem, e para providenciar memória do seu espaço doméstico, do trabalho, da família, de acontecimentos ou outros (Cox, 2001, 25).

Inspirando-se em Terry Cook (1994), que afirmara que os documentos pessoais foram vistos por demasiado tempo como uma espécie de “artefactos” de museu, mesmo quando adquiridos por possuírem valor simbólico para uma instituição, uma comunidade ou uma sociedade, Cox alerta que se os arquivistas focarem a sua atenção apenas nesses aspetos simbólicos correm o risco de se aproximarem mais do papel dos antiquários, perdendo de vista a importância dos documentos como testemunho e evidência (Cox, 2001, 26).

Cox chama a atenção para o facto de a maior parte dos arquivistas e dos designados “curadores de manuscritos” seguirem a tradição de Schellenberg, partindo do pressuposto de uma suposta e inerente “desorganização”, que resulta da alienação de documentos da posse dos seus produtores, antes da sua entrada numa instituição de arquivo. Em seu entender, os arquivistas precisam de refletir, perante alegadas desorganizações, qual é a razão que as motiva, entendendo que, por muito estudo que seja necessário sobre a natureza da acumulação e gestão dos documentos pelas pessoas, não se trata de um estudo sobre o caos, mas sim sobre os impulsos que levam as pessoas a criar, manter e utilizar documentos, no âmbito da sua esfera individual ou familiar (Cox, 2001, 25).

Um dos principais contributos de teóricos do *Records Continuum Model*, como Sue McKemmish, e de outros que partilham visões similares, como Richard J. Cox, foi a de questionar a tradição anglo-saxónica que remetia os arquivos pessoais ao estatuto de meras coleções, de menor valor, defendendo para eles um estatuto e formas de abordagem

semelhantes aos organizacionais, ambos exibindo marcas de funcionalidade que os permitem tornar-se evidência da sociedade e das atividades humanas.

No entanto, alguns autores continuam a perspetivar os arquivos pessoais de forma distinta. Mesmo não lhes negando a designação como arquivos, à semelhança das correntes de pensamento e das práticas arquivísticas inspiradas em Jenkinson ou Schellenberg, contestam porém o seu carácter orgânico, e ainda a possibilidade de servirem como prova e testemunho de ações e atividades humanas de âmbito mais amplo.

É o caso do sul-africano Verne Harris que criticou alguns argumentos de McKemmish quanto à transacionalidade presente nos documentos pessoais, argumentando que o universo do pessoal é caracterizado por uma “resistência” à funcionalidade (Harris, 2001, 9). Também a canadiana Catherine Hobbs defendeu que os arquivos pessoais têm um carácter muito mais de psicológico do que de representação de transacionalidades, sustentando que, por essa razão, necessitam de entendimentos diferentes quanto aos conceitos e de tratamentos arquivísticos distintos (Hobbs, 2001, 127-128).

Hobbs, a partir da sua experiência de trabalho com arquivos de escritores, concluiu pela existência de silêncios na teoria Arquivística quanto ao carácter psicológico subjacente à produção de documentos, e defendeu a necessidade de devolver o “pessoal” aos arquivos pessoais, reconhecendo que, além dos aspetos da transacionalidade, um arquivo de um indivíduo responde igualmente a necessidades e predileções relacionadas com a personalidade (Hobbs, 2001, 127). Para a autora, os arquivos pessoais não devem ser considerados simplesmente em função de datas, factos, ações ou contextos funcionais, mas com relação a evidências de emoções, carácter, e de relacionamentos diversos (Hobbs, 2001, 133).<sup>79</sup>

As instituições e os indivíduos produzem documentos de arquivo em resultado das suas atividades. Porém, é aceitável considerar que as obrigações legais que presidem às funcionalidades inerentes às atividades de uma instituição, como um governo ou uma empresa, e a própria orgânica das mesmas, não são necessariamente as mesmas a que está sujeito um indivíduo. Em ambos os casos existe documentação sujeita a prazos legais de conservação, que serve para documentar atos e factos, e informação cujo valor de memória pode determinar a sua conservação a longo prazo, designadamente com uma finalidade histórica. Todavia, há

---

<sup>79</sup> Jennifer Douglas, que também abordou arquivos de mulheres escritoras, considerou a proposta apresentada por Hobbs relativa ao carácter e à personalidade, e referiu que podia ser tida em conta na dimensão prática da avaliação dos documentos a preservar, por uma determinada instituição arquivística, no sentido de que não se deve negligenciar ou descartar determinados documentos apenas porque aparentam não ter valor, pois podem ajudar a compreender alguns aspetos mais íntimos da vida dos indivíduos. No entanto, destacou que os aspetos da personalidade não se podem considerar como princípios teóricos, nem para definir as ações de avaliação arquivística, nem para justificar decisões de organização e descrição, por considerar que a própria noção de “carácter” é problemática do ponto de vista da psicologia (Douglas, 2013a, 120-121).



uma diversidade de informação que, juridicamente, o indivíduo não está obrigado a guardar, nem tem necessariamente de ser incluída numa eventual integração do seu arquivo numa instituição. Na esfera da vida privada e íntima não existem prazos legais para retenção de informação cujo valor é simplesmente sentimental ou mero testemunho pessoal. Por outro lado, se nas grandes organizações a eliminação de documentação que já perdeu o seu valor legal, afigura-se como uma necessidade inerente a boas práticas de gestão e de eficiência de recursos, para as quais se tem procurado elaborar instrumentos legais regulatórios, já no foro da intimidade de cada um nada obriga a que se procedam a eliminações.

Se bem que qualquer pessoa produza e acumule informação para atender a diversas necessidades, o seu arquivo pode parecer o palco ideal para um teatro de ambiguidades, em que as variações na peça representada resultam de improvisos de momento, e os atores que nela participam não são necessariamente sempre os mesmos. Ambiguidades, ausência de padrões estáveis, interrupção de processos, falta de registo de decisões, dificuldades ou desinteresse do seu detentor na estruturação e organização da informação, podem fazer com que se apresentem ao arquivista como arquivos deficientemente organizados e de conteúdo idiossincrático.

Todavia, a ausência de informação sobre a documentação (metainformação), não significa que os documentos não tenham servido a uma necessidade concreta. Malheiro da Silva, por exemplo, considera que a organicidade está na “existência de uma ação desencadeada a partir de uma entidade (seja ela qual for – uma pessoa ou uma instituição), e tendo em vista um conjunto dinâmico de objetivos” (Silva, A. M., 2004, 58, nota 8).

Assim, parece mais aceitável aplicar aos arquivos pessoais uma definição mais abrangente de organicidade, como a que é proposta no Dicionário Eletrónico de Terminologia em Ciência da Informação, disponibilizado pelo Observatório de Ciência da Informação da Universidade do Porto, que desfaz alguns equívocos e posiciona o conceito de uma forma holística, englobando não apenas a informação produzida e mantida por imperativos legais, mas também aquela que, fugindo a essa formalidade, está indelevelmente ligada a ações humanas conscientes:

“É um conceito muito caro aos arquivistas, mas que estes têm tido dificuldade em definir de forma clara e estável, tendo cometido um equívoco: confundir orgânico com administrativo, de onde resulta considerar a organicidade propriedade exclusiva de entidades dotadas de aparelho jurídico-administrativo ou burocrático. Trata-se de um conceito fundamental e de grande utilidade em Ciência da Informação, recebido pela via arquivística, mas é preciso evitar equívocos e relacionar organicidade com ação consciente. Admitir que a produção administrativa é automática, não intencional e não criativa como se fosse desenvolvida por autómatos e não por humanos afigura-se insustentável! Uma ação consciente (humana e social), seja rotineira ou criativa, jurídico-administrativa ou artística, científica ou literária, geradora de informação numa situação, dentro de um contexto orgânico (institucional e

informal) e condicionada por um determinado meio ambiente, evidencia organicidade, cuja variação e "textura" é avaliável. A organicidade será tanto maior quanto mais clara e profunda for a articulação entre o sujeito da ação (pessoal ou institucional) com sua estrutura própria (conceito lato: vai do corpo humano ao dispositivo organizacional de uma qualquer entidade instalada em imóveis e com equipamento vário) e os objetivos mobilizadores que se propõe naturalmente atingir. E entra aqui o esquema cibernético da retroação porquanto a fixação e a obtenção de objetivos (sendo, então, fixados outros novos) rege diretamente a formação e a renovação da memória orgânica essencial à ação." (DeltCi).

Daqui resulta a ideia de que a organicidade da informação não deriva exclusivamente do caráter imperativo da produção, mas sim da articulação entre a ação consciente que a gera, (seja ela rotineira ou criativa, jurídico-administrativa ou artística, científica ou literária) e os contextos de produção, com vista ao exercício de determinada função, ou seja, para atingir os objetivos propostos.

Tal como acontece em contexto administrativo, a informação presente nos arquivos pessoais parte de ações conscientes, e da definição de objetivos, em determinados contextos ao longo do tempo, e tem uma função, que, sendo variável caso a caso, pode ser sintetizada como a de servir de prova às atividades, emoções, pensamentos ou criatividade dos seus produtores.

Muito embora subsistam diversos argumentos para sustentar que os arquivos pessoais são distintos dos institucionais e, como tal, necessitam de referenciais teórico-metodológicos diferenciados, esta perspectiva tem continuado a ser questionada, nomeadamente por parte dos teóricos que se identificam ou aproximam a sua visão à dos pensadores australianos do modelo do *Records Continuum*.

Sue McKemmish e Michael Piggott, em especial, insistiram em questionar o que, afinal, é diferente entre arquivos pessoais e institucionais, face à própria variedade da sociedade humana e das suas formas organizacionais. Para estes autores, a própria definição de documento de arquivo proposta pelo Conselho Internacional de Arquivos não introduz qualquer diferenciação, pois entende a informação, independentemente do seu tipo ou suporte, como podendo ter sido produzida, recebida e conservada por uma instituição ou outra pessoa (McKemmish e Piggott, 2013, 127). Na sua opinião qualquer tentativa de diferenciar os arquivos pessoais a partir, por exemplo, da identificação de elementos comuns com base naqueles que encontram sob a custódia de alguns repositórios, nunca passaria de uma análise a partir de uma amostra insuficientemente representativa.<sup>80</sup>

---

<sup>80</sup> Para McKemmish e Piggott é ainda importante afastar a ideia de que as organizações são estritamente impessoais, sujeitas a imperativos legais e regras administrativas, que consideram enfermar as visões sobre os seus arquivos, por não considerarem a influência da psicologia organizacional, dos valores e das culturas subjacentes, e ignorarem o papel desempenhado pelos indivíduos (McKemmish; Piggott, 2013, 127-128).

Estes autores convidam a que se repense a oposição binária entre o arquivo pessoal e o institucional, apelando a uma visão mais inclusiva, a partir da proposta da utilização do conceito de “multiverso” (McKemmish; Piggott, 2013, 113),<sup>81</sup> considerando que a informação relativa aos indivíduos se situa em vários contextos culturais, podendo existir numa multidimensão de registos em diversos sistemas documentais, pessoais ou institucionais/corporativos.<sup>82</sup> Os autores concluem, assim, que se devem considerar quatro dimensões na informação, que influenciam as práticas arquivísticas: física, intelectual, emocional e espiritual. Se as duas últimas são usualmente conotadas com as práticas pessoais, elas também estão presentes nas organizações, onde determinadas personalidades que ocupam certos cargos são determinantes na sua estruturação e definição (McKemmish e Piggott, 2013, 128-129).<sup>83</sup>

Estes autores têm vindo a defender que as práticas arquivísticas devem ser inclusivas, interconectando comportamentos e culturas organizacionais e pessoais, abrangendo formas partilhadas ou comuns de criação de informação, prevendo a proveniência múltipla ou paralela, num pensamento filosófico pós-moderno sobre os arquivos, inseridos num *continuum* multidimensional onde se intersectam funções e atividades individuais, institucionais e sociais.

Olhando para o conjunto de questões referidas, parece aceitável considerar que os arquivos pessoais e familiares possuem algumas especificidades que devem ser tidas em conta na sua abordagem teórico-metodológica, sendo um possível caminho a seguir a sua análise à luz do reconhecimento e aceitação de que as sucessivas reorganizações, reordenações e intervenções, são uma parte do percurso da utilização da informação, numa perspetiva de

---

<sup>81</sup> O conceito de “multiverso arquivístico” a que os autores se referem baseia-se numa definição proposta por um grupo de investigadores do *Archival Education and Research Institute*, como englobando o pluralismo de textos incluídos em qualquer forma de arquivo e tipo de registo, práticas de preservação da memória, motivações institucionais, burocráticas ou pessoais, perspetivas e necessidades das comunidades, construções legais e culturais (AERI, 2011, 73).

<sup>82</sup> McKemmish e Piggott ao entenderem o arquivo pessoal por forma incluir todos os aspetos relativos à criação, gestão e utilização de informação em contexto social, vão ainda mais além na delimitação dos seus contornos. No seu entender, deve-se ter em consideração qualquer tipo de forma de fixação e transmissão de informação que se relacione com determinada pessoa, independentemente do sistema documental em que se encontre, seja ele pessoal ou institucional, abrangendo os documentos que se podem encontrar tanto em acervos de instituições arquivísticas ou culturais, como em arquivos de grupos ou comunidades, na informação armazenada em espaços digitais partilhados, e ainda a transmissão oral e o que se situa no campo da lembrança como atos performativos, rituais ou tradições (McKemmish; Piggott, 2013, 113).

<sup>83</sup> Sobre o caso particular de pequenas empresas, Creighton Barrett (2013) analisou exemplos de arquivos de negócios familiares na Nova Escócia (Canadá), concluindo que o pessoal e o organizacional se misturavam no seu quotidiano, e que as agregações documentais desses negócios “escondiam” arquivos pessoais, obscurecidos através da organização e descrição arquivística. Considerou questionável qualquer distinção entre o pessoal e o institucional na formação de arquivos, como o fizera, por exemplo, Catherine Hobbs (Barrett, 2013, 91). Barrett introduz o conceito de “identidade profissional” (*work identity*) baseando-se em estudos sociológicos e disciplinas relacionadas, e em diferentes definições de trabalho. Considera que o trabalho é um elemento decisivo na definição da identidade pessoal, influenciando o modo como as pessoas, ou famílias, produzem, acumulam e utilizam informação, pelo que poderia ser tido em conta nas práticas arquivísticas de organização e descrição (Barrett, 2013, 86-90).

compreensão do arquivo enquanto sistema dinâmico e permanentemente aberto de informação.

Deve ainda considerar-se que um arquivo pessoal reflete simultaneamente duas lógicas: uma de suporte às atividades do seu titular, à semelhança do que acontece nos organismos institucionais, havendo operações de eliminação e decisões de preservação de uma forma natural, em razão de processos funcionais; e outra derivada de motivações criativas, psicológicas, pragmáticas, entre outras, sob critérios diversos, que originam agregações arquivísticas que, embora possam parecer estar mais próximas do que em algumas definições de entende como correspondendo a coleções, não significa que não sejam dotadas de organicidade.

## ***1.2. A dimensão familiar e social nos arquivos pessoais***

A partir das definições de arquivo de alguns léxicos arquivísticos, os arquivos pessoais podem ser considerados, como correspondendo ao conjunto de documentos de uma “pessoa singular”. O próprio conceito de fundo, transposto para os arquivos pessoais, regra geral, tende a subentender uma ligação unívoca a um produtor, o que conduz com frequência a que alguns arquivos, considerados como “pessoais”, sejam intitulados pelos repositórios que os preservam apenas pelo nome de determinado indivíduo. Contudo, vários arquivos pessoais preservados em instituições de memória testemunham processos sociais mais amplos de produção e acumulação de informação, sob a influência de diversos intervenientes, incluindo em contexto familiar.

As operações mais do âmbito do foro técnico da prática arquivística, designadamente no que se refere ao tratamento descritivo dos arquivos pessoais, tendem a focar-se num indivíduo em concreto, muitas vezes evitando-se compreender, contextualizar e clarificar a presença de outros produtores. Mesmo quando num mesmo arquivo, intitulado de pessoal, se incluem conjuntos documentais discerníveis e identificáveis que foram produzidos e reunidos por outros indivíduos, a sua identificação e transposição para a respetiva descrição arquivística pode acabar subvalorizada em níveis inferiores de estruturas classificativas ou de organização da informação, como os subfundos ou as secções.

Numa demonstração deste problema, não é necessário ir muito mais longe que a própria ISAD(G), que providencia um exemplo paradigmático correspondente à descrição arquivística de um fundo que é considerado como sendo de “pessoa singular” – o fundo intitulado “Papiers Bazaine” (ISAD(G), 2002, 81-84) – que, na realidade, deveria ser melhor considerado como de família. Se bem que o título seja genérico o suficiente para se referir à família Bazaine, em virtude da utilização do respetivo nome de família, o facto é que, na descrição geral proposta

ao nível do fundo, no elemento descritivo destinado pela norma à indicação do respetivo produtor, apenas é mencionado um dos membros desta família, Dominique Bazaine, aparentemente o mais antigo numa perspetiva geracional, mas não necessariamente o mais relevante no que se refere ao conteúdo do fundo, pois os restantes dados descritivos fornecidos dão principalmente destaque ao seu filho, o marechal Achille Bazaine.<sup>84</sup>

Na descrição do fundo não são fornecidos dados relativos à história biográfica do produtor indicado, mas indica-se claramente, no elemento descritivo referente à história custodial e arquivística, que se tratam de “papéis de família”. Aqui se refere ainda que foram reunidos por um outro membro da família, depois classificados preliminarmente e acrescentados por um terceiro elemento, sendo ainda especificamente relacionados com um quarto indivíduo – nenhum deles correspondendo ao produtor indicado para o fundo. Na descrição do âmbito e conteúdo, por outro lado, verifica-se que existe documentação de ainda mais elementos da família. Não se compreende, pois, a razão pela qual se entende este fundo como sendo de “pessoa singular”, quando é manifesta a presença de tão variada quantidade de indivíduos, todos eles de alguma forma produtores de informação.

Frequentemente, um fundo de arquivo é entendido como tendo um produtor claramente identificável, o indivíduo ou entidade coletiva que o criou, ou seja, quem produziu, acumulou e selecionou os materiais que compõem o fundo, e que normalmente é identificado no próprio título que lhe é atribuído. Embora se reconheça a existência de diversos documentos, no seu seio, cuja autoria pertence a várias pessoas diferentes (não sendo o conceito de autor equivalente ao de produtor), como é o caso, por exemplo, da correspondência recebida pelo titular (produtor) de um arquivo, o arquivista adota e representa, para a comunidade de utilizadores dos arquivos, uma perspetiva singular, focada no indivíduo/entidade identificada com o fundo (Hurley, 1995b, 236; 2005b, 70).

Confirme se viu no ponto anterior, as definições propostas de arquivo pessoal nos mais diversos léxicos arquivísticos são imprecisas ou eximem-se a definir e interpretar o “pessoal”. A maior parte dos conceitos em uso pela arquivística apresenta-se excessivamente influenciada por paradigmas patrimonialistas, baseados em teorias focadas na abordagem e posse física de

---

<sup>84</sup> O fundo inclui os designados “arquivos” do Marechal Achilles Bazaine, o elemento da família que parece ser a figura mais relevante em termos de protagonismo histórico. Porém, esta documentação, assim designada por arquivos (no plural!), encontra-se descrita apenas sumariamente numa proposta de descrição ao nível de subfundo, onde se providencia a respetiva nota biográfica, e uma lista dos títulos das séries em que se estruturam os seus documentos no elemento descritivo relativo ao âmbito e conteúdo do respetivo subfundo. A influência de outros elementos da família na organização destes documentos está ausente, não sendo feita qualquer menção no elemento relativo à história custodial e arquivística deste subfundo, embora se lhe faça uma referência na descrição correspondente ao nível superior do “fundo” (ISAD(G), 2002, 81-84). Evita-se a repetição de informação, em diferentes níveis, conforme recomendado na norma, mas a proposta descritiva apresentada acaba por não conseguir clarificar devidamente os distintos contextos de produção e acumulação da informação referente aos vários indivíduos da família, incluindo o papel decisivo que alguns tiveram na organização da documentação de outros.

documentos, a partir dos quais se procura aplicar, por vezes com dificuldades, termos como fundo ou coleção, e princípios como o do respeito dos fundos ou o de uma suposta ordem hierarquizada dos documentos, que vários autores têm apontado como sendo conceptualmente redutores.

Conceitos estanques de arquivo ou de fundo, em cujas definições cabem referências a pessoas “singulares”, remetem para uma franja de indefinição várias situações em que a informação assume um carácter social e coletivo, designadamente familiar. Uma tipificação simplista de um determinado arquivo como “pessoal” ou de “família”, bem como as correlativas práticas arquivísticas de organização e descrição, em resposta a desideratos pragmáticos de representação da informação, podem, na realidade, obscurecer atos de produção múltipla que nem sempre serão estritamente “singulares”, nem representarão apenas uma “família”, entendida esta como resultado de um contrato social ou de laços de consanguinidade.

Sob influência de um pensamento pós-modernista, alguns autores têm inclusivamente questionado a noção de “criador” do arquivo, no sentido de o estabelecer como equivalente a um determinado produtor. Debra Barr, por exemplo, em finais da década de 1980, alertou o grupo canadiano que estudava a normalização descritiva, de que o foco não podia ser posto apenas na produção, mas também na continuada acumulação e uso (Barr, 1987-1988, 168). A mesma autora salientou o excessivo pensamento de hierarquização da informação, argumentando que uma série podia pertencer a mais do que um fundo, devido a circunstâncias relacionadas com o uso ou posse (Barr, 1989, 141).

Geoffrey Yeo questionou a utilização de conceitos em antinomia, como o de fundo e de coleção, e também se focou nas presunções sobre o que é “orgânico”, “funcional” e “natural” em contraposição ao que é “intencional”, “memorial” ou “artificial” (Yeo, 2010; 2012). Neste contexto, quando se abordam arquivos designados por pessoais, uma associação acrítica entre “pessoal” e “individual”, concebendo os documentos como estando vinculados a uma única entidade delimitável no espaço e no tempo, e materializável de um ponto de vista físico, coíbe a análise de situações de arquivos que não são meramente o reflexo das atividades de uma só pessoa “singular”, em razão das suas atividades “naturais” e da resposta a necessidades “funcionais”, mas antes o resultado da intervenção de diversos produtores de informação, simultaneamente ou em momentos distintos, por vezes com intenções marcadamente memoriais, não destituídas de propósitos e objeto de ações conscientes, nas quais se produz, utiliza, partilha e se atribui valor à informação, que importa considerar.

A procura de respostas para o entendimento do que consiste, afinal, o “pessoal”, não pode deixar de ter em conta as fronteiras que delimitam o indivíduo, enquanto entidade singular, cujo tempo de vida, do nascimento à morte, é naturalmente linear e finito. Porém, entre esses extremos, o ser humano vive em permanente relação com outros, e ocupa diferentes espaços físicos e sociais, em simultaneidade ou não. No processo de criação, transmissão,

acumulação, utilização e eliminação de informação, o ser humano atua através do estabelecimento de uma multiplicidade de relações, formais e informais, declaradas ou reservadas, conscientes ou aparentemente irracionais. Esta é uma das razões pela qual arquivistas, e outros estudiosos que se debruçam sobre o universo dos arquivos pessoais, têm apontado dificuldades na sua definição e representação, chamando a atenção para as ténues fronteiras entre, por exemplo, a esfera da atuação pública, a privada e a da intimidade, ou para a permeabilidade da vida profissional com a familiar, ou a do foro individual com o domínio social.

Muitos arquivos tipificados como pessoais possuem, na realidade, documentos de familiares, e, por seu turno, arquivos familiares podem ter tido origem a partir de uma pessoa, sendo depois ampliados pelos sucessores ou terceiros. Além disso, os arquivos de família podem conter quase exclusivamente informação relativa à gestão e transmissão de bens, com pouca ou nenhuma presença de aspetos relacionados com o percurso de vida de cada um dos seus membros, como também podem incluir arquivos de um ou de vários indivíduos, estruturados em distintos contextos histórico-sociais e em resposta a diferentes funcionalidades/necessidades individuais.

A evolução do conceito de família, e a afirmação da independência individual nas sociedades contemporâneas, têm sido objeto de estudo no domínio da Sociologia, da Demografia, bem como da História. Porém, no que respeita à Arquivística escasseiam ainda estudos e análises, mesmo a partir de estudos de caso, que permitam compreender o impacto das alterações sociais na própria constituição e evolução dos arquivos no que respeita a formas de produzir, acumular e utilizar informação no âmbito da vida familiar e pessoal. As definições e as delimitações entre um arquivo pessoal e um arquivo familiar não são, portanto, simples, nem lineares.

Relativamente aos arquivos de família, a arquivista belga Ernestine Lejour definiu-os, na década de 1950, como estando cristalizados em dois polos: pessoas e bens. Na sua organização e definição, seguindo a aplicação do princípio da proveniência, esta autora entendeu que se devia preferir, em primeiro plano, a linha primogénita, às seguintes ou mais novas. Seguindo uma ordem genealógica, propôs a sua classificação em função de cada uma das famílias aliadas até ao fim das suas ramificações, deixando para o fim os casos de famílias sem relação de parentesco visível (devido a situações de venda, herança e outros meios). A autora operou, deste modo, uma conceção mista dos arquivos familiares, incluindo neles os pessoais (Silva, A. M., 2000a, 60-61).

Sob a influência de Aguinagalde Olaizola (1991) e da ideia da possibilidade de existência de diferentes classes de fundos de arquivo, desde os claramente delimitados aos que apresentam contornos flexíveis, Pedro Abreu Peixoto chamou a atenção de que qualquer definição de

arquivo de família terá de passar pelo estudo da conceção de família e das realidades administrativas de cada país, ao longo do tempo (Peixoto, 2002, 81).

Peixoto e outros autores da obra *Arquivos de Família – Organização e descrição*, ao caracterizarem os arquivos de família, ensaiaram uma proposta para diferenciar estes dos arquivos pessoais, entendendo que enquanto nos primeiros se podem integrar documentos individuais, num arquivo estritamente pessoal não existem documentos para além dos necessários para o normal desempenho das atividades de cada pessoa (Gonçalves *et al.*, 1996, 9).

De acordo com estes autores, para se classificar um arquivo pessoal como tal, este tem que conter apenas documentos relativos à atividade profissional e pessoal de determinado indivíduo. Nesta perspetiva, apenas os arquivos “de função”, em sentido restrito, podem ser considerados como arquivos pessoais. Já o arquivo de família “tem que ser entendido como espaço multifuncional, em que por um lado funciona a lógica da gestão dos assuntos correntes da família e por outro os interesses pessoais de cada um dos indivíduos que a constitui (...). Podemos considerar que o Arquivo de Família vai dar lugar a vários arquivos pessoais, e não já a um conjunto documental que tem um carácter generalizante a toda a família” (Gonçalves *et al.*, 1996, 24-25).

A propósito igualmente da permeabilidade entre o universo familiar e o individual, a partir da atuação de famílias e indivíduos no domínio profissional, Creighton Barrett (2013) analisou o caso específico da análise de um conjunto de empresas canadianas que correspondiam a negócios familiares, tendo questionado as dificuldades que se colocam ao arquivista, quer na identificação de um fundo, ou de fundos, como sendo pessoais, familiares ou mesmo relativos a entidades empresariais, perante situações em que se afigura difícil discernir e separar as entidades produtoras, ou em que a proveniência se apresenta como múltipla.

Perante situações em que os arquivos apresentam vários produtores de informação, com atividades distintas, desenvolvidas em contextos especificamente individuais e não coincidentes no espaço e no tempo entre si, Barret indagou-se se manter os materiais juntos não será uma violação do próprio princípio do respeito dos fundos? Por outro lado, separar os documentos em diversos fundos poderia implicar subtraí-los a um contexto que se estende além da criação e acumulação, num tempo de vida determinado, e que se relaciona com a própria história dos arquivos. A solução geralmente adotada pelas instituições de memória parece ser designar genericamente fundo a alguns arquivos que, de facto, são o resultado de agregações sucessivas ao longo do tempo, por diversas pessoas, cujos percursos individuais se tornam assim obscurecidos (Barrett, 2013, 83).

As opções tomadas para a sua representação arquivística determinam, segundo este autor, consequências sobre as quais importa refletir: por um lado, uma tentativa de separação de uma determinada realidade arquivística em vários fundos, comporta o risco de não se conseguir



identificar claramente, em determinados casos, onde agregar certa documentação, com as consequências inerentes à perda dos contextos da sua criação e uso; por outro lado, a manutenção física de documentos, sujeita depois a uma separação intelectual, pode ter consequências semelhantes na apreensão dos contextos individuais; finalmente, manter tudo sob a designação de um único fundo, sob um título atribuído, fruto de uma qualquer escolha tomada num repositório, comporta o risco de fazer perder de vista o papel ou a preponderância de diversos indivíduos, ou de diferentes famílias que derradeiramente estão na origem de determinado corpo documental (Barrett, 2013, 83).

A existência de “arquivos dentro de arquivos” surge com frequência quando se trata de distinguir entre arquivo familiar e arquivo pessoal. Elizabeth Wells (2012), analisando a forma de tratamento arquivístico de documentos familiares, destacou a tensão entre a definição do que se entende por proveniência e a utilização do conceito de fundo, associado a uma determinada entidade com correspondência física (singular ou coletiva). A autora estudou em particular o caso de alguns repositórios do Reino Unido que seguiam uma política de aquisição de arquivos em função de determinadas temáticas, relacionadas com a sua missão institucional, refletida nas opções descritivas seguidas, com a finalidade de valorização do conjunto do seu acervo documental.<sup>85</sup>

Embora sem entrar na distinção entre arquivo familiar e arquivo pessoal, a autora procurou identificar as diferentes opções de organização e descrição tomadas pelos arquivistas, para os arquivos contendo documentos produzidos ou reunidos por dois ou mais indivíduos, tendo concluído que, na generalidade dos casos estudados, muitos repositórios utilizavam o sistema de fundo familiar, debaixo de um título referenciado com o nome de família, para descrever documentos criados e usados por diferentes indivíduos, mesmo que separadamente.

Em algumas instituições, como na *Wellcome Library*, os documentos dos vários membros de uma família que constituía um fundo eram organizados em subfundos. No *Tate Archive* a autora detetou um caso de um arquivo correspondente a dois indivíduos que foram parceiros na vida pessoal e profissional, cuja organização seguiu uma lógica de fusão de documentos em certas áreas temáticas, acompanhada ainda da criação de séries individuais (Wells, 2012, 169). No *Churchill Archives Centre*, o fundo designado por Oliver Lyttelton, foi recebido em duas ocasiões, sendo que a segunda ocorreu quando já se encontrava catalogada a primeira aquisição, contendo apenas as biografias de Oliver, esposa e filho, dando origem depois a um problema de enquadramento de documentos de outros membros da família (Wells, 2012, 170).

---

<sup>85</sup> A autora analisou especificamente os casos do *Churchill Archive Centre* (em Cambridge), do *Liddell Hart Centre for Military Archives*, do *Tate Archive*, da *Wellcome Library* e da *The Women's Library* (todos em Londres).

Elizabeth Wells identificou também uma diversidade de outras situações: fundos que receberam apenas o nome de uma pessoa, embora incluíssem documentos de outros familiares, igualmente merecedores de relevo; intervenções arquivísticas que conduziram à separação de conjuntos documentais por fundos distintos; e a incorporação nos repositórios de documentos de indivíduos com relações familiares, mas que foram mantidos como fundos separados, em vez de tratados como um arquivo de família. O tratamento distinto usualmente fundamentava-se em argumentos como terem conteúdos “pouco relacionáveis” com as questões familiares, a existência de “valores distintos” no âmbito das próprias políticas de constituição do acervo de cada instituição, e “benefícios” para a valorização dos fundos, supostamente alcançáveis por uma catalogação independente, mesmo que se complementassem (Wells, 2012, 169-172).

A autora chamou ainda a atenção para as consequências das opções tomadas no estabelecimento de pontos de acesso, nomeadamente com os títulos estabelecidos pelos arquivistas, orientando a informação, dada em primeiro plano ao utilizador, para determinadas pessoas ou temas, em detrimento de outras, quer ao nível da descrição de fundo, quer no caso das séries criadas sob sua dependência. Wells destacou que, quando as descrições não eram suficientemente claras e desenvolvidas, existia o risco de se obscurecer algumas figuras significativas por direito próprio, que exemplificou a partir do caso da esposa de Leo Amery, no fundo que ostenta apenas o nome do marido no título, depositado no *Churchill Archives Centre*. Para Wells a própria oscilação descritiva entre subfundos e séries conduz a que a maioria dos utilizadores acabe por não compreender o que os distingue. A perda de informação contextual importante, ocultada pela ausência de intervenção mediadora do arquivista, é ainda agravada, segundo a autora, pelo facto de muitos repositórios terem materiais apenas parcial ou escassamente catalogados (Wells, 2012, 171). Por outro lado, mesmo quando a descrição de diferentes proveniências num mesmo fundo é feita de forma hierárquica, do geral para o particular, nem sempre se investe na referência aos elos de ligação entre as várias partes. Na realidade, a descrição do fundo tende a ser utilizada para destacar a informação considerada mais importante para a generalidade dos utilizadores, e não para a representação do conteúdo e do contexto dos materiais (Wells, 2012, 175)

Em Portugal, também Rita Nóvoa verificou no Arquivo Gama Lobo Salema o que chamou de “ilusão de ordem” privilegiando-se duas famílias – a Gama Lobo e a Salema – consideradas ramos principais, omitindo-se a existência de cerca de três dezenas de outras presentes no arquivo. A organização imprimida previamente ao arquivo tornou impossível identificá-las sem percorrer todo o inventário, assim como visualizar as relações entre elas. Um índice-quadro de classificação elaborado no passado, obliterou uma característica que Rita Nóvoa considerou definir os arquivos de família, que é justamente a presença de “arquivos dentro de arquivos” (Nóvoa, 2013, 362). A autora referiu que estes arquivos são construídos progressivamente

através de diversos processos, sendo o mais comum a união matrimonial e subsequente incorporação de documentação de uma família na daquela a que se uniu (Nóvoa, 2013, 363).

Seja qual for a tipificação escolhida para um arquivo, familiar, pessoal ou mesmo até de carácter institucional, o título pelo qual é designado é frequentemente escolhido a pensar no utilizador e na sua difusão final. No entanto, um mesmo arquivo pode incluir uma grande diversidade de produtores de informação, pelo que a forma como se concebem determinados instrumentos de descrição e representação da informação pode, por isso, fazer passar despercebida a presença de materiais produzidos e acumulados por distintas entidades.

Um arquivo aparentemente de um único indivíduo, tratado numa instituição de memória como um fundo de uma pessoa singular, pode conter outras situações ainda mais ambíguas, para além da questão das ligações familiares. Outros laços sociais, assim como práticas de colecionismo, podem ter conduzido à integração, num determinado arquivo, considerado como pessoal, de documentos de outros indivíduos, em condições que nem sempre permitem ao arquivista traçar os percursos e os contextos de acumulação subjacentes. Podemos, assim, encontrar num suposto arquivo pessoal documentos originariamente produzidos e reunidos por terceiros, e que, a determinada altura, foram incorporados num designado arquivo que recebe no seu título o nome apenas de um indivíduo.<sup>86</sup>

Se é possível que uma pessoa, a dado momento da sua vida, incorpore documentos de arquivos de terceiros no seu próprio arquivo, também é comum que, após a morte de uma determinada personalidade, outros venham a anexar-lhe documentos que com ela se relacionam. Apesar de não terem sido diretamente produzidos por essa personalidade, quando se chega à fase da descrição arquivística, são incluídos num mesmo arquivo que se considera como sendo de determinada pessoa singular.<sup>87</sup>

Por outro lado, no caso de muitos arquivos pessoais, estes nem sempre são incorporados nas instituições de memória na sua forma completa, devido a interrupções de posse, à fragmentação da documentação, e até a deliberadas sonegações de informação. Todavia, muitas instituições, quando chega o momento de escolher a designação a dar às agregações documentais com que se deparam, seja por desconhecimento das diferentes realidades dos percursos da documentação, seja por necessidades de aplicação de determinadas normas de

---

<sup>86</sup> A título de exemplo, veja-se o caso do arquivo do Arquivo de António Lino Neto que contém igualmente documentação de José Frederico Laranjo, a qual foi tratada, neste caso, como um subfundo (Lima, 2012).

<sup>87</sup> Geoffrey Yeo (2009b) examinou as implicações das oscilações de posse na compreensão do conceito de fundo e da questão da proveniência, baseando-se no exemplo do arquivo de Sir Richard Fanshawe (século XVII), que teve um percurso que determinou a sua fragmentação, bem como posteriores reuniões incompletas, por iniciativa de diferentes pessoas e em diferentes momentos. O catálogo de um conjunto existente no *Valence House Museum*, apresenta uma ordenação cronológica dos documentos, incluindo vários que nunca foram pertença de Richard Fanshawe, o que leva Yeo a questionar se este conjunto se trata de um fundo ou de mais do que um, e se não deveria antes receber o nome das diversas pessoas que foram recolhendo os documentos, sugerindo que seria melhor descrito e apresentado como uma coleção artificial do que como um fundo (Yeo, 2009b, 54-55).

descrição arquivística, usam indistintamente conceitos distintos (desde arquivo, fundo, ou até mesmo coleção), nem sempre atendendo a documentação existente noutros locais, e sem se proceder à devida contextualização, e relacionamento entre si (Wells, 2012, 173). A consequência será, para quem quer que esteja perante um tal tipo de designação, a possibilidade de incorrer na errónea ideia de que o arquivo pessoal se resume ao que é apresentado.

A multiplicidade de entendimentos quanto à organização dos documentos, em subdivisões hierárquicas criadas para estruturar a informação, de acordo com uma suposta ordem original, uma lógica funcional, temática ou outra opção para servir os interesses dos utilizadores, não contribui para a percepção do que deveriam ser considerados os sistemas de informação subjacentes. Cada instituição escolhe a sua forma de apresentar a informação, já que as normas de descrição arquivística não são impositivas, e é bem possível que a informação que, anteriormente, fez parte de um mesmo processo, referente a uma mesma função, acabe por ser considerada de forma distinta. Mesmo que o percurso e os acidentes de custódia e transferência de um determinado conjunto de documentos sejam um importante elemento da sua história, ainda assim, conforme salientou Torre Cook, a simples curadoria não deveria suplantar nem obscurecer a respetiva proveniência (Cook, 1992a, 29).

Normas internacionais de descrição arquivística como a ISAD(G) ou como ISAAR(CPF) evitam destringir o que pode distinguir o arquivo de “pessoa coletiva”, do de “pessoa singular” ou de “família”. As definições disponibilizadas nas referidas normas nem sempre são claras, denotando ambiguidades, estando alguns termos escassamente fundamentados e outros ausentes dos glossários fornecidos, remetendo-se a sua interpretação para exemplos de utilização dos elementos descritivos. A ISAAR(CPF) prevê que um dos elementos de descrição de uma autoridade arquivística seja a identificação de qual o tipo de entidade a que diz respeito determinado registo, e define, de forma abrangente, a “pessoa coletiva” como “o organismo ou grupo de pessoas identificado por um nome próprio e que age, ou pode agir, como uma entidade”, podendo “incluir um indivíduo agindo enquanto pessoa coletiva” (ISAAR(CPF), 2004, 13).

Depreende-se, pelos exemplos de elaboração de registos de autoridade fornecidos na ISAAR(CPF), que o reconhecimento dessas entidades depende de algum tipo de instrumento jurídico formal, seja um diploma legal, um contrato ou outra fórmula ratificada pelas regras do Direito. A referência à possibilidade de o indivíduo agir como pessoa coletiva parece confirmar a presunção de que essa formalidade é necessária, e a sua ausência justificar que, nesse caso, se considere o produtor de um arquivo como uma pessoa “singular”. Por outro lado, a ISAAR(CPF) não define a família, denotando as dificuldades da arquivística em incorporar e sistematizar os contributos já dados por outras disciplinas para a sua compreensão.

As tipologias de entidades produtoras que usualmente figuram nos léxicos de arquivística impõem uma visão restrita do que pode ser considerado um arquivo. Por exemplo, torna-se difícil incorporar nas definições propostas alguns conjuntos documentais reunidos, simultânea ou transversalmente, por indivíduos que não agem como uma família (reconhecida por instrumento jurídico ou por laços sanguíneos), nem como pessoa coletiva de tipo organizacional reconhecida pelas normas do Direito. Poder-se-á simplisticamente referir que não são “fundos” de arquivo, mas “coleções”, caindo-se na perversidade implícita de se considerarem esses conjuntos como “artificiais” ou “inorgânicos”, quando, de facto, podem corresponder a informação produzida e reunida por indivíduos, em contextos sociais diversos, no decurso de atividades ou em resposta a necessidades comuns.

Não obstante o desenvolvimento de várias tentativas de normalização da descrição arquivística, que têm procurado dar enfoque aos contextos de produção e acumulação dos documentos, e à descrição dos seus produtores, como é o caso das desenvolvidas pelo ICA, a sua utilização e aplicação nem sempre reflete a profundidade das questões que estão inerentes à realidade dos arquivos pessoais. Quando ainda se debatia a elaboração da ISAD(G), Terry Cook (1992a) examinou o termo fundo e, a propósito das dificuldades da sua conceptualização, levantou um conjunto de questões relevantes que, transpostas para o caso dos arquivos pessoais são importantes para se atender a problemas advindos na sua delimitação e caracterização, do ponto de vista de se precisar o que se entende como estando englobado no universo do “pessoal”. Cook salientou a excessiva influência, na prática arquivística, de conceitos e princípios teorizados no passado, focados essencialmente na componente física dos documentos, atribuindo a cada documento um único lugar num determinado fundo, ligado a uma única atividade e a um produtor.

Terry Coe, salientou que nem sempre existe uma correspondência direta entre o conceptual e o físico, entre um documento e um produtor, trazendo dificuldades na representação arquivística do fundo e da sua organização hierárquica. A visão custodial e curatorial que atribui os documentos, física e intelectualmente, a um único fundo, pode tender, segundo o autor, a obscurecer os atos de criação múltipla e complexa e a colocar em causa o propósito central da própria descrição arquivística, que é o do carácter de evidência dos arquivos (Cook, 1992a, 31).

Para Terry Cook, a ideia de proveniência, mais do que uma noção relacionada com a ligação entre um documento e um produtor, dentro de uma estrutura hierárquica, deverá ser um conceito focado nas funções e nos processos que deram origem à criação, dentro e através de organismos em constante desenvolvimento. A multidimensionalidade e pluralidade da vida humana reflete-se na informação produzida, utilizada, partilhada e conservada em arquivos, entendidos estes numa perspetiva ampla. De acordo com Cook, é necessário evoluir de uma noção de que cada documento tem uma expressão física, situada dentro de uma série e de um

fundo, para a ideia de que a informação pode estar unida a várias séries, em diferentes transações, e ser um reflexo de múltiplas autoridades (Cook, 1997, 47-48).

Cook propôs, assim, que o conceito de fundo de arquivo deixasse de ser concebido como o reflexo de uma realidade estática, baseada numa acumulação linear de registos sob o desiderato de uma proveniência considerada como ligação a um único produtor, para ser antes entendido no contexto dinâmico da criação e autoridade múltipla, para diversas funções e atividades (Cook, 1997, 48). Deste modo, não se concebe o fundo como uma acumulação linear de registos e correspondente a uma entidade primariamente física, mas antes como uma “construção intelectual”, de um ponto de vista conceptual, no âmbito de um paradigma pós-custodial, em que se devem considerar as funções, processos e atividades como sendo dinâmicas, e em que o enfoque da descrição arquivística tem de ser mais orientado para o contexto das atividades, seguindo menos a tradicional catalogação hierarquizada dos documentos (Cook, T., 1992a, 33).

Outros autores têm vindo a clamar pela necessidade de se reinterpretarem conceitos como o de fundo e o de proveniência, e defendido a necessidade de se pensar neles de forma mais abstrata e ampla,<sup>88</sup> apontando diversas dificuldades de aplicação desses conceitos e na inadequação dos princípios clássicos formulados para a Arquivística, para representar a natureza fluida e evolutiva das agregações arquivísticas e dos seus produtores. Por isso, autores como Jennifer Douglas têm continuado, mesmo nos últimos anos, a questionar a insuficiência das diversas tentativas de normalização na descrição arquivística para representar produtores e percursos da informação, em distintos contextos, espaços e tempos (Douglas, 2013a, 196-197).

Pode considerar-se que o quadro conceptual da Arquivística, construído na confluência de diversas teorias, não foi especificamente concebido para os arquivos pessoais e familiares, nem para situações complexas onde se detetam múltiplos produtores num designado arquivo, ou para contextualizar as sucessivas reutilizações de documentos. Não obstante, no tratamento dos arquivos pessoais e familiares por parte de muitas instituições memória subsiste a aplicação de conceitos idealizados, que podem redundar em resultados nem sempre adequados, e originar situações em que produtores e contextos de produção ficam obscurecidos, perdendo-se, assim, significados muitas vezes relevantes, bem como a perda da compreensão da informação numa perspetiva sistémica.

Padrões e estruturas de informação resultantes da partilha da criação e de uso por várias pessoas estão muitas vezes presentes em determinadas agregações documentais designadas

---

<sup>88</sup> Entre outros, tenha-se em consideração os trabalhos de Debra Barr (1987-1988), Terry Cook (1992a, 1993), Peter Horsman (1994), Chris Hurley (1995b, 2005a e 2005b), Laura Millar (2002), Heather MacNeil (2008), Geoffrey Yeo (2009b, 2010 e 2012), Jennifer Meehan (2010), Douglas (2013a, 2013b, 2017).

como “arquivos pessoais”. No entanto, muitas representações arquivísticas não são mais do que fundos “idealizados”, aos quais se determinou atribuir títulos em função de indivíduos singulares, considerados como seus “produtores”. A informação com origem noutros produtores fica, deste modo, esbatida por atos de organização e descrição, não se dando relevo à presença de documentos produzidos ou reunidos, por exemplo, por herdeiros ou terceiros, e agregados a esses arquivos “pessoais”, nem se questionando o impacto de tais práticas na compreensão e representação dos sistemas de informação.

O arquivista italiano Filippo Valenti argumentou que, em vez de se procurar representar um arquivo típico ou ideal, os profissionais que os trabalham deveriam reconhecer que o que normalmente encontram são agregações arquivísticas, formadas por complexos processos de transmissão (cit. Douglas, 2017, 34). O conceito de arquivo, ou de fundo, tal como consta na maior parte das definições, faz crer que serve como um “espelho” do seu produtor, das suas atividades e das suas funções, quando, na realidade, como salientou o italiano Claudio Pavone os arquivos espelham muito mais a sua própria história (cit. Douglas, 2017, 34).

Também o canadiano Tom Nesmith há muito que chamou a atenção para o facto de que os arquivos com que os arquivistas efetivamente trabalham não correspondem às realidades que constam das suas afirmações teóricas. Na sua opinião, o “puro” fundo não existe, e o foco das atividades de gestão e de intervenção arquivística deveria antes centrar-se em grupos de documentos defensáveis. Por outro lado, Nesmith sugeriu que a história dos documentos e do ato de arquivar fossem trazidos para a frente do trabalho, dando-se maior relevância à representação do que se apresenta, e de como se chegou a determinada informação, do que à tentativa de representar – ou criar – um fundo idealizado (Nesmith, 2006, 265).

Tom Nesmith considerou que um determinado documento, ou grupo de documentos, é o resultado de “um processo social e técnico de inscrição, transmissão, contextualização e interpretação, que explica a sua existência, características e história continuada” (Nesmith, 1999, 146), e chamou a atenção para a influência do papel desempenhado pelos arquivistas. Para Nesmith, o ato de selecionar consigna um novo “estatuto” para os próprios arquivos, e o processo de tratamento da informação desenvolvido também irá destacar relações entre documentos que não existiam necessariamente antes, o que pode favorecer, ou desvanecer, as possibilidades de interpretação (Nesmith, 2002, 33-34).

Nesmith propôs, por isso, uma forma distinta de considerar a proveniência da informação, que tem necessariamente implicações para a conceptualização do conceito de produtor e, por consequência, da própria noção de arquivo. Nesmith chamou a atenção para o que designou por “proveniência social”, argumentando que os indivíduos produzem e arquivam documentos em ambientes sociais distintos, condicionando fortemente o ato criativo, e, muitas vezes, fazendo-no com finalidades declaradamente sociais. No entanto essas “dimensões sociais” da

criação e arquivo de informação têm sido amplamente ignoradas na descrição arquivística (Nesmith, 2006, 352).

Para Nesmith a “proveniência de um determinado documento ou conjunto de documentos consiste no processo social e técnico da sua inscrição, transmissão, contextualização, e interpretação, que testemunham a sua existência, características, e história de forma continuada” (Nesmith, 1999, 146, cit. por Douglas, 2017, 35). Trata-se de uma proposta de conceção de proveniência expandida ou alargada, que continua a ter em conta, no processo de formação dos arquivos, a produção original da informação, mas que pretende incluir também os contextos sociais e culturais subjacentes, considerando que a informação se produz num contínuo de ações que incluem o autor original de um documento, a custódia, o uso, a interpretação, a representação e a própria intervenção arquivística (Douglas, 2017, 35).

Heather MacNeil utilizou o termo *archivalterity* para referir os atos de mudança contínua e descontínua que transformam o significado de um arquivo, à medida que é transmitido no espaço e no tempo. A autora considerou a existência de um conjunto de diferentes ordens, nomeadamente aquelas que são formadas pelos percursos relativos à posse/tutela, propondo que estes fossem entendidos como parte da história do arquivo, em vez de serem vistos como uma “contaminação” a erradicar (MacNeil, 2008, 14).

Outros arquivistas também identificaram várias fases da informação e consideram deverem ser identificadas nos atos de descrição arquivística. É o caso de Laura Millar que defendeu o conceito de “proveniência expandida”, com vista a referenciar a história da criação, acumulação e uso ao longo do tempo, incluindo a explicitação da transferência de propriedade, do proprietário ou entidade tutelar da custódia, para a instituição arquivística (Millar, 2002, 12-13).<sup>89</sup>

As tarefas de organização e descrição de um arquivo são atividades de representação da informação nas quais se tomam decisões quanto à disposição dos materiais físicos e à sua estruturação, classificação e disponibilização em instrumentos de acesso. Nesse sentido, Jennifer Douglas chamou a atenção para as consequências da incorporação de documentos de distintos “produtores” em arquivos pessoais, colocados sob um mesmo “chapéu”, levantando o problema de os limites de determinado arquivo se tornarem infinitos. Por isso, considerou que se deveriam diferenciar e delinear os diferentes contextos (Douglas, 2013a, 175-176).

---

<sup>89</sup> Outros autores vão ainda mais longe como é o caso de Heather Beattie que, ao analisar a descrição arquivística do caso particular de diários de mulheres, entendeu que as dimensões sociais da criação precisam também de ser devidamente abordadas pelos arquivistas na sua descrição. Os contextos sociais em que decorreu a elaboração de um diário, bem como a experiência, o nível e características dos conhecimentos, devem, para este autor, ser igualmente entendidos como fazendo parte da proveniência desse mesmo diário (Beattie, 2009, 97).



A partir da sua análise de arquivos de escritores, Douglas sugeriu seis níveis de criação arquivística no que se refere aos arquivos pessoais, debatendo as suas implicações: num primeiro nível situam-se as contribuições dos indivíduos tradicionalmente identificados como produtores; seguem-se as contribuições das comunidades a que pertenciam; depois, devem ser referenciadas as contribuições feitas pelos distintos custodiadores (excluindo arquivistas), usualmente após o fim da fase ativa do arquivo; num quarto nível situam-se as contribuições dadas pelos arquivistas quando avaliam, adquirem, organizam, descrevem e dão acesso; em seguida, as contribuições de subseqüentes investigadores e intérpretes do arquivo; finalmente, os contributos da sociedade em geral. A autora sublinhou que os quatro primeiros níveis são os que têm mais impacto na teoria e prática arquivística (Douglas, 2013a, 176 e segs).

Douglas concedeu, porém, que aceitar o papel “criativo” de outros indivíduos, que não são tipicamente considerados como produtores, levanta problemas no domínio das práticas de descrição e no uso de normas, e para a compreensão do arquivo e do conceito de fundo (Douglas, 2013a, 197). Para a autora, no que respeita à aplicação da maioria das normas descritivas, o conceito de proveniência e a sua interpretação e representação, encontram-se espelhadas em decisões relativas ao nome atribuído ao arquivo, ao esboço de biografia, à história custodial, ou ao conteúdo e abrangência. O conceito de “proveniência expandida” não é, portanto, facilmente transposto de forma integral, em soluções descritivas (Douglas, 2013a, 206).

Também Luciana Heymann propôs que os arquivos pessoais que se conservam em muitas instituições de memória sejam entendidos como “produto de investimentos pessoais ou coletivos, mais do que como produtos «naturais» da trajetória dos indivíduos” (Heymann, 2013, 75).

Na realidade, o termo “pessoal” tem sido excessivamente utilizado pela Arquivística com um sentido qualificativo, nomeadamente numa Arquivística mais tradicional, essencialmente virada para a caracterização dos documentos numa perspetiva patrimonialista. Na prática o “pessoal” tem sido considerado quase sempre como um mero adjetivo, destinado a categorizar, de um ponto de vista utilitário à gestão dos acervos, as diversas agregações de informação relacionadas com determinada personalidade, quando, na verdade, a realidade é mais complexa, podendo incluir outros produtores, e nem sempre sendo claros os vínculos orgânicos diretos entre um determinado documento resultante de uma ação, e uma determinada pessoa, tida na sua exclusiva singularidade. A adjetivação do arquivo com o termo “pessoal”, numa relação de um-para-um, nesta perspetiva, é algo que urge ultrapassar, tendo em conta o contexto familiar que pode estar presente, e através de um investimento numa melhor compreensão de como as pessoas produzem e utilizam a informação, dos contextos sociais subjacentes, e, até mesmo, acerca do efeito de ações deliberadas tomadas quanto à representação dos arquivos.

Apenas se se entender o “pessoal” numa vertente substantiva que, junto ao termo “arquivo”, o configure como referente a um “conjunto de pessoas com afinidades, interesses comuns”,<sup>90</sup> se oferece a possibilidade de considerar também no universo de análise escolhido não apenas os arquivos acumulados e produzidos estritamente dentro do período de vida dos indivíduos que os titulam, mas também todos aqueles que têm informação que lhes foi agregada após o seu falecimento, bem como outros que resultaram de agregações de um ou mais indivíduos sem necessária formalização jurídica, tendo ou não relação familiar entre si, explorando assim distintas proveniências e as dimensões “sociais” da criação e arquivo de informação, seguindo as sugestões de arquivistas como Tom Nesmith (Nesmith, 2006, 352).

O termo assim colocado permite ainda incluir dentro do universo a estudar para o caso nacional, além dos designados “fundos” de pessoas singulares, também os casos de arquivos que têm vindo a ser apenas considerados como “coleções”, mas que são o resultado de agregações documentais de e sobre determinadas personalidades, cuja incorporação nas diversas instituições de memória foi realizada mediante objetivos da valorização da sua informação.

\*\*\*

Verificou-se, nos pontos apresentados neste capítulo, que consoante a época, conforme a tradição arquivística, o país, o tipo de instituição ou áreas de investigação e trabalho específicas, variam os termos utilizados para designar o universo dos arquivos pessoais. São também diversas as definições dadas para um mesmo termo, tendo mesmo, por vezes, na sua base, pressupostos conceptuais distintos. Em relação aos arquivos pessoais, termos como “arquivo”, “fundo”, ou “coleção” podem ter significado e utilização diferenciada, consoante as línguas, países, comunidades específicas ou correntes teóricas, e não são estáticos no tempo. Outros termos, como “espólio” ou equivalentes, surgem apenas em alguns países, e, mesmo assim, podem ter interpretações variáveis, consoante os contextos.

Os conceitos de arquivo, fundo ou coleção, têm sido definidos com base em interpretações de princípios estabelecidos no século XIX e muitas das definições vertidas em glossários, léxicos ou dicionários de arquivística ainda refletem visões desse passado teórico, que pouco devem ao estudo dos arquivos reunidos pelos indivíduos, na sua vida particular ou familiar, os quais permaneceram, durante longo tempo, menos considerados na teoria arquivística, face à primazia dada aos arquivos das organizações administrativas.

---

<sup>90</sup> Conforme definição do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* (ACL, 2001, volume II, p. 2844, verbete “pessoal”, enquanto substantivo).

Ao longo do século XX, a teoria e a prática arquivística evoluíram e tiveram de dar resposta aos novos desafios da produção de informação e das inovações tecnológicas na forma de comunicar, ao avolumar progressivo e constante de documentos, e à crescente capacidade de os indivíduos formarem arquivos. Ainda assim, as várias normas em uso para a descrição arquivística, incluindo as internacionalmente patrocinadas pelo Conselho Internacional de Arquivos, continuam a evidenciar uma preocupação em fazer corresponder conceitos a realidades físicas, e em atribuir, aos arquivos, princípios teóricos e características pressupostas, num esforço de inunção entre o físico e o lógico. As práticas descritivas e de organização têm, deste modo, procurado adequar aos arquivos pessoais fórmulas conceptuais pré-estabelecidas, tidas como adequadas à apresentação de uma noção de fundo com um produtor identificado, e segundo uma ordem que segue uma hierarquia, também ela supostamente lógica.

As diferenças entre os arquivos pessoais e os das instituições de carácter administrativo, nos processos de criação e organização, e na funcionalidade, têm conduzido alguns autores a entender que não são “verdadeiros” arquivos, mas antes “coleções”. Outros assumem-nos como arquivos, mas dotados de especificidades intrínsecas, defendendo que necessitam de formas de tratamento diferenciadas. Seja qual for a posição assumida, os argumentos apresentados são vários, embora os principais se fundamentem na ausência de imperativos legais para a produção, uso e retenção de informação, e na predominância de desideratos subjetivos, emocionais ou impulsivos, do domínio da psicologia humana.

Qualquer destes argumentos tem ainda subjacente a ideia, mais ou menos assumida, de que aos arquivos pessoais lhes falta o carácter “orgânico”, que é próprio de entidades com uma estrutura burocrática bem definida. Com a justificação da necessidade de existência de conceitos e métodos de tratamento diferenciados aplicados aos arquivos pessoais, alguns autores apontam a dificuldade de se lhes aplicar princípios arquivísticos como o da ordem original, justificando que uma suposta ausência desta ordem demonstra o carácter não natural da acumulação dos documentos e, conseqüentemente, a sua “inorganicidade”.

Todavia, a organicidade deve ser entendida como uma das características fundamentais nos arquivos, advinda do facto de os documentos serem reflexo das atividades que lhes deram origem, encontrando significado na inter-relação, nenhum valendo por si só, mas apenas numa interdependência com os demais. Por essa razão, parece mais adequado considerar que os arquivos pessoais possuem uma intrínseca organicidade, no sentido proposto pela definição do Dicionário Eletrónico de Terminologia em Ciência da Informação, indicada neste capítulo.

No seio de uma proliferação de entendimentos em torno da definição de arquivo pessoal, seja por adaptação ou afinação dos conceitos de arquivo ou de fundo, ou por meio da aplicação da teoria sistémica, recorrendo ao conceito de Armando de Malheiro da Silva de Sistema de Informação Pessoal, a identificação clara do que são os arquivos produzidos, recebidos e

mantidos por uma única pessoa física, no decurso das suas atividades e ao longo da sua vida, enfrenta constrangimentos face à presença, em grande parte daqueles foram preservados pelas diversas instituições de memória, de documentos que lhes foram agregados por distintos motivos, por vezes por ação de terceiros e em fases posteriores à da produção originária do arquivo.

Nas últimas décadas, sob influência de um paradigma pós-modernista na teoria arquivística, alguns autores têm proposto introdução da possibilidade de se produzirem diversas narrativas sobre os arquivos, ultrapassando o mero conteúdo dos documentos, em prol da atenção a contextos sociais de utilização da informação mais amplos.

Ao mesmo tempo, deve ser reconhecido que a dispersão e desagregação de documentação de arquivos, e o próprio tratamento arquivístico que lhes é dado ao longo do seu percurso, colocam em causa não apenas conceitos mais tradicionais como o de fundo, mas ainda a compreensão, seguindo a teoria sistémica, dos sistemas de informação, sejam eles pessoais ou familiares.

## **CAPÍTULO 2 – OS ARQUIVOS PESSOAIS NA LITERATURA ARQUIVÍSTICA**

A incorporação de arquivos do setor privado em instituições de memória tem uma longa história. No entanto, essa prática não esteve, durante muito tempo, suficientemente representada nas abordagens teóricas sobre os arquivos, conforme salientado por diversos autores (Cox, 2004, 48; Craig, 2005, 157; Fisher, 2009, 3). Durante décadas, as influências deixadas na Arquivística por Jenkinson, Schellenberg e outros, fizeram com que o aparato teórico e metodológico se tivesse orientado especialmente para os arquivos produzidos por organismos administrativos, sendo escassos os estudos sobre arquivos privados como os pessoais. Os próprios profissionais que trabalhavam com este tipo de arquivos mantiveram-se à margem das discussões, não encontrando nelas respostas adequadas, mas antes um afastamento entre teorias e práticas (Fisher, 2009, 4).

A situação começou a alterar-se com a emergência de debates sobre arquivos privados, registada a partir das últimas décadas do século XX. Os arquivos pessoais e familiares tornaram-se, desde então, objeto de estudo, quer no âmbito de uma discussão mais ampla sobre os fundamentos teóricos e procedimentos técnicos da Arquivística, quer no que respeita ao papel das instituições na formação da memória social, quer ainda ao nível da investigação sobre as práticas de arquivo por parte dos próprios indivíduos (Heymann, 2008, 3). As preocupações técnicas orientaram vários estudos relativos às metodologias e normas de organização, descrição e classificação, e o debate alargou-se às implicações culturais, políticas e éticas relacionadas com a aquisição e preservação de arquivos pessoais, contribuindo para que, para além da análise do trabalho realizado, também se questionasse o destino e função da profissão neste domínio (Carter *et al.*, 2013, 3).

Nos pontos seguintes percorrem-se alguns dos diferentes estudos realizados em torno dos arquivos pessoais, principalmente no contexto da Arquivística, com o propósito de evidenciar um conjunto diversificado de problemáticas que têm vindo a suscitar, ao longo das últimas décadas. Além de um quadro geral, sobre a matéria, ao nível internacional, referir-se-ão também alguns dos trabalhos que têm sido produzidos em Portugal.

### **2.1. Panorama internacional**

No caso particular dos arquivos pessoais, a Arquivística manteve-se, até praticamente às décadas de 1980 e 1990, essencialmente vocacionada para questões técnicas, genericamente relacionadas com os problemas relativos ao tratamento e acesso aos documentos à guarda de instituições arquivísticas, bibliotecas ou de outros repositórios. A generalidade dos estudos

publicados focou-se na produção de orientações para a descrição dos arquivos, na sua organização, na classificação da informação, e na disponibilização de instrumentos descritivos.

No entanto, sobretudo a partir do último quartel do século XX, investigadores de áreas como a História ou a Literatura, perpassando também a Sociologia, a Antropologia e outros domínios da ciência e da cultura, passaram a fazer uma abordagem ativa dos arquivos pessoais no âmbito das suas pesquisas. Eric Ketelaar referiu que ocorreu um *archival turn* nas últimas décadas, conduzindo estudiosos de várias áreas do conhecimento a entender os arquivos como fontes para a investigação, como conceito teórico e como objeto de estudo em si próprios. Segundo o autor, os profissionais da Arquivística foram seguindo essa viragem a alguma distância, e só gradualmente, após os anos de 1980, se começou a dar maior atenção à história social e cultural dos arquivos e ao seu propósito no seio da sociedade (Ketelaar, 2014, 45-46).

O caso da Austrália constitui um dos exemplos paradigmáticos. Nas décadas de 1970 e 1980, alguns autores começaram por abordar os arquivos pessoais a partir de questionamentos ao nível do aparato teórico e metodológico aplicável, no que respeita às políticas de aquisição por parte de instituições, patente, por exemplo, num debate entre Graeme Powell (1976) e Chris Hurley (1977), na revista *Archives and Manuscripts*. Estes dois autores debruçaram-se sobre a aplicação de princípios teóricos da arquivística, com o primeiro a contestar a sua adequação ao caso dos arquivos pessoais, e o segundo a argumentar que não existiam diferenças substanciais entre indivíduos e organizações na criação de documentos e na formação de arquivos. O debate entre ambos vinha também questionar a divisão profissional, existente na Austrália, entre os arquivistas incumbidos do tratamento de documentos privados e os responsáveis pelos arquivos de organismos administrativos, consubstanciada na diferença de aplicação dada aos conceitos de “manuscritos” e “arquivos”.<sup>91</sup>

Outros autores começaram depois a interessar-se por problemas relacionados com o acesso, no âmbito da disponibilização pública de informação relativa à vida privada dos indivíduos, de que é exemplo, no caso australiano, o trabalho de Helen Yoxall (1984) acerca da relação entre os direitos individuais à privacidade e os direitos dos investigadores à informação.

Todavia, foi na década de 1990, na sequência da necessidade de definição de requisitos funcionais para a gestão e manutenção de documentos em ambiente corporativo, acompanhando o desenvolvimento de sistemas informáticos em cumprimento de padrões emergentes para a gestão da informação, e no contexto do desenvolvimento da proposta australiana do *Records Continuum Model*, que começaram a surgir estudos sobre os arquivos

---

<sup>91</sup> Ambos os trabalhos foram reeditados posteriormente em 1995, numa obra editada pela Sociedade Australiana de Arquivistas, na qual se reuniram alguns dos textos considerados fundamentais no desenvolvimento da teoria arquivística no país (Hurley, 1995c; Powell, 1995).

pessoais, visando a sua inclusão nesse modelo, concebido para incluir toda a informação da sociedade, independentemente da sua origem.

Em 1991, a Sociedade Australiana de Arquivistas criou um grupo de trabalho, com o objetivo de facilitar o contacto entre os seus membros, envolvidos ou interessados na aquisição, organização e descrição de coleções de manuscritos, documentos particulares de indivíduos e de registos de pequenas organizações,<sup>92</sup> o qual passou a apresentar os seus resultados periodicamente, durante as conferências anuais da Sociedade.

Especialmente significativa para o caso dos arquivos pessoais foi a conferência realizada em 1995,<sup>93</sup> na qual foram apresentados trabalhos de vários especialistas australianos, bem como de investigadores de outros países, alguns dos quais vieram a ser publicados no ano seguinte, em número especial da revista *Archives and Manuscripts*, dedicada ao tema.<sup>94</sup> Nos textos publicados na referida revista, foram discutidas numerosas problemáticas,<sup>95</sup> mas foi especialmente a Sue Mckemmish que coube explorar aspetos relacionados com a natureza dos arquivos pessoais, com um artigo intitulado *Evidence of me*, em que a autora, então ligada ao desenvolvimento do modelo teórico do *Records Continuum*, explorou aspetos e características da produção e acumulação de documentos pelas pessoas.

Sue Mckemmish defendeu que os documentos pessoais têm um papel como testemunho de vidas individuais, constituindo ainda elemento fundamental para a memória coletiva e da identidade cultural da sociedade. A autora inseriu a sua perspetiva num quadro de pensamento em que os documentos, sejam eles de indivíduos ou de organizações, integram um contínuo do universo informacional, servindo todos eles de prova das atividades sociais, contestando, por essa via, os fundamentos de teorias ou métodos que diferenciasses os arquivos de organizações administrativas dos documentos do foro privado, corroborando outros argumentos dos seus colegas Adrian Cunningham e Chris Hurley, apresentados no mesmo número da revista.

Este exemplar da revista *Archives and Manuscripts* constituiu um marco de referência na produção teórica sobre arquivos pessoais, tendo inclusivamente influenciado autores de outros

---

<sup>92</sup> Designado por *Collecting Archives Special Interest Group*.

<sup>93</sup> Em Canberra, em 27 de julho de 1995.

<sup>94</sup> Vol. 24-1, de maio de 1996.

<sup>95</sup> Adrian Cunningham e Chris Hurley questionaram especificamente a separação profissional entre arquivistas dedicados aos arquivos pessoais e os restantes profissionais do records management. Graeme Powell analisou especificamente a situação da aquisição de arquivos privados na Austrália. Margaret Southcott et al., focaram aspetos da organização e descrição da informação do foro pessoal a partir do caso específico da Biblioteca Mortlock. Maryanne Dever tratou o problema da interpretação e análise de contextos da comunicação por via dos e-mails, colocando o problema da informação digital produzida pelos indivíduos, então emergente, como uma questão premente que deveria ser considerada pelos arquivistas. O mencionado número da revista *Archives and Manuscripts* contou ainda com a colaboração do americano Richard J. Cox que analisou aspetos da informação contida em coleções de manuscritos.

países de expressão inglesa, onde teve ampla repercussão, como os Estados Unidos ou o Canadá. Foi ainda decisivo para fazer despontar, na Austrália, o surgimento de novos ensaios, que foram abordando, de forma direta ou indireta, os arquivos pessoais, entre os quais se podem destacar alguns exemplos que evidenciam linhas de investigação em desenvolvimento.

Anne-Marie Condé (2005), por exemplo, analisou o significado simbólico dos arquivos, dando como exemplo os papéis recebidos pelas famílias dos soldados australianos que morreram durante ou imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, integrados no *Australian War Memorial*, salientando que a sua importância ultrapassa o valor de meros documentos pessoais, adquirindo um simbolismo nacional. A mesma autora, a propósito de um romance inacabado de Albert Camus, debruçou-se ainda sobre os motivos da constituição de arquivos pessoais, procurando entender a relação entre a criação de um arquivo pessoal e a identidade do seu produtor, compreender as ausências de informação e o modo de procurar provas sobre alguém que tenha guardado poucos ou nenhuns documentos (Condé, 2009).

Do ponto de vista das políticas de aquisição e seleção de arquivos pessoais para integrarem os acervos das instituições de memória na Austrália, Graeme Powell elaborou uma síntese da atividade da Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional da Austrália, salientando o seu esforço para a constituição de um índice dos documentos pessoais presentes nas várias bibliotecas do país, passíveis de constituírem “tesouros nacionais australianos” (Powell, 2006).

A partir de um discurso orientado para a valorização dos arquivos de comunidades tradicionalmente sub-representadas em repositórios coletivos, Kooramyee Cooper e Sharon Huebner (2007) abordaram o projeto digital do *Koorie Heritage Archive*, centrado no grupo dos *koorie*<sup>96</sup> e nas suas histórias pessoais, destacando a necessidade de os arquivos se tornarem um espaço para preservação da sua cultura e identidade, podendo as tecnologias de informação e da comunicação constituir um contributo essencial para criar um arquivo digital sustentável.

Também no sentido da importância dos arquivos enquanto espaços de afirmação de identidade, Toby Burrows (2008) descreveu e sugeriu formas de acesso às informações relativas à relação entre os indivíduos e as diversas redes sociais, intelectuais e culturais, discutindo o modo como futuros desenvolvimentos tecnológicos e arquivísticos podem abordar as questões relacionadas com a pesquisa em rede.

---

<sup>96</sup> Populações nativas do extremo meridional leste da Austrália, os *koorie* foram reprimidos pelos colonizadores britânicos do território, que lhes retiraram as terras e procuraram destruir as suas manifestações identitárias, tendo os governos dos estados australianos retirado compulsivamente à comunidade milhares de crianças, entregues às famílias da sociedade branca, visionando a miscigenação e progressiva eliminação dos povos aborígenes. Através da fixação da sua memória oral e da recolha de relatos, o projeto mencionado procurou recuperar a sua identidade, e reconstruir a comunidade, em torno da memória comum. Sobre o caso particular dos *koorie* e da construção de um sistema de arquivo para a comunidade veja-se também o artigo de Sue Mckemmish publicado em Travancas *et al* (2013).



Maryanne Dever *et al.* (2009, 2010) abordaram os dilemas éticos da pesquisa em arquivos pessoais, e o direito de adquirir e assumir o conhecimento da esfera “íntima”, nomeadamente a partir de material que possivelmente os produtores não tinham pretendido dar a conhecer publicamente. Maryanne Dever (2013) veio ainda questionar a importância dos suportes físicos na forma como os investigadores entendem e trabalham com documentos pessoais e a sua relação com os formatos digitais. Num outro estudo, a mesma autora (Dever, 2014) debruçou-se sobre problemas relacionados com o acesso público em torno do processo de aquisição, pela Biblioteca Nacional da Austrália, de um arquivo pessoal, cujo conteúdo se afigurava relevante para documentar a história do ativismo feminista. Igualmente numa perspetiva ética sobre o acesso, Paul Dalgleish (2011) debruçou-se sobre as dificuldades e responsabilidades dos arquivistas em tornar acessíveis *on-line* os arquivos e coleções particulares, respeitando as sensibilidades individuais e comunitárias, e as limitações legais.

Numa perspetiva da análise da sub-representação feminina nos arquivos, Julie Collins (2012) destacou as dificuldades em encontrar informações acerca dos documentos profissionais das arquitetas na Austrália, e as possíveis soluções para a sua aquisição. Margaret Henderson (2013) refletiu sobre o seu próprio trabalho num arquivo pessoal de uma ativista feminista, analisando o processo arquivístico, bem como o conteúdo dos documentos pessoais, dando ênfase às dificuldades de separar o público do privado e ao modo como a própria ideologia feminista influenciou a configuração do arquivo.

No que respeita à adequação dos princípios arquivísticos aos documentos produzidos através das novas tecnologias digitais, Richard Lehane (2012) examinou questões relacionadas com os documentos pessoais originalmente produzidos e mantidos em websites, discutindo os fundamentos do princípio da ordem original em referência à ordenação lógica e à classificação dada por parte dos seus produtores.

No âmbito do desenvolvimento da teoria do *Records Continuum* e da sua fundamentação teórica e conceptual, aplicada aos arquivos pessoais, Sue McKemmish e Michael Piggott (2013) esmiuçaram a complementaridade e inter-relações existentes entre estes e os arquivos institucionais, refutando abordagens defensoras de metodologias distintas para o tratamento de uns e outros que, em seu entender, tinham tido como consequência o afastamento da representação nas instituições de memória de várias comunidades e setores da sociedade. Os autores deram, assim, ênfase à gradual afirmação de distintas comunidades em defesa dos seus próprios arquivos, e defenderam a necessidade de os arquivistas “descolonizarem” os seus discursos e abrirem espaço a outras formas de manifestação de identidades sociais e culturais.

Podem ainda destacar-se as iniciativas relacionadas com a preservação, catalogação e promoção do acesso de arquivos no universo digital, como o projeto desenvolvido pelas Bibliotecas Nacionais e Estatais da Australásia,<sup>97</sup> o *Archival Collections Project*, desenvolvido em 2010 e 2011, com a finalidade de estudar formas eficientes de catalogar e preservar coleções de interesse patrimonial, centrado no desenvolvimento de um quadro estratégico e de um conjunto básico de metadados (NSLA, 2012). Como resultado deste projeto, foi publicado um relatório sobre o acesso aos arquivos (Ayres, 2010) e uma compilação de diretrizes para os profissionais das bibliotecas, no sentido da prestação de auxílio aos doadores na preparação dos seus arquivos digitais pessoais, perspetivando uma futura incorporação nas bibliotecas públicas da Austrália e da Nova Zelândia (Thomas, 2011). Também foram dados os primeiros passos no desenvolvimento de uma ferramenta de medição dos tempos necessários ao tratamento de arquivos particulares, bem como dos custos associados, tendo sido feitos os primeiros testes para proporcionar a sua implementação em 2012-2013 (NSLA, 2012).

Quando o *Archival Collections Project* chegou ao fim, foi criado outro grupo de trabalho, designado *Heritage Collections Project*, visando desenvolver o conhecimento dos arquivos e das melhores práticas de gestão, interpretação, conservação, valorização e comunicação dos acervos patrimoniais existentes das bibliotecas públicas. Nos anos seguintes, foi desenvolvido um processo de digitalização e descrição de grande número de coleções, e implementado um trabalho colaborativo entre as bibliotecas públicas em torno da aquisição, avaliação, e de negociações com os produtores e doadores, de estudo de necessidades dos utilizadores. Mais recentemente, em 2016, foram estabelecidos princípios para melhorar a atuação dos profissionais no domínio da identificação de coleções consideradas de relevante interesse para preservação (NSLA, 2016).

No caso do Canadá existiu, desde muito cedo, uma grande familiaridade dos arquivistas com o universo dos arquivos privados, considerados relevantes na edificação e consolidação da identidade nacional canadiana, tendo havido programas que pretenderam incentivar a recolha de arquivos de vários setores da sociedade civil, a par da preservação dos do Estado, de que é exemplo o movimento que ficou conhecido como “Arquivos Totais”. O debate teórico sobre os arquivos privados ganhou particular relevância na transição entre as décadas de 1980 e 1990, inicialmente ligado a problemas relacionados com as políticas de aquisição que vinham a ser seguidas e a necessidade de rentabilizar e melhor gerir os recursos requeridos pelas amplas incorporações.

A Divisão de Manuscritos do Arquivo Nacional do Canadá, durante este período, fez sair diversos relatórios, salientando a necessidade de se definirem estratégias de aquisição e avaliação, e de se desenvolver o que se entendia como tendo significado e importância

---

<sup>97</sup> O *National and State Libraries Australasia (NSLA)*, para a Austrália e Nova Zelândia.

nacional (Momryk, 2001). O problema da avaliação dos arquivos privados, para efeitos da sua preservação, fez também parte das preocupações do Conselho Canadano de Arquivos, criado em meados da década de 1980, e, em anos subsequentes, integrou discussões em torno do desenvolvimento de uma rede de informação e de acesso comum aos acervos das várias instituições e da necessidade de se promover o uso generalizado de normas para a descrição arquivística (Craig, 2001).

O debate sobre os fundamentos e limites da política dos Arquivos Totais levantou questões sobre o grau de envolvimento que devia competir à sociedade e às instituições públicas, na aquisição e conservação de arquivos pessoais, e quanto às prioridades culturais e ao papel dos arquivistas, de que é exemplo a controvérsia entre Christopher Hives e Robert McDonald publicada, em 1994, na revista *Archivaria* (Hives, 1994; McDonald, 1994a, 1994b), com o primeiro destes autores a considerar como sendo sua função primordial a preservação dos arquivos institucionais, e o segundo argumentado em defesa de uma intervenção alargada a toda a sociedade, como única forma de servir a memória coletiva.

Instalada a problemática, vários autores começaram a interessar-se sobre o lugar dos arquivos pessoais na teoria e na prática arquivística, com Terry Cook (1997) a alertar para o facto de a influência das ideias veiculadas em obras fundadoras e marcantes para a disciplina ao longo da sua história, como o *Manual dos Holandeses* ou o de Hillary Jenkinson, os ter deixado à margem da reflexão no seio da profissão, favorecendo-se a abordagem dos arquivos institucionais e administrativos, em detrimento de uma perspetiva cultural mais ampla sobre os arquivos, que incluísse os do foro privado, os quais, apesar de menos considerados do ponto de vista teórico, foram, ainda assim, sendo preservados e ativamente incorporados em diversas instituições de memória.

O interesse suscitado pelos arquivos pessoais tornou-se mais evidente em 2001, com a criação de uma secção especial para o seu estudo junto da Associação dos Arquivistas Canadianos (AAC),<sup>98</sup> sob o incentivo de Catherine Hobbs, arquivista da *Library and Archives Canada*, especialmente vocacionada para o trabalho com arquivos de escritores, e que, junto com outros colegas veio a integrar o grupo então constituído. A secção especial criada na associação canadiana procurou, em particular, incentivar e estimular o desenvolvimento de novas pesquisas académicas e o envolvimento de arquivistas, no sentido da introdução de novas possibilidades discursivas sobre os arquivos pessoais (Carter *et al.*, 2013, 1).

No mesmo ano, na revista *Archivaria* foi publicado um conjunto de artigos numa secção dedicada aos arquivos pessoais, onde se distingue o contributo de Hobbs com um estudo

---

<sup>98</sup> Designada por *Special Interest Section on Personal Archives* (SISPA).

sobre as características e o valor destes arquivos (Hobbs, 2001).<sup>99</sup> A autora reivindicou a idiosincrasia e especificidade dos arquivos pessoais, e o seu carácter fundamentalmente pertencente ao âmbito do íntimo e do psicológico, por oposição aos documentos dos arquivos de instituições administrativas, produzidos em função de mandatos legais, contrariando, assim, as teses da australiana Sue Mckemmish, apresentadas em 1996 na revista *Archives and Manuscripts*, quanto ao papel de evidência e testemunho dos registos individuais, relativamente a ações e atividades no campo da memória social e coletiva, ao mesmo nível dos documentos das instituições.

Sob este impulso, ao longo dos anos seguintes, multiplicou-se o número de investigadores canadianos que passaram a debruçar-se sobre matérias especificamente relacionadas com os arquivos pessoais, destacando-se, além de sucessivos contributos aduzidos por Hobbs (2006; 2010), diversos outros autores.<sup>100</sup> De destacar, por exemplo, a tese de doutoramento de Jennifer Douglas (2013a), com uma ênfase na problemática da aplicação dos princípios arquivísticos da proveniência e da ordem original aos arquivos pessoais de escritores. Esta autora tem igualmente vindo a publicar vários artigos, na sequência da sua investigação neste domínio, chamando a atenção para a necessidade de se atender, no quadro conceptual relativo aos arquivos pessoais e na sua descrição, ao facto de os mesmos refletirem um processo complexo de construção, ao longo do tempo, onde intervêm diferentes agentes, havendo necessidade de se reequacionar o conceito de fundo, a ideia da proveniência única e de um produtor único, para se atender aos múltiplos contextos inerentes à formação dos arquivos (veja-se ainda Douglas, 2013b; 2017).

Como um dos exemplos das investigações que têm vindo a ser realizadas refira-se ainda a publicação, em 2013, de um número especial da *Archivaria* (n.º 76), especificamente dedicado ao tema dos arquivos pessoais, que contou com a colaboração de especialistas de outros países, abrangendo várias linhas de abordagem,<sup>101</sup> seguido ainda de outros artigos publicados

---

<sup>99</sup> Na *Archivaria* n.º 52 (2001), destacam-se ainda os artigos de Barbara Craig e de Myron Momryk sobre a evolução das estratégias de aquisição, com incidência no exemplo do Canadá, e de Riva A. Pollard sobre a avaliação dos arquivos pessoais, que enfatizou a escassez de estudos sobre este tema na literatura arquivística.

<sup>100</sup> Refiram-se, nomeadamente, os trabalhos de: Karyn Taylor (2002), que alertou para a importância de os arquivistas contemporâneos darem atenção, no cumprimento das políticas de aquisição integradas no âmbito dos “Arquivos totais”, aos documentos produzidos pelos indivíduos com a utilização das novas tecnologias de comunicação no universo digital; Jennifer Douglas e Heather Macneil (2009) debruçaram-se sobre os arquivos de três escritoras canadianas e identificaram a intervenção de múltiplas pessoas no seu processo de formação, convidando a uma reflexão sobre o conceito de proveniência, de um ponto de vista mais amplo; Rob Fisher (2009) procurando estabelecer uma teorização acerca dos arquivos privados; Jennifer Meehan (2010), sobre a aplicação do princípio da ordem original aos arquivos pessoais; e Jordan Bass (2013), sobre a avaliação e gestão dos documentos pessoais digitais.

<sup>101</sup> O n.º 76 da *Archivaria* inicia com um texto de abertura dos seus editores (Carter *et al.*), introduzindo o tema com uma síntese do panorama geral da literatura sobre arquivos pessoais. De autores canadianos conta com artigos de: Creighton Barrett, sobre a problemática da existência de arquivos pessoais no seio de arquivos de empresas familiares na Nova Escócia, Canadá; de Jennifer Douglas, sobre a ordem original nos arquivos de escritoras; e de Jeremy M. Heil, num artigo sobre o arquivo de Al Purdy. No

no número seguinte.<sup>102</sup> No seu conjunto, além das questões relacionadas com a avaliação, ou mesmo com aspetos técnicos da organização e descrição de arquivos específicos, os vários autores canadianos que abordaram especificamente os arquivos pessoais têm contribuído para problematizar aspetos relacionados com os princípios concebidos para fundamentar a teoria e prática arquivística, a abrangência dos conceitos em uso, e ainda os processos de formação dos arquivos e a sua natureza.

Nos Estados Unidos, os estudos na área da Arquivística especificamente respeitantes aos arquivos pessoais escassearam durante décadas. Os documentos de indivíduos e de famílias foram essencialmente preservados em função do seu carácter “histórico” ou “cultural”, em secções de “manuscritos” de bibliotecas ou em sociedades históricas, e menos considerados em instituições arquivísticas nacionais, mais orientadas para a gestão e manutenção dos arquivos de organismos administrativos. Ao longo do século passado, a teoria e prática da arquivística americana permaneceu dividida entre a gestão dos arquivos das instituições públicas, por profissionais especializados na sua administração, e a incumbência pelos arquivos privados por parte de repositórios institucionalizados como tendo vocação para preservar e organizar os “manuscritos” considerados de carácter “histórico”.<sup>103</sup>

Apesar desta divisão, os arquivos pessoais foram-se constituindo como objeto de estudo por parte de uma comunidade ampla de investigadores da área das Humanidades, pontificando a influência da História que, aliás, estava preferencialmente na base da formação dos profissionais incumbidos de organizar e interpretar os documentos adquiridos para os repositórios de “manuscritos”. Outras áreas de investigação, como a Literatura, também influenciaram decisivamente as políticas de salvaguarda de arquivos pessoais, sendo inúmeros os exemplos de documentos de escritores custodiados por bibliotecas americanas, nomeadamente de universidades, cuja aquisição foi amplamente incentivada durante todo o século XX. Sobre estes têm sido produzidos muitos estudos, servindo de referência exemplificativa os trabalhos de Phillip Cronenwett (1984), Lois Overbeck (1993), Kristin Martin (2001), Sara Hodson (2004), Robert Spoo (2008), David Pavelich (2010), ou Melissa Van Vuuren (2010), abrangendo questões como a avaliação e seleção de materiais de interesse

---

mesmo número é ainda incluído um estudo de Cheryl Oestreicher, sobre um método específico desenvolvido nos EUA para a classificação e descrição de arquivos, aplicado ao caso de um arquivo pessoal doado à *Auburn Avenue Research Library on African American Culture and History*, em Atlanta; e um outro de Elizabeth Keenan e Lisa Darms sobre uma coleção de um grupo feminista adolescente nos EUA, na década de 1990.

<sup>102</sup> Na *Archivaria* n.º 77, de 2014, cumpre dar destaque ao artigo de Amelia Acker e Jed Brubaker desenvolvido nos EUA sobre o acesso aos arquivos pessoais nas redes sociais, como é o caso do Facebook, após o falecimento dos produtores.

<sup>103</sup> Uma visão de síntese sobre esta divisão entre estas duas tradições e sobre os debates em torno do estatuto profissional dos arquivistas nos EUA até ao início da década de 1990, pode ser encontrada em Gilliland-Swetland (1991).

para a área da Literatura, e apontando perspetivas de pesquisa a partir das coleções de textos literários.<sup>104</sup>

No entanto, os arquivos pessoais mantiveram-se relativamente arredados das reflexões que foram ocorrendo no seio da Arquivística americana, até praticamente ao final do século XX.<sup>105</sup> Mesmo no que diz respeito às práticas de tratamento e descrição, o impacto teórico foi residual, prevalecendo, em larga medida, a aplicação de princípios e técnicas inspirados pela biblioteconomia, apesar de instituições como a *Library of Congress* terem incorporado, na organização e classificação de arquivos privados, alguns princípios-chave da Arquivística, como a proveniência, ou adaptado a catalogação para prever a descrição de séries hierárquicas e não somente de documentos isolados (Gilliland-Swetland, 1991, 167).

Foi principalmente a emergência do mundo digital que veio alertar a comunidade académica, bibliotecários, arquivistas, e outros profissionais da informação, para a complexidade das questões, desafios e oportunidades relacionados com os documentos gerados e mantidos pelos indivíduos no âmbito da sua vida privada, a partir da reconhecida e crescente generalização da utilização de novas ferramentas tecnológicas de produção e comunicação de informação. A produção teórica focada na problemática dos arquivos pessoais digitais conheceu amplo desenvolvimento no início do século XXI, com a publicação de várias obras coletivas,<sup>106</sup> e sucessivos contributos individuais onde se destacam vários autores.<sup>107</sup> Bibliotecas, instituições culturais e arquivos envolveram-se no debate sobre as formas de lidar

---

<sup>104</sup> Outras áreas especializadas de investigação, fora do âmbito da Arquivística, têm igualmente recorrido aos arquivos pessoais como fontes de informação e como objeto de estudo em si mesmo. Veja-se, por exemplo, a abordagem de Kate Albers (2011), inserida no âmbito da História da Arte, que foca a utilização dos arquivos pessoais pelos artistas, a partir do caso do arquivo do artista Christian Boltanski, transformado em objeto de museu. A autora destaca a utilização dos documentos pessoais e do ato de arquivar para a construção de uma narrativa estética, sob a influência das correntes culturais contemporâneas da prática artística.

<sup>105</sup> Uma das poucas exceções é o artigo publicado, em 1957, pelo arquivista americano T. R. Schellenberg, na revista australiana *Archives and Manuscripts*, sobre a organização de documentos do âmbito privado (cit. por Douglas, 2013a, 25, nota 8), muito embora, na época, o autor partilhasse ainda de uma ideia de que os arquivos pessoais se aproximavam mais das coleções de “manuscritos históricos”, pelo que o arranjo proposto se inspirava na análise da importância “histórica” dos documentos. No entanto, Richard Berner, que, no início da década de 1980, elaborou uma análise da evolução histórica da teoria e prática arquivísticas americanas, indica ter-se registado uma evolução do pensamento de Schellenberg entre a publicação do seu manual *Modern Archives* de 1956, e a obra *The Management of Archives*, editada em 1965. Berner aponta que, na primeira obra, Schellenberg distinguia claramente os arquivos dos organismos administrativos, em particular os provenientes das organizações do Estado, e os manuscritos “históricos”, mas, na segunda, já admitia que os princípios e técnicas aplicados aos documentos administrativos podiam ser adaptados aos registos privados (cit. por Douglas, 2013a, 24, nota 6).

<sup>106</sup> Entre outras, reúnem significativos contributos, no domínio dos arquivos pessoais com incidência nas questões da informação digital, as obras de Jones e Teevan, eds. (2007); Lee, ed. (2011); Donald Hawkins, ed. (2013); Library of Congress (2013).

<sup>107</sup> Vejam-se designadamente, os vários estudos que focam questões relativas aos arquivos pessoais no âmbito digital, de Catherine Marshall ou em que esta é uma das autoras (Marshall, 2007, 2008a, 2008b e 2011; e Marshall *et al.*, 2006 e 2007), bem como os contributos de William Jones *et al.* (2002), Susan Dumais *et al.* (2003), Mackenzie Smith (2005), Neil Beargie (2005), Jim Gemmell *et al.* (2006), Steve Whittaker *et al.* (2006), Michael Forstrom (2009), Heather Beattie (2009), Amber Cushing (2010), Christopher Prom (2013), Sarah Kim (2013) ou Brian Ogilvie (2016).

com os novos suportes de informação e de meios de comunicação, denotando preocupação com a forma como os indivíduos geram a informação digital, considerada pilar fundamental da vida contemporânea (Lee, 2011, 1).

Por entre estes estudos, preocupados com o universo do digital e em fazer a ponte com os anteriores suportes analógicos, uma das principais linhas de investigação que emergiu foi a do estudo das motivações e moldes pelos quais os indivíduos produzem, organizam, mantêm, utilizam e controlam a distribuição de informação, procurando compreender-se a natureza da sua produção e gestão, e aferir as necessidades individuais de informação em resposta a atividades e papéis sociais. Esta linha de investigação, cunhada genericamente pelo termo *Personal Information Management* (abreviadamente conhecida por PIM), tem procurado ainda analisar aspetos particulares das questões de privacidade no âmbito da gestão de documentação produzida e difundida através de meios digitais, e providenciar recomendações e soluções para os indivíduos gerirem e lidarem com a informação que acumulam e dispersam em vários *media*.<sup>108</sup>

A expressão PIM terá inicialmente sido introduzida, a partir dos anos de 1980, no contexto do uso dos computadores pessoais, para processar e gerir informação, tendo-se tornado um tópico relevante em disciplinas como a Psicologia Cognitiva, no estudo da interação homem-computador, e na Ciência da Informação, designadamente no que se refere à gestão de dados e à recuperação de informação, num contexto do despertar do interesse pelo potencial das tecnologias, a par de uma consciencialização dos problemas delas advindos (Jones, Teevan, 2007, 3).

A constatação da necessidade de se considerar a Internet como lugar detentor de importante informação dos indivíduos, as questões legais relacionadas com o acesso, e os aspetos técnicos relativos à preservação digital, passaram, no início do presente século, a figurar na linha da frente de preocupações com os desafios da transição do papel para o digital. A busca de soluções adequadas para preservar para o futuro a memória individual, a reflexão sobre o papel das instituições nesse processo, designadamente no que respeita à aquisição dessa informação, fixada em suportes perecíveis ou dispersa pela Internet, e a necessidade da sensibilização e formação dos indivíduos para acautelarem os vários riscos inerentes ao contexto do digital, figuram entre essas preocupações.

A produção de guias e orientações para os profissionais de arquivo, e para a sociedade em geral, tem vindo a tornar-se, nos últimos anos, uma das formas de intervir neste domínio.<sup>109</sup> A

---

<sup>108</sup> Sobre a perspetiva do *Personal Information Management* veja-se em particular os trabalhos de William Jones (2004) e Jordan Bass (2013), além da já referida obra de Jones e Teevan, eds. (2007).

<sup>109</sup> Um dos exemplos nesta área é a obra de Gabriela Redwine *et al* (2013), publicada sob o patrocínio do *Council on Library and Information Resources*. Trata-se de um trabalho resultante do esforço de um grupo de arquivistas e curadores de coleções especiais de bibliotecas dos EUA e do Reino Unido, e foi

*Library of Congress*, por exemplo, tem procurado sensibilizar a sociedade civil para a problemática dos arquivos pessoais digitais. No âmbito do seu programa de preservação digital, dedicou um *blog* à discussão do tema, onde incentivou a publicação de textos sobre as melhores práticas neste domínio, cujos contributos de vários autores foram depois reunidos numa publicação coletiva (*Library of Congress*, 2013).<sup>110</sup>

Numa perspetiva distinta, por não pretender constituir um manual de recomendações para o público, mas uma publicação essencialmente académica dirigida a profissionais de arquivo, encontra-se a obra *I, Digital*, sob edição de Christopher Lee (2011), com a colaboração de vários especialistas americanos e de outras nacionalidades, como os australianos Adrian Cunningham e Sue Mckemmish. Os autores convocados produziram reflexões sobre os desafios e oportunidades para os arquivistas no que se refere aos arquivos pessoais, sensibilizando a comunidade profissional para a necessidade de rever o seu papel, ultrapassando a função tradicional de curadores de documentos, que avaliavam, selecionavam, e descreviam os arquivos depois da sua incorporação nos repositórios, para passar a desempenhar um papel mais ativo, nomeadamente no aconselhamento e formação dos produtores.

Os arquivos pessoais tornaram-se, assim, gradualmente um tema de pesquisa para os investigadores norte-americanos, a partir do final do século XX, e principalmente no dealbar do século XXI, a partir das questões levantadas pela informação digital, constituindo o que Richard J. Cox apelidou, em obra especificamente dedicada ao tema, um *new archival calling* (Cox, 2008). Considerando serem os arquivos pessoais um campo renovado e promissor de investigação, Cox alertou que o futuro dos arquivistas, enquanto profissionais, se joga decisivamente no seu envolvimento junto da sociedade, com vista a assegurar o futuro dos arquivos dos indivíduos e das famílias e a perspetivar formas inovadoras e seguras com vista à sua preservação.

O autor passou em revista aspetos como a memória, a identidade, o valor atribuído à informação pessoal, as novas tecnologias de comunicação, as questões da autenticidade e outros requisitos de análise da confiabilidade da informação atribuídas pelos arquivistas aos documentos, as premissas teóricas da Arquivística sobre a sua organização, e ainda aspetos legais relativos ao controlo e acesso. Richard Cox enfatizou a necessidade de o arquivista se

---

especificamente concebido como um guia de orientações para a incorporação de materiais nado-digitais em repositórios arquivísticos, providenciando recomendações para doadores e outros intermediários detentoras de materiais arquivísticos digitais, e ainda para os profissionais dos diversos repositórios.

<sup>110</sup> Através do programa nacional de preservação digital, a *Library of Congress* começou por oferecer, no seu *site*, em 2007, conselhos para a gestão de materiais digitais, providenciando guias básicos direcionados para um público não especialista, desde a preservação de fotografias às mensagens de telemóvel, ou a prevenção de questões legais e antecipação do destino da informação digital após a morte do seu produtor. Simultaneamente, procurou ampliar o debate e a reflexão sobre os arquivos pessoais digitais através do *blog The Signal* (*Library of Congress*, 2013).



posicionar de forma diferente face aos arquivos pessoais, não se limitando apenas a ser o seu curador final, focando a importância de se formarem os indivíduos na perspetiva do cidadão-arquivista, através da transferência de conhecimento dos arquivistas para a sociedade, designadamente no que respeita à preservação digital, sugerindo que os projetos de curadoria digital em desenvolvimento se reorientem para esta via, passando o arquivista a ser sobretudo um agente de conselho e de mediação, num contexto colaborativo com os indivíduos, com outros profissionais e com diversas disciplinas (Cox, 2008, 2009).

No Reino Unido, o percurso da reflexão teórica específica sobre os arquivos pessoais, não diverge particularmente do americano. Não obstante a longa tradição de aquisições de arquivos privados para as múltiplas instituições de memória britânicas,<sup>111</sup> a influência da História manteve-se até muito tarde, reservando-se os profissionais incumbidos da preservação quase exclusivamente à produção de instrumentos de descrição para promover o acesso,<sup>112</sup> e a estudos pontuais sobre a organização de determinados fundos documentais, visando a sua valorização patrimonial e cultural, ou a sua divulgação enquanto fontes de relevância histórica.<sup>113</sup>

Uma perspetiva patrimonial relacionada com a importância da salvaguarda através da custódia física de arquivos privados, orientou a atuação, ao longo de muito tempo, dos profissionais das bibliotecas e arquivos britânicos, pois a documentação das grandes figuras históricas nacionais esteve sempre permeável ao interesse de colecionadores particulares, motivando a desagregação e dispersão de inúmeros arquivos pessoais, problema para o qual Christopher Kitching chamou a atenção em 1998 (cit. por Yeo, 2009b, 62, nota 16).<sup>114</sup> Na *British Library* foi inclusivamente criado, em 2005, um grupo de trabalho (o *UK Literary Heritage Working Group*), para estudar formas de contrariar a dispersão, e saída para o estrangeiro, de manuscritos e arquivos de escritores modernos e contemporâneos, que continuavam a ser vendidos ou depositados em instituições no exterior.

Também em 2005, por iniciativa da Biblioteca da Universidade de Manchester (*The John Rylands University Library*), foi criado o GLAM (*The Group for Literary Archives and Manuscripts*), com o fim reunir arquivistas, bibliotecários, curadores, escritores, investigadores

---

<sup>111</sup> Pode referir-se, por exemplo, a *Historical Manuscripts Commission*, criada em 1869 com a finalidade de identificar e divulgar arquivos de interesse histórico, abrangendo na sua atuação instituições privadas, famílias e indivíduos. Esta comissão elaborou censos periódicos dos arquivos e relatórios sobre a sua situação, tendo passado a gerir, a partir de 1945, o *National Register of Archives*, centralizando a informação disponível sobre a localização de documentação de importância histórica.

<sup>112</sup> No que se refere à elaboração de guias relativos a arquivos privados, presentes em instituições britânicas, e de orientações para a sua preservação e acesso, podem ser salientados como exemplo os elaborados, em diferentes épocas, por Rosemary E. Seton (1978, 1984, 1992, 1994).

<sup>113</sup> Alguns exemplos destes estudos são dados por Geoffrey Yeo (2009b, 62, nota 16).

<sup>114</sup> O problema era, no entanto, muito anterior, pois já na década de 1920 a *Historical Manuscripts Commission* tinha alertado o governo britânico para os riscos da venda de património arquivístico por parte das famílias em dificuldades financeiras, na sequência da I Guerra Mundial (Oliveira, L. M. V., 2010, 30).

e outras pessoas interessadas na aquisição, preservação, utilização e divulgação de arquivos da área da literatura na Grã-Bretanha e Irlanda.<sup>115</sup> Nos anos seguintes, ambos os grupos desenvolveram um intenso trabalho neste domínio, recolhendo informação sobre os arquivos disponíveis nos vários repositórios nacionais, e organizando eventos de debate e divulgação.

O GLAM, em particular, tem vindo a envolver, nas suas atividades, especialistas ligados ao mundo académico e à prática profissional em arquivos e bibliotecas. Logo no início das suas atividades, lançou um inquérito, na Grã-Bretanha e Irlanda, visando recolher informações sobre os arquivos custodiados pelos vários repositórios, para melhor compreender a sua natureza, tendo também por fim identificar tendências e práticas de aquisição, para o estudo das possibilidades de definição de estratégias nacionais neste domínio.

Embora partindo da literatura como orientação temática, e tendo como objeto de estudo específico os designados “manuscritos literários”, o GLAM reconheceu, logo no início, a necessidade de ter em conta que, neste conceito, cabia uma grande diversidade de tipologias documentais e de vários suportes de informação. Por isso considerou que podiam incluir correspondência, diários, materiais audiovisuais, e mesmo tipologias documentais do foro legal ou económico (incluindo contratos, documentos judiciais, documentos bancários, etc.), independentemente do seu formato físico dizer respeito a suportes em papel, ou se tratarem de registos produzidos por meios digitais. Ao mesmo tempo, o GLAM considerou ainda fazer parte do universo dos arquivos da área da literatura um conjunto amplo de objetos representativos da história genética do processo criativo, como as esferográficas dos autores ou o mobiliário do seu local trabalho.

Apesar desta perspetiva ampla do que pode constituir a informação dos arquivos do domínio da literatura, o GLAM colocou-se numa posição sobretudo preocupada com a custódia dos documentos, e assumidamente orientada para os problemas da aquisição pelos repositórios, sua posterior difusão e uso por parte dos respetivos utilizadores. Tal é patente no esforço colocado na produção de orientações para a catalogação dos materiais adquiridos, consubstanciada num documento desenvolvido pelo GLAM, e divulgado em 2013, onde se reúne um conjunto de recomendações a partir da utilização da norma internacional de descrição arquivística – a ISAD(G), acompanhadas de um tesouro e de um glossário de apoio à inventariação específica de documentos do domínio literário.

Embora partindo de uma perspetiva patrimonial sobre os arquivos, aquele documento patenteia a vontade de ultrapassar os limites das práticas da catalogação biblioteconómica – comum no tratamento de manuscritos em várias bibliotecas do Reino Unido, que constituíam uma fatia

---

<sup>115</sup> Verifique-se no *site* respetivo, disponível em <URL: [http://glam-archives.org.uk/?page\\_id=2](http://glam-archives.org.uk/?page_id=2)> [consult. 13-01-2017]. Refira-se ainda que, em 2010, foi também criado um subgrupo do GLAM para os arquivos da área da literatura norte-americanos, a partir de uma iniciativa de investigadores dos EUA e Canadá, cujas atividades são divulgadas em URL:<https://glamna.org> [consult. 13-01-2017].

significativa das entidades detentoras identificadas no inquérito realizado pelo GLAM –, trazendo para o seu tratamento alguns princípios da prática arquivística, como a descrição de tipo hierárquico prevista na ISAD(G), procurando aplicar princípios como o da proveniência dos conjuntos documentais, ou o da ordem original.<sup>116</sup>

O enfoque na área da Literatura espelha, de certo modo, o paralelismo entre o caso do Reino Unido e o de outros países de influência anglo-saxónica, como os EUA ou a Austrália, que ditou a permanência, ainda não inteiramente ultrapassada, de uma distinção entre os profissionais incumbidos dos arquivos das organizações administrativas, considerados os “reais” arquivistas, e os que zelam pela conservação e tratamento da documentação privada, nomeadamente a pessoal e familiar, reputados como “curadores” de manuscritos. Como referiu a britânica Caroline Williams (2008, 58), esta forma de visionar o papel dos profissionais e o facto de, durante longo tempo, os arquivos pessoais (os *personal papers*) terem sido remetidos à competência das bibliotecas, reflete a pesada e longa influência no pensamento e na teoria arquivística do legado de Hillary Jenkinson, sendo expoentes máximos, como grandes entidades detentoras de documentos do foro privado, os casos da *British Library* ou da *National Library of Scotland*.

Os problemas da descrição e da catalogação dominaram boa parte da discussão sobre o tratamento dos arquivos pessoais no Reino Unido, tal como ocorrera nos EUA em torno da aplicação de normas descritivas (como as AACR ou a APPM). Ao mesmo tempo, o debate foi enriquecido com os problemas derivados do universo digital, num percurso também semelhante ao americano, surgindo projetos que se preocuparam especificamente com as questões da preservação dos documentos digitais produzidos pelos indivíduos, com a sua incorporação em repositórios e inerentes problemas de catalogação. É à volta destas linhas que surgiram, já em pleno século XXI, alguns estudos e resultados de investigações cujo contributo para a reflexão teórico-metodológica relativa ao caso dos arquivos pessoais cumpre também destacar.

Refira-se, por exemplo, o caso do arquivista e investigador britânico Geoffrey Yeo, que abordou mais em detalhe questões relacionadas com a descrição arquivística. Este autor analisou o caso específico da complexa história custodial dos documentos pessoais de um diplomata britânico do século XVII (Yeo, 2009b), tendo-se debruçado sobre a dificuldade de classificação e descrição de documentos pessoais dispersos por diferentes conjuntos documentais, e a recolha, por terceiros, de documentação relacionada com o referido diplomata. Ao mesmo tempo, Yeo analisou os resultados de um inquérito a mais de uma centena de projetos de

---

<sup>116</sup> Também em 2013, realizou-se uma conferência, sob o impulso do GLAM, especificamente direcionada para a discussão de problemas relacionados com a catalogação e acesso de arquivos na área da Literatura, onde foram designadamente debatidas questões como os desafios aportados pela utilização de sistemas digitais, quer pelos indivíduos, quer por parte dos repositórios, tendo presente a questão da sua aquisição e preservação.

descrição com a aplicação da norma ISAD(G), conduzidos por estudantes de mestrado da *University College London*. Cerca de metade destes projetos eram relativos a arquivos pessoais, e o autor verificou que neles, ao contrário dos fundos relativos a instituições de tipo administrativo, era comum encontrar-se materiais produzidos ou acrescentados por terceiros, muitos dos quais posteriormente à morte do alegado produtor, por iniciativa de familiares, de outros custodiadores sem ligação familiar, e até pelos próprios repositórios. Por outro lado, a aplicação da ISAD(G), no caso destas situações, ocasionou que estes materiais fossem tratados sob distintos critérios, na descrição multinível elaborada para os vários arquivos, levantando problemas quanto à interpretação dada a conceitos arquivísticos como o de fundo, subfundo ou coleção, ou no que se refere à representação arquivística da multiplicidade dos “criadores” das agregações que se intitularam como os “papéis pessoais” de determinados indivíduos.

A partir destas constatações, Geoffrey Yeo reviu criticamente princípios e conceitos arquivísticos, designadamente propondo uma nova forma de abordar os conceitos de fundo e de coleção. Para o autor estes conceitos não devem ser concebidos numa perspetiva antinómica, como vertido na maior parte dos léxicos terminológicos e em normas como a ISAD(G), mas serem ambos considerados numa perspetiva de abordagem dos arquivos num *continuum* inerente à sua formação, que abrange a agregação documental criada e mantida pelos indivíduos no decurso da sua vida – o fundo – e aquela que efetivamente chegou à atualidade, determinada pelos contextos da posterior custódia – a coleção (Yeo, 2009b, 57-59).<sup>117</sup>

Problemas semelhantes aos indicados por Yeo foram identificados por Elisabeth Wells (2012) a propósito da análise do tratamento de documentos pessoais e familiares em alguns repositórios especializados no Reino Unido. A autora debruçou-se principalmente sobre a organização e descrição, verificando a aplicação dos princípios da arquivística como o do respeito pela proveniência e pela ordem original, e o entendimento de conceitos como o de fundo e de coleção, explorando ainda a aplicação de normas de descrição.

Através dos repositórios escolhidos para o seu estudo, Elisabeth Wells verificou que os critérios de aquisição de arquivos e as opções descritivas subseqüentes estavam em grande parte dependentes de determinadas temáticas de interesse para as próprias instituições ou de adequação aos potenciais utilizadores. Em função disso, os arquivos eram descritos tendencialmente com base em vertentes temáticas, subvalorizando-se em inúmeras situações a proveniência dos fundos, o estudo aturado dos seus produtores e dos contextos de acumulação, em detrimento dos conteúdos considerados mais relevantes.

---

<sup>117</sup> Sobre os conceitos de fundo e coleção veja-se ainda Yeo (2012).

A autora detetou também variações nas opções de organização e descrição, conforme os repositórios, e mesmo dentro de cada um, havendo distintas decisões para os vários fundos incorporados. Wells alertou ainda para o problema da sub-representação da multiplicidade de produtores, por vezes presente em determinados fundos, e dos contextos dos percursos custodiais da própria documentação, derivados tanto de opções descritivas como de uma interpretação ambígua de conceitos e princípios arquivísticos.<sup>118</sup>

Quanto ao desenvolvimento de linhas de investigação no Reino Unido, no que respeita aos arquivos pessoais digitais, cumpre destacar o Projeto *Paradigm (Personal Archives Accessible in Digital Media)*, levado a cabo entre 2005-2007, por iniciativa de investigadores de universidades de Oxford e de Manchester, que visou estudar as questões culturais, jurídicas e técnicas envolvidas na sua preservação a longo prazo e fornecer orientações quanto às melhores práticas neste domínio.

O projeto teve como base de análise os arquivos de um conjunto de indivíduos pertencentes a dois grandes partidos políticos britânicos, considerados de importância relevante para serem preservados em repositórios. Estes políticos serviram de caso de estudo para examinar o ciclo de vida da produção de documentos em formatos digitais, bem como para identificar as melhores práticas para a sua adequada avaliação e incorporação em repositórios (também eles digitais), em conformidade com requisitos arquivísticos e técnicos no âmbito da preservação digital.<sup>119</sup> O projeto pretendeu especificamente verificar a aplicação, à curadoria por parte de repositórios de arquivos pessoais digitais, do modelo de referência OAIS (*Open Archival Information System*), concebido pelo *Consultative Committee for Space Data Systems*, que veio a dar origem em 2003 à norma ISO 14721.<sup>120</sup>

Na mesma linha de preocupações com as implicações do universo digital ao nível da informação pessoal, a *British Library* lançou, em 2009, o projeto *Digital Lives*. Através dele procurou compreender a forma como os indivíduos utilizam, organizam e gerem a sua produção digital, recorrendo a entrevistas diretas com produtores, levadas a cabo por profissionais e investigadores, e a questionários dirigidos a académicos e ao público em geral. Através desse amplo inquérito visava-se identificar as formas como os indivíduos se relacionam com os computadores (avaliando competências, questões de segurança, etc.), as suas

---

<sup>118</sup> Um outro estudo veio ainda demonstrar que o papel da intervenção de terceiros na configuração dos arquivos pessoais é uma realidade que não pode deixar de ser tida em conta. Protagonizado por um grupo de geógrafos ingleses interessados em aspetos ligados à geografia histórica, partiu da sua experiência de envolvimento direto como investigadores com o arquivo jornalista Derek Ingram, tendo estes vindo a testemunhar que, ao trabalharem com o produtor, na sua própria habitação, marcaram indelévelmente a organização dos documentos, tendo também destacado outras alterações a que o arquivo esteve sujeito na sua ordem, subjacentes a obras e a remodelações no espaço doméstico, com sucessivas recolocações dos documentos (Ashmore *et al.*, 2012).

<sup>119</sup> Veja-se o website do projeto disponível em <URL: <http://www.paradigm.ac.uk/>> [consult. 03-04-2017].

<sup>120</sup> Informações sobre a aplicação do modelo OAIS e acerca do projeto *Paradigm* podem ser encontradas no artigo de Thomas e Martin (2006).

estratégias de organização e de recuperação de informação, as motivações e decisões quanto à preservação de documentos, e a postura relativa ao destino da informação após a morte. Os resultados foram objeto da publicação, no ano seguinte, de uma síntese com as primeiras reflexões com vista a informar produtores, arquivistas, curadores e investigadores (John *et al.*, 2010).

O projeto liderado pela *British Library* enquadrou-se na mesma linha indicada por autores americanos, como Richard J. Cox, posicionando-se os seus investigadores numa abordagem pós-custodial, ao advogarem a importância de os arquivistas, e outros curadores de documentos pessoais, ultrapassarem a posição de meros recolectores passivos, para passarem a intervir diretamente, em momento prévio à produção, instruindo os cidadãos para serem os seus próprios arquivistas. Os autores do relatório de síntese apresentado em 2010 chamaram a atenção para o facto de a aproximação às pessoas, nas fases iniciais das suas carreiras, não permitir ainda apreender a sua relevância no futuro, mas destacaram que a intervenção atempada na população em geral significa investir na preservação de arquivos que poderão afigurar-se relevantes para o futuro, evitando o risco da sua perda (John *et al.*, 2010, 118).

Finalmente, no que se refere à resposta de alguns repositórios aos desafios da catalogação da documentação nado-digital produzida pelos indivíduos, refira-se o estudo de John Landgon (2016), que analisa a atitude dos arquivistas face ao problema da descrição da informação em ambientes tecnológicos complexos, a partir do caso de um projeto de preservação digital desenvolvido no *Tate Archive*. O autor aponta a persistência de dificuldades dos repositórios arquivísticos em lidarem com arquivos pessoais digitais, e mesmo a resistência ao seu tratamento, não obstante os tentames de recomendações já ensaiados, como os do projeto *Paradigm*. Landgon advoga a necessidade de se adaptarem e reformularem os princípios arquivísticos a um novo paradigma pós-custodial, o mesmo acontecendo com as próprias normas de descrição, como a ISAD(G), que considera terem sido concebidas essencialmente para ambientes em “papel”, tendo aplicação limitada na descrição de objetos digitais.

Noutros países europeus, o despertar da Arquivística para os arquivos pessoais foi também ocorrendo a partir das últimas décadas do século XX, consoante os diversos contextos sociais, políticos e culturais. Nos anos de 1980-1990 registou-se, um pouco por toda a Europa, uma expansão na incorporação de arquivos privados em várias instituições, sob o impulso de correntes historiográficas, em que se abriu lugar aos indivíduos como protagonistas da História, e em que os contextos da vida privada suscitaram novos temas de estudo em vários domínios científicos.

Em França, numerosos arquivos privados tinham vindo a ser incorporados, desde o século XIX, em bibliotecas, museus, nos arquivos nacionais, regionais e locais, e em associações culturais e outras instituições. A História foi, neste âmbito, a disciplina que maior impulso deu ao

reconhecimento da importância patrimonial dos arquivos pessoais e familiares, incentivando, por um lado, a sua aquisição para instituições de memória, e, por outro, a sua utilização como fontes de investigação. Em 1891, o presidente da *Société de l'Histoire de France*, o marquês de Vogüé, num discurso depois publicado no anuário daquela sociedade, chamou a atenção para a importância dos arquivos de família para os historiadores, enfatizando o dever dos seus proprietários na sua conservação e disponibilização (Joux, 2013, 35-36). No mesmo ano, Charles-Victor Langlois e Henry Stein iniciaram um trabalho de identificação nacional dos arquivos de interesse relevante para a história de França, dando conta da existência de vários arquivos de família em instituições de arquivo departamentais e na posse de particulares, bem como de vários manuscritos e coleções à guarda de bibliotecas (Langlois; Stein, 1891).

Na primeira metade do século XX, foram tomadas algumas medidas visando a proteção dos arquivos privados considerados bens de interesse histórico,<sup>121</sup> mas foi depois da II Guerra Mundial, com a criação de uma secção especial no Arquivo Nacional, no período da direção de Charles Braibant, que se implementou uma política mais intensa na sua aquisição e tratamento. Finalmente, em 1970, o *Manuel d'Archivistique*, publicado pela Associação dos Arquivistas Franceses (AAF, 1970), consagrou aos arquivos nacionais um papel fundamental na recolha ativa de arquivos do sector privado, incluindo associações, empresas, famílias e indivíduos. Ainda assim, foi preciso aguardar por 1979 para que se fixasse, em lei, a importância e o papel dos arquivos públicos franceses na aquisição de arquivos privados.<sup>122</sup>

As décadas de 1980 e 1990, em França, foram marcadas por um impulso, com forte investimento do Estado, à dinamização da ciência, do saber técnico, das artes e da cultura em geral. Numerosas instituições científicas, académicas e culturais foram assumindo um papel fundamental na difusão cultural e científica, e assistiu-se a um renovado interesse pelos arquivos, registando-se iniciativas diversas para a sua conservação e estudo,<sup>123</sup> com uma tomada de consciência generalizada do seu valor patrimonial, do seu potencial uso para a investigação, assumindo igualmente um importante carácter simbólico e identitário. O interesse pela utilização dos arquivos privados para fins de investigação e de fruição cultural por parte de um público alargado foi evidenciado pela historiadora Arlette Farge, na sua obra *Le goût de l'archive* (1989), em que destacou diferentes perspetivas de investigação e modalidades de leitura dos arquivos.

---

<sup>121</sup> Foram, por exemplo, estabelecidas medidas para a classificação de fundos privados como arquivos históricos em 1938, e para impedir a sua exportação em 1941 (Delmas, M.C., 2007, 197-198).

<sup>122</sup> Trata-se da lei que regula os arquivos em França, Lei n.º 79-18, de 3 janeiro de 1979, bem como o decreto n.º 79-1037, de 3 dezembro do mesmo ano.

<sup>123</sup> Saliente-se o exemplo do programa ARISC (*Archives Issues des Sciences Contemporaines*), levado a cabo no CNRS (*Centre National de Recherche Scientifique*), conduzido pela conservadora dos Arquivos Nacionais de França, Odile Welfélé, e decorrido entre 1993 e 2000, que teve como fim identificar e estudar documentos de arquivo e outros bens patrimoniais relacionados com a ciência contemporânea e a sua história, adotando a preservação de arquivos como parte dos seus objetivos.

Em áreas científicas como a História, a Sociologia, a Antropologia, entre outras, operaram-se alterações epistemológicas que se refletiram na utilização dada aos arquivos. Os investigadores das renovadas ciências humanas e sociais passaram a incorporar, nas suas abordagens, a micro-história e as perspetivas micro-sociológicas, dando relevo ao papel dos indivíduos na construção dos fenómenos sociais. Os arquivos pessoais surgiram, assim, como um novo campo de investigação a ser privilegiado, como é evidenciado na obra de Philippe Artières e Jean-François Laé (2011). Neste contexto, os profissionais dos arquivos e das bibliotecas francesas foram constrangidos a responder às demandas dos investigadores e, ao mesmo tempo, a intervir mais decisivamente na salvaguarda e conservação de arquivos, designadamente os privados, para os quais foram produzidas, a partir de 1979, diversas disposições legais, regulamentares e normativas.<sup>124</sup>

As obras que têm vindo a ser publicadas, por profissionais da área, em torno dos arquivos privados, são contudo reveladoras da permanência de uma preocupação patrimonial, enformada pelo seu potencial uso como fontes históricas, e menos focada na reflexão no âmbito dos fundamentos epistemológicos e científicos da Arquivística. Boa parte dos estudos na área da Arquivística em França aborda aspetos como: o tratamento e organização de fundos documentais; a produção de instrumentos de descrição; as questões legais relacionadas com o acesso ou o estatuto jurídico inerente à incorporação de documentação privada em instituições públicas; as políticas de aquisição, sob o prisma do papel das instituições de memória como locais privilegiados para a custódia e conservação dos arquivos; ou ainda aspetos da sua valorização, comunicação e utilização, enquanto bens patrimoniais e culturais. Os princípios teóricos como o do respeito pelos fundos ou o da ordem original, sob influência de autores como Michel Duchein (1977, 1983), continuam a orientar uma prática profissional, de cunho vincadamente tecnicista e orientada para os utilizadores.

Em 1996, os canadianos Carol Couture e Louise Gagnon-Arguin, a propósito da publicação da obra *La Pratique Archivistique Française*, dirigida por Jean Favier, apontaram a persistência, em França, da consagração profissional à prática técnica do “saber-fazer”, e mesmo alguma resistência a uma aproximação e questionamento teórico da disciplina, apesar da evolução registada, desde a década de 1970, com o enquadramento jurídico dos arquivos e a expansão da rede de repositórios nacionais (Couture; Gagnon-Arguin, 1996, 137).

André Chamson, na abertura do *Manuel d’Archivistique* de 1970, alertou que os arquivistas franceses não podiam ser simplesmente conservadores e curadores, e que deviam ter um

---

<sup>124</sup> Entre as quais se pode destacar o Código do Património, legislado em 2004 e sucessivamente atualizado, ou uma renovada lei sobre os arquivos decretada em 2008. Uma síntese de outras disposições pode ser encontrada na obra *La Pratique Archivistique Française*, dirigida por Jean Favier (2008). Embora esta obra tenha sido publicada originalmente em 1993 pelos Arquivos Nacionais, foi depois reeditada pela Direção dos Arquivos de França, em 2008, com uma atualização da legislação e quadro normativo aplicável.



papel de dinamização dos fundos à sua guarda e inclusivamente impulsionarem a criação de investigação científica sobre estes. Contudo, as suas palavras foram, à época, principalmente de encorajamento. Mais recentemente, outros autores franceses, como Bruno Delmas (2001), têm abordado a mudança gradual de paradigma que se tem operado na Arquivística, questionando os seus fundamentos epistemológicos. Delmas indagou-se sobre a possibilidade de se falar de uma ciência arquivística, destacando a emergência, no pensamento contemporâneo dos profissionais de arquivo, de um apelo a um novo contexto teórico para os seus métodos, com o foco na informação necessária à sociedade. Para o autor, a designada Sociedade da Informação demanda novos usos para os arquivos, sendo necessário aos arquivistas encontrar um equilíbrio entre as tradicionais práticas dirigidas à preservação de documentos e as renovadas formas de os comunicar.<sup>125</sup>

Apesar do apelo a um novo paradigma epistemológico para a Arquivística, no que diz respeito ao estudo dos arquivos pessoais, este tem permanecido ancorado a uma orientação tecnicista e historicista na formação do arquivista-historiador ou do arquivista-paleógrafo, inspirada na tradição da *École de Chartres* onde, desde o século XIX, se têm diplomado diversos conservadores. Deste modo, as obras que abordam os arquivos pessoais da perspectiva da Arquivística, quase sempre enquadrados no conjunto mais vasto dos arquivos de entidades privadas, formam um corpo de metodologias e soluções, essencialmente técnicas, direcionadas para: as diversas etapas do tratamento arquivístico, da aquisição à descrição; de orientação quanto ao seu enquadramento legal; ou de divulgação dos fundos documentais, perspetivando a valorização por via da apropriação pela comunidade de investigadores ou como bens de fruição cultural.

Enquadram-se num conjunto de obras e estudos que se constituem ora como manuais técnicos, ora como guias de divulgação de fundos documentais, entre outras, as de Françoise Hildesheimer (1990)<sup>126</sup> de Thérèse Charmasson *et al.* (1995),<sup>127</sup> de Sonia Gaubert *et al.* (1996),<sup>128</sup> de Christine Nougaret (2003),<sup>129</sup> de Myriam Drouhard *et al.* (2005),<sup>130</sup> de Thérèse

---

<sup>125</sup> Para Delmas (2001), no contexto do uso dos arquivos na viragem para o novo milénio, o conhecimento que se tem sobre eles ultrapassa o mero quadro de uma simples disciplina; os arquivos tornaram-se essenciais para o conhecimento científico e técnico de todas as origens e memórias, e da identidade das pessoas, famílias, grupos sociais, empresas e comunidades. O autor encara a ciência arquivística como uma nova disciplina que se relaciona menos com o passado ou o presente, e mais com o futuro, tendo, simultaneamente um estatuto de interdisciplina (Delmas, 2001, 30).

<sup>126</sup> Uma obra, com carácter de manual essencialmente prático e tecnicista, pensado para o grande público, onde a autora foca diversos aspetos do tratamento de arquivos pessoais, familiares e associativos, dando conselhos quanto à sua conservação, organização e classificação, com propostas de quadros classificativos normalizados para os diversos casos.

<sup>127</sup> Abordando especificamente o caso dos arquivos pessoais de cientistas, os autores desta obra orientam-na para questões da sua conservação e classificação, estando concebida para constituir um género de manual de orientação para a comunidade científica.

<sup>128</sup> Neste caso, a obra, publicada sob os auspícios da Direção dos Arquivos de França, pretende dar a conhecer os arquivos dos arquitetos franceses existentes em diversos repositórios, na sequência de um

Charmasson (2008),<sup>131</sup> de Christine Nougaret e Pascal Even (2008),<sup>132</sup> ou de Alice Gripon e Chloé Moser (2015).<sup>133</sup>

Arquivistas e conservadores franceses têm também abordado os arquivos pessoais e familiares, e os arquivos privados em geral, do ponto de vista da sua classificação e organização, ou sob o prisma do seu estatuto legal, como é o caso de Arianne Ducrot (1992, 1998), ou de Maria-Claude Delmas (2007). Outros autores têm procurado abordá-los na partir do foco na sua importância para o conhecimento histórico e do seu papel para a memória coletiva, de que é exemplo Laurent Vidal (2007).

Estudos sobre arquivos pessoais de personalidades, que se destacaram em áreas profissionais ou sociais específicas, têm surgido ocasionalmente a partir da comunidade arquivística, como é o caso de Brigitte Mazon, arquivista da *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, que analisou o exemplo dos historiadores Lucien Febvre, Robert Mandrou, Pierre Francastel et Philippe Ariès, explorando a relação destes com os seus arquivos (Mazon, 2003), ou de algumas intervenções apresentadas no colóquio internacional, realizado em 2006, organizado pela *Association des Archivistes Français*, que teve como mote os arquivos dos políticos contemporâneos (AAF, 2007).<sup>134</sup> A estes se juntam uma multiplicidade de obras provenientes de diversos domínios de investigação, da História à Literatura, da Sociologia à Antropologia, para os quais os arquivos pessoais têm servido de fértil campo de estudo.<sup>135</sup>

A tomada de consciência da importância dos arquivos como património histórico tem motivado a realização de encontros, colóquios e conferências em França, proporcionando a reunião de arquivistas franceses e internacionais, conservadores de património, historiadores, professores universitários e especialistas de outras áreas, nas quais os arquivos pessoais têm estado pontualmente presentes, no âmbito de debates sobre os arquivos privados em geral. Não pode

---

inquérito nacional levado a cabo para a sua identificação, providenciando um sumário descritivo dos diversos conjuntos documentais.

<sup>129</sup> Um pequeno manual de orientações destinado aos proprietários de arquivos do setor privado.

<sup>130</sup> Um guia também ele dirigido aos proprietários de arquivos privados, tendo em vista a sua sensibilização para a importância da sua preservação enquanto bens de valor patrimonial.

<sup>131</sup> A autora retoma o tema dos arquivos pessoais de cientistas, e providencia, com esta sua obra, um repertório dos principais fundos conservados nos repositórios franceses.

<sup>132</sup> Christine Nougaret e Pascal Even dirigiram a elaboração, pela Direção dos Arquivos de França, de um manual especialmente indicado aos profissionais de arquivos, bibliotecas e museus que possuíam arquivos privados, abordando grande número de indicações práticas e questões jurídicas, relacionadas com a conservação, classificação e difusão. O manual é complementado com modelos de contratos, formulários diversos, e indicações sobre legislação aplicável.

<sup>133</sup> Uma pequena brochura publicada inicialmente em 2008, e posteriormente atualizada e republicada em 2015, direcionada especificamente aos produtores de arquivos pessoais, com observações concetuais e conselhos metodológicos.

<sup>134</sup> Este colóquio internacional reuniu políticos, historiadores e arquivistas que analisaram a classificação utilizada neste tipo de arquivos, a eficácia da sua aquisição, as possibilidades de valorização e difusão, o seu valor para a escrita da História e o seu papel e função ao serviço da comunidade, e ainda aspetos legais e reservas de comunicação impostas quanto à preservação da privacidade.

<sup>135</sup> Uma recolha de alguns autores franceses que em diversas áreas de investigação têm recorrido aos arquivos pessoais como fontes de trabalho faz parte do capítulo 8 da obra de Artières e Laé (2011).

deixar de ser referido o papel desempenhado pela *Association Française pour la Protection des Archives Privées* (AFPAP), fundada em 2000, que tem promovido várias sessões de debate e reflexão.<sup>136</sup> Entre 2006 e 2012, foram realizados numerosos encontros sob o seu patrocínio, permitindo que vários autores apresentassem comunicações sobre temas de interesse para o conhecimento da situação dos arquivos privados em França e noutros países, que a associação fez publicar nos vários volumes dos *Cahiers de l'AFPAP*.<sup>137</sup> Percorrendo as apresentações trazidas para estes encontros, identificam-se algumas das principais linhas da intervenção da Arquivística francesa no domínio dos arquivos privados, bem como da sua utilização como fontes de investigação, em consonância com as tendências acima indicadas.

A preocupação com a preservação e conservação, numa perspetiva patrimonial e de necessidade de salvaguarda da custódia física dos arquivos, com enfoque, designadamente, na implementação de políticas de aquisição por parte de diversos repositórios, e do quadro jurídico aplicável, está patente, por exemplo, em comunicações de Philip Mansel (2009), Christine de Joux (2009), Ségolène de Dainville-Barbiche (2009), Jacques Perot, Gustave Fayet e Roseline Bacou (2010).

A atenção a aspetos do foro técnico e da conservação dos suportes encontra-se em comunicações sobre determinadas tipologias documentais, como as fotografias, de que é exemplificativa a intervenção de Gautier-Desvaux (2010). A apresentação de acervos de alguns repositórios franceses e de aspetos do seu tratamento técnico foi o ponto central de vários intervenientes (Bergasse, 2010; Duvaux, 2010; Caucanas, 2010; Romet, 2012; Hastir-Aristide, 2014).

Do ponto de vista da utilização dos arquivos pelos investigadores, particularmente para a área da História, são paradigmáticas intervenções como as de Véronique de Becdelievre (2010), de Bertrand Goujon (2012), ou de Natalie Petiteau (2014). Casos específicos de arquivos de família ou de indivíduos constituíram também objeto de outras comunicações (Peyronnet-Dryden, 2009; Gallot-le Lorier, 2009; Babelon, 2010; Rougeot, 2010; Romet, 2012; Becdelievre, 2012; Perot, 2012; Jarnieu, 2014).

---

<sup>136</sup> Sobre a fundação, objetivos e atividades da AFPAP, criada sob o desiderato do envolvimento do setor privado na tarefa da proteção do património histórico arquivístico, veja-se a síntese apresentada pelo seu Presidente Jacques Perot (2013).

<sup>137</sup> Os *Cahiers de l'AFPAP* comportam quatro volumes publicados até à presente data, reunindo as comunicações dos seguintes encontros: o vol. I (2009) agrega as comunicações do primeiro e do segundo encontro da associação, realizados em Paris, respetivamente, em 9 de maio de 2006 e 30 de maio de 2007; o vol. II (2010) contém as atas do terceiro encontro, decorrido em 6 de maio de 2008, na Bibliothèque Marmottan (Institut de France), em Boulogne-Billancourt, e de um encontro regional a 6 de setembro do mesmo ano, em Languedoc-Roussillon; o vol. III (2012), reúne os textos dos comunicantes do encontro da AFPAP realizado em 7 de novembro de 2009, no Château du Fayel, em Oise; e do quinto encontro anual decorrido em 2 de dezembro de 2010, no Anfiteatro de Paleontologia do Museu de História Natural, em Paris; finalmente o vol. IV (2014) contém as comunicações do encontro de 2 de abril de 2012, no Supremo Tribunal de Justiça, em Paris.

De exemplos da experiência de outros países, trazidos por outros participantes, sobressai, de forma generalizada, como linha orientadora dos discursos, o enfoque no valor histórico dos arquivos privados – é o caso das intervenções de Léopold d’Arenberg (2010), a propósito do trabalho da Fundação d’Arenberg na Bélgica; de Josep Fernández Trabal (2010), com uma síntese da situação dos arquivos privados na Catalunha; ou de Luís de Azevedo e Sousa,<sup>138</sup> que se debruçou sobre o caso de Portugal.

Igualmente numa uma perspetiva patrimonial sobre os arquivos, destaque-se o colóquio internacional, realizado em 2010, organizado pelo CECOJI (*Centre d’Etudes sur la Coopération Juridique Internationale*) e pelo CNRS, cujas atas foram posteriormente publicadas (Cornu; Fromageau, dir., 2013), onde se pretendeu abordar alguns desafios aportados pelos arquivos privados à prática arquivística. As questões do enquadramento jurídico subjacentes à sua proteção, e o papel do setor público e privado neste domínio, tão cadentes no panorama arquivístico francês, justificam não só o tema geral dado ao encontro – *La préservation des archives privées et l’intérêt public* –, como também as linhas orientadoras das várias comunicações apresentadas: a proteção do património arquivístico privado; a relação entre interesse público dos arquivos e os interesses privados, designadamente no que respeita às políticas de aquisição face às pressões para a comercialização de arquivos; ou o quadro jurídico-legal aplicável. Alguns aspetos relacionados com os arquivos pessoais estão presentes em grande parte dos trabalhos ali apresentados, embora quase sempre diluídos em comunicações que abordam os arquivos privados de uma forma global.<sup>139</sup>

Em Espanha, encontram-se alguns pontos de contacto com a prática arquivística francesa, nomeadamente no que respeita a um enfoque preferencial dado a aspetos tecnicistas e metodológicos do tratamento de arquivos, e a discursos que evidenciam uma preocupação na salvaguarda do património documental. Luis Hernández Olivera (2016) fez recentemente um balanço da evolução da arquivística espanhola, apontando-lhe o facto de nela não se ter ainda produzido uma viragem que permitisse uma decisiva reorientação para a reflexão e

---

<sup>138</sup> Na qualidade de presidente da Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados (APAHP).

<sup>139</sup> Neste colóquio refiram-se as intervenções de Pascal Even que destacou a maior atenção dada nas últimas décadas pela Direção dos Arquivos de França à recolha e preservação de arquivos privados; de Christine de Joux que focou a abordagem aos arquivos privados por parte dos arquivos públicos franceses; de Christine Nougaret, analisando o processo de confisco de arquivos privados na sequência da Revolução Francesa e a criação dos arquivos nacionais; e de Philippe Artières, que apresentou a experiência de associações privadas na recolha de documentos, colocando em evidência o empenho da sociedade civil, designadamente de comunidades de utilizadores e de produtores de arquivos, na tarefa de “construir” arquivos, deles se apropriando não só como objeto cultural, mas também social. Quanto a outros contextos europeus, Ann Hörsel sumariou a situação dos arquivos privados em instituições de países da Escandinávia; Claude de Gerbehaye colocou em destaque o interesse dos poderes públicos belgas pela preservação de arquivos de personalidades políticas e de grandes figuras simbólicas da sociedade; François Jankowiak referiu problemas de preservação de documentação de elementos da hierarquia da cúria romana nos arquivos do Vaticano. Do ponto de vista dos problemas da aquisição face ao quadro legal francês e da preservação do património cultural, refira-se as intervenções de Marie Cornu e de Jean-François Poli. Acerca dos problemas de identificação e de comunicação de documentos relativos à vida íntima e privada debruçaram-se Marie-Françoise Limon-Bonnet e Nathalie Mallet-Poujol.

reconsideração dos fundamentos epistemológicos da sua doutrina e práticas no contexto pós-moderno.

Segundo o autor, em Espanha o debate sobre o estatuto da Arquivística, entre a ciência e técnica, está presentes em alguns autores, mas remanesce incipiente, e continua a registar-se uma forte influência de tradições arquivísticas “territoriais”, em várias comunidades autónomas, como é o caso da catalã, que colocam o foco da intervenção na componente técnica (Hernández Olivera, 2016, 46). Hernández Olivera assinalou, contudo, a existência, nas últimas décadas, de uma substancial evolução na Arquivística espanhola, designadamente no que respeita ao desenvolvimento de novos métodos e na modernização tecnológica. Essa evolução é exemplificada, pelo autor, com o interesse renovado no desenvolvimento normativo e no enquadramento jurídico-legal dos arquivos, com a publicação de legislação sobre o património documental, com o desenvolvimento de instituições de memória e promoção de políticas culturais, e ainda, em algumas comunidades regionais, com a implementação de sistemas de gestão modernos para a administração de arquivos e importantes contributos para a racionalização de práticas, bem como produção de instrumentos de descrição e classificação (Hernández Olivera, 2016, 53).

O autor destacou ainda que as atividades formativas colocadas ao dispor dos arquivistas, especialmente a partir das décadas de 1980-1990, em particular ao nível das universidades, trouxeram um importante impulso ao desenvolvimento da investigação. Também a publicação de manuais e de outros trabalhos, onde se procurou articular teoria e métodos da Arquivística, se tornou constante, destacando-se autores como Alberch i Fugueras, Olga Gallego, Antonia Heredia Herrera, López Gómez e Cruz Mundet. O desenvolvimento da investigação sobre arquivos tem promovido a qualificação científica da Arquivística, apesar de, segundo Olivera, a generalidade dos temas abordados, por exemplo, nas teses de doutoramento da área defendidas em Espanha já em pleno século XXI, dizerem sobretudo respeito a aspetos de carácter prático e técnico, que permanecem no centro dos desafios disciplinares, apesar de se registar uma evolução progressiva para as questões prementes das novas tecnologias e das novas funções dos arquivistas, e um afastamento gradual do primado das áreas humanísticas sobre a disciplina (Hernández Olivera, 2016, 61-68).

A melhoria registada na investigação arquivística e no aparato tecnológico, para o tratamento e difusão de arquivos, é particularmente visível nos domínios da classificação, descrição, valorização e difusão da informação. Todavia, não permitiu ainda ultrapassar totalmente insuficiências ao nível da evolução teórica, subsistindo um paradigma preponderantemente tecnicista, apesar de Hernández Olivera indicar a abertura, cada vez maior, da profissão e dos seus profissionais para se colocarem ao serviço dos cidadãos, visionando um posicionamento da Arquivística mais direcionado para abarcar a diversidade da informação social e menos

centrado na preservação e organização dos arquivos de índole essencialmente administrativa e estatista.

O percurso da investigação sobre arquivos pessoais e familiares em Espanha acompanha este quadro traçado por Hernández Oliveira. Nas décadas de 1980 e 1990 surgiram as primeiras obras em que estes figuravam nas preocupações de arquivistas, muito por via da elaboração de trabalhos orientados para as vertentes técnicas da organização e da classificação, por exemplo, através de manuais ou da promoção de instrumentos de acesso à informação. Tal como sucedeu em França, também a inquietação com necessidade de salvaguarda de arquivos originou um conjunto de textos destacando a importância da sua preservação, numa perspetiva patrimonial, e do seu valor para a memória histórica e cultural.

Além da elaboração de manuais, e da progressiva publicação de estudos relativos a arquivos privados em Espanha, também se promoveram encontros de profissionais de arquivos, bibliotecas e investigadores, onde se discutiram questões relacionadas com a preservação e valorização do património documental de entidades privadas. Foi nesse contexto que os arquivos pessoais foram emergindo como campo de investigação na arquivística espanhola. Inicialmente eram incluídos, quase exclusivamente, em trabalhos que focavam as problemáticas da preservação e valorização de arquivos privados em geral – os arquivos pessoais figuravam ao lado de arquivos de família, de associações privadas, ou de empresas – e, mais recentemente, passaram a constituir um campo específico de análise em alguns estudos arquivísticos.

No que se refere à elaboração de manuais e orientações de descrição arquivística em Espanha, tendo por foco os arquivos privados, destacam-se, como importantes contributos, os trabalhos de Francisco Aguinalde Olaizola (1985, 1991), que apresentou uma proposta de organização e descrição de fundos de família, tendo tido como ponto de partida o exemplo da história da formação do arquivo da Casa de Zavala (em San Sebastian).

No que respeita às questões de organização e classificação devem ainda ser referidos, por continuarem a constituir fontes de orientação para os profissionais, os trabalhos de Olga Gallego Domínguez (1993) que desenvolveu um manual de classificação e organização de arquivos familiares, extensível aos pessoais, e de Antonio Espinosa Ramirez (1995), especificamente sobre a metodologia a adotar na organização de arquivos pessoais.

Alguns dos primeiros estudos sobre arquivos privados surgiram no contexto da atividade de arquivistas oriundos de algumas das comunidades autónomas espanholas. Na Catalunha destaque-se, por exemplo, no final da década de 1980, o trabalho de Adroer e Gifre (1988), que chamaram a atenção para a situação de abandono e negligência dos arquivos privados na região, enumerando problemas e sugerindo linhas de atuação para a sua preservação; para o país basco, refira-se o trabalho de Josu Erkoreka Gervasio (1988), que analisou o regime jurídico de acesso aos arquivos, incluindo a situação dos privados. Aspectos relacionados com o

quadro jurídico-legal estiveram também na mente dos catalães Joan Boadas i Raset *et al.* (1998) que abordaram a problemática da relação entre o património cultural e os direitos de autor, fornecendo modelos de contratos e acordos para doações, depósitos e outras formas de assegurar a gestão de arquivos.

Na divulgação dos acervos de instituições com serviços arquivísticos nas diversas comunidades autónomas e regiões, refiram-se os contributos: de Josep Fernàndez Trabal (1991, 2008, 2009) que tem dado especial relevo ao trabalho desenvolvido nos arquivos privados na Catalunha; de Pere Gifre *et al.* (2002) sobre os arquivos pessoais e familiares no meio rural de Girona; ou de Adrián Belmonte García (2011), que estudou o caso específico da região de Múrcia dando conta de fundos pessoais em instituições públicas e privadas.

Do ponto de vista da valorização de arquivos pessoais, sobretudo para fins de investigação, Caso Neira (1999) abordou o conceito de arquivo científico, a propósito do arquivo do naturalista e geógrafo Marcos Jiménez de la Espada, regressando mais tarde ao tema para enfatizar a importância dos arquivos de cientistas como património cultural (Pérez-Montes Salmerón e Caso Neira, 2003). De igual forma, Jordi Andreu i Daufí *et al.* (2003) defenderam o valor dos documentos pessoais para o estudo da atividade docente.

Quanto a tarefas de descrição e classificação arquivística, e a título exemplificativo, refira-se Maria Enriqueta Frontera Zunzunegui (2010) que apresentou uma proposta de organização de documentos de arquivo do músico e poeta Kurt Schindler, dispersos por instituições americanas e espanholas, ou Maria José Rucio Zamorano (2011) que colocou em saliência os problemas da aplicação de critérios de descrição bibliográfica a arquivos, por forma a torná-los visíveis na Internet, levando ao seu abandono pela *Biblioteca Nacional de España*. Lucía Fernández Granados (2013, 2015, 2016) também se interessou por temas relacionados com os arquivos pessoais, defendendo a necessidade da valorização dos que se encontram em formação, e abordou especificamente a problemática da organização e classificação em arquivos pessoais de cientistas a partir do estudo do fundo de Leonardo Torres Quevedo.

Deve ainda ser salientada a realização, em Espanha, de diversos encontros que reuniram especialistas e interessados no debate em torno dos arquivos privados, a partir de meados da década de 1990. O ano de 1995 foi assinalado pela realização do primeiro simpósio sobre arquivos familiares, com o propósito de fazer uma análise do estado da questão em relação aos mesmos, e onde se esboçou igualmente a situação dos arquivos pessoais. Nesse simpósio evidenciou-se uma negligência generalizada, em toda a Espanha, em relação à conservação e tratamento destes arquivos, e realçou-se a importância da sensibilização da sociedade para a sua riqueza cultural e histórica. Sob o enfoque predominante da importância da preservação do património documental, do simpósio saíram sugestões de intervenção direcionadas a proprietários de arquivos familiares e pessoais, organismos da administração pública, e

sociedade em geral, considerando-se a tarefa da salvaguarda um dever de todos, e necessária uma ampla cooperação dos vários agentes culturais e sociais (Cuñat Ciscar, 1996, 221-225).

Alguns anos depois, em Barcelona, uma jornada de debates sobre os fundos privados conservados em instituições públicas na Catalunha veio também pôr em destaque problemas na sua preservação e salvaguarda, evidenciando lacunas jurídicas e a insensibilidade da sociedade em geral e do Estado. Na jornada catalã focou-se igualmente, entre outras questões: a falta de conhecimento, pelos próprios arquivistas e instituições de memória, acerca dos fundos privados conservados, com consequências para a coordenação de uma ação comum no domínio do património documental; a ausência de orientações para a avaliação técnica do interesse dos arquivos privados; e o atraso no uso das novas tecnologias para dinamizar o acesso, a difusão e a valorização para fins de natureza cultural (Jornada d'Estudi i Debat..., 2000, 359).

Em 2004, realizou-se, em Madrid, um seminário exclusivamente dedicado aos arquivos pessoais (BNE, 2006). Além de apresentações referentes à atuação de instituições de memória específicas, autores como Joana Escobedo vieram salientar o papel dos arquivos pessoais na preservação da memória, enquanto outros se debruçaram sobre o seu tratamento técnico, avaliação e promoção do acesso, como foi o caso de Juan Galliana Chacón, José Luís La Torre Merino, ou Pilar Bravo Lledó.

O crescente interesse pelos arquivos pessoais tem tido continuidade na realização de várias iniciativas. Das *XVI Jornadas de Archivos Universitarios*, organizadas pela *Conferencia de Archiveros de Universidades Españolas* (CAU), em Abril de 2010, resultou a formação de grupo de trabalho específico sobre arquivos pessoais, que encetou a tarefa de elaborar um projeto de acesso aberto à informação sobre os fundos documentais detidos por universidades, concebendo um quadro de classificação comum e estudando a possibilidade de criar um espaço digital agregador de informação e recursos. Nas *XVII Jornadas* da CAU, foram apresentados os resultados desse trabalho, coordenado por Jordi Andreu, que incluiu uma proposta de aplicação de um quadro de classificação comum (Andreu i Daufí, 2012).<sup>140</sup>

Em 2011, a quinta edição das *Jornadas Archivo y Memoria*, sob o patrocínio do *Archivo Histórico Ferroviario de la Fundación de los Ferrocarriles Españoles e do Consejo Superior de Investigaciones Científicas*, foi também especificamente orientada para os arquivos pessoais – o seu tema foi *Extraordinarios y fuera de serie: formación, conservación y gestión de archivos personales*. Ali se abordaram questões metodológicas relacionadas com o tratamento dos

---

<sup>140</sup> Jordi Andreu i Daufí, professor da Universidade de Barcelona, tinha entretanto, em 2010, feito do tema da classificação de arquivos pessoais um dos pontos centrais de um pequeno curso de Verão que ministrou na Universidade de Navarra intitulado *La hoja de ruta de los archivos personales, familiares y de empresa*. As apresentações de apoio ao curso foram disponibilizadas pelo autor na Internet e podem ser consultadas em <URL:<http://dadun.unav.edu/handle/10171/12669> > [consult. 20-05-2017].



arquivos pessoais, e se debateram problemas como a capacidade de salvaguarda deste património documental pelas diferentes instituições responsáveis pela sua conservação. Igualmente em 2011 realizou-se, na Universidade de Barcelona, o colóquio internacional *Los archivos patrimoniales. Situación actual y retos de futuro*, organizado pelos membros do projeto de investigação Arquibanc, visando analisar os potenciais de recuperação, organização e divulgação de arquivos privados na Catalunha, entre os quais os pessoais.

Finalmente, em 2014, o Departamento de Gestão Documental e o Arquivo Municipal do *Ajuntamento de Girona* publicaram uma compilação de contributos de vários autores, com recomendações dirigidas ao público em geral para a preservação de documentos pessoais e familiares. O objetivo foi fornecer um conjunto de indicações essencialmente práticas, focando-se na importância de todos os tipos de documentos, independentemente da natureza da informação transmitida (textual, gráfica, fotográfica, audiovisual), na fragilidade de todos os suportes (desde o pergaminho ao digital), chamando a atenção para o significado, individual e coletivo, da informação (AGI/AMGI, 2014).<sup>141</sup>

Embora esta publicação deva ser considerada como um manual para aconselhamento dos cidadãos, os autores procuraram direcionar os seus artigos em resposta aos desafios das novas tecnologias da informação e da comunicação, considerando que os arquivistas têm o papel fundamental de ir ao encontro das necessidades dos cidadãos, numa perspetiva democrática aberta a toda a sociedade, mais do que a que simples função de custodiar documentos em instituições. Neste sentido, os autores desta obra posicionam as funções do arquivista no contexto da afirmação da profissão num modelo pós-moderno, seguindo recomendações e caminhos apontados por autores como o canadiano Terry Cook ou o americano Richard J. Cox, já anteriormente referenciados.

Noutros países europeus, os arquivos pessoais têm vindo também a despertar atenção entre arquivistas e investigadores de diversas áreas. Refira-se, a título de exemplo, a realização na Bélgica, em 2012, das Jornadas de Arquivos da Universidade Católica de Louvain, sob o tema *Les archives personnelles. Enjeux, acquisition, valorisation*, reunindo responsáveis de instituições de arquivo, arquivistas, professores da área da Ciência da Informação e da Comunicação, historiadores, juristas, conservadores de património, e outros, de diversas nacionalidades, cujas comunicações foram publicadas no ano seguinte (Hiroux; Mirguet, eds.,

---

<sup>141</sup> O volume, com introdução de Joan Boadas i Raset, do arquivo municipal de Girona, teve a colaboração de diversos autores: Anna Gironella e Sebastià Villalón apresentaram recomendações aos cidadãos, para organização dos seus arquivos pessoais, no contexto da transição para o universo digital, e sobre a proteção de documentos mais antigos; Cristina Feixas e David Iglésias, em artigos distintos, providenciaram, respetivamente, conselhos para a digitalização e a organização das fotografias pessoais e familiares; Lluís-Esteve Casellas debruçou-se sobre os e-mails entendidos como as “cartas da modernidade”, e, em conjunto com Maria Reixach, focou-se nos documentos vitais que testemunham a identidade individual e que afirmam direitos perante terceiros; Pau Saavedra abordou os procedimentos técnicos para a preservação de registos fílmicos cujas tecnologias se tornaram entretanto obsoletas; e Sònia Oliveras i Artau debruçou-se especificamente sobre a segurança informática (Cf. AGI/AMGI, 2014).

2013). As políticas de aquisição, os constrangimentos à comunicação de informação respeitante à vida privada, impostos pelos vários quadros jurídicos nacionais e internacionais, o papel dos arquivos pessoais na construção da memória coletiva, e a sua utilização para a investigação, em particular no âmbito do conhecimento histórico, e ainda questões relativas às dimensões da descrição arquivística, da conservação e da valorização do património arquivístico, dominaram os discursos dos participantes deste encontro.<sup>142</sup>

Na Suíça, a Associação dos Arquivistas Suíços e a Biblioteca Suíça da Informação dedicaram o primeiro número da revista *Arbido*, publicado em 2013, aos arquivos privados. Nos artigos de vários especialistas, ali reunidos, reencontram-se temáticas que tocam questões relacionadas com os arquivos pessoais, destacando-se a importância da sua preservação como património relevante para a memória coletiva, e aspetos orientadores das políticas de recolha e de valorização encetadas por várias instituições.<sup>143</sup>

Fora da Europa, refira-se ainda o caso do Brasil, dada a afinidade linguística com Portugal, e pelo facto de os arquivos pessoais constituírem, naquele país, um dos temas que se tem vindo

---

<sup>142</sup> Entre as comunicações apresentadas, destacam-se: as de Diane Baillargeon e Carol Couture, que se debruçaram sobre as políticas e redes de aquisição de arquivos pessoais na província canadiana do Québec; também sobre políticas de aquisição, Christian Hottin apresentou as experiências de algumas instituições francesas, procurando identificar estratégias e valores subjacentes à avaliação e seleção de arquivos pessoais; Dirk Luyten focou a problemática da relação entre a proteção da vida privada e as necessidades da pesquisa histórica; Christine Machiels e Florence Loriaux abordaram igualmente a experiência da recolha e organização de documentos pessoais no contexto da atuação de uma instituição especializada na história e memória operária; Françoise Hiraux considerou os arquivos pessoais à luz dos valores culturais e expletivos históricas e arquivísticas do mundo ocidental; Jean-Daniel Zeller questionou a ideia do arquivo pessoal como reflexo da totalidade da vida dos indivíduos e das suas atividades, a partir dos problemas da utilização das ferramentas informáticas e dos desafios, para a arquivística, do tratamento da informação pessoal digital, no contexto do uso das tecnologias de comunicação providenciadas pela Internet; Jean-Marie Yante analisou a relação entre memórias individuais e memórias coletivas, focando o interesse histórico das primeiras e questões relacionadas com a sua conservação e comunicação em instituições de memória; Paul Servais abordou as relações dos arquivistas com os arquivos pessoais, procurando sumarizar aspetos da evolução histórica que trouxe estes arquivos progressivamente para o campo da prática e da teoria arquivística; autores como Bernard Rémiche ou Dirk Luyten analisaram aspetos jurídicos relacionados com a incorporação e difusão de informação relativa à vida privada; outros comunicantes apresentaram exemplos de valorização de arquivos pessoais, seja a partir de iniciativas levadas a cabo por parte de determinadas instituições de memória, seja a partir da sua utilização para a investigação - é o caso das intervenções de Pierre Bour e Caroline Jullien sobre o arquivo do professor e cientista francês Henri Poincaré; de François Danis sobre o tratamento do arquivo do político belga Paul-Henri Spaak; de François Noirjean sobre o arquivo do professor Auguste Viatte; ou de Vicente Dujardin sobre a utilização de arquivos pessoais para a elaboração de biografias histórias de personalidades.

<sup>143</sup> A revista organizou os contributos em duas secções, uma referente a aspetos de reflexão mais teórica, e outra referente a casos ilustrativos da *praxis* arquivística de diversas instituições. Na primeira destas secções, destacam-se os textos de: Claude Roberto, dos arquivos da província canadiana de Alberta, dando ênfase ao papel da aquisição de arquivos privados em cumprimento do espírito da Declaração Universal sobre os Arquivos, aprovada pela UNESCO em 2011; de Danièle Tosato-Rigo que focou a importância dos arquivos pessoais e familiares para o estudo das práticas sociais e culturais de indivíduos e comunidades, designadamente para os historiadores; de Gregory Nobs sobre a aplicação de uma metodologia inspirada na prática da Sociedade Histórica de Minnesota dos EUA, para aquisição de arquivos privados em várias cidades suíças; de Irene Amstutz que abordou a complementaridade entre as instituições de memória e os possuidores de arquivos privados, de modo a enriquecer as possibilidades de preservação e divulgação a potenciais utilizadores; e de Oliver Waespi que se debruçou sobre aspetos relacionados com os direitos de autor no contexto dos arquivos literários.

a afirmar, e a consolidar na investigação, no domínio da Arquivística.<sup>144</sup> Esta afirmação pode dizer-se ser notória logo a partir da década de 1970, com o surgimento de diversos centros de investigação e documentação que lhes deram particular atenção. Entre estes, destaca-se o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), criado em 1973, no âmbito da Fundação Getúlio Vargas, que teve como finalidade constituir-se como um centro que abrigasse arquivos de homens de destacada atuação na esfera pública durante a chamada *Era Vargas*, e impulsionasse os estudos históricos sobre o passado recente do país.

Desde o seu início, o CPDOC teve como objetivo a recolha, preservação, organização e criação de acesso a documentos de arquivos pessoais, cuja promoção à categoria de fontes históricas esteve associada à influência perpassada ao Brasil de correntes historiográficas ligadas aos *Annales* e sob as tendências da “Nova História”. Os arquivos pessoais, bem como os registos produzidos a partir de entrevistas enquadradas numa perspetiva de impulso da História oral, foram entendidos pelos investigadores do CPDOC como novas fontes de investigação que, pelas suas qualidades e potencialidades, permitiriam que se produzisse uma reflexão histórica nova, um olhar distinto sobre os processos políticos e sociais, e uma reflexão assumidamente interdisciplinar, na qual a História, a Ciência Política, a Antropologia e a Sociologia poderiam, em conjunto, lançar uma nova luz sobre as atividades humanas (Heymann, 2013, 1).

O interesse da equipa do CPDOC pelos arquivos pessoais conduziu à criação de normas de descrição que se lhes aplicassem, sucessivamente melhoradas a partir da prática quotidiana do trabalho de tratamento arquivístico (Gonçalves, 2007, 16-34), que foram depois replicadas noutras entidades, ou lhes serviram de inspiração à organização de fundos documentais.

Outras instituições seguiram de perto o exemplo do CPDOC na aquisição de arquivos privados, como foi o caso da Fundação Casa de Rui Barbosa, que criou, em 1972, o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, que veio a incorporar, em anos subsequentes, diversos arquivos de escritores brasileiros, a que se juntaram outros de personalidades relevantes para a História do Brasil. Também o Arquivo Público do Estado de São Paulo implementou, na década de 1980, o programa “Memorial dos Governantes”, visando reunir arquivos de dirigentes políticos daquele Estado. Encontramos outro exemplo no Centro de Documentação e Memória (CEDEM), da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), criado em finais da mesma década, o qual, embora inicialmente pensado para conservar documentação relacionada com a história da

---

<sup>144</sup> Na obra organizada por Maria Teresa Matos *et al.* (2015), procurou-se reunir um conjunto de contributos de numerosos autores, com vista a traçar um quadro geral do perfil e da evolução do ensino e da investigação arquivística no Brasil. A presença dos arquivos pessoais como campo de trabalho e análise por parte de alguns profissionais é ilustrada, por exemplo, nos artigos de Márcia Trancos e Maria Celina Melo e Silva sobre os arquivos de cientistas, e de Bruno Ferreira Leite e João Marcus Assis a propósito do estudo do arquivo de Adriano Mandarino Hipólito.

Universidade, veio também depois a incorporar vários arquivos pessoais. Pode ainda ser referido o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, que, pese embora a sua criação remontar à década de 1960, assistiu a um crescente ingresso de arquivos pessoais após os anos de 1990 (Troitiño, 2016).<sup>145</sup>

Foi neste contexto que começaram a surgir, no Brasil, estudos relacionadas especificamente com os arquivos pessoais. Ainda na década de 1980, destaca-se um pequeno ensaio, publicado por Aurélio Vianna *et al.* (1986), relativamente precursor à época, pelo facto refletir sobre as lógicas e sentidos que orientavam os indivíduos no processo de acumulação documental, num esforço de aplicação do princípio arquivístico do respeito pela ordem original ao tratamento dos fundos.

Na década seguinte, surgiram diversos trabalhos de investigação académica especificamente elaborados a partir de arquivos pessoais. Foi o caso da dissertação de mestrado de Priscila Fraiz (1994), que analisou o arquivo de Gustavo Capanema a partir da teoria literária, aproximando o arquivo do género autobiográfico. Também Luciana Heymann, investigadora do CPDOC, iniciou a sua investigação no domínio dos arquivos pessoais, partindo da perspetiva da Antropologia Social. Na sua dissertação de mestrado (Heymann, 1997), a autora baseou-se no arquivo de Filinto Müller, a partir do qual desenvolveu um estudo dos processos de formação dos arquivos pessoais. Heymann focou-se nas questões da acumulação no domínio pessoal, chamando a atenção para as múltiplas interferências a que os arquivos estão sujeitos; e abordou problemas do tratamento arquivístico dado pelas instituições, salientando as hierarquias de valorização documental que operam nessas instâncias, em função de opções por temas ou tipologias documentais.

Quer neste seu trabalho, quer em outros que Luciana Heymann foi publicando posteriormente, encontra-se presente a defesa de uma perspetiva em que o arquivo pessoal não constitui necessariamente uma narrativa autobiográfica coerente ou completa, sendo antes o resultado de um processo sociológico onde está também presente uma dimensão “memorial”, em que podem intervir diferentes agentes.

O envolvimento do CPDOC no tratamento de arquivos pessoais levou à organização, em 1997, de um Seminário Internacional sobre o tema, em conjunto com o mencionado Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Nesse seminário reuniram-se investigadores brasileiros e de outros países, da Arquivística e das Ciências Sociais, promovendo uma reflexão sobre os arquivos pessoais a partir de uma perspetiva

---

<sup>145</sup> Outras instituições foram também surgindo, e, entre os anos 1980-1990, também incorporaram diversos arquivos pessoais, como é o caso do Arquivo Edgard Leuenroth, do Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e a Casa de Oswaldo Cruz. Além dos sucessivos manuais para a descrição arquivística promovidos pelo CPDOC, algumas destas instituições têm procurado também implementar e divulgar algumas orientações, sendo destacar o recente Manual de Organização de Arquivos Pessoais produzido pela Casa de Oswaldo Cruz (COC/DAD, 2015).

interdisciplinar, tentando sintetizar ideias e pressupostos metodológicos relacionados com a sua especificidade.

Neste Seminário, foram apresentadas questões relacionadas com: o percurso dos arquivos pessoais, desde a sua génese até à consulta pública; a motivação individual para a acumulação; o problema da constituição de coleções; a escrita autobiográfica; a aplicabilidade dos princípios arquivísticos; as exclusões nos processos de seleção e de difusão de documentação; a utilização dos arquivos pessoais como fontes de pesquisa; as posturas metodológicas exigíveis aos investigadores; as políticas de preservação; e as condições de acesso face ao dever de informação do ponto de vista do interesse público e da proteção da intimidade (Camargo *et al.*, 1998, 1-2). Os resultados do Seminário Internacional vieram a dar origem à publicação, na revista *Estudos Históricos*,<sup>146</sup> de grande parte das comunicações, influenciando investigadores que subsequentemente se vieram a interessar pelo estudo dos arquivos pessoais, tanto no Brasil como em Portugal.<sup>147</sup>

Após este impulso decisivo, assistiu-se no Brasil, ao longo dos anos seguintes, ao advento de sucessivos estudos sobre a temática dos arquivos pessoais.<sup>148</sup> A importância crescente que

---

<sup>146</sup> No Vol. 11, n.º 21, 1998.

<sup>147</sup> Ana Maria Camargo abordou a natureza de documentos que, por resultarem de ações juridicamente irrelevantes, não obedecem a fórmulas rígidas, analisando as características que distinguem os documentos dos arquivos pessoais dos de origem institucional. Ângela de Castro Gomes pôs em causa as alegadas virtudes da espontaneidade e autenticidade dos arquivos pessoais. A experiência da aplicação dos princípios da Arquivística aos arquivos de origem pessoal ou familiar nos Arquivos Nacionais de França, e as políticas de aquisição e divulgação aplicadas, foram objeto de análise por Ariane Ducrot. Sobre os dispositivos legais relativos ao acesso e a dicotomia entre a reserva da privacidade e o interesse público debruçou-se Célia Costa. Numa temática próxima, a portuguesa Maria Madalena Machado Garcia referiu os problemas colocados à disponibilização de documentos pessoais no espaço público, sejam de arquivos de natureza privada, ou os dados pessoais presentes em arquivos de instituições públicas. Ulpiano Bezerra de Meneses debruçou-se sobre o papel dos arquivos pessoais no espaço público e as implicações na investigação, designadamente no campo da História. Por seu turno, Contardo Calligaris analisou especificamente o caso da escrita autobiográfica e o problema da subjetividade dos documentos pessoais. Priscila Fraiz estabeleceu paralelismos entre a Literatura e a Arquivística, e Renato Janine Ribeiro incidiu a sua atenção sobre as formas pelas quais alguns indivíduos realizam a construção de uma memória de si, forjando uma glória para si próprio, através dos seus arquivos. Christophe Prochasson abordou a valorização e banalização das fontes da esfera privada no contexto do desenvolvimento da história cultural e das elites, para o caso francês. Philippe Artières destacou a complexa relação entre o indivíduo e seus documentos, e deteve-se nas injunções sociais que levam as pessoas a manter arquivos das suas vidas. Também o canadiano Terry Cook prestou o seu contributo, ao questionar conceitos e princípios clássicos da Arquivística e problematizar o caráter neutro atribuído ao trabalho do arquivista, defendendo a necessidade de uma postura pós-modernista para a profissão.

<sup>148</sup> Sem exaustividade, são dignos de registo, entre outros, os trabalhos de: André Lopez (2003), que desenvolve as especificidades dos arquivos pessoais e a aplicabilidade dos princípios gerais da Arquivística; Luciana Heymann (2005), sobre os processos de construção da memória histórica e de conversão de arquivos pessoais em património nacional, analisando as condições de produção de legados históricos por meio da criação de instituições de memória; a mesma autora (2007), debruça-se ainda sobre os procedimentos metodológicos adotados na organização do arquivo pessoal de Fernando Henrique Cardoso; Ana Maria Camargo (2009), sobre os postulados que afetam, de modo similar, arquivos de instituições e pessoas, e que conferem, a estes últimos, a qualidade de arquivos; Lúcio Farias e Zeny Duarte (2009), sobre o papel cultural do arquivo pessoal de Eurico Alves Boaventura; Vivian Fujisawa (2009), com uma proposta de organização do arquivo do cartunista Santiago; Arilson dos Santos Gomes (2010), abordando a correspondência como fonte da História dos indivíduos e das organizações

estes arquivos assumiram para a reflexão arquivística tem estimulado o desenvolvimento de várias investigações académicas. Sem pretensão exaustiva, salientam-se, entre outras, as dissertações de: Zeny Duarte dos Santos (1999), com um estudo arquivístico e elaboração de um catálogo informatizado do arquivo pessoal de Godofredo Filho; Martina Gonçalves (2007), sobre as políticas de descrição e organização nos arquivos pessoais do CPDOC; Gleise Cruz (2008), sobre a configuração autobiográfica do arquivo pessoal de António Carlos Jobim; Isabel Oliveira (2009), sobre a indexação nos arquivos pessoais; Ellen Vogas (2011), sobre as estratégias e possibilidades de valorização dos arquivos pessoais como produtos culturais; Karina Santos (2011), sobre a gestão dos arquivos pessoais e as potencialidades da atuação dos arquivistas; Wysterley da Silva (2011), sobre os critérios de seleção de arquivos privados declarados de como sendo de interesse público e social, à luz da legislação sobre o património documental no Brasil e da atuação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ); ou de Lúcia Maria Oliveira (2012), acerca do impacto do desenvolvimento de normas e modelos de descrição arquivística direcionados para o intercâmbio entre arquivos e para a ampliação do acesso, e suas implicações no âmbito específico dos arquivos pessoais.

Os inúmeros contributos para o estudo dos arquivos pessoais no Brasil refletem, neste país, uma dinâmica intensa no quadro da reflexão teórica e metodológica, abrangendo distintas aproximações, desde os aspetos mais técnicos, relacionados com as tarefas de organização e descrição, passando por abordagens mais teóricas, no âmbito do estudo dos processos de construção dos arquivos e do valor da informação pessoal, por reflexões sobre a sua importância para a memória social, além das abordagens mais clássicas do ponto de vista da sua utilização como fontes de conhecimento em contextos multidisciplinares, incluindo da perspectiva da História. Nessa dinâmica confluem posicionamentos diversificados, uns mais conservadores, sob influência de um paradigma tecnicista, e outros que se inserem num contexto pós-moderno na procura da afirmação de um campo científico para a Arquivística,

---

dos negros de Porto Alegre; José Francisco Campos (2011, 2013), sobre a organização e preservação de arquivos pessoais e a formulação de políticas específicas para a difusão em repositórios das informações de que dispõem; Natália Tognoli e Thiago Barros (2011) sobre as características dos arquivos pessoais e as diferenças entre arquivos públicos e privados; Carlos Alberto Diniz (2012), numa reflexão sobre o trabalho do historiador a partir de arquivos pessoais; Lucia Maria Oliveira (2012), sobre os princípios da organização dos arquivos pessoais para propiciar a recuperação da informação, face a normas e modelos de padronização da descrição arquivística (veja-se também a recensão crítica a este trabalho realizada por Juliana Fachin (2013)); Isabel Travancas *et al.* (2013) coordenam uma obra que reúne vários artigos apresentados em seminário realizado na Fundação Casa de Rui Barbosa, em 2010, para o qual foram convocados outros especialistas internacionais como Sue Mckemmish, Philippe Artières e Felipe Brandi, que apresentaram diversas reflexões multidisciplinares e experiências de investigação em arquivos pessoais; João Paulo Silveira (2013), sobre o arquivo visto como memória social, a partir de um estudo de caso; Maria Celina Silva (2013), sobre o levantamento tipológico de documentos em arquivos pessoais de cientistas; Tati Lourenço da Costa (2013), sobre a dimensão biográfica do arquivo fotográfico de Armínio Kaiser; Thais Jeronimo Svicero (2013), sobre a importância dos arquivos pessoais como património cultural e como objeto de investigação em diversas áreas do conhecimento; e Sonia Troitiño e Gabrieli Aparecida da Fonseca (2016), refletindo a aplicabilidade da identificação documental em arquivos pessoais.

com linhas teóricas que centram o seu objeto de estudo na informação e na sua importância para a sociedade, a que não é estranha a própria evolução da oferta formativa ao nível universitário neste domínio, com um investimento substancial na área da Ciência da Informação.<sup>149</sup>

## **2.2. Percursos e perspetivas de investigação em Portugal**

Em Portugal tem-se assistido, nas últimas décadas, a um crescente interesse pelo estudo dos arquivos pessoais à semelhança do movimento internacional registado nesta área, de que são exemplos alguns dos países anteriormente mencionados. Os arquivos pessoais foram suscitando interesse de forma gradual, inicialmente acompanhando o desenvolvimento de investigações multidisciplinares sobre os fenómenos sociais recorrendo aos arquivos em geral, aportadas pela História e por outras disciplinas das Ciências Sociais e Humanas, da Linguística à Sociologia, e um movimento generalizado de valorização do património cultural, assistindo-se também ao esboço de algumas medidas legislativas neste âmbito. Sob esta influência, registou-se, principalmente a partir dos anos de 1980-1990, um investimento na salvaguarda de arquivos privados, através da sua incorporação em instituições públicas, e, por outro lado, desenvolveu-se e reforçou-se uma componente técnica da Arquivística, centrada na disponibilização da informação por meio da produção de diversificados instrumentos de descrição.

Os arquivos pessoais têm paulatinamente se configurado como objeto de estudo específico, quer por via da dinamização do debate promovido pela multiplicação de encontros, seminários e colóquios onde os arquivos familiares e pessoais assumiram lugar de destaque, quer sobretudo por via do investimento, que se tem vindo a registar, a nível do ensino superior, numa formação de cariz mais científico, na área emergente da Ciência da Informação.

Um dos primeiros impulsos para a chamada de atenção para o valor cultural e social dos arquivos pessoais, e para a importância da sua preservação, pode ser exemplificado com a ação desenvolvida pela Biblioteca Nacional, onde, nos inícios da década de 1980, sob a direção de João Palma Ferreira, se criou a então designada “Área de Espólios”, um projeto inovador, à época, com vista a promover a salvaguarda e investigação de documentos sobre a história portuguesa contemporânea. Ali se acomodaram um conjunto de fundos documentais de figuras da cultura nacional, que o Estado português tinha vindo a adquirir a partir de meados dos anos de 1970, e de outros que progressivamente foram recolhendo à Biblioteca Nacional,

---

<sup>149</sup> Um panorama geral sobre a evolução do ensino universitário em Arquivística no Brasil, e as influências teóricas em que se tem sustentado, é fornecido por Gabrielle Tanus e Carlos Araújo (2015).

por via de doação ou depósito. A esta coube também zelar, a partir de 1981, pelo arquivo do antigo governante português do período do Estado Novo, António de Oliveira Salazar, ali se procedendo à sua organização e descrição até à sua transferência, em 1992, para o então inaugurado edifício onde se instalou a Torre do Tombo.

O tratamento de arquivos pessoais, com uma incidência primordial nos de escritores e figuras da cultura portuguesa contemporânea, decorrido ao longo da década de 1980, na referida “Área de Espólios”, acompanhado de ações de catalogação e de divulgação através de exposições e outras iniciativas editoriais que então decorreram,<sup>150</sup> motivou os investigadores que ali trabalhavam a propor abordagens teóricas e orientações metodológicas, no que designaram como uma área específica nos arquivos, a “Arquivística Literária”, que teve como um dos seus principais teóricos António Braz de Oliveira, membro da equipa então formada na BNP.

Braz de Oliveira apresentou a Arquivística Literária, em 1992, como “uma arte «híbrida» que procura descobrir a génese e a textura literárias de uma ou mais obras através dos despojos do seu Autor, no quadro do percurso biográfico próprio, socorrendo-se ora de técnicas arquivísticas, ora de técnicas biblioteconómicas, conforme se trate de reconhecer o todo ou cada uma das suas partes” (Oliveira, A. B., 1992, 109), procurando articular alguns conceitos e princípios que orientavam o trabalho de análise e organização.

Inspirando-se nos princípios de ordenação e inventariação como os do Arquivo da Literatura Alemã e da Associação Alemã para a Investigação, e favorecendo a interdisciplinaridade com a Filologia e, em particular, com a crítica genética,<sup>151</sup> a arquivística batizada de “literária” orientou o seu enfoque para o estudo do processo de génese textual, priorizando a relação dos autores com os seus textos, e os estádios de construção dos vários tipos de obras. Assim, deu primazia ao “princípio da autoria” como “princípio estruturante fundamental” (Oliveira, A. B., 1992, 109).

Outros princípios presentes na tradição arquivística, como o do respeito pelos fundos ou da ordem original, aparentam ter sido considerados menos adequados, na linha então delineada, possivelmente pelas dificuldades em: por um lado, conciliar o conceito arquivístico de fundo com os designados “despojos” dos vários autores que foram sendo incorporados no acervo da BNP, os quais oscilavam, segundo Braz de Oliveira, entre as três realidades do “arquivo completo, tal como ficou pela morte do autor; a de parte ou fração desses espólio, que pode ou não completar-se [...]; a de coleção recolhida por terceiro(s) [...]”, todos eles “desfocado[s]

---

<sup>150</sup> Uma síntese dos trabalhos desenvolvidos na Biblioteca Nacional neste período pode ser encontrada no texto de António Braz de Oliveira, “A «escrita» do ACPC, recortes de memória recente”, na obra *As mãos da escrita: 25.º aniversário do Arquivo de Cultura Contemporânea* (BNP, 2007), também disponível em versão digital em <URL: <http://purl.pt/13858/1/index.html>> [consult. 20-01-2017].

<sup>151</sup> Veja-se o que, a este propósito, é mencionado no artigo de Braz de Oliveira mencionado na nota anterior em BNP (2007).



pelas vicissitudes do tempo e lugar onde permaneceu até chegar às nossas mãos”; e por outro lado, face à “proverbial desordem dos papéis do escritor”, que levam aquele autor a afirmar que “em 90 por cento dos casos, o espólio/arquivo que temos de inventariar não está completo e não apresenta qualquer ordem reconhecível ou respeitável” (Oliveira, A. B., 1992, 109).

Braz de Oliveira reconheceu a importância de se identificarem os percursos da “vida do escritor vazada em letras”, de considerar o “percurso genético das obras” e a “sedimentação biográfica” na organização dos arquivos (Oliveira, A. B., 1992, 111), e referiu-se designadamente ao princípio da proveniência como correlativo à “organicidade”, afirmando ainda que o que chegou ao arquivista de determinado autor tem “uma proveniência determinada que não cabe iludir” (Oliveira, A. B., 1992, 108, 110). Porém, no campo específico da metodologia para a inventariação, e na atribuição do lugar dos documentos em relação com o todo da unidade do arquivo em que se inserem, a proposta da arquivística literária concretiza-se por meio da aplicação de um quadro de classificação comum. Na estrutura deste quadro é determinante a importância colocada no autor e nos seus escritos, seguindo uma organização de acordo com o género literário, e relegando, por exemplo, para uma ambígua série designada de “documentos anexos” o vasto leque de documentação que não é considerada texto “literário”, entre a qual aquela que ilustra outras facetas do percurso biográfico, incluindo documentos familiares e profissionais.<sup>152</sup>

Embora não isenta de críticas teórico-metodológicas por parte de outros autores, a arquivística literária fez o seu percurso em Portugal, contribuindo para impulsionar estudos e reflexões sobre os arquivos dos escritores, e influenciou outros investigadores que nela se têm filiado, em maior ou menor grau. O trabalho levado a cabo na Biblioteca Nacional imprimiu também um dinamismo à publicação de instrumentos de descrição e de obras na área da edição de textos e fontes. Espelhando essa dinâmica, a “Área de Espólios” deu origem, em 1992, ao “Arquivo de Literatura Portuguesa Contemporânea”, ao qual sucedeu, em 1997, o “Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea” (ACPC), numa mudança de designação com vista a lhe ser reconhecida e conferida uma natureza mais ampla e consentânea com a diversidade de arquivos que continuaram a dar entrada, a ritmo constante, na BNP.

Dando largas ao interesse suscitado pelos arquivos de escritores, coube-lhe ainda promover a realização, em junho de 1999, do I Encontro Internacional de Arquivística Literária e Crítica Textual, com as comunicações proferidas pelos participantes de vários países a serem

---

<sup>152</sup> O modelo de classificação adotado no ACPC para organizar a documentação dos diversos arquivos, estrutura a distribuição dos documentos nos inventários em seis séries: manuscritos do autor, correspondência do autor, documentos anexos do autor, manuscritos de terceiros, correspondência de terceiros e documentos anexos de terceiros. Este modelo inspirou outras instituições, que o replicaram, com maiores ou menores adaptações, na classificação de outros arquivos, como é o caso do Museu do Neo-Realismo.

publicadas na revista *Leituras* da Biblioteca Nacional.<sup>153</sup> Ali se debateram questões relacionadas com o processo de criação literária, se explanaram dilemas de ordem ética, se discutiram problemas metodológicos e do âmbito terminológico, e abordaram perspetivas de valorização, designadamente a partir da publicação de edições críticas de textos. Neste encontro foram também divulgados, em primeira mão, os resultados de um inquérito nacional, conduzido pela BNP, que visou identificar arquivos da área da literatura à guarda de outras entidades detentoras (BNP, 1999, 2000).

Em 2007, a Biblioteca Nacional assinalou os 25 anos da história do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, com uma exposição acompanhada da publicação de uma obra sob organização de Luiz Fagundes Duarte e Braz de Oliveira, sistematizando o trabalho ali desenvolvido, onde se evidencia a continuidade de uma linha de pensamento que advoga uma especialização da Arquivística derivada das especificidades dos arquivos pessoais que tocam a área da Literatura (BNP, 2007).

Encontramos outros exemplos da aplicação da abordagem da Arquivística Literária, no trabalho de Hélder Godinho e Ana Isabel Turíbio (2007) a propósito da sua análise do arquivo do escritor Vergílio Ferreira (1916-1996),<sup>154</sup> bem como na dissertação de mestrado de António Ramalho (2011), apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no âmbito do Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, que incidiu na gestão de arquivos literários, a partir dos exemplos concretos das práticas do ACPC e do Museu do Neo-Realismo (Município de Vila Franca de Xira). Ramalho optou por proceder a uma análise que incidiu sobre o valor social e patrimonial dos arquivos de âmbito “literário”, à guarda das duas instituições, abordando também aspetos relacionados com a adequada conservação e a organização dos locais destinados à guarda e consulta, e questões inerentes aos processos de aquisição. Os designados “espólios” literários são, para este autor, como o foram para Braz de Oliveira, o fulcro da “Arquivística literária”, que tem por objeto o manuscrito literário, visto como um “tesouro”, cujo valor não é aferido apenas pelo seu carácter inédito, mas como testemunho do percurso da atividade criativa (Ramalho, 2011, 15).<sup>155</sup>

---

<sup>153</sup> As comunicações foram publicadas no n.º 5 (série 3) da revista *Leituras*, de outubro de 1999-abril 2000.

<sup>154</sup> Além de apontarem as vicissitudes da história do arquivo, dividido entre a Biblioteca Municipal de Gouveia (biblioteca pessoal) e a Biblioteca Nacional de Portugal (manuscritos), os autores analisaram problemas da compreensão da genética da produção literária do autor subjacentes à sua inventariação, com o fim de justificar opções inerentes à edição de alguns inéditos de Vergílio Ferreira (Godinho; Turíbio, 2007).

<sup>155</sup> O autor não aborda a questão da organização e classificação dos arquivos. Refira-se, todavia, que se ambas partilham de uma orientação geral cujo enfoque são os textos literários e o seu autor, a estrutura dos quadros de classificação em uso não é inteiramente coincidente entre si. Em nota acima mencionou-se a estrutura geral das séries que orienta os quadros de classificação utilizados no ACPC. No decurso da investigação ora realizada, tivemos oportunidade de verificar o modelo em uso no Museu do Neo-Realismo. Sofrendo embora adaptações de arquivo para arquivo, o quadro de classificação está organizado em catorze classes, das quais as primeiras quatro dizem respeito aos textos de tipo literário

Além da Biblioteca Nacional e da abordagem específica da arquivística sob influência dos estudos da área literária, ao longo da década de 1990, outros investigadores e instituições portuguesas começaram a prestar maior atenção à salvaguarda de arquivos privados, designadamente de familiares e pessoais, e aos aspetos relacionados com o tratamento técnico. Não pode deixar de ser referido o contributo inicial dado por Pedro Abreu Peixoto para uma reflexão em torno das problemáticas da representação da informação, através de uma proposta de organização e descrição de arquivos de família, no âmbito de um trabalho desenvolvido no antigo Instituto Português de Arquivos (Peixoto, 1991).<sup>156</sup>

O autor colocou em destaque a importância da produção de instrumentos de descrição que possibilitassem o acesso aos arquivos, como um dos elementos fundamentais para a sua valorização. Especificamente preocupado com os arquivos de família, Pedro Abreu Peixoto propôs um modelo de quadro de classificação comum, tomando como base de exemplo a documentação das famílias de Antigo Regime.

No âmbito do seu estudo, o autor sugeriu também a progressiva substituição destes arquivos, no período contemporâneo, pelos arquivos pessoais, afirmando que “ao entrarmos no séc. XX e mesmo em grande parte do séc. XIX, os arquivos de família vão rareando cada vez em detrimento do cada vez maior número de arquivos pessoais”, por razões que estão “por um lado numa nova forma de encarar a família e por outro nas novas relações económicas em que os elementos de uma família se vão separando do conjunto no que respeita às atividades pessoais” (Peixoto, 1991, 20). Ainda que não tenha proposto qualquer quadro de classificação específico para os arquivos pessoais, a fórmula sugerida para os familiares supõe a sua possível transposição para aqueles, aplicando-se à documentação própria de cada indivíduo um critério de tipo funcional, tendo por base áreas de interesse e atuação.<sup>157</sup>

As propostas de Peixoto foram depois adaptadas numa outra publicação, por este subscrita em conjunto com Manuel Gonçalves e Paulo Mesquita Guimarães, que se configura como um

---

produzidos pelo autor: 1. Poesia; 2. Ficção Narrativa; 3. Teatro, Cinema, Rádio e Televisão; 4. Ensaio; 5. História pessoal do autor (onde se incluem autobiografias, entrevistas, currículos, e textos memorialísticos); 6. Correspondência; 7. Vária (integrando-se, sob esta designação generalista, a documentação relacionada com outras atividades do autor que não a literária, bem como toda a sorte de documentos de identificação pessoal, desde bilhetes de identidade a diplomas e certificados); 8. Fotografias; 9. Impressos; 10. Documentos de outros (agrupando todos os documentos de terceiros que no quadro de classificação do ACPC se organiza em três séries distintas); 11. Artes plásticas, decorativas e outras (uma classe que deriva da própria função museológica da instituição e do facto de esta incorporar vários arquivos de escritores que também tiveram numerosa produção artística); 12. Objetos; 13. Monografias e publicações periódicas; 14. Documentos *pós-mortem*.

<sup>156</sup> O Instituto Português de Arquivos foi uma instituição criada em 1988, com o objetivo de estabelecer um sistema nacional de arquivos e coordenar uma política integrada para o setor arquivístico português

<sup>157</sup> No que respeita aos indivíduos membros de cada família, o autor propôs a classificação da documentação de cada uma numa secção individual, dividida em três subsecções: documentos pessoais, de função pública e de função privada. Na primeira incluiu documentos de identificação, certidões académicas e militares, memórias, diários, livros de notas pessoais; a segunda considerou os documentos produzidos no desempenho de cargos públicos; e a terceira os relativos a atividades privadas (Peixoto, 1991, 22).

manual de orientação para a organização e descrição de arquivos de família. Nesta obra, os autores esforçaram-se por tentar definir o conceito de arquivo de família, procurando uma distinção face aos arquivos pessoais. Reconheceram, porém, dificuldades, pleiteando ser necessária uma reflexão teórica mais aprofundada (Gonçalves; Guimarães; Peixoto, 1996, 9), pelo que o pendor da proposta dos autores se orientou, assim, essencialmente, para o âmbito técnico do tratamento arquivístico.

Uma abordagem essencialmente tecnicista, focada nas tarefas da descrição e da elaboração de instrumentos que providenciassem o acesso à informação, estava então na ordem do dia dos profissionais dos arquivos e bibliotecas portuguesas que trabalhavam com arquivos familiares e pessoais, tendo justificado a criação, em 1994, de um grupo de trabalho específico pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD). O seu objetivo inicial foi, efetivamente, o de intervir neste sentido, junto das entidades detentoras de arquivos. Porém, poucos anos depois, reconhecendo as dificuldades na prossecução de uma atuação diretamente neste campo, Pedro Abreu Peixoto, que esteve também na coordenação do referido grupo de trabalho, sugeriu que as associações profissionais como a BAD deviam reorientar a sua intervenção, no campo dos arquivos familiares e pessoais, para a discussão de temáticas comuns, entre as quais os problemas da legislação tendentes à sua salvaguarda e acesso, a aplicação dos princípios arquivísticos e a normalização descritiva, bem como preferirem uma atuação no domínio do aconselhamento técnico, no acompanhamento da evolução da situação dos arquivos privados no país e no lançamento de bases para uma política nacional reguladora (Peixoto, 1999, 92-93).

Sinal da atenção redobrada que estes arquivos passaram a ter, ao longo da década de 1990, no seio da profissão, foi também a realização, em 1997, em Vila Real, do “Seminário sobre Arquivos de Família e Pessoais”, organizado pelo referido grupo de trabalho criado pela BAD. Foi precisamente neste seminário que Armando Malheiro da Silva apresentou um dos seus primeiros contributos para a reflexão teórica dos arquivos pessoais no âmbito de uma nova visão para Arquivística, ao tecer argumentos em prol de uma abordagem de âmbito científico, sustentada em novas bases teórico-metodológicas, distintas dos pressupostos essencialmente tecnicistas até então predominantes.<sup>158</sup> Com críticas à orientação e aparato conceptual da designada “arquivística literária”, e fazendo também reparos ao enfoque excessivamente tecnicista, contido nas propostas de Pedro Abreu Peixoto e seus colegas, para a ordenação e classificação dos arquivos de família, Malheiro da Silva ofereceu, naquele Seminário, novas perspetivas para a construção de uma base teórica para análise e compreensão geral dos

---

<sup>158</sup> As comunicações apresentadas a este Seminário seriam publicadas apenas em 2000, tendo então o artigo de Armando Malheiro da Silva (2000a) sido atualizado para incorporar uma síntese dos enunciados teóricos que vinha elaborando, em conjunto com uma equipa de outros investigadores, no sentido de integrar a Arquivística no novo campo científico em construção da Ciência da Informação (Silva; Ribeiro; Ramos; Real, 1999).

arquivos familiares e pessoais, através de um esforço de reformulação do quadro conceptual e metodológico da Arquivística (Silva, A. M., 2000a).

Malheiro da Silva integra um grupo de outros autores, direta ou indiretamente ligados à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que contribuíram para que se desenrolasse, em Portugal, a partir de finais da década de 1990 e nos primeiros anos do novo milénio, uma nova forma de encarar a Arquivística, concebida como uma das disciplinas de aplicação do quadro epistemológico da Ciência da Informação.<sup>159</sup> Entre os seus principais teóricos encontram-se, além Armando Malheiro da Silva (2000a, 2004, 2006, 2009, 2013), autores como Fernanda Ribeiro (1998, 2002, 2004, 2005), sendo de realçar o esforço com que procuraram estabelecer as bases de fundamentação do novo olhar sobre a Arquivística, que pretenderam dotar de cientificidade.<sup>160</sup>

Para estes autores existem dois modos opostos de abordagem da Arquivística: um, o tradicional, a que chamam de “custodial”, incidindo numa área do saber considerada essencialmente empírica, patrimonialista, historicista e meramente técnica, em que o objeto são os documentos na sua dimensão estática;<sup>161</sup> e outro, considerado “científico” (Ribeiro, F., 1998, vol. I, 48, 50-5), definido através de um paradigma que se assume como “pós-custodial”, em que se recorre ao conceito de Informação, considerado dinâmico, no qual o documento é apenas o suporte comunicacional. O objeto de análise é, para estes teóricos, a informação social entendida como “conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer

---

<sup>159</sup> Veja-se especialmente Silva *et al.* (1999) e Silva e Ribeiro (2002).

<sup>160</sup> Fernanda Ribeiro, apesar dos seus contributos para a formulação dos pressupostos científicos da Ciência da Informação, apenas se debruçou de forma genérica sobre os arquivos pessoais, na sua dissertação de doutoramento, apontando a larga influência de um paradigma historicista, que conduziu, em sua perspetiva, à a integração destes arquivos em instituições especializadas, sob o argumento da salvaguarda da sua memória. Teria sido também assim que surgiram reuniões de conjuntos especialmente concebidos em função de determinados suportes, ou albergando coleções sem estrutura orgânico-funcional e documentação avulsa reunida sob o desígnio de determinada temática. Para a autora, estes casos enfermavam do facto de não constituírem a totalidade dos arquivos, mas apenas uma parte do sistema de informação que assim se desarticulava do seu contexto de produção (Ribeiro, F., 1998, vol. I, 674). A autora não abordou detalhadamente os exemplos de instituições “especializadas” no tratamento de arquivos pessoais na sua dissertação doutoral, tendo a ausência de informações, e a escassa produção de estudos, constituído fatores limitativos para o traçar de um panorama da situação dos arquivos pessoais à época.

<sup>161</sup> Para estes autores o paradigma histórico-tecnicista tem as suas raízes no desenvolvimento que a Arquivística conheceu a partir do século XIX, e o seu modelo assenta, entre outros pilares, em arquivos ditos “históricos”, essencialmente de carácter patrimonial, com o intuito essencial de servirem como fontes para a historiografia. Em termos teóricos, a sua fundamentação centra-se no conceito de fundo (também considerado sinónimo de arquivo), em princípios como o do respeito pelos fundos e pela ordem original, e em teorias essencialmente operatórias e práticas como a das “três idades”. Assenta ainda numa componente técnica excessivamente valorizada e foca-se no documento como objeto material, com forte carga patrimonialista. Tudo características que imprimiam a este paradigma diversas fragilidades, que o tornavam desajustado ao conhecimento científico, sobrevalorizando o interesse patrimonial e a técnica, e sendo construído em torno de princípios teóricos sem possibilidade de comprovação científica (Ribeiro, F., 2002, 100-103).

suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e/ou comunicadas em tempos e em espaços diferentes” (Ribeiro, F., 2002, 105-106).

Invocando a necessidade de um novo “paradigma científico-informacional” em que o objeto é a informação, enquanto fenómeno humano e social, e não o documento,<sup>162</sup> foi desenvolvida uma teorização com recurso à Teoria Geral dos Sistemas, sustentada em novos princípios,<sup>163</sup> e aplicando um método de investigação adaptado das ciências sociais.<sup>164</sup>

A Arquivística é, deste modo, encarada como uma disciplina científica de “informação social”, que estuda os arquivos (enquanto sistemas de informação), na sua estruturação interna, com a sua dinâmica peculiar, e na sua relação com outros sistemas de informação. Nesta aceção, o arquivo forma um sistema global, modelado pela sua estrutura orgânica e pelo uso ou serviço que presta, associando-se-lhe o fator memória, devido ao elemento probatório que constitui (Ribeiro, F., 1998, vol. I, 49; Silva, A. M. *et al.*, 1999, 214; Silva, A. M., 2004, 60). O sistema arquivístico constitui uma realidade dinâmica, que se inicia logo na fase de produção e se prolonga durante toda a vida dos documentos, independentemente do suporte.

Esta nova conceção pretende também constituir uma visão mais integradora dos arquivos, no sentido de ultrapassar as divisões consideradas artificiais entre os documentos de uso corrente e os considerados de valor histórico ou cultural, bem como aquelas provocadas pela existência de arquivos administrativos, centros de documentação, arquivos históricos e outros (Ribeiro, F., 1998, vol. I, 39).

Seguindo estas linhas de pensamento, Malheiro da Silva, quer no artigo que derivou da sua comunicação apresentada ao Seminário sobre Arquivos de Família e Pessoais de 1997 (Silva,

---

<sup>162</sup> Milena Carvalho, por exemplo (2014, 180), sustentou ser necessária uma mudança de paradigma em que os arquivos sejam considerados como sistemas de informação, orientados para os utilizadores, mais preocupados com as necessidades e usos da informação e menos com a reflexão em torno da melhoria de métodos e instrumentos de descrição arquivística.

<sup>163</sup> São quatro os princípios da teorização arquivística proposta pelos teóricos portugueses ligados à Universidade do Porto: ação estruturante – o arquivo resulta de ato fundador, que molda a estrutura organizacional e a sua especificidade funcional, em evolução dinâmica; integração dinâmica – o arquivo é permeável à dinâmica do universo sistémico que o envolve; grandeza relativa – o arquivo desenvolve-se como estrutura orgânica simples e fechada ou como estrutura complexa, tendencialmente aberta, podendo atingir complexidade suscetível de desenvolver subsistemas; e pertinência – o sistema disponibiliza informação a ser recuperada segundo a pertinência da estrutura organizacional ou da envolvência sistémica (Silva, A. M., 2000, 56).

<sup>164</sup> Trata-se do método quadripolar, proposto para as ciências sociais pelos sociólogos Paul de Bruyne, J. Herman e M. de Schoutheete (Ribeiro, 2002, 108), e que Malheiro da Silva apresentou também no Seminário sobre Arquivos Familiares e pessoais, de 1997 (Silva, A. M., 2000, 56-58). No âmbito deste método, concebem-se a práticas técnicas e o desenho teórico da investigação na interação, de modo dinâmico, em quatro polos: o epistemológico (compreendendo a construção do objeto científico, a delimitação dos limites da problemática da investigação, os parâmetros discursivos, os paradigmas e critérios de cientificidade); o teórico (com a postulação de leis, formulação de hipóteses, teorias e conceitos operatórios, confirmação ou informação do contexto); o técnico (correspondendo a operações de observação e avaliação, tendo em vista a confirmação ou refutação das leis postuladas, das teorias elaboradas e dos conceitos operatórios formulados); e o morfológico (relativo à formalização dos resultados da investigação, representação do objeto e e exposição do processo de pesquisa e análise).

A. M., 2000a), quer num outro, posteriormente publicado, em que desenvolveu as suas propostas de aplicação do que designa por “modelo sistémico e interativo” (Silva, A. M., 2004), propôs a adoção do conceito operativo de sistema pela Arquivística, propugnando uma análise dos arquivos a partir da compreensão das manifestações do fenómeno da Informação, sustentando, designadamente, que o conceito de fundo deveria ser substituído pela noção de “Sistema de Informação”.

O autor concebeu os arquivos pessoais especificamente enquanto “Sistemas de Informação Pessoal” (SIPs) e, com o propósito de imprimir uma “rigorosa organicidade” aos SIPs, Malheiro da Silva desenvolveu o modelo, acompanhando-o de uma proposta de classificação para os arquivos pessoais por via da aplicação de um vetor “orgânico-funcional”, baseado nos pressupostos desenvolvidos por Jean Piaget (1978), no que diz respeito às etapas evolutivas da vida dos indivíduos, por meio do qual a documentação é organizada de acordo com as fases da evolução vital (biopsíquica) dos criadores, em articulação com as diversas atividades e funções por eles assumidos (Silva, A. M., 2004, 78).

Nos últimos anos, Malheiro da Silva tem-se desdobrado em artigos e iniciativas no sentido de promover o modelo sistémico, sustentando que a sua utilização pode superar as dificuldades de análise da informação ao nível dos arquivos, bibliotecas e museus (Silva, A. M., 2006, 2007, 2008a, 2008b, 2009, 2013, 2015). Apesar de o conceito de Sistema de Informação Pessoal, formulado a partir do seu contributo, não ter paralelo nas discussões teóricas internacionais no domínio da Arquivística aplicada aos arquivos pessoais, e, mesmo que a sua aceitação em Portugal não tenha logrado contrariar a permanência de outras práticas de abordagem, nomeadamente no que se refere a propostas de organização e classificação da documentação em fases de vida dos indivíduos, o autor teve o mérito de chamar a atenção para a importância de se desviar a atenção do documento, e das designações aplicadas às agregações de documentos (fundos, coleções ou outras), para o valor fundamental da informação presente nos arquivos.

No seguimento do desenvolvimento das teorias sobre a Ciência da Informação, começaram a ser produzidos, em Portugal, numerosos trabalhos académicos e artigos visando a aplicação do modelo sistémico aos arquivos, permitindo que pudesse ser dado um salto qualitativo, especialmente no que respeita à produção de investigação em contexto académico. No âmbito dos arquivos familiares e pessoais, alguns investigadores procuraram pôr em prática as novas propostas, embora se tenham multiplicado também, a partir de finais da década de 1990 outros estudos que adotaram abordagens mais tecnicistas, ou com enfoques distintos dos formulados por Malheiro da Silva.

Sob influência do modelo sistémico, Abel Rodrigues, na sua dissertação de mestrado, debruçou-se sobre o arquivo do Conde da Barca (1754-1817), num objetivo de contextualizar as suas vivências e ensaiar uma abordagem metodológica que o próprio considerou

“inovadora, essencialmente empírica, que contrasta com um paradigma arquivístico essencialmente descritivo” (Rodrigues, A., 2007a, 2), produzindo uma catalogação “que passa por erguer a estrutura interna do acervo, baseada num critério orgânico funcional, normalizar a descrição documental e dotar, um e outro, de uma coerência capaz de os tornar acessíveis ao utilizador sob a forma de um catálogo definitivo” (Rodrigues, A., 2007a, 3).

Embora a dissertação de Abel Rodrigues fosse desenvolvida no âmbito de um mestrado na área da História,<sup>165</sup> a Ciência da Informação veio a orientar o seu trabalho de estudo do arquivo numa perspetiva de interdisciplinaridade. Nesse sentido, autor procedeu à reconstituição da complexa história custodial subjacente, no contexto do arquivo da família Araújo de Azevedo e da Casa de Sá, sob tutela do Arquivo Distrital de Braga,<sup>166</sup> estudando a sua génese e analisando os contextos de produção informacional.<sup>167</sup> Posteriormente, em 2011, Abel Rodrigues abordou com maior detalhe o conjunto global dos arquivos pessoais e familiares existentes no Arquivo Distrital de Braga, discutindo a necessidade de serem compreendidos à luz de “uma visão sistémica do arquivo” (Rodrigues, A., 2011, 239).

Igualmente do ponto de vista da aplicação do modelo propugnado por Malheiro da Silva, e sob sua orientação, Marlene Oliveira (2010) expôs, na sua dissertação de mestrado em Ciência da Informação, o desenvolvimento de um quadro de classificação e de um protótipo de divulgação do arquivo do poeta e artista surrealista português Mário Cesariny (1923-2006), cuja entidade detentora é a Fundação Cupertino Miranda. Concebeu o arquivo como um “sistema de informação” e assumiu o rompimento com as teorias clássicas da Arquivística, para adotar explicitamente a “teoria sistémica” como referência (Oliveira, M., A., T., 2010).<sup>168</sup>

Procurando também filiar-se no referido modelo sistémico, e aplicar metodologicamente o método quadripolar para a investigação, proposto por Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro e outros teóricos, Alexandra Vidal (2011) desenvolveu uma dissertação de mestrado em Ciências

---

<sup>165</sup> No Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

<sup>166</sup> Este arquivo, reunindo documentos de vários membros da família dos séculos XV a XIX, foi adquirido pelo médico e político republicano Manuel de Oliveira (em 1908-1909), sendo englobado na sua significativa “livraria Oliveira” (Rodrigues, A., 2007a, 23). Esta, por seu turno, foi mais tarde adquirida pela Câmara Municipal de Braga, e posteriormente permutada com a Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga. A divisão formal entre a Biblioteca e o Arquivo, no início da década de 1970, determinou a repartição do fundo documental que foi sendo conhecido como “Barca-Oliveira”, ficando a componente do arquivo sob tutela do Arquivo Distrital de Braga, atual entidade detentora.

<sup>167</sup> A partir da sua dissertação, Abel Rodrigues publicou também um artigo em que especificamente procedeu à análise da produção informacional de um dos períodos em que o Conde da Barca foi Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1804-1808) (Rodrigues, A., 2009). Mais tarde, em conjunto com Renata Munhoz, o autor publicou também um artigo em que escarpelizou a correspondência do Conde da Barca, abordando a sua função de veículo da cultura iluminista.

<sup>168</sup> No ano seguinte, a autora, em conjunto com Augusto Ribeiro, da reitoria da Universidade do Porto, apresentaram uma comunicação no encontro ibérico da EDICIC (Associação de Educação e Investigação em Ciência da Informação de Iberoamérica e do Caribe), realizado em Badajoz, onde descreveram a criação de um *website* destinado à divulgação de uma parte selecionada da informação do legado de Mário Cesariny e de personalidades que, de forma direta ou indireta, com ele estiveram relacionadas (Oliveira; Ribeiro, 2011), projeto que, no entanto, teve uma existência efémera.



da Informação e da Documentação em torno da correspondência recebida pelo escritor Alberto Mário de Sousa Costa (1879-1961), cujo arquivo foi doado à “Fundação Ensino e Cultura” - Universidade Fernando Pessoa. A autora esforçou-se por tentar adaptar a perspetiva sistémica, mas acabou por não desenvolver a sua aplicação ao universo documental da globalidade do arquivo que estudou, não arriscando um esboço de um quadro de classificação de tipo orgânico-funcional, nem a sua descrição de conjunto e a do seu produtor de forma normalizada, de acordo com normas como a ISAD(G) ou a ISAAR(CPF), às quais, todavia, fez referência. O resultado da sua investigação cingiu-se, assim, à apresentação de uma lista resultante do “recenseamento” do arquivo, e a procedimentos descritivos mais técnicos que a conduziram à elaboração de um catálogo para a correspondência.

Ana Filipa Pacheco (2013) desenvolveu também uma dissertação de mestrado em Ciência da Informação, sob orientação de Malheiro da Silva, focada no arquivo do arquiteto Manuel Marques (1890-1956), à guarda do Centro de Documentação de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. A autora pretendeu “melhorar a organização do arquivo e disponibilizá-lo *online* para o mesmo poder ser acedido por potenciais interessados”, utilizando “o método quadripolar como dispositivo metodológico para abordar quer o processo de investigação, quer o objeto de estudo numa perspetiva holística”. Para analisar o objeto de estudo, segundo a autora, “adotou-se o modelo sistémico consolidado no paradigma científico-informacional”. A autora visou a descrição dos documentos relativos aos projetos e obras do arquiteto, tendo delineado um quadro orgânico-funcional para o arquivo, seguindo a proposta de Malheiro da Silva quanto às fases de vida individual e às atividades determinantes da produção da informação, distribuindo a documentação de forma consentânea, que colocou à prova na descrição encetada do arquivo e do seu produtor, aplicando as normas propostas pelo Conselho Internacional de Arquivos e ensaiando, para esse efeito, o recurso à aplicação informática por este desenvolvida, o ICA-AtoM. A autora tentou ainda avaliar, através de um pequeno inquérito, a perceção dos utilizadores relativamente ao acesso ao arquivo por via da aplicação da teoria sistémica, tendo concluído que “a abordagem sistémica é adequada quer para o tratamento de um acervo em arquitetura, quer para melhor satisfazer as necessidades informacionais no âmbito do mesmo” (Pacheco, 2013, VII).

Desenvolvendo aspetos de interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, requeridas para o tratamento de alguns arquivos pessoais, Catarina Serafim (2013) debruçou-se sobre os arquivos dos músicos, a partir do estudo do caso de Alfredo Keil (1850-1907), na sua dissertação de mestrado em Ciências da Informação e Documentação. Tratando-se especificamente do arquivo de um músico, Catarina Serafim chamou a atenção para a interdisciplinaridade requerida entre a Arquivística e a Musicologia, com vista à descrição de tipologias documentais específicas na área da música. A autora relatou os vários “acidentes de percurso” a que a documentação foi sujeita, motivando a sua dispersão, relatando também os diversos tipos de intervenção a que esteve sujeito, ao longo dos anos. Catarina Serafim

argumentou que, apesar da fragmentação do arquivo por várias entidades, a ligação entre todas as partes era clara, e que só analisadas como um todo se poderia ter a perspetiva global, tendo procurado fazer a identificação das suas várias componentes. Por fim, a autora esboçou um quadro de classificação baseado no modelo sistémico, presumindo a sua aplicação a toda a documentação, embora, na prática, não tenha chegado a utilizá-lo num efetivo tratamento técnico do arquivo, considerando-o apenas um ponto de partida para uma futura abordagem, dadas as dificuldades inerentes à dispersão do universo documental por várias entidades (Serafim, 2013, 46-47). Por outro lado, a autora focou-se exclusivamente na documentação, e não incluiu no quadro de classificação, por exemplo, os objetos, cuja existência identificou, o que mantém em aberto a possibilidade de futuras investigações poderem abordar todo o conjunto, de um ponto de vista que integre as várias componentes, independentemente da sua tipologia.

Também sob a influência da perspetiva sistémica, Liliana Rodrigues (2015), ensaiou uma proposta de tratamento e descrição do arquivo do professor e cientista Rui Serpa Pinto (1907-1933) e da respetiva família, no âmbito de um relatório de estágio do mestrado em História e Património, no ramo Arquivos Históricos, orientado por Inês Amorim e por Malheiro da Silva, e desenvolvido no Museu de História Natural e da Ciência da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. A autora pretendeu reconstituir a biografia da família e daquele professor, assumindo a importância da valorização do arquivo por meio da sua divulgação, para o que ensaiou a respetiva catalogação, através da utilização da ferramenta informática ICA-AtoM. Inspirada no modelo sistémico, a autora elaborou uma proposta de quadro de classificação orgânico-funcional, com vista a permitir a “representação dos vários membros dessa família em diferentes fases etárias e funções da sua vida” (Rodrigues, L. P. N., 2015, 4).<sup>169</sup>

Numa linha de investigação mais híbrida, por procurar conjugar o modelo sistémico com a arquivística literária, situa-se a dissertação de mestrado em Arquivística de Almerinda Graça (2011), que estudou o arquivo pessoal da escritora Luísa Ducla Soares, tendo a particularidade, pouco comum, de o ter abordado na própria residência desta autora, ainda em fase de produção.<sup>170</sup> No seu trabalho, Almerinda Graça, usando um método de análise que entendeu como “sistémico”, procurou compreender se no arquivo existia uma ordem original,

---

<sup>169</sup> Veja-se ainda o artigo de Liliana Rodrigues e Inês Amorim (2016), no qual as autoras referem a importância do estudo, organização e disponibilização de arquivos de cientistas para a história do ambiente, exemplificando com o caso do arquivo pessoal de Rui Serpa Pinto.

<sup>170</sup> Almerinda Graça explicou os objetivos e vantagens da intervenção *in loco*: “obviar a manipulações posteriores que subvertam a génese do arquivo, como resultado da ideia de desordem ou “caos” com que os arquivos pessoais são geralmente conotados por força da sua natureza privada, livre de imposições externas à sua constituição” (Graça, 2011, 12).

ou outras, concluindo que se tratava de uma construção documental, a partir de opções específicas de arquivamento.<sup>171</sup>

Almerinda Graça pretendeu também verificar a eventualidade de um arquivo designado por “literário”, ao ser tratado como tal, poder esbater o que constitui na realidade um arquivo pessoal. Por isso propôs que o arquivista se focasse sob duas perspetivas, na tentativa de conciliar a literatura com as restantes facetas e atividades individuais: a orgânico-funcional, identificando funções-meio e funções-fim; e a genética, procurando estabelecer as fases de uma obra. Por funções-fim, a autora considerou, quanto ao arquivo da escritora mencionada, a criação literária e a não literária, a produção técnica e científica, estudos e investigação, tradução e edição. Quanto às funções-meio, considerou-as como existentes em todo o arquivo pessoal: carreira, formação, património, finanças e processo individual (Graça, 2011, 31).

Deste modo, Almerinda Graça foi procedendo ao reconhecimento dos níveis arquivísticos existentes, dos tipos de unidades documentais e métodos e instrumentos usados pela escritora na construção do seu arquivo, e concluiu propondo dois “planos” de classificação, um principal (voltado para genética do arquivo), outro secundário (voltado para a genética da escrita), tendo ainda produzido uma proposta de indexação para elaboração de um tesouro, defendendo a possibilidade da aplicação deste tipo de instrumentos de acesso à informação em arquivos pessoais simultaneamente “literários”.

Entre os autores que têm vindo a eleger os arquivos pessoais como objeto de estudo, alguns têm desenvolvido a sua investigação no contexto formativo que se tem vindo a desenvolver no ensino superior português na área da Ciência da Informação e Documentação, e outros em distintas áreas, por vezes inspirando-se em teorias desenvolvidas para a Arquivística, ou então optando por abordagens sob outras perspetivas.

Fora do paradigma sistémico, Eliana Castro (2009), na sua dissertação de mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, debruçou-se sobre a problemática das coleções arquivísticas. Tendo como base uma abordagem teórica da interpretação do conceito expresso nas normas arquivísticas e por vários autores nacionais e internacionais, e o impacto que essas interpretações têm no tratamento arquivístico, a autora partiu do estudo do caso da designada “Coleção Almarjão”, à guarda do Arquivo Histórico Municipal de Cascais, para a qual propôs um quadro de classificação e a produção de um inventário (Castro, E. S. S., 2009).

Eliana Castro considerou a reflexão teórica de Malheiro da Silva como um contributo relevante, no que respeita à rejeição da oposição entre os conceitos de fundo e coleção, designadamente pelo reconhecimento de uma organicidade inerente às coleções, por forma a se ultrapassar o

---

<sup>171</sup> A autora justificou da seguinte forma o uso do modelo de análise: “O modelo sistémico possibilita uma visão dinâmica e aberta dos arquivos, aí incluídos os pessoais, sendo estes geral e fatalmente conotados como destituídos de ordem original por não obedecerem a normas, leis e regulamentos” (Graça, 2011, Resumo).

binarismo conceptual imposto por uma perspectiva mais clássica da Arquivística e se colocar o enfoque na importância da informação (Castro, E. S. S., 2009, 5-6), mas destacou a evidência de que cada conjunto documental apresenta características próprias, que considera condicionarem, em maior ou menor grau, o tratamento dado. Por isso, defendeu que devia ser a técnica a adaptar-se aos documentos e não o contrário, seguindo a proposta que Paulo Barata (1993) apresentara para a organização do arquivo de Mouzinho da Silveira, optando por levar em linha de conta os princípios arquivísticos mais clássicos, designadamente o da proveniência e o da ordem original, embora não exclusivamente guiada por estes, uma vez que o trabalho efetuado no tratamento da Coleção Almarjão visou “destacar de forma mais evidente a informação que contém” (Castro, E. S. S., 2009, 29).<sup>172</sup>

Seguindo as indicações de Paulo Barata (1993, 59), segundo o qual “a disposição física dos documentos não deverá condicionar a sua arrumação intelectual”, e as de outros autores relativas a arquivos familiares, segundo as quais “sendo a classificação imposta pela natureza dos próprios documentos, o arquivista deve deixar guiar-se por eles, elaborando um quadro de classificação que reflita a sua ordem original” (Gonçalves *et al.*, 1996, 35), Eliana Castro propôs adaptar a “ordem original”, recebida aquando da incorporação, a uma fórmula de organização que entendeu mais consentânea com características da coleção, caracterizada pelo agrupamento temático, rejeitando a aplicação de outras fórmulas teóricas, por considerá-las desajustadas da realidade do caso em apreço.

Explorando a problemática dos arquivos privados no espaço público, e das fronteiras entre o pessoal e o institucional, no que se refere à informação produzida por indivíduos no desempenho de cargos políticos, Carla Brito (2010) orientou a sua dissertação de mestrado em Ciências da Documentação e Informação para a análise da documentação produzida no decurso dos mandatos do Presidente da República Ramalho Eanes. A escolha do tema foi justificada “pela importância dos acervos documentais do Chefe de Estado para o conhecimento do processo de reconstituição histórica do país e para a valorização da identidade nacional” (Brito, C.M.A.C., 2010, 7, 17). A autora definiu como o objetivo principal a identificação “das metodologias de tratamento de acervos documentais provenientes da atuação de Chefes de Estado”, com vista à definição de princípios para uma “metodologia de organização da documentação proveniente dos mandatos do Presidente Eanes, à luz de práticas internacionais” (Brito, C.M.A.C., 2010, 7, 18), para proporcionar a sua disponibilização.

---

<sup>172</sup> Eliana Castro procurou harmonizar a descrição documental com a intenção expressa da sua disponibilização num futuro espaço museológico, mantendo as ligações entre os documentos e objetos independentemente da sua inserção em categorias documentais, bibliográficas ou museológicas, por considerar “que a separação entre as várias categorias quebraria a coesão central da Coleção e colocaria alguns dos materiais em risco de não serem descritos, visto não poderem ser inseridos nas categorias documentais de arquivo, conforme estas estão estabelecidas nas normas internacionais” (Castro, E. S. S., 2009, 28).

A autora apresentou ainda propostas para a digitalização e para a elaboração de um plano de preservação digital aplicado ao fundo da Presidência da República.<sup>173</sup>

Em 2011, Ana Simões apresentou também uma dissertação de mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, resultando de um estágio que teve como objetivo proceder ao tratamento do arquivo pessoal da militante da oposição ao Estado Novo, Maria Judite Pinto Mendes de Abreu (1916-2007), doado ao Centro de Documentação 25 de Abril. Tal como no caso de outras dissertações referidas, a disponibilização à consulta do fundo documental foi um dos propósitos da intervenção, para o que a autora se propôs a realizar “um inventário analítico do acervo, instrumento de pesquisa que, nos arquivos, permite ao investigador ter acesso aos assuntos dos documentos tratados, até ao nível dos itens existentes no conjunto” (Simões, 2011, Resumo).<sup>174</sup>

Ressalte-se ainda que, seguindo práticas correntes no Centro de Documentação 25 de Abril, as monografias presentes naquele arquivo foram separadas, catalogadas em módulos distintos e arrumadas em diferentes salas; outros documentos também foram fisicamente arrumados, de acordo com a respetiva tipologia, junto com materiais de diferentes proveniências (cartazes, vídeos, imprensa, autocolantes, e outros), com a justificação de que todos eles “têm locais particulares e próprios de acondicionamento, dado apresentarem formatos diferentes que exigem locais específicos de armazenamento”; por sua vez, a documentação repetida foi colocada num “fundo de repetidos” (Simões, 2011, 48), sem que se tenha refletido sobre o impacto de tais opções na compreensão geral do arquivo como um todo informacional, incluindo os livros, e até mesmo sobre o papel e função dos documentos ditos “repetidos” dentro do arquivo, questionando-se as consequências de práticas, meramente de gestão, derivadas das políticas de tratamento documental da instituição detentora.

A vertente essencialmente técnica colocada em tarefas de descrição continua a estar presente em outros estudos que têm visado a organização de arquivos pessoais. É o caso da dissertação de Marleny Ferreira (2012), também desenvolvida no referido mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media, da Faculdade de Letras de Coimbra, a qual analisou uma parte do arquivo de uma personalidade com projeção regional, Antão Santos da Cunha (1914-1971),<sup>175</sup> sob tutela do Arquivo Distrital de Castelo Branco. No âmbito do seu trabalho, a autora analisou a história custodial do arquivo, procedeu à organização e descrição dos

---

<sup>173</sup> Em artigo de 2014, Carla Brito veio depois a fazer uma incursão pelas práticas internacionais de tratamento de documentos de titulares de cargos políticos, tendo especificamente como exemplo os Estados Unidos da América, a França e o Brasil, com o propósito de identificar as melhores práticas que pudessem ser transpostas para o caso português (Brito, C.M.A.C., 2014, 115).

<sup>174</sup> Apesar de o quadro de classificação apresentado (Simões, 2011, 52-54) se estruturar entre secções, subsecções e séries, e de autora se referir à elaboração de um “inventário”, este deveria ser melhor considerado como um catálogo, já que a descrição que a autora apresenta é feita até ao nível dos documentos, como é aliás referido pela própria autora (Simões, 2011, 55-56).

<sup>175</sup> Desempenhou importantes cargos político-administrativos, sendo delegado do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência na Covilhã (1937-1946), e Governador Civil de Castelo Branco em 1944-1946.

documentos, tendo em vista a disponibilização integral na plataforma de acesso na Internet aos arquivos detidos por aquela instituição. Na sua proposta de quadro de classificação impera a tipologia documental, sendo dada pouca relevância à função ou atividade que deu origem aos vários documentos (Ferreira, 2012, 42). Neste caso, porém, a proposta de classificação apresentada na dissertação não chegou a ser aplicada pelo Arquivo Distrital, pois na referida plataforma on-line os documentos encontram-se meramente listados individualmente.<sup>176</sup>

Teresa Alexandre Palma (2012), num relatório de estágio de mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, apresentado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, procurou também dar um contributo para o estabelecimento de metodologias de descrição em arquivos pessoais, neste caso aplicadas especificamente a documentação fotográfica, a partir de um conjunto de fotografias pertencente ao arquivo pessoal de D. António Ribeiro (1928-1998), 15.º cardeal-patriarca de Lisboa, sob custódia do serviço de Arquivo Histórico e Biblioteca do Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa (Palma, 2012).<sup>177</sup>

Visando também o estudo de espécies fotográficas, pode ainda referir-se a dissertação de Paula Sofia Cruz (2012), desenvolvida no mestrado em Ciências Documentais na Universidade Lusófona, na qual a autora, além de ter elaborado um plano de classificação de fotografia para o Arquivo Municipal da Câmara Municipal de Sesimbra, também se debruçou sobre um conjunto documental conhecido como “Fundo Doação Valdemar” ou por “Espólio Fotográfico Valdemar Capítulo”, que para além das fotografias deste fotógrafo, inclui inúmeras outras da autoria de Idaleciano Cabecinha e de Américo Ribeiro (Cruz, P. S. R., 2012). Paula Cruz propôs um quadro de classificação estruturado em diversos níveis hierárquicos, procedendo a uma análise arquivométrica pretendendo especificamente “quantificar as classes e subclasses do acervo fotográfico de Idaleciano Cabecinha” com vista a determinar “as tendências estéticas deste fotógrafo sesimbrense” (Cruz, P. S. R., 2012, 23).

Uma abordagem não exclusivamente focada nas tarefas descritivas para a elaboração de instrumentos de descrição está na base da dissertação de mestrado em Ciências da Informação e da Documentação apresentada na Universidade de Évora, especialização em Arquivos, por Laurinda Paz (2013). A autora debruçou-se sobre a problemática dos acervos arquivísticos de casas-museu em Portugal, normalmente associadas à perpetuação da memória de uma personalidade. Como objetivo do seu projeto, esteve a identificação dos respetivos arquivos das casas-museu, através de um inquérito que conduziu, no qual procedeu à recolha de informações sobre o tratamento arquivístico e as funções que o arquivo

---

<sup>176</sup> Veja-se a respetiva descrição em <URL: <http://digitalq.adctb.arquivos.pt/details?id=1056999>> [consult. 30-11-2016].

<sup>177</sup> A restante documentação do arquivo pessoal do patriarca está à guarda do vice-chanceler da cúria diocesana de Lisboa.

desempenhava neste tipo específico de instituições museológicas. Como resultado, a autora constatou que muitos acervos estavam ainda sem tratamento, sendo a sua utilização nas tarefas museológicas bastante incipiente na maior parte dos casos.

Laurinda Paz abordou ainda especificamente o arquivo da Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça, fazendo a apresentação da instituição, e tendo procedido à análise do respetivo acervo arquivístico, com largo destaque para o considerável arquivo legado por José Relvas (1858-1929) (Paz, 2013, 77-78, 84)<sup>178</sup>. A autora aferiu o seu contributo para as atividades museológicas, tendo sido também identificadas outras intervenções, que ocorreram em períodos anteriores, visando a organização do arquivo,<sup>179</sup> bem como a mistura de documentos de outras proveniências com os do produtor original, no conjunto geral do acervo (Paz, 2013, 79-81).

Em 2014, a autora, em conjunto com o seu orientador de mestrado, o professor Paulo Eduardo Guimarães, publicaram ainda um artigo acerca das relações entre os museus e os seus arquivos, com base em diagnóstico preliminar a partir de dados colhidos num conjunto selecionado de casas-museu portuguesas. Os autores verificaram que, embora os documentos de arquivo integrem as coleções de museu, e sejam considerados fundamentais para as respetivas atividades, existe, na prática, uma subalternização desse património e da sua função nas casas-museu (Guimarães; Paz, 2014, 79).

Igualmente numa investigação académica, no âmbito de um mestrado em Ciências Documentais da Universidade Autónoma, Arminda Fortes (2014) abordou o que designou de “espólio arquivístico” do jornalista republicano e africanista José de Macedo (1876-1948), depositado no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), que inclui igualmente a sua biblioteca pessoal. A autora faz uma breve abordagem à intervenção feita no AHU relativa à biblioteca particular, e incide especialmente no tratamento e organização do arquivo, enfatizando as dificuldades na aplicação do princípio arquivístico da ordem original, face à desorganização intelectual e física da documentação (Fortes, 2014, 62). Embora tenha procurado elaborar uma pesquisa biográfica e bibliográfica em busca do contexto da produção documental (Fortes, 2014, 102), e esboçado um quadro de classificação, que considerou “provisório”, com base num critério funcional (Fortes, 2014, 84), Arminda Fortes não chegou a ensaiar uma descrição do arquivo sistematizada, aplicando orientações normativas como por exemplo a ISAD(G).

Luína Soares desenvolveu uma dissertação de mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media em torno do arquivo pessoal de Joaquim Falcão Marques Ferrer (1914-1994),

---

<sup>178</sup> Além dos acervos arquivísticos, foram legadas por José Relvas ao Município de Alpiarça, várias coleções de documentos: fotografias, postais, mapas, menus, recortes de jornais, programas culturais, catálogos e folhetos publicitários, que ascendem a alguns milhares (Paz, 2013, 78).

<sup>179</sup> Uma das muitas intervenções identificadas foi a de Malheiro da Silva, em 1993-1995, que terá proposto um plano de organização, em relação ao qual a autora encontrou dificuldades de aplicação (Paz, 2013, 85-87).

depositado nos Serviços de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O objetivo explícito foi também o de elaborar um quadro de classificação, sob um critério essencialmente funcional, procurando espelhar as principais atividades exercidas pelo titular nas vertentes profissional, intelectual e pessoal. Todavia, em alguns níveis foram criados agrupamentos de acordo com a tipologia documental ou mesmo por assunto (Soares, 2014, 50-51). Este mesmo arquivo de Marques Ferrer foi ainda objeto de um outro estudo, desta feita um trabalho de projeto apresentado no mestrado em Ciência da Informação da referida Faculdade, por Daniela Santos (2016), tendo por fim a sua disponibilização futura aos potenciais utilizadores. Este trabalho visou principalmente identificar aspetos relativos à conservação física dos documentos, tendo a sua autora sugerido uma adaptação do quadro de classificação concebido por Luína Soares, e apresentado uma proposta de codificação das várias séries, bem como uma descrição normalizada para o fundo, de acordo com a norma ISAD(G).

Refira-se também, pelo contributo aportado na identificação e descrição de diversos arquivos pessoais tutelados pela Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, o trabalho de projeto de Cláudia Filipe (2015), apresentado no âmbito no mestrado em Ciências da Documentação e Informação, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A autora teve como finalidade produzir um guia dos fundos privados ingressados naquela biblioteca entre 1947 e 2014, apresentando para estes uma descrição arquivística normalizada de acordo com a ISAD(G), após ter constatado que, de uma forma geral, o tratamento feito dava ênfase principal à componente epistolar dos fundos, maioritariamente descritos de acordo com normas bibliográficas.<sup>180</sup> Cláudia Filipe analisou o contexto do ingresso daquele tipo de arquivos em bibliotecas públicas, considerando-o como tendo estado inscrito num paradigma custodial, influenciado pela investigação histórica e literária. Cláudia Filipe debruçou-se detalhadamente sobre os antecedentes e evolução da descrição arquivística normalizada, realizando uma apreciação crítica da integração da descrição de arquivos em catálogos informáticos de bibliotecas, e identificando limitações na recuperação da informação, tendo destacado o facto de a descrição bibliográfica se focar nos conteúdos dos documentos, ficando deste modo desprovidos de informação contextual relativamente ao arquivo em que se encontram integrados.

Mais recentemente saliente-se a dissertação de mestrado de Ana Correia (2016) apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que também teve como finalidade a organização e descrição de um arquivo pessoal, de acordo com as

---

<sup>180</sup> Refira-se que anteriormente Marta Lopes Rosete (2010) tinha feito uma abordagem às formas de que se tinha revestido a incorporação de “espólios”, incluindo os arquivos pessoais, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, para o período de 1985 a 1995. Na ocasião, a autora destacou o crescente interesse por estes arquivos, mas salientou as dificuldades da Biblioteca em conseguir acompanhar esse movimento do respetivo tratamento e disponibilização (Rosete, 2010, 46-50).



propostas normativas do Conselho Internacional de Arquivos. Neste caso o arquivo abordado pela autora foi o do etnomusicólogo Vergílio Pereira, tutelado pelo Museu Nacional de Etnologia, para o qual é proposto um quadro de classificação desenhado a partir do estudo da documentação e das funções do seu produtor. Tal como noutras dissertações anteriormente mencionadas o foco é a produção de instrumentos que possibilitem o acesso à informação por parte dos utilizadores.

Também Luís Lima (2016), na sua dissertação de mestrado em Ciências da Informação e da Documentação apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, abordou especificamente o problema da classificação dos arquivos familiares e pessoais contemporâneos, tomando como exemplo o arquivo da família Benito Maças, doado à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Neste caso, o autor recusou a abordagem sistémica orgânico-funcional, designadamente nos moldes propostos para os arquivos familiares e pessoais por Armando Malheiro da Silva, para adotar assumidamente um critério temático-funcional, com base na própria documentação e no “*corpus* teórico da Arquivística” numa “complementaridade entre as várias orientações práticas de classificação, nacionais e internacionais, mais tecnicistas ou mais teóricas” (Lima, 2016, 26-27).

Além dos estudos supramencionados, resultantes de investigações em contexto de formação académica, tem-se ainda registado a publicação de alguns artigos focando questões relacionadas com os arquivos pessoais, designadamente visando a sua divulgação.<sup>181</sup> Inúmeros encontros decorridos nas últimas duas décadas, nos quais os arquivos familiares e pessoais têm sido abordados, podem também ser referidos, desde os que decorreram no âmbito do “*Congresso Internacional – Casa Nobre: um património para o futuro*”, que conta já com diversas edições decorridas sob o patrocínio do Município de Arcos de Valdevez, e cujas atas têm vindo a ser publicadas sob sua chancela, aos congressos e encontros organizados pela BAD, passando por ciclos de conferência promovidos pela Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados, e outros decorridos no âmbito de projetos académicos, como é o caso do coordenado pela Professora Maria de Lurdes Rosa na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sobre os arquivos de família entre os séculos XV e XIX. Estes espaços de debate têm reunido profissionais de arquivos e outros investigadores interessados na temática, proporcionando uma oportunidade para os representantes de diversas entidades detentoras apresentarem os seus acervos, embora muitas das

---

<sup>181</sup> Em anos mais recentes refira-se, como exemplo, o artigo de Ana Margarida Dias da Silva e de outros investigadores da Universidade de Coimbra, ligados ao Departamento de Ciências da Vida (Silva, A. M. D. *et al.*, 2014), que pretenderam catalogar a correspondência recebida por Augusto Goltz de Carvalho (1858-1913), em posse de um particular, com a finalidade de dar a conhecer o epistolário e demonstrar como a documentação pessoal pode contribuir para o melhor conhecimento da história de instituições públicas e das suas coleções científicas. Veja-se, ainda de Ana Margarida Silva (2016), um outro artigo sobre a elaboração de um catálogo de parte do arquivo pessoal de Manuel dos Reis (1900-1992), professor de Matemática da Universidade de Coimbra.

problemáticas abordadas tendam sobretudo a situar-se num âmbito essencialmente técnico, relacionado com aspetos da organização e tratamento arquivístico.<sup>182</sup>

Pode assim afirmar-se que os arquivos pessoais se tornaram, também em Portugal, um objeto de estudo que se enraizou decisivamente na investigação académica e entre os profissionais das diversas instituições de memória, seja do ponto de vista de uma Arquivística mais clássica, focada nos aspetos predominantemente tecnicistas, seja sob as mais recentes perspetivas teóricas trazidas para o debate pela emergente Ciência da Informação. Todavia, os estudos acima indicados para o caso português, e produzidos mais recentemente no contexto académico, constituem quase sempre, do ponto de vista metodológico, estudos de casos particulares, prevalecendo neles uma visão pragmatizada que tende a valorizar a intervenção mais profissional.<sup>183</sup>

Não pode ainda deixar de ser salientado que os arquivos pessoais têm também suscitado um interesse cada vez maior por parte de outras áreas científicas, que os têm utilizado como fonte de informação e até os elegendo especificamente como matéria de análise, de que são testemunho numerosos trabalhos académicos abrangendo, para além da História, os Estudos do Património, a Museologia, a Literatura e Linguística, o Direito, a Educação, a Antropologia e Etnologia, a Arquitetura, a Música, as Artes em geral, e mesmo em áreas como a Biologia ou a

---

<sup>182</sup> Veja-se, por exemplo, a comunicação de Gracinda Guedes que apresentou os arquivos pessoais e familiares existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra, na 2.ª sessão do ciclo de conferências e debate *“Arquivos de Família. Património, Memória e Conhecimento”*, organizado pela Associação Portuguesa dos Arquivos Históricos Privados, que se realizou na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 29 de outubro de 2016, posteriormente publicada (Guedes, 2017). Esta autora veio alegar a sua especificidade em resultado do “caráter singular inerente ao seu produtor” (Guedes, 2017, 517), e problematizar uma série de questões relativas ao tratamento técnico, como os dilemas em torno da separação de documentos inseridos em conjuntos mais amplos, em função dos respetivos produtores. Os congressos da BAD têm também servido de espaço de apresentação de arquivos pessoais, perspetivando a sua valorização cultural e patrimonial, como foi o caso da comunicação de Hélder da Rocha Machado e Paulo Amaral Soares ao 12.º Congresso Nacional de BAD, que se realizou em Lisboa em outubro de 2015, em que os seus autores se debruçaram especificamente sobre um conjunto de agendas pessoais do escritor Joaquim Paço d’Arcos (1908-1979), nome literário de Joaquim Belford Correia da Silva. Mais do que a aplicação de qualquer teoria arquivística ou de ensaiar uma organização do arquivo, o objetivo destes autores foi, neste caso, a divulgação desses registos diarísticos como elemento de memória material das vivências do seu produtor, dando ênfase ao seu valor informativo sobre o escritor, a sua obra e a sociedade (Machado; Soares, 2015).

<sup>183</sup> Os estudos desenvolvidos em Portugal na área dos arquivos pessoais acompanham, assim, as tendências da investigação em Ciência da Informação no âmbito nacional, conforme os resultados também apontados por Carlos Guardado da Silva (2013). Em estudo que este autor efetuou através da análise das dissertações, trabalhos de projeto e relatórios de estágios, realizados em mestrados desta área, em quatro universidades portuguesas, para o período de 1999-2012, conclui que “As áreas de concentração da investigação, assim como os percursos de investigação desenvolvidos são reveladores de uma vertente profissional da Ciência da Informação que sobrevaloriza a dimensão da intervenção sobre a da investigação, mais preocupada com a resolução de problemas da actividade profissional e das próprias organizações, sobre as quais se centram muitos dos trabalhos finais de mestrado” (Silva, C.G., 2013, 369).

Botânica, entre outras, por vezes com incursões no domínio da organização e descrição dos próprios fundos documentais utilizados.<sup>184</sup>

Um amplo conjunto de autores, que não cabe aqui enumerar, dada a sua extensão e o facto de partirem de outras perspetivas que não a da Arquivística ou a da Ciência da Informação, têm igualmente contribuído para a divulgação da vida e obra dos produtores dos arquivos pessoais, das suas ligações à vida social, cultural e política, assim como para proporcionar um conhecimento, mais ou menos aprofundado, da documentação disponível, dando ênfase ao valor patrimonial, histórico e cultural que possuem, e evidenciando as possibilidades da sua utilização para investigações multidisciplinares.

\*\*\*

É ainda usual encontrar-se, em diversos estudos, o comentário de que o tema dos arquivos pessoais é pouco desenvolvido e estudado. No entanto, tal já não pode ser considerado verdadeiro. A literatura sobre arquivos pessoais tem vindo a conhecer grande desenvolvimento, especialmente a partir das últimas décadas do século XX, se considerarmos a já vasta produção nacional e internacional. Tem-se assistido a um crescente número de estudos, publicados em livros e em diversos periódicos, ao surgimento de diversas dissertações académicas, que têm abordado os arquivos pessoais sob diferentes perspetivas, e ao multiplicar de conferências, encontros e outros espaços de reflexão.

Uma incursão, ao nível mais genérico, pelos estudos e investigações realizadas em torno dos arquivos pessoais, permite identificar uma grande diversidade de problemas que se têm levantado por quantos sobre eles se têm debruçado. Entre algumas das problemáticas identificadas, destaca-se o debate sobre as especificidades dos arquivos pessoais, que conduziu alguns autores, como Catherine Hobbs, a considerarem-nos intrinsecamente distintos

---

<sup>184</sup> Podem destacar-se, como exemplos, entre outros trabalhos que envolveram também a organização e produção de elementos de descrição relativos a arquivos pessoais: o trabalho de Alfredo Gomes Dias (2003) no designado “Fundo Marques Pereira”, que se encontra à guarda na Sociedade de Geografia de Lisboa; os relatórios resultantes de estágios no ACPC, na área da Edição de Texto desenvolvidos por Ana Querido (2009) ou Inês Calvo (2011), ambos envolvendo trabalhos de inventariação em coleções detidas pela BNP; a dissertação de doutoramento de Ana Maria Pessoa (2005) na área da Educação, que levou a autora, em face da necessidade de explorar o arquivo de Maria Lúcia Vassalo Namorado depositado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, a estudar o seu processo de formação e a elaborar um inventário do mesmo; a investigação levada a cabo por Manuel Curado e José António Alves (2013) no arquivo do filósofo Edmundo Curvelo, doado à Biblioteca Municipal de Abrantes, de que também resultou a respetiva inventariação; o de Maria Olinda Santana e Ana Pereira Costa (2006) que publicaram um primeiro guia do arquivo do padre e investigador mirandês António Maria Mourinho, preservado na Biblioteca Municipal e Universitária de Miranda do Douro, tendo ainda Maria Olinda Santana e Isabel Martins (2014) publicado outra obra aprofundando o tratamento arquivístico efetuado neste arquivo, inspirado no modelo sistémico proposto por Malheiro da Silva; ou ainda de Sílvia Monteiro (2014) que, no âmbito de um estágio de mestrado em História, especialização em Museologia, procedeu à inventariação e digitalização parcial de um conjunto de documentação referente ao investigador António Gomes da Rocha Madahil, doada ao museu de Aveiro.

dos produzidos por instituições, em contraposição à visão proposta por Sue Mckemmish, que posiciona a informação produzida e reunida pelos indivíduos como representativa de um contexto social amplo, em que se situam também os arquivos institucionais.

O tratamento técnico dado aos arquivos pessoais tem orientado teses e debates que acabaram também por contribuir para questionar teorias e conceitos formulados para a Arquivística, em face das características idiossincráticas que os mesmos apresentam, e pelas dificuldades, frequentemente veiculadas, de se lhes aplicar métodos de abordagem semelhantes aos utilizados para os arquivos de cariz institucional e administrativo. Neste âmbito, tem sido contestada a aplicabilidade dos tradicionais princípios arquivísticos, com autores a evidenciarem os processos complexos subjacentes à constituição de arquivos pessoais, desde as motivações individuais para a produção e acumulação de informação, às influências e intervenções de terceiros nessa constituição, de que são paradigmáticos estudos como os da canadiana Jennifer Douglas, da brasileira Luciana Heymann, ou, no Reino Unido, de Elizabeth Wells e de Geoffrey Yeo, tendo este último proposto mesmo um entendimento distinto para os conceitos arquivísticos de fundo e de coleção.

A emergência do mundo digital levou também a que os arquivos, as bibliotecas e as instituições culturais tivessem de repensar como lidar com as novas formas de produzir, armazenar e partilhar informação. Neste domínio, tem-se registado o aparecimento de contributos analisando o significado dos documentos pessoais digitais, assinalando as dificuldades relativas à sua preservação e as responsabilidades dos arquivistas para intervirem neste domínio, sobretudo através da sua ação junto dos indivíduos, no sentido de providenciar orientações para que estes possam gerir melhor a sua informação digital.

Os arquivos produzidos e reunidos pelos indivíduos, na sua esfera privada, foram gradualmente trazidos para a linha da frente da discussão sobre os próprios moldes teóricos e metodológicos da Arquivística, acerca do seu papel na Ciência da Informação, e do que se pretende que venha a ser o foco da atividade do arquivista no futuro, em resposta aos novos desafios da Sociedade da Informação, designadamente no universo digital.

Em Portugal, Armando Malheiro da Silva introduziu, a partir de 1997, uma nova abordagem dos arquivos pessoais, designada como “sistémica”, com propostas para um novo aparato teórico e metodológico para a Arquivística, enquadrada na Ciência da Informação, aplicado também às formas de organização e descrição arquivística. Um dos seus principais contributos foi o de centrar a atenção na importância da informação, e não apenas no documento propriamente dito. Não obstante diversos investigadores portugueses terem vindo a procurar aplicar o modelo sistémico ao tratamento de alguns pessoais, mantém-se uma pluralidade de abordagens na sua análise.

Além das reflexões teóricas que se têm vindo a desenvolver em torno dos arquivos pessoais, também se registou um contínuo desenvolvimento de estudos referentes a aspetos mais

técnicos, como a elaboração de instrumentos descritivos no âmbito da organização e difusão da informação, nomeadamente ensaiando a aplicação de normas e orientações desenvolvidas internacionalmente, em vários contextos, como é o caso das emanadas do Conselho Internacional de Arquivos. Tal é notório, por exemplo, em grande parte dos trabalhos produzidos em contexto académico em Portugal. Cada estudo de caso é considerado como um contributo para a valorização destes arquivos, e almeja, independentemente das propostas de atuação e abordagem teórica ou metodológica, concorrer para encontrar um denominador comum para o lugar dos arquivos pessoais na Arquivística, que, quase sempre, é o da ênfase do seu papel para a história ou para outras áreas do conhecimento.

O facto de os aspetos do âmbito da intervenção técnica continuarem a ser preponderantes, significa, de certa forma, uma continuidade do paradigma anterior, mais centrado na custódia física dos documentos e vocacionado para a componente essencialmente cultural e histórica dos arquivos pessoais, visando a valorização de um ponto de vista patrimonial e a utilização como fontes de pesquisa nas mais variadas áreas.

Têm igualmente constituído objeto de reflexão algumas questões relacionadas com as políticas de aquisição de arquivos pessoais, com vista à sua incorporação em instituições de arquivo, bibliotecas, ou outros repositórios. Em países como a Inglaterra, a França e a Espanha, as preocupações têm recaído sobretudo na sua salvaguarda, de um ponto de vista patrimonial, e na preservação da memória histórica. No entanto, são raros os autores que ensaiam uma análise no sentido de compreender qual a abrangência que se pretende alcançar, através da transferência da custódia dos arquivos privados para o espaço público, qual o papel que desempenham na memória coletiva, e de como as políticas de aquisição determinam a forma pela qual se pretende representar a sociedade através dos arquivos.

À exceção do Canadá, onde as aquisições de arquivos pessoais, designadamente no âmbito do movimento dos “Arquivos Totais”, deram lugar à discussão sobre os limites da intervenção dos arquivistas neste sentido, e o papel a desempenhar pelo Estado, na generalidade dos restantes países tem-se insistido quase só na problemática da necessidade de criar instrumentos jurídicos que permitam o controlo e a salvaguarda de arquivos privados, e menos numa reflexão mais global sobre o sentido a dar à avaliação e seleção. Prevalecem, deste modo, tendências de aquisição ao sabor da sensibilidade e interesses de governos, de instituições, ou de adequação a determinados utilizadores, que tendem a privilegiar os arquivos de grandes personalidades, que se consideram cultural, social e historicamente representativas.

Por muito que se possa evidenciar o papel dos arquivos pessoais como tendo importância para a memória coletiva, e se afirme poderem constituir uma fonte de informação alternativa ao discurso oficial das instituições, são, todavia, escassas as reflexões sobre as práticas e opções, no que respeita à avaliação e seleção de quais os arquivos a preservar. É notória a

carência de estudos que analisem os quadros de pensamento e políticas subjacentes às decisões de aquisição tomadas pelas instituições de memória, e as inerentes consequências na representação da sociedade, aspeto que urge colmatar, tendo em vista a possibilidade de se construírem referenciais comuns de atuação, e bases de orientação do que devem ser as melhores práticas a seguir, independentemente de quem é incumbido do seu tratamento e preservação, seja um repositório institucional (um arquivo, uma biblioteca, um museu, ou outro tipo de instituição cultural), uma comunidade informal, ou assumindo os indivíduos essa função.

## **CAPÍTULO 3 – PRESERVAR O INDIVIDUAL, PROJETAR O COLETIVO**

Constituindo linha de investigação desta dissertação a análise da forma e motivações pelas quais se decidiu incorporar arquivos pessoais em instituições dos mais diversos géneros, e como se lhes foi atribuindo valor com objetivo de perpetuação de memórias individuais tornadas coletivas, considerou-se importante, neste capítulo, refletir sobre a dimensão da memória na sua ligação ao fenómeno dos arquivos.

Por outro lado, os diferentes modos de encarar a memória individual e coletiva estão inerentes às formas como se avalia e seleciona documentos e arquivos, influenciando lógicas, políticas e práticas por trás de decisões de recolha e salvaguarda de arquivos pessoais. A diversidade de critérios aplicada à avaliação e seleção da informação produzida e acumulada pelos indivíduos, para efeitos de preservação em instituições de memória, seja sob influência de correntes historiográficas, de projetos memorialísticos ou comemorativos, pela opção de temáticas ou categorias sociais, profissionais, culturais ou outras, por decisões de produtores, herdeiros ou outros, incluindo das próprias entidades que acolhem os arquivos, tem sido realçada por diversos autores.

Muito embora existam propostas teóricas para melhor se poder representar a sociedade através dos arquivos que se decidem preservar, remanesce a necessidade de refletir com maior profundidade sobre o caso particular dos arquivos pessoais, onde, por norma, o que existem são opções tomadas pelas instituições e pelos seus profissionais sobre “quem” deve, ou pode, figurar nos seus acervos, induzindo também, por consequência, diversas dimensões de exclusão.

### ***3.1. Da memória individual à memória coletiva***

Todos temos presente o ato da memória e a sua importância associada ao ato de lembrar, e também à perda de algo ou de alguém, ou ao esquecimento. O processo de lembrança é fundamental para a capacidade humana de conceber o mundo. A memória encontra-se nos alicerces identitários de qualquer indivíduo, instituição ou grupo social. É crucial para a capacidade de dar sentido às circunstâncias presentes, e está igualmente ligada a emoções, que evoca, e estão, em parte, relacionadas com o passado. É condição essencial da cognição e do julgamento reflexivo, porque funciona em cada ato de percepção, em cada ato de intelectualização, em cada ato de linguagem (Terdiman, 1993, 9).

A memória espontânea é, todavia, perecível. A sua conservação implica o registo de testemunhos, assim como a existência de lugares que, pela mensagem que transmitem, ajudam a lembrança, contrariando o seu desvanecimento. Os “lugares de memória”, na

expressão de Pierre Nora, são os restos e os marcos testemunhais do passado, unificando ilusões de eternidade (Nora, 1993, 13). O lugar de memória designa, em função de uma materialidade inscrita no presente, a exterioridade do passado, que, desse modo, se inscreve no tempo, orientando a busca, a investigação, a pesquisa. O significado do passado permanece preservado nos seus vestígios, trazidos ao tempo presente e nele interpretado, numa cadeia de significação. Ou seja, a lembrança é a imagem que se produz do passado, o que se imagina como representação desse passado no presente (Ricouer, 2007, 57-58).

O ato de lembrar é uma atividade do indivíduo, mas mesmo as lembranças mais íntimas têm necessidade de suportes sociais, tanto como referência, como para serem ratificadas (Oliveira, I.C.B., 2009, 28). A memória individual toma consciência de si própria com base nos conhecimentos recebidos dos outros, e desenvolve-se a partir de uma análise subtil que o indivíduo faz da pertença a um grupo (Ricouer, 2007, 130), o que remete para a ideia de uma “memória coletiva”, conceito teorizado e desenvolvido a partir dos estudos de Maurice Halbwachs.<sup>185</sup>

Perante a oposição entre a ideia da memória no indivíduo como surgimento casual e uma tentativa consciente de reconstituição da memória, através da busca racional do passado, Halbwachs propôs a ideia de memória coletiva, enquanto memória de um grupo, de uma comunidade, região ou nação. O argumento central na obra do autor consiste na afirmação de que a memória individual existe sempre a partir de uma outra que é coletiva, pelo simples facto de que todas as lembranças de um indivíduo são constituídas em função da sua pertença a um grupo, ou comunidade mais geral, que, no conjunto, determina todas as referências da sua existência e da própria consciência individual. A origem dos vários sentimentos, paixões, ideias e reflexões que atribuímos a nós próprios são, de um modo ou de outro, inspirados pelo(s) nosso(s) grupo(s) de pertença. A capacidade de lembrar existe quando se assume o ponto de vista de um ou mais grupos, e nos situamos em uma ou mais correntes do pensamento coletivo (Halbwachs, 2004, 31, 35).

As lembranças podem, a partir desta vivência em grupo, ser reconstruídas. A criação de representações do passado assenta na percepção de outras pessoas, no que se imagina ter acontecido ou pela interiorização de representações do que pode ser designado por memória histórica. A lembrança é, neste sentido, “uma imagem engajada em outras imagens” (Halbwachs, 2004, 78), ou seja, “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (Halbwachs, 2004, 75-76).

---

<sup>185</sup> Halbwachs introduziu a ideia da memória coletiva numa obra sobre os quadros sociais da memória publicada em 1925, desenvolvendo posteriormente o conceito numa outra publicada postumamente, em 1950 (Halbwachs, 1994, 2004).



A este propósito, Michael Pollak salientou que a memória, seja ela individual ou coletiva, é composta por vários elementos constitutivos, destacando em particular os acontecimentos, as pessoas ou personagens e os lugares, sendo que, qualquer deles, pode não pertencer ou ter pertencido ao “espaço-tempo” da vida de uma pessoa ou de um grupo. Às experiências vividas individualmente podem juntar-se as que foram vivenciadas pelo grupo ou sociedade em que cada indivíduo se insere, mesmo que este não as tenha experienciado de forma direta. A memória também introduz personagens, umas conhecidas e outras que não pertencem necessariamente ao tempo que cada um vive, ou daquele em que já viveu, mas sobre as quais se tem algum tipo de conhecimento indireto, através da transmissão e assimilação de informação. Da memória fazem ainda parte lugares, dos quais se guardam imagens afetivas, herdadas da infância ou de outros períodos significativos da vida, cujos contornos se diluem também com o tempo, ou de outros cuja memória é partilhada por gerações ou por grupos, sendo, não raras vezes, mitificados (Pollak, 1992, 202-203).

Neste quadro, a memória seleciona, eliminando o que não é útil ou o que se pretende esquecer, por ser considerado supérfluo, desnecessário, inútil, ou por trazer más recordações. Ao fazer essa seleção, a memória determina também o esquecimento, tratando-se, portanto, do que Pierre Nora designa de “destruição controlada” (Nora, 1993,15). Ao mesmo tempo, o ser humano tem necessidade de fixar o que pretende lembrar, para evitar o esquecimento e a perda, seja para recordar emoções, seja para comprovar atos e acontecimentos, perante si e perante os outros.

A memória humana não tem, em si mesma, forma de conservar o passado; é um produto do esforço, mais espontâneo ou mais racional, para o reencontrar e reconstruir, sempre a partir do presente. Sendo tão importante na atividade humana, só o registo da informação que se pretende fixar permite que se perpetue no tempo, providenciando um quadro de referências de contextualização. Para contrariar a perda da memória, o esquecimento, e para sustentar o ato de lembrar, o Homem encontrou uma solução – o documento. Sob os mais distintos suportes, o registo de informação fora do cérebro humano, mesmo que apenas por meio de representações simbólicas, tornou-se garantia da transmissão das ações e da memória em si mesmas.

Ao longo da sua vida, os indivíduos produzem e utilizam informação, e tomam decisões quanto a guardar ou descartar os diversos tipos de documentos que fixam a sua memória. A produção e a acumulação de informação pelas pessoas obedecem a diferentes necessidades, desde o cumprimento de imperativos legais, ou profissionais, a razões emocionais. A decisão sobre qual a informação a guardar constitui um ato de atribuição de valor, e, na esfera do indivíduo, diversas motivações e necessidades imperam, podendo sobrepor-se no processo de formação dos arquivos.

Existem numerosas razões para a produção, acumulação e preservação continuada de informação. Os indivíduos geram informação ao longo da sua vida de forma inevitável, logo a partir do seu nascimento. Boa parte da informação é gerada natural e involuntariamente no decurso da existência e atividades individuais, por obrigações jurídicas e razões imperativas, que conduzem à preservação de documentos tendo em vista o seu valor como prova legal ou administrativa, seja para acesso imediato ou para referência e reutilização futura.

Todavia, no arquivo pessoal existe também espaço para a criação e acumulação de informação de forma inteiramente deliberada e voluntária, sem que tal dependa necessariamente de qualquer tipo de obrigação ou imposição, jurídica ou legal, como é o caso de registos autobiográficos, fotografias ou vídeos, entre vários outros tipos de documentos, criados e preservados com o propósito de servirem para a compreensão e fixação da memória do passado individual ou da história familiar. Também se pode enquadrar em atos e decisões voluntárias os atos de colecionismo, como a reunião de documentos produzidos ou relativos a terceiros, ou sobre acontecimentos experienciados diretamente ou vividos por outrem, em que a acumulação e organização se rege por algum tipo de característica intrínseca, que serve à fixação da memória.

Razões emocionais, relacionadas com a memória evocada por intermédio de determinados documentos, podem igualmente determinar a decisão de guardar, em vez de eliminar, mesmo quando esses documentos não possuam ou tenham perdido a validade jurídica fixada por quadros legais. Embora possa parecer que as pessoas acumulam informação que não é necessária ou útil, a opção para o seu não descarte e a justificação da sua presença nos arquivos pessoais devem ser consideradas à luz destas razões, e do facto de que, individualmente, é possível atribuir valor ao aparentemente inútil.

Mesmo que a criação ou a decisão de preservação de determinados documentos possa ser considerada um ato voluntário, o seu fim é o de servir de evidência a algo, tendo sempre valor probatório e informativo; logo, esses documentos têm uma funcionalidade própria, mesmo que apenas ligada ao domínio do emotivo. Por outras palavras, pode considerar-se que os arquivos pessoais são um reflexo de constantes atos de provar, informar, recordar, no qual razões funcionais e sentimentais se conectam na atribuição de valor.

Em 1969, Michel Foucault afirmou que os arquivos não são nem a acumulação física de documentos e dados que os indivíduos e as sociedades armazenam, mas um sistema de declarações e uma rede de eventos que se combinam para criar qualquer momento histórico, formando uma entidade histórica prévia sobre a qual nossas afirmações atuais são preditas e através da qual são definidas e tornadas possíveis. Foucault descreve o seu conceito de arquivo como “a fronteira do tempo que envolve a nossa presença” e que, o que “fora de nós, nos limita” (Foucault, 1969, 130). Para o autor, os documentos constituem repositórios

materiais de memórias armazenadas, refletindo um processo de construção identitário, feito de escolhas de registo e de omissões.

Foucault inspirou vários autores, como Philippe Artières (1998) que considerou a constituição de arquivos pessoais como resultante de um processo deliberado pelo qual o indivíduo toma decisões sobre o que irá representar de si, incluindo formas de seleção e organização do todo ou de parte dos seus documentos, com vista a projetar um determinado tipo de imagem, entre o real e o manipulado. Para este autor, o arquivo pessoal corresponde à construção de uma narrativa autobiográfica, no qual o caráter normativo e imperativo de que deriva a criação de determinados documentos, por via de uma injunção social para efeitos de prova jurídica ou legal, é apenas um dos aspetos do que designa “arquivos do eu”, e da necessidade de “arquivar a própria vida”. Deste modo, o normativo e o objetivo cedem lugar ao que apelida de um “movimento de subjetivação” (Artières, 1998, 11).

Esse “arquivo do eu” pode significar uma simples acumulação voluntária para si próprio, mas também ser direcionado para se vir a constituir num testemunho, transpondo-se, assim, a memória individual para outros. Neste processo de transmissão de testemunho tem lugar o valor dado a aspetos da identidade individual, cruzando a memória coletiva e o sentimento de pertença a determinados grupos.

A partilha da informação de um indivíduo com outros, durante o período de vida, pode destinar-se a um amplo leque de pessoas, incluindo família, amigos, colegas e até mesmo outras não próximas. Por outro lado, a decisão de preservar para a posteridade determinados registos documentais tem subjacente uma valorização das ações individuais como um legado ao coletivo, usualmente de aspetos relacionados com a personalidade, a criatividade individual, carreiras ou trajetórias de vida.

O processo de construção do arquivo do “eu” pode, assim, envolver a existência de atos de seleção, de eliminação ou de associações voluntárias. Neste sentido, podem gerar-se deliberadas omissões e silêncios, no intuito de fechar a possibilidade de acesso a domínios de maior privacidade e intimidade; ou sobrevalorizarem-se aspetos da vida pública e do percurso pessoal, deixando outros na penumbra ou obscurecidos. Pode haver lacunas temporais, temas não abordados, e mesmo nos casos em que há muitos documentos sobre um mesmo assunto também podem existir silêncios. De uma forma ou de outra, voluntária ou involuntariamente, existem sempre contextos da vida individual que ficam esbatidos nos arquivos pessoais, se entendidos enquanto lugares tangíveis da memória individual.

Nos arquivos pessoais a produção, reunião, organização, utilização e reutilização de informação, obedecem a diversas temporalidades, por vezes além daquelas relativas aos acontecimentos ou atividades que se pretende documentar. Os documentos não são guardados todos ao mesmo tempo, e, muitas vezes, são reutilizados e reenquadrados pelos

seus produtores, estando sujeitos frequentemente a alterações no seu próprio significado (Heymann, 2008, 8).

Tendo estas questões presentes, vários autores têm perscrutado os arquivos pessoais no sentido de indagar, através deles, a possibilidade de estes refletirem a personalidade dos indivíduos, buscando o conhecimento biográfico dos seus titulares nos traços da memória individual.

Jennifer Douglas e Heather MacNeil examinaram, através do estudo dos arquivos de três escritoras canadianas, o alcance da compreensão do carácter e das intenções de um escritor através do seu arquivo, a partir de dois tipos de abordagem: verificando a aplicação dos princípios do tratamento arquivístico do respeito dos fundos e da ordem original, e analisando a literatura sobre a escrita de vida (Douglas e MacNeil, 2009).<sup>186</sup>

Para as autoras, há uma relação direta entre o propósito do “arquivo do eu” e os textos memorialistas que constituem a “escrita do eu”, ambos funcionando como formas de representar o indivíduo sob determinados intuitos, de transmitir uma imagem para a apresentar aos outros. A escrita de histórias de vida, através de diários, cartas, e outros tipos documentais de carácter autobiográfico – entre os quais se podem considerar igualmente filmes, álbuns fotográficos, entrevistas, e páginas criadas na Internet –, constitui uma forma de criar e transmitir informação, mas que dificilmente assegura um acesso direto à mente e ao carácter dos seus criadores (Douglas e MacNeil, 2009, 32-34), dada a presença sistemática de construções do “eu”.<sup>187</sup>

Nos arquivos pessoais que analisaram, Douglas e MacNeil constataram que alguns deles foram “trabalhados” pelos seus próprios produtores, constituindo assim um produto das suas decisões e esforços para criar um arquivo de “si”, num trabalho de construção com propósitos bem definidos (Douglas e MacNeil, 2009, 37). As autoras concluíram deste modo que a capacidade de um arquivo relevar o carácter do escritor é fortemente restringida pelos esforços do próprio na construção do “eu”, e ainda pela interferência de terceiros sobre o arquivo, com a

---

<sup>186</sup> A investigação das autoras teve por base a coleção L. M. Montgomery (detida pela Universidade de Guelph), o fundo Marian Engel (na McMaster University) e o fundo Alice Munro (na Universidade de Calgary).

<sup>187</sup> Segundo Huyssen, os relatos de tipo memorialista baseiam-se num olhar retrospectivo, a partir de um certo distanciamento temporal em relação aos acontecimentos descritos, não raramente redigidos em tom laudatório, com fins implícitos de enaltecimento de um acontecimento ou de uma pessoa, por vezes do próprio que os escreve. Podem revelar uma componente de imaginação sobre determinados lugares de memória como uma espécie de oásis ou refúgio, e também a presença de mecanismos identitários. Por essa razão, Huyssen considera que as escritas de vida são narrativas frágeis como fonte de informação, pois “nem sempre é fácil traçar uma linha de separação entre passado mítico e passado real, um dos nós de qualquer política de memória em qualquer lugar. O real pode ser mitificado tanto quanto o mítico pode engendrar fortes efeitos de realidade” (Huyssen, 2000, 16).

perversão de princípios de teorias arquivísticas, como a proveniência ou a conservação de uma suposta ordem original.

Nesse sentido, as conclusões a que chegam, perante os casos estudados, situam-nas na mesma perspetiva já anteriormente apontada por Artières, de que os arquivos pessoais configuram um trabalho autobiográfico, considerando mesmo falaciosa a ideia de que um arquivo possa fielmente representar a personalidade, o carácter ou as intenções de alguém. A existência de escolhas do que merece ter relevo e do que deve ser obscurecido está, nestes casos, sempre presente. O arquivo pessoal, tal como é transmitido a outros, supostamente representando a memória de um indivíduo, não reflete a totalidade de um processo de acumulação e não pode constituir um reflexo fidedigno ou inteiramente verídico de um percurso de vida.

Outros autores têm encontrado tendências semelhantes em arquivos pessoais, como é o caso de Luciana Heymann na sua análise sobre o arquivo do brasileiro Capanema, também um exemplo de reordenação constante do próprio ao longo da vida, com assumidos propósitos autobiográficos (Heymann, 1997, 47). Por outro lado, se há indivíduos que, ainda em vida, organizaram o seu próprio arquivo com a posteridade em mente, outros há que nunca tiveram intenção de o fazer.

Em qualquer das situações, não é displicente a eventual influência de terceiros no processo, e mesmo de visões mais latas sobre o papel dos arquivos e de uma potencial ou efetiva entrega a uma instituição de memória. Entre esses terceiros, contam-se familiares, amigos, investigadores que a eles tiveram acesso e até os próprios arquivistas. A interferência de terceiros pode acontecer ainda em vida do produtor, ou posteriormente.

Heymann salientou, a propósito do arquivo de Epitácio Pessoa, o peso da intervenção de um sobrinho na sua organização e acumulação, ainda em vida do seu titular, continuada depois da sua morte (Heymann, 1997, 47-48). Outros arquivos sofreram interferências de vários intervenientes, como é o caso do de Filinto Müller, que revela ausências e seleções, destruição por acidente e por vontade própria, e também informação deliberadamente excluída pelos herdeiros, conforme salientou a mesma autora (Heymann, 1997, 55-56).

Existem também exemplos do impacto de outros agentes, como seja de investigadores que, na pesquisa por materiais diretamente junto dos proprietários, podem interferir na própria estrutura e organização da informação, em função da intervenção direta no espaço doméstico do produtor do arquivo (Ashmore *et al.*, 2012, 82).

A busca pela monumentalização da memória sobre os indivíduos tem conduzido também à inclusão, em alguns arquivos pessoais, de documentos com data posterior à da morte do seu titular, o que pode ter ocorrido antes ou após a sua incorporação numa instituição de memória. Ao receberem tratamento arquivístico profissional, estes documentos, que não foram

produzidos e reunidos pelos titulares dos arquivos, podem ser remetidos para séries descritivas próprias, sob a designação de documentação complementar ou outra semelhante, ou até surgirem de forma indiscriminada no seio da organização e classificação elaborada.<sup>188</sup> A mesma vontade de fixar aspetos da memória relativa ao percurso individual de determinadas personalidades pode também significar que outros documentos, cuja data de produção se enquadra nos respetivos períodos de vida, possam vir a ser agregados aos arquivos *a posteriori*, no intuito mais ou menos explícito de enriquecer ou complementar informação.<sup>189</sup>

Também as diferentes intervenções e opções dos arquivistas podem ser observadas em casos de arquivos pessoais que foram adquiridos em diferentes fases, das quais foram resultando instrumentos de descrição e recuperação de informação sucessivos e não necessariamente consistentes e idênticos entre si. A construção e a alteração de quadros de classificação, realizada por vezes ao longo de décadas, sob diferentes camadas de leitura de princípios arquivísticos e sob influência de tradições de organização, de preferências individuais ou de culturas institucionais, deixam também a sua marca na constituição dos arquivos pessoais e nas narrativas sobre estes e os indivíduos que os formaram. Por essa razão, Jeremy Heil sustenta que tentativas de reorganização ou reclassificação podem revelar-se, nestes casos, imprudentes, sendo talvez mais importante compreender as sucessivas intervenções (Heil, 2013, 46).<sup>190</sup>

Estando os arquivos pessoais sujeitos a múltiplas seleções, reordenações, acrescentos, sonegações, e outras ações, é necessário não se incorrer no que Heymann refere como “ilusão

---

<sup>188</sup> No Anexo II da dissertação podem encontrar-se numerosas situações, para o caso português, de arquivos em que a datas de acumulação se estendem para além da morte das pessoas singulares que os intitulam. Estes documentos podem ser, por exemplo, referentes a homenagens póstumas, ou relacionarem-se com acontecimentos que digam respeito à personalidade em causa, abrangendo uma grande diversidade de tipologias documentais, incluindo recortes de imprensa, brochuras, textos de outros autores, etc.. Vejam-se, meramente a título exemplificativo: o arquivo de Bento de Jesus Caraça (1901-1948), depositado para tratamento na Fundação Mário Soares, ao qual foram agregados vários documentos relativos a homenagens, numa secção específica, prolongando-se o seu âmbito cronológico até 1989 (cf. descrição em <URL: [http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e\\_2201#e\\_2201](http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_2201#e_2201)>) [consult. 30-11-2016]; o “Arquivo Particular de Sá da Bandeira”, referente a Bernardo de Sá Nogueira, marquês de Sá da Bandeira (1795-1876), tutelado pelo Arquivo Histórico-Militar, que se prolonga até 1891, incluindo documentação relacionada o próprio, dispersa por em diversas séries do quadro de classificação (cf. descrição em <URL: <https://arqhist.exercito.pt/details?id=84601>> [consult. 30-11-2016]); o arquivo de Guilherme Braga da Cruz, depositado no Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, que inclui no seu quadro de classificação uma coleção de “documentos complementares”, que se estende também além da sua morte, formada pela reunião de documentos sobre a sua pessoa (cf. descrição em <URL: <http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/arquivos/index.php/documentos-complementares>> [consult. 30-11-2016].).

<sup>189</sup> Veja-se, como exemplo paradigmático o arquivo de Humberto Delgado, transferido da Biblioteca Nacional para a Torre do Tombo em 1996, o qual foi anexada posteriormente, em 1998, numerosa documentação de diversa proveniência relativa às eleições presidenciais de 1958, reunida no âmbito das comemorações do 40.º aniversário desta campanha eleitoral. Confira-se o respetivo inventário publicado (Ucha, 1998), e a descrição geral do fundo disponibilizada pela Torre do Tombo em <URL: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4192564>> [consult. 02-12-2016].

<sup>190</sup> O estudo de Jeremy Heil é singular, na literatura arquivística, pois traça a história da própria atividade profissional de arquivista, a partir dos sucessivos tratamentos dados ao arquivo do poeta Al Purdy, detido pela Queen’s University, situada em Kingston, na província canadiana de Ontário.

biográfica”, com base em supostas ideias de coerência ou de se estar presente um todo que representa alguém. A coerência não é algo omnipresente na acumulação – diferentes situações, por vezes contraditórias estão presentes no processo de seleção, organização e preservação. O sentido de identidade e unidade do indivíduo num arquivo depende sobretudo de pedaços fragmentados de memória (Heymann, 1997, 46). Conforme aponta Heymann, a partir da sua análise do arquivo de Filinto Müller, existe uma clara diferença entre o vivido e o registado, o doado e o inventariado, e o que é efetivamente comunicado (Heymann, 1997, 52).

Não obstante estes condicionalismos a que os arquivos pessoais estão sujeitos, Sue McKemmish considera que documentos como a correspondência, os escritos autobiográficos, as notas e apontamentos, tradicionalmente arredados do estatuto de documentos de arquivo na tradição anglo-saxónica, pelo facto de não serem estritamente resultantes de uma resposta a uma necessidade jurídica, ou por não reunirem as necessárias características de autenticidade, podem também eles ser probatórios, ao atestarem as várias facetas do comportamento humano. Por esta mesma razão têm valor para a sociedade, e é esse mesmo valor que conduz a que sejam integrados em instituições que se incumbem da sua preservação, contribuindo para a memória social e identidade cultural, transformando-se no que apelida de *evidence of us* ou “prova de nós” (Mckemmish, 1996, 39).

Num sentido diverso, Catherine Hobbs considera os arquivos pessoais sobretudo pelo seu potencial revelador da personalidade e do carácter, registados em opiniões, visões e emoções dos indivíduos que os criaram, relativizando a sua utilização como prova do “eu” e do “nós”, na perspetiva de McKemmish. Hobbs argumenta que, em muitos documentos, se encontra grande ambiguidade de propósitos e intenções, diferentes convicções e contradições. A fluidez que considera existir na personalidade individual, faz com Hobbs questione os arquivos pessoais como podendo representar a memória do “eu” de tal forma que qualquer evidência possa ser reconhecida sempre como a evidência do “nós”, como defendera McKemmish (Hobbs, 2001, 131-132).

Outros autores, como Ana Camargo, recusam a ideia de que os arquivos pessoais possuam uma dimensão biográfica, de cujos artífices são tanto as pessoas que os acumularam, como até os arquivistas e instituições que os recebem ou organizam. No seu entender, os documentos não têm “vontade própria” de participar num determinado relato. Pelo contrário, o valor probatório, a autenticidade, recaem diretamente nos documentos em função das ações que lhes deram origem. Os arquivos dos indivíduos estão, como todos os outros, diretamente ancorados aos contextos orgânicos em que se inserem. Na visão de Camargo, quando se subverte o contexto e a primazia do ato, os próprios documentos perdem a sua representatividade e a sua função probatória (Camargo, 2009, 35-36).

Ana Camargo alicerça-se na ideia de “imparcialidade” postulada por Jenkinson, considerando que os documentos são exclusivamente produzidos por interesses e necessidades do seu

produtor, que ditam a sua funcionalidade; ao passo que a maioria dos restantes autores anteriormente indicados vêem os arquivos pessoais como o resultado de um processo de construção, no qual a memória transmitida é configurada por influência de diversos fatores e atores, podendo ser concebidos como uma narrativa biográfica (ainda que não necessariamente “autobiográfica”, dada a possível interferência de outras pessoas).

Segundo Heymann, é essencial considerar o processo sociológico da constituição e transmissão da informação dos arquivos pessoais, e desconstruir a ideia generalizada de que são manifestação segura de uma realidade (Heymann, 1997, 18-19). Como sugere Jennifer Douglas, os contextos são essenciais para a compreensão da formação e da natureza dos arquivos pessoais, no sentido de um processo através do qual cada indivíduo arquiva o seu “eu”, sendo que a autoconsciência da função do arquivo como um testemunho para a posteridade não lhe retira valor. Antes pelo contrário, é pela adequada preservação dos contextos da constituição do arquivo, por parte dos arquivistas, que os investigadores podem obter a informação para que possam tomar decisões e interpretar fundamentadamente os arquivos pessoais (Douglas, 2013b, 83).

Os arquivos pessoais revelam-se espaços de construção de memórias, selecionando aquilo que interessa preservar, destruir, excluir ou simplesmente esquecer, tendo subjacentes noções mais ou menos empíricas de significado, valor, importância, o que, em conjunto, significa preservar o que se considera ser merecedor de memorialização. Os documentos podem ser uma manifestação da memória individual, mas não se pode fazer uma associação automática entre o arquivo e a vida do seu titular. Os documentos que se decidiram preservar podem significar, quanto muito, aspetos mais ou menos fragmentados, mais ou menos completos, das relações pessoais ou de negócios, do íntimo de um indivíduo ou da sua expressão criativa, das suas ações, do seu papel na sociedade, ou dos seus interesses, mas num sentido amplo da noção de memória, enquanto fenómeno social situado num espaço-tempo multidimensional.

Naturalmente que estas perspetivas podem conduzir a que se questione a possibilidade de os arquivos pessoais servirem como testemunho da memória coletiva. Como podem ser um pilar para a memória de grupos sociais mais latos, se não constituem sequer um espelho dos seus produtores, pela subjetividade inerente à acumulação individual e à intervenção de terceiros, com consequências para a suposta imparcialidade dos arquivos? Até que ponto os testemunhos individuais, singulares e únicos, não comprovados, servem de prova a acontecimentos ou aspetos da sociedade em geral? Como é que as ações quotidianas de um indivíduo, aparentemente irrelevantes para o resto das pessoas, podem ter algum valor para o estudo e compreensão da sociedade, ou para as futuras gerações?

Apesar destas indagações, e não obstante os propósitos subjetivos inerentes à constituição de arquivos pessoais, anteriormente apontados, tal não significa que os arquivos do “eu” devam ser rejeitados ou ignorados, retirando-se-lhes valor como testemunho de um percurso individual



e, simultaneamente, de contextos sociais amplos que pertencem ao domínio do coletivo. A intencionalidade “criadora” está intrinsecamente ligada à constituição, pelos indivíduos, de arquivos enquanto produtos da memória, a qual nunca é estritamente individual, mas antes predominantemente coletiva, como apontaram autores como Halbwachs ou, mais recentemente, Pollak.

Tudo o que entra no âmbito da memória individual, mesmo ao nível mais íntimo, está em relação com um conjunto de valores e experiências mais amplo, pertencentes, total ou parcialmente, à sociedade em geral. A rememoração pessoal situa-se dentro de uma rede de solidariedades múltiplas, nas quais cada um está incluído, e é da combinação de diversos elementos que pode surgir uma referência, uma lembrança, que nos permite situar no meio da variação contínua dos quadros sociais e da experiência coletiva (Halbwachs, 2004, p. 14). A memória está, assim, interligada diretamente com as identidades sociais.

A memória de um acontecimento do qual não participamos depende da possibilidade de lhe acedermos. Este acesso, por sua vez, depende da existência de uma transmissão, direta ou indireta, de alguém que o vivenciou, seja através de documentos escritos, depoimentos orais, meios de comunicação social, monumentos, vestígios arqueológicos ou qualquer outro meio que sirva de testemunho. Sem essa transmissão, resta apenas o esquecimento (Vidal, 2007, 5). Para que qualquer grupo constitua a sua memória também não basta que os seus membros conservem individualmente os traços do passado – é imprescindível que essas lembranças sejam transmitidas aos outros, designadamente aos futuros membros do grupo (Vidal, 2007, 6).

A perpetuação da memória constitui uma necessidade tão individual quanto coletiva, organizada a partir do presente, refletindo umas vezes as preocupações atuais, e noutras o que pode ser considerado uma memória “herdada”. Conforme as circunstâncias podem surgir lembranças, concentradas num ou noutra aspeto, deformando e reinterpretando o passado, numa “permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido” (Pollak, 1989, 9-10).

Por meio de uma socialização política, ou histórica, pode ocorrer um fenómeno de projeção ou de identificação com determinado passado, mesmo que não vivido diretamente (Pollak, 1992, 201). A memória é, assim, um elemento constituinte do sentimento de identidade, na medida em que é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo, na sua reconstrução de si (Pollak, 1992, 204).

Autores como Eric Hobsbawm e Terence Ranger (1983) ou David Lowenthal (1985, 1989) têm destacado que conceitos como memória ou identidade não são realidades fixas, mas antes fluidas no espaço, no tempo, em distintas circunstâncias, sujeitas a reinvenção e reimaginação, com o fim servir determinados necessidades do presente, manipulando-se as memórias e as heranças do passado para se definirem tipos específicos de identidade cultural.

Castells define identidade como a fonte de significado e experiências de um povo, processo de construção de significado com base num atributo cultural ou conjunto de atributos culturais inter-relacionados, que prevalecem sobre outras fontes de significado (Castells, 2003, 20). Para o autor essa construção social sempre ocorre em contexto marcado por relações de poder, e propõe uma distinção entre três formas e origens de construção de identidades: a legitimadora; a de resistência; e a de projeto, que constituiu a nova identidade a ser conquistada. “Cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto no que tange à constituição da sociedade” (Castells, 2003, 24).

As instituições criadas para preservar a memória coletiva (das nações, das pessoas, de instituições, de movimentos, ou de povos), sejam elas arquivos, museus, bibliotecas ou outros espaços, têm tido quase sempre um carácter indiretamente político ou ideológico, na medida em que a memória se pode transformar facilmente num instrumento capaz de criar identidades, e de ajudar a construir um discurso sobre o passado que justifique as ações do presente. O uso da memória pode ainda conferir legitimidade a um projeto institucional e aos seus agentes sociais (Heymann, 2005, 9). Nesse sentido legitimador, verifica-se que, ao longo da História, os arquivos sempre estiveram ligados a determinados grupos sociais e políticos, que decidiam o que devia ser guardado, validando o seu poder e marginalizando outros. Muitos serviram não apenas para salvaguardar os registos de transações, e ser prova de ações, mas também para fins simbólicos ou religiosos.

Os investimentos no campo da perpetuação da memória tornaram-se particularmente visíveis no período da formação dos Estados-Nação, durante o século XIX, designadamente através do esforço comemorativo, com o erguer de monumentos e a realização de homenagens a figuras políticas importantes, ou cuja importância foi ampliada em função de necessidades agregadoras de vontades. Comemorações e monumentos, santuários, cemitérios, museus e arquivos constituíram espaços através dos quais se procurou cristalizar a lembrança e a sua transmissão, tendo também uma função simbólica. Acontecimentos ou experiências vividos por um pequeno número tornavam-se assim caracterizadores de uma maioria que deles não participara (Nora, 1993, 21-22).

As incorporações de documentos produzidos por famílias, indivíduos, ou por outras formas de organização social fora da esfera da administração do Estado, foram deste modo amplamente aceites e até mesmo ativamente adquiridas, por parte de bibliotecas ou arquivos, muitas vezes na sequência de orientações políticas ou ideológicas.<sup>191</sup> Na senda de uma visão do documento

---

<sup>191</sup> Na Europa, por exemplo, a incorporação de livrarias particulares em bibliotecas ou arquivos nacionais foi significativamente impulsionada após a Revolução Francesa, com o desenvolvimento do pensamento liberal. Em França, os arquivos e bibliotecas tornaram-se detentoras de numerosos documentos e arquivos provenientes do confisco de bens após a Revolução, vindo a influenciar outros países, entre os quais Portugal. No outro lado do Atlântico, embora por motivos diferentes, também se deve assinalar que na Confederação Canadana foram organizados vários arquivos na segunda metade do século XIX. Neste

enquanto “monumento” ou “preciosidade” histórica, atribuiu-se valor memorial a manuscritos considerados raros, da autoria de personalidades relevantes ou que testemunhavam acontecimentos marcantes. Abriu-se, assim, espaço para o gradual reconhecimento da importância da memória dos indivíduos para a memória coletiva.

Durante o século XX, aos arquivos dos indivíduos foi sendo paulatinamente reconhecido o seu papel como potenciais fontes de informação complementar ao discurso oficial transmitido pelos arquivos do Estado ou das organizações, e a sua importância para documentar aspetos da sociedade não abrangidos por arquivos institucionais, pelo facto de estarem mais próximos da vivência dos indivíduos e fora de quadros normativos e impositivos.

Também não se poderá descurar a importância que tiveram os vários modos de encarar o conhecimento, principalmente durante o século XX, para o desenvolvimento de uma consciência, por parte dos indivíduos, da importância do seu próprio arquivo para a ciência e para a sociedade, e no despertar de um interesse na utilização de documentos privados como fontes de investigação. A procura do conhecimento das características humanas e do comportamento do homem e da sua vivência social refletiu-se em iniciativas de organismos académicos, sociedades científicas e literárias, ou instituições de estudo e observação dos fenómenos sociais, que estimularam a prática autobiográfica e o registo e guarda das memórias individuais.<sup>192</sup>

A evolução de correntes historiográficas, designadamente sob a inspiração da chamada escola dos *Annales*,<sup>193</sup> trouxe para o domínio da investigação a micro-história e a história abordada

---

caso houve uma orientação geral de recolha de diversas fontes relativas à história do Canadá, entre os quais se contavam documentos pessoais de ex-governadores, de missionários, de colonos e de exploradores. A recolha deliberada e, se necessário, a cópia de todo e qualquer documento, público ou privado, independentemente do local onde se encontrasse (a coleta estendeu-se inclusivamente à Europa), surgiu a partir de uma preocupação com a preservação de documentos que testemunhassem a história da exploração e colonização do território, e de um desejo de firmar uma identidade cultural exclusivamente canadiana, em contraposição à influência dos Estados Unidos (Millar, 1998, 105-106).

<sup>192</sup> A título de exemplo, refira-se o impulso dado pela Escola de Chicago que, a partir de 1915, começou a incentivar os seus alunos a escreverem autobiografias, ou os estudos que realizou sobre sectores sociais marginais. Saliente-se também o órgão de pesquisa social *Mass Observation* que, entre finais da década de 1930 e a de 1950, incentivou a escrita autobiográfica junto de centenas de pessoas em Inglaterra, solicitando-lhes colaboração periódica através de relatos de experiências e opiniões pessoais. Na Alemanha da década de 1930, foram também levadas a cabo experiências de concursos autobiográficos, com o fim de estudar o impacto da derrota na I Guerra junto dos militantes nazis, e a Universidade de Harvard também apelou às vítimas da Alemanha para registarem as suas experiências Artières, 1998, 16-17; Anibal, 2011, 14-15).

<sup>193</sup> A chamada escola dos *Annales* foi um movimento historiográfico que se constituiu em torno do periódico académico francês *Annales d'histoire économique et sociale*. Fundada por Lucien Febvre e Marc Bloch, em 1929, propunha-se ultrapassar a visão positivista da História como crónica dos acontecimentos, rejeitando a ênfase predominante na política, na diplomacia e nas guerras, tradicionalmente aplicada pelos historiadores do século XIX e início do século XX. Para o grupo dos *Annales*, o tempo breve da História dos acontecimentos devia ser enquadrado pelos processos estruturais de longa duração, com o objetivo de tornar inteligíveis os contextos culturais e civilizacionais, bem como as mentalidades subjacentes. Por outro lado, a História também se devia interessar pelo estudo de atividades humanas até então pouco investigadas, rompendo com a compartimentação entre as Ciências Sociais e privilegiando os métodos pluridisciplinares. A geração seguinte dos *Annales*, em que

não só a partir do percurso dos Estados, mas também do dos indivíduos. Contudo, os arquivos deixaram de ser apenas lugares de uso para os historiadores; várias outras disciplinas académicas e profissionais de diversas áreas se interessaram pelos registos da vida privada. A valorização dos atos pessoais com finalidades políticas, históricas, culturais, sociológicas, antropológicas ou outras, e a investigação em diversas áreas do conhecimento, contribuiu para incentivar a pesquisa tanto nos arquivos das organizações do Estado, como nos arquivos privados de uma forma geral, na busca de elementos sobre a dimensão mais quotidiana da vida social e sobre o indivíduo na sua esfera privada e íntima.

Ao crescente interesse dos investigadores pelos arquivos privados aliou-se o envolvimento de várias instituições na sua aquisição, assistindo-se a um aumento gradual da presença de fundos de origem privada em bibliotecas, arquivos e museus. As políticas de aquisição ativa ocorreram um pouco por todos os países, incluindo em Portugal, num movimento de incorporação de arquivos familiares e pessoais em diversas instituições de memória, sob os mais distintos propósitos.

A integração de arquivos pessoais em instituições para efeitos de preservação e valorização em prol da memória coletiva está imbricada em diversos contextos sociais, políticos e culturais, que variam em função do país, da região e da época, entre os quais se podem destacar: a necessidade de consolidação de identidades nacionais; a realização de celebrações históricas; o estabelecimento de novas universidades e departamentos de História, renovando o interesse pelo estudo da História e pela Cultura; o desenvolvimento de políticas nacionalistas ou regionalistas; o aparecimento de novos movimentos sociais e políticos; ou ainda questões relativas aos direitos humanos e de diversos grupos sociais.

Sobretudo a partir das décadas de 1970-1980 tornou-se notório o acréscimo do interesse pelos arquivos privados, designadamente pelos pessoais, acompanhado igualmente pela proliferação de grupos sociais que se envolveram na criação dos seus próprios arquivos como lugares de memória. Este movimento daria origem a uma proliferação de repositórios, que incluiu o aparecimento de centros de arquivo especializados em determinados temas, e a uma apropriação maciça dos arquivos pela sociedade, pelas administrações locais e regionais e por associações privadas, numa “sacralização” do arquivo que não se limitou à criação de uma nova sensibilidade face ao que era o documento considerado de valor histórico, mas que decorreu principalmente da entrada em cena de novos atores, “instigadores de memórias” que criaram e divulgaram a ideia do dever de arquivo (Artières, 2005, 5-7), associada à ideia de um dever de memória (Heymann, 2007b, 15-44).

---

pontificaram historiadores como Fernand Braudel, Georges Duby ou Pierre Chaunu, abriu o caminho ao surgimento de uma terceira geração, que constituiu uma nova escola historiográfica, genericamente designada por “Nova História”, englobando os historiadores Jacques Le Goff, Marc Ferro e Pierre Nora, entre outros, que estabeleceu definitivamente a ideia de que toda atividade humana é considerada História.

Essa obsessão pelos arquivos foi assinalada por Pierre Nora, que salientou a presença de um impulso de “acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe qual tribunal da história” (Nora, 1993, 14-15). O interesse pelos arquivos tornou-se, para uma grande diversidade de investigadores e para as pessoas em geral, uma necessidade quase “freudiana” com o fim de documentar a história, fosse ela individual, de comunidades específicas ou da sociedade em geral, como destacaram, à época, Arlette Farge (1989), ou Derrida e Prenowitz (1995).

Os arquivos constituem poderosas munições para justificar e fortalecer, a partir dos testemunhos do passado, as necessidades do presente. Questões relacionadas com a luta contra as diferenças sociais, ou movimentos de resistência por motivos políticos, étnicos, de género, classe social ou outros, influenciam a formulação ou reformulação de projetos identitários, para os quais se afigura importante a preservação da memória coletiva. A rememoração de acontecimentos através de testemunhos individuais pode, neste sentido, colaborar para um entendimento mais profundo de certos fenómenos, contribuindo para o reconhecimento de histórias comuns e até mesmo para a obtenção ou confirmação de direitos adquiridos.<sup>194</sup>

Grupos de defesa dos direitos humanos, comunidades culturais, e cidadãos em geral, têm encarado os arquivos como prova de suporte para reclamar tanto direitos e como histórias, fazendo emergir a importância que, para tal fim, também têm os arquivos provenientes da sociedade civil, nomeadamente quando os do Estado não respondem às necessidades, e quando acontecimentos sociais – como as guerras ou a migração forçada de pessoas – ou acidentes naturais, conduzem à perda de objetos e documentos, essenciais à capacidade humana de evocar memórias.<sup>195</sup>

---

<sup>194</sup> Como exemplo paradigmático, pode apontar-se o caso do filme francês *Indigène*, que revela a experiência da participação de soldados argelinos ao lado dos franceses na Segunda Guerra, tendo como consultor o historiador Pascal Blanchard (autor do livro “A Fratura Colonial”, de 2005). A partir da difusão do filme, em Setembro de 2006, criou-se um debate nacional sobre a participação dos norte-africanos na guerra, provocando uma multiplicação de artigos jornalísticos e entrevistas a estes ex-soldados, com depoimentos, pesquisas em arquivos pessoais de fotografias, relatos íntimos e jornais antigos, dando origem a um outro entendimento das especificidades das suas experiências e fazendo lembrar os franceses que a libertação do nazismo foi um produto desta participação. Este impacto na memória coletiva teve como resultado a saída de um decreto de revisão da situação das pensões auferidas por estes homens, anteriormente distintas das atribuídas aos franceses em idênticas circunstâncias (Vidal, 2007, 10).

<sup>195</sup> A este propósito devem ler-se os artigos de Hariz Halilovich (2014) e de Anne Gilliland (2014) ambos sobre a importância dos arquivos para a preservação da identidade e da memória. O primeiro autor debate as dimensões jurídicas, políticas e éticas, e o modo de lidar com a falta de memórias pessoais e provas materiais das histórias dos sobreviventes da limpeza étnica, do genocídio e da diáspora a partir do caso dos refugiados da Guerra da Bósnia. A esse propósito refere a forma como estes procuraram recriar os seus próprios arquivos, perdidos no contexto de guerra, reconstituir memórias e firmar as identidades “apagadas”, no espaço real e virtual, numa tentativa de humanizar tanto os que morreram como os sobreviventes. A segunda autora passa em revista os traumas criados pelas Guerras da Jugoslávia, e

De arquivos baseados na atividade dos Estados ou como necessidade simplesmente jurídico-administrativa, passaram a existir arquivos com uma justificação sociocultural baseados num uso público, com grande influência do discurso historiográfico. De arquivos tradicionalmente fundados pelo Estado, para servir o Estado, refletindo a sua estrutura hierárquica e cultura organizacional, os arquivos passaram a ser das pessoas, para as pessoas e até concebidos pelas próprias pessoas. Os arquivos continuam a representar a defesa dos direitos e a continuidade governativa e administrativa, mas, segundo Terry Cook, a justificação principal da sua existência ou necessidade é também a de dar aos cidadãos um sentido de identidade, localidade, história, cultura e memória pessoal e coletiva (Cook, 1997, 44).

Ao longo do período contemporâneo, as pessoas foram ganhando maior acesso à educação e à cultura, e, conseqüentemente, aumentou a sua capacidade de produzir cada vez mais informação. Primeiro, o papel e o livro tornaram-se mais baratos e democratizaram-se. Ao cidadão em geral tornou-se progressivamente mais fácil, economicamente acessível, e culturalmente aprazível criar arquivos, bibliotecas, e aumentar coleções dos mais diversos tipos, por vezes simplesmente ligadas a interesses memorialísticos ou simples curiosidades. O interesse pelo arquivar da própria vida passou a ser uma característica indissociável do Homem contemporâneo. Ultrapassando o arquivo limitado aos documentos essenciais para provar atos ou factos, os cidadãos passaram a poder construir a sua própria memória, produzindo e acumulando uma diversidade de informação, cada vez em maior escala, fora do estrito cumprimento de padrões e normas organizacionais, e em função de diferentes propósitos e valores.

Nas décadas mais recentes, o advento do computador pessoal, dos dispositivos móveis, das redes de comunicação digitais, a informação tornou-se cada vez mais transitória, com múltiplas conexões, não ligadas necessariamente a uma única estrutura, organização ou centro responsável pela sua criação. Mais flexível, facilmente reutilizável e transformável, a informação produzida em ambientes digitais veio questionar muitas perspectivas tradicionais dos elementos probatórios dos documentos analógicos, presos a determinados suportes estáveis.

A opção consciente por guardar em vez de eliminar, já existente nos arquivos das pessoas há longas décadas, quando estes eram esmagadoramente em suportes baseados no papel, é igualmente válida para o universo da informação pessoal atualmente produzida por meios digitais e com recurso a ferramentas virtuais na Internet. Alguns autores, preocupados com a forma como as pessoas atualmente produzem, gerem e decidem preservar essa informação, contida em computadores ou outros elementos de armazenamento externos, incluindo em

---

alimentados posteriormente, especialmente na Croácia, e o modo como isso afetou a vida das pessoas, designadamente continuando a condicionar os mais vulneráveis e a impedi-los de seguir em frente, destacando também o papel dos arquivos como prova de direitos legais, ajudando, assim na reafirmação das respetivas identidades.

ambientes virtuais, têm encontrado as mesmas razões dos indivíduos para a produção e acumulação de informação, e os mesmos valores quanto às decisões de preservar ou eliminar. Por exemplo, a justificação do “guardar porque pode vir a ser preciso”, existe em qualquer das realidades, assim como a manifestação do desejo de deixar um legado para os outros. Todos os documentos, independentemente do suporte em que foram produzidos, fazem parte de formas individuais de lidar com informação (Jeremy Leighton John *et al.*, 2010, 12; Kim, 2013, 49-52).

O arquivo pessoal como testemunho da memória coletiva tem ainda de ser considerado, na atualidade, perante a globalização, a massificação, e a mediatização trazidas pela Internet e pelas novas redes de sociabilidade. As experiências dos indivíduos e dos grupos sociais estenderam-se além das fronteiras territoriais que tradicionalmente definiam as respetivas comunidades de pertença, permitindo também que as pessoas construam múltiplas identidades, alternando, adaptando, construindo e fazendo escolhas, em função das suas interações com diferentes grupos presentes na arena social digital. À medida que se avança no século XXI, novas realidades sociais e de comunicação manifestam-se de formas cada vez mais diversificadas. Com as novas ferramentas digitais, cada pessoa pode facilmente transformar-se no seu próprio editor, autor, fotógrafo, cineasta, músico, intérprete e, até mesmo, arquivista.

Durante este processo, as instituições de memória alargaram gradualmente a sua área de intervenção, para dar cobertura a conteúdos centrados na vida das pessoas, nos seus vários contextos sociais. Num paradigma recentrado na memória coletiva, os arquivos pessoais tornaram-se um património valioso para muitas instituições, que os procuraram incorporar nos seus acervos, enfatizando a sua herança cultural, em contraste com uma visão da sua função meramente administrativa (Cook, T., 2013, 108-109).

Ao mesmo tempo, os arquivos transformaram-se num recurso fundamentado na natureza pluralista da sociedade, e deixaram de ser uma fonte cultural e patrimonial apenas para uma elite académica, para se tornarem uma base social de identidades. Sue Mckemmish e Michael Piggott (2013) defenderam a necessidade de uma arquivística inclusiva e plural salientando a necessidade de “descolonizar” os arquivos e de ultrapassar as teorias baseadas num paradigma que privilegiava os registos escritos, impondo narrativas que excluíram as vozes de povos, como no caso dos indígenas, essencialmente baseadas na oralidade. Nesse sentido, mesmos autores consideram ainda que os arquivos institucionais podem conter documentação de e sobre as pessoas, e estas devem poder ter um papel nas decisões sobre os registos que lhes dizem respeito.<sup>196</sup>

---

<sup>196</sup> A importância de registos relativos aos indivíduos existentes nas instituições é exemplificada no caso australiano, com as questões relativas às comunidades indígenas e aos direitos humanos. No entanto, os

O contexto pós-moderno trouxe para a Arquivística a noção de que os arquivos são também objetos de estudo em si mesmos, quer no que respeita aos conjuntos documentais, quer relativamente aos arquivos-instituições. Também o entendimento dos arquivos como fenómenos supostamente naturais, orgânicos e evidentes, passou a ser questionado, para serem considerados como resultando de processos complexos racionais, que determinam a sua formação. A alteração de paradigma permitiu a abertura para outro tipo de reflexões que alertam para o facto de os arquivos serem constantemente reconstruídos desde a sua produção, até ao seu tratamento pelos arquivistas, e à sua utilização como fontes, o que lhes adiciona sucessivas camadas de significados (Nóvoa, 2013, 355-356).

O arquivista tornou-se um seletor ativo de informação e um criador consciente da memória social. Longe de ser neutro e objetivo, como postulado no início do século XX por Hillary Jenkinson, guardando simplesmente o que era herdado ou recebido, o arquivista passou a determinar o que seria recebido nas instituições arquivísticas, entrando, nesse processo de decisão, a sua inevitável subjetividade. O foco da sua atividade deslocou-se para documentar os cidadãos tanto quanto o Estado; as margens, assim como o centro; as vozes discordantes e também o discurso oficial; a expressão cultural, do mesmo modo que a política e administração; a vida interior, os sentimentos e as motivações humanas, tanto quanto a sua manifestação externa através de ações e de resultados (Cook, T., 2013, 110).

A própria identidade do arquivista tem-se vindo a ancorar na função de mediador consciente na formação das múltiplas identidades da sociedade, através do recurso à memória, e de agente ativo na gestão da informação, em face da crescente complexidade das organizações sociais e dos meios de comunicação (Cook, T., 2013, 112-113). Arquivistas, profissionais de museus, de centros de documentação, de bibliotecas e de outras instituições, participam, deste modo, na construção de memória, ao mesmo tempo que procuram preservar documentos como prova de evidências autênticas (Cook, 2013, 102).

### **3.2. A avaliação e seleção em arquivos pessoais: uma função arquivística necessária**

Em 1994, a *Society of American Archivists* (SAA) decidiu elaborar um pequeno guia orientado para as pessoas interessadas em doar a repositórios os seus documentos e os da sua família.

---

problemas relativos aos direitos humanos e ao acesso dos cidadãos a assuntos relacionados com o exercício dos seus direitos, podem ser extrapolados para outras realidades. São variados os exemplos, como os dos regimes autoritários ou ditatoriais, que incorporaram, através da apreensão por serviços de segurança ou repressão, manuscritos, correspondência, e outros documentos dos cidadãos. Poesias, fotografias, e uma grande diversidade de outros documentos apreendidos desta forma encontram-se conservados em arquivos do Estado, e podem ser considerados na perspetiva da reclamação de direitos de autor, por exemplo (Mckemmish; Piggott, 2013, 132).



Fruto do seu tempo, as tipologias documentais às quais se reconhecia um potencial valor estavam ainda quase exclusivamente no domínio dos documentos analógicos, maioritariamente em suporte papel, embora incluindo também registos audiovisuais em suportes magnéticos (SAA, 1994). Quase vinte anos depois, a mesma sociedade viu-se na necessidade de atualizar o guia, com o intuito de o adaptar à inclusão da documentação produzida digitalmente, que aumentou exponencialmente desde aquela data, como o *e-mail* ou os *websites*, adicionando alguns alertas básicos quanto à sua avaliação e preservação, por parte dos repositórios (SAA, 2013b).<sup>197</sup>

O novo guia da SAA visou principalmente uma adequação aos novos suportes digitais pois, nesse período de tempo, algo comum se manteve no que respeita à filosofia subjacente à avaliação dos materiais que, provindo de arquivos pessoais, deviam ser adquiridos para preservação por tempo indefinido – o claro assumir de que um repositório não pode aceitar tudo devido a três razões básicas, essencialmente do foro pragmático da gestão: constrangimentos de espaço, limitação de recursos humanos e financeiros, e, ainda, inadequação dos materiais à missão de cada instituição.

Ao longo das duas décadas que mediaram a elaboração dos guias foi igualmente mantida a ideia de que existem instituições mais apropriadas para receber certas tipologias de documentos, instruindo-se os doadores para a possibilidade de serem encaminhados a outros locais os que não se adaptassem aos fins de determinadas instituições, recomendando-se ainda que alguns, de valor mais sentimental do que “histórico”, permanecessem em posse das pessoas ou das famílias.

Com escasso ou sem suporte teórico a justificar estas orientações programáticas, o exemplo da sociedade dos arquivistas americanos sintetiza algumas das principais razões que têm presidido à seleção de documentos de arquivos pessoais, destinados a serem incorporados nos acervos das mais diversas instituições. Regra geral, as várias instituições de memória que adquirem arquivos pessoais avaliam-nos caso a caso, atribuindo empiricamente noções abstratas de valor, com base em presuntivos fundamentos culturais ou históricos.

Sob o pressuposto de que um repositório não pode aceitar tudo, advogam-se implicitamente seleções, com base em determinadas tipologias documentais, ou no que é considerado adequado a um certo universo temático. Também se selecionam arquivos pessoais em função da atribuição de importância a certos indivíduos, a partir da sua projeção na sociedade ou em virtude do papel desempenhado em determinadas áreas de atividade. As decisões do que incorporar e os critérios de atribuição de valor variam conforme as instituições se situem num plano nacional, ou no âmbito mais local, assim como em função do prosseguimento de

---

<sup>197</sup> Uma síntese do conteúdo da brochura pode ser encontrada em <URL: <http://www2.archivists.org/publications/brochures/donating-familyrecs>> [consult. 29-04-2017].

determinadas missões, dos objetivos que se pretendem alcançar, ou dos recursos disponíveis, e tem estado na base de propostas distintas para a avaliação de arquivos enquanto função arquivística.

Nos EUA, por exemplo, a Sociedade Histórica de Minnesota desenvolveu, em 1997, um método de avaliar e selecionar os fundos privados com vista à sua eventual aquisição (Greene; Daniels-Howell, 1997). Este método parte do princípio de que a avaliação depende do contexto documental do serviço de arquivo e que os arquivistas podem analisar os produtores e os documentos estabelecendo critérios de avaliação relacionados com os objetivos e recursos de uma instituição. O designado método *Minnesota* exige a combinação de vários modelos e desenvolve-se em seis etapas: 1 – conhecer o acervo de uma instituição para determinar o seu perfil documental e destacar lacunas; 2 – compreender o universo em que se inscreve a instituição, estudando o contexto externo passado e presente, determinando tendências, acontecimentos importantes e os seus atores mais representativos e ativos; 3 – estabelecer prioridades, com base nos conhecimentos adquiridos nas anteriores etapas; 4 – definir funções e tipos de documentos criados pelos produtores selecionados na etapa antecedente, determinando o seu nível de importância; 5 – refinar as prioridades e contactar potenciais doadores; 6 – rever o método periodicamente (Nobs, 2013, 10).<sup>198</sup>

Seja qual for o critério utilizado, as entidades que decidem preservar documentos produzidos e reunidos por indivíduos, por famílias, ou por comunidades mais ou menos informais, assumem-se, sem pejo, como repositórios da memória de determinadas identidades, sejam elas individuais ou de grupos sociais. Os arquivos constituem também símbolos culturais, além de repositórios de informação – têm um valor simbólico na memória individual, e são reconhecidos enquanto tal pelo público. A aquisição é, por isso, igualmente realizada supostamente para aquisição de benefícios para a comunidade, e fundamentada em fins considerados históricos ou culturais. Todavia, o enriquecimento de um acervo institucional, por via da incorporação do arquivo de um determinado indivíduo, que empiricamente se considera como “importante”, não deixa de ter implícito um acréscimo de prestígio para a própria instituição. O inverso é também uma realidade – a incorporação de um determinado arquivo pessoal numa instituição de memória é, em si mesmo, um ato de atribuição de reconhecimento de prestígio ao seu produtor.

Nos arquivos pessoais que são objeto de aquisição por instituições de arquivo, bibliotecas e museus, a avaliação e a seleção do que preservar implica o estabelecimento de algum tipo de

---

<sup>198</sup> Entre alguns dos pontos negativos apontados a este método, destacam-se: a demasiada complexidade na aplicação, devido à reunião de várias teorias e métodos anteriores; a integração de um conceito de priorização que acarreta o risco de passagem ao lado de documentos e produtores relevantes; os escassos recursos financeiros e humanos em muitas instituições para aplicar completamente o método; e o facto de a revisão periódica do método implicar rigor, muita atenção e dispêndio de tempo (Nobs, 2013, 10-11).

consideração sobre o que vale a pena lembrar e fixar da memória dos indivíduos, para benefício da memória coletiva. Por consequência, avaliar e selecionar o que preservar, e decidir o que excluir, são das questões mais complexas em quaisquer abordagens teóricas ou metodológicas pela Arquivística.

A avaliação, como função arquivística, tem por finalidade a análise e atribuição de valor ou significado que se julga presente nos documentos de arquivo, ou melhor dizendo, na informação produzida e registada no decurso das atividades humanas. Dela depende diretamente a seleção, ou seja a decisão do que conservar, durante quanto tempo, e em função do que se julga ser essencial para documentar os processos e contextos inerentes a essas atividades humanas. A seleção foca-se no que se considera ser importante e, ao mesmo tempo, implica a eliminação do que é considerado sem valor.

Terry Cook destacou que a avaliação e a seleção se devem considerar o centro da atividade arquivística, a sua primeira responsabilidade, questionando, face ao desenvolvimento da prática arquivística ao longo do século XX e do início do novo milénio, o legado “jenkinsoniano” de que não se deve fazer qualquer seleção; a noção do arquivista como um curador “objetivo”, “neutral” e “passivo”; e a ideia de que o trabalho dos arquivistas se pode reduzir a uma série de processos e procedimentos, sem atenção aos valores teóricos e filosóficos (Cook, T., 2011a, 175).

As decisões são normalmente tomadas por indivíduos, por determinados grupos, entre os quais os arquivistas, funcionando como mediadores ou modeladores da memória coletiva, pois o modo como se seleciona e difunde informação é suscetível de despertar consciências para aspetos que podem permanecer tendencialmente na sombra sem essa intervenção. Na compreensão dos arquivos é, portanto, essencial que se tenha em atenção a determinação de qual foi a memória que se pretendeu conservar, quem o determinou, e com que finalidade (Cook, 1997, 18-19).

Vários autores têm procurado definir a avaliação e os seus objetivos, procurando uma conciliação entre as ideias de Hillary Jenkinson, visando a manutenção da integridade e a salvaguarda da autenticidade dos arquivos como essenciais à preservação da evidência e/ou prova das atividades,<sup>199</sup> com a inevitável necessidade de ter de selecionar o que preservar, por impossibilidade de tudo guardar, baseando-se na verificação dos valores de tipo primário e secundário dos documentos, em função dos propósitos da sua utilização, conforme postulado por Schellenberg.

---

<sup>199</sup> Note-se, contudo, que a própria noção de prova/evidência não é um conceito estático e tem evoluído. Por exemplo, durante muito tempo, em vários países, os testemunhos das mulheres em tribunal não foram permitidos, ou então foram relativizados, devido a convenções e preconceitos sociais, o que também aconteceu com as tradições orais de determinadas comunidades, como sejam as indígenas. Também os primeiros microfilmes não foram inicialmente aceites como prova legal, tal como os primeiros documentos produzidos em computador (Cook, 2013, 104).

Considerando que é impossível examinar o valor de evidência de cada documento de um arquivo, e o universo infinito do que pode ser considerado como valor informativo, Richard Cox sugere que, sendo difícil considerar o que deve ser a avaliação, alguns profissionais recorrem acriticamente a conceitos como valor primário ou secundário, evidência ou informação, apenas porque são comumente usados e aceites no campo da Arquivística (Cox, 2004, 37).

Apesar de diversos autores terem vindo a analisar as práticas correntes neste domínio, esboçando interpretações quanto aos valores que devem estar presentes, a avaliação e seleção de arquivos pessoais mantém-se um tema menosprezado, quer na teoria arquivística, quer ao nível do desenvolvimento de metodologias e do estudo das práticas dos profissionais das instituições que os adquirem. Já no que respeita à informação produzida por entidades com orgânicas complexas, como as do Estado, tem-se assistido a todo um aparato teórico, metodológico, normativo e legislativo, alargado ao investimento em tecnologias que permitam a adequada avaliação, gestão e preservação da informação, abrangendo a que se tem vindo a produzir por meios digitais.

O que é considerado como tendo valor, importância, significado, é muitas vezes deixado por definir no que se refere aos arquivos pessoais, mesmo em autores que se debruçaram especificamente sobre as práticas de aquisição de repositórios como Mary Lynn McCree (1984), Virginia Stewart (1984) ou Judi Cumming (1994). Face à indefinição do que é efetivamente o valor arquivístico dos arquivos pessoais, Timothy L. Ericson chamou a atenção para a importância de colocar o foco da avaliação na informação e não nos documentos em si mesmos (Ericson, 1991-1992, 73). Ainda assim, este autor evitou discutir a natureza e o entendimento do que é a informação contida nos diversos materiais, como base orientadora das decisões de seleção.

No caso específico dos arquivos pessoais, como destacou Riva Pollard (2001), continua a equacionar-se frequentemente o seu valor em função de duas justificações maioritárias, que, no fundo, se inspiram nas teorias de Théodore Schellenberg: a de adequar os materiais escolhidos às políticas institucionais; e a de servir interesses de pesquisa dos utilizadores. A atribuição de valor tem sido essencialmente baseada no seu valor secundário, considerando-se os documentos de arquivo em função de uma designada importância histórica ou cultural, mais do que em razão dos contextos que presidiram às necessidades da sua produção. A aquisição de arquivos pessoais segue, deste modo, uma orientação mais próxima de políticas de coleção, no sentido do enriquecimento dos acervos das instituições de acordo com grandes temas, do que propriamente uma orientação que atente à avaliação dos arquivos enquanto unidades de informação no seu conjunto (Pollard, 2001, 140-141).<sup>200</sup>

---

<sup>200</sup> A uma certa “moda” de arquivos temáticos é comum em vários países, e continua em prática atualmente em inúmeras instituições, não estando, porém isenta de críticas. Em Portugal um exemplo

Para as instituições que os recebem, essa adequação pode fundamentar-se em determinadas facetas ou na relevância atribuída aos seus produtores. Por exemplo, Graeme Powell notou uma preponderância de arquivos de políticos e escritores nos repositórios existentes na Austrália (Powell, 1996, 73). Ao comentar esta referência, Riva Pollard salientou que, apesar da ausência de estatísticas sobre a distribuição de arquivos noutros países, tudo indica que as estratégias de aquisição orientadas para os utilizadores imperam e a desproporção entre a representação de determinado tipo de personalidades e de outros elementos da sociedade será universal (Pollard, 2001, 142). Em consequência, as políticas de aquisição das instituições arquivísticas correm o risco de preservarem apenas, para a memória coletiva, determinadas facetas individuais, deixando de fora outras porventura não menos negligenciáveis para a compreensão da sociedade.

Ao longo da sua vida, os indivíduos manuseiam, reordenam, copiam, usam, reutilizam e refazem incessantemente informação, sendo a seleção uma atividade permanente no decurso da acumulação, com maior ou menor grau de intencionalidade. Contudo, a tendência para se valorizarem determinados aspetos da personalidade e da vida dos indivíduos, em prejuízo de outros, pode ser exacerbada quando se coloca a eventualidade de se tornar público um arquivo, através da sua incorporação numa instituição, de modo a que a memória individual se enquadre num determinado discurso coletivo.

Para além de uma política de preservação de arquivos em torno de determinadas personalidades, corre-se ainda o risco de se enveredar por práticas de seleção em função de determinadas tipologias documentais, valorizando-se documentos isolados com base no seu suporte ou no tipo de informação registada, e não com base no contexto em que foram produzidos e acumulados. A seleção de materiais provenientes de arquivos pessoais pode ainda radicar-se no seu alcance como elementos de informação, tendo em vista documentarem temas ou acontecimentos específicos, sob influência, por exemplo, do discurso historiográfico ou de outras áreas de investigação especializadas.

A seleção do que deve ser preservado para utilização por outros, não é exclusiva e nem sempre é feita pelas instituições. A decisão pode partir dos próprios produtores ou de terceiros que têm sob sua guarda um determinado arquivo pessoal. Em determinadas situações, a seleção pode ser feita à margem de qualquer intervenção de arquivistas no processo de decisão do que deve ser preservado, e pode ainda acontecer que a entrega às instituições seja feita a “conta-gotas”. Essa seleção prévia antes da cedência final a determinado repositório pode depender de múltiplas razões: porque se quer resguardar de mãos e visões alheias

---

deste tipo de política para a seleção de arquivos pessoais, é o da Biblioteca Nacional, com a criação do Arquivo da Cultura Portuguesa Contemporânea, com enfoque numa arquivística de tipo literário, numa opção já criticada por Armando Malheiro da Silva (2004, 62, nota 25). Uma opção semelhante de recolha de arquivos sob o eixo temático da literatura e das artes é também a do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (Tognoli e Barros, 2011).

determinada documentação por razões de preservação da intimidade; porque se nutre o desejo, mesmo que longínquo, de ainda se lhes dar um uso futuro como para redigir uma biografia ou escrever um qualquer livro; porque determinados documentos são vistos como objetos que evocam recordações, e se preferem manter próximos por razões emocionais; ou até mesmo porque, debaixo de algum tipo de suspeita, se pretende primeiro avaliar o comportamento e a valorização que a instituição arquivística irá dar aos documentos, cedendo-se apenas uma parte antes de se confiar a totalidade do arquivo (Loriaux; Machiels, 2013, 119-123).<sup>201</sup>

Um dos problemas que se coloca a que se proceda a uma adequada avaliação dos arquivos pessoais no seu conjunto deriva da frequente decisão de dispersão dos documentos por várias instituições. Diferentes razões podem levar os indivíduos ou outros proprietários de arquivos, como os herdeiros, a decidir entregar distintas partes a diferentes repositórios. Para além de uma eventual consciência de, assim, se assegurar a perpetuação da memória individual e o reconhecimento público do contributo de determinada pessoa para a sociedade, podem influir nessa dispersão motivos relacionados com afinidades profissionais, sentimentais, adequação de materiais a certos temas, ou mesmo razões económicas (como acontece com muitas vendas, que levam os proprietários dos arquivos a desfazerem-se de determinados documentos usualmente valorizados no mercado). Essa cisão a que os arquivos pessoais podem estar sujeitos, normalmente não coloca obstáculos à aceitação de conjuntos documentais isolados, se a informação neles contida se afigurar relevante no âmbito da missão que a instituição recetora visa, ou se, de alguma forma, se considerar que vêm complementar a informação de outros fundos já em sua posse.

Por outro lado, podem até ser as próprias instituições a incentivar essa cisão, por virtude da sua especialização. Políticas de avaliação e seleção, dependentes da missão que cada instituição visionou para si, e argumentos fundamentados em constrangimentos técnicos, materiais e humanos, determinam igualmente a separação de distintos materiais reunidos por um determinado indivíduo. Arquivos, bibliotecas e museus, visionam e dão tratamento diferenciado ao que consideram ser o fundo de arquivo, a biblioteca ou os objetos considerados “museológicos”. No momento da decisão de uma cedência a instituições de memória, facilmente se remetem os objetos para os museus, os documentos em papel para os arquivos, os livros para uma biblioteca, e se descartam outros que se julga não se enquadrarem nos objetivos prosseguidos por qualquer um deste tipo de instituições. Mesmo que todos estes documentos estes partilhem entre si um carácter informacional, resultante do processo de acumulação, desagrega-se, deste modo, um sistema de informação maior, com

---

<sup>201</sup> Florence Loriaux e Christine Machiels sistematizaram este conjunto de razões, com base na experiência na aquisição de arquivos de militantes do movimento operário desenvolvida na Bélgica para o acervo do CARHOP - *Centre d'Animation et de Recherche en Histoire Ouvrière et Populaire*, destacando a grande dificuldade em se incorporar arquivos completos.

base em decisões do foro pragmático que nada têm que ver com o que se pretende constituir a função arquivística da avaliação.

Na realidade, a memória dos indivíduos não está ligada apenas a informações registadas em documentos textuais, fotografias, vídeos e outros, mas também a toda uma diversidade de objetos do quotidiano que convivem no espaço doméstico ou profissional, representando uma espécie de “teatro da memória” (Gomes, 2004, 11).<sup>202</sup> Os arquivos pessoais podem ser constituídos tanto por informação textual, iconográfica ou sonora, como por diversos objetos tridimensionais, que não podem deixar de ser considerados como intrinsecamente ligados ao arquivo. Delmas apresentou como exemplo o caso dos arquivos de cientistas e investigadores, onde podem estar presentes “amostras de rochas, fósseis, herbários, insetos, conchas, ossos, lâminas histológicas e frascos de anatomias patológicas, cacos de cerâmica, objetos da vida cotidiana, acompanhadas de identificações e observações sobre seu contexto” (Delmas, B., 2010, 73). Estes objetos devem ser considerados igualmente documentos de arquivo no sentido pleno do termo, já que assumem uma função probatória e de informação confiável quanto às atividades que lhes deram origem.

Impõe-se, portanto, um conceito de documento de arquivo mais amplo que deve ser considerado fundamental para se proceder à avaliação e seleção em arquivos pessoais. Os diversos documentos que veiculam informação, independentemente do seu suporte, deviam, idealmente, manter o vínculo que os interliga numa estrutura de organização que contextualizasse a relação que têm entre si.<sup>203</sup> Porém, na fragmentação de arquivos pessoais por várias tipologias de instituições, e até na dispersão de documentos exclusivamente textuais por diferentes arquivos ou bibliotecas, raramente se tem em conta a criação de estruturas que contextualizem e relacionem os documentos que são preservados nuns e noutros.<sup>204</sup>

---

<sup>202</sup> Veja-se, como exemplo, o caso de um arquivo estudado por Almerinda Graça (2011) diretamente na casa de uma escritora, que a levou a constatar a presença de uma “topografia doméstica” relacionada com a gestão e organização do arquivo, em que a localização de determinados documentos obedecia a razões específicas (como de conservação, facilidade de acesso, ou razões emocionais), coexistindo os documentos com a biblioteca pessoal e diversos objetos que podiam constituir-se como um corpus museológico.

<sup>203</sup> O eventual desenvolvimento de plataformas tecnológicas de partilha da informação entre instituições pode ser um argumento para se justificar a parcialização dos arquivos pessoais, em resposta ao cumprimento de determinadas políticas de aquisição. Contudo, as próprias opções descritivas de cada instituição, baseadas numa perspectiva de valorização cultural de certos documentos em função de temas ou tipologias documentais, têm implicações para a conceção do arquivo, como um todo maior do que a soma das suas várias partes.

<sup>204</sup> Mesmo quando não se regista a disseminação deliberada de diferentes suportes de informação entre arquivos, bibliotecas e museus, pode acontecer que a preocupação com a aplicação de normas descritivas diferentes para distintas tipologias, determine a separação por diferentes instrumentos de acesso da informação, dispersando-se o conjunto pelo menos intelectualmente. A conjugação das diversas realidades num mesmo inventário ou catálogo é rara, e mesmo ao nível das modernas bases de dados disponíveis para a descrição dos materiais das diversas instituições de memória, as soluções que têm vindo a ser exploradas para permitir o acesso, através do mesmo recurso de pesquisa, sem sempre facilitam em plenitude a visão do conjunto e do contexto em que cada arquivo foi produzido e acumulado.

As próprias práticas de avaliação e seleção das instituições condicionam a narrativa sobre os arquivos, adicionando níveis de discurso em função daquilo que se julga importante valorizar. Por exemplo, a seleção de determinados documentos, com exclusão de outros, pode colocar em destaque apenas determinadas partes de um arquivo pessoal, obscurecendo outras. A rejeição de determinadas espécies documentais, sob distintos argumentos sem base teórica, pode comprometer a integridade necessária à compreensão do contexto de criação e do uso do arquivo pelo seu titular.

A este propósito, Ana Maria Camargo exemplificou com o descarte de tipologias de documentos consideradas menores e redundantes, como os recortes de imprensa, com fundamentos como o de que esse tipo informação existe noutras coleções ou noutros repositórios. Estes pressupostos estendem-se inclusivamente a casos de indivíduos aos quais se reconhece “nobreza cultural”: rejeitam-se espécies, promove-se a cisão entre o que se julga relevante para a pesquisa e o que se considera dispensável ou insignificante. Segundo Camargo, tais opções não levam em linha de conta a marca funcional que pode existir nessas espécies documentais, dependente do seu contexto de utilização no âmbito do processo de acumulação do próprio arquivo. Por outro lado, a destituição de partes do conjunto do arquivo pode inibir uma representação mais completa da trajetória do seu produtor. Camargo afirma, assim, que “aquilo que nos arquivos institucionais se evidencia a partir de espécies convencionais bem conhecidas, nos arquivos de pessoas ainda aguarda definição para que a sua funcionalidade seja perfeitamente identificada”, salientando a necessidade de se definir com clareza o que se procura obter com a avaliação nos arquivos pessoais (Camargo, 2009, 29-30, 35).

Também Luciana Heymann destacou que existe uma indefinição no campo arquivístico do que devem ser as normas para a eliminação em arquivos pessoais, e salientou que a frequente desvalorização de documentos que se consideram “lixo” histórico, aprioristicamente tidos como “sem interesse para a pesquisa”, pode significar a sua exclusão de um processo de seleção de materiais, ou, então, a sua secundarização no processo de descrição, ao não se levar em conta o significado da sua presença no arquivo.<sup>205</sup> Utilizando o exemplo dos cartões de boas festas e de felicitações, e o da profusão de correspondência com pedidos de favores, muito comum em arquivos de políticos, Heymann questionou se estes documentos não poderão ser

---

<sup>205</sup> Um dos desafios da avaliação pode ser também a preservação de indícios que, propositada ou acidentalmente, foram salvos de processos sucessivos de desagregação ou deterioração, e que podem significar ganhos informativos ao longo do tempo. Historiadores e outros estudiosos do passado há muito trabalham com fragmentos, como salientou Daniel Boorstin, que referiu as “causas ocasionais ou acidentais de preservação, sobrevivência, e acesso” dos documentos, e o facto de que os historiadores se confrontarem sempre com “registos aleatórios” do passado (Boorstin, 1987, 6, 8). Os historiadores, tal como os arqueólogos, encontram muitas vezes a informação mais valiosa no lixo, e este pode ser visto como “um dos legados físicos mais prodigiosos da humanidade às gerações futuras” e ainda que “os historiadores estejam compreensivelmente atraídos pelas provas escritas (...), o lixo muitas vezes serviu como uma espécie de indício, estabelecendo a linha reta documental” (Rathje; Murphy, 1992, 4, 12).



também objeto de devido estudo, designadamente na perspetiva da análise do prestígio e poder de determinadas personalidades, ou de através deles se discernirem redes de sociabilidade (Heymann, 1997b, 51-52). Para a autora, impõe-se uma reflexão mais profunda sobre os limites inerentes à “memória doada” e à “memória arquivada”, pois, na ausência de normas para seleção e descarte, os critérios que prevalecem são os da “memória historizável”, com suposições apriorísticas sobre o que não tem importância para a pesquisa (Heymann, 1997, 51).

Richard Cox considerou ser absolutamente necessário o estudo dos comportamentos individuais, em torno das motivações que levam as pessoas a entregarem os seus arquivos a instituições, e dos motivos destas subjacentes às respetivas políticas de aquisição. Segundo Cox, através da seleção de distintos materiais, museus, bibliotecas e arquivos atribuem um valor social a documentos e objetos específicos e, assim, prescrevem uma consciência histórica. No entanto, é duvidoso que a maior parte dos arquivistas tenha essa compreensão ou sequer a aceite. Muitos arquivos e arquivistas recolhem documentos sem considerar o impacto da sua própria ação e sem qualquer modelo conceptual, muitas vezes apressando-se a salvar documentos e mesmo a aceitar o que é oferecido (Cox, 2004, 35).

O mesmo autor ressalta a extrema importância de documentar todo o processo de aquisição. Os arquivistas necessitam de fazer um registo de como é que determinaram quais os documentos a serem adquiridos, incluindo a lista dos que foram excluídos ou destruídos. O ato da avaliação é, para Cox, a função de arquivo mais importante, pois afeta todas as outras e molda a herança a transmitir. Ao documentar o processo, o arquivista estará a contribuir para a Arquivística, para os investigadores e para a sociedade em geral. Documentos comuns e vulgares podem tornar-se importantes devido à sua conexão com certos eventos, ou porque estão imbuídos de um valor de “sobreviventes” de determinados factos ou conjunturas. A avaliação é parte de um processo maior de construção de memórias (Cox, 2004, 40).

Os propósitos que conduzem à integração de informação produzida e reunida por pessoas singulares, e pelas famílias, em arquivos públicos e outras entidades vocacionadas para a sua guarda e valorização, e os critérios pelos quais se orientam as instituições na sua aquisição, são aspetos que continuam a carecer de estudo adequado e de uma análise crítica global, atendendo às suas características probatórias e informativas, de testemunho das transações e atividades dos indivíduos, e visando a compreensão do comportamento e das relações sociais nas várias facetas da vida humana.

Impera um vago entendimento de que os arquivos pessoais constituem um património cultural coletivo e possuem interesse histórico, mas, no momento da sua aquisição, sob influência da atribuição de valor em função do potencial uso futuro por parte de investigadores, muitas instituições orientam de facto as suas políticas em função da sua “clientela”, ou dos utilizadores que pretendem captar. Esta orientação tem encontrado críticos, como Gerald Ham e Graeme

Powell, que apontaram como consequências a marginalização de sectores da sociedade, e a seleção fragmentada, descoordenada e até acidental, sujeita ao sabor das influências e modas da investigação, designadamente da historiografia (Pollard, 2001, 141-142).

Raramente se encontra presente qualquer desejo de se documentar a diversidade social, ou explícita a ideia da sua importância. Recebe-se e incentiva-se a aquisição de arquivos pessoais, por doação ou por outras modalidades, usualmente sem preocupação com qualquer política comum de representação da sociedade. Para tal influi a ausência de orientações globais sobre como proceder à sua avaliação e seleção, que possam ser replicáveis e concretizadas pelo conjunto das várias instituições de memória de determinado país, região ou área de intervenção.

Saliente-se, porém, que existem casos singulares como o do Canadá, onde, a partir de meados do século XX, houve uma orientação do governo federal específica que originou o desenvolvimento de uma rede de repositórios arquivísticos, sendo os documentos públicos e privados, considerados igualmente importantes para a história do país, e ativamente recolhidos. Para o desenvolvimento desta política global, que ficou conhecida como *Total Archives* (Arquivos Totais), teve papel fundamental a criação, em 1960, do *Systematic National Acquisition Programme* que incentivou as aquisições a privados, distribuindo a sua intervenção por uma grande variedade de áreas (Millar, 1998, 117).<sup>206</sup>

Gerald Ham considerou que existem cinco tipos de análise necessária para identificar e seleccionar documentos de valor permanente ou a longo prazo, aplicáveis a qualquer tipo de arquivo: análise das características funcionais – quem produziu o documento e porquê; análise do conteúdo – determinar o significado e qualidade; análise do documento no contexto de outras fontes paralelas ou relacionadas; análise de potenciais usos do documento e das limitações físicas, legais ou intelectuais para o acesso; e análise dos custos de preservação face aos benefícios da retenção da informação (Ham, 1993, 51).

Sue McKemmish defendeu especificamente uma aproximação da forma de avaliação dos arquivos pessoais à dos organizacionais, considerando que da mesma forma que se identificam funções e atividades das organizações e os documentos que lhes servem de evidência, também se podem seleccionar documentos pessoais como evidência dos papéis sociais desempenhados. Como base para a avaliação a autora propôs que se tivesse em conta a resposta a questões básicas: em primeiro lugar a determinação de quais os documentos associados aos papéis desempenhados pelas pessoas no seio da sociedade em que se

---

<sup>206</sup> No âmbito da política dos Arquivos Totais, as instituições arquivísticas foram encarados como tendo um papel cultural fundamental no reforço e promoção da identidade canadiana, pelo que se envolveram na recolha ativa e preservação de arquivos das mais variadas organizações e de indivíduos de todos os estratos sociais e profissionais, permitindo uma representação proporcional das realidades sociais e das relações entre indivíduos e organizações, e não apenas na preservação dos arquivos institucionais representativos dos poderes públicos (Cook, T., 1998, 130-131).

inserem, i.e., as suas atividades e funções; depois, a definição de qual a forma escolhida para proceder ao seu registo; por outro lado, a compreensão das razões pelas quais as pessoas tiveram necessidade de efetuar o registo dessas funções sociais em determinados documentos; e, finalmente, questionar por que motivo alguns indivíduos acumulam informação, ao longo do tempo, de tal forma a permitir a formação de um arquivo pessoal. O foco é, deste modo, colocado nos produtores, nas suas motivações, e na forma como a informação emerge no seio de uma sociedade, pelo que a autora defende o desenvolvimento da compreensão do papel da acumulação pessoal na sociedade e do lugar dos arquivos pessoais (McKemmish, 1996, 41).

A preservação do contexto funcional dos documentos pode ser secundarizada no momento da avaliação e seleção de documentos, em função de outros valores, como os culturais e os históricos. Contudo, documentos isolados têm um valor informativo limitado. O contexto que dá origem à informação para viabilizar determinada atividade, também lhe serve de prova. A importância dos documentos emerge através do contexto – saber quem, o quê, onde, por quê, quando e como – e da compreensão de como se relaciona com atividades e eventos. No entanto, conforme salienta Tanya Marshall (1999, 6-7), embora “os arquivistas reconheçam plenamente o significado do contexto, a descrição tem sido quase sempre associada ao conteúdo”.

Sue McKemmish exprimiu a contraposição entre conteúdo e contexto, a partir do exemplo específico da correspondência existente nos arquivos pessoais, destacando que, para além das informações sobre muitos aspetos da vida de um indivíduo contidas diretamente nos documentos, existem, e são da maior relevância, as relações e interações por ele mantidas, e que deram origem a esses documentos. O contexto para interpretar as informações contidas nas cartas referidas é o dessas relações e interações (McKemmish, 1996, 35). Para a autora, o valor informativo depende do probatório. Os documentos podem fornecer informação, mas provam, em primeiro lugar, as relações e interações entre os indivíduos, e entre eles e os eventos, instituições e conjunturas (McKemmish, 1996, 37).

Jennifer Meehan afirmou que “o arquivista analisa o contexto e a proveniência dos documentos a fim de preservar as relações que lhes permitirão ser considerados e utilizados como fontes probatórias confiáveis” (Meehan, 2006, 143). A abordagem contextual da informação proporciona estabilidade e fiabilidade, em contraposição aos resultados incertos e efémeros obtidos através do tratamento focado no conteúdo (Meehan, 2006, 145).

Segundo Camargo a preservação do contexto deve ser central na metodologia arquivística. A informação não pode ser interpretada sem uma reflexão sobre as condições específicas de produção, de conservação e de organização, cabendo ao arquivista assegurar a manutenção do vínculo de estreita correspondência entre documentos e as atividades do produtor, de modo a reforçar e tornar estável o efeito probatório que decorre dessa relação, dando um

enquadramento real à informação produzida (Camargo, 2009, 34). As informações contidas nos documentos podem ser passíveis de múltiplas interpretações. Porém, a abordagem arquivística deve proporcionar o entendimento das relações entre as partes. A busca de regularidades e padrões que visem o estabelecimento de um quadro funcional que inclua tanto as ações resultantes de relações jurídicas e sociais como aquelas que são “juridicamente” irrelevantes, como obsessões, *hobbies*, e outra, poderá estar sujeita a dificuldades. Assim, serão os requisitos que permitam verificar a proveniência, as condições de produção, a disposição numa série, ou a relação com os documentos do arquivo como um todo, que determinam a sua autenticidade, e não simplesmente os sinais de validação (Camargo, 2009, 35).

A ideia subjacente a um modelo de avaliação com uma abordagem centrada na sociedade e nos valores que ela própria gera, conforme as propostas de McKemmish para a compreensão da informação pessoal, emergiu também em modelos como que já vinham sendo desenvolvidos para contextos corporativos e governamentais por autores como Hans Booms, Hugh Taylor, Terry Cook ou Helen Samuels, apenas para referir alguns.

Para Booms, os arquivistas não devem determinar o valor procurando-o nos próprios documentos, pois estes em si próprios não possuem um valor inerente discernível, que só lhes é concedido durante o processo de avaliação. Refutou, deste modo, as práticas de atribuição de valor baseadas na intuição ou de conhecimento sobre determinadas temáticas, na importância das funções dos produtores dos documentos (institucionais ou indivíduos), bem como os postulados baseados nos interesses demonstrados ou previsíveis dos investigadores, considerando todos estes critérios insuficientes, ineficazes, ou mesmo especulativos. Ao invés, defendeu que se deviam procurar os valores determinantes da avaliação no conjunto da própria sociedade (muito mais ampla que o Estado), analisando a importância dos elementos de estabilidade e continuidade, mas também os de mudança e revolta (Booms, 1987, 102).

Para este autor, a identificação dos valores da sociedade passava pelo estudo das funções desempenhadas pelos produtores da informação e nas relações entre essas funções e os documentos que originaram. Em sua opinião, devia ainda permitir-se que fosse a sociedade a definir os seus próprios valores, que podiam ser espelhados, representativamente, nos arquivos, socorrendo-se a avaliação da consulta a comissões compostas por indivíduos de diferentes áreas (Booms, 1987, 106).<sup>207</sup> Reagindo contra os excessos da abordagem

---

<sup>207</sup> Todavia, a proposta de Booms mantém, e aprofunda, a ideia de que o arquivista deverá ser também um historiador, na medida em que todo o trabalho prévio para determinar valores de seleção e avaliação dos documentos corresponde, na prática, a trabalho de pesquisa e síntese, próprio dos profissionais da História. Por outro lado, a sua proposta final está imbuída de alguma indefinição, pois supõe a criação de comissões representativas da sociedade, o que implica a mobilização do esforço de uma diversidade de elementos estranhos à atividade arquivística, sem que se clarifique qual o impacto ideológico de cada um. Mais tarde, em texto posterior, o mesmo autor veio defender que os valores para a avaliação seriam

estatizante dos arquivos, em que os valores ideológicos do Estado são impostos na própria definição do documento de arquivo, Booms teve o mérito de ter sido um dos primeiros autores a considerar num âmbito teórico que os arquivos deviam refletir mais globalmente a sociedade que os cria.

Outro representante de um paradigma “social” em vez do “estatista” é Hugh Taylor, arquivista inglês que se mudou para o Canadá na década de 1960, e um dos elementos-chave no desenvolvimento da política dos Arquivos Totais. Influenciado pelas teorias da comunicação dos canadianos Harold Innis e Marshall McLuhan, Taylor apercebeu-se do caráter transformador dos documentos eletrónicos, dos audiovisuais, e do imenso poder das tecnologias de comunicação (Taylor, 1978, 4, 8-9; 1987-1988, 15, 24). Revelou também profundas preocupações com o património das comunidades locais e as iniciativas regionais de preservação de memória (1982-1983, 126-129), explorando as interligações entre a sociedade e o registo documental, entre o ato e o documento (1988, 459).

Taylor procurou catapultar a Arquivística para fora do seu nicho “histórico” de cuidar de documentos antigos, e colocá-la firmemente na era da informação, dos documentos eletrónicos, das redes de comunicação globais e das preocupações ambientais e em relação com as comunidades (1982-1983, 123; 1984, 27, 34; 1987-1988, 15). Toda a obra do autor se foca de forma particularmente intensa nos contextos, considerando que os documentos apenas ganham significado pelo facto de estarem intimamente relacionados com as ações dele decorrentes – por exemplo, no seu entendimento, na tradição oral o significado não estava nos documentos em si, mas nas transações e nos costumes, aos quais os documentos davam testemunho como “evidências” (1984, 25; 1987-1988, 17-18; 1988, 457-460). Taylor encorajou os arquivistas a adotar uma nova forma de “historiografia social”, para tornar claro o como e o porquê de os documentos serem criados, concentrando-se menos nos documentos individuais e mais no “reconhecimento das formas e padrões de conhecimento” (1987-1988, 24; 2003, 157).

Na década de 1980, a americana Helen Samuels criou um método, que se designou de *Documentation Strategy*, para avaliar, selecionar, armazenar ou interligar informações dispersas na sociedade com base numa localização geográfica específica, um assunto ou acontecimento. Samuels foi criticada por diversos especialistas, principalmente porque a sua abordagem induziria a recolha com base em funções temáticas ou sociais, em que a garantia da integridade dos fundos seria comprometida, desrespeitando princípios como o da proveniência e de respeito pela ordem original (Nobs, 2013, 10). Posteriormente, a autora desenvolveu o conceito de “análise funcional institucional”, como método para chegar ao

---

melhor identificáveis através do estudo das funções dos produtores, mais do que pela análise das dinâmicas sociais ou da opinião pública. Deste modo, evidenciava uma transição da sua tentativa anterior para um foco mais concreto na proveniência dos arquivos (apud Cook, T., 1997, 30-31).

conhecimento das entidades produtoras de arquivos, propondo que os arquivistas começassem por estudar e compreender as funções e atividades das instituições. Depois disso, seria possível localizar os documentos da esfera das atividades individuais, que as complementariam, entrando então em ação a estratégia documental (Samuels, 1991-1992, 1992). O mais importante contributo do trabalho de Helen Samuels foi, segundo Cook, o de alertar a comunidade arquivística para a necessidade da análise e planificação antecipando a coleta, e a abrangência da informação em todos os tipos de suporte (Cook, T., 1997, 33).

O foco na proveniência está na base da estratégia da macroavaliação, articulada e implementada nos Arquivos Nacionais do Canadá em 1991, sob a orientação de Terry Cook. Este autor, em particular, desenvolveu as suas ideias para uma metodologia centrada no estudo do contexto social da informação, com a investigação baseada no estudo dos produtores dos documentos e nas estruturas funcionais, na perspetiva de que estes produtores, os cidadãos e as organizações com que interagem, representam indiretamente o funcionamento coletivo da sociedade (Cook, T., 1992b, 47). A metodologia da macroavaliação funcional-estrutural coloca-se numa estrutura baseada no contexto, centrada na proveniência, em vez de se basear num conteúdo histórico-documental. Prevalece a ideia de espelhar os valores sociais, através das funções, do mesmo modo que Booms sugerira, pelo que postura teórica e o foco são, portanto, sociais e não administrativos. A pesquisa nos documentos é direcionada para a compreensão do seu contexto, o que difere substancialmente da mera avaliação dos conteúdos (Cook, T., 1997, 31). É a investigação do caráter funcional que permite saber como, e porquê, os documentos são produzidos, organizados e utilizados, e o que revelam sobre as funções sociais, a interação cidadão-Estado e a dinâmica de governação. Os documentos que espelhem as funções sociais e interações são considerados como tendo valor de arquivo. Para Cook, se a avaliação designa o valor de longo prazo dos documentos, ou séries de documentos, pelos seus potenciais valores de pesquisa, a macroavaliação avalia o significado do contexto da sua criação e uso contemporâneo (Cook, T., 2005, 158-159).

Cook considera que o modelo da macroavaliação, utilizado no Canadá, é mais do que apenas uma análise funcional no sentido de determinar o que guardar, refletindo os valores sociais e a interação entre cidadão e Estado. Foca-se na governança, mais do que em estruturas e funções do governo em si. Enfatiza o diálogo e interação dos cidadãos, e dos grupos, com o Estado, para além das políticas e procedimentos deste. Foca-se tanto em documentar o impacto do Estado na sociedade, como nas funções e atividades da própria sociedade. Ocupa-se de todos os suportes e meios de comunicação e não só dos textos escritos. Procura múltiplas narrativas e inclui os discursos contestados – dá deliberadamente voz aos marginalizados e às elites, aos poderosos e aos que estão em desvantagem (Cook, T., 2011a, 180-181).

No que se refere à avaliação, com base no estudo das funções dos produtores, Luciana Duranti veio todavia alertar que o método normalmente utilizado de uma abordagem hierárquica topo-base, se pode revelar insatisfatório pelo facto de excluir as “powerless transactions” que potenciam o entendimento de um contexto social mais lato. Especialista na área da Diplomática, esta autora articulou, por meio de uma série de artigos, uma renovação desta disciplina, destacando a sua relevância para o entendimento dos documentos contemporâneos. Através da abordagem da “história do documento”, chamou a atenção dos arquivistas para as suas propriedades como evidência de atos e transações dos seus produtores e formulou um método de abordagem diplomática global (Duranti, 1989-1992). Sob influência de Duranti, outros autores procuraram conjugar a abordagem diplomática com o desenvolvimento da ideia da importância dos contextos dos documentos na avaliação.<sup>208</sup>

Para o caso específico da avaliação aplicada aos arquivos pessoais, Catherine Hobbs manifesta um sentido crítico quanto às teorias desenvolvidas com foco na sociedade e em contextos funcionais. Para esta autora, os arquivos pessoais são diferentes dos institucionais, pois documentam personalidades e não apenas transações e atividades públicas, defendendo que a sua avaliação não pode seguir as mesmas teorias, estratégias e metodologias (Hobbs, 2001,128). Apesar da teoria da macroavaliação desenvolvida por T. Cook defender o diálogo com o cidadão, Catherine Hobbs argumenta que, ainda assim, esta aproximação limita-se colocá-lo no centro das transações funcionais do domínio público, que julga insuficiente para compreender o “pessoal”, o “privado”, e, sobretudo, o “íntimo” (Hobbs, 2001,129).

De certa forma, permanece da parte da teoria arquivística uma certa passividade no que se refere à avaliação direcionada para os arquivos pessoais. Continua a ser comum as instituições de memória concentrarem-se em alegadas necessidades dos investigadores, em vez de analisarem os arquivos nos seus contextos. Essa atitude conduz a um problema circular, porque os investigadores procuram satisfazer as suas necessidades com base nos contextos que deduzem dos arquivos, e porque os arquivistas e outros profissionais que avaliam e selecionam arquivos pessoais criam contextos artificiais baseados em intuídas necessidades dos investigadores.

Pollard defende que, mesmo que não seja possível desenhar à partida um método de avaliação comum, o caminho a seguir no futuro é aquele que começou a ser traçado por Booms e pelos autores que nele se inspiraram, a partir da compreensão do contexto social em que os documentos são criados e usados, bem como das funções, papéis e processos que conduzem as pessoas à produção de informação (Pollard, 2001, 149-150).

---

<sup>208</sup> Vejam-se, por exemplo, os trabalhos de Janet Turner (1990), Heather MacNeil (1992), Barbara Craig (1992), Richard Brown (1991-1992), Terry Eastwood (1993, 1994) e Terry Cook (1995a), A própria Luciana Duranti elaborou diversos artigos explicitando os seus pontos de vista (1993a, 1993b, 1994, 1995).

A emergência dos documentos produzidos por meios digitais, por sua vez, veio a colocar novas questões quanto à avaliação da informação, particularmente acutilantes para o caso dos arquivos pessoais, que carecem ainda de resposta. Antes do digital, a dispersão de documentos por diversas instituições, já não era novidade para os arquivistas ou para os investigadores. Aceitava-se e ainda se continua a aceitar placidamente a esperança de sempre se poder vir a encontrar uma qualquer informação supostamente importante registada num “papel” perdido algures num acervo de uma instituição. Contudo, o universo digital veio agravar os problemas gerados pela dispersão com a proliferação de diversos dispositivos cuja fragilidade e obsolescência tecnológica é amplamente reconhecida, e ainda pela transferência e guarda de informação para ambientes de *cloud computing*.<sup>209</sup>

Estudos recentes sobre a forma como as pessoas individuais lidam com as novas tecnologias indicam que os indivíduos recorrem esmagadoramente a serviços de armazenamento gratuitos, que não lhes oferecem grande capacidade de controlar como a sua informação é gerida e guardada ao longo do tempo. Além do mais, grande parte das pessoas utiliza diferentes ambientes e dispositivos, seja por limitações tecnológicas ou por decisões deliberadas. Ao mesmo tempo proliferaram muitas comunidades de diferentes interesses, designadamente económicos, que se têm empenhado no tratamento da informação pessoal e de dados pessoais (Lee, 2011, 4-7), o que secundariza o papel do arquivista e das instituições de memória na avaliação. As especializações de interesses em torno da gestão de dados e de informação podem produzir efeitos perniciosos para a compreensão das relações entre a preservação de documentos e a responsabilidade arquivística de documentar a sociedade, como Upward salientou em meados da década de 1990 (Upward, 1996).

A proliferação de informação produzida pelas pessoas através de distintos recursos digitais, pode igualmente inibir uma resposta coletiva da arquivística para os desafios na área da avaliação e preservação do que é produzido na esfera do privado, enquanto recurso de valor para a representação e conhecimento da sociedade contemporânea. Os indivíduos adquiriram uma grande capacidade para criar e armazenar materiais, tornando mais fácil guardar, do que eliminar. Eliminar informação digital implica tempo, empenho e conhecimentos. O custo de simplesmente guardar, contudo, é cada vez menor, ao mesmo tempo que é maior a quantidade de dispositivos em que a informação pode ser armazenada, amplificando a facilidade de acumulação de informação que pode até acabar por nunca ser utilizada, quanto mais avaliada.

---

<sup>209</sup> O conceito de *cloud computing* (computação em nuvem) consiste na utilização de servidores que fornecem uma capacidade de armazenamento praticamente ilimitada, bem como de serviços diversificados a um conjunto infinito de computadores compartilhados e interligados através da Internet. O armazenamento de dados é feito em serviço cujo acesso pode ocorrer em qualquer lugar do mundo, em qualquer momento, não havendo necessidade de instalação de programas ou de armazenar dados. O acesso a programas, serviços e arquivos é remoto, a partir de qualquer computador, podendo ter-se acesso a informações e software para a produzir e lhe aceder num sistema único, independente de qualquer plataforma – o único requisito é o acesso a um computador ou outro dispositivo com os recursos disponíveis para aceder à Internet.



Terry Cook apontou resíduos do pensamento de Jenkinson em alguns projetos de curadoria digital que se preocupam mais com a criação e preservação da evidência da informação, do que com a seleção. Esses projetos encorajam o produtor a determinar o valor, e a criar rotinas, para determinar o que preservar, argumentando com uma suposta diminuição dos custos e aumento da capacidade de armazenamento, e com a possibilidade de combinar ferramentas de pesquisa para selecionar o que deve ser preservado (Cook, T., 2011a, 176). No entanto, em sua opinião, esta atitude pode dar lugar a destruição, excesso de zelo na proteção de informação e da privacidade, e ao apagamento deliberado de um passado indesejado, para controlar e justificar o presente e moldar o futuro, designadamente no que concerne aos governos ou a indivíduos com responsabilidade pública (Cook, T., 2011a, 177).

Também algumas ideias de que com a crescente capacidade tecnológica de armazenamento se pode passar a conservar tudo o que hoje se produz através de meios digitais, tornando desnecessária a tarefa da avaliação, merecem ser objeto de crítica. Como refere Cox, se nos arquivos tradicionais, analógicos, os arquivistas já não tinham esperança de conseguir examinar toda, ou sequer a maior parte da documentação “despejada” nas instituições, os biliões de registos digitais tornaram-se um fardo ainda maior – o que era antes um trabalho árduo, tornou-se num trabalho praticamente impossível (Cox, 2004, 7).

Cox referiu que um bom arquivista deve ser tão bom destruidor quanto conservador. É necessário deixar uns documentos se deteriorarem e preservar aqueles que são importantes pelos seus valores informativos e de evidência. Preservar tudo, mesmo sob o argumento de que não se pode prever o uso futuro dos investigadores, pode parecer responsável e bem-intencionado, mas deixa o investigador mergulhado numa imensa quantidade de informação para analisar, restringe a capacidade de controlo de quem preserva, e deixa passar a mensagem de que tudo vale a pena ser guardado – ou pior, de que tudo deve ser guardado (Cox, 2004, 7-8).

Um dos problemas da avaliação, segundo Cox, é que a seleção e destruição não são bem compreendidas fora do contexto dos museus, arquivos e bibliotecas e, ainda mais problemático, é o facto de ser debatida dentro destas instituições. A isso acresce uma falta de entendimento entre historiadores e arquivistas e de preparação prévia de ambos (Cox, 2004, 8). Numa das suas obras, cujo título remete para que se pense não existirem “depósitos inocentes”, Cox apela a que se considere a subjetividade e as motivações inerentes à constituição de acervos, bem como a relação das pessoas com os próprios arquivos, através de uma análise crítica das políticas de avaliação, no que ela consiste e quais os desafios e contradições que se levantam. Partindo da convicção de que arquivos, museus e bibliotecas não podem guardar tudo, sugere que o novo papel para os seus profissionais será o de aconselhar as pessoas em como manterem os seus “tesouros”, sem questionar se têm interesse financeiro ou se devem ir para um repositório público (Cox, 2004, 12).

Terry Cook veio também defender a necessidade de colaboração entre instituições, pois a constituição e construção de bens da memória pública é uma responsabilidade social coletiva, requerendo a participação de todos os setores. De igual forma, considera que uma área crítica é a necessidade, cada vez maior, de empenhar o cidadão na avaliação, como participante, como parceiro e até como curador (Cook, T., 2011a, 182).

Muitos indivíduos sentem-se ainda claramente desconfortáveis sobre a eventualidade de entregar os seus documentos aos arquivos de Estado ou a outras instituições de poder, designadamente se estas anteriormente excluíram ou discriminaram determinados tipos de arquivo. Por outro lado, muitos documentos são especialmente importantes para algumas comunidades específicas, com culturas especialmente ricas para a história e para a memória coletiva, havendo que considerar a existência de arquivos, por exemplo, de grupos étnicos ou sociais, com autores a defenderem a utilização de conceitos como o da “proveniência de identidade” (Flinn; Stevens, 2009, 6-7).

Os arquivos têm-se configurado como espaços de “prática da memória”, onde as pessoas podem tentar colocar qualquer trauma em contexto, através do acesso aos documentos, buscando não necessariamente a verdade ou pesquisando a história, mas transformando as suas experiências para lhes dar sentido (Ketelaar, 2009, 120). Como argumentou Ketelaar os arquivos tornaram-se um espaço de confiança compartilhada, em que o passado comum e a confiança do público, não é meramente genealógica, nem um espetáculo cultural ou uma viagem nostálgica ao passado, mas sim “um imperativo moral” para o próprio sentimento de pertença. O passado comum, sustentado ao longo do tempo para o presente, é o que dá continuidade, coesão e coerência a uma comunidade, o que envolve uma imersão nos textos de memória, através dos quais o passado é mediado (Ketelaar, 2005, 54).

Os arquivistas têm sido, cada vez mais, chamados a desenvolver interações com as pessoas e com distintas comunidades, para as quais é necessário respeitar e ser sensível às suas formas de lidar com os arquivos, que por vezes desafiam algumas das mais evoluídas noções de evidência e memória, conceitos teóricos e práticas padronizadas de avaliar e selecionar informação e, subsequentemente, descrever e difundir. Por forma a minimizar o perigo de se neocolonizar a memória dos indivíduos, através de uma mundividência de padrões definidos pela arquivística, Terry Cook considera que os arquivistas devem aprender e aceitar as formas pelas quais as comunidades criam e autenticam a evidência, transmitem memória, produzem prova e documentam relações, por vezes de forma muito diferente daquela que se faz nas instituições (Cook, T., 2013, 113-114).

Além de Cook, diversos autores têm destacado que os arquivistas devem rever as suas perceções sobre os arquivos e a alargar o seu conceito de documento, para abranger outras formas de prova e manifestações mais fluidas da memória humana, assim como a rever os paradigmas da custódia e propriedade exclusiva dos arquivos pelas tradicionais instituições de

memória (incluindo arquivos, bibliotecas e museus), substituindo-os pela gestão e colaboração compartilhada (Yeo, 2009; Flinn, 2011). É igualmente importante a revisão da linguagem da cultura dominante, da terminologia e dos conceitos, com a inclusão da sensibilidade em relação ao “outro”, exigida pela ética, e pelo respeito dos valores emocionais, religiosos, simbólicos e culturais que os documentos têm para as suas comunidades, tal como a sua importância administrativa e jurídica. Estas mudanças desafiam os arquivistas a deixar de encarar os arquivos dos indivíduos ou produzidos por comunidades informais como algo amador, sem normas e regras, e de valor limitado para a sociedade, para reconhecer que estes são muitas vezes resultado de uma longa e bem estabelecida prática, a partir da qual se pode melhor compreender a forma de produzir e transmitir informação por parte do ser humano (Jimerson, 2010, 690).

A avaliação nos arquivos pessoais do que se pretende preservar tem tendido para a escolha do que é considerado socialmente relevante, de um ponto de vista histórico e cultural. O valor atribuído à informação pessoal tem sido orientado pelas ideias de património e de expressão da memória de um determinado grupo. A seleção tem variado conforme as tradições arquivísticas, de acordo com processos históricos e políticos, assim como em função das políticas de aquisição intrínsecas das instituições que se incumbem da preservação de arquivos. Não existe ainda uma resposta absoluta relativamente ao que deve ser documentado através dos arquivos pessoais. A diversidade depende da perspetiva com que se encara a sociedade e a utilidade da informação sobre os seus diferentes aspetos.

A valorização dos arquivos pessoais exige uma avaliação colaborativa e cooperativa, no domínio da preservação da informação, mas também na área da descrição e do acesso, num contexto o mais amplo possível. Para além do que é conscientemente incorporado e ativamente adquirido para fazer dos acervos das instituições de memória, há um grande número de documentos na posse das pessoas, que lançam uma luz importante para a compreensão da sociedade. Existem demasiados factos e eventos a serem provados, demasiada memória, para poder ser selecionada fragmentariamente para uma instituição de arquivo pré-determinada.

Diversos autores têm utilizado o conceito de pós-custodial para definir o desvio da centralidade da atenção, não para o documento e a sua custódia, mas para o seu valor de evidência, o da relação entre o facto a ser provado e a sua comprovação (a informação), tendo também presente os problemas associados ao uso das tecnologias digitais no campo arquivístico.<sup>210</sup> Mais do que adquirir arquivos, impõe-se ao arquivista um papel de mediador da informação. Ao invés de insistir na aquisição de documentos pelas instituições, e assim os guardar fora do

---

<sup>210</sup> F. Gerald Ham (1975, 1981); Frank Upward (1996; 1997); Terry Cook (1992a, 1992b, 2013), Sara Flynn (2001) e Bruno Delmas (2001), são apenas alguns exemplos de autores que assumem este paradigma.

alcance dos seus diretos proprietários, um novo modelo sugere a capacitação das próprias pessoas para cuidar dos seus documentos, incluindo os digitais, através de uma parceria entre a perícia e conhecimentos da Arquivística profissional com o sentido de compromisso das pessoas e das comunidades na preservação da sua própria herança.

Tomando em consideração que, cada vez mais, existe a consciência de que “a construção e constituição dos bens cívicos da memória pública é uma responsabilidade coletiva e social, que exige uma ampla participação de todos os setores” (Caron; Brown, 2011, 20), urge, cada vez com maior pertinência, que os arquivistas abandonem o papel de detentores passivos de todo um resíduo documental deixado pelos produtores, para se tornarem atores ativos do património arquivístico, transformando-se em mediadores contínuos entre o passado, o presente e o futuro, e entre os criadores, os documentos e os seus diversos utilizadores (Hedstrom, 2002, 27). O arquivista deve, segundo Cook, deixar de ser o *expert* de uma elite por trás das paredes de uma instituição, para se tornar no mentor, facilitador, treinador, que trabalha junto com a comunidade, encorajando o ato de arquivar como um processo participativo, partilhado com muitos na sociedade, dedicando-se menos à aquisição de produtos arquivísticos para uma instituição designada (Cook, T., 2013, 115).<sup>211</sup>

Inspirando-se no conceito da macroavaliação, R. Cox defende a necessidade de os arquivos se transformarem, deixando de ser apenas um repositório (entendido enquanto local de guarda), para se concentrarem sobretudo numa atividade (função), através de uma nova abordagem colaborativa com a sociedade e com outras instituições (Cox, 2004, 100-101).

\*\*\*

A conseqüente necessidade de o arquivista compreender o fenómeno alargado da memória, e de pesquisar e compreender a natureza complexa das funções, estruturas, processos e contextos relacionados de criação e uso contemporâneo dos documentos, interpretando a sua importância relativa, é a base para uma avaliação arquivística moderna, e para todas as posteriores funções arquivísticas. Todavia, não basta que tal seja feito isoladamente em cada instituição ou na mente de cada arquivista que se vê perante a necessidade de avaliar a informação e decidir o que preservar.

Tem-se clamado pela criação de plataformas colaborativas e redes de partilha, de modo a preservar e difundir o que é relevante do património documental, público ou privado, analógico ou digital, institucional, individual ou de comunidades, sob a forma textual, gráfica, sonora ou

---

<sup>211</sup> Esta nova perspectiva também pode, no sentido inverso, ser concebida para permitir o envolvimento dos cidadãos com as instituições de memória, por exemplo, através do incentivo às descrições participativas de arquivos, adicionando informação e conhecimento, por exemplo por via dos recursos disponibilizados pela *Internet* através de comentários e atribuição de contextos, assuntos, construção de registos de autoridade, etc.

visual, facilitando a sua avaliação, seleção e aquisição (quando conveniente e possível),<sup>1</sup> mas pouco se tem feito ao nível coletivo nesse sentido. A preservação de uma diversidade de arquivos representativa da memória da sociedade, seja em instituições especializadas, seja junto dos seus produtores (individuais ou coletivos), com o acompanhamento de profissionais capazes de dar um impulso decisivo a essa preservação, deve ser um dos centros da atenção dos arquivistas, quanto ao papel a desempenharem atualmente e para o futuro.

Avaliar a informação e tomar decisões sobre o seu destino será, possivelmente, um dos maiores desafios para os indivíduos, famílias, instituições e particularmente para os profissionais da informação, entre os quais os arquivistas. No que aos arquivos pessoais diz especificamente respeito, é necessário estudar, por um lado, o modo como as pessoas produzem, acumulam e utilizam a informação, e, por outro, compreender a própria prática arquivística e das instituições de memória quanto à avaliação, seleção e difusão da informação que, desses arquivos pessoais, se entende dever ser preservada e valorizada. Os arquivistas têm sido lentos em atuar em conformidade com os novos desafios trazidos pelo universo digital para o campo dos arquivos pessoais; tal como têm descurado a análise das suas próprias estratégias de abordagem da memória individual, para benefício da memória coletiva, a partir dos arquivos que têm vindo a ser preservados, de forma descoordenada e sem orientações de avaliação e seleção globais, colocando em causa a compreensão dos arquivos enquanto sistemas de informação.

Independentemente do que se possa considerar ser melhor orientação para a função arquivística da avaliação e seleção em arquivos pessoais, a falta de conhecimento e reflexão sobre as opções já tomadas inibe uma adequada tomada de consciência dos desafios que se impõem e o estabelecimento de prioridades, nomeadamente em resposta aos avanços tecnológicos e às demandas de informação por parte da sociedade. Ultrapassar esse desconhecimento implica, designadamente, refletir sobre o que já se fez, para melhor se alinharem estratégias futuras inovadoras e fundamentadas, o que justifica a importância primordial de se proceder a um reconhecimento desta realidade.

## **CAPÍTULO 4 – IDENTIFICAR E PROMOVER O ACESSO AOS ARQUIVOS PESSOAIS**

De um modo geral, a elaboração de recenseamentos, roteiros ou guias de arquivos, procura responder a três objetivos essenciais: oferecer aos investigadores instrumentos de pesquisa e acesso; identificar o património arquivístico existente com vista a promover a conservação e a valorização dos bens arquivísticos, constituindo igualmente uma forma de controlo contra o seu desaparecimento ou desagregação; e configurar estratégias e metodologias para um tratamento normalizado dos arquivos, face a distintas lógicas organizacionais e díspares instrumentos descritivos, quando existentes.

Em diversos países têm sido colocadas em prática iniciativas tendentes a responder a estes objetivos, com diferentes graus de sucesso e distintos instrumentos produzidos, variando consoante a época e os recursos disponíveis, sob orientação geral de uma grande diversidade de pessoas envolvidas e mandatos institucionais, sujeitos a políticas culturais de diversas matizes ideológicas.

Tendo a recolha de informação para a investigação sobre o caso nacional incidido na realização de um recenseamento, e antes de se apresentarem os resultados da análise dos dados recolhidos, considerou-se importante fazer uma apreciação prévia sobre algumas práticas de identificação e inventariação de património arquivístico. Dá-se especial enfoque às iniciativas que incluíram, ou se direccionaram especificamente, para os arquivos pessoais, com o fim de identificar os seus objetivos, universos subjacentes, e produtos disponibilizados ao público. Além da referência a iniciativas conduzidas em diversos países, serão também apresentados alguns projetos e investigações realizados em Portugal, e que, nos últimos anos, contribuíram para o desenvolvimento de instrumentos de difusão da informação arquivística, fornecendo elementos sobre arquivos existentes numa pluralidade de instituições.<sup>212</sup>

### ***4.1. Iniciativas de recenseamento, registo e difusão no âmbito internacional***

---

<sup>212</sup> Não são considerados, neste capítulo, guias, listas, bases de dados, ou outros instrumentos de pesquisa e de controlo documental que digam somente respeito ao acervo de uma única instituição (os quais constituíram fontes primárias para a recolha de dados que serão analisados nos capítulos seguintes), mas apenas alguns que tiveram por finalidade reunir e disponibilizar informação relativa a várias entidades detentoras, e que incluíram, em maior ou menor grau, a identificação de arquivos pessoais, independentemente da designação que adotaram (roteiro, guia de fontes, levantamento, ou outra), ou do seu critério de agregação (temático, geográfico, por tipo de instituição, etc.).

A partir do final da década de 1950, a UNESCO e o Conselho Internacional de Arquivos promoveram a elaboração de guias de fontes arquivísticas para documentar a história das nações, designadamente no âmbito do projeto lançado por aquelas duas instituições internacionais designado por “Guia de Fontes para a História das Nações”. Nessa sequência, lançaram-se, em vários países, iniciativas relacionadas com a recuperação e preservação de documentação e arquivos alusivos às histórias nacionais, nalguns casos retomando anteriores trabalhos esboçados na conturbada primeira metade do século XX.

Em Itália o governo promoveu, a partir da década de 1960, a preparação de um guia geral nacional para os Arquivos do Estado (os *Archivi di Stato*). Os trabalhos prolongaram-se durante vários anos até à publicação, em 1981, do primeiro volume que englobava o Arquivo Central do Estado. Outros volumes foram publicados em anos posteriores, identificando os arquivos das várias regiões. Durante a sua elaboração, foi sendo perceptível que havia também que dar atenção a um imenso património arquivístico que, não sendo tutelado pelo Estado, se encontrava disperso nos arquivos das comunas, empresas, famílias, fundações, instituições culturais, instituições religiosas, entre outras.

Iniciativas pontuais de entidades públicas ou privadas, ou em colaboração, foram permitindo identificar alguns arquivos importantes em áreas que suscitavam interesse para a história política, económica ou social, que resultaram, durante a década de 1980, na publicação de um guia sobre os Arquivos da Resistência, de um guia relativo aos arquivos diocesanos, e de outros de âmbito local ou em torno de temas específicos (MBCA-UCBA, 1991-2009, vol. 1, VII-VIII).

No caso particular dos arquivos de família e pessoais foi-se igualmente desenhando, ao longo dos anos de 1980, a hipótese de se fazer uma identificação do património existente, na sua globalidade, ou seja, não somente cingido aos existentes nos arquivos de âmbito nacional, mas que incluísse também diversas entidades de abrangência nacional, regional ou local, nomeadamente bibliotecas e museus, entre outros tipos de instituições, alargando-se a entidades privadas e pessoas particulares, como investigadores, colecionadores ou genealogistas, sobre as quais, de alguma forma, houvesse informação disponível acerca da existência de bens arquivísticos.

O desconhecimento da situação nacional, a escassez de recursos humanos e as próprias exigências de financiamento que tal desiderato comportaria, fizeram com que se delineasse um projeto essencialmente de recenseamento. O projeto de elaboração de um guia destinado a identificar os arquivos familiares e pessoais existentes por toda a Itália, sob coordenação inicial de Gabriella Cristaldi, foi apresentado num Congresso Internacional realizado em 1991, dedicado à temática dos arquivos de família e pessoais, acompanhado do lançamento do seu primeiro volume, sob o título *Archivi di Famiglie e di Persone. Materiali per una Guida* (MBCA-UCBA, 1991-2009, vol. 1).

O objetivo era, principalmente, localizar e identificar os arquivos que fossem possíveis, e reconhecidos como património relevante para a memória nacional, tendo presente, todavia, que não seria possível uma identificação total, pelo facto de muitos não estarem declarados. A impossibilidade de produzir um guia arquivístico detalhado, atendendo às inerentes dificuldades que surgiriam, por ausência de informação, imprecisões e lacunas, conduziu a que a recolha que então se iniciou fosse, deste modo, apresentada como “materiais para um guia”.

A obra foi inicialmente prevista para quatro volumes, sendo que o último, destinado a índices, não chegou a ser publicado. E, mesmo assim, os três volumes nos quais se divulgou o resultado da ação de identificação efetuada por todo o país, tiveram um intervalo de publicação que se prolongou por duas décadas. De facto, após a publicação do primeiro volume, em 1991,<sup>213</sup> o segundo apenas viu a luz do dia em 1998,<sup>214</sup> e o terceiro mais de uma década depois, em 2009.<sup>215</sup>

Tão grande distância temporal entre as publicações foi justificada, na apresentação do terceiro volume, com a progressiva desagregação dos membros do grupo de trabalho inicial, por motivos institucionais. As consequências refletiram-se, naturalmente, na recolha de dados e em discrepâncias resultantes de um trabalho levado a cabo por várias mãos, além da progressiva desatualização da informação fornecida, ultrapassável, apesar de tudo, com o desenvolvimento que foram tendo, nas instituições envolvidas, a descrição arquivística e os instrumentos de acesso à informação, designadamente através do recurso à sua divulgação em sítios web (MBCA-UCBA, 1991-2009, vol. 3).<sup>216</sup>

No fim tinham sido identificados um total de 4462 fundos e/ou coleções de distintas dimensões, conteúdos e abrangência cronológica, ordenados numericamente de forma sequencial ao longo dos três volumes, organizados estes, por seu turno, pela ordem alfabética das diversas regiões italianas (à exceção da República de San Marino que figura no fim do terceiro volume). Dentro de cada região, seguiu-se também uma ordem alfabética de acordo com os apelidos das pessoas singulares ou nomes de família.

Não foi apresentada qualquer definição distintiva conceptual entre arquivos familiares e pessoais, nem feita divisão tipológica. A indicação foi realizada, caso a caso, embora de forma limitada, em função das informações disponíveis, nas breves descrições apresentadas sobre o

---

<sup>213</sup> Para as regiões de Abruzzo, Basilicata, Calabria, Campania, Emilia Romagna, Friuli Venezia Giulia, Lazio e Liguria.

<sup>214</sup> Relativo às regiões da Lombardia, Marche, Molise, Piemonte, Puglia, Sardenha e Sicília.

<sup>215</sup> Incluindo as regiões de Toscana, Trentino Alto Adige, Umbria, Valle d'Aosta, Veneto assim com a República de San Marino.

<sup>216</sup> Note-se que, neste longo intervalo de tempo, o próprio organismo coordenador mudou de designação de *Ufficio Centrale per i Beni Archivistici* para *Direzione Generale per gli Archivi*. Do mesmo modo, o ministério tutelar era inicialmente o *Ministero per i Beni Culturali e Ambientali*, e, em 2009, designava-se *Ministero per i Beni e le Attività Culturali*. A referência que se apresenta na bibliografia final da presente dissertação segue, todavia, a da publicação do primeiro volume, por uma questão prática com o intuito de manter agregados os três volumes indicados.



conteúdo de cada arquivo. Estas descrições comportavam uma indicação da instituição detentora e informação sobre a modalidade de incorporação, quando disponível. No caso de tutela por entidades privadas, apenas se indicava a cidade ou localidade onde se encontravam fisicamente e, caso existisse, a data de declaração oficial do seu interesse histórico pela superintendência arquivística responsável, de acordo com a legislação italiana. Além disso, era fornecida informação básica, sempre que possível, sobre o âmbito cronológico, o tipo de instrumento de descrição disponibilizado pela entidade, e outros guias ou inventários disponíveis.

Para o universo nacional italiano este guia continua a constituir um instrumento importante para a identificação dos arquivos familiares e pessoais, apesar de, em larga medida, estar desatualizado e necessitar de ser complementando com as bases de dados atualmente disponibilizadas pelos diversos arquivos na Internet. Cumpre especialmente destacar o papel desempenhado nos últimos anos pela Direção Geral dos Arquivos de Itália – a *Direzione Generale Archivi* – no desenvolvimento de um sistema arquivístico nacional e na disponibilização e divulgação de portais na Internet de acesso à informação dos vários arquivos, a partir da sua página.<sup>217</sup>

À semelhança do caso italiano, também em Espanha remonta à década de 1960 o projeto de elaboração de um recenseamento com o fim de identificar os diversos arquivos existentes, sob o impulso da Inspeção Geral de Arquivos. Desse projeto resultou, em 1972, a publicação em livro de um primeiro “censo-guia”, em dois volumes, embora circunscrito à administração local e eclesiástica. O trabalho de reconhecimento do património documental teve depois continuidade nos anos seguintes, designadamente através do CIDA – *Centro de Información Documental de Archivos*, criado em 1977, sob dependência da Direção Geral do Património Artístico, Arquivos e Museus, tutelada pelo Ministério da Cultura. Pouco depois, foi iniciado o desenvolvimento de uma base de dados com recurso às tecnologias informáticas, denominada CARC (*Censo de los Archivos Españoles*), destinada a centralizar os resultados de questionários que foram sendo realizados nas várias províncias.

Em 1985 foi publicada a Lei do Património Histórico Espanhol que determinou a elaboração, pelo Estado, de um recenseamento dos bens integrantes do património documental, em colaboração com as comunidades autónomas, o que veio enriquecer sobremaneira a base de dados mantida pelo CIDA. Paralelamente, no âmbito das administrações regionais ou

---

<sup>217</sup> A partir da página disponível em <URL:<http://www.archivi.beniculturali.it/>> [consult. 04-06-2017].é possível ter acesso aos diversos arquivos estatais, a portais temáticos, e a ligações a portais de colaboração internacional como o Archives Portal Europe. A pesquisa dos arquivos pessoais e familiares, todavia, necessita de ser efetuada nas bases de dados respetivas de cada arquivo, embora em alguns existam ligações disponíveis que permitem neles navegar especificamente, como é caso do Sistema de Informação dos Arquivos de Estado (Sistema Informativo degli Archivi di Stato), que possibilita percorrer os fundos em função das entidades produtoras – veja-se em <URL:[http://www.archivias.it/consulta\\_soggetti\\_tutti.asp](http://www.archivias.it/consulta_soggetti_tutti.asp)> [consult. 04-06-2017].

autónomas, foram sendo realizados diversos censos e guias, ao longo das décadas de 1980 e 1990.<sup>218</sup>

Em 1994 a referida base de dados CARC viu ampliado o seu âmbito geográfico aos países ibero-americanos, no âmbito do estabelecimento de uma política de cooperação arquivística internacional. A partir de 2011, na sequência do Real Decreto 1708/2011, de 25 de novembro, o designado *Censo Guía de Archivos de España e Iberoamérica* (CGAEI) tornou-se inteiramente eletrónico e acessível através da Internet, permitindo a pesquisa por instituições detentoras, fundos documentais e autoridades arquivísticas.<sup>219</sup>

O CGAEI caracteriza-se pela sua grande abrangência, quer no que respeita ao seu alcance geográfico, quer no que concerne ao tipo de entidades detentoras de arquivos. Abrange instituições públicas e privadas, de diversa natureza, e incluiu também famílias e pessoas singulares proprietárias de fundos de arquivo, totalizando mais de quinze mil entidades no seu Diretório de Arquivos. O portal disponibiliza diversas formas de pesquisa, através das quais é possível cruzar informação, e obter acesso simultâneo a inúmeros arquivos, incluindo pessoais e familiares, disponibilizados por um amplo leque de entidades, em diversos países.

Constituindo um excelente instrumento para acesso à informação arquivística, o CGAEI tem, no entanto, alguns pontos fracos. Desde logo, não possui um glossário que oriente o utilizador menos familiarizado com a terminologia arquivística aplicada, apesar de se invocar o uso das normas arquivísticas do Conselho Internacional de Arquivos. A ausência de explanação de conceitos induz também questões no que respeita ao quadro teórico subjacente. Por exemplo, não é apresentada qualquer justificação para a diferença entre os conceitos de pessoa singular e o de família, embora figurem de forma diferenciada na pesquisa por autoridades arquivísticas (entendidas enquanto organismos produtores), ao passo que, também na lista de autoridades, para o caso das designadas “instituições” (termo utilizado para indicar as pessoas coletivas produtoras) não se introduz qualquer tipo de distinção.

Todavia, as entidades detentoras de acervos arquivísticos estão categorizadas tipologicamente,<sup>220</sup> e é possível limitar a pesquisa pela sua localização geográfica e tipo de

---

<sup>218</sup> Para um historial mais completo, veja-se Fito Manteca (2005).

<sup>219</sup> O CGAEI está disponível na ligação <URL:<http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/portada.htm>> [consult. 04-06-2017], onde pode ser melhor consultado o historial do projeto, informação sobre os seus conteúdos e o quadro normativo utilizado para a descrição (com base nas normas do Conselho Internacional de Arquivos), e para a codificação de dados, transferência e partilha de descrições em formato eletrónico (com base na EAD – Encoded Archival Description e na EAC – Encoded Archival Context). Para além desta base de dados tornada acessível on-line, o Ministério da Educação, Cultura e Desporto do Governo de Espanha disponibiliza igualmente o Portal de Archivos Españoles (em <URL:<http://pares.mcu.es/>> [consult. 04-06-2017]) destinado à difusão e valorização do património histórico documental, com diversos recursos que incluem outras formas de pesquisa de documentação existente em diversas instituições, o acesso a documentos digitalizados, a portais temáticos, e a bases de dados especializadas.

<sup>220</sup> Divididas, entre outras, em: arquivos gerais e centrais, arquivos de órgãos constitucionais e autónomos, judiciais, notariais, militares, regionais, municipais, universitários, de instituições científicas,

gestão. Para o caso dos arquivos detidos por cada instituição, não existe tipo de categorização por tipologia, sendo recuperáveis através de uma pesquisa geral (por termos), pelos títulos ou nomes ou pelo registo de autoridade, sendo os únicos filtros disponíveis o nível de descrição (fundo, divisão de fundo e série) e o período cronológico. Na prática, este Censo-Guia está mais vocacionado para a identificação das instituições detentoras e menos para a dos fundos e coleções documentais de cada uma delas, sendo necessário, em cada caso concreto, consultar os seus próprios guias ou outros instrumentos descritivos dos respetivos acervos.

Em França, foram surgindo algumas medidas avulsas de proteção dos arquivos privados e acerca da sua integração nos arquivos públicos, mas só a partir de 1949 se assistiu a uma opção consciente e ativa de incorporação mais substancial de fundos privados em especial no Arquivo Nacional, sob a gestão do seu diretor Charles Braibant. Foi então criado um serviço especificamente destinado a intervir em arquivos privados, que possibilitou a organização de alguns identificados, a produção de inventários, e mesmo a microfilmagem a partir de arquivos que se mantiveram na posse de entidades particulares (Nougaret, 2006, 27). Sob a ação decisiva de Charles Braibant, passaram a reunir-se nesta secção especializada os arquivos adquiridos a pessoas singulares, famílias, associações, partidos políticos, órgãos de imprensa e outros, considerados de interesse nacional.

O Arquivo Nacional francês incluía já no seu acervo inúmera documentação resultante da incorporação de arquivos do setor privado, como aquela que teve origem nos confiscos do período revolucionário, ocorridos até à primeira metade do século XIX, os quais foram sendo dispersos por diferentes séries, criadas em função de distintos critérios de organização da informação. Na segunda metade de oitocentos, e ao longo das primeiras décadas do século XX, tinham entretanto sido colocadas em prática medidas atinentes a evitar esta dispersão da documentação, nomeadamente com a criação de séries específicas destinadas a acolher as novas incorporações e a manter os conjuntos orgânicos individualizados. Ao longo deste processo, os arquivos pessoais e familiares foram sendo incorporados em séries distintas. Inicialmente foram integrados numa série geral designada de “AB XIX”, criada em 1856 com o intuito de agregar documentos privados isolados, coleções e “papéis” de pessoas “eruditas”. Depois da intervenção de Charles Braibant, acima referida, os arquivos pessoais e de famílias conheceram uma nova série autónoma, sob a sigla AP.

Apesar da nova orientação do Arquivo Nacional francês no pós-II Guerra, só se torna verdadeiramente decisiva a proteção efetiva dos arquivos privados, incluindo dos familiares e pessoais, depois da publicação de legislação específica, em 1979, onde é reconhecido aos serviços públicos a efetiva incumbência na sua preservação. As instituições de arquivo

---

culturais e de investigação (onde entram os museus e as bibliotecas, sociedades, casas de cultura, etc.), religiosos, associativos, empresariais, de partidos políticos, e pessoas singulares ou famílias.

nacionais passaram então a atuar mais decisivamente na aquisição, inventariação e divulgação deste património documental. A partir do final dos anos de 1970 começaram, progressivamente, a ser publicados os primeiros guias com o estado sumário dos arquivos existentes nos arquivos de âmbito nacional. Editados inicialmente em sucessivos tomos, estes guias vieram depois a conhecer uma operação de informatização, a partir de 2000, sendo progressivamente atualizados e disponibilizados na Internet (Nougaret, 2006).<sup>221</sup>

Já em pleno século XXI, a Direção dos Arquivos de França, consciente da existência de inúmeros arquivos privados dispersos por outros repositórios públicos, iniciou o desenvolvimento de uma base de dados com vista ao seu recenseamento, que se veio a designar por BORA – *Base d’Orientation et Recherche dans les Archives*. A base foi concebida para permitir um trabalho censitário junto dos arquivos nacionais e departamentais, tendo em vista o seu progressivo alargamento aos arquivos municipais, a bibliotecas e a outros organismos públicos e também a privados suscetíveis de deterem arquivos de interesse para a investigação e para a história nacional. A informação a incluir nesta base de dados provinha de fichas preenchidas pelas várias instituições detentoras, contendo elementos identificadores como: localização, cota, título dos fundos, apresentação do produtor, apresentação do conteúdo, datas extremas, instrumentos de descrição existentes, condições de acesso e reprodução, indicação sobre dimensão e suportes, e informação bibliográfica (Morin, 2010).

Inicialmente disponibilizadas através de um *website* próprio,<sup>222</sup> as fichas desenvolvidas para a aplicação BORA foram entretanto migradas para o Portal Europeu de Arquivos – *Archives Portal Europe*.<sup>223</sup> Novas formas de partilha de informação, como este portal europeu, bem como o desenvolvimento de outros recursos de pesquisa, incluindo o investimento em bases de dados e portais temáticos ou direcionados para instituições específicas e distintos projetos colaborativos, fizeram com que o projeto de recenseamento dos arquivos privados, centralizado pela Direção dos Arquivos de França, fosse progressivamente remetido para segundo plano. O próprio projeto que esteve subjacente à aplicação BORA não foi além do recenseamento em instituições de arquivo públicas de nível departamental, e dos próprios Arquivos Nacionais, salvo raras exceções.

---

<sup>221</sup> Refira-se que os Arquivos Nacionais de França disponibilizam atualmente no seu portal de pesquisa (sala de referência virtual designada de Salles des inventaires virtuelles) diferentes possibilidades de percorrer os arquivos do seu acervo. As séries AP e AB XIX são possíveis de serem percorridas na secção “Archives de personnes, de familles et d’associations” na seguinte ligação <URL:https://www.siv.archives-nationales.culture.gouv.fr/siv/rechercheconsultation/consultation/pog/consultationPog.action?pogId=FRAN\_POG\_06> [consult. 08-06-2017].

<sup>222</sup> Que já não se encontra disponível e cuja estrutura é apenas em parte consultável através do portal do projeto de arquivo da web intitulado Internet Archive - Wayback Machine <URL:http://web.archive.org/web/20130929012507/http://daf.archivesdefrance.culture.gouv.fr/sdx-222-daf-bora-ap/ap/index.xsp> [consult. 08-06-2017].

<sup>223</sup> Podendo ser acedidas através da seguinte ligação: <URL:http://www.archivesportaleurope.net/search/-/s/d/262> [consult. 08-06-2017].

Os Arquivos Nacionais do Reino Unido (*The National Archives*) são possivelmente o organismo que melhor sucesso teve, dentro do panorama europeu, em providenciar tanto o recenseamento de arquivos e das suas instituições detentoras, como em explorar os potenciais das tecnologias informáticas e da Internet para a organização de um acesso centralizado ao património arquivístico do país.

Criado pelo governo em 2003, a instituição veio reunir quatro anteriores organizações com intervenção fundamental no domínio da informação, quer pública, quer privada, nas décadas anteriores: o *Public Record Office*, a *Historical Manuscript Commission*, o *Office of the Public Sector Information* e o *Her Majesty's Stationery Office*.<sup>224</sup> Os Arquivos Nacionais assumiram, desde a sua constituição, a liderança de um processo de gestão do setor arquivístico, tirando partido e dando continuidade à já longa história e práticas dos organismos que lhe deram origem. Passaram a abranger de igual forma a gestão da informação produzida pelas entidades governamentais, e a responsabilidade pela salvaguarda, investigação e de identificação de arquivos de vários tipos, nomeadamente do setor privado, em todo o território do Reino Unido.

Estabelecendo regras para a normalização do tratamento e de acesso à informação, apoiando a inovação, a investigação, e a implementação de boas práticas, preocupam-se igualmente com a documentação considerada histórica, com a preservação digital, com o acesso e uso da informação do setor público sob o desiderato da transparência e da liberdade de informação, e promovem ainda a formação do público em geral, incentivando a colaboração dos utilizadores para providenciar informação adicional, através da exploração das potencialidades oferecidas pela *web 2.0*.<sup>225</sup>

Não cabe aqui descrever a longa tradição britânica quando ao desenvolvimento da própria Arquivística, e as inúmeras iniciativas e organizações envolvidas na valorização dos arquivos e do acesso à informação. Interessa, em particular, salientar que, no que concerne aos arquivos pessoais e familiares (bem como aos arquivos privados em geral), um intenso trabalho de identificação, de centralização de informação, e de indexação de instrumentos de descrição, foi iniciado ainda em 1945 pela *Historical Manuscripts Commission*, através da constituição e permanente atualização de um registo nacional de arquivos, o *National Register of Archives*.

---

<sup>224</sup> As duas primeiras organizações formaram a base inicial da nova instituição, e as outras duas juntaram-se-lhe em 2006. Concebida para se constituir como o arquivo oficial da Inglaterra e do País de Gales, não inclui a Escócia nem a Irlanda do Norte, que permanecem com os seus arquivos autónomos, apesar de os Arquivos Nacionais providenciarem, na sua página de Internet, ferramentas de pesquisa que os referenciam.

<sup>225</sup> Informação mais detalhada e substancial sobre as atividades e os projetos em curso no *The National Archives* pode ser encontrada na sua página Internet em <URL:<http://www.nationalarchives.gov.uk/>> [consult. 08-06-2017].

Este registo, que passou a ser incumbência dos Arquivos Nacionais, depois de 2003, resulta de uma permanente recolha de listas, catálogos e outros instrumentos de descrição de materiais de arquivo nos mais diversos repositórios (incluindo bibliotecas, museus, associações, universidades, empresas, igreja, sociedades científicas ou culturais, e outras). Anualmente é feita uma revisão global com vista a detetar novas aquisições e atualizar dados. O catálogo central dos Arquivos Nacionais na Internet, intitulado *Discovery*, constitui o ponto de acesso por excelência para os acervos de mais de 2500 instituições. Por outro lado, estas instituições deixaram de se limitar apenas ao território britânico, passando a abranger também outras em países que possuem documentação considerada relevante para uma História “comum”, como os Estados Unidos da América, a Índia, ou mesmo a França.

No que respeita aos arquivos pessoais, assim como aos familiares, o *interface* do catálogo<sup>226</sup> permite percorrer todos os que já foram identificados e que são tutelados por entidades públicas e privadas, com a vantagem adicional de, com base em pontos de acesso normalizados, ser possível para uma mesma autoridade arquivística<sup>227</sup> saber, de imediato, que instituições possuem documentação com ela relacionada, incluindo em séries de arquivos de outras entidades produtoras, obtendo um breve sumário de conteúdos, além de ligações para informações biográficas.

O catálogo possui atualmente informação sobre um universo superior a mais 50.000 pessoas singulares, mais de 10.000 famílias, além de milhares de outros produtores. Destaque-se ainda que a generalidade dos registos de autoridade para as pessoas singulares é acompanhada, não só da forma controlada do nome, com as respetivas datas de nascimento e morte, mas também de indicação da principal, ou principais, áreas de atividade da pessoa, constituindo uma forma de caracterização facetada, sendo todavia de lamentar não ser possível efetuar uma pesquisa filtrada por facetas.<sup>228</sup>

Na Holanda, berço no final do século XIX do já mencionado manual dos arquivistas holandeses, Muller, Feith e Fruin, a primeira metade do século XX foi particularmente penosa para o destino de muitos arquivos. Os efeitos das duas guerras mundiais, e das correspondentes crises económicas e sociais, tiveram como consequência o desaparecimento de inúmeros arquivos na posse de privados, uns destruídos, outros apreendidos (nomeadamente os da comunidade judaica) e outros ainda transferidos para fora do país. O risco de futuras perdas e a consciência da necessidade de preservação da memória histórica levou a que, em 1964, se lançasse, por iniciativa da Sociedade Histórica Holandesa<sup>229</sup> e da

---

<sup>226</sup> Dados técnicos sobre o desenvolvimento e programação dos conteúdos, metadados, estrutura da aplicação são disponibilizados na página do *The National Archives*.

<sup>227</sup> Foram elaborados registos de autoridade para distintos tipos de produtores como, por exemplo, famílias, pessoas singulares, empresas, organizações e casas territoriais (as designadas *manor*).

<sup>228</sup> Ao contrário, por exemplo, do catálogo alemão *Kalliope*, que se mencionará adiante.

<sup>229</sup> Koninklijk Nederlands Historisch Genootschap.

Sociedade para a Genealogia e Heráldica,<sup>230</sup> a criação de um cadastro central para os arquivos de família. Na década seguinte, o registo foi alargado aos arquivos privados em geral, com seu nome alterado para Registo Central dos Arquivos Privados,<sup>231</sup> sob incumbência do Arquivo Nacional holandês.

Nos anos de 1980, Rudolf Dekker, Yvonne Scherf e Ruud Lindeman procederam a uma identificação preliminar de documentos pessoais, visitando museus, arquivos e bibliotecas, de que resultou a publicação de um livro com um inventário do que chamaram de “egodocumentos”, constituídos por diários, autobiografias e memórias, para o período entre os séculos XVI e XIX.<sup>232</sup>

Nos anos subsequentes, prosseguiram numerosas iniciativas e trabalhos de identificação e registo de arquivos por todo país, criou-se legislação para a sua proteção, dinamizaram-se associações interessadas na preservação e divulgação do património documental, e diferentes instituições, mais ou menos especializadas em determinados temas, envolveram-se na aquisição de arquivos, ou conheceram renovado impulso nesse domínio, como é o caso, apenas a título de exemplo, do Instituto Internacional de História Social em Amsterdão.<sup>233</sup>

Numerosos debates têm tido lugar na Holanda, sobre a aquisição de acervos privados e a sua preservação, e a criação de formas de colaboração entre diversas entidades e profissionais de arquivo para difusão do património documental. Em 2005 foi mesmo criada uma Plataforma para os Arquivos Privados, atualmente gerida pelo *Katholiek Documentatie Centrum*.<sup>234</sup> Esta instituição tem procurado, nos anos mais recentes, promover o debate sobre o estabelecimento de redes entre as várias instituições, tendo em vista criar uma coleção virtual dos arquivos privados na Internet, no âmbito de um projeto nacional mais amplo, o *Archief2020*.<sup>235</sup>

Uma revitalização do Registo Central dos Arquivos Privados criado na década de 1960 tem sido, entretanto, equacionada, acompanhando o debate centrado no potencial oferecido pelos recursos digitais e pela Internet, no sentido da colaboração partilhada, da criação de bases de dados comuns e da promoção alargada do acesso à informação dos arquivos privados. Um

---

<sup>230</sup> Centraal Bureau voor Genealogie.

<sup>231</sup> Centraal Register van Particuliere Archieven – CRPA.

<sup>232</sup> O livro, intitulado *Egodocumenten van Noord-Nederlanders van de zestiende tot begin negentiende eeuw*, teve uma segunda edição publicada em 1993, e o inventário realizado foi entretanto disponibilizado em linha em <URL:<http://www.egodocument.net/egodocumententot1814.html>> [consult. 10-06-2017].

<sup>233</sup> Um breve historial cronológico desta evolução, desde 1898 à atualidade, pode ser consultado no website dedicado aos arquivos de família da Holanda em <URL:<http://www.familiearchieven.nl/collectienederland.html>> [consult. 10-06-2017]. Sobre o impacto das conjunturas políticas na primeira metade do século XX por exemplo no acervo arquivístico do Instituto Internacional de História Social de Amsterdão, e os esforços por este desenvolvidos desde o pós-guerra para recuperar e preservar documentação arquivística, veja-se o texto introdutório a um dos guias dos seus arquivos publicado no final dos anos de 1990 (Haag e van der Horst, 1999).

<sup>234</sup> Centro de Documentação Católica.

<sup>235</sup> Veja-se a informação disponível em <URL:<http://www.ru.nl/kdc/weten/platform-0/>> [consult. 15-07-2017].

dos exemplos de disponibilização em rede do acesso simultâneo a acervos de mais de 80 instituições de diversa tipologia é o portal na Internet *Archiven.nl*. Neste é possível, através de uma pesquisa dentro da secção “Arquivos e Coleções”, refinada à categoria “Famílias e Pessoas”, obter acesso à descrição de cerca de 4.000 arquivos.<sup>236</sup>

No panorama europeu merece também particular menção o caso alemão. Antes da reunificação alemã tinham sido esboçadas algumas tentativas de sistematização e identificação de arquivos pessoais. Na República Federal da Alemanha, Wolfgang Mommsen procedeu a uma inventariação em instituições alemãs, incluindo arquivos e bibliotecas, de que resultou um diretório publicado em dois volumes (1971 e 1983), a partir do qual os Arquivos Federais<sup>237</sup> se vieram a basear para o desenvolvimento de uma base de dados, tornados disponíveis através da Internet a partir de 2002, na qual se centraliza a informação sobre os arquivos pessoais existentes em diversas instituições arquivísticas.<sup>238</sup>

No entanto, os Arquivos Federais, só por si, não providenciam, através dessa base de dados, informação sobre a totalidade dos arquivos pessoais existentes nas diversas entidades detentoras de património arquivístico da atual Alemanha, remetendo os utilizadores para a existência de mais arquivos, nomeadamente em bibliotecas, cujo recenseamento e identificação é da responsabilidade da Biblioteca Estatal de Berlim.<sup>239</sup> Esta biblioteca teve a incumbência de dar continuidade a um projeto lançado naquela cidade, em 1966, para se proceder a um registo central de manuscritos do domínio privado,<sup>240</sup> o qual deu origem, já depois do processo de reunificação alemã, a uma outra base de registo lançada em 2001, denominada de *Kalliope*.

Até 2006 os registos que durante trinta anos tinham sido reunidos em cartões, destinados a leitura computadorizada, foram sendo convertidos para formatos digitais, ao mesmo tempo que se transitou para um novo catálogo guias ou diretórios de fundos até então apenas existentes em formato impresso. Disponível igualmente na Internet, o *Kalliope Union Catalog* (ou *Kalliope Verbundkatalog*)<sup>241</sup> expandiu-se, entretanto, para permitir a inclusão de descrições de arquivos pessoais e outras coleções relacionadas com a história alemã existentes na Áustria, na Suíça, e outros países. No que diz respeito aos arquivos pessoais, que ali encontram espaço de representação muito amplo, destaque-se uma opção pouco frequente em catálogos

---

236 De acordo com consulta efetuada em 15-07-2017, a partir de <URL:https://www.archieven.nl/nl/zoeken?mivast=0&mizig=0&miadt=0&milang=nl&misort=last\_mod%7Cd esc&mif2=314316&miview=lst>.

237 Das Bundesarchiv.

238 Em <URL:http://www.nachlassdatenbank.de/> [consult. 15-07-2017].

239 Staatsbibliothek zu Berlin.

240 O Zentralkartei der Autographen.

241 Disponível em <URL:http://kalliope.staatsbibliothek-berlin.de/en/index.html> [consult. 15-07-2017]. Segue normas de descrição compatíveis com a ISAD(G) e utiliza, na base de dados, padrões internacionais tendo em vista a interoperabilidade da informação, com base em esquemas EAD e normas ISO.



semelhantes – a da pesquisa facetada. Através de termos de indexação relativos, por exemplo, a atividades profissionais, é possível pesquisar na base de dados em função de distintas facetadas atribuídas às pessoas singulares, proporcionando, por exemplo, que seja possível fazer uma pesquisa direcionada aos arquivos pessoais com base em interesses ou atividades comuns, partilhadas por vários indivíduos.

Fora do quadro europeu, merecem igualmente menção os casos do Canadá, dos Estados Unidos da América e da Austrália, todos bastante distintos entre si.

No que se refere ao Canadá, a evolução do sistema dos Arquivos Totais, implicou uma recolha ativa de todo o tipo de arquivos e de documentos, das mais distintas proveniências, envolvendo inúmeras instituições, algumas das quais se especializaram em determinadas áreas.<sup>242</sup> Esta política de recolha cedo motivou uma chamada de atenção, por parte de alguns arquivistas proeminentes. Terry Cook, do Arquivo Público do Canadá, argumentou na revista *Archivaria* que o aumento do interesse pela preservação de suportes específicos punha em perigo o princípio arquivístico da proveniência. Segundo o teórico canadiano a especialização consoante tipologias de suportes tinha-se feito à custa dos contextos funcionais dos documentos originais. A atribuição da responsabilidade por determinados suportes, como os documentos audiovisuais ou eletrónicos, a distintas unidades administrativas dos arquivos nacionais, tinha tido como consequência a divisão dos arquivos, colocando em risco a sua integridade (Cook, T., 1979-1980, 144).

Esta dispersão também dificultava a investigação, obrigando os utilizadores a trabalhar numa multiplicidade de sistemas de arquivo, a fim de encontrar a informação de que necessitavam. Cook propôs assim que existissem apenas duas unidades de administração nos arquivos: os arquivos públicos ou institucionais; e os arquivos particulares. Os materiais em diferentes suportes deveriam estar incluídos dentro desses agrupamentos, englobados nos respetivos fundos (Cook, T., 1979-1980, 145). Outros representantes de arquivos públicos também expressaram preocupações semelhantes, defendendo a necessidade da abordagem dos diversos arquivos no seu conjunto; e destacando que a especialização por tipologias de suportes inviabilizava tanto a arquivistas como aos investigadores a compreensão contextual dos documentos (Dick *et al.*, 1980-1981, 227).

---

<sup>242</sup> Reconhecendo que as artes e a cultura eram fundamentais para a identidade nacional, o governo federal do Canadá estabeleceu, em 1949, a *Royal Commission on National Development in the Arts, Letters and Sciences*, para definir o papel do governo nessas áreas (Millar, 1998, 114). A Comissão declarou que os arquivistas canadianos tinham um duplo papel: o da proteção dos documentos públicos em todo o seu ciclo de vida; e o da aquisição de documentos particulares relacionados com o Canadá, independentemente dos suportes, idade ou origem. A Comissão encorajou desta forma a aquisição de filmes, fotografias, cartografia, panfletos, jornais, correspondência privada e os mais diversos artefactos, cuja gestão, em alguns casos, veio a originar a criação de repositórios especializados em função de determinadas tipologias documentais.

Por outro lado, a partir de meados da década de 1970, o Estado canadiano passou a enfrentar uma crise orçamental, que se traduziu no aumento de reivindicações para a descentralização de muitos programas públicos, em protestos contra o controlo centralista da economia e dos programas sociais, e na defesa pronunciada de uma gestão local forte. Na esfera cultural, tornou-se frequente a defesa de que a era mais adequada a gestão de recursos a nível local, o que teve consequências nas instituições arquivísticas, que assistiram a uma reestruturação e descentralização. O número de repositórios arquivísticos do Canadá subiu exponencialmente, de cerca de seis dezenas, nos anos de 1950, para mais de seiscentos, em finais da década de 1980, à medida que as diversas regiões foram criando as suas próprias instituições. As diversas províncias canadianas iniciaram vários programas para o efeito, criando e desenvolvendo numerosos repositórios institucionais e junto de comunidades específicas.

Deste modo, partir da década de 1980, generalizou-se a ideia de que o desiderato dos Arquivos Totais seria mais bem cumprido por meio da descentralização, incentivando-se os produtores dos documentos a cuidarem dos seus arquivos, para seu próprio benefício e da sociedade. O governo federal foi paulatinamente reorientando os incentivos financeiros no sentido de apoiar entidades locais, públicas e particulares, na preservação arquivística, em vez dar seguimento à anterior política de aquisições por parte de grandes repositórios do Canadá, com um carácter centralista e, até, paternalista.

A responsabilidade pela aquisição de documentos privados tinha tradicionalmente repousado em grande parte num arquivo nacional, dez arquivos provinciais, e um punhado de bem estabelecidos arquivos de universidades ou municipais. Com a nova orientação passou a enfatizar-se o valor dos arquivos para as próprias comunidades, abrindo espaço às suas preocupações identitárias e vontade manifesta de preservar as suas heranças localmente. Para incentivar o desenvolvimento de arquivos em empresas e outras instituições ao nível regional, foram feitos esforços no sentido da criação de um sistema arquivístico global para o Canadá, que incluísse diversos tipos de entidades, tanto no domínio público, como no privado. Quanto aos arquivos pessoais e familiares a orientação seguida foi a da sua preservação por parte de arquivos municipais ou de âmbito local, embora alguns pudessem figurar em instituições de maior abrangência ou especialização.

Pouco a pouco, foi-se estabelecendo a ideia da necessidade de uma estreita cooperação entre os antigos e novos repositórios no desenvolvimento de padrões, para as práticas arquivísticas, e no fomento de programas e serviços comuns. Os maiores repositórios públicos, em vez de concentrarem em si a aquisição e tratamento dos arquivos, deveriam orientar o seu papel de liderança para o desenvolvimento de arquivos geridos pelas organizações, ou de âmbito local (Millar, 1998,122-123).

Estas novas perspetivas estiveram na base da criação, em 1985, do *Canadian Council of Archives* (CCA), com a finalidade de desenvolver uma rede abrangente de instituições

arquivísticas (Couture, 2005, 37). O CCA começou por financiar conselhos provinciais e territoriais para levarem a cabo uma pesquisa das necessidades e as prioridades locais, cujos resultados foram publicados em 1988, no âmbito do qual foram identificadas 627 entidades arquivísticas em todo o país, entre públicas e privadas, de comunidades locais e regionais, temáticas, religiosas, de negócios ou educacionais. Como parte de um plano de criação de um sistema arquivístico nacional, em 1989 o CCA instituiu uma Comissão de Aquisição para examinar os mecanismos de gestão cooperativa de aquisição e de implementação de requisitos de avaliação para os documentos contemporâneos (Millar, 1998, 124).

A necessidade de reforçar a identidade do Canadá enquanto nação manteve-se, mas foi evoluindo de uma sensibilidade nacional para uma mais regional, dando ênfase à importância da gestão dos arquivos ao nível local e da descentralização da responsabilidade. Uma clara reorientação da política arquivística, dos arquivos totais para a criação de um sistema arquivístico, refletiu-se numa diversificação e difusão da responsabilidade do nacional para o provincial, para a cidade e para comunidades específicas (Millar, 1998, 125).

Um dos principais avanços proporcionados pela criação do CCA registou-se na padronização de práticas, de modo a vincular arquivos previamente isolados a um sistema comum. Alguns exemplos das medidas de padronização lideradas pelo CCA incluem tanto a criação de normas para a descrição arquivística, como as *Rules for Archival Description* (RAD), em 1990, como orientações diversas relacionadas com as políticas de aquisição. A normalização de acordo com padrões pré-estabelecidos, um dos principais objetivos do CCA, alargou-se a todo o Canadá. Ligada já então ao uso de novas tecnologias de informação, obrigou a que se repensassem muitos conceitos até aí aplicados, bem como a uma revisão de métodos de trabalho (Couture, 2005, 37-38).

Atualmente cada repositório canadiano disponibiliza, com maior ou menor detalhe, diferentes bases de dados que permitem explorar os acervos arquivísticos. No entanto, mercê do espírito colaborativo entre as diversas instituições envolvidas na preservação de distintos materiais, com várias décadas de experiência, foi desde muito cedo possível tirar partido das redes de colaboração regionais e nacionais e das novas tecnologias para a partilha de informação. Uma rede nacional de informação arquivística foi lançada em 2001, desenhada para providenciar o acesso através da Internet às centenas de instituições existentes no país.

Presentemente, quase todas as províncias canadianas possuem um portal onde a informação arquivística é partilhada em rede. Por seu turno, ao nível nacional, o *Canadian Council of Archives* está incumbido de manter o portal *archivescanada.ca*,<sup>243</sup> uma iniciativa conjunta que inclui este Conselho, o *Provincial and Territorial Archival Networks* (entidade que procura assegurar a participação e colaboração dos arquivos ao nível regional e local no

---

<sup>243</sup> Em <URL:<http://www.archivescanada.ca/home>> [consult. 16-07-2017].

desenvolvimento da rede arquivística nacional), e ainda a *Library and Archives Canada* (instituição nacional para os arquivos e bibliotecas, com sede em Ottawa, mas que conta com diversas dependências pelo país, geralmente nas capitais regionais).

A implementação deste sistema arquivístico canadiano, feita sob o desígnio de um princípio de responsabilidade partilhada, beneficiou de um extraordinário empenho por parte das inúmeras instituições de todo o país e de diferentes profissionais, associações e da comunidade em geral. Os resultados obtidos na identificação de arquivos, na sua aquisição e na sua difusão, são possíveis de serem amplamente explorados através do portal *archivescanada.ca* ou dos diferentes portais que representam as redes regionais,<sup>244</sup> e dispensam qualquer incursão por outras tentativas de efetuar recenseamentos nacionais, seja para arquivos de organizações governamentais, seja para arquivos particulares existentes em bibliotecas, arquivos, museus, instituições de ensino, organismos da administração regional ou municipal, sociedades históricas, organizações religiosas, associações, ou outro tipo de entidades.

Um comprometimento geral com as regras de descrição arquivística nacionais (as RAD), e com requisitos de interoperabilidade entre os sistemas utilizados nos diversos repositórios, permite que a informação disponibilizada esteja estruturada de forma normalizada. A partir do portal nacional, baseado na utilização e desenvolvimento do software de acesso aberto providenciado pelo Conselho Internacional de Arquivos, o ICA-AtoM, é possível navegar por todas as instituições arquivísticas, escolhendo a sua tipologia ou localização geográfica, assim como a área temática predominante; percorrer os registos de autoridade de organismos e pessoas singulares e famílias; navegar por assuntos e por locais; ou consultar todas as descrições arquivísticas disponíveis, utilizando os vários filtros de pesquisa para restringir os resultados.

No que concerne em particular aos registos de autoridade, deve ser destacado que tanto instituições (públicas e privadas), como pessoas singulares e famílias, estão representadas de forma praticamente proporcional, contando as primeiras com cerca de 20 mil registos e os segundos mais de 17 mil.<sup>245</sup>

---

244 Uma lista dos portais regionais que permitem a pesquisa integrada e simultânea nos diversos repositórios ao nível das províncias e territórios que compõe a federação canadiana, com as respetivas ligações, está disponível no portal nacional em <URL:<http://www.archivescanada.ca/Networks>> [consult. 16-07-2017]. Apenas os Territórios do Noroeste e de Nunavut não possuem um ponto centralizado para a sua rede de repositórios.

<sup>245</sup> Note-se que no portal *archivescanada.ca* apenas existem dois tipos de registo de autoridade: para organizações ou para pessoas, agregando estas últimas pessoas singulares e e famílias. No entanto, noutros portais regionais e locais é possível encontrar-se registos diferenciados para famílias e para pessoas singulares. Em consulta efetuada a 13-07-2017 em <URL:<https://archivescanada.accesstomemory.ca/actor/browse>> o portal contava com 20043 registos para organismos corporativos e 17742 para pessoas. Quanto aos arquivos, disponibilizados uma consulta às descrições arquivísticas, por nível de descrição, indicavam, na mesma data, um total de 55848 fundos e 2426 coleções de distintas proveniências – resultado obtido em <URL:<https://archivescanada.accesstomemory.ca/informationobject/browse?sort=alphabetic>> [consult. 13-07-2017].

Nos Estados Unidos da América não existe qualquer tipo de ferramenta de pesquisa integrada de semelhante abrangência. A divisão entre profissionais dedicados especialmente aos manuscritos considerados de interesse histórico, preservados geralmente em bibliotecas ou outras instituições como universidades, e os ligados aos arquivos públicos, incumbidos essencialmente da gestão da informação produzida pelas entidades governamentais, faz com que, ainda presentemente, a informação sobre os arquivos privados e em particular os das pessoas singulares e de famílias, permaneça dispersa por vários repositórios.

No entanto, deve ser feita referência ao trabalho desenvolvido pela Biblioteca do Congresso (*Library of Congress*) que está encarregada do *National Union Catalog of Manuscript Collections* (NUCMC), que tem por objetivo constituir um registo central de coleções arquivísticas e de manuscritos nos vários repositórios dos Estados Unidos da América, e onde é possível identificar numerosos arquivos pessoais.

O projeto deste registo nacional remonta à década de 1950, tendo um primeiro volume sido publicado em 1962, contendo um diretório de cerca de 7300 arquivos em aproximadamente 300 repositórios. A catalogação informática iniciou-se na década de 1980, e, desde 2007, a Biblioteca do Congresso fornece acesso aos registos deste catálogo através de uma plataforma na Internet apoiada pela OCLC WorldCat.<sup>246</sup>

Trata-se essencialmente de um índice, ou diretório, com possibilidades de pesquisa relativamente limitadas, embora forneça ligações para descrições arquivísticas existentes nos repositórios das entidades colaborantes, quando disponíveis. Não constitui uma ferramenta de pesquisa global, pois nem todos os repositórios ali estão representados e, entre os que estão, a informação está restrita aos dados fornecidos por cada um deles, não dispensando a consulta dos respetivos guias, catálogos e outros instrumentos de acesso aos seus acervos.

É o caso, por exemplo, do arquivo nacional NARA,<sup>247</sup> detentor de numerosos arquivos privados. Neste caso, os arquivos pessoais estão agregados a um grupo designado de “materiais doados” (um tipo de *record group*<sup>248</sup> de acordo com a forma utilizada nos EUA para organizar os documentos de arquivo em função da sua proveniência), podendo os pessoais,

---

246. Um historial do projeto apoiado pela Online Computer Library Center (OCLC) WorldCat e das suas realizações encontra-se em <URL: <https://www.loc.gov/coll/nucmc/timeline.html>> [consult. 13-07-2017].

247 National Archives and Records Administration.

<sup>248</sup> Com a criação dos Arquivos Nacionais, em Washington, em 1934, a Arquivística americana começou a sua atividade profissional coletiva, tendo de enfrentar o acelerado crescimento da informação produzida pelas várias instituições públicas. Tendo em conta o volume de documentação que tinha de ser processada e tratada, os arquivistas americanos, por necessidades fundamentalmente práticas, adotaram a sua organização em *Record Groups*, conceito definido em 1941. O *Record Group* representava o conjunto dos documentos criados por uma organização, entidade ou unidade administrativa, agrupados hierarquicamente consoante a estrutura de origem, e geridos em conjunto como uma unidade única e coesa, que servia tanto de unidade de instalação como de metodologia descritiva. Consoante a dimensão do acervo, o *Record Group* podia ser subdividido em subgrupos e em séries (Schellenberg, 1965, 164; Fenyo, 1966, 233-235; Cook, M., 1986, 83).

além do nome do seu produtor, ser acompanhados da expressão *papers* ou *collection*.<sup>249</sup> O NARA é uma entidade colaborante do NUCMC, mas nem todos os conjuntos documentais de “materiais doados” ali estão referenciado.

Uma situação semelhante, também ela radicada na mesma tradição de divisão entre os profissionais ligados aos arquivos, é a da Austrália, não obstante os debates teóricos que, desde os anos de 1990, têm procurado contrariar essa orientação, nomeadamente da parte dos defensores do modelo do *Records Continuum*. Foi também a Biblioteca Nacional australiana que começou por desenvolver, na década de 1960, um guia destinado à identificação das “coleções de manuscritos” existentes na Austrália. A publicação do *Guide to collections of manuscripts relating to Australia* iniciou-se em 1965, com base apenas nas principais bibliotecas e repositórios arquivísticos do país, incluindo não-governamentais. A sua publicação periódica, editada periodicamente em formato impresso, continha microfichas para as diversas “coleções”, e prolongou-se até 1995.

A partir de 1997 a Biblioteca Nacional da Austrália passou a proceder à descrição através da base de dados *Register of Australian Archives and Manuscripts* (RAAM). Os dados ali constantes foram entretanto tornados disponíveis na Internet no portal *Trove*,<sup>250</sup> um projeto desenvolvido por aquela biblioteca, a partir de 2008, que juntou os registos elaborados no âmbito do RAAM aos de outros serviços fornecedores de conteúdos digitais cuja missão era providenciar o acesso a coleções de âmbito cultural na Austrália, abrindo-se depois à comunidade em geral.<sup>251</sup>

O portal *Trove* é essencialmente um agregador de conteúdos destinado a ser utilizado por uma ampla comunidade, e a sua organização gira em torno de temáticas ou tipologias documentais específicas (boa parte das quais resultante de digitalizações), não sendo possível uma pesquisa que permita obter uma lista de arquivos, enquanto sistemas de informação com autonomia própria, mesmo que os diversos materiais possuam indicação da respetiva proveniência. Todavia, são possíveis inúmeras modalidades de pesquisa, e grande parte dos repositórios arquivísticos australianos têm os seus acervos ali referenciados, sendo possível consultar as suas descrições arquivísticas e até os inventários – conquanto se saiba o que se pretende consultar!

---

<sup>249</sup> Uma lista destes arquivos existentes no NARA pode ser consultada na sua página na Internet em <URL:https://www.archives.gov/research/guide-fed-records/index-numeric/alpha\_list\_donated\_materials.html> [consult. 16-07-2017]. Outros arquivos federais podem igualmente ser detentores de documentação provenientes de doações particulares, seguindo uma forma de organização semelhante de acordo com o conceito dos record groups.

<sup>250</sup> Em <URL:http://trove.nla.gov.au/> [consult. 16-07-2017].

<sup>251</sup> A plataforma *Trove* começou por agregar além do RAAM os dados da *Picture Australia*, *Libraries Australia*, *Music Australia*, *Australia Dancing*, *PANDORA web archive*, *ARROW Discovery Service* e do *the Australian Newspapers Beta service*, alargando depois os contributos a outras instituições culturais e abrindo-se também à comunidade, permitindo que as pessoas carreguem imagens, descrições, façam comentários, atribuam assuntos aos materiais, e agreguem diversos conteúdos.

Assim, no que aos arquivos pessoais diz respeito, a inexistência de um diretório sistematizado ou de um recenseamento para o caso australiano não permite obter uma ideia da totalidade deste universo ou da sua distribuição por entidades detentoras. É imprescindível, em cada uma destas, recorrer aos guias de fundos disponibilizados, seja em formato papel ou através de catálogos em linha, para poder percorrer os respetivos acervos.

#### **4.2. Os arquivos pessoais nas instituições portuguesas: ensaios de identificação**

Em Portugal, nas últimas décadas foram também levadas a cabo distintas iniciativas, no que respeita à preservação do património artístico, arquitetónico, museológico ou documental, especialmente a partir da década de 1990, e ainda antes da promulgação da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabeleceu as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, na qual estão também incluídos os arquivos, e onde a necessidade da inventariação do património se encontra plasmada em vários artigos.

Excluindo as sistematizações feitas individualmente no seio de cada instituição detentora de arquivos, com a finalidade de fornecer ao público instrumentos de acesso e descrição dos seus acervos, designadamente guias de fundos e coleções, das mais variadas proveniências, no que concerne ao caso específico dos arquivos pessoais – assim como dos arquivos de famílias –, não foi ainda feita nenhuma tentativa de identificação, ao nível nacional, sobre o que existe repartido entre arquivos de organismos públicos e entidades detentoras privadas. No entanto, foram realizados alguns trabalhos e esboçados projetos dignos de nota. Ainda que cada um deles tenha visado objetivos particulares, e sejam distintos entre si na abrangência e metodologia utilizada, tiveram o mérito de abrir caminho para a referenciação de arquivos pessoais dispersos por diferentes instituições.

Em primeiro lugar, devem ser realçadas algumas obras produzidas por grupos de investigadores particularmente interessados na identificação de fontes para o estudo da História, resultantes de um esforço de inventariação que envolveu várias pessoas e se traduziu na publicação de roteiros ou guias.

Nos anos de 1980, um grupo de trabalho coordenado pelo Professor Joel Serrão lançou o projeto de elaboração do *Roteiro de Fontes da História Portuguesa Contemporânea*, que veio a ter alguns volumes publicados sob a chancela do Instituto Nacional de Investigação Científica, apoio financeiro da Fundação Calouste Gulbenkian e logístico do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Cronologicamente orientado para a época contemporânea, na nota explicativa de apresentação do primeiro volume, Joel Serrão salientava que o propósito deste roteiro era cobrir “não só todos os arquivos nacionais (oficiais e particulares) mas também os estrangeiros” (Serrão, 1984, vol. 1, 13).

O trabalho de identificação de fontes para este *Roteiro* começou por arquivos situados em Lisboa, sendo os primeiros dois volumes publicados em 1984 relativos ao arquivo nacional da Torre do Tombo (Serrão, 1984).<sup>252</sup> A capital, para além de constituir o local de maior concentração geográfica de organismos da administração pública detentores de grandes acervos arquivísticos, era então o único caso em que fora possível, naquela época, constituir grupos de trabalho, tendo a organização noutros pontos do país enfrentado constrangimentos de ordem financeira.

Na introdução ao projeto inicial do roteiro, da autoria de Maria José da Silva Leal e Miriam Halpern Pereira, justificava-se a sua incidência cronológica nas fontes históricas dos séculos XIX e XX com o facto de, para períodos anteriores, existirem já numerosas publicações de fontes e inventários, e por algum desinteresse da historiografia, até então, pelo estudo da época contemporânea. Por outro lado, a documentação permanecia em geral inacessível aos investigadores – a legislação disponível não promovia o acesso, e a inventariação era praticamente inexistente ou muito deficiente (Serrão, 1984, vol. 1, 15-17).

Em 1985, foi editado o terceiro volume do *Roteiro*, abrangendo o Arquivo Histórico-Parlamentar, o Arquivo Geral da Marinha, o Arquivo Histórico Militar, os Arquivos Históricos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério do Equipamento Social, o Arquivo Histórico do Tribunal de Contas e o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa.<sup>253</sup> Muitos outros arquivos ficaram de fora, relativamente ao projeto inicialmente delimitado para os arquivos públicos existentes em Lisboa.<sup>254</sup> Em alguns casos, o acesso não foi possível, designadamente em ministérios, pela ausência de quaisquer instrumentos descritivos que possibilitassem o trabalho de pesquisa; noutros o grupo de trabalho enfrentou resistências da parte das direções. A ausência de uma instituição que superintendesse os vários arquivos e depósitos onde se encontraria documentação, designadamente das várias Secretarias de Estado existentes ao longo dos séculos XIX-XX, e a respetiva fragmentação e dispersão em distintos locais, também limitou a inventariação que se pretendia alcançar (Serrão, 1985, 16-18).

---

<sup>252</sup> A publicação iniciou-se em 1984, mas as tarefas de inventariação e de delineação do projeto tinham sido encetadas no final da década anterior.

<sup>253</sup> Note-se que o Ministério do Equipamento Social, sucessor do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria do século XIX, mudou de nome durante a elaboração do roteiro, mas os autores da obra optaram por manter aquela designação (Serrão, 1985, 291). Destaque-se ainda que, no que concerne à Câmara Municipal de Lisboa, não chegou a ser incluído o Gabinete de Estudos Olisiponenses, entidade tutelada pelo município possuidora de documentação de interesse para a história contemporânea da cidade de Lisboa, mas apenas a divisão “histórica” do arquivo municipal.

<sup>254</sup> Um plano dos arquivos públicos a incluir no roteiro relativamente a Lisboa foi apresentado na introdução do primeiro volume publicado em 1984. Almejava-se então abranger, além do arquivo nacional da Torre do Tombo, os ministérios onde estivessem criados arquivos históricos, a Assembleia da República, tribunais, serviços públicos especializados (como a Misericórdia de Lisboa, a Academia das Ciências, a Academia de Belas-Artes, a Faculdade de Medicina e o Hospital de São José), empresas públicas (como a Casa da Moeda-Imprensa Nacional, alguns bancos, companhias de seguros, de navegação e transportes), e a Câmara Municipal de Lisboa (Serrão, 1984, vol. 1, 18).



Para o caso dos arquivos em território nacional, o *Roteiro* dirigido por Joel Serrão, ficou-se pelos arquivos de Lisboa acima indicados. Apenas outro volume seria publicado, já em 1989, embora relativo a arquivos existentes em instituições no Brasil.<sup>255</sup> Quanto a Portugal, a obra não teve a necessária continuidade, não sendo concretizados os objetivos traçados na sua totalidade, nem sequer para o caso de Lisboa. No entanto, no trabalho que foi feito pelo grupo de pessoas envolvidas, numa gigantesca tarefa com as limitações próprias da época, foram desde logo identificados um conjunto de arquivos particulares, entre os quais alguns pessoais, já então tutelados por algumas das instituições abrangidas.

Uma iniciativa semelhante, desta feita coordenada pelo Instituto Português de Arquivos (IPA) e geograficamente orientada para a identificação de fontes portuguesas relativas à história de outros continentes, teve início em 1991, com a publicação do *Guia de Fontes Portuguesas para a História de África*. Aos três volumes relativos às fontes para a História de África,<sup>256</sup> juntaram-se outros guias, integrados na mesma coleção, coordenados pelas entidades que sucederam ao IPA, designadamente o Instituto dos Arquivos Nacionais – Torre do Tombo (IAN/TT): o *Guia de Fontes Portuguesas para a História da Ásia*<sup>257</sup> e o *Guia de Fontes Portuguesas para a História da América Latina*.<sup>258</sup>

A iniciativa vinha responder aos apelos da UNESCO e do Conselho Internacional de Arquivos para a inventariação de fontes arquivísticas, e contou com o seu patrocínio, embora tenha sido posta em marcha com significativos atrasos em relação a projetos semelhantes, desenvolvidos noutros países desde os anos de 1960. O trabalho de identificação e inventariação de arquivos veio também a beneficiar da conjuntura da celebração dos descobrimentos portugueses do século XV, tendo a publicação dos guias recebido apoio da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (CNCDP), criada em 1986 (e extinta em 2002), da Fundação Oriente, e da Imprensa Nacional-Casa da Moeda.<sup>259</sup>

No que respeita às instituições arquivísticas abrangidas, estes guias cingiram-se a Lisboa, à semelhança do *Roteiro* coordenado por Joel Serrão, replicando praticamente todas as entidades já anteriormente percorridas pela equipa do roteiro, juntando-se apenas mais algumas que tinham então ficado de fora por diversos constrangimentos (como Arquivo

---

<sup>255</sup> O volume relativo ao Brasil foi dirigido pela Professora Maria Beatriz Niza da Silva e organizado por Maria José da Silva Leal, tendo ficado restrito à identificação de conjuntos documentais referentes a Portugal e outras das suas antigas colónias, e não especificamente ao Brasil, e sido direcionado para os arquivos públicos mais relevantes e algumas instituições privadas onde se sabia existir documentação de potencial interesse para os investigadores portugueses. Por outro lado, a baliza cronológica foi também diferente, situando-se essencialmente entre os séculos XVIII e XIX (Serrão, 1989).

<sup>256</sup> Publicados respetivamente em 1991, 1993 e 2000.

<sup>257</sup> Em dois volumes publicados entre 1998-1999.

<sup>258</sup> Dois volumes publicados em 1997 e 2001.

<sup>259</sup> Um historial da colaboração de Portugal com o projeto da UNESCO e do Conselho Internacional de Arquivos de elaboração de um “Guia de Fontes para a História das Nações”, desde 1959, pode ser encontrado no prefácio de José Mattoso no primeiro volume do *Guia das Fontes Portuguesas para a História da América Latina* (Olival et al, 1997).

Histórico Ultramarino ou o Arquivo Histórico do Ministério das Finanças). Foi ainda sido possível alargar o âmbito a bibliotecas como a da Academia das Ciências, a da Ajuda e a Biblioteca Nacional de Portugal, e a instituições especializadas como a Sociedade de Geografia de Lisboa. No total, foram quinze as instituições abrangidas pelos sucessivos volumes.

Ao contrário do *Roteiro*, que não almejou constituir-se como um instrumento de acesso à informação que preenchesse requisitos e normas de descrição arquivística, o *Guia de Fontes Portuguesas* foi já concebido em função de padrões internacionais, para o que se procurou conselho metodológico junto do Conselho Internacional de Arquivos, tendo sido também utilizada uma aplicação informática específica – a *ARQBASE*.

Em termos cronológicos, o guia também obedeceu a uma demarcação: não houve limite para a data inicial mais antiga, mas a baliza mais recente foi estabelecida em 1926, apenas se referindo datas posteriores no caso de as séries documentais abrangidas ultrapassarem esse limite.<sup>260</sup> Apesar de cingido, como o *Roteiro de Fontes*, a instituições públicas situadas em Lisboa e ter igualmente uma abrangência cronológica delimitada, além de geográfica, o *Guia de Fontes Portuguesas* procedeu à identificação de vários arquivos pessoais incorporados nas entidades selecionadas.

Pela mesma época, no início da década de 1990, sob o impulso da Secretaria de Estado da Cultura, e em particular da sua subsecretária Natália Correia Guedes, lançou-se em Portugal o programa *Inventário do Património Cultural Móvel*, que abrangia arquivos, bibliotecas e o património museológico em geral. Procurava este programa responder a necessidades prementes relacionadas com a classificação do património, em especial quanto aos bens móveis cuja proteção legal e salvaguarda não ficara suficientemente assegurada com a publicação, em 1985, da Lei n.º 13/85, de 6 de julho, que constituiu uma primeira tentativa de estabelecer as bases do Património Cultural Português.

Pelo meio, a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia e a subscrição de convenções internacionais relacionadas com a salvaguarda do património cultural e o combate ao comércio ilícito de bens culturais, tornadas mais prementes em face dos acordos celebrados e às diretivas europeias com vista à abolição das fronteiras entre países europeus, no âmbito do Acordo de Shengen, impunham acrescidas responsabilidades de controlo sobre esses bens, para o que o conhecimento da realidade nacional era estritamente imprescindível.

---

<sup>260</sup> Veja-se, a este propósito, o prefácio e a introdução do primeiro volume do *Guia das Fontes Portuguesas para a História de África*, onde estão listados os arquivos públicos de Lisboa que foram abrangidos, e cuja lista foi igualmente seguida nos guias relativos à Ásia e à América Latina. Nos prefácios dos restantes volumes publicados nesta coleção é possível ter também um vislumbre das várias vicissitudes e constrangimentos que a sua elaboração conheceu ao longo dos vários anos.

Neste contexto, os Arquivos Nacionais/Torre do Tombo tomaram a responsabilidade de encetar um projeto de escala nacional para recensear os acervos das Câmaras Municipais e das Misericórdias. Ao mesmo tempo, o AN/TT procedia a um inventário coletivo dos registos paroquiais, e ainda a um diagnóstico geral da situação dos arquivos sob o ponto de vista dos seus recursos e estado de conservação, tendo beneficiado, entretanto, da publicação do Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro, que estabeleceu o regime geral dos arquivos, o qual deu a este organismo o papel de órgão responsável pela gestão nacional dos arquivos e da política arquivística no país.

Sob o título geral de *Recenseamento dos Arquivos Locais*, este projeto almejava abranger os 18 distritos do continente, deixando porém de fora as regiões autónomas. A responsabilidade dos trabalhos ao nível de cada região foi atribuída aos arquivos distritais e pretendia, sobretudo, ser um trabalho de identificação, não necessariamente exaustivo.

O recenseamento dos arquivos municipais e dos acervos das misericórdias foi um processo lento, conheceu obstáculos e até variantes de intervenção e abrangência, fruto das opções particulares de cada coordenação distrital. Metodologicamente, e apesar de se ter pretendido seguir um quadro de classificação pré-concebido para normalizar a descrição da informação, os trabalhos esbarraram também com dificuldades inerentes à falta de organização de muitos arquivos, inúmera documentação acumulada por identificar e tratar, além da ausência de arquivos constituídos enquanto serviços orgânicos em diversos municípios. A publicação dos volumes com o resultado do recenseamento dos vários distritos prolongou-se por mais de duas décadas. O primeiro volume, relativo a Lisboa, foi editado em 1995, e o último a conhecer a edição foi o do distrito de Braga, já em 2007, sendo que não chegou a sair o relativo ao distrito de Beja.

Neste espaço de duas décadas, muito se alterou no panorama arquivístico nacional, o que rapidamente vinculou os volumes à sua conseqüente desatualização. Desde logo, o lançamento, em 1998, do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM), que veio apoiar cerca de um terço dos municípios portugueses na instalação e modernização dos seus arquivos, em termos de edifícios e equipamentos, tendo por nítida prioridade a questão da salvaguarda do património arquivístico essencialmente do ponto de vista material, a atingir com a criação de infraestruturas adequadas.<sup>261</sup>

Por outro lado, o desenvolvimento dos próprios serviços de alguns arquivos municipais que investiram em recursos humanos e tecnologias para tratamento da informação, o início de operações de tratamento e inventariação de forma mais sistemática em diversos casos, e,

---

<sup>261</sup> Um relatório de avaliação da execução do PARAM foi publicado em 2008 pela então Direcção-Geral de Arquivos e está disponível on-line em <URL:[http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/param\\_relatorio\\_avaliacao\\_2008.pdf](http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/param_relatorio_avaliacao_2008.pdf)> [consult. 18-07-2017].

ainda, as potencialidades oferecidas pela Internet na divulgação de guias e inventários e disponibilização de catálogos com recurso a bases de dados, tornaram, em algumas situações, aquele recenseamento progressivamente obsoleto.

A isto acresceu, finalmente, a incorporação de outros conjuntos documentais que muitos municípios estimularam, e continuam atualmente a promover, no sentido do enriquecimento dos acervos dos seus arquivos, bibliotecas e museus, numa perspetiva de preservação do património e da memória local, para o que também contribuiu um dinamismo crescente, nas últimas décadas, na própria historiografia local, acompanhado ainda por um assinalável interesse, neste domínio, de inúmeros autodidatas e investigadores de diferentes áreas do conhecimento.

No que diz respeito, em particular, aos arquivos pessoais, o *Recenseamento dos Arquivos Locais* é muito díspar de volume para volume, quer pelas prioridades de identificação de documentação que, regionalmente, cada grupo estabeleceu, quer pela evolução conhecida, nas últimas décadas, na aquisição de arquivos. De facto, a generalidade dos volumes deste recenseamento não faz referência a arquivos pessoais e familiares existentes em arquivos das câmaras municipais ou das misericórdias, o que não significa que não existissem.

Terão imperado, quiçá, opções da sua não inclusão, para se dar prioridade aos arquivos que testemunhassem as funções e atividades dos municípios ao longo dos vários séculos da história portuguesa, ou de entidades consideradas importantes para a história local, como confrarias, associações, irmandades, e outras. Além do mais, o facto de muitos arquivos de âmbito particular, doados por pessoas e famílias, terem ficado sob a responsabilidade de outros organismos municipais, como bibliotecas e museus ou outros departamentos ligados a funções culturais, fez com que não fossem abrangidos neste trabalho de inventariação.

Dos dezassete volumes publicados, os primeiros três, relativos aos distritos de Lisboa, Porto e Viana do Castelo, editados entre 1995 e 1996, evidenciam uma preocupação em assinalar os arquivos pessoais nas várias câmaras e misericórdias. No caso do município de Lisboa destaque-se, aliás, a preocupação que o recenseamento efetuado teve em abranger também o Gabinete de Estudos Olisiponeses, serviço distinto do arquivo municipal, funcionando como gabinete de apoio à Presidência e Vereação. Nos anos seguintes, os volumes que foram saindo, à exceção do relativo ao distrito de Coimbra, são omissos quanto à identificação de arquivos pessoais ou de família, ou fazem menção à existência de documentos avulsos ou de natureza diversa, sem que haja, contudo, a preocupação com a sua inventariação sistemática.<sup>262</sup>

---

<sup>262</sup> É o caso do distrito de Portalegre, em que se fez uma indicação genérica sobre documentos e coleções de natureza diversa no Arquivo Municipal de Elvas. Uma situação de contornos semelhantes é a relativa ao distrito de Aveiro, em que foi dada notícia da existência, em Anadia, de um conjunto de

Podemos, deste modo afirmar que, de uma forma geral, durante os cerca de vinte anos que distanciam os três primeiros volumes, publicados em 1995-1996, do último que saiu em 2007, relativo a Braga, os arquivos pessoais e familiares não foram uma prioridade nas operações desenvolvidas, mesmo que, de alguma forma, estivessem incorporados no conjunto dos acervos municipais. A preocupação só é efetivamente retomada com o volume concernente ao distrito de Braga, pelo menos para o caso dos municípios de Barcelos, Guimarães e Vila Nova de Famalicão.

No que respeita ao caso dos arquivos em posse de pessoas singulares e famílias, o *Recenseamento dos Arquivos Locais*, apesar de ter tido uma abrangência nacional, não pode ser considerado um instrumento que pudesse ter servido de controlo, nem sequer de identificação, deste tipo de património arquivístico especialmente vulnerável a inúmeros condicionalismos.

Do ponto de vista da elaboração de guias de fontes, roteiros ou recenseamentos de âmbito interinstitucional e de abrangência diferentes, os exemplos acima citados são bastante distintos entre si, mas todos eles, com maior ou menor detalhe, incluíram arquivos pessoais. São resultantes do trabalho de equipas, ao longo de vários anos, e com objetivos diversos. Têm em comum o facto de terem procurado ir ao encontro dos arquivos na sua dimensão material, ou seja, indo diretamente às instituições detentoras no sentido da identificação *in loco*.

Com maior ou menor representação, e em função dos enfoques dados, os arquivos pessoais encontram-se neles representados, se bem que nunca fazendo parte em si mesmos das preocupações centrais dos elementos envolvidos nos trabalhos levados a cabo. Nenhum deu lugar sequer a reflexões mais aprofundadas sobre as políticas de aquisição e de incorporação dos fundos documentais das instituições abordadas, e, salvo alguns reparos ao estado de conservação e tratamento, não houve qualquer abordagem no sentido de avaliar o universo representado de uma forma comparada. Em qualquer das situações, tratou-se quase somente de fornecer, a potenciais utilizadores, instrumentos que servissem para a sua orientação, sob o ponto de vista estritamente dos materiais disponíveis, e ainda assim muito restritos, temática, cronológica e geograficamente, e mesmo do ponto de vista documental.

Uma abordagem totalmente distinta aos arquivos, com propósitos científicos no domínio da Arquivística, e de análise da situação geral do acesso à informação, que não pode deixar de ser mencionada, é a dissertação de doutoramento de Fernanda Ribeiro, na Universidade do Porto (Ribeiro, F., 1998). Numa época em que a generalidade dos arquivos dava ainda os

---

correspondência de José Luciano de Castro e de outros arquivos particulares, que não são identificados de forma pormenorizada, e do caso do Arquivo Municipal de Aveiro, sobre o qual se mencionou um conjunto genérico de fundos diversos não especificados, exemplificando-se apenas a presença de livros de registo de contabilidade particular. Também no caso de Bragança, as referências a arquivos de família ou pessoais limitaram-se à indicação de um tomo da Casa de Sampaio.

primeiros passos na aplicação das novas tecnologias de informação, e em que predominavam guias, inventários, catálogos e os mais diversos instrumentos descritivos em formato analógico, o trabalho levado a cabo pela autora foi, ao seu tempo, absolutamente inovador.

Apesar de centrado na problemática do acesso à informação nos arquivos e na caracterização dos respetivos instrumentos utilizados, do seu trabalho de análise resultou indiretamente uma identificação de arquivos, designadamente familiares e pessoais, existentes nas mais diversas entidades detentoras ao nível nacional. Muitas entidades ficaram naturalmente de fora, até porque a autora partiu da análise dos instrumentos de acesso à informação disponíveis na época, e que estavam ausentes para muitas instituições detentoras de arquivos, nomeadamente museus e bibliotecas.<sup>263</sup>

No seu conjunto, as listas de arquivos que figuram nos anexos da dissertação de Fernanda Ribeiro constituem o que se pode considerar o primeiro grande esforço de identificação ao nível nacional, até hoje não igualado por qualquer outra iniciativa, singular ou coletiva. As listas fornecidas, embora presentemente desatualizadas, e sujeitas a limitações inerentes às próprias fontes utilizadas na sua elaboração, abrangem diferentes tipos de instituições e numerosos arquivos.

Ali se encontram identificados cerca de 150 arquivos familiares e mais de 330 arquivos pessoais, distribuídos por entidades detentoras públicas e privadas, incluindo-se, nestas últimas, a posse de arquivos por parte de famílias e pessoas singulares referenciados nas fontes analisadas pela autora (Ribeiro, F., 1998, vol. II, Anexo 3, quadros 13 e 14). Aponte-se, todavia, que, tal como nos casos anteriormente descritos, também Fernanda Ribeiro não incluiu os arquivos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Pela sua importância no que aos arquivos pessoais concerne, merece ainda destaque a iniciativa levada a cabo, em 1999, pela Biblioteca Nacional, com a finalidade de proceder a um “Levantamento Nacional de Espólios Literários”. De ampla abrangência geográfica, pois estendeu-se a todo o país e incluiu pelo menos a Região Autónoma dos Açores, envolveu uma grande diversidade de instituições, entre as quais arquivos e bibliotecas municipais, arquivos distritais, museus e casas-museu, centros de documentação, bibliotecas universitárias e fundações (BNP, 1999, 2000).

O projeto foi encetado no seio das atividades do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (ACPC), área especializada constituída em 1997 na BNP, na sequência da expansão do Arquivo de Literatura Portuguesa Contemporânea (criado em 1992) a outras áreas como as ciências, as artes, a política e os movimentos sociais, sucessor, por seu turno,

---

<sup>263</sup> A autora também se cingiu somente a instrumentos publicados, tendo como limite cronológico o ano de 1996 (Ribeiro, F., 1998, vol. II, 181), e não considerou instrumentos manuscritos (em fichas ou outros suportes), por impraticabilidade material.

da designada “Área de Espólios”, institucionalizada na Biblioteca entre 1981-1982, com o fim específico de tratar os “espólios literários” que começaram a ser adquiridos pelo Estado a partir de meados dos anos de 1970.

O ACPC conservava já então cerca de uma centena de arquivos e uma tentativa de proceder a uma “sondagem” junto das autarquias locais sobre os respetivos acervos tinha já sido feita em 1993. No entanto, foi a participação da BNP no projeto europeu *MALVINE*,<sup>264</sup> encetada em 1998, que veio a dar impulso decisivo à realização de um inquérito nacional, cujos resultados foram disponibilizados numa brochura policopiada distribuída no decurso da realização do Encontro Internacional de Arquivística Literária e Crítica Textual (BNP, 1999, 2-3),<sup>265</sup> a qual constituiu também um primeiro guia detalhado do acervo arquivístico do ACPC. O inquérito decorreu entre março e maio de 1999, muito embora a BN tenha continuado a receber registos de entidades contactadas, após a primeira fase de apuramento, concluída em 20 de maio, as quais foram adicionadas numa nova edição promovida em 2000 (BNP, 2000).

Em ambas as edições os diversos arquivos foram organizados alfabeticamente pelo apelido dos autores, a que se seguia uma indicação do título dado ao “espólio” ou “coleção”, do seu âmbito cronológico e dimensão. Fornecia-se igualmente uma breve descrição do seu conteúdo, organizada de forma a estruturar a informação recebida das várias entidades em conformidade com um modelo classificativo desenvolvido no ACPC para organizar a respetiva documentação. Dava-se ainda informação sobre a existência de instrumentos de descrição e as condições de acesso, indicando-se a respetiva entidade detentora.<sup>266</sup>

A metodologia utilizada pelo ACPC para proceder à recolha de informação foi distinta das iniciativas e projetos anteriormente referidos. O *Roteiro* coordenado por Joel Serrão, o *Guia de Fontes Portuguesas* e o *Recenseamento dos Arquivos Locais* encetados pelo IPA e IAN/TT, tinham sempre tido a componente de consulta *in loco* aos acervos das entidades envolvidas, com intervenção direta de elementos dos respetivos grupos de trabalho. Fernanda Ribeiro partira da análise de fontes publicadas, embora tenha também tirado partido da resposta a pedidos de informação a várias entidades e da experiência acumulada na realização de

---

<sup>264</sup> *Manuscripts and Letters Via International Networks in Europe*. O projeto *MALVINE* teve financiamento europeu e foi coordenado pela biblioteca estatal de Berlim, tendo sido enquadrado no programa “*Telematic for Libraries*”. Entre os seus objetivos estava a implementação de uma base de dados comum e multilingue, no âmbito de um consórcio europeu, e pretendia providenciar o acesso a manuscritos conservados e catalogados em bibliotecas, arquivos, centros de documentação e museus. A colaboração da BN neste projeto estendeu-se até 2001. Um portal chegou a estar disponível na Internet, mas foi entretanto descontinuado. Informação básica sobre o projeto pode ser encontrada em <URL:[http://cordis.europa.eu/project/rcn/43335\\_en.html](http://cordis.europa.eu/project/rcn/43335_en.html)> [consult. 19-07-2017].

<sup>265</sup> O Encontro teve lugar em 1 e 2 de junho de 1999.

<sup>266</sup> Ambas as edições incluem também listas das instituições participantes, com enumeração, em cada uma, dos respetivos arquivos.

inquéritos.<sup>267</sup> Já o projeto levado a cabo pelo ACPC teve exclusivamente um inquérito como base, embora nada tenha sido publicado explicitando a forma como o mesmo foi estruturado, nem sobre a metodologia de tratamento dos dados.

Essencialmente direcionado para a identificação de documentos enquadrados no universo literário e cultural, o próprio método de recolha de dados através de inquérito, e os critérios de tratamento da respetiva informação, em função de uma primazia da componente considerada “literária” ou de produção textual, em que os manuscritos e a epistolografia são o ponto central – mesmo que produzidos e reunidos no âmbito de funções e atividades distantes da área específica da literatura –, terá conduzido a que muitos dos arquivos que figuram na lista final tenham sido talvez indevidamente tratados como “espólios literários”.

Tal é o caso de arquivos que se encontram hoje melhor estudados e difundidos, e em que a faceta dita “literária” dos seus produtores é bastante menos relevante do que outras, como o arquivo de Mário Soares (1924-2017), em que a faceta da sua intervenção política obviamente se destaca e é predominante.

Uma situação semelhante pode também estar patente em alguns dos “espólios” identificados na Biblioteca Central de Marinha, cujas descrições apresentadas remetem essencialmente para documentação produzida no exercício de funções militares, documentos biográficos e fotografias. Sendo esta informação sintetizada para se adaptar ao modelo classificativo utilizado no ACPC, não é possível, deste modo, aferir a realidade de cada caso concreto. A própria caracterização como “espólios” suscita dúvidas, pois na indicação das dimensões referem-se fólhos de Livros Mestres. Ora, estes são na realidade os livros de registos da vida e carreira dos militares, os quais não podem ser considerados como parte integrante dos seus arquivos pessoais, mas antes de séries documentais produzidas no âmbito dos serviços competentes da gestão de pessoal da Marinha.<sup>268</sup>

O levantamento levado a cabo por iniciativa da BNP não foi exaustivo, e a ênfase colocada na vertente literária deixou de fora inúmeros arquivos pessoais que não se enquadravam nesta área, além do facto de o enfoque cronológico ter sido limitado aos séculos XIX e XX. Apesar das reservas apontadas, o inquérito teve o mérito conseguir que, no espaço de alguns meses, inúmeras instituições de diversa tipologia tivessem respondido ao apelo lançado. Pretendeu constituir-se apenas como um ponto de partida para o aprofundar do que se defendia como

---

<sup>267</sup> Nomeadamente na sequência de pedidos de informação feitos aos arquivos da administração pública central e local no âmbito do trabalho que elaborou para as suas Provas de Aptidão Pedagógica realizadas em 1993 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Sobre os resultados desse inquérito veja-se, em particular, Fernanda Ribeiro (1995 e 1996).

<sup>268</sup> Quer a Marinha quer o Exército mantiveram durante muito tempo o registo dos seus militares em livros, sendo muitas vezes organizados em função das unidades, armas ou classes. No caso do Exército os Livros Mestres foram depois substituídos por folhas de matrícula.



uma área de estudo especializada – a “Arquivística literária” –, mas ao mesmo tempo lançou-se a ideia da possível criação de uma “Rede Nacional de Espólios Literários” (BNP, 1999, 3).

Neste espírito colaborativo entre instituições, em prol da preservação e difusão de acervos arquivísticos e do património cultural em geral, enraizou-se a ideia do estabelecimento de redes comuns que teve ainda desenvolvimentos em anos subsequentes. Vale a pena destacar, a este propósito, as iniciativas que tiveram por objetivo o desenvolvimento de uma Rede Nacional de Arquivos, através da colaboração entre diversas instituições detentoras de informação arquivística – e não apenas as de arquivo propriamente ditas – no sentido de gerirem os seus acervos de forma normalizada, de acordo com padrões de eficiência e qualidade, e tendo em conta a partilha da informação por meios digitais, nomeadamente através de uma plataforma comum de acesso integrado por parte dos cidadãos, seguindo assim exemplos internacionais bem-sucedidos neste domínio.

Este era o caminho indicado no relatório intitulado “Para a Concepção e Planeamento da Rede Nacional de Arquivos” aprovado em reunião de outubro de 1999 pelo Conselho Superior de Arquivos, entidade entretanto desaparecida.<sup>269</sup> Neste relatório pugnava-se pela necessidade de uma rede de informação arquivística potenciando o uso das novas tecnologias, que pudesse ser concebida num modelo aberto no qual, embora preservando a autonomia de cada instituição, existisse um organismo coordenador para incentivar a normalização de procedimentos e, ao mesmo tempo, desse lugar à construção de uma infraestrutura tecnológica para providenciar o acesso por um único ponto às várias bases de dados de cada instituição.<sup>270</sup>

Todavia, foi preciso esperar alguns anos para que se dessem os primeiros passos efetivos para a concretização deste projeto, cujo desenvolvimento começou a tomar corpo a partir de 2007, já depois da criação da Direção-Geral de Arquivos (Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de outubro), no quadro de uma nova lei orgânica do Ministério da Cultura e no decurso da execução do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), à qual veio a suceder, depois de 2012, a atual Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB).

---

<sup>269</sup> Em 1988 começou por funcionar junto da direção do Instituto Português de Arquivos (IPA), criado nesse ano, um conselho consultivo composto por representantes de diversas instituições e vogais designados pelo governo. Depois da fusão do IPA com o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o conselho foi mantido, até que, em 1996, deu lugar ao Conselho Superior de Arquivos, como órgão colegial diretamente dependente do Ministro da Cultura. Sucessivas remodelações das composições do governo, designadamente com a extinção do Ministério da Cultura, entre 2011 e 2015, durante a vigência do XIX Governo Constitucional, e as próprias reorganizações de institutos e direções responsáveis pelas áreas dos arquivos, bibliotecas, museus e outras áreas da cultura, ditaram o fim do funcionamento daquele Conselho. A Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), serviço central da administração direta do Estado com autonomia administrativa é, presentemente, a entidade responsável pela política arquivística nacional e pelas obrigações do Estado no domínio do património arquivístico.

<sup>270</sup> Conselho Superior de Arquivos, CSA/Doc.03/1999, disponível em <URL:[http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/csa\\_03.pdf](http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/csa_03.pdf)> [consult. 28-06-2017].

A Rede Portuguesa de Arquivos assumiu como objetivo a “divulgação do património arquivístico disseminado por diferentes serviços de arquivo, tornando-o acessível aos cidadãos – nomeadamente portugueses, europeus, dos países da CPLP –, dando-lhes oportunidade de o conhecer e dele se “apropriar”, enquanto repositório de memórias coletivas, base de identidades comuns, mas também de dele usufruir, de forma rápida e fácil”. Ao mesmo tempo, teve como pretensão chegar também à “documentação de entidades produtoras ativas, ou seja, de qualquer organismo, público ou privado, que hoje mesmo produza, acumule, conserve e utilize documentos de arquivo, independentemente da sua idade ou suporte, no exercício das suas atividades ou funções”.<sup>271</sup>

Não se pretende aqui analisar os moldes sobre os quais se tem desenvolvido este projeto, nem detalhar os seus conteúdos específicos e requisitos impostos às entidades colaborantes, divulgados no respetivo website; apenas fazer referência ao facto de ter passado a disponibilizar em 2010 um portal agregador, o *Portal Português de Arquivos*, do qual, por ora, apenas fazem parte umas escassas dezenas de instituições, de um universo nacional muito superior.

No que se refere à identificação dos arquivos pessoais e familiares atualmente existentes, no quadro nacional das inúmeras instituições detentoras, obviamente que o portal é tão limitado quanto todas as outras iniciativas anteriormente mencionadas. A sua grande diferença reside na sua pretensão de estar acessível através da Internet, facilitando a pesquisa integrada das descrições arquivísticas das várias entidades fornecedoras de conteúdos, tendo como mais-valia a possibilidade de permitir a colaboração com projetos internacionais, como os portais *Archives Portal Europe* e *Europeana*, cujo impacto de utilização pelo público, todavia, também não se encontra estudado.

O desenvolvimento da Sociedade da Informação nas últimas décadas levou à proliferação de redes tendentes a agregar a informação de diferentes áreas. Além dos arquivos, as bibliotecas e os museus tiveram, e continuam a ter, inúmeras fórmulas de cooperação em rede, explorando as novas tecnologias e o potencial da partilha e difusão da informação através da Internet. Seja a nível internacional, nacional, regional ou local, seja entre tipos de instituições semelhantes ou de áreas distintas, um sem número de projetos tem sido colocado em prática e seria impossível aqui enumerar sequer uma ínfima parte.<sup>272</sup> O acesso à informação e a um

---

<sup>271</sup> Veja o Regulamento da Rede Portuguesa de Arquivos, versão digital de abril de 2013, disponibilizada pela DGLAB em <URL: [http://arquivos.pt/wp-content/uploads/sites/11/2009/10/RPA\\_Regulamento\\_Novo.pdf](http://arquivos.pt/wp-content/uploads/sites/11/2009/10/RPA_Regulamento_Novo.pdf)> [consult. 18-07-2017].

<sup>272</sup> Saliente-se apenas a título de exemplo, para o caso português: a Rede Portuguesa de Museus preconizada em finais dos anos de 1990, e que foi finalmente concebida em 2000 no âmbito de uma estrutura de projeto com aquela designação, ainda na dependência do Instituto Português de Museus (atualmente coordenada pela Direção-Geral do Património Cultural), e sobre o qual se pode ter uma análise de conjunto em Neves *et al* (2013); o Programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, coordenada pela área das Bibliotecas da DGLAB, sobre o qual existe informação diversa no respetivo

amplo património cultural está hoje facilmente disponível ao cidadão em geral, através de uma multiplicidade de formas, através da Internet.

Todavia, esse acesso, tornado cada vez mais fácil, também tem as suas contrapartidas e limitações. Ao mesmo tempo que se promoveram redes de partilha e colaboração, cada instituição desenvolveu autonomamente as suas formas de gestão de informação e difusão através da Internet, recorrendo a uma multiplicidade de sistemas de bases de dados e de recursos para reforçar a sua presença *on-line*, podendo tal facto condicionar a participação de algumas entidades em projetos comuns.

No domínio de áreas que partilham interesses semelhantes, como os arquivos, bibliotecas e museus, a utilização de normas e orientações distintas para tratamento e difusão de informação, mais do que juntar instituições, tem contribuído para as manter afastadas, sendo imperativo um diálogo para estabelecimento de entendimentos comuns. O recurso às tecnologias digitais forneceu às instituições, em particular àquelas ligadas ao património histórico e cultural, a possibilidade de produzir informação com maior qualidade, eficiência e impacto; mas ainda existe uma imensidão de informação produzida por meios analógicos com limitações quanto ao seu acesso e comunicação. Ao mesmo tempo, as pessoas desenvolveram, individualmente ou em grupos, os seus próprios projetos e plataformas de partilha de informação dentro de esquemas não institucionalizados, muitas vezes geridos à distância por entidades privadas, que apenas cedem o espaço em ambiente digital e as necessárias ferramentas para uma existência virtual em rede na Internet.

No que diz respeito aos arquivos pessoais, assim como aos familiares, muito continua por fazer e conhecer, apesar de se ter já pugnado pela necessidade de saber “o que existe, como existe e onde existe” através de um recenseamento de arquivos, essencial para compreender “a realidade com que se trabalha” (Peixoto, 2002, 83-84).

No que concerne aos arquivos familiares, há que salientar a investigação desenvolvida na FCSH, sob coordenação da professora Maria de Lourdes Rosa, e cuja realização está sediada no Instituto de Estudos Medievais da referida faculdade, em associação com outras instituições. No entanto, mesmo este projeto, apesar de incluir o desenvolvimento de um inventário de arquivos de família, está cronologicamente restrito aos séculos XV a XIX, e encontra-se ainda a dar os seus primeiros passos.<sup>273</sup>

---

website, podendo também ser consultada, entre outras obras o recente roteiro publicado intitulado *Bibliotecas em Portugal – Rede Nacional de Bibliotecas Públicas* (Cortês et al, 2016); ou o catálogo coletivo das bibliotecas portuguesas PORBASE – Base Nacional de Dados Bibliográficos, coordenado pela Biblioteca Nacional de Portugal e disponível desde 1988.

<sup>273</sup> Mais informação sobre as investigações já realizadas e resultados obtidos pode ser encontrada em linha na ligação <URL:<http://fcsh.unl.pt/arqfam/>> [consult. 18-07-2017]. O inventário que tem vindo a ser realizado no âmbito do projeto “InventArq – Inventários de arquivos de família, sécs. XV-XIX: de gestão e

Quanto aos arquivos pessoais, continua sem haver uma noção clara e abrangente do que existe atualmente em Portugal, nas inúmeras e diversificadas instituições que os têm vindo a adquirir.

\*\*\*

Quer sob a perspetiva de proteção e valorização do património, quer na prossecução de objetivos de providenciar elementos relativos a fontes históricas e culturais aos investigadores, a necessidade de inventariação dos recursos existentes e da sua difusão é indiscutível. No entanto, a identificação de arquivos e a promoção do acesso à informação neles contida varia de país para país, e mesmo dentro de cada um deles, como se viu. Essa identificação e promoção de acesso estiveram sujeitas a distintos desideratos políticos ou ideológicos, ao longo de várias épocas, e as iniciativas especificamente destinadas a identificar os arquivos pessoais em especial, quando existem, são múltiplas, e resultam em diferentes produtos de informação, que, por seu turno, têm evoluído nos anos mais recentes, tendo em vista a sua difusão através de recursos na Internet. Por outro lado, há ainda a considerar que numerosa documentação aguarda tratamento e descrição, e, para várias situações, os catálogos ou inventários podem ser sumários ou mesmo inexistentes.

Em Portugal, os arquivos pessoais têm vindo a ser paulatinamente tratados, descritos, valorizados e utilizados sob as mais diversas perspetivas, mas o conhecimento que deles se tem é quase sempre relativo a casos particulares, aos quais se tem dado maior destaque. Pouco ou nada se sabe do que se tem feito ao nível da sua preservação e valorização de um modo coletivo, no sentido da apreensão de tendências globais. Menos ainda se conhece quanto às dinâmicas, potencialidades ou constrangimentos das ações de avaliação e seleção de arquivos, que, todavia, moldam decisivamente as formas de documentar a sociedade e a ação humana, através da atribuição de valor para a memória coletiva aos arquivos pessoais que se decidiu preservar nas várias entidades detentoras.

---

prova a memórias perdidas. Repensando o arquivo pré-moderno” está disponível no portal <URL:<http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/>> [consult. 18-07-2017].

## **CAPÍTULO 5 – AS ENTIDADES DETENTORAS NACIONAIS**

Neste capítulo, aborda-se o conjunto de instituições que foram selecionadas no decurso do recenseamento, com a finalidade de se identificar que tipo de entidades possuem património arquivístico no domínio dos arquivos pessoais, bem como o universo global de arquivos de que são detentoras, ou sobre os quais tratam e fornecem informação.

Serão inicialmente indicadas algumas dificuldades e constrangimentos que podem surgir no processo dessa identificação, que condicionam e influenciam os resultados deste tipo de trabalho.

Em seguida, serão analisados aspetos como o tipo de tutela pública ou privada, a distribuição territorial, bem como o grau de envolvimento das várias entidades com a preservação, tratamento e difusão de arquivos pessoais, em função do número de arquivos de que são responsáveis. Será trazido para a análise o exemplo de alguns casos particulares de instituições que se destacam, e evidenciadas algumas especificidades relacionadas com vocações institucionais, influências culturais, políticas, ou outras, que determinam o maior ou menor empenho na preservação e valorização de arquivos pessoais em Portugal.

### ***5.1. Constrangimentos de um universo em constante mutação***

Entende-se por entidade detentora qualquer organismo que tenha assumido a guarda, conservação, tratamento e difusão de documentos de arquivo, englobando diversas instituições de carácter cultural, como arquivos, bibliotecas, centros de documentação, museus, associações, fundações, e outras pessoas coletivas. Naturalmente que pessoas singulares ou famílias são também elas entidades detentoras, mas, para os fins da investigação que se pretendeu realizar, não seria possível alargar o recenseamento a tal nível, pelo que este se restringiu apenas a instituições e aos seus serviços responsáveis pela preservação de arquivos.

Procedeu-se apenas à identificação das entidades nas quais foi possível confirmar a existência de documentação passível de ser considerada como podendo integrar o universo dos arquivos pessoais. Essa identificação, bem como a dos arquivos sob sua responsabilidade, foi feita por meio de recolha de dados através da conjugação de três tipos essenciais de informações: 1) as disponibilizadas publicamente pelas próprias instituições quer nos seus websites oficiais, quer em guias, inventários, catálogos ou outros instrumentos de acesso à informação (publicados em formato impresso, disponibilizados na Internet, ou em acessíveis em consulta local); 2) as

fornecidas pelas instituições no âmbito da investigação realizada, em resposta a questionários remetidos, solicitações e outros pedidos de esclarecimento que lhes foram dirigidas, no decurso da fase de inquérito; 3) e, a título complementar, as de algumas obras de referência consultadas, como é o caso de trabalhos académicos e artigos publicados que se debruçaram sobre alguns arquivos existentes nas entidades que foram sendo identificadas.

Sendo este estudo limitado às instituições que efetivamente possuíam arquivos pessoais não se pretendeu enumerar outras que foram indagadas no decurso do processo de recenseamento, mas que não apresentaram arquivos integrados no âmbito da investigação. No entanto, no decurso da consulta às instituições, verificou-se haver diversas dificuldades em obter informação confiável sobre os acervos de muitas delas, e mesmo em os abordar de uma forma mais aturada. Em diversos casos, a informação disponibilizada publicamente pelas próprias instituições revelou-se escassa, não permitindo confirmar a real situação dos respetivos acervos, nem validar informação entretanto obtida pela consulta a outras obras de referência.<sup>274</sup> A ausência de resposta a pedidos de informação acabou por determinar a sua exclusão, carecendo de futura investigação o cabal esclarecimento de algumas situações.

À medida que se foi avançando com a recolha de dados e identificação de entidades detentoras e dos arquivos pessoais que figuram nos seus acervos, listados nos anexos deste trabalho, foi sendo nítida a perceção de que se pisava um território pejado de “areias movediças”. Efetivamente, os dados recolhidos estavam sempre em permanente desatualização e novos casos surgiam. As dificuldades subjacentes a uma tarefa desta envergadura não são exclusivas do recenseamento que se levou a cabo, e outros autores no passado enfrentaram problemas idênticos. Por se considerar que estas dificuldades são importantes para, no futuro, serem tidas em linha de conta em qualquer projeto semelhante que pretenda dar continuidade e desenvolvimento à identificação ora efetuada, e para que se tenha ainda em atenção que os dados estão sempre, a todo o momento, sujeitos a correções, revisões, acrescentos, e até a alterações substanciais, julga-se importante deixar expressos alguns dos problemas que se encontraram.

Neste sentido, ter-se-á especialmente em conta a exemplificação e comparação com os dados recolhidos por Fernanda Ribeiro para a sua investigação de doutoramento, pois, apesar do seu objeto de análise ter sido outro, o esforço de identificação de arquivos a que procedeu a nível

---

<sup>274</sup> Por exemplo a Academia Portuguesa da História refere, no seu website, possuir vários acervos particulares, doados por académicos, não especificando o seu conteúdo. Sabe-se, por exemplo, de acordo com uma lista providenciada pelo extinto IPPC (1990, 133), relativa às incorporações de património em várias instituições, que à Academia teria sido deixado, em 1989, o designado “Legado do Marquês de São Payo”, constituído por 35 caixas de “documentos”, não tendo sido possível confirmar, a partir dos dados disponíveis, se estes se referem apenas livros ou também a parte do seu arquivo.

nacional, incluindo de pessoais, até hoje não teve quaisquer seguidores.<sup>275</sup> Por outro lado, focar-se-ão ainda alguns aspetos metodológicos e opções tomadas no decurso da presente investigação e no tratamento dos dados recolhidos. Ao mesmo tempo, também se procura reconhecer algumas das dificuldades e mesmo insuficiências do presente estudo.

Por exemplo, o foco da investigação de Fernanda Ribeiro, baseado em fontes publicadas e instrumentos de pesquisa internos em uso nas várias instituições, com o fim de identificar, caracterizar e analisar os tipos de instrumentos de acesso à informação e o seu historial ao longo do tempo, não lhe permitiu, naturalmente, confirmar a situação real de cada arquivo, o que a própria assumiu (Ribeiro, F., 1998, vol. II, 183-184). Da mesma forma, no decurso do recenseamento que se encetou, tal também não foi possível fazê-lo para parte das instituições.

Uma das dificuldades apontadas por Fernanda Ribeiro foi a da alteração da custódia sobre alguns arquivos e transferência para outras entidades detentoras, de que própria autora se apercebeu em algumas situações (Ribeiro, F., 1998, vol. II, 257). Todavia, outros mudaram de entidade detentora já depois da conclusão do trabalho desta investigadora, e alguns até já então tinham mudado de mãos, pelo menos em parte. É o caso do arquivo de Tomé José de Barros Queirós (1872-1925), que Fernanda Ribeiro indicou como detido por A. H. de Oliveira Marques, a partir de uma lista elaborada pelo próprio (Marques, 1984). No entanto, na época da elaboração da sua tese de doutoramento, já Oliveira Marques procedera à doação do arquivo de Barros Queirós à Torre do Tombo (ou pelo menos de parte dele, pois não é possível confirmar se reservou em sua posse alguma documentação). Esta doação ocorreu em 1987,<sup>276</sup> mas possivelmente não figuraria ainda nos instrumentos disponíveis à época, referentes aos fundos e coleções detidos pelo então IAN/TT, pelo que não é mencionado, na lista apresentada pela autora, qualquer arquivo de Barros Queirós nesta instituição.<sup>277</sup>

---

<sup>275</sup> A identificação feita por esta autora foi utilizada na presente investigação como uma das muitas fontes de informação a que se recorreu para a localização de arquivos pessoais. Deve referir-se, todavia, que o investigador que venha a confrontar os anexos da presente dissertação com a lista de arquivos pessoais que é apresentada na dissertação de Fernanda Ribeiro (Ribeiro, F., 1998, vol. II, anexo 3, quadro 14), irá encontrar ausências, devido à opção que se tomou pelo critério estritamente institucional, deixando de fora os arquivos em posse de famílias e outras pessoas particulares. Tal deriva do facto de aquela autora ter considerado arquivos que se encontravam efetivamente na posse de pessoas particulares, mantendo-se ainda nessa situação. No entanto, alguns dos que ali se encontravam referenciados foram, entretanto, doados a instituições e, como tal, estão incluídos nos anexos desta dissertação, embora referenciados à sua atual entidade detentora. É o caso do arquivo de Manuel Gaspar de Lemos que estaria então na posse do seu filho, Manuel Gaspar de Barros, ambos naturais da Figueira da Foz, e de que existe hoje, pelo menos uma parte, no Arquivo Histórico Municipal deste concelho, doado em data indeterminada. Também o arquivo de Ginestal Machado então detido pela família, encontra-se desde há alguns anos na Biblioteca Nacional de Portugal por doação dos herdeiros. Situação semelhante terá ocorrido com o arquivo de Sidónio Pais, que estava na posse dos herdeiros à época da dissertação de Fernanda Ribeiro, tendo sido incorporado no Museu da Presidência da República, cerca de 2007.

<sup>276</sup> Veja-se informação na respetiva descrição em <URL:<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4335876>> [consult. 09-02-2017].

<sup>277</sup> Cumpre salientar que a documentação de Tomé José de Barros Queirós doada por Oliveira Marques à Torre do Tombo em 1987 não corresponde à totalidade do seu arquivo, pois outra parte estava ainda em posse da família, tal como o próprio Oliveira Marques indicava na lista de arquivos que apresentou em

No recenseamento agora realizado verificou-se também que alguns casos indicados por Fernanda Ribeiro não se tratam efetivamente de arquivos pessoais, embora as instituições assim os considerassem à época nos instrumentos de descrição que a autora consultou, o que se deve tanto à ausência de tratamento que então teriam os arquivos em causa, como a alterações subseqüentes derivadas da aplicação de outros modelos teóricos de abordagem dos arquivos e da sua classificação.

Encontra-se nesta situação, por exemplo, o designado arquivo Carlos Adriano que está indicado pela autora como sendo detido pela Câmara Municipal de Vila do Conde. Na realidade não se trata de um arquivo pessoal, mas do de uma casa fotográfica – a Foto Adriano – que foi detida e desenvolvida por diversos fotógrafos de uma mesma família. Na realidade, Carlos Adriano foi o principal rosto desta família e de uma casa fotográfica que teve o seu início ainda com o seu pai, Joaquim Adriano, que se estabeleceu em Vila do Conde com a Fotografia Progresso, cujo nome depois mudou para Fotografia da Casa Real, por alvará concedido por D. Carlos. O advento da República ditou novamente a mudança de nome para Fotografia Popular e só mais tarde para Foto Adriano. Trata-se de um arquivo de essencialmente de carácter empresarial, onde além das espécies fotográficas se incluem livros de registo, contabilidade e também correspondência. Não é obviamente de desconsiderar a possibilidade da existência de documentação pessoal dos vários elementos da família que por ali passaram, o que só será possível vir a confirmar, depois de concluído o seu estudo integral e a catalogação que se encontra ainda em curso.<sup>278</sup>

Outros arquivos, fruto de um estudo mais cuidado, do avanço do tratamento e descrição da documentação, ou de outras decisões institucionais, passaram entretanto a ser considerados arquivos familiares pelas respetivas entidades detentoras. Tome-se como exemplo o arquivo de José Rodrigues Correia, do Arquivo Distrital de Viseu, que na lista de “Fundos e Coleções” desta instituição foi entretanto considerado como arquivo da família Rodrigues Correia.<sup>279</sup> É também esse o caso de D. Luís da Cunha e do de António Álvares da Cunha, 1.º conde da Cunha, que Fernanda Ribeiro referenciou como arquivos pessoais detidos pelo Arquivo da Universidade de Coimbra, mas que, no seu atual catálogo disponível na Internet, surgem ambos

---

1984, o que é igualmente referenciado por Fernanda Ribeiro. A documentação entregue por Oliveira Marques à Torre do Tombo corresponde a 7 caixas de correspondência recebida, maioritariamente organizadas por ordem cronológica. Nada é dito na descrição apresentada pela Torre do Tombo quanto à forma como esta documentação chegou à posse de Oliveira Marques. No entanto, o próprio esclarece-o (Marques, 1984: 125) referindo que a maior parte do arquivo lhe fora confiada pelo seu neto, José Garibaldi Barros Queirós, depois do falecimento do seu pai, Amílcar de Barros Queirós, em 1984 e que detinha o espólio. Outra parte todavia, remanesceu em posse do irmão do falecido, Vasco de Barros Queirós.

<sup>278</sup> Agradece-se ao arquivo Municipal de Vila do Conde a cedência de informações sobre este arquivo.

<sup>279</sup> Cf. <URL:<http://advis.dglab.gov.pt/fundos-e-colecoes/familias/>> [consult. 05-06-2017] - Documentos oferecidos ao Arquivo Distrital de Viseu em 1954 e 1980, pelo Dr. José Rodrigues Correia, médico-dentista, num total de cerca de 4 dezenas de documentos, e cujas datas de acumulação se situam entre 1853 e 1950.



integrados no arquivo familiar dos Condes da Cunha.<sup>280</sup> Situações paralelas são as do arquivo do 4.º Marquês de Marialva, detido pelo Arquivo Histórico de Sintra, e atualmente integrado no arquivo familiar Marqueses de Marialva.<sup>281</sup> Também o arquivo do 1.º Visconde de Meneses (no Arquivo Histórico Militar) encontra-se atualmente num arquivo único, juntamente com o do 2.º Visconde e de outros familiares, prolongando-se a produção de documentos até à década de 1930, podendo ser mais adequadamente considerado um arquivo de família.<sup>282</sup>

Outro caso com alguns paralelismos é o de Bernardo Ramires Esquível (1723-1812) que, na sua lista de arquivos pessoais, Fernanda Ribeiro refere encontrar-se na Biblioteca Central de Marinha – Arquivo Histórico. Novos tratamentos arquivísticos a que a documentação foi entretanto sujeita, ditaram que a documentação deste indivíduo, que foi 1.º barão de Arruda e 1.º visconde de Estremoz, passasse a constituir uma secção do atualmente designado arquivo da Família Moniz da Maia, a qual por via de alianças matrimoniais se uniu à família Ramires Esquível, vindo a incorporar não apenas a documentação de Bernardo, mas também a do seu filho António Ramires Esquível (1780-1860), que constitui igualmente uma secção deste fundo. Ressalte-se, todavia que estes dois elementos são os únicos indivíduos representados neste fundo, sem quaisquer outros documentos da referida família Moniz da Maia,<sup>283</sup> havendo a indicação de que a doação foi efetuada em 2002. Fernanda Ribeiro ter-se-á baseado num Roteiro de Fontes de 1985 (Serrão, vol. 3),<sup>284</sup> pelo que se deduz que a documentação já se encontrava ali depositada há várias décadas, pelo menos em parte, muito provavelmente sob a forma de depósito. A formalização da transmissão da sua propriedade apenas veio a ocorrer muito depois, facto que, aliás, é comum em outras situações que foram sendo detetadas. A opção pelo título dado ao arquivo atualmente tem por base apenas o facto de a doação ter sido formalizada pela família Moniz da Maia.

Uma outra situação que se pode salientar é a do arquivo de Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa, que Fernanda Ribeiro referenciou como sendo a Torre do Tombo a respetiva entidade detentora. Efetivamente o arquivo encontra-se nesta instituição, mas não está autonomizado enquanto arquivo pessoal, pois está incluído no da Família Costa Cabral, que incorporou o de Bartolomeu dos Mártires por via de ligações derivadas de matrimónio, uma vez que era sogro do 2.º Conde de Tomar, António Bernardo da Costa Cabral, que desposou a sua filha D. Sofia Adelaide Dias e Sousa.<sup>285</sup> Trata-se de um caso, de entre muitos outros semelhantes, de

---

<sup>280</sup> Cf. <URL: <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=134798>> [consult. 11-07-2017].

<sup>281</sup> Cf. <URL: <http://arquivoonline.cm-sintra.pt/details?id=45046>> [consult. 11-07-2017].

<sup>282</sup> Cf. <URL: <https://arqhist.exercito.pt/details?id=64493>> [consult. 11-07-2017].

<sup>283</sup> O arquivo tem apenas documentação dos dois mencionados elementos da família Esquível, que se justifica pelas ligações que ambos tiveram com a Marinha, onde foram oficiais. Cf. <URL: <https://arquivohistorico.marinha.pt/details?id=3754>> [consult. 11-07-2017].

<sup>284</sup> Cf. Fernanda Ribeiro, 1998, vol. II, Anexos 1 e 3 (quadro14).

<sup>285</sup> A documentação de Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa constitui uma das partes do arquivo da Família Costa Cabral na Torre do Tombo, sob a indicação de “Arquivo B”. Cf. <URL: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182624>> [consult. 11-07-2017].

arquivos que testemunham trajetórias individuais e que se podem distinguir dentro de arquivos familiares.

Também diferentes interpretações da abrangência do próprio conceito de arquivo pessoal, fixadas em instrumentos descritivos consultados por Fernanda Ribeiro, foram entretanto revistas. Veja-se, por exemplo, o chamado arquivo do Conde de Lippe, sobre o qual esta autora encontrou referência no Boletim do Arquivo Histórico Militar.<sup>286</sup> Atualmente não existe, nas listas dos fundos do Arquivo Histórico Militar (AHM), um arquivo pessoal do Conde de Lippe enquanto tal, embora exista numerosa documentação que atesta a sua passagem por Portugal.

Na presente organização do acervo do AHM, na chamada Divisão 4, correspondente a “Outros fundos/Coleções”, encontramos sim uma secção designada por “Arquivo Militar de Lisboa”, sendo que grande parte da documentação que a constitui relaciona-se com o conde de Schaumbourg-Lippe, enquanto marechal-general do Exército Português, contratado para comandar as tropas portuguesas no século XVIII (Melo, 1949, 29). Na descrição da sua história custodial e arquivística é claramente referido que o arquivo foi para o Rio de Janeiro com D. João VI, aquando da primeira Invasão Francesa, e restituído pelo governo brasileiro em 1948, sendo entregue ao AHM.<sup>287</sup> Neste conjunto encontram-se documentos que não respeitam exclusivamente à época do conde de Lippe, mas também aos séculos XVII, XVIII e XIX. Merece naturalmente destaque a correspondência dirigida e expedida pelo conde de Schaumbourg-Lippe durante o comando do Exército Português, e sobre organização e tática militar, do conde de Oeiras para o conde de Lippe, não sendo, portanto, um verdadeiro arquivo pessoal, assumindo características de âmbito institucional (Melo, 1949, 30). A transferência do “Arquivo Militar de Lisboa” do Brasil para Portugal determinou a divulgação no Boletim do AHM de 1949, e ali é dito que o nome de “Arquivo do Conde de Lippe”, pelo qual era “mais conhecido ou tratado” resulta apenas do facto de terem ido parar às suas mãos, quando da organização do Exército português, numerosos documentos militares, contendo o arquivo documentos anteriores à sua vinda para Portugal, bem como posteriores (Melo, 1949, 30-31).<sup>288</sup>

---

<sup>286</sup> Cf. *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 19 (1949). Lisboa. O boletim contém o índice dos documentos contidos na caixa n.º 1 (1736-1763), e ainda o artigo sobre o Arquivo Militar de Lisboa: “arquivo do Conde de Lippe” de José Brandão Pereira de Melo (1949).

<sup>287</sup> A documentação deste arquivo foi localizada por Sérgio Correia da Costa, diplomata do Itamaraty, e inventariada por Luís Norton no Ministério das Relações Exteriores durante o período em que foi embaixador de Portugal no Brasil (Melo, 1949).

<sup>288</sup> Também no Arquivo Histórico Militar existe a chamada Divisão 1 – Portugal e campanhas na Europa, constituída por documentação relativa a atividades e campanhas militares realizadas pelo Exército português, dividindo-se em 40 secções ordenadas cronologicamente. Uma delas é designada por “Comando do Conde de Lippe (1762-1768)”, composta por 8 caixas, sendo constituída por documentação relativa ao seu comando militar no Exército Português, com destaque para as suas memórias, regulamentos, diretivas, instruções gerais e ordens sobre procedimentos militares para os governadores e

Questões terminológicas e conceptuais, e diferentes visões teóricas da Arquivística, designadamente em torno dos conceitos de fundo de arquivo e de coleção, e a sua indistinta aplicação a agregações documentais que por vezes são semelhantes na sua natureza, condicionam também a identificação de arquivos. Estas diferentes conceções e a própria forma como os vários instrumentos de descrição analisados por Fernanda Ribeiro representavam o património arquivístico, terão condicionado a autora a tomar decisões como a de excluir, da lista de arquivos pessoais que forneceu, as situações que nesses instrumentos figuravam sob a designação de “coleções”. Talvez por serem consideradas como meras agregações artificiais, Fernanda Ribeiro optou, por exemplo, por não considerar alguns casos que figuravam na lista de “espólios e coleções” já então disponível para o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea (ACPC), como seja a providenciada por Braz de Oliveira no seu artigo de 1992, publicado nos Cadernos BAD, n.º 2, e da qual a autora extraiu informações para referenciar diversos arquivos pessoais detidos pela Biblioteca Nacional.

Veja-se o caso do “arquivo de João Félix Ribeiro”, elencado por Fernanda Ribeiro a partir da consulta ao *Guia Preliminar dos Fundos de Arquivo da Biblioteca Nacional*, publicado em 1994. Já nesta publicação se referia que esta documentação tinha sido transferida, dentro da própria Biblioteca Nacional, em 1991, da Divisão de Reservados para a chamada Área de Espólios. Ora, o designado “arquivo de João Félix Ribeiro”, tinha entretanto sido incluído no ACPC, dentro da sua secção de “coleções”,<sup>289</sup> sendo como tal referido por Braz de Oliveira no quadro que publicou em 1992. Ou seja, dentro da mesma entidade detentora, o que antes foi considerado um arquivo, passou depois a ser designado por coleção, apesar de se tratar da mesma documentação. Este é um claro exemplo dos problemas encontrados no decurso de qualquer recenseamento. A existência de diferentes instrumentos de acesso à informação, as diferentes conceções tanto das próprias entidades detentoras como dos próprios investigadores que estudam os seus acervos sobre o que é um arquivo pessoal e uma coleção, e, naturalmente, as dificuldades inerentes à confrontação entre si de todos os guias, catálogos, inventários e listas disponíveis, bem como da impossibilidade de verificar a documentação, caso a caso, originam discrepâncias no tratamento e interpretação dos dados.

Opção semelhante terá estado subjacente à não inserção, na lista apresentada por Fernanda Ribeiro, de outros arquivos pessoais em outra obra que foi consultada e utilizada pela autora para a elaboração das listas de arquivos que figuram nos anexos da sua tese de doutoramento – o *Guia de Fontes Portuguesas para a História de África*<sup>290</sup>. No primeiro volume deste guia, editado em 1991, enumeram-se para o Arquivo Histórico Ultramarino um conjunto de quatro

---

comandantes de regimentos, além de correspondência para o conde de Lippe sobre diversos assuntos militares. Cf. <URL:https://arqhist.exercito.pt/details?id=101998&ht=conde%20de%20lippe> [consult. 12-07-2017].

<sup>289</sup> Com a cota N32.

<sup>290</sup> IPA-IAN/TT, 3 volumes, 1991, 1993 e 2000.

“coleções particulares” (IPA-IAN/TT, 1991, 106-108). Todavia, a descrição ali constante destas coleções evidencia uma indefinição entre o que é considerado uma coleção e um fundo. No que se refere às “coleções” de Alexandre Machado Barbosa e de Filipe Gastão de Moura Coutinho de Almeida Eça, referenciadas no mencionado guia, a descrição dada aponta para a possibilidade de se estar efetivamente perante agregações factícias de documento, de diferentes dimensões.<sup>291</sup> No entanto, quanto às outras duas, relativas aos generais João da Costa Xavier e Manuel Rafael Gorjão, a breve descrição da documentação indica que esta abrange as respetivas carreiras profissionais, pelo que se poderá estar perante arquivos pessoais contendo informação produzida e reunida pelos próprios no decurso de funções desempenhadas.<sup>292</sup>

A elaboração de instrumentos de identificação dos acervos detidos pelas instituições, ou de propostas de classificação para os arquivos, designadamente a elaboração de guias ou simples quadros ou listas de fundos, sofre obviamente constantes alterações ao longo do tempo. As mudanças e desenvolvimentos destes instrumentos são influenciadas pelo estudo dos arquivos, o que provoca alterações na forma da sua apresentação e descrição, como acima foi exemplificado, a que acresce o movimento das novas incorporações, da transferência de documentação entre instituições, entre outros fatores. No caso dos arquivos particulares, pode mesmo ocorrer a devolução a proprietários, que nem sempre fica devidamente documentada, ou até mesmo o desaparecimento de documentos, devido a diversas causas, como misturas inadvertidas de documentação entre diversos fundos (com consequências para a sua correta identificação), furtos, destruição causada por desastres, e outros motivos.

Diferentes guias, quadros ou listas, são comuns, e testemunham a evolução das práticas institucionais na gestão dos seus acervos. Nenhum destes instrumentos é, obviamente, definitivo, e estará sempre sujeito a sucessivas alterações. A ausência de informação sobre as decisões tomadas e a existência simultânea, e só aparentemente atual, de distintos instrumentos de descrição dos acervos detidos pelas instituições, podem causar uma certa perplexidade e confusão.

Tome-se em consideração o caso do Arquivo Distrital de Braga-Universidade do Minho (ADB-UM). Atualmente, este arquivo disponibiliza no seu *website* oficial uma lista de arquivos onde figura apenas o de José Gomes da Silva no grupo de “Arquivos Pessoais”.<sup>293</sup> Além desta lista, a instituição disponibiliza, em portal distinto na Internet, uma base de dados (software

---

<sup>291</sup> No caso de Alexandre Machado Barbosa será apenas um documento avulso (um tratado de paz celebrado na Guiné em 1881 entre o governo português e régulos locais), e no de Almeida de Eça será apenas uma coleção bibliográfica, composta por 12 livros (códices?) com datas entre 1661 e 1953, relativa a África (IPA-IAN/TT, 1991, 107).

<sup>292</sup> Ambos os casos foram resultantes de doações de familiares ao AHU. O de Manuel Gorjão é mesmo designado como “arquivo particular” deste general (IPA-IAN/TT, 1991, 108).

<sup>293</sup> Cf. <URL: <http://www.adb.uminho.pt/Default.aspx?tabindex=2&tabid=7&pageid=9&lang=pt-PT>> [consult. 10-07-2017].

*Archeevo*).<sup>294</sup> Na página de entrada do portal, existe uma ligação intitulada “Guia de fundos” que, por sua vez, remete para a página de entrada do *website* oficial do ADB-UM. Embora este software, disponibilizado pela empresa *Keep Solutions*, ofereça a possibilidade de explorar os fundos e coleções de cada instituição, esta opção não está disponível ao público na versão do ADB-UM. No entanto, é possível explorar o acervo através das funcionalidades de pesquisa, simplesmente selecionando, na “Pesquisa Avançada”, os níveis de descrição “Fundo e Coleção”, o que permite obter a lista integral dos que se encontram ali disponíveis, independentemente do grau de exaustividade dado à descrição de cada um.

Com algum trabalho, o utilizador, apesar de ser forçado a percorrer pacientemente as várias páginas obtidas na pesquisa, conseguirá encontrar bastantes outros arquivos pessoais, detidos pelo ADB-UM, mas não o de José Gomes da Silva que ali não se encontra descrito, nem sequer ao nível de fundo ou de coleção. Sabemos, obviamente, que o ADB-UM, tal como outras instituições, tem em consulta local outros instrumentos de acesso à informação sobre os seus acervos, designadamente inventários e catálogos em distintos suportes (papel ou digital). No entanto, o utilizador que procura localizar um determinado arquivo terá que contactar diretamente a instituição para tal, através de contacto pessoal, por telefone ou por correio eletrónico. Saber se um determinado arquivo ou coleção existe ou não numa instituição pode, assim, revelar-se uma dor de cabeça para os investigadores.

Continuando ainda com o caso do ADB-UM, vejamos, por exemplo, outros arquivos pessoais outrora identificados como tal, e que atualmente não foi possível confirmar a sua existência ou eventual integração noutros arquivos. Maria da Assunção Vasconcelos publicou um artigo na revista *Fórum* (1987), no qual apresentou uma proposta de quadro de classificação do acervo do Arquivo Distrital de Braga, que então dirigia, e no qual figuravam diversos conjuntos documentais designados de “pessoais” numa subdivisão do grupo de “arquivos familiares”. Este artigo foi também utilizado por Fernanda Ribeiro, na sua análise dos instrumentos de acesso à informação e considerado como um “guia de arquivo especializado”, tendo dele sido extraídos dados que figuram nas listas de arquivos do segundo volume da sua tese de doutoramento.

No que aos arquivos pessoais diz respeito, encontramos indicados no artigo da antiga diretora do ADB-UM três casos que foram referenciados na dissertação de Fernanda Ribeiro, mas cuja existência real não se conseguiu confirmar, no decurso da investigação que ora se realizou. São eles os arquivos de João Rodrigues Neves, Jerónimo de Sousa Louro e do Visconde da Carreira. De facto, não só não figuram na lista de fundos constante do atual *website* oficial do ADB-UM, acima referida, como também não se encontram na base de dados *Archeevo*. Abel Rodrigues (2011, 233), que analisou a situação do grupo de arquivos familiares e pessoais do

---

294 Cf. <URL:<http://pesquisa.adb.uminho.pt/ssearch>> [consult. 10-07-2017].

ADB-UM, lista estes três casos como fazendo parte da proposta classificativa de 1987. Todavia, muito embora o autor tenha traçado o percurso de vários dos arquivos familiares e pessoais existentes no ADB-UM, e chamado a atenção para a necessidade do seu tratamento arquivístico, nada é referido sobre o caso particular dos três arquivos em questão, que também não figuram numa proposta final de quadro classificativo, que o autor apresentou no seu estudo para o grupo dos arquivos familiares e pessoais. Consequentemente, não é possível, à luz dos dados disponíveis, traçar o percurso que estes supostos arquivos terão sofrido desde 1987, sendo de supor que estejam ainda a aguardar melhor estudo e o devido tratamento.

Para além destas questões há ainda a considerar diferenças nos títulos dados aos arquivos provenientes dos próprios instrumentos de descrição, possivelmente derivados da ausência do seu estudo aprofundado pelas próprias instituições, que originam alterações ou diferentes interpretações. É exemplo o arquivo Forjaz de Sampaio do Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC). O instrumento consultado por Fernanda Ribeiro, de que derivou a referência à existência de um arquivo de Adrião Pereira Forjaz de Sampaio no AUC, é um Guia do Arquivo da Universidade publicado no Boletim desta entidade em 1973. Todavia, o “Guia de Fundos” do AUC mais recente, publicado em 2015, indica que se trata de uma coleção – e não de um fundo – que, de facto, se intitula “Forjaz de Sampaio”. Porém, o seu colecionador é João Forjaz de Sampaio, filho de Adrião Pereira, dado confirmado após um estudo arquivístico efetuado em 1999 (Paiva, 2015, 145).<sup>295</sup>

Existem ainda opções na atribuição de títulos que serão derivadas de outro tipo de decisões, e que deveriam ser objeto de devido registo e justificação dentro de um quadro teórico fundamentado. No decurso do recenseamento encontraram-se diversas situações em que os arquivos receberam o nome apenas de um dos seus produtores, indiciando a presença de um suposto arquivo pessoal, mas que, muitas vezes se trata de um arquivo familiar, cujo título qual muitas vezes nem sequer corresponde necessariamente ao seu produtor mais significativo. Noutras situações, o título atribuído pode até ser simplesmente o do doador, ou último custodiador, de documentos produzidos por outrem.

No Arquivo da Universidade de Coimbra, por exemplo, existe, no grupo dos arquivos pessoais e familiares, um fundo intitulado “Eusébio Tamagni”, referenciado como tal tanto no Guia de Fundos publicado em 2015 (Paiva, 2015), como na base de dados do Arquivo disponível na Internet. Nesta base de dados, a história biográfica fornecida correspondente somente a Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação (1880-1972), professor da Universidade e antigo

---

<sup>295</sup> Trata-se de uma coleção constituída por manuscritos originais do cónego D. José da Natividade, tomos de árvores de costados e manuscritos avulsos de medicina muitos dos quais da Junta do Protomedicato. O “Guia de Fundos” publicado em 2015 não o refere, mas no catálogo on-line do Arquivo da Universidade de Coimbra é esclarecido que esta coleção foi doada ao Arquivo por uma sobrinha de João Forjaz de Sampaio em 1943, após o falecimento deste. Cf. <URL:<http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=111801&ht=forjaz>> [consult. 12-07-2017].

Ministro da Instrução Pública no início do Estado Novo. Eusébio Tamagnini, em 1950, por ocasião da sua jubilação, ofereceu ao Arquivo da Universidade um conjunto de documentação, cujo âmbito cronológico de produção se situa entre 1582 e 1902. Pela descrição fornecida quanto ao seu âmbito e conteúdo, facilmente se verifica que a mesma é essencialmente de natureza patrimonial e proveniente maioritariamente da família da sua esposa, Sara Leal de Gouveia Pinto Cerqueira Tamagnini. No campo “Produtor” da descrição constante da referida base de dados, para além do próprio Eusébio Tamagnini e da sua esposa, listam-se diversas pessoas que tudo indica serem ascendentes de Sara Leal.<sup>296</sup>

Face a esta situação, talvez tivesse sido mais indicado atribuir um título à documentação mais consentâneo com a sua realidade, ou seja, um nome de família, seguindo, por exemplo, as “Orientações para a Descrição Arquivística” propostas pela Torre do Tombo (ODA, 2005, 2007). Por outro lado, o nível de descrição atribuído na base de dados é o de “fundo”, e, em anteriores instrumentos de descrição, este mesmo conjunto tinha recebido a designação de “Coleção Eusébio Tamagnini”.<sup>297</sup> Assim, seria igualmente importante definir de forma objetiva se este conjunto é efetivamente um arquivo de família ou se uma coleção de documentos de familiares reunida por Eusébio Tamagnini, ou até mesmo por sua esposa.

Deve ainda ter-se em atenção a dificuldade inerente à correta identificação do serviço dentro de cada entidade que detém a custódia da documentação e fornece o acesso à mesma, designadamente em instituições de certa complexidade orgânica. Socorrendo-se do *Recenseamento dos Arquivos Locais: Arquivos Municipais e Misericórdias*, elaborado para o Distrito de Lisboa e publicado pelo IAN/TT em 1995, Fernanda Ribeiro elencou diversos arquivos pessoais cuja entidade detentora seria o Arquivo Municipal de Lisboa. De facto, vários dos arquivos estavam e ainda se encontram à guarda do Arquivo Municipal.<sup>298</sup>

---

<sup>296</sup> No que concerne ao âmbito e conteúdo, a descrição fornecida, refere: “A documentação é na sua maioria de natureza patrimonial, e é nela que está a base económica da família que a gerou, neste caso a família de Sara Leal de Gouveia Pinto Cerqueira Tamagnini, esposa de Eusébio Tamagnini. É, essencialmente, constituída por contratos de empenhamento, escrituras de renovação de prazo, reconhecimento de foreiros, escrituras de compra, escrituras de venda e escrituras hipoteca, mapas de despesa e receita, contas correntes, entre outros, de particular interesse para a história económico-social do concelho de Miranda do Corvo”.

Cf. <URL:<http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=111798&ht=Tamagnini>> [consult. 19-07-2017].

<sup>297</sup> Designadamente no catálogo elaborado por Maria João Castro e publicado no Boletim da Universidade de Coimbra (Vol. XIX-XX de 1999-2000), sob o título “Coleção Eusébio Tamagnini: Um Arquivo de família [catálogo]”, citado quer no Guia de Fundos publicado em 2015 quer no campo “Notas de Publicação” da descrição disponível na base de dados on-line do Arquivo da UC. O próprio título deste catálogo exemplifica o problema da utilização de distintos conceitos aplicados a um mesmo conjunto documental.

<sup>298</sup> Os arquivos pessoais tutelados pelo Arquivo Municipal de Lisboa encontram-se repartidos por diversos equipamentos, sendo de destacar o Arquivo Fotográfico na Rua da Palma, a documentação considerada histórica nas instalações no Bairro da Liberdade (Campolide), diversa documentação produzida pelos serviços municipais nas instalações do arquivo situadas no Arco do Cego, a que acresce ainda a Videoteca situada no Largo do Calvário.

Todavia, existe um conjunto de outros que não estavam sob sua dependência direta, mas antes do Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO), um serviço que, ao longo da sua história, tem estado diretamente dependente das direções municipais de cultura e não subordinado ao Arquivo Municipal. Na realidade, estavam já, à época, à guarda do GEO, e não do Arquivo Municipal, os arquivos de Luís Pastor de Macedo, Augusto Vieira da Silva, João Pinto de Carvalho e Júlio Pires, que se encontram referenciados na lista fornecida por Fernanda Ribeiro. No Recenseamento está claramente identificado o GEO como sendo um serviço distinto do Arquivo Municipal, na qualidade de gabinete de apoio à Presidência e Vereação, pelo que se trata de um lapso da autora no que concerne à identificação da entidade custodiadora – muito embora a entidade proprietária daqueles fundos seja derradeiramente a Câmara Municipal de Lisboa, não deveria ter sido indicado o Arquivo Municipal, mas sim o GEO.

As vicissitudes das sucessivas alterações de organismos da administração pública, com extinções e incorporações noutras, determinam igualmente a desatualização de dados constantes em roteiros, guias ou outras listas de arquivos como a de Fernanda Ribeiro, e que, posteriormente, dificultam a identificação do paradeiro de arquivos identificados no passado. Veja-se o caso de um arquivo atribuído a Joshua Benoliel, também referido por aquela autora (Ribeiro, F., 1998, vol. II, anexo 3, quadro 14), que se encontraria, à época da sua dissertação, no Arquivo Fotográfico do Gabinete de Apoio à Imprensa, em Lisboa, informação extraída de um “Guia dos arquivos audiovisuais em Portugal” (RTP, 1996). A história do percurso da documentação fotográfica de Benoliel é intrincada, pois tinha, entretanto, estado sob tutela de distintos organismos, designadamente da Direção-Geral da Comunicação Social, de cuja extinção veio a resultar a criação do referido Gabinete de Apoio à Imprensa, o qual só funcionou efetivamente entre 1992 e 1997.<sup>299</sup>

A extinção deste Gabinete em 1997 acompanhou a criação do Instituto da Comunicação Social, como pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e patrimonial, que integrou o património e funções daquele Gabinete. Porém, o Decreto-Lei n.º 227/97, de 30 de Agosto, veio determinar a transferência do património documental que fora antes tutelado pela ex-Direção-Geral da Comunicação Social para o Ministério da Cultura (designadamente a biblioteca, hemeroteca, fototeca e arquivo do SPN/SNI<sup>300</sup>). De facto, o Instituto da Comunicação Social fora concebido como estando especialmente vocacionado para dar execução às políticas de comunicação social, garantir o cumprimento das obrigações decorrentes da existência de serviços públicos de rádio e televisão e acompanhar o

---

<sup>299</sup> O Gabinete de Apoio à Imprensa foi criado pelo Decreto-Lei n.º 49/92, de 7 de Abril, como um serviço dependente da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros. A sua criação derivou da extinção da Direção Geral da Comunicação Social, que implicou a reafetação do seu património, incluindo a biblioteca, hemeroteca e fototeca, designadamente à referida Secretaria Geral. Foi o caso da Fototeca do Palácio Foz, no âmbito do estipulado pelo Decreto-Lei n.º 48/92 de 7 de Abril.

<sup>300</sup> Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação.



desenvolvimento daquela atividade.<sup>301</sup> Reconhecia-se assim a “conveniência em clarificar a situação do património afeto ao Instituto da Comunicação Social, em integrar no Ministério da Cultura alguns serviços da extinta Direcção-Geral da Comunicação Social afetos à Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros”. Os arquivos transitaram assim para o Ministério da Cultura, mantendo-se, porém, grande parte no Palácio Foz, onde funcionava designadamente a Fototeca. Mais tarde, em 1999, o Despacho n.º 9.832/99 (2.ª série) do Ministério da Cultura, veio determinar a afetação da biblioteca, da hemeroteca, da fototeca e do arquivo do SPN/SNI, a diversos organismos do Ministério da Cultura. O arquivo fotográfico, antes tutelado pela extinta Direcção-Geral da Comunicação Social, transitou e veio a constituir parte do acervo inicial do recém-criado Centro Português de Fotografia. Decidiu-se ainda que este património juntamente com o do Arquivo Nacional de Fotografia – também extinto na década de 1990 –, seria acomodado e tornado disponível ao público em instalações provisórias, no edifício do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, em condições a acordar entre este e o Centro Português de Fotografia, passando a constituir o acervo do Arquivo de Fotografia de Lisboa, a instalar futuramente em edifício a construir para o efeito.

No meio destas vicissitudes o arquivo de Benoliel referido na lista de Fernanda Ribeiro parece corresponder ao que atualmente figura como uma série do serviço de fotografia do fundo da empresa pública Jornal “O Século”, que por sua vez o terá comprado ao filho do fotógrafo, Judah Benoliel.<sup>302</sup> A empresa deste jornal tinha sido extinta em 1979 e a sua documentação sofrido diversos percalços até ter dado entrada a partir do final de 1988 na Fototeca do Palácio Foz, então tutelada pela já referida Direcção Geral da Comunicação Social, e cujo património veio mais tarde a integrar o Centro Português de Fotografia e, finalmente, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Outro exemplo de um arquivo cuja entidade detentora mudou de designação é o de José Vitorino Damásio, sendo indicada, na lista de arquivos pessoais fornecida por Fernanda Ribeiro, a sua presença no Arquivo Histórico do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, a partir da sua referência no *Roteiro de Fontes da História Portuguesa Contemporânea* (Serrão, 1985).

---

<sup>301</sup> O Instituto de Comunicação Social funcionou durante cerca de 10 anos. Em 1 de Junho 2007 foi substituído, nas suas atribuições e competências pelo Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), cujo regime orgânico fora aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2007, de 3 de Maio, alterações então enquadradas no Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC). O GMCS prosseguia, nas suas atribuições, a organização de acervos documentais no âmbito dos meios de comunicação social. Funcionou até a 4 de junho de 2014, sendo substituído nas suas atribuições e competências, pela Direcção de Serviços de Política Legislativa para os Media da Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros, cujo regime orgânico foi aprovado pela Portaria n.º 159/2015, de 1 de junho, regressando, portanto, à tutela da Presidência do Conselho de Ministros.

<sup>302</sup> Cf. <URL:<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1009217>> [consult. 11-07-2017].

As sucessivas reorganizações governamentais têm ditado a extinção, criação ou fusão de serviços tutelados por Ministérios e Secretarias de Estado nas áreas das obras públicas, transportes, administração do território, ao longo dos vários governos constitucionais, tornando complexa a tarefa de traçar as alterações pelas quais foram passando os seus arquivos e bibliotecas. O Arquivo Histórico do Ministério do Equipamento Social, ministério, que sob essa designação apenas existiu em alguns dos governos constitucionais do pós-25 de Abril (IX, XIII e XIV), não era mais do que o também conhecido como “Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas”. Confrontando, aliás, vários dos arquivos enumerados no mencionado roteiro, com os atualmente identificados nos serviços sucessores daquele organismo, atualmente dependente da Secretaria Geral da Economia, numa base de dados disponível na Internet, sob a designação Acervo das Obras Públicas, Transportes e comunicações, ali vamos encontrar a maior parte deles.<sup>303</sup>

O arquivo de José Vitorino Namásio não figura ainda naquela base de dados, mas foi possível no decurso do recenseamento confirmar a sua existência, através de contacto estabelecido por e-mail com o serviço de arquivo da Secretaria Geral da Economia, onde aguarda tratamento para futura disponibilização.<sup>304</sup>

Outro exemplo de transferências de fundos documentais entre instituições é o caso de parte do Arquivo Humberto Delgado, que Fernanda Ribeiro situou na Biblioteca Nacional, a qual, de facto, o teve à guarda entre 1981 e 1997, para ser, neste último ano, transferido para a Torre do Tombo, onde presentemente se encontra.

Também o arquivo de Teixeira de Pascoaes é referenciado na lista apresentada por Fernanda Ribeiro como tendo a Biblioteca Nacional como entidade detentora. No entanto, neste caso, trata-se de uma situação peculiar com dois tipos de custódia diferente e percursos posteriores diversos. No período em que aquela autora fez a sua investigação, existiam alguns documentos doados por distintas pessoas, em diferentes datas, e que foram posteriormente, em 1998, reunidos numa única coleção então criada no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea.<sup>305</sup> Paralelamente esteve em depósito durante alguns anos na Biblioteca Nacional apenas uma parte do arquivo que era então propriedade da família, e à qual foi devolvido em duas fases, ainda na década de 1990, após microfilmagem.<sup>306</sup>

---

<sup>303</sup> Cf. Base de Dados disponível em <URL:<http://arquivohistorico.min-economia.pt/arquivohistorico/>> [consult. 10-07-2017].

<sup>304</sup> No Roteiro das Fontes (Serrão, 1985) o arquivo de José Vitorino Namásio (1807-1875), antigo Director-Geral dos Telégrafos, tinha um âmbito cronológico de 1855 a 1869, e, embora sem dimensão indicada, incluiria cartas e apontamentos sobre transportes, telégrafos e máquinas, consultas sobre a Gare de Lisboa do Caminho de Ferro de Leste e Norte, projetos de ponte sobre o Tejo e de barcos a vapor, entre outros projetos.

<sup>305</sup> Coleção com a cota N63.

<sup>306</sup> O arquivo em depósito recebeu a cota D3 do ACPC.

O arquivo de Teixeira de Pascoaes acabou por vir a ser comprado aos herdeiros pela Câmara Municipal de Amarante, em 2013 – presume-se que na sua totalidade. Assim, presentemente, para além de outros documentos avulsos da autoria do escritor, dispersos em acervos de outros arquivos ou bibliotecas (caso da Biblioteca Pública Municipal do Porto), podemos encontrar: uma coleção artificialmente criada na Biblioteca Nacional, que é propriedade desta; uma cópia em microfilme do arquivo que foi herdado pela família (ou pelo menos de parte dele, não sendo possível confirmar se a totalidade chegou a estar depositada na BNP); e a posse dos originais pelo município de Amarante (não estando ainda disponível ao público o catálogo do arquivo adquirido pelo município, não foi possível confrontá-lo com as cópias da BNP).

Deve referir-se ainda o caso de arquivos pessoais que foram sendo reunidos por pessoas particulares ou colecionadores, e cujo destino que lhes foi dado, ou virá a ser dado no futuro, é atualmente desconhecido, como os que se encontravam em posse do historiador Oliveira Marques, falecido em 2007, no todo ou em parte (Marques, A. H., 1984, 123-132), alguns dos quais identificados por Fernanda Ribeiro na sua dissertação: João Chagas,<sup>307</sup> Carlos Ernesto de Sá Cardoso<sup>308</sup> (em parte, pois outra estava na posse da viúva e filhos), António França Borges,<sup>309</sup> Mariano Felgueiras<sup>310</sup> (em parte, pois existe, outra no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães, por doação da esposa em 1986), e Augusto Casimiro Alves Monteiro.<sup>311</sup>

Na investigação ora levada a cabo, procurando-se coligir as informações necessárias para a identificação das instituições e dos respetivos arquivos, houve pois que considerar constrangimentos derivados de situações como as acima exemplificadas, e ainda a ausência ou insuficiência nas respostas ao questionário dirigido às instituições. Deste modo, deve ser salientado que tanto a análise e interpretação dos dados coligidos, como o guia elaborado que figura no volume de anexos da dissertação, resultam do que foi possível identificar de forma positiva.

Ainda no que se refere à identificação das instituições, deve ter-se em conta que algumas podem ter subdivisões internas, como é o caso dos museus polinucleados, de bibliotecas,

---

<sup>307</sup> Oliveira Marques não esclareceu como veio a possuir este arquivo, referindo porém que as cartas mais importantes já tinham sido publicadas entre 1957-59 (Correspondência literária e política com João Chagas, pela Empresa Nacional de Publicidade), tendo o historiador em seu poder outras de menor interesse, e documentação relativa às missões diplomáticas (Marques, A. H., 1984, 126).

<sup>308</sup> Arquivo do general Sá Cardoso confiado pelo seu filho Eng. Carlos Ernesto de Sá Cardoso pouco antes de morrer a Oliveira Marques. (Marques, A. H., 1984, 124-125).

<sup>309</sup> Nas mãos de Oliveira Marques por depósito da filha do jornalista Maria Antónia França Borges, composto essencialmente por correspondência e documentos de contabilidade relativos ao jornal o Mundo (Marques, 1984, 125).

<sup>310</sup> Confiado a Oliveira Marques por Mariano Felgueiras pouco antes do seu falecimento, sendo composto por um dossier (supostamente segundo diz Oliveira Marques (1984) “o único arquivo que lhe restava” – contendo cartas e documentação sobre os exilados portugueses entre finais da década de 1920 e a década seguinte, que tinham estado expostas em Guimarães por ocasião de uma homenagem que lhe foi prestada).

<sup>311</sup> Entregue a Oliveira Marques por intermédio do seu sobrinho, o eng. Leonel Monteiro Esteves, correspondente a dossier de documentação sobre a Legião Vermelha e cadastro dos seus membros.

dentro das quais se criaram secções específicas para distintas coleções, como as de manuscritos, ou até mesmo de arquivos que possuem valências para casos especiais como as fotografias. Para este tipo de situações, entendeu-se considerar como entidade detentora a instituição ou organismo, em função da existência de uma estrutura orgânica própria, indicando dentro dela, sempre que pertinente, a respetiva secção ou divisão onde a documentação se encontra, ou de que depende internamente.<sup>312</sup>

No decurso do recenseamento, foram ainda detetados alguns casos de entidades que estabeleceram formas de colaboração entre si, tendo em vista o tratamento e difusão da informação de arquivos pessoais, por vezes repartindo responsabilidades distintas – por exemplo, uma sendo a detentora da propriedade legal sobre o arquivo físico e outra a responsável por intervenções de conservação, descrição e difusão (designadamente, através da digitalização e/ou elaboração de inventários ou catálogos, editados em publicações impressas ou disponibilizados na Internet).

Embora constituindo um número reduzido, o estabelecimento destas parcerias é revelador de práticas recentes, que merecem ser objeto de reflexão sobre a possibilidade de partilhar e rentabilizar recursos, gerar riqueza a partir da exploração de produtos informacionais, e investir em novos meios de comunicação e difusão, designadamente através do desenvolvimento de aplicações tecnológicas.

Esta situação gerou, porém, um dilema no decurso da identificação a efetuar, e particularmente no que concerne ao apuramento do número de arquivos, pois um mesmo arquivo pode figurar em listagens, guias de fundos ou catálogos, disponíveis em instituições parceiras, no que se refere aos seus acervos. Apesar do risco inerente à duplicação de registos relativos ao mesmo arquivo, considerou-se que estes se deveriam ainda assim manter, pelo menos na maior parte dos casos, e por diversas razões.

Em primeiro lugar, porque as instituições envolvidas assumiram a sua quota-parte no tratamento e difusão desses arquivos, fazendo referência a eles nas apresentações dos seus acervos – mesmo que, por exemplo, numa das entidades essa existência seja materializada apenas pela posse física, e noutra somente através de reproduções, em suporte digital ou microfilme. Neste segundo caso, pode partir-se do pressuposto de se estar apenas perante

---

<sup>312</sup> É o caso do Arquivo Municipal de Lisboa, que possui arquivos tanto na sua divisão de Arquivo Histórico, como no Arquivo Fotográfico, embora funcionem de forma integrada e partilhem a informação dentro de um mesmo sistema arquivístico de gestão e organização do acervo, embora se localizem fisicamente em espaços diferentes. É também o caso da Biblioteca Central de Marinha, da qual depende a biblioteca propriamente dita e o Arquivo Histórico – o mesmo não se passa com o Museu de Marinha, que tem uma organização própria. A Biblioteca Nacional de Portugal também foi considerada como entidade única, ainda que os arquivos se encontrem dependentes de unidades específicas distintas como a Música, a Iconografia, os Reservados, ou o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea. A Fundação Calouste Gulbenkian foi igualmente considerada como única entidade detentora, embora dentro dela existam dois serviços distintos com documentação – o arquivo interno e a Biblioteca de Arte.

cópias, resultantes de transferência de suportes, e, conseqüentemente, deverem considerar-se apenas como informação complementar de referência. Todavia, sobre estas cópias foram, com frequência, produzidos instrumentos de descrição e acesso à informação, e esta foi utilizada para gerar novos produtos informacionais, integrados em coleções criadas nas entidades detentoras dessas cópias, e designadamente inventários e catálogos, podendo também ter sido utilizadas em exposições ou edições.

Em segundo lugar, o acesso à informação, por parte de diversos utilizadores, pode também ser facilitado ou direcionado para a consulta dessas reproduções, relegando para segundo plano o manuseamento dos documentos originais, não necessariamente em posse da entidade que fornece o acesso aos seus conteúdos, mas a qual assumiu a responsabilidade por o providenciar.<sup>313</sup> Estes são exemplos paradigmáticos de como a informação é tendencialmente mais importante do que seu suporte material, em face dos potenciais oferecidos pelas tecnologias que permitem a sua transferência e difusão para outros formatos, designadamente o digital.

Finalmente, essas colaborações podem nem sempre se ter estendido à totalidade dos arquivos, pois é possível ter havido apenas cedência de parte da documentação para efeitos de descrição e reprodução, com posterior devolução à entidade proprietária. De qualquer modo, a informação que remanesceu através de cópia, na entidade que a tratou e reproduziu, poderá vir a ser reutilizada de várias formas, dependendo dos acordos realizados entre os parceiros envolvidos. Pode mesmo não vir a ter, perante o utilizador, o mesmo tipo de apresentação e descrição, por virtude de eventuais diferenças de formas de organização, do próprio desenvolvimento da descrição, ou do enquadramento em distintas categorias classificativas.

No caso da entidade onde se procedeu à cópia e descrição de documentos podemos considerar que se está perante a incorporação de conteúdo informacional, que resultou num ato de “criação” de uma coleção com existência apenas “virtual”. Porém, ainda assim, constitui um bem informacional sobre o qual se detém algum tipo de controlo e posse. Além do mais, como se irá verificar na análise das modalidades de ingresso de documentação/informação nas várias entidades detentoras – que, neste caso concreto, poderão ser apenas fornecedoras de conteúdos –, este tipo de colaboração tem-se alargado à comunidade em geral, dando primazia à informação, em detrimento do seu suporte físico. São cada vez mais as entidades que se revelam disponíveis para incorporar nos seus acervos apenas cópias digitais que lhes são cedidas, onde irão figurar como autênticos arquivos “virtuais”. Algumas instituições

---

<sup>313</sup> Exemplo de uma situação deste género, entre outras, é o caso do arquivo do cientista Abel Salazar. F cedido temporariamente pela Casa-Museu Abel Salazar à Fundação Mário Soares, onde foi digitalizado e descrito, sendo posteriormente devolvido à respetiva entidade detentora; a consulta dos documentos, todavia, é feita através das reproduções digitais disponíveis na Internet em portal sob gestão da Fundação – o portal *casacomum.org*.

incentivam mesmo este tipo de colaboração, como forma de valorizar informação que, de outro modo, poderia permanecer inacessível ou correr o risco de se perder.

Outro dos problemas encontrados no decurso do recenseamento prende-se com as próprias práticas de algumas entidades quanto à incorporação de documentação, ao longo do tempo, que dificultam a identificação de eventuais arquivos pessoais no seio dos seus acervos. Por exemplo, no caso de instituições com longa história é possível encontrar informação produzida por pessoas singulares, no decurso das suas atividades, mas que se dispersou em grandes coleções genéricas, como é o caso das conhecidas “coleções de manuscritos” existentes em algumas bibliotecas, assim como em vários arquivos ditos “históricos”.

Seria tarefa inexecutável, no espaço de tempo disponível para a execução deste estudo, percorrer em detalhe todas essas coleções, que se revelam autênticas “miscelâneas” de documentos de diversa proveniência, nas mais das vezes sem informação detalhada sobre a história da sua incorporação. Todavia, um estudo detalhado dos contextos de produção e acumulação subjacentes, no que se refere ao que foi produzido ou reunido por determinados indivíduos, poderá vir a revelar possíveis arquivos pessoais ou, pelo menos, partes deles.<sup>314</sup>

Apesar das limitações inerentes ao estudo destas coleções, foram, ainda assim, exploradas algumas delas, como no caso da Biblioteca Nacional de Portugal, da Biblioteca da Ajuda, ou do Arquivo Distrital de Braga, embora não de forma exaustiva. Cada uma, por si só, merece ser objeto de estudo próprio. Entende-se ser necessário uma melhor investigação neste domínio, julgando-se que um dos caminhos a seguir poderá ser o da construção de formas inovadoras de organizar e dar acesso à informação existente nestas agregações, de tal modo que, sem

---

<sup>314</sup> É o caso das coleções de manuscritos existentes na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, nas designadas “Série Vermelha” e “Série Azul”, que aglomeram uma diversidade de documentos. Embora descritos individualmente em catálogos disponibilizados pela referida Biblioteca, apenas um estudo mais aprofundado, dependente de melhor e ulterior análise, poderá permitir uma abordagem distinta do ponto de vista arquivístico da produção e sucessiva transmissão de cada exemplar, e não limitada à sua descrição bibliográfica. Pelas mesmas razões, se excluiu do recenseamento efetuado, o Arquivo Histórico e Científico do Observatório Astronómico de Lisboa, da Universidade de Lisboa (OAL). Este último dispõe de um “Guia do Fundo Documental Histórico do Observatório Astronómico de Lisboa”, elaborado em 2006 (disponível on-line em [URL://oal.ul.pt/wp-content/uploads/2013/02/GFHCOAL.pdf](http://oal.ul.pt/wp-content/uploads/2013/02/GFHCOAL.pdf) [consult. 12-07-2017]). O guia reparte-se por três secções: Inventário Geral, Inventário por Categorias e Guia Alfabético de Pesquisa. As categorias são temático-tipológicas e incluem: fundação e organização do OAL; trabalhos de astronomia e afins; correspondência; instrumentação; fotografias/imagens; documentos administrativos; e documentos diversos. Na sua apresentação, refere-se que inclui registos que “direta ou indiretamente, se prendem com a fundação e organização do OAL, a sua laboração institucional e a atividade científica dos seus astrónomos.” Uma breve leitura do guia permite identificar, por exemplo, no que se refere à correspondência, que esta é tanto de carácter particular como institucional. Nela figuram diversas personalidades que foram relevantes no funcionamento daquela instituição no passado, como Frederico Oom, a quem é atribuída numerosa correspondência, quase toda de âmbito científico, com indicações de grupos de “correspondência com ...”, nem sempre sendo claro se estamos perante correspondência recebida ou expedida. Outros conjuntos do inventário possuem designações como “Correspondência e outros documentos avulsos de A. Perestrello Botelho”, não sendo identificável do que tratam os “avulsos”, situação que se repete quanto a outras personalidades como Melo e Simas, Rocha Peixoto ou José Antunes Vaz Serra.

interferir na sua ordenação física, tal como atualmente se encontra, seja possível reconstituir intelectualmente eventuais arquivos, e representá-los enquanto tal.

Alterações de tutela, transferências de arquivos entre entidades, desenvolvimentos no tratamento arquivístico pelas instituições que os detêm, alterações na conceção entre o termo mais adequado para designar determinada realidade documental, separações ou agregações de informação em função dos mais diferentes argumentos, diversas políticas de aquisição e tratamento de arquivos ao longo do tempo, omissão ou ausência de informação suficiente sobre os acervos das várias entidades detentoras, ou mesmo a sua deliberada ocultação, entre muitas outras dificuldades, condicionam e limitam qualquer recenseamento na sua abrangência e aproximação à realidade.

Note-se ainda que em muitas situações alguns dos arquivos identificados como pessoais poderão ser, mais adequadamente, considerados como familiares, dada a presença de distintos produtores em diversos casos. No entanto, no estado atual do conhecimento de muitos destes arquivos, cujas entidades detentoras tendem a considerar como arquivos pessoais, e bem assim os títulos escolhidos para os designar arquivos em função da atribuição do nome de determinadas pessoas singulares, podem ofuscar a percepção do que são efetivamente arquivos de família. A desagregação e dispersão de arquivos por várias entidades, as formas de tratamento da informação por parte dos seus profissionais, e quantas vezes o próprio estado de tratamento incipiente ou inexistente, dificultaram o estabelecimento de limites claros entre arquivos pessoais e familiares.<sup>315</sup> Os dados que serão apresentados nos próximos pontos e capítulos, e as reflexões feitas com base na sua interpretação refletem todas estas circunstâncias.

Forçoso é igualmente reconhecer que nem todas as instituições detentoras de arquivos pessoais estarão presentes no guia final que se disponibiliza no volume de anexos da dissertação. Haverá certamente muitas ausências na identificação realizada, situação que poderá vir a ser colmatada com um eventual desenvolvimento futuro da investigação, reunindo as necessárias condições para se proceder ao seu estudo mais detalhado, registo sistemático, bem como à sua atualização. Remete-se ainda a futuras investigações o alargamento a outras possibilidades analíticas, com base em outros indicadores, como seja, por exemplo, a representatividade das entidades identificadas dentro de universos mais abrangentes.<sup>316</sup>

---

<sup>315</sup> Por essa razão, os arquivos que são elencados nos Anexos da dissertação surgem sob a designação genérica de arquivos pessoais e familiares, para prever esta situação, muito embora, tal como foi explicado na Introdução, o objeto de estudo se tenha centrado nos primeiros, sendo estes que nortearam a identificação do universo analisado, remanescendo os arquivos *a priori* classificados como familiares pelas entidades detentoras de fora do recenseamento realizado.

<sup>316</sup> Visando a identificação de casos concretos, não se comparam, nem quantificam, designadamente, determinadas tipologias de instituições no que respeita à sua representatividade dentro de grupos específicos. Por exemplo, não se quantificou o número de arquivos municipais existentes em Portugal – embora todos tenham sido inquiridos – com vista a analisar, dentro deste conjunto particular, quantos são

## **5.2. As entidades detentoras: uma visão global**

No decurso do recenseamento efetuado foram identificadas 376 entidades em Portugal detentoras que se considerou possuírem documentação integrada no universo dos arquivos pessoais. Essas entidades são dos mais diversos tipos, encontrando-se sob tutela pública ou privada. No seu conjunto, detêm ou fornecem informação sobre um universo de 3850 arquivos, que nelas podem estar designados por diversos termos, sendo os mais comuns os de fundo e de coleção. São provenientes de incorporação de documentação em suporte físico, assim como de registos informacionais traduzidos em cópias, usualmente por via da transferência de suportes, para formato digital ou microfilme.

Numa perspetiva simples e dicotómica, apenas do ponto de vista da tutela pública ou privada,<sup>317</sup> a generalidade das entidades que possuem bens arquivísticos no domínio dos arquivos pessoais, concentra-se na esfera pública - cerca de 80%, como se verifica nos dados sistematizados na Tabela 1.

---

detentores de arquivos pessoais. Um alargamento deste tipo de análise a outras entidades, como museus, bibliotecas, centros de documentação, fundações, associações e outras, implicaria fazer o registo de centenas de instituições que não apresentam qualquer arquivo relacionado com o objeto de estudo, e o tratamento de dados estender-se-ia muito para além dos objetivos que se pretendem alcançar.

<sup>317</sup> A determinação dicotómica entre tutela pública e privada nem sempre assume contornos claros, como é o caso de algumas fundações, tendo mesmo a problemática sido objeto de debates jurídicos. Não basta simplesmente afirmar que uma fundação é pública quando a sua criação deriva da iniciativa do Estado ou de pessoas coletivas públicas, como municípios ou universidades, e que, pela via do estatuto fundacional, ficam submetidas ao direito privado, e categorizar como privadas as que resultam da iniciativa de particulares, às quais, por seu turno, se pode reconhecer o estatuto de utilidade pública. Neste caso específico, e para a distinção entre a tutela pública ou privada, optou-se por seguir genericamente a tipologia estabelecida na Lei-Quadro das Fundações (Lei n.º 24/2012 de 9 de julho), considerando, para os efeitos do presente estudo, como sendo da esfera pública, as entidades que foram criadas por iniciativa do Estado ou de outras pessoas coletivas públicas que optaram pela natureza fundacional (englobando assim tanto as fundações públicas de direito público com as que se regem pelo direito privado), e como sendo da esfera privada as criadas por pessoas de direito privado, mesmo que nelas participem pessoas públicas, mas sem exercer posição dominante e independentemente de terem ou não estatuto de utilidade pública.



**Tabela 1 – Distribuição de entidades detentoras e de arquivos por tipo de tutela**

<b>Tipo de tutela</b>	<b>N.º de entidades</b>	<b>%</b>	<b>N.º de arquivos</b>	<b>%</b>
Pública	301	80,1	3367	87,5
Privada	74	19,7	479	12,4
Público-privada	1	0,3	4	0,1
Total	376	100,0	3850	100,0

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados recolhidos.

São, portanto, as instituições públicas que continuam a assumir a liderança do processo de aquisição, preservação e mediação da informação produzida, acumulada, reunida e utilizada pelas pessoas no decurso das suas atividades ou interesses, o que é igualmente evidente no número de arquivos sob sua responsabilidade, que ultrapassa os 87% do total identificado.

No entanto, o número de instituições privadas que se encontram envolvidas em projetos arquivísticos nesta área indicia que se pode estar perante um crescente envolvimento do setor privado, designadamente nas décadas mais recentes. Para quantificar, de forma mais concreta, o grau deste envolvimento, e do seu contributo, seria, porém, necessário alargar a análise a outros dados, como o dos anos em que estas instituições foram criadas, confrontando-o, por exemplo, com as datas de incorporação dos respetivos arquivos. Do mesmo modo, uma análise qualitativa implica a elaboração de estudos específicos com maior profundidade, direcionados para as missões e objetivos principais que orientam as atividades de cada uma dessas instituições privadas.

Não se pretendeu no presente estudo explorar esta via de análise, que carece de maior aprofundamento, mas é possível, numa visão analítica simples, identificar algumas instituições que assumem maior peso, dentro do setor privado, pelo facto de terem a responsabilidade por fatias substanciais do conjunto de arquivos que se situa no universo dos 12% sob tutela privada, indicado na Tabela 1.

Em papel de liderança no processo de defesa e afirmação do património arquivístico, na área dos arquivos pessoais, encontra-se a Fundação Mário Soares, responsável por 150 arquivos, ou seja, cerca de 31% do conjunto de 479 identificados. Desde o início do seu funcionamento, em 1996, a partir do depósito do arquivo do seu fundador e patrono, esta instituição começou igualmente a captar outros arquivos, que foi recebendo de forma progressiva, maioritariamente em regime de depósito, abrindo portas à colaboração com pessoas singulares e outras instituições, baseando-se no investimento nas novas tecnologias que então despontavam na área do tratamento informático da informação e da transferência de suportes por meio da digitalização.

Logo de seguida, situa-se-se a Fundação Calouste Gulbenkian, na qual se selecionaram 112 casos, embora uma grande parte deles digam respeito a coleções fotográficas, de maior ou menor dimensão, resultantes de compras, encomendas e até de financiamentos de atividades de investigação científica e académica. Nesta instituição, porém, as primeiras incorporações de coleções privadas remontam às décadas de 1950 e 1960, tendo justificado a criação, em 1968, da Biblioteca Geral – atualmente designada Biblioteca de Arte – com o fim de centralizar os fundos documentais existentes na Fundação, e em especial os destinados a apoiar o Museu Gulbenkian.<sup>318</sup>

Outras instituições de criação mais antiga são igualmente dignas de nota, como a Sociedade de Geografia de Lisboa, constituída no último quartel do século XIX, que também foi reunindo, ao longo da sua história, diversa documentação com origem particular, designadamente por via de doações dos seus sócios. No seu acervo, por exemplo, foram identificados 12 arquivos considerados como fundos documentais autónomos ou insertos na sua extensa coleção genérica designada por “Manuscritos”. Todavia, não estão disponíveis descrições que sistematizem de forma detalhada a respetiva história arquivística de cada um e os respetivos contextos de incorporação.

Realce-se também o caso de algumas entidades adstritas à Universidade Católica Portuguesa, cuja fundação remonta ao final da década de 1960 - a sua primeira faculdade, a de Filosofia, foi instituída por decreto da Santa Sé em 1967, sendo a universidade reconhecida pelo Estado português, como instituição de ensino superior privado, em 1971. A sua Biblioteca Universitária João Paulo II, em Lisboa, reúne diversos arquivos pessoais que ali foram dando entrada desde o final da década de 1970, alguns dos quais acompanhando a doação de importantes bibliotecas particulares. Também o seu Centro de Estudos de História Religiosa, unidade de investigação científica e formação criada em 1988, tem recebido diversas doações, e depósitos de arquivos colocados sob sua guarda, na maior parte ocorridos já no presente século.

Apesar dos exemplos apontados, considera-se ser necessário um estudo mais denso, que abra análises a perspetivas diacrónicas comparadas ao longo do tempo, preferencialmente acompanhado de uma monitorização da evolução para os próximos anos. Só dessa forma se poderá efetivamente aferir o real potencial de crescimento do setor privado no domínio da sua intervenção como agente de salvaguarda e difusão deste tipo de património arquivístico,

---

<sup>318</sup> É possível supor que se tenha registado um crescimento do ritmo de ingressos na Fundação Calouste Gulbenkian, nas décadas mais recentes, tanto na Biblioteca de Arte, como no seu serviço interno de Arquivo. Contudo, tal hipótese carece de verificação adequada no âmbito de um estudo de caso, uma vez que não foi possível apurar a data de incorporação para a totalidade dos 112 conjuntos documentais que se encontram referenciados no anexo I. Todavia, relativamente às datas de incorporação que se obtiveram no âmbito da investigação ora realizada, e sem considerar a modalidade jurídica de que se revestiram, foram identificados pelo menos 65 casos de ingressos situados entre a década de 1980 e o ano de 2016.

ponderando igualmente eventuais entraves que se podem vir a colocar, designadamente no que se refere à capacitação dos necessários recursos humanos, tecnológicos, e financeiros.

Ainda no que respeita ao âmbito tutelar, e uma vez que se salientou, no domínio privado, o papel assumido por algumas instituições específicas, é possível obter uma visão mais detalhada sobre as várias entidades do universo identificado, em ambos os setores, público e privado, a partir de uma desagregação da respetiva tutela, tal como se apresenta na Tabela 2.

No que se refere às diversas entidades que se situam sob tutela pública, e considerando uma divisão entre a sua dependência face à administração central, local e ainda o caso das que dependem dos Governos Regionais, podemos constatar desde logo a existência de uma grande diversidade de órgãos tutelares, em que alguns se destacam.

Entre os três tipos de dependência tutelar no domínio público, deve ser posto em relevo o papel significativo desempenhado por entidades do âmbito da administração local, que representam 61,8% das instituições de públicas, e cerca de metade do total do universo das identificadas no decurso do recenseamento efetuado.

Falar de administração local é praticamente sinónimo de falar de câmaras municipais, pois é sob sua responsabilidade que se concentra a maior parte destas entidades.<sup>319</sup> Inserem-se neste grupo um número significativo de arquivos, bibliotecas e museus municipais, para além de alguns centros de documentação, entre outros organismos existentes em alguns municípios, especialmente vocacionados para a preservação de património documental e cultural dos respetivos concelhos em que se inserem.<sup>320</sup>

No cômputo geral relativo aos arquivos pessoais, as entidades sob dependência da administração local não assumem o papel maioritário, pois são as que se situam na esfera da administração central que reúnem, no seu conjunto, a maior parte do bolo, quer ao nível da tutela pública, quer ao nível global – 56,9% e 49,8%, respetivamente. Ainda assim, não deixam de ter uma relevância notável, já que neles se concentram mais de 38% dos casos identificados no seio do setor público.

## **Tabela 2 – Distribuição de entidades e arquivos por tutela desagregada**

---

<sup>319</sup> Entre as outras entidades incluem-se duas juntas de freguesia e instituições que têm o estatuto fundacional, derivando porém de iniciativas municipais ou sendo a gestão municipal maioritária. É disso exemplo a Fundação Aquilino Ribeiro, que presentemente é, em termos estatutários, copropriedade de três autarquias, as quais assumem rotativamente a sua gestão: Moimenta da Beira, Sernancelhe e Vila Nova de Paiva.

<sup>320</sup> São casos exemplares deste tipo de organismos: o Centro de Memória de Torre de Moncorvo, com uma identidade própria, embora atue em direta articulação com o arquivo e a biblioteca municipal; e o Gabinete de Estudos Olisiponenses que detém um acervo bibliográfico e arquivístico especializado na história da cidade de Lisboa, o qual constitui uma unidade específica sob dependência dos serviços culturais da Câmara Municipal.

Variáveis	N.º de Entidades	% no âmbito da tutela	% face ao total	N.º de arquivos	% no âmbito da tutela	% face ao total
<b>Tutela pública</b>	<b>301</b>			<b>3367</b>		
<b>Administração Central</b>	<b>104</b>	<b>34,6</b>	<b>27,7</b>	<b>1917</b>	<b>56,9</b>	<b>49,8</b>
Órgãos de soberania	3	1,0	0,8	43	1,3	1,1
Ministério da Cultura	34	11,3	9,0	982	29,2	25,5
Ministério da Defesa	5	1,7	1,3	176	5,2	4,6
Ministério da Economia	3	1,0	0,8	47	1,4	1,2
Ministério da Educação	3	1,0	0,8	8	0,2	0,2
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	3	1,0	0,8	9	0,3	0,2
Ministério dos Negócios Estrangeiros	2	0,7	0,5	33	1,0	0,9
Outros Ministérios	2	0,7	0,5	3	0,1	0,2
Estabelecimentos de Ensino Superior	46	15,3	12,2	599	17,8	15,6
Outras entidades autónomas	3	1,0	0,8	17	0,5	0,4
<b>Administração Local</b>	<b>186</b>	<b>61,8</b>	<b>49,5</b>	<b>1292</b>	<b>38,4</b>	<b>33,6</b>
Câmaras Municipais	180	59,8	47,9	1286	38,2	33,4
Outras	6	2,0	1,6	6	0,2	0,2
<b>Governos Regionais</b>	<b>11</b>	<b>3,7</b>	<b>2,9</b>	<b>158</b>	<b>4,7</b>	<b>4,1</b>
Açores	9	3,0	2,4	119	3,5	3,1
Madeira	2	0,7	0,5	39	1,2	1,0
<b>Tutela privada</b>	<b>74</b>			<b>479</b>		
Fundações	25	33,8	6,6	303	63,3	7,9
Associações e cooperativas	24	32,4	6,4	88	18,4	2,3
Misericórdias	11	14,9	2,9	23	4,8	0,6
Estabelecimentos de ensino superior	5	6,8	1,3	30	6,3	0,8
Igreja	6	8,1	1,6	18	3,8	0,5
Outras	3	4,1	0,8	17	3,5	0,4
<b>Tutela público-privada</b>	<b>1</b>			<b>4</b>		
Fundação	1	100	0,3	4	100	0,0
<b>TOTAIS</b>	<b>376</b>			<b>3850</b>		

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados recolhidos.

No que respeita ao número absoluto de arquivos, as câmaras municipais têm mesmo responsabilidade por maior quantidade do que, por exemplo, os organismos dependentes do Ministério da Cultura. A dispersão entre entidades é, porém, superior nas câmaras municipais, já que os 1286 arquivos assinalados na Tabela 2 se encontram repartidos por 180 entidades, ao passo que, sob tutela da Cultura, os 982 indicados correspondem apenas a 34 entidades.

Quanto ao caso específico da administração central, a maior parte das instituições está sob tutela da administração direta do Estado ou depende hierarquicamente de serviços centrais como Direções-Gerais. Todavia, existe também um conjunto mais lato de entidades públicas sob administração indireta, dotadas de personalidade jurídica e autonomia financeira e administrativa, atuando com independência na prossecução de determinadas funções e fins próprios do Estado.

No que respeita à administração central, duas situações se destacam: as entidades enquadradas em estabelecimentos de ensino superior e as que estão sob dependência do Ministério da Cultura, podendo ser-lhes aplicáveis distintos graus de autonomia.

No caso do Ministério da Cultura situam-se entidades que dele dependem de várias formas: diretamente, por via da Secretaria de Estado da Cultura, como é o caso da Biblioteca Nacional de Portugal; através de institutos públicos, como a Cinemateca Portuguesa; e ainda por via de empresas públicas empresariais, estatuto de que se reveste, por exemplo, o Teatro Nacional D. Maria II.

Uma grande maioria das entidades que formam este grupo está integrada na orgânica do Ministério da Cultura, sob orientação tutelar de Direções-gerais. É o que acontece com os arquivos dependentes da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), que engloba quase todos os arquivos distritais,<sup>321</sup> e o Centro Português de Fotografia, situado no Porto. Mais recentemente, e já no decorrer desta investigação, o Arquivo Histórico Ultramarino, anteriormente sob dependência do Instituto de Investigação Científica e Tropical, foi também transferido para a tutela da DGLAB.<sup>322</sup>

---

<sup>321</sup> À exceção de Braga e de Coimbra cuja competência pertence às Universidades de Braga e de Coimbra.

<sup>322</sup> A decisão superior de extinção do IICT determinou a fusão deste organismo na Universidade de Lisboa, autonomizando-se o Arquivo Histórico Ultramarino, que passou para a tutela da DGLAB. Todavia, permaneceram de fora uma grande diversidade de coleções bibliográficas, arquivísticas e também museológicas, que se encontravam no IICT, as quais estão atualmente sob gestão de uma unidade especializada criada na Universidade de Lisboa, igualmente responsável pelo património documental do Museu Nacional de História Natural e Ciência. A decisão foi tomada já no decurso da elaboração da presente dissertação, através do Decreto-Lei n.º 141/2015, de 31 de julho, o que fez com que não fosse possível confirmar a situação de outros eventuais arquivos pessoais de antigos investigadores ou de coleções, designadamente fotográficas, que eventualmente existirão e que possam ter transitado para a tutela da Universidade de Lisboa. Apenas houve possibilidade de recuperar alguma informação relativamente ao acervo arquivístico do IICT a partir do seu repositório digital - o Arquivo Científico Tropical -, que se mantém disponível na ligação <URL: <http://actd.iict.pt/>> [consult. 15-07-2017].

Além da DGLAB, deve ser destacada a existência de diversas entidades sob tutela da Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), incluindo vários museus, algumas bibliotecas e instituições arquivísticas especializadas.<sup>323</sup>

No que concerne aos estabelecimentos de ensino superior, a maior parte são pessoas coletivas públicas, dotadas de autonomia e independência, integradas na administração indireta do Estado, embora se esteja a tornar cada vez mais comum a opção de muitas universidades pelo estatuto de fundação, colocando-se na esfera do direito privado. Não é aqui considerada a divisão entre estes tipos de estatuto, pois interessa sobretudo enfatizar o peso que têm no quadro geral das instituições identificadas durante o recenseamento.

A partir da Tabela 2, e no que se refere ao número de entidades indicado, verifica-se que as 46 que estão integradas no ensino superior, se posicionam, tanto dentro da tutela pública como ao nível do total global, em segundo lugar, logo a seguir às dependentes das câmaras municipais, e ultrapassando mesmo as que estão sob tutela do Ministério da Cultura, remetidas para terceiro lugar. No que concerne ao número de arquivos sob sua responsabilidade, apesar de significativo, ele é, todavia, inferior ao das instituições tuteladas pela pasta da Cultura.

A maior parte destas entidades estão enquadradas na orgânica de universidades, sendo residual quanto aos institutos politécnicos.<sup>324</sup> A sua tipologia, à semelhança do universo das câmaras municipais, é diversa. Englobam arquivos gerais de universidades<sup>325</sup> ou especializados que funcionam no seio de institutos ou faculdades,<sup>326</sup> bibliotecas de distinta abrangência dentro da universidade em que se situam,<sup>327</sup> centros de documentação ou investigação,<sup>328</sup> museus,<sup>329</sup> e, em alguns casos, serviços integrados de informação onde se integram distintas valências, conjugando bibliotecas, arquivos e museus.<sup>330</sup>

---

<sup>323</sup> Dependem da DGPC, por exemplo, os Museus Nacionais da Música, de Arqueologia, de Arte Antiga, de Arte Contemporânea (Museu do Chiado), de Etnologia, do Azulejo, do Teatro e da Dança, do Traje, o Museu Grão Vasco e a Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, as Bibliotecas da Ajuda e de Arqueologia, assim como o Arquivo de Documentação Fotográfica e o SIPA-Sistema de Informação para o Património Arquitetónico – Arquivo do Forte de Sacavém.

<sup>324</sup> Refira-se como única exceção a Biblioteca da Escola Superior de Teatro e Cinema, do Instituto Politécnico de Lisboa.

<sup>325</sup> Como o Arquivo da Universidade de Coimbra (que presta também serviços de arquivo distrital), ou o Arquivo Histórico da Universidade de Évora.

<sup>326</sup> Tais como o Núcleo de Arquivo do Instituto Superior Técnico e o Arquivo de História Social que funciona na dependência do Instituto de Ciências Sociais – ambos os institutos enquadrados na Universidade de Lisboa.

<sup>327</sup> São várias as bibliotecas universitárias que detêm um ou mais arquivos pessoais, integrados nos seus acervos. Refira-se, apenas como exemplo, o caso da Universidade de Coimbra. Além de possuir uma Biblioteca Geral com raízes históricas amplamente reconhecidas, as suas diversas faculdades têm também bibliotecas próprias e, por vezes, igualmente especializadas, como é o caso da Faculdade de Letras.

<sup>328</sup> O exemplo mais paradigmático, pelo facto de privilegiar a recolha de materiais bibliográficos e arquivísticos, em grande parte resultantes do contributo de pessoas particulares, em torno da memória política contemporânea, é o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. No entanto, existem outros que também merecem destaque, como o Centro de Documentação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, que concentra cerca de duas dezenas de arquivos de arquitetos.

Quanto às restantes entidades identificadas no recenseamento efetuado, que se enquadram no âmbito da administração central, note-se a dispersão do seu número por diferentes tutelas, e refira-se que, tal como no caso do Ministério da Cultura, incluem organismos sob administração direta ou indireta do Estado. Em relação a estas entidades, mais do que a sua quantidade, que é relativamente reduzida, é sobretudo em função da distribuição do número de arquivos, que certos conjuntos se destacam, muito por via do contributo de algumas instituições específicas.

Nos órgãos de soberania, por exemplo, o número de arquivos distribui-se quase todo entre entidades dependentes de dois órgãos: o Arquivo Histórico Parlamentar, sob dependência da Assembleia da República; e o Museu da Presidência da República.<sup>331</sup>

Sob tutela do Ministério da Economia, o principal papel é assumido pelo Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), Instituto de Investigação e Desenvolvimento (I&D) com estatuto de Laboratório do Estado, que incorporou o Arquivo Histórico Geológico e Mineiro.<sup>332</sup>

Na dependência do Ministério dos Negócios Estrangeiros o papel principal é o do Instituto Diplomático - Arquivo Histórico-Diplomático, que gere a maior parte dos arquivos pessoais contabilizados na Tabela 2.<sup>333</sup> Um pequeno conjunto de arquivos pode ainda ser encontrado noutras entidades autónomas ou de direito privado.<sup>334</sup>

---

A estes se juntam inúmeros centros de investigação, onde é possível encontrar um ou outro arquivo pessoal relevante, como o Centro em Rede de Investigação em Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que tem atraído vários investigadores pelo facto de ali se encontrar o arquivo da historiadora Jill Dias.

<sup>329</sup> Como o Museu Nogueira da Silva e a Casa-Museu de Monção, geridos pela Universidade do Minho; o Museu de História Natural e da Ciência, o de História da Medicina Maximiano Lemos ou a Casa-Museu Abel Salazar, todos no âmbito da Universidade do Porto; o Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior; ou o Museu Nacional de História Natural e Ciência da Universidade de Lisboa.

<sup>330</sup> Como é o caso da Universidade de Aveiro, onde apesar de haver alguns centros especializados como o Centro de Estudos de Jazz, a gestão da informação relativa ao património documental se encontra dependente dos Serviços de Biblioteca, Informação Documental e Museologia. Também a Universidade dos Açores possui um serviço integrado de Biblioteca, Arquivo e Museu. Noutros exemplos, como as Faculdades de Letras das Universidade de Lisboa e do Porto, podemos encontrar sistemas de articulação entre as respetivas bibliotecas e os arquivos.

<sup>331</sup> O Arquivo Histórico da Presidência da República está também incluído entre as entidades sob tutela de órgãos de soberania, mas possui apenas um arquivo pessoal, ao passo que os restantes relativos a estes órgãos são repartidos da seguinte forma: 23 no Arquivo Histórico Parlamentar, e 19 no arquivo do Museu da Presidência.

<sup>332</sup> Em virtude desta incorporação, os fundos do arquivo do LNEG acabaram por incluir um conjunto significativo de documentação produzida e acumulada por vários indivíduos que colaboraram no passado com as Comissões Geológicas, a Direção-Geral de Minas, ou os Serviços Geológicos. Refira-se que esta documentação se encontra presentemente, na maior parte, descrita ao nível de "séries" documentais, criadas para acomodar estes casos particulares dentro de um quadro de classificação geral concebido para estruturar os acervos destes antigos organismos; tal significa que, na organização classificativa, surgem como séries integradas dentro de arquivos que correspondem a estes organismos.

<sup>333</sup> A outra entidade detentora tutelada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros é o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P., que apenas detém um arquivo (o de Fernando de Oliveira Velez Mouta) referenciado no seu catálogo e sistema de pesquisa arquivístico disponível na Internet, embora seja expectável que o desenvolvimento do tratamento do seu acervo, venha a revelar no futuro a existência de outros arquivos pessoais.

<sup>334</sup> É o caso de duas ordens profissionais, que, enquanto tal, têm juridicamente o estatuto de associações públicas: a Ordem dos Farmacêuticos, cujo Centro de Documentação Farmacêutico tem vindo a trabalhar

Finalmente, no que se refere aos Governos Regionais, destaque-se o papel fundamental desempenhado, no caso dos Açores, pelas três Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais, e na Madeira, pela respetiva Biblioteca Pública e Arquivo Regional. No conjunto, estas quatro instituições são responsáveis pela maioria dos arquivos pessoais atualmente disponíveis nas regiões autónomas,<sup>335</sup> secundadas, principalmente no caso dos Açores, por alguns museus existentes em diversas ilhas, tutelados pela Direção Regional da Cultura, e que albergam arquivos nos seus acervos.<sup>336</sup>

No que diz respeito à distribuição das entidades sob tutela privada, as fundações, as associações e as cooperativas são os tipos principais de regime jurídico que se aplicam às instituições detentoras ou fornecedoras de conteúdos relativos a arquivos pessoais. No grupo das fundações, a maior parte dos arquivos concentra-se, tal como acima já se referiu, na Fundação Mário Soares e na Fundação Calouste Gulbenkian.<sup>337</sup>

Quanto às entidades com estatuto associativo, estas são muito diversas, em relação à sua principal missão, nem todas assumindo a valorização do património arquivístico e cultural de que são detentoras como objetivo primordial. Todavia, em algumas as respetivas bibliotecas ou arquivos, e até museus, são considerados determinantes na sua projeção junto da comunidade em geral.<sup>338</sup>

As misericórdias estão também presentes – quase sempre através de arquivos pessoais recebidos em resultado de legados de particulares –, da mesma forma que as entidades

---

no sentido de recolher a memória ligada à atividade, tendo incorporado alguns conjuntos documentais e incentivado doações; e a Ordem dos Advogados, que possui na sua Biblioteca um pequeno grupo de arquivos pessoais.

<sup>335</sup> Dos 158 arquivos indicados na Tabela 2, 134 estão sob dependência dos quatro arquivos regionais. No caso específico da Madeira, apenas 1 dos 39 indicados não integra o respetivo acervo, estando por ora à guarda do Museu Quinta das Cruzes, sendo expectável que, ainda assim, venha no futuro a ser integrado no Arquivo e Biblioteca Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.

<sup>336</sup> Sendo preponderantes, no âmbito dos museus das várias ilhas, os arquivos do Museu de Angra do Heroísmo.

<sup>337</sup> Entre ambas, reúnem 262 dos 303 arquivos indicados na Tabela 2, repartindo-se os remanescentes entre as outras fundações, nas quais se incluem, por exemplo, a Fundação Casa de Bragança, a Fundação António Quadros, a Fundação Portuguesa das Comunicações ou a Fundação Inês de Castro, responsáveis pela guarda e difusão de alguns arquivos pessoais, como se pode verificar no Anexo I.

<sup>338</sup> Dos 24 casos de entidades de tipo associativo que fazem parte do número apresentado na Tabela 2, salientamos apenas, por terem à sua guarda a maior parte dos arquivos identificados neste grupo, a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Sociedade Portuguesa de Autores, a Associação de Jardins-Escola João de Deus (uma IPSS que se destaca pelo Museu João de Deus e respetiva biblioteca e arquivo), a Sociedade Martins Sarmento, e a Associação Património Histórico – PH Grupo de Estudos (sedeada nas Caldas da Rainha). Nestas, e noutras associações, porém, o estado de tratamento documental dos diversos arquivos pessoais é muito díspar, estando alguns descritos e disponíveis ao público, em diferentes graus, e sendo até objeto de ações de valorização através de exposições e outros eventos, e de difusão nos respetivos websites, como acontece com a Associação Património Histórico e a Associação de Jardins-Escola João de Deus. Noutras situações, como a Sociedade de Geografia de Lisboa, existe consulta pública, mesmo que a descrição dos arquivos não siga padrões arquivísticos. Noutros ainda não há qualquer descrição ou acesso aos arquivos, apesar de a sua existência ser mencionada em informações fornecidas pelas entidades nos seus websites oficiais, como acontece, por exemplo, com a Sociedade Portuguesa de Autores.



ligadas ao ensino superior privado,<sup>339</sup> o mesmo acontecendo com algumas entidades subordinadas à Igreja, e outras com formas jurídicas distintas que assumem carácter residual no panorama global.<sup>340</sup>

Por fim, refira-se que no âmbito da tutela público-privada se situa apenas uma entidade com estatuto fundacional, a Fundação de Serralves, que conta com participação do Estado e de vários organismos privados.

Cumprе salientar que no que se refere à partilha de responsabilidades na preservação de arquivos pessoais, no que respeita a organismos de tutela pública ou privada, não existe, salvo raras exceções, uma componente impositiva por parte do Estado, quanto à sua salvaguarda.<sup>341</sup> Raramente um arquivo pessoal foi preservado porque o Estado assim o exigiu. Excetuando casos paradigmáticos, como os arquivos de Oliveira Salazar,<sup>342</sup> de Marcelo Caetano,<sup>343</sup> ou de Fernando Pessoa,<sup>344</sup> tem sido rara a classificação de arquivos pessoais como bens arquivísticos tidos como de interesse patrimonial, com as responsabilidades daí inerentes previstas na legislação, designadamente as previstas na Lei n.º 107/2001, que estabeleceu as bases de para a política e o regime de proteção e valorização do património cultural.<sup>345</sup>

---

<sup>339</sup> Com particular destaque para entidades superiormente dependentes da Universidade Católica Portuguesa, nomeadamente as suas bibliotecas centrais de Lisboa e Porto, e centros de investigação que deram especial atenção ao setor dos arquivos, com relevância para o Centro de Estudos de História Religiosa - CEHR. Estas entidades da Universidade Católica Portuguesa, entre si, detêm fisicamente ou fornecem conteúdos sobre 29 dos 30 arquivos identificados, no que respeita aos estabelecimentos de ensino superior privado.

<sup>340</sup> Como é o caso de uma organização sindical que possui um arquivo estruturado e acessível, com acesso a descrições arquivísticas através da Internet – a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN).

<sup>341</sup> Segundo a Constituição da República (Art.º 78.º), incumbe ao Estado “promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum” (n.º 2, alínea c).

<sup>342</sup> Documentação tornada pública nos termos do ponto 1, do artigo 1.º, do Decreto-Lei n.º 33, de 31 de Janeiro de 1985, tendo o arquivo de Salazar sido declarado coisa dominial única, constituindo propriedade do Estado.

<sup>343</sup> Arquivo classificado como bem arquivístico nacional por Portaria n.º 485/2002 (2.ª série), de 14 de Março de 2002.

<sup>344</sup> O Estado procedeu à classificação do espólio de Fernando Pessoa pelo Decreto n.º 21/2009, de 14 de Setembro, considerando-o uma “universalidade de facto composta por todos os documentos produzidos ou reunidos por Fernando Pessoa, seja na forma de manuscritos autógrafos, isolados ou integrados em documentos de terceiros, assinados ou não, de datiloscritos ou tiposcritos, com ou sem intervenção autógrafa, assinados ou não”. Contudo, o processo de classificação já veio tarde no tempo, não tendo impedido nem a dispersão a que o arquivo foi sujeito durante largos anos, nem que a comercialização de documentos da sua autoria, que se continua a fazer, mesmo que o Estado possa exercer nesse domínio o direito de preferência na respetiva aquisição.

<sup>345</sup> A lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, estabelece “as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura” (Art.º 1.º). O património cultural é aqui entendido como o conjunto de “todos os bens que [sejam] testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante (...)” (Art.º 2.º, n.º 1). A mesma lei cria um mecanismo de proteção e valorização dos bens considerados de interesse público, ou de interesse nacional (Art.º 15.º, n.ºs 4 e 5), entre os quais os arquivos, através da sua classificação, entendida esta como o ato final do procedimento administrativo mediante o qual se determina que certo bem possui um inestimável valor cultural (Lei 107/2001, Art.º 18.º, n.º 1).

Os processos de classificação abrangem apenas uma ínfima parte do total dos arquivos privados existentes, embora a Lei 107/2001 preveja um procedimento de inventariação,<sup>346</sup> que poderia ser invocado para fundamentar a intervenção e investimento do Estado em processos de preservação, e para envolver a sociedade civil nas questões da salvaguarda do património arquivístico. Porém, existe uma grande escassez de estudos sobre a análise dos processos de classificação de arquivos privados e sobre os seus efeitos, pelo que uma maior pesquisa nesta área pode constituir um pilar importante para fundamentar as políticas de atuação quanto à sua preservação.

Alguns trabalhos ajudam a compreender as dificuldades do Estado em aplicar a legislação no sentido da classificação ou aquisição de bens culturais considerados relevantes. Em 2004, a propósito da salvaguarda das gravuras de Foz Côa, José Casalta Nabais alertou para a necessidade de se proceder “a uma ponderação permanente entre a defesa e a valorização do património cultural e a salvaguarda de outros bens ou valores constitucionais, designadamente os consubstanciados nos direitos, liberdades e garantias fundamentais, como, por exemplo, os direitos de propriedade privada, de reserva da vida privada individual, familiar e comunitária, da liberdade religiosa, de preservação da vida comunitária e do correspondente pressuposto ou suporte económico” (Nabais, 2004, 2010, 22).

Lucília Runa, a propósito dos arquivos de personalidades políticas, salientou que a classificação desagradava frequentemente aos seus proprietários, pelo facto de até a simples inventariação, acarretar obrigações acrescidas,<sup>347</sup> diminuindo igualmente o valor comercial, sendo que as contrapartidas dadas pelo Estado nem sempre conseguem colmatar essa quebra, além de nem sempre se conseguir evitar os problemas a que pretendeu obviar, designadamente a salvaguarda da integridade e preservação dos arquivos. Por isso, a autora salientou o mais importante é “preservar a integridade dos fundos, ou seja, impedir que se desmembrem, seja pela partilha entre herdeiros seja pela venda em parcelas, impedir que sejam exportados, garantir a sua preservação física e o acesso por parte dos cidadãos” (Runa, 2004, 147-148).

---

<sup>346</sup> Entende-se por inventariação o levantamento sistemático, atualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes a nível nacional, com vista à respetiva identificação (Art.º 19.º, n.º 1). O inventário abrange os bens independentemente de a sua propriedade ser pública ou privada (Art.º 19.º, n.º 2).

<sup>347</sup> Segundo a Lei n.º 107/201, os proprietários, possuidores e demais titulares de direitos reais sobre bens que tenham sido classificados ou inventariados ficam especificamente com os seguintes deveres: facilitar à administração do património cultural a informação que resulte necessária para execução da lei; conservar, cuidar e proteger devidamente o bem, de forma a assegurar a sua integridade e a evitar a sua perda, destruição ou deterioração; adequar o destino, o aproveitamento e a utilização do bem à garantia da respetiva conservação (Art.º 21.º, n.º 1); observar o regime legal instituído sobre acesso e visita pública; executar os trabalhos ou as obras que o serviço competente, após o devido procedimento, considerar necessários para assegurar a salvaguarda do bem (Art.º 21.º, n.º 2).

De facto, a própria utilização do instrumento de classificação pode tornar maior o interesse de colecionadores e tentadora a venda isolada, motivando a ocultação de uma parte dos arquivos, depois justificada como não tendo interesse para os investigadores mas apenas para os colecionadores. António Ramalho, a propósito do processo de classificação do “espólio” de Fernando Pessoa, refere que a mesma “é uma questão jurídica, mas é igualmente uma questão financeira”. Considerando que o interesse por Fernando Pessoa não se circunscreve ao território nacional, salienta que “as limitações à movimentação, bem como a polémica em torno da posse e do estatuto dos documentos”, têm reflexo no número dos licitadores e nos valores que os lotes [podem] alcançar” (Ramalho, 2011, 41). A esse propósito, Ramalho considera que os instrumentos que o Estado dispõe alteram as relações entre as partes. Têm como efeito, ou causa perniciosa, por um lado, uma compensação pelas dificuldades financeiras do Estado e, por outro, a intervenção sobre direitos legítimos dos cidadãos. O caso de Fernando Pessoa é exemplo da necessidade de (re)pensar a política de aquisições e os instrumentos ao alcance do Estado, o que implica ponderar entre a proteção do património cultural e a salvaguarda de direitos constitucionalmente reconhecidos dos cidadãos (Ramalho, 2011, 43).

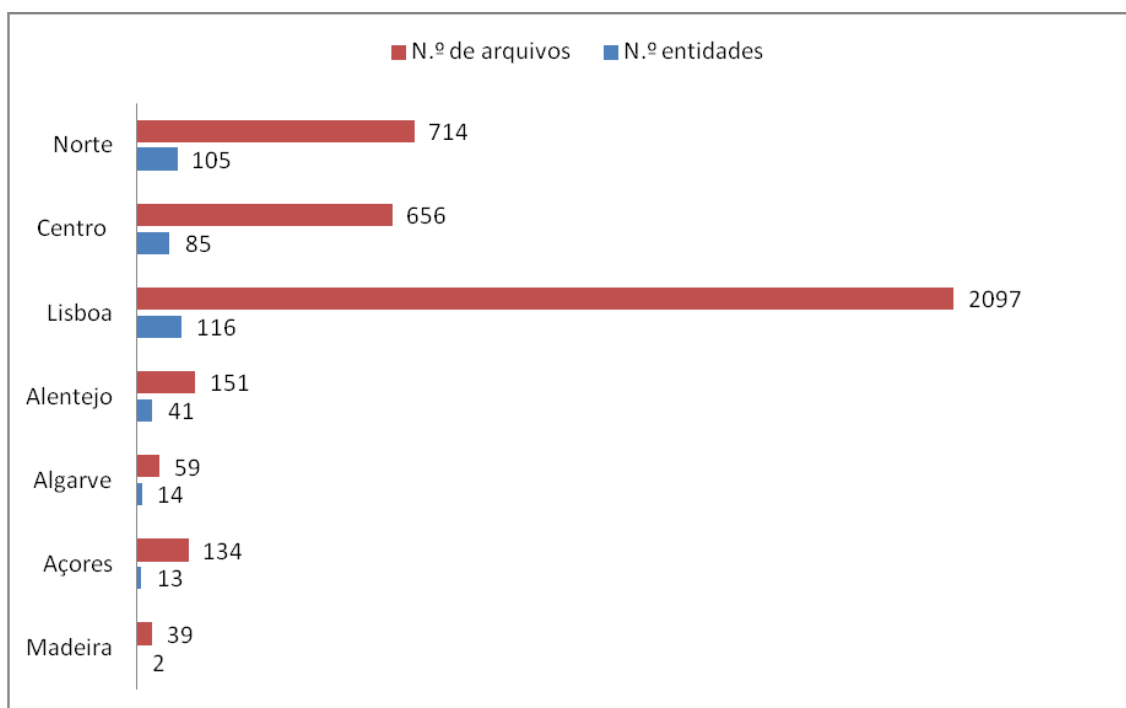
No entanto, como se viu, a tutela pública continua a ser a que detém maior relevo no que respeita ao número de arquivos pessoais preservados, repartidos por diversas entidades. Tal facto deriva da própria história e política de aquisições das diferentes instituições que os incorporaram, mas também por, geralmente, se entender que as entidades do setor público oferecem melhores garantias e condições de conservação e tratamento técnico, o que não significa que não existam casos de sucesso e de grande potencial no âmbito privado.

Assim, e muito embora a legislação arquivística e de proteção do património cultural contenha diversas disposições relativas aos arquivos particulares, e mesmo que o Estado continue a desempenhar o principal papel na sua conservação, o setor privado continuará a atuar neste domínio, podendo até desenvolver-se à margem de qualquer controlo, já que a iniciativa privada se tem mostrado bastante relevante, como se teve oportunidade de indicar.

### **5.3. Distribuição territorial**

O recenseamento elaborado teve, como já se referiu, uma abrangência nacional. No entanto, as 376 entidades identificadas não se distribuem de forma idêntica por todo o território, e o fenómeno é mais evidente se nos focarmos nos arquivos que integram o universo dos 3850 casos que foram reconhecidos.

No que respeita às regiões do continente e ilhas, definidas em função das divisões estabelecidas ao nível II das NUTS para o território nacional, é patente que a generalidade das entidades detentoras, se concentra no Norte, no Centro e na Área Metropolitana de Lisboa, o mesmo se passando com a distribuição dos arquivos, conforme sistematizado na Figura 3. Estas três regiões reúnem 306 entidades do total, ou seja 81%, sendo que a diferença numérica do número de entidades em cada uma delas não é muito significativa. Lisboa apresenta maior número de entidades, embora seja seguida, de perto, pelo Norte do país, e a região Centro não se afasta significativamente destas. As restantes regiões a sul (Alentejo e Algarve), e as autónomas dos Açores e Madeira, foram aquelas onde se identificou menos instituições detentoras de arquivos pessoais, o que não significa que algumas não tenham, na região em que se inserem, um papel de dinamização, e de relevo, no setor arquivístico ou cultural.



**Figura 3 – Distribuição regional das entidades detentoras e dos arquivos**

*Fonte:* Elaboração própria, com base nos dados recolhidos.

Porém, no que diz respeito à distribuição regional do número de arquivos, a Área Metropolitana de Lisboa distancia-se significativamente das regiões Norte e Centro, estas duas aliás muito próximas uma da outra, no que concerne ao total de casos identificado em cada uma. A preponderância da Área Metropolitana de Lisboa é um dado que não constitui surpresa, até porque é em torno da capital que se concentram muitos organismos dependentes da

administração central, e também do setor privado, os quais, ao longo do tempo, têm incorporado grande parte do património arquivístico proveniente de entidades privadas.<sup>348</sup>

Uma verificação da distribuição, numa base concelhia, das entidades incluídas no recenseamento e dos respetivos acervos, permite um olhar mais fino para as realidades nacionais. Por um lado, coloca em evidência um dado adquirido – o da preponderância da orla litoral e o da nula ou escassa expressão dos territórios do interior. No entanto, por outro lado, também permite pôr em destaque algumas singularidades locais, com entidades que, pela relação com a comunidade em que se inserem, são exemplo de dinâmicas valiosas no setor cultural.

Há concelhos onde existem instituições com potencial para conquistar a confiança e adesão das comunidades em que se inserem, e que através de projetos concretos, ou da sua afirmação como entidades sólidas no panorama cultural, têm conseguido que sejam colocados à sua guarda arquivos pessoais importantes, assumindo e vendo, assim, reconhecido o seu papel na preservação, difusão e mediação da memória dos indivíduos, das suas famílias e das suas formas de expressão social.

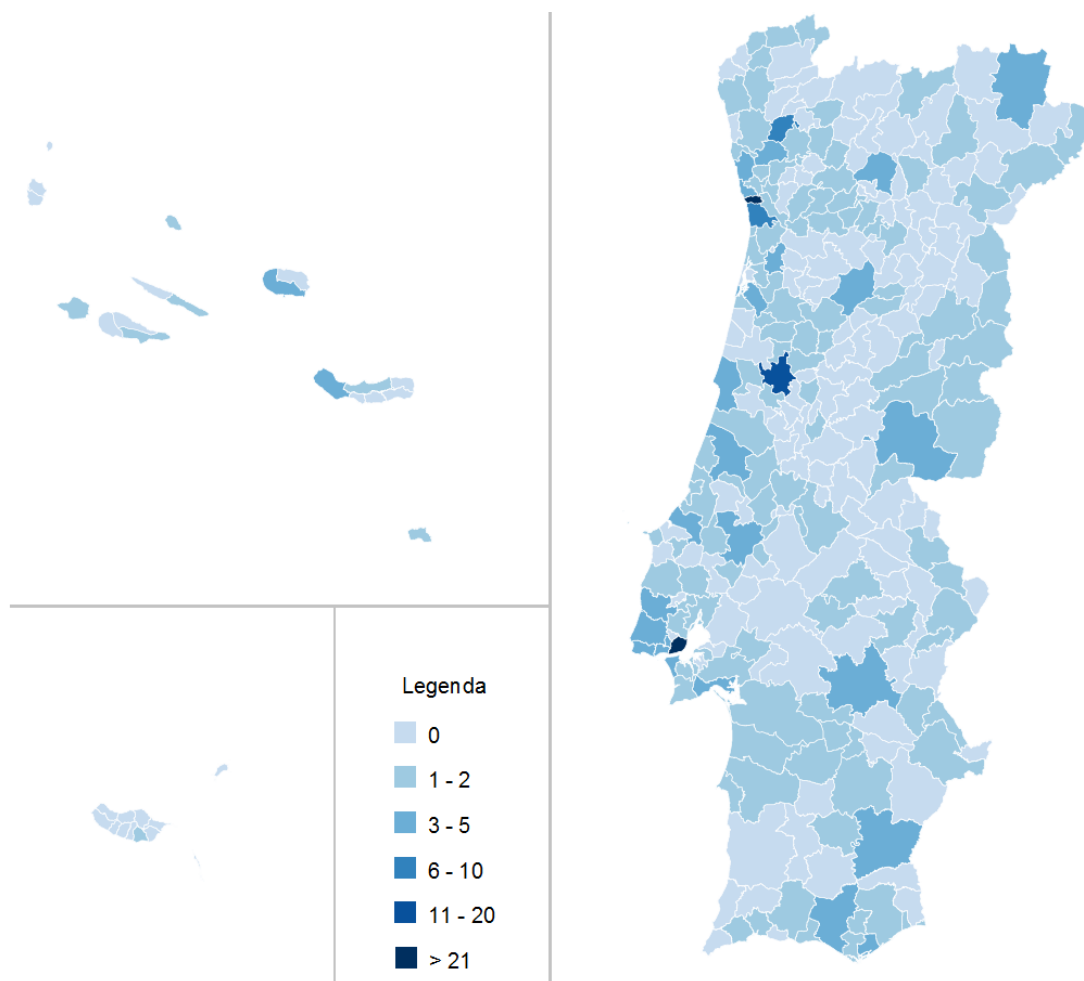
A presença de casos singulares, em concelhos distantes das grandes cidades próximas do litoral, pode vir a ser relevante para se equacionar o potencial de deslocalização do património arquivístico e de valor histórico-cultural para outros locais, evitar que o existente seja transferido para os grandes centros político-económicos, incentivando ao mesmo tempo o desenvolvimento e estabelecimento de instituições como arquivos, bibliotecas e museus, com capacidade de captar público e, conseqüentemente, recursos económicos e bens de valor cultural.

Na figura 4, podemos observar a distribuição das entidades do presente universo de análise pelos 308 concelhos nacionais, incluindo os das Regiões Autónomas. Em cerca de metade do país (151 concelhos) não foi identificada qualquer entidade detentora de arquivos pessoais. Não significa isso que estes não possuam instituições, como arquivos ou museus, sendo raro o concelho que não dispõe, pelo menos, de uma biblioteca; apenas se pode afirmar que a captação de arquivos pessoais e de registos relacionados com a memória individual não é um fator determinante para as instituições neles existentes.

Quanto à distribuição geográfica destas entidades, pelos remanescentes concelhos, a mesma consta da figura 4, em que se verifica que predomina o vazio em largas zonas do interior do continente. Nas Regiões Autónomas a concentração ocorre principalmente em torno das principais cidades.

---

<sup>348</sup> Refira-se das 116 entidades identificadas na figura 3 relativamente à Área Metropolitana de Lisboa, 81 delas situam-se no concelho de Lisboa, representando, deste modo, 21,5% do total nacional. Só neste mesmo concelho foi possível contabilizar 1726 arquivos, o que corresponde a 44,8% do universo total que foi identificado.



**Figura 4 – Número de entidades detentoras por concelho**

*Fonte:* Elaboração própria, com base nos dados recolhidos.

No caso do continente, numa análise de norte para sul, e seguindo os concelhos de acordo com a sua inclusão nas regiões abrangidas ao nível NUTS II, tanto na Região Norte como na Região Centro, quase metade dos concelhos não têm entidades detentoras de arquivos pessoais, como pode ser verificado na Tabela 3, o que, comparando com o mapa da Figura 4, vem reforçar o peso que é assumido pelos concelhos situados mais próximos da orla costeira.

**Tabela 3 – Número de concelhos com entidades detentoras, por região**

<b>Região (NUTS II)</b>	<b>Total de concelhos</b>	<b>Concelhos sem entidades</b>
Norte	86	40
Centro	100	50
Lisboa	18	3
Alentejo	58	31
Algarve	16	6
Açores	19	11
Madeira	11	10
Totais	308	151

*Fonte:* Elaboração própria, com base nos dados recolhidos.

Já na Área Metropolitana de Lisboa, apenas 3 concelhos, dos 18 por esta abrangidos, não apresentam qualquer entidade detentora.

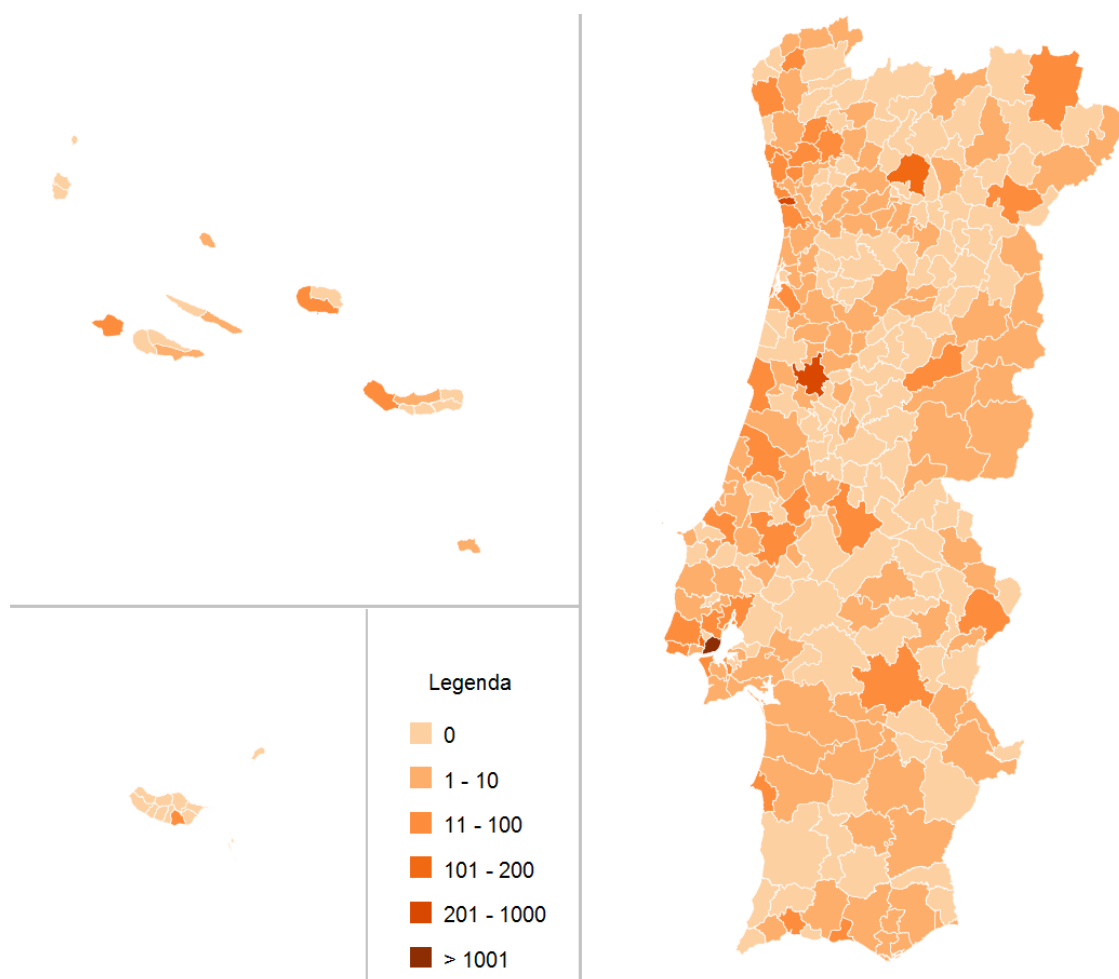
No Alentejo são muitos os concelhos que também não se encontram representados, embora nesta região, e confrontando novamente com o mapa da figura 4, não seja tão significativo o peso da orla costeira, pois existem diversos situados no interior que se evidenciam e onde existem entidades que, em maior ou menor grau, assumem algum relevo no que se refere à presença de arquivos que foram identificados.

Quanto ao Algarve, 6 dos seus 16 concelhos não revelaram entidades detentoras de arquivos pessoais, embora deva ser referido que ali se tem registado, nos últimos anos, uma aposta no desenvolvimento de arquivos municipais, para o que tem também contribuído a dinâmica que se imprimiu na região com estabelecimento da Rede de Arquivos do Algarve,<sup>349</sup> por sua vez conjugada com a aposta de algumas câmaras na criação de museus.

Se, noutra perspetiva, se confrontar a disseminação de arquivos pelo território, também numa base concelhia, presente na figura 5, com a respetiva distribuição das entidades, verifica-se que alguns se evidenciam, constituindo exemplo das singularidades locais a que se aludiu.

---

<sup>349</sup> A Rede de Arquivos do Algarve (RAalg) partiu de uma proposta do Arquivo Distrital de Faro e constitui uma infraestrutura informal que se assume como uma “plataforma de partilha de conhecimento, experiências, discussão de políticas e abordagens profissionais, um veículo de promoção de boas práticas nas organizações, e um repositório de pesquisa aberto à comunidade científica”, conforme consta da sua Carta de Princípios. Cf. URL:<https://rededearquivosdoalgarve.wordpress.com/rede/carta-de-principios/> [consult. 16-07-2017].



**Figura 5 – Número de arquivos por concelho**

*Fonte:* Elaboração própria, com base nos dados recolhidos.

Na região Norte, por exemplo, o maior número de arquivos identificados situa-se, tal como no caso das entidades detentoras, nos concelhos próximos da orla costeira, destacando-se o Porto, mas também outros concelhos, como Paredes de Coura, Viana do Castelo, Guimarães, Braga ou Famalicão, que reúnem várias instituições.<sup>350</sup>

Todavia, mais para o interior, outros casos se destacam. Em Bragança, a par do Arquivo Distrital e do Museu Abade de Baçal, que reúnem a maior parte dos arquivos pessoais identificados no concelho, assiste-se ao despontar de outras entidades no setor cultural que

---

<sup>350</sup> Veja-se os casos identificados no primeiro anexo do segundo volume da dissertação.



têm procurado captar público, com recurso, por exemplo, à divulgação de coleções fotográficas, de que é exemplo o Centro de Fotografia Georges Dussaud.<sup>351</sup>

Também a Norte, Vila Real destaca-se em ambas as figuras 4 e 5. Tal deve-se, em boa parte, às incorporações recentes de alguns fundos documentais na Biblioteca Municipal, mas sobretudo ao investimento feito pelo Museu do Som e da Imagem, integrado na rede museológica do município, que tem impulsionado a preservação dos registos da memória visual da região (fotografias, filmes e objetos relacionados), em estreita articulação com a comunidade local.<sup>352</sup>

Igualmente exemplar, na região Norte, é o concelho de Torre de Moncorvo, onde a respetiva autarquia apostou na criação e desenvolvimento de instituições como o Centro de Memória, o qual assumiu, desde o início, o propósito de se tornar um “repositório da história e da memória” local, recolhendo, preservando, estudando e divulgando “os documentos, os artefactos, as ideias e os ideais, as tradições, em suma a cultura e a natureza dos moncorvenses”, alargando essa recolha das “figuras notáveis” à da memória da “gente comum”, constituindo-se simultaneamente como um arquivo, uma biblioteca e um espaço museológico.<sup>353</sup> A esta entidade também se junta o Núcleo Museológico de Fotografia do Douro Superior, que apesar de ser uma iniciativa privada, conta com o suporte do município de Torre de Moncorvo para apoio à sua gestão.

Na região Centro, se é a cidade de Coimbra aquela que, evidentemente se evidencia, e em torno da qual orbitam várias instituições, em grande parte ligadas à respetiva Universidade, há outros concelhos da zona litoral que a ela se juntam, como Aveiro, Figueira da Foz e Leiria. Para o interior, merecem destaque alguns casos particulares, como os de Abrantes ou da Covilhã.

---

<sup>351</sup> O Centro de Fotografia Georges Dussaud, inaugurado em 2013 e tutelado pela Câmara Municipal de Bragança, configura-se essencialmente como uma galeria de arte, podendo ser caracterizado como uma instituição especializada de âmbito museológico. Todavia, a partir da divulgação dos trabalhos do fotógrafo Georges Dussaud, com base numa primeira aquisição para uma exposição, o Centro tem continuado a incorporar registos visuais produzidos por este fotógrafo, sendo responsável pela sua conservação e difusão. Mais recentemente, em 2015, através de um protocolo com o Instituto Politécnico de Bragança, o Centro tomou à sua guarda uma coleção produzida pelo fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado, resultante de uma exposição e que o Instituto adquirira anos antes.

<sup>352</sup> O Museu nasceu da necessidade de preservar o acervo do antigo Teatro Avenida, na posse da autarquia, o qual está na génese do seu projeto museológico. Porém, a ele rapidamente se juntaram numerosas peças adquiridas, bem como doações e depósitos de diversas instituições e colecionadores particulares, reunindo hoje um significativo arquivo audiovisual. O seu acervo continua a ser enriquecido pela colaboração de muitas pessoas através do empréstimo de fotografias e filmes para reprodução digital, o que torna o Museu do Som e da Imagem um exemplo da afirmação do papel das instituições de memória como mediadoras da informação proveniente das pessoas e das comunidades, assente principalmente no valor da informação que elas podem fornecer, e menos no suporte físico do documento original.

<sup>353</sup> Veja-se a apresentação do Centro de Memória de Torre de Moncorvo em <URL://www.cm-moncorvo.pt/centro-de-memoria/introducao> [consult. 10-07-2017].

No caso de Abrantes, é no Arquivo Municipal Eduardo Campos que se concentra a maior parte dos arquivos pessoais identificados. A Covilhã marca a sua posição através do Museu de Lanifícios, sob tutela da Universidade da Beira Interior, onde além da preservação do património arqueológico ligado à indústria dos lanifícios, se procurou também salvaguardar arquivos relacionados com a história empresarial e industrial, suscitando a criação de um centro de documentação que acolhe alguns arquivos pessoais, familiares e empresariais com ligação ao setor.

O Alentejo, tal como se referiu, evidencia-se pelo facto de não serem tanto os concelhos da zona costeira que mais sobressaem, embora em Sines se deva mencionar o mérito do respetivo arquivo municipal, que tem conseguido atrair um número substancial de arquivos particulares.<sup>354</sup> Concelhos como Évora ou Elvas, mas também Moura, Vila Viçosa, e Mértola, entre outros, demonstram que é possível, mesmo longe da atração dos grandes centros urbanos da orla costeira, o desenvolvimento de entidades que assegurem a preservação de arquivos.

Évora beneficia do facto de se constituir como uma cidade reconhecida como património da Humanidade, atraindo pessoas de fora da comunidade local, e onde foi feito um significativo investimento na área cultural, para o que contribui também a presença e o papel da respetiva Universidade, e a sua afirmação nacional e internacional como polo de ciência, investigação, educação e cultura. Não é, pois, de estranhar que aqui se concentre um número significativo dos arquivos identificados, distribuídos maioritariamente entre a Biblioteca Pública, o Arquivo Histórico da Universidade e o Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal.

No que respeita a Elvas, é no Arquivo Municipal que se concentram os arquivos pessoais identificados. Trata-se de uma entidade de criação recente – foi inaugurado em 2006 –, para a qual se transferiram os fundos documentais do município, até então à guarda da biblioteca municipal.<sup>355</sup> Noutros concelhos, como Moura, é também ao Arquivo Municipal que se deve a sua inclusão no recenseamento, e onde foram identificados alguns arquivos pessoais.

---

<sup>354</sup> À semelhança de outros arquivos municipais, o investimento na recolha de registos da memória local com recurso à contribuição de pessoas particulares e de coletividades está patente na recente criação do projeto “Mosaico das Memórias de Sines”, através do qual se tem apelado à disponibilização de fotografias, documentos, livros e outros testemunhos relevantes para a história do concelho. O arquivo oferece a possibilidade para os receber como oferta ao município, mas também através do estabelecimento de formas de colaboração em que esses registos podem ser simplesmente digitalizados e posteriormente devolvidos aos seus proprietários.

<sup>355</sup> Na generalidade, os arquivos pessoais que constam da lista de fundos do arquivo municipal são de reduzida dimensão, alguns constituídos apenas por um livro ou poucos maços. Não se tratam de doações recentes, mas de documentação que estava à guarda do município há longa data, em alguns casos, desde o século XVIII, e sob cujas formas de incorporação pouco ou nada se sabe. No entanto, o arquivo municipal, poderá vir no futuro, com o necessário investimento junto da comunidade, a constituir-se como um polo de captação de novos arquivos.

Em Vila Viçosa é em instituições de tutela privada que estes se concentram, em particular na Fundação da Casa de Bragança, em cujo arquivo histórico se encontra a grande maioria da documentação relacionada com a antiga Casa Real, bem como de personalidades que com ela tiveram ligação, antes e depois da implantação da República, ou que tiveram intervenção de relevo na política portuguesa durante a monarquia, tendo ainda incorporado, por doação ou compra, documentação relacionada com outras personalidades da cultura portuguesa contemporânea.<sup>356</sup> Há ainda que referir o Grupo de Amigos de Vila Viçosa, associação que procurou preservar parte do arquivo de Florbela Espanca, que entretanto se dispersou por várias entidades.

Quanto a Mértola, ressalte-se o Campo Arqueológico, entidade com estatuto associativo que disponibiliza uma biblioteca onde se encontra boa parte do arquivo do Professor e historiador José Mattoso, além de algumas coleções fotográficas com interesse para a arqueologia e para a história da região.<sup>357</sup>

No Algarve, os concelhos com entidades que têm incorporado maior número de arquivos do âmbito pessoal e familiar são principalmente Portimão, Albufeira, Vila Real de Santo António, Olhão e Loulé. Todavia, é o primeiro que assume o maior relevo na região quanto ao número de arquivos identificados, em virtude da atividade desenvolvida pelo Museu de Portimão, que agrega ao núcleo museológico um centro de documentação e um arquivo “histórico”, no qual se tem incorporado numerosos conjuntos documentais provenientes de entidades particulares, desde pessoas singulares, famílias a empresas. Segue-se-lhe o concelho de Albufeira por via do seu Arquivo Municipal.<sup>358</sup> Nos restantes concelhos, são igualmente arquivos municipais e alguns museus que se evidenciam como os principais responsáveis pela captação deste tipo de bens arquivísticos junto das respetivas comunidades.<sup>359</sup>

---

<sup>356</sup> Refiram-se, entre outros, os arquivos do diplomata Luís Maria Pinto de Soveral (1851-1922), do conselheiro Aires de Ornelas e Vasconcelos (1886-1930), e também os de Fernando de Campos (1891-1958) e de Júlio da Costa Pinto (1883-1969), que tiveram estreitas ligações com a causa monárquica durante a I República e primeiras décadas do Estado Novo, ou ainda o do escritor e antigo secretário da Academia das Ciências de Lisboa Joaquim António Leitão Júnior (1875-1956).

<sup>357</sup> No concelho de Mértola, assinala-se ainda a Fundação Serrão Martins, que teve como principal instituidora a respetiva Câmara Municipal, a qual recebeu, em 2004, por doação, parte do arquivo pessoal do engenheiro civil e de minas José Augusto César das Neves Cabral (1827-1903), que trabalhou na área de São Domingos, especificamente no que respeita à sua exploração mineira. Refira-se igualmente a Casa das Artes Mário Elias que, no período em que o recenseamento foi efetuado, tinha sob sua guarda documentação que pertenceu ao artista, falecido em 2011, que deu o nome a esta entidade cultural criada no âmbito de um projeto de colaboração entre a Junta de Freguesia de Mértola e a Câmara Municipal.

<sup>358</sup> Cujo número de arquivos ali identificados se deve sobretudo à presença de um significativo número de conjuntos de fotografias cedidas por várias pessoas, integrados num grupo designado, pelo Arquivo Municipal, por “Fotografias de Família”.

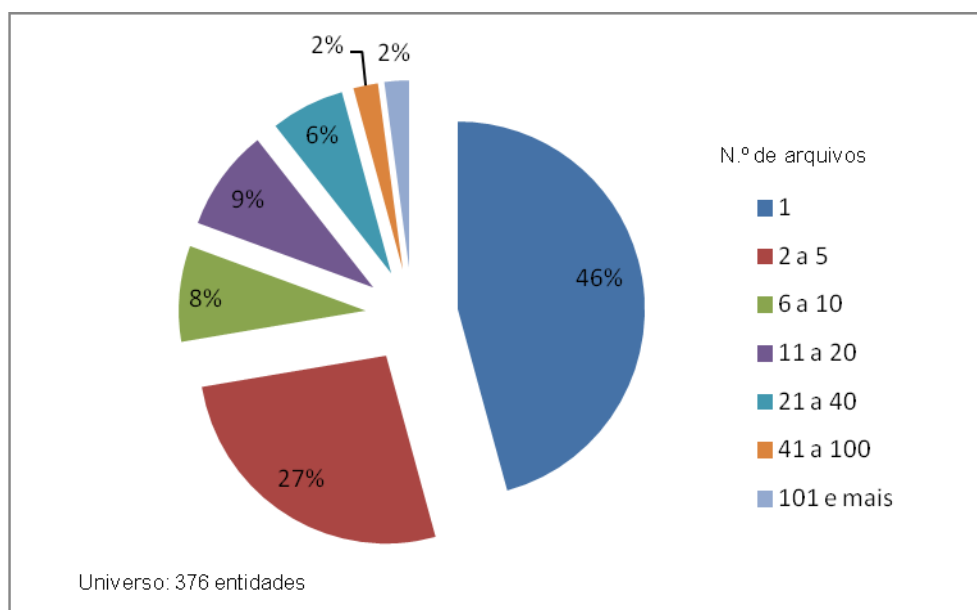
<sup>359</sup> Embora se encontrem também no Algarve algumas bibliotecas onde estão depositados arquivos pessoais, ainda que o seu número seja diminuto no cômputo geral da região, conforme se pode verificar pela consulta ao Anexo I, do segundo volume da dissertação. Todavia, merece ser evidenciado o arquivo do professor Joaquim da Rocha Peixoto Magalhães (1909-1999), depositado pela família na Biblioteca da Universidade do Algarve que procedeu à sua catalogação (Mendes, 2013).

No que respeita às Regiões Autónomas, e tal como antes se referiu a propósito da análise das entidades sob tutela dos respetivos Governos, é nas Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais que se concentra a maior parte dos arquivos pessoais, não sendo, pois, de estranhar que se salientem concelhos como o Funchal, e aqueles onde estão sedeados os três Arquivos Regionais açoreanos, ou seja, Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada.

#### 5.4. Distribuição de arquivos por entidades

Nos pontos anteriores procurou abordar-se os dados resultantes do recenseamento efetuado, analisando as entidades detentoras identificadas, bem como o cômputo global dos arquivos abrangidos, em função da sua distribuição por tipo de tutela e numa perspetiva geográfica. Nessa análise, salientaram-se alguns exemplos de instituições que se destacam no panorama nacional, e nas quais se incluem as mais diversas tipologias de entidades. Contudo, seu grau de envolvimento na preservação, tratamento e difusão de informação de arquivos pessoais de que são detentoras ou sobre os quais fornecem conteúdos, é bastante díspar entre si, devendo este fator ser igualmente considerado, por representar significados distintos.

Se for utilizado, como indicador de análise, o número de arquivos por entidade detentora, iremos encontrar várias instituições que se destacam por assumirem responsabilidade por uma quantidade significativa. Todavia, a realidade é que a esmagadora maioria apenas detém um escasso número. Conforme se pode verificar na figura 6, 46% das entidades identificadas apenas possui um arquivo, e 27% tem entre dois a cinco.

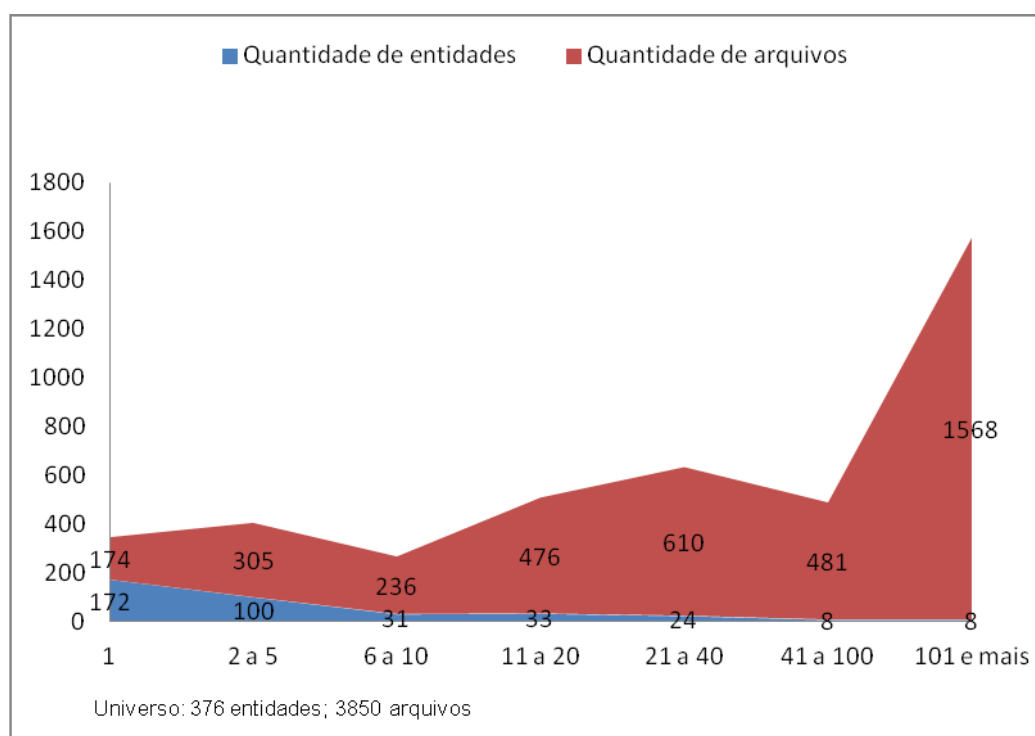


### **Figura 6 – Entidades detentoras em função do número de arquivos**

*Fonte:* Elaboração própria, com base nos dados recolhidos.

Por outro lado, as duas fatias da figura 6 relativas às entidades detentoras que possuem mais de 41 arquivos (2%) e das que ultrapassam a centena (também 2%), representam apenas 4% do total de entidades – sendo que esta percentagem diz respeito a 16 entidades de um universo total de 376. É nestes dois pequenos grupos de entidades que se concentra a maior parte dos arquivos, respetivamente, 481 e 1568, conforme se pode verificar na figura 7, totalizando 2049 casos – ou seja, 53% do total dos 3850 identificados no decurso do recenseamento.

Estes dados significam que há um grupo de instituições nas quais é evidente existir um investimento substancial no domínio da salvaguarda da memória e das atividades dos indivíduos. No entanto, é necessário ter presente fatores que podem influenciar a consideração do grau de envolvimento das entidades neste domínio. O facto de, em algumas, existirem numerosos arquivos não significa, necessariamente, que as mesmas estejam especialmente vocacionadas para a sua preservação, podendo as respetivas instituições ter outros fins como principais, ou ao mesmo nível. Num sentido inverso, o facto de uma instituição ter apenas um ou poucos arquivos, não implica que estes não se encontrem no centro das suas atenções, ou que não sejam primordiais no cumprimento das respetivas missões.



**Figura 7 – Distribuição dos arquivos e entidades detentoras, em função do seu número**

*Fonte:* Elaboração própria, com base nos dados recolhidos.

A atribuição de valor a estes arquivos, para efeitos de preservação a longo prazo, e a sua incorporação nos acervos das entidades que atualmente os detêm, podem derivar de distintas decisões e atos de seleção de informação: podem ter partido da iniciativa de pessoas ou comunidades específicas, onde há lugar para incorporações mais ou menos casuísticas, em que as afinidades com contextos culturais, geográficos ou outros, justificam que um ou outro arquivo se encontre presentemente em determinadas instituições (e não por razões diretamente advindas do estrito cumprimento por, parte destas entidades, dos objetivos fixados nos seus estatutos); derivado de uma procura ou incentivo deliberado à incorporação por parte das próprias instituições envolvidas; ou ter ocorrido em função do cumprimento de missões e objetivos institucionais que determinaram a seleção de documentos correspondentes a determinados assuntos e personalidades, ou mesmo de tipologias documentais específicas.

Por outro lado, a valorização da memória individual tanto pode ter ocorrido por via da preservação de arquivos pessoais, no seu todo ou de partes, como apenas por meio da decisão de conservação de agregações de documentação de maior ou menor dimensão, em função por exemplo de determinadas temáticas ou tipologias documentais, o que deve igualmente ser tido em conta na consideração do grau de envolvimento das entidades envolvidas neste domínio, bem como na forma como atuam ao nível da avaliação e seleção da informação.

O grupo de entidades que detêm, nos seus acervos, mais de uma centena de arquivos, sendo um número reduzido, representa aquele que também é responsável pela maior parte dos arquivos identificados. Neste grupo encontramos incluídas algumas instituições onde, à partida, se esperaria encontrar arquivos pessoais, pelo papel que, de há muito, assumem na área dos arquivos, como é o caso da Biblioteca Nacional, ou da Torre Tombo, e de outras que tenderam mesmo a uma especialização neste domínio em particular, como é o caso da Fundação Mário Soares e até do Centro de Documentação 25 de Abril.

A entidade com maior número de arquivos identificados é a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), muito por via da incorporação consciente e deliberada de conjuntos documentais considerados de relevo para a cultura portuguesa. Incidem especialmente na área da literatura, evidente no processo que levou à criação da secção designada por Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, mas existem ainda outros dispersos em coleções criadas pela instituição para reunir determinados tipos de documentos, como as de Manuscritos, Códices, além de outros arquivos acessíveis no serviço de Reservados.

A BNP possui igualmente um conjunto substancial de arquivos pessoais ligados à música, cuja incorporação foi estimulada de forma mais acentuada após criação, em 1991, de um serviço especialmente dedicado – a Área de Música –, sendo este acervo enriquecido, pouco depois, na sequência da transferência de fundos documentais que se encontravam sob tutela do Departamento de Musicologia do extinto Instituto Português do Património Cultural.

A dimensão destes arquivos é variável, podendo ir desde conjuntos muito extensos com milhares de documentos repartidos por dezenas de caixas, maços ou outras unidades de instalação, até agregações de escassos documentos. Alguns conjuntos foram considerados pela própria Biblioteca Nacional como constituindo em si mesmo coleções; outros foram dispersos e integrados em coleções maiores, como as acima indicadas, ou inseridos em grupos genéricos designados por “avulsos”, nos quais nem sempre é fácil identificar os contextos de produção e/ou acumulação dos documentos ali encontrados. Todavia, uma breve análise das características da informação contida em vários destes documentos permite estabelecer a sua intrínseca ligação a contextos específicos – quer de produção, quer de reunião ou utilização –, que evidenciam a sua outrora pertença a arquivos pessoais, que se desagregaram ao longo do tempo, em virtude de vicissitudes de custódia ou da dispersão a que foram sujeitos.

Em segundo lugar situa-se o Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra, cujo guia de fundos disponibilizado no seu website indica mais de três centenas de “arquivos”. Todavia, neste substancial número não se encontram muitos arquivos pessoais que abranjam a totalidade da informação produzida, conservada e utilizada pelas pessoas que lhes deram origem. Em grande parte, a generalidade do acervo arquivístico do Centro baseia-se agregações de documentação que foi sendo incorporada na sequência de numerosas doações,

apresentando distintas proveniências, e variada dimensão e abrangência. Estes conjuntos foram sendo reunidos com vista a prosseguir um dos objetivos centrais da instituição – o da recolha do imenso material disperso, quase todo em mãos de particulares, relativo ao processo de transição democrática portuguesa que se desencadeou com o 25 de Abril de 1974. Acabou também por se alargar ao século XX em geral, com a finalidade de documentar, tanto a memória anterior àquela data, no que se refere às atividades e dimensões que assumiu a oposição à ditadura, como, posteriormente, ao processo de implementação da democracia no país. A seleção de documentos, quase sempre com base em temáticas relacionadas com a missão do Centro, significa que muitos dos designados “fundos de arquivo” que figuram no respetivo guia são na realidade conjuntos que foram desagregados dos sistemas de informação originários a que pertenciam.

Logo a seguir encontra-se o Arquivo Municipal de Lisboa, devido principalmente ao dinamismo da sua secção do Arquivo Fotográfico, onde se têm recolhido e tratado uma grande diversidade de arquivos relacionados com o universo da fotografia. Assim, no que diz respeito à seleção de documentos a preservar, resultantes de atividades desenvolvidas por indivíduos, existe uma preponderância do grupo específico dos fotógrafos. Assenta ainda essa seleção na informação visual, traduzida na valorização de espécies documentais e tipos de suportes na qual esta se encontra registada.

Os conjuntos de documentos em causa são quase sempre conhecidos pelo nome do fotógrafo que produziu as imagens, e designados ora por fundos ora por coleções, sem especificação do substrato teórico subjacente à utilização de um e outro conceito, e nem sempre sendo evidentes os contextos de produção e acumulação respetivos. Por isso, devem ser consideradas algumas situações que merecem futura ponderação e melhor análise. Por exemplo, algumas imagens podem ter origem em trabalhos encomendados pela própria Câmara Municipal – não devendo, nesta situação, serem consideradas enquanto arquivos pessoais. Noutros casos, é possível que muitos documentos, e outros objetos relacionados com a prática da fotografia tenham integrado, no passado, arquivos de casas fotográficas, o que ilustra a ténue fronteira entre as atividades individuais e profissionais dos fotógrafos, e ainda a dificuldade dos técnicos dos arquivos em distinguir os contextos e em aplicar conceitos que permitam definir e delimitar os conjuntos em causa. No entanto, há a considerar a existência de diversas situações que se consubstanciam em arquivos resultantes de atos criativos dos seus autores, no âmbito dos seus interesses e gostos pessoais ou de outras atividades desempenhadas.<sup>360</sup>

---

<sup>360</sup> Não estando explicitados, para a maior parte destes conjuntos documentais, os respetivos processos de aquisição, ou relatada a sua história custodial e arquivística, não foi possível estabelecer com rigor os contextos de produção e acumulação dos inúmeros registos fotográficos, o que permitiria clarificar algumas destas situações. Refira-se ainda que, durante o período em que decorreu o inquérito realizado



Mais recentemente têm também dado entrada no serviço de Arquivo Histórico do Arquivo Municipal de Lisboa, alguns arquivos pessoais de arquitetos, que se relacionam de forma estreita com história da cidade, nomeadamente na construção do seu património arquitetónico e organização urbanística.

Segue-se a Fundação Mário Soares, a que já se aludiu anteriormente, com nítida vocação para a captação de informação proveniente de arquivos pessoais, aos quais se vêm juntar alguns de âmbito institucional. Neste caso particular, deve ser destacado que a grande maioria da documentação sob sua guarda diz respeito a grandes temas, acontecimentos e personalidades que moldaram a história política portuguesa do período contemporâneo, desde finais do século XIX até aos primeiros anos do século XXI. Além desta orientação temática e cronológica, abrange geograficamente o atual território nacional e também vários dos antigos territórios coloniais, no âmbito de protocolos de cooperação estabelecidos, e que tornam a Fundação um caso singular, no panorama arquivístico nacional, pelo investimento que realizou nesta área.

Entre as quatro instituições seguintes encontra-se o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, assim como a Fundação Calouste Gulbenkian, a que também já se teve oportunidade de aludir. Salientam-se também dois museus, o Museu do Som e da Imagem e o Museu do Fado, embora por razões substancialmente diferentes no que diz respeito aos propósitos que conduziram à constituição dos respetivos acervos arquivísticos.

A Torre do Tombo, pela sua existência centenária, e como órgão do qual emanam as principais recomendações arquivísticas de âmbito nacional, possui um número significativo de arquivos privados, desde os pessoais aos familiares, passando por empresas e outras organizações como as eclesiásticas, a que se juntam também abundantes fundos e coleções fotográficas – neste último caso, na sequência da incorporação de fundos documentais que estiveram no passado sob dependência do Arquivo Nacional de Fotografia,<sup>361</sup> aos quais se têm vindo a juntar novas aquisições.

---

para identificação das entidades detentoras e dos respetivos arquivos, o Arquivo Municipal de Lisboa forneceu uma lista detalhada dos que integravam o seu acervo, e que estão incluídos no guia que constitui o Anexo I da presente dissertação, tendo então sido indicados determinados códigos de referência. Posteriormente, na fase final da elaboração da dissertação, verificou-se, através de uma consulta ao catálogo disponibilizado pelo arquivo municipal na Internet (base de dados on-line), que vários destes códigos foram alterados, e muitos conjuntos foram incluídas no quadro classificativo de um fundo maior, correspondente ao Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Por virtude desta alteração, algumas coleções passaram a estar descritas no seio de uma secção do quadro classificativo deste fundo, designada por Promoção Cultural e Salvaguarda do Património (com o código de referência PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP). Esta secção encontra-se organizada em várias séries, nas quais se elencam parte dos conjuntos fotográficos inicialmente indicadas (designadamente na série 004 - Fotografia artística e documental).

<sup>361</sup> O Decreto-Lei n.º 160/97, de 25 de Junho, criou o Centro Português de Fotografia (CPF), e na sua dependência o Arquivo de Fotografia de Lisboa, sendo incorporados no CPF uma parte dos fundos que se encontravam à guarda do Arquivo Nacional de Fotografia que foi extinto. Estes fundos foram transferidos do Palácio da Ajuda, no final da década de 1990, para o novo edifício da Torre do Tombo, onde se veio a instalar o referido Arquivo de Fotografia de Lisboa. Em 2007, o Decreto-Lei n.º 93/2007, de

Não existe para a Torre do Tombo uma política específica ou explícita no que diz respeito à incorporação de arquivos pessoais e familiares, estando a sua avaliação e seleção dependente de várias circunstâncias e tendo oscilado ao longo de décadas, consoante as próprias conjunturas históricas a que a instituição foi estando sujeita. As políticas de avaliação tanto se radicaram no reconhecimento, pela própria instituição, da importância de salvaguarda de determinados arquivos, ora deliberadamente adquiridos por compra aos seus diretos proprietários ou em leilões e antiquários, ora pela aceitação de doações e legados de diversas pessoas, nem sempre constituindo a totalidade dos sistemas de informação originários, mas muitas vezes apenas fragmentos destes, num processo que tem tido lugar ao longo de várias décadas, a que se juntam alguns arquivos em regime de depósito, efetuados em anos mais recentes.

A antiga Direção Geral de Arquivos (à qual veio a suceder a atual DGLAB) elaborou uma grelha para aplicação de critérios de aquisição de bens arquivísticos, tendo em vista poder ser utilizada não apenas na Torre do Tombo, mas também noutros arquivos.<sup>362</sup> Nela imperam apreciações como o respeito pela “política de aquisições” da instituição e acerca do “valor de prova e informação”, baseados estes valores na análise de aspetos como a proveniência, a integridade, a densidade de informação contida nos documentos, a antiguidade, raridade e originalidade da informação, preservação da ordem original, valor simbólico, existência de algum plano de classificação ou descrição, a complementaridade com outros fundos, os interesses dos investigadores, a raridade e antiguidade dos próprios suportes físicos. A eles se juntam, ainda, os seguintes critérios relacionados com: dados “materiais”, como a qualidade estética, a quantidade (considerando os custos inerentes ao tratamento e conservação de fundos mais volumosos) e a inteligibilidade da informação; as limitações derivadas de obrigações contratuais ou legais, designadamente quanto ao acesso à consulta e utilização dos documentos; e ainda a avaliação das necessidades de recursos humanos e materiais da instituição, designadamente pela análise dos custos inerentes ao processo de aquisição, tratamento, conservação e acesso.

Apesar da existência da referida grelha, desconhece-se o âmbito da sua aplicação pela própria Torre do Tombo aos arquivos pessoais que ali ingressaram no período mais recente.

No caso da Fundação Calouste Gulbenkian já se referiu anteriormente que a sua representatividade, no que respeita ao número de arquivos identificados no decurso do recenseamento, deriva essencialmente da preservação de inúmeros conjuntos documentais que correspondem quase sempre a coleções fotográficas. A incorporação destes conjuntos no

---

27 de Março, e a Portaria n.º 372/2007 de 30 de Março, colocaram o CPF na dependência da então criada Direção Geral de Arquivos, passando a documentação do Arquivo de Fotografia de Lisboa a ficar integrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

<sup>362</sup> Essa grelha está disponível na Internet em <URL: <http://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/11/grelha-aquisicoes.pdf>> [consult. 02-08-2017].

acervo da Fundação tem ocorrido por via de compra, encomenda e sobretudo por via do financiamento à investigação, embora se deva assinalar que desde a década de 1980 se incentivou a incorporação de alguns arquivos de indivíduos ligados em especial às áreas da expressão artística e arquitetura.<sup>363</sup>

Quanto aos dois museus mencionados, as razões que assistem ao facto de se ter identificado nos seus acervos mais de uma centena de arquivos são bastante diversas. Em relação ao Museu do Som e da Imagem, situado em Vila Real, referiu-se a propósito da análise da distribuição geográfica das entidades detentoras identificadas no decurso do recenseamento, que este se empenhou, junto da comunidade da região, na recolha de informação em torno de tipologias documentais específicas, neste caso relacionadas com a área audiovisual. A maior parte do seu acervo é, deste modo, constituída por conjuntos adquiridos a título definitivo, ou por via do empréstimo provisório com o objetivo de ser efetuada uma transferência de suportes (através de digitalização). A informação foi sendo selecionada em função de características comuns, intrinsecamente ligadas com a prossecução dos objetivos da instituição, visando por um lado temáticas particulares relacionadas essencialmente com a história do concelho e da região, e, por outro, tipologias de documentos coadunantes com a especialização desta instituição no domínio museológico, nomeadamente fotografias e filmes.

O Museu do Fado constituiu, por seu turno, uma surpresa. Todavia, uma análise mais fina da quantidade de conjuntos documentais que foram identificados, em função da resposta da instituição ao pedido de informação que lhe foi dirigido no decurso do recenseamento efetuado, e, tal como no do Museu do Som e da Imagem, do Arquivo Municipal de Lisboa e até do Centro de Documentação 25 de Abril, não significa necessariamente a presença de arquivos pessoais que se possam considerar sistemas de informação, completos ou coerentes, ou sequer sejam claros os contextos de produção e acumulação de documentos por parte dos respetivos produtores, no decurso das suas atividades e funções. O museu possui essencialmente um grande número de agregações de documentos, de diferente dimensão e proveniência. Em alguns casos trata-se de reuniões de documentos em que, sendo embora a sua tipologia variada, é perceptível a sua ligação direta com o indivíduo que dá o nome ao conjunto documental, principalmente em situações em que este coincide com o próprio doador ou um seu familiar, sendo inteligível o contexto em que foram produzidos e acumulados originariamente. Porém, noutros casos afigura-se tratarem-se apenas de coleções criadas por diversos indivíduos, em função da vontade de preservar e divulgar a memória de uma forma específica da expressão artística e social – o fado –, quase sempre materializada em torno de uma personalidade.

---

<sup>363</sup> São disso exemplo, entre outras, as doações dos arquivos dos arquitetos Luís Cristino da Silva (1896-1976), Raul Lino da Silva (1879-1974), Manuel Mendes Tainha (1922-2012) e de uma coleção de projetos do arquiteto Siza Vieira (1933-), do pintor Amadeo de Souza Cardoso (1887-1918), e de parte do arquivo do escultor, crítico e historiador de arte Diogo de Macedo (1889-1959).

A preservação da memória do fado,<sup>364</sup> dos seus intérpretes, instrumentistas, compositores e autores de letras, é feita no Museu através da recolha de uma multiplicidade de registos que servem o intuito da fixação da memória de uma arte performativa que se situa essencialmente do domínio do efémero e do imaterial. Deste modo, a grande maioria do acervo arquivístico do Museu do Fado é constituída por diversos objetos textuais, iconográficos, sonoros ou tridimensionais, que, no seu todo, servem de testemunho dessa efemeridade. Estão, por isso, incluídos, nos conjuntos que fazem parte do seu acervo, discos e capas de discos, fotografias, jornais, anúncios, bilhetes e programas de concertos, cartazes, repertórios, partituras musicais, letras para canções, e mesmo objetos que simbolizam a atuação performativa, como um icónico xaile ou uma guitarra utilizada num concerto que ficou na memória da comunidade, ou ainda elementos de *merchandising*. Transcendem o que usualmente se espera encontrar em arquivos, mas representam e veiculam informação sobre movimentos culturais, estéticas, correntes musicais, espaços de atuação, e até formas de contestação social e política de determinadas épocas.

Por outro lado, a contribuição de inúmeras pessoas para a constituição e enriquecimento do acervo do Museu, seja através de registos que testemunham a sua própria atividade individual, ou sobre outras figuras ligadas a esta arte do espetáculo, testemunha a forma como a memória em torno do fado se constrói através da representação de uma comunidade de pessoas e de interesses. De facto, a atividade artística performativa não é em si mesma somente um produto individual, mas o resultado do trabalho das várias pessoas que intervêm nos seus diversos processos criativos, e ainda da sua estreita relação com o público a quem se destina o espetáculo.

No extremo oposto a estas instituições, identificadas no recenseamento pela grande quantidade de arquivos que detêm, situa-se a maior parte das restantes entidades detentoras. Como se salientou, 46% das instituições identificadas têm apenas um arquivo, e 27% não ultrapassa os cinco casos. Tal não significa, porém, que esses arquivos, que testemunham ou documentam uma determinada memória do domínio do individual e pessoal, sejam de somenos importância para as respetivas entidades detentoras. Pelo contrário, entre estes números têm necessariamente de ser consideradas diversas situações, por vezes inerentes às características de cada instituição, nomeadamente quando existe um arquivo que pode até ser apenas de um único indivíduo, mas que se revela fundamental para a prossecução dos fins da instituição, ou é considerado como um bem de valor inegável.

Neste sentido, cumpre dar a devida saliência ao facto de que, entre as numerosas entidades detentoras que têm apenas um arquivo, se incluïrem diversos museus e também as chamadas

---

<sup>364</sup> Enquanto arte musical e poética, e símbolo de uma forma de expressão social e popular, reconhecida recentemente como património imaterial da Humanidade.

casas-museu, batizados com o nome da pessoa que pretendem homenagear, ou cuja memória foi decidida perpetuar por esse meio. Em situação semelhante se encontram alguns centros de documentação ou de investigação, a que se juntam bibliotecas e ainda associações e fundações. Em qualquer dos casos, a posse de um determinado arquivo pode constituir uma necessidade ou uma mais-valia para as atividades que as instituições desempenham, ou um meio para alcançar determinados fins, assegurar e justificar a sua continuidade.

Não é possível, nem exequível, detalhar todos os casos deste género,<sup>365</sup> embora seja imperioso salientar pelo menos alguns exemplos. No que se refere aos museus e casas-museu, são várias as entidades identificadas em que o arquivo faz parte integrante do seu acervo e é essencial ao próprio funcionamento da instituição.

Em Alpiarça podemos salientar a Casa dos Patudos, constituída como entidade museológica a partir do legado deixado ao município pelo seu proprietário, o político republicano José de Mascarenhas Relvas (1858-1929). Nas disposições testamentárias, que previam que a quinta e casa onde residiu mantivessem aquela designação, José Relvas incluía, além da propriedade, a sua importante coleção de arte, e ainda a biblioteca e o arquivo, o qual está hoje disponível no serviço de arquivo histórico do museu, sendo essencial para compreender e enquadrar as peças do museu, o seu colecionador e antigo proprietário, além de documentar a sua história pessoal, familiar e os contextos históricos da época.

Na Golegã encontramos o Estúdio Carlos Relvas – aliás, pai de José Relvas – uma casa-estúdio que lhe pertenceu e que foi doada ao município pela família, musealizada em torno da figura que se tornou reconhecida pela sua faceta de fotógrafo, e onde também se preserva a sua coleção fotográfica.

Interessante é igualmente o Atelier-Museu António Duarte, nas Caldas da Rainha, um espaço inaugurado ainda em vida deste escultor, albergando a sua coleção de obras de arte e projetado também para se poder tornar num espaço de residência artística. Ali se recriou o seu atelier, com objetos ligados ao ofício, e se salvaguarda o arquivo pessoal do mestre, em parte doado por este no final da década de 1980, pouco antes de falecer, e, depois, completado com uma doação posteriormente efetuada pelo seu filho.

Outros espaços museológicos que simultaneamente homenageiam figuras e preservam os respetivos arquivos pessoais são, por exemplo: o Museu Almeida Moreira em Viseu (constituído numa casa legada pelo próprio Almeida Moreira à Câmara); o Museu de Vila do Conde – Casa de José Régio (uma casa que este herdou de família e que a Câmara veio posteriormente a comprar aos seus herdeiros, incluindo o acervo documental que nela se

---

<sup>365</sup> A consulta aos anexos da presente dissertação permite verificar, por exemplo, a existência de várias instituições que têm o nome de determinadas individualidades sendo, simultaneamente, detentoras do respetivo arquivo ou de, pelo menos, parte dele.

encontrava),<sup>366</sup> o Museu de Cinema de Melgaço – Jean Loup Passek (neste caso albergando um conjunto de cariz temático, relacionado com a história do cinema, constituído por inúmeros objetos, de distintas proveniências e resultantes de aquisições do próprio em função do seu interesse por este tema). Salientem-se igualmente as Casas-Museu Egas Moniz (Estarreja), Fernando Namora (Condeixa-a-Nova),<sup>367</sup> Leal da Câmara (Sintra) ou Miguel Torga (Coimbra).

Um paralelismo semelhante está presente em alguns centros de documentação, estudo ou de investigação especializados, criados em torno de doações de algumas pessoas, simultaneamente homenageadas no título dado a estas entidades. Entre outros, saliente-se o Centro de Investigação Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão (Santarém), o Centro de Estudos Jesuê Pinharanda Gomes (tutelado pela Câmara Municipal do Sabugal), assim como o Centro de Estudos e Documentação do Doutor Orlando Carvalho (Baião).

Algumas bibliotecas universitárias e municipais incluem também, entre os seus acervos, os arquivos (ou parte deles) dos seus patronos, a elas doados ou adquiridos em função das estreitas ligações estabelecidas no passado entre as personalidades e a instituição, ou com a comunidade local em que se situam. Não sendo centrais nas atividades e fins prosseguidos pelas bibliotecas, a presença destes arquivos reforça, contudo, a sua identidade própria, ao mesmo tempo que se homenageiam as figuras em causa. Além disso, permitem atrair um público mais especializado ligado ao estudo e investigação académica, científica ou outra, em torno desses arquivos.

É o caso, em Braga, da Biblioteca Francisco Salgado Zenha da Escola de Direito da Universidade do Minho.<sup>368</sup> No que respeita a bibliotecas municipais, podem referir-se a Biblioteca Municipal de Lagos Dr. Júlio Dantas,<sup>369</sup> a Biblioteca Municipal Dr. António Maria

---

<sup>366</sup> O arquivo de José Régio dispersou-se, em parte devido às sucessivas residências que este foi tendo ao longo da vida, e dele restam hoje pequenos conjuntos de documentos noutras instituições. No entanto, a Câmara Municipal de Vila do Conde, através do museu municipal, conserva a maior parte, e tem até envidado esforços para adquirir outras partes que ocasionalmente surgem no mercado, como aconteceu há alguns anos com a compra em leilão de um lote de correspondência entre o escritor e Alberto de Serpa - uma aquisição partilhada com a Câmara Municipal de Portalegre, localidade onde existe também uma Casa-Museu José Régio, com as suas coleções museológicas, biblioteca particular e alguns documentos que ali remanesceram e integram o núcleo expositivo.

<sup>367</sup> Neste caso albergando apenas uma parte do arquivo do autor, parcialmente doado pelo próprio e outra parte pela família, pouco depois da sua morte, no final da década de 1980. Contudo, uma componente substancial do arquivo pessoal de Fernando Namora encontra-se presentemente na Biblioteca Nacional de Portugal, na sequência de uma doação das filhas do escritor, em protocolo assinado em 2010.

<sup>368</sup> A biblioteca particular, e parte do arquivo de Salgado Zenha, foram objeto de doação à Escola de Direito pelos seus herdeiros, em 1998. Para além de ter sido jurista, a ligação a Braga, onde nasceu, justifica também a eleição da Universidade do Minho para albergar este arquivo, que inclui documentação relativa à sua atividade jurídica, discursos, correspondência e outros documentos que estão ainda em catalogação e estudo.

<sup>369</sup> Que alberga a biblioteca particular que pertenceu a Júlio Dantas, bem como diversa documentação, a que se veio juntar a doação, pela família, de mobiliário e outros objetos que fizeram parte do seu gabinete de trabalho.

Mourinho em Miranda do Douro,<sup>370</sup> a Biblioteca Municipal Sarmento Pimentel em Mirandela,<sup>371</sup> ou ainda a Biblioteca Municipal Trindade Coelho em Mogadouro.<sup>372</sup>

Existem também associações que giram em torno das figuras que lhes deram origem, e onde encontramos alguns arquivos pessoais. É o caso do Espaço Llansol – Associação de Estudos Llansolianos (Sintra), que, neste caso, tem como razão de ser o estudo do legado da escritora Maria Gabriela Llansol. Registe-se ainda os exemplos da Fundação Arquivo Paes Teles, em Avis, que, apesar do seu nome, foi especificamente criada para valorizar o legado do escritor Mário Saa,<sup>373</sup> ou o da Fundação Bissaya Barreto, em cujo Centro de Documentação se encontra o arquivo de Fernando Bissaya Barreto, que lhe foi deixado por vontade testamentária.

Alguns arquivos especializados podem ainda ser salientados como, em Setúbal, o Arquivo Fotográfico Américo Ribeiro, cuja existência é amplamente justificada pela preservação do importante arquivo daquele que foi o principal fotógrafo da cidade e da região.

Entre os extremos, onde se situam, de um lado, as poucas entidades detentoras de grande número de arquivos e, do outro, as muitas que apenas detêm apenas um, encontra-se uma grande diversidade de situações, algumas configurando espaços de mediação concretos, no que concerne à informação arquivística, e outros servindo diversos contextos e necessidades específicos, que seria impraticável aqui caracterizar em detalhe. Todavia, a partir de uma análise global, é, pelo menos, possível identificar a tipologia principal a que corresponde o

---

<sup>370</sup> Inclui o arquivo do seu patrono, relevante para a história da comunidade mirandesa, pois engloba as recolhas que António Maria Mourinho fez de tradições orais e regionais relacionadas com a música ou a poesia e a própria língua mirandesa. O arquivo foi já estudado, estando publicados guias e catálogos (Santana e Costa, 2006; Santana, 2012).

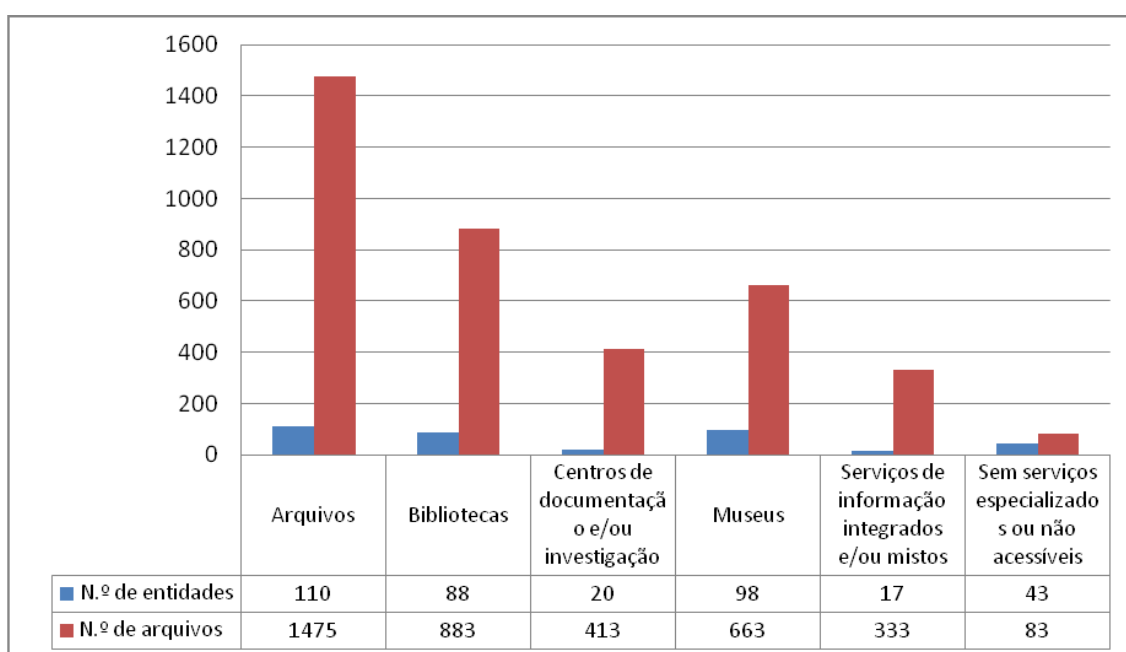
<sup>371</sup> Inaugurada em 1980, a Biblioteca Municipal de Mirandela recebeu o nome de João Sarmento Pimentel, militar republicano nascido numa aldeia do concelho e conhecido pela sua participação em revoltas contra a Ditadura Militar, que motivaram o longo exílio no Brasil, mantendo-se sempre na oposição ao Estado Novo. O acervo documental inicial da Biblioteca ficou em grande parte a dever-se à doação do próprio da sua biblioteca particular, e alberga igualmente boa parte da sua correspondência, fotografias e coleção de imprensa.

<sup>372</sup> No caso da Biblioteca Municipal de Mogadouro, a componente de arquivo de Trindade Coelho está apenas em depósito em regime de comodato, pois a sua propriedade pertence ao Museu Abade de Baçal, em Bragança. Todavia, a inauguração da Biblioteca, ocorrida em 2009, e que pretendeu desde o início homenagear o escritor e político natural do concelho, justificou uma negociação com o dito Museu, dando origem à transferência de diversa documentação, mobiliário e objetos que pertenceram a Trindade Coelho, formando-se, no espaço da Biblioteca de Mogadouro, um pequeno núcleo museológico e documental que veio reforçar a identidade da própria instituição, que desta forma recupera e difunde a memória de uma personalidade local.

<sup>373</sup> Nome literário de Mário Pais da Cunha e Sá (1893-1971). O poeta e investigador expressou o seu desejo de que fosse criada uma instituição que disponibilizasse a sua biblioteca, a sua coleção arqueológica e as suas memórias pessoais e familiares. Situada na Freguesia de Ervedal, a Fundação apenas foi oficialmente criada em 1995, e disponibiliza atualmente a sua biblioteca, arquivo e coleção museológica, depois de ter permanecido à guarda da Junta de Freguesia local, a quem Mário Saa deixou os bens em testamento. Na década de 1980, uma pequena parte do arquivo chegou a estar depositada na Biblioteca Nacional, onde foi inventariada e está disponível em microfilme, sendo que os trabalhos de organização do restante arquivo prosseguem atualmente na Fundação.

serviço responsável pela gestão dos respetivos acervos, podendo servir de indicador genérico sobre quais as instituições mais vocacionadas para a preservação de arquivos pessoais.

A figura 8 apresenta uma categorização genérica dos principais tipos de entidades que foram identificadas, e a distribuição do número de arquivos entre elas. A categorização foi realizada a partir de uma classificação simples, baseada nas características que assumem os serviços das entidades que guardam, tratam ou dão acesso à informação sobre arquivos, podendo os mesmos corresponder diretamente ao fim da própria entidade detentora ou a um serviço específico integrado numa instituição que prossegue também outras atividades.



**Figura 8 – Repartição do número de arquivos por tipologias de entidades detentoras**

*Fonte:* Elaboração própria, com base nos dados recolhidos.

As instituições arquivísticas revelam-se as entidades maioritárias, e são aquelas sob cuja responsabilidade se encontra a maior parte dos arquivos identificados. Neste grupo inserem-se, por exemplo, além dos arquivos nacionais da Torre do Tombo e do Centro Português de Fotografia, os arquivos de âmbito distrital (incluindo os tutelados pela DGLAB os de Coimbra e Braga, respetivamente sob tutela das Universidades de Coimbra e do Minho), todos os arquivos municipais que funcionam com orgânica própria, assim como os arquivos das Forças Armadas, os de vários ministérios e direções-gerais, entre outros tutelados por várias instituições, públicas ou privadas, que visam especificamente a preservação, tratamento e difusão de bens arquivísticos.



As bibliotecas e os museus constituem igualmente espaços privilegiados de mediação de informação relativa aos indivíduos. Nas bibliotecas, principalmente naquelas de criação mais antiga, há muito que se consagrou a prática de incorporação de fundos documentais provenientes de doações particulares, ou por meio de outro tipo de aquisições como os legados ou mesmo a compra. Casos como a Biblioteca Nacional de Portugal, a que já se aludiu, mas também a Biblioteca Pública Municipal do Porto ou a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, são o corolário desta evidência. Só estas três entidades, entre as 88 assinaladas na figura 8, são responsáveis pela grande maioria dos arquivos identificados no universo das bibliotecas.<sup>374</sup>

A Biblioteca Pública Municipal do Porto é possivelmente a instituição que, a seguir à Biblioteca Nacional, mais se especializou na incorporação de documentos de personalidades ligadas às áreas da literatura e da cultura contemporânea portuguesa, englobando escritores e outras figuras do meio artístico. Fundada ainda no século XIX, é sobretudo no seu serviço de Reservados que se encontram numerosos arquivos, provenientes de aquisições, legados e doações de particulares.

O projeto de constituição de um “Museu de Autógrafos e Recordações de Escritores e Artistas”, por iniciativa do seu antigo diretor Joaquim Costa, logrou, a partir das diligências e contactos feitos junto de famílias e amigos de escritores e artistas, ali reunir, ao longo das décadas de 1930 e 1940, um acervo significativo. Outros conjuntos relevantes vieram mais tarde a dar entrada na Biblioteca Pública Municipal do Porto, como os provenientes do depósito dos fundos adquiridos pelo designado Museu Nacional da Literatura, que se projetou vir a instalar no norte do país. Apesar de este Museu não se ter chegado a concretizar, entre finais dos anos de 1970 e início da década seguinte, no âmbito do seu projeto de instalação, procedeu-se à recolha de um significativo conjunto de arquivos e de lotes de documentos de distintas proveniências, muitos dos quais adquiridos em leilões, que foram depois confiados àquela Biblioteca.

Outras bibliotecas municipais têm também apostado na incorporação de fundos particulares, lançando projetos próprios para a sua captação, aceitando documentação que lhes tem sido entregue por doadores que as escolheram, por motivos quase sempre relacionados com algum tipo de ligação à comunidade local ou à região. Num ou noutro caso, os arquivos pessoais podem ter sido colocados à guarda da biblioteca municipal pelo facto de o arquivo da respetiva autarquia não estar organizado ou apenas se orientar para a gestão da informação produzida pelo município, remetendo-se à responsabilidade das bibliotecas este tipo de arquivos, perpetuando, assim, uma prática comum do século XIX e das primeiras décadas do século XX,

---

<sup>374</sup> Estas três instituições são responsáveis por 553 dos 883 arquivos desta categoria de entidades, ou seja, cerca de 63%.

de remeter os “manuscritos históricos” – considerados na perspetiva de “espólios” ou “coleções”.

Algumas bibliotecas disponibilizam secções especiais para acolher a componente não exclusivamente bibliográfica dos fundos particulares que incorporam, seja através de áreas de consulta “reservada”, secções de “manuscritos” ou de fundos “especiais”, seja integrados nos designados “fundos locais”, como acontece em numerosas bibliotecas municipais, seja ainda pela via de departamentos ou serviços internos especializados em determinadas áreas, como acontece, por exemplo, no caso das coleções fotográficas, com as Imagotecas.

Existem também bibliotecas municipais que albergam importantes arquivos particulares, mas que não possuem serviços especialmente dedicados ao seu acesso, remanescendo os mesmos em depósito, nem sempre com descrições nos respetivos catálogos bibliográficos, embora sobre a sua existência possa ser fornecida informação ao público, através da organização de exposições, realização de sessões de homenagem, ou criação de formas de divulgação nos sites de internet das instituições. Esta multiplicidade de situações pode ser exemplificada por alguns casos paradigmáticos.

A Biblioteca Municipal Rocha Peixoto, da Póvoa do Varzim, por exemplo, possui um conjunto relevante de arquivos pessoais, na maior parte tendo associado a respetiva biblioteca particular. Contudo, se os livros foram integrados no catálogo da biblioteca, sendo mesmo possível percorrer as bibliotecas particulares de forma individualizada, já no que se refere à documentação de arquivo o mesmo não acontece. Ao invés, a informação disponível ao público sobre alguns dos arquivos, encontra-se no site institucional da Biblioteca, numa secção relacionada com a história local, onde, sob a designação de “Bibliotecas Digitais”, se pode obter alguma informação sobre a personalidade e o respetivo arquivo.

A Biblioteca Municipal de Coimbra é um dos casos em que existem secções especiais incumbidas de guardar, tratar e dar acesso a fundos arquivísticos, apesar de o município dispor de um Arquivo Municipal. Na Biblioteca funciona, designadamente, o Gabinete de História da Cidade,<sup>375</sup> a Galeria Armando Carneiro da Silva,<sup>376</sup> e ainda uma Imagoteca.<sup>377</sup>

Outro exemplo com características especiais é o da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, de Vila Nova de Famalicão. Resultante de um trabalho de promoção e divulgação da memória cultural do concelho, e através da vontade de enriquecimento do designado “fundo

---

<sup>375</sup> O Gabinete de História da Cidade zela pela conservação de diversa documentação de personalidades ligadas à história coimbrã, que estão enumeradas nos Anexos da dissertação.

<sup>376</sup> Que pretende constituir um espaço para dar maior visibilidade a algumas coleções provenientes de legados e doações de particulares e coletividades, e onde, além de livros, se encontram também pequenos conjuntos de documentação de outras personalidades à guarda da Biblioteca Municipal de Coimbra.

<sup>377</sup> Responsável pelo tratamento e descrição das diversas coleções fotográficas que integram o acervo da Biblioteca Municipal.

local”, ali se concentrou um conjunto de documentos que foram reunidos e cedidos por um grupo de personalidades famalicenses, relacionados com a sua participação na oposição ao regime do Estado Novo. A partir dessa reunião de documentação, a Biblioteca construiu uma secção especial designada de “Biblioteca Digital da Oposição Democrática”, disponibilizando o acesso a um catálogo específico para esta, no qual se encontra descrita grande parte desses documentos, disponibilizando-se, para muitos, uma reprodução digital. A Biblioteca possui ainda uma secção designada de “Fundos Especiais e Doações”, onde se concentram bibliotecas particulares e coleções de documentação diversa, proveniente de doações individuais.

No município da Lousã o arquivo municipal não possui orgânica própria, nem técnicos especializados, sendo o acesso ao seu acervo providenciado através da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro. O arquivo é apenas um espaço fisicamente instalado na Biblioteca, de acesso reservado, com escassos instrumentos de descrição da informação, e é aos serviços e pessoal da Biblioteca que compete providenciar o acesso, por exemplo, ao inventário, em papel, do arquivo do pedagogo Álvaro Viana de Lemos. Existe ainda indicação da existência de outros arquivos pessoais de pequena dimensão, que não possuem qualquer inventário ou catálogo disponível, dificultando, desde modo, a sua melhor identificação.

Em Vila Velha de Ródão também não existe um serviço de arquivo com lugar próprio na orgânica do município, e foi a Biblioteca Municipal, aberta ao público apenas em 2008, que tomou a iniciativa de criar o projeto “Vidas e Memórias de uma Comunidade”, tendo em vista recolher, junto dos habitantes, testemunhos relacionados com a história local. A Biblioteca tem vindo a disponibilizar, num website especificamente criado para este projeto, as digitalizações de algum do material recolhido, onde se encontram, por exemplo, algumas coleções fotográficas, constituindo-se num espaço de divulgação, em que os documentos se encontram organizados em função de temas ou da tipologia documental.<sup>378</sup>

No que se refere aos museus, a importância dos seus bens arquivísticos tem vindo a ser progressivamente reconhecida, e a implementação da Rede Portuguesa de Museus, em 2000, concebida no seio do antigo Instituto Português de Museus, e atualmente gerida pela Direção-Geral do Património Cultural, permitiu que muitas instituições museológicas, sob diversas tutelas, adotassem normas e partilhassem recursos de difusão de informação sobre os seus acervos.

Os estudos mais recentes de análise e sistematização da evolução dos museus em Portugal, ao longo dos últimos anos, têm dado ênfase ao crescimento significativo do volume dos bens bibliográficos e arquivísticos. Em 2005, foi publicado o resultado de um primeiro inquérito aos

---

<sup>378</sup> Veja-se o respetivo website em <URL:<http://memoriasderodao.cm-vvrodao.pt/apresentacao/descricao-geral.aspx>> [consult. 03-08-2017].

museus portugueses, desenvolvido em parceria entre o Instituto Português de Museus e o Observatório das Atividades Culturais, no qual se analisou a informação recolhida com o recurso a uma base de dados especificamente criada para o efeito, gerida por aquele observatório, em conjugação com os dados anualmente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (Santos, M. L. L., 2005). Em resultado do continuado acompanhamento das transformações e evoluções nos museus, foi publicado em 2013, sob o título *O Panorama Museológico em Portugal: os Museus e a Rede Portuguesa de Museus na Primeira Década do Século XXI*, um novo estudo, a partir da subsequente atualização daquela base de dados e da realização de inquéritos permanentes. Coordenada por José Soares Neves, nesta obra se demonstra o crescimento do património bibliográfico e arquivístico nos acervos dos museus, numa tendência crescente desde o início do milénio, chegando mesmo a ultrapassar, nos anos mais recentes focados no estudo, os próprios bens arqueológicos, que anteriormente tinham um papel de indicadores quanto à situação em que se encontravam os museus (Neves, 2013, 65-67).

No decurso do ano de 2017, o Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM), da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD), divulgou também o relatório de um diagnóstico que realizou relativo aos Sistemas de Informação nos Museus, no qual procurou “promover o levantamento e caracterização dos museus no que diz respeito às áreas de gestão da informação dos vários acervos” (Santos *et al.*, 2017, 11).

Dos resultados do inquérito levado a cabo no âmbito do projeto deste grupo de trabalho da BAD, fica claro que, se os acervos bibliográficos existem em mais de 60% dos museus inquiridos, essa percentagem diminui, contudo, quando se trata dos arquivísticos para 37% (Santos *et al.*, 2017, 69). O estudo do GT-SIM aborda diferentes questões relativas ao seu tratamento, descrição normalizada, e acesso, não fornecendo, porém, dados concretos sobre o tipo de arquivos existentes, nomeadamente arquivos pessoais, embora pareça poder deduzir-se, apenas a partir de um conjunto restrito de inquéritos respondidos, que os bens arquivísticos têm um peso diminuto no cômputo geral dos acervos dos museus – apenas cerca de 5% (Santos *et al.*, 2017, 80).

No presente recenseamento, orientado especificamente para a identificação de arquivos pessoais e respetivas entidades detentoras, verificou-se que existem, pelo menos, 98 espaços de carácter museológico que detêm 663 arquivos, o que coloca os museus como a terceira tipologia de instituição com importante papel na mediação da memória dos indivíduos. Estes espaços museológicos são, naturalmente, muito díspares entre si, englobando tanto pequenas entidades mais próximas de galerias de arte, como casas-museu e museus municipais ou nacionais. Igualmente díspares são os arquivos que tutelam, indo desde conjuntos temático-tipológicos de maior ou menor dimensão, como por exemplo os que incidem sobre a área da

fotografia, até arquivos que se podem considerar relativamente completos, essenciais na gestão das coleções dos museus, e para muitas das suas ações e discursos expositivos, ajudando na afirmação da sua identidade institucional.

Em grande parte das Casas-Museu que homeageiam uma personalidade, a existência do seu arquivo é, como antes se referiu, normalmente uma mais-valia. Não se pretende, neste ponto, refletir sobre as características que tipificam e diferenciam as casas-museu ou as casas históricas musealizadas, de outros espaços museológicos, para o que existem alguns estudos disponíveis.<sup>379</sup> Como referiram Guimarães e Paz (2014, 90), nas casas-museu a “documentação histórica aparece intimamente associada ao seu objeto e missão”, e constitui “uma fonte para a história biográfica da personalidade que se pretende homenagear ou de uma comunidade, para além de servirem de suporte à história da instituição e dos objetos da coleção”. No caso específico das personalidades às quais se ligam, a presença de documentos a elas relativos, preferencialmente originais ou que evidenciam a sua autenticidade, dão “suporte à narrativa do homenageado”.

Para além do Museu do Som e da Imagem, ou do Museu do Fado, a que se aludiu como sendo duas das entidades que se destacaram no panorama nacional, pelo grande número de conjuntos documentais à guarda, ou de outros que também se mencionaram por, nos locais e regiões em que se inserem, terem desenvolvido uma forte ligação à fixação da memória das atividades das respetivas comunidades, que inevitavelmente os ligou à preservação de arquivos particulares,<sup>380</sup> podem ainda ser referidos outros exemplos, pela importância que neles assumem os arquivos de que são detentores. Todavia, deve ser realçado que, de um modo geral, nos museus onde foram identificados mais de um arquivo, a maior parte orienta-se para temas específicos, ou alberga arquivos de personalidades que, de alguma forma, se enquadram com os propósitos e fins prosseguidos no âmbito da identidade própria assumida pelas instituições.

No caso do Museu do Neo-Realismo, em Vila de Franca de Xira, a sua fundação acaba por ter na sua origem a atividade de um Centro de Documentação, surgido no início da década de 1990, o qual se orientou especificamente para reunir os testemunhos do movimento neo-realista português. O projeto do museu evoluiu precisamente em torno da recolha arquivística e bibliográfica, diversificando depois o seu património a outras coleções museológicas, com investimento também em acervos iconográficos, obras de arte e arquivo audiovisual, tendo sempre por orientação geral a preservação e difusão da expressão literária e artística ligada a este movimento.

---

<sup>379</sup> Veja-se, entre outros, os estudos de Ponte (2007) sobre a sua definição, conceitos e tipologia, bem como sobre o caso particular dos arquivos das casas-museu (Paz, 2013; Guimarães e Paz, 2014).

<sup>380</sup> Como, por exemplo, o Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, ou o Museu de Portimão.

O Museu da Presidência da República, desde o início do seu projeto, procurou ativamente recolher documentação relacionada com os antigos presidentes, e captar os seus arquivos, estando grande parte deles hoje ali representados, embora os respetivos conjuntos documentais preservados possam ter maior ou menor abrangência quanto às atividades pessoais ou no desempenho das funções presidenciais, e não corresponderem necessariamente à totalidade dos arquivos – pois alguns foram sujeitos a desagregações e seleções parciais, ao longo do tempo e por diversas contingências.

O Museu Nacional de Arqueologia possui também um conjunto de diversos arquivos pessoais de figuras cuja atividade principal, ou parte fundamental das suas ações, se orientou para a investigação arqueológica ou histórica. O Museu de História Natural e da Ciência da Universidade do Porto, bem como o Museu Nacional de História Natural e Ciência da Universidade de Lisboa, preservam, igualmente, no essencial, arquivos de investigadores e professores em áreas científicas como a botânica, a zoologia, a biologia, a física, a química, a antropologia, englobando ainda a matemática, a geologia e mineralogia, e mesmo a medicina.

No Museu Nacional da Música destacam-se, como seria de esperar, os arquivos de compositores e intérpretes. No Museu Nacional de Etnologia encontram-se diversos arquivos de pessoas ligadas à investigação antropológica e etnográfica. No acervo do Museu Nacional do Teatro e da Dança surgem numerosos conjuntos de documentação relacionados com personalidades ligadas às artes performativas, partilhando em parte com o Museu do Fado o facto de ali terem também preponderância de algumas tipologias documentais, como fotografias, desenhos e caricaturas, discos, partituras, cartazes e programas de espetáculos, a que se juntam ainda outros registos que documentam o processo de construção da performance, como os figurinos, ou retêm elementos que simbolizam as atuações, como os trajos de cena e as cenografias.

Outras instituições orientam-se para a preservação de arquivos onde determinadas tipologias documentais assumem preeminência, como é o caso de entidades ligadas à fotografia e ao audiovisual, de que são também exemplos o M||MO - Museu da Imagem em Movimento (Leiria), e até o Museu da Cidade de Almada, detentor de um significativo conjunto de arquivos de fotógrafos ou reunidos por pessoas que recolheram imagens que documentam a evolução da história do concelho e dos seus habitantes.

Voltando novamente à figura 8, verifica-se ainda que um conjunto significativo de arquivos é preservado em centros de documentação e/ou investigação. Todavia, a maioria desses

arquivos concentra-se numa única entidade, o Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra.<sup>381</sup>

Quanto aos serviços de informação que se classificaram como integrados e/ou mistos, eles dizem respeito a entidades que assumiram a gestão integrada de acervos arquivísticos, biblioteconómicos e por vezes também museológicos, funcionando a entidade como o ponto de acesso central a eles. Tal não significa, contudo, que não possa haver internamente uma divisão física entre os diversos tipos de materiais, bem como distintos instrumentos de acesso a informação, e até de diferente afetação de recursos humanos ao nível técnico.

É o caso, por exemplo, das Bibliotecas e Arquivos Regionais dos Açores e da Madeira, em que a entidade em si mesma possui simultaneamente as duas valências, fazendo ambas parte da sua identidade institucional, embora possuam catálogos distintos para os materiais bibliográficos e para os arquivos. Também em Universidades como a de Aveiro e a dos Açores existem serviços centralizados para acesso e gestão das respetivas bibliotecas, arquivos e património museológico.

Pode ainda ser considerado a este nível o exemplo da Fundação Calouste Gulbenkian, onde existe uma Biblioteca, um arquivo interno da Fundação e o Museu, os quais, embora não funcionem de forma integrada entre si, no sentido em que não há um serviço único que faça a gestão centralizada da informação em comum, todos eles são essenciais ao funcionamento da Fundação, e ao cumprimento dos fins por ela prosseguidos, articulando-se entre si sempre que necessário para determinados objetivos, como seja levar a cabo uma exposição em torno de determinada temática.

Foram ainda identificadas 43 entidades, responsáveis por um conjunto mais reduzido de arquivos, nas quais não se conseguiram encontrar quaisquer áreas ou serviços específicos para o tratamento e consulta dos respetivos acervos, ou em que estes não estão sequer acessíveis – em algumas situações eventualmente o acesso poderá vir a ser facilitado, embora sujeito a grandes condicionalismos.<sup>382</sup>

---

<sup>381</sup> O Centro de Documentação 25 de Abril reúne 304 dos arquivos que fazem parte do total de 413 indicados na Figura 8. Os restantes repartem-se entre diversas instituições, cujo número de arquivos é muito variável. Por exemplo, no Gabinete de Estudos Olisiponenses, o qual pode ser configurado como um centro de documentação especializado sobre a cidade de Lisboa, reúne um acervo de diversa tipologia (bibliográfico, arquivístico, cartográfico, iconográfico, etc.), e nele foram identificados 15 arquivos. O Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica é responsável pela difusão de informação sobre 13 arquivos, identificados no decurso do recenseamento, estando uns fisicamente à sua guarda, e outros sobre os quais apenas faculta o acesso ao seu conteúdo, através de uma plataforma online, lançada em 2015, designada de PAPIR - Plataforma de Arquivos Pessoais e de Instituições Religiosas (acessível em <URL:http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/> [consult. 03-05-2017]). Outros limitam-se apenas a dar acesso e prestar informação sobre um arquivo, como o Centro de Rede de Investigação em Antropologia da FSCH-UNL (arquivo de Jill Dias), ou o Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (arquivo de Orlando Ribeiro).

<sup>382</sup> Entre outras, salientem-se o caso da Fundação Marquês de Pombal, detentora do arquivo de Igrejas Caeiro, que legou a sua casa e património à Fundação, sendo que esta aguarda obras no edifício e o

\*\*\*

Os dados apresentados neste capítulo indiciam a existência de numerosas entidades, em Portugal, responsáveis pela preservação de arquivos pessoais, em domínios como a política, a literatura, as artes, a fotografia, e outras áreas científicas. Alguns dos exemplos apontados evidenciam ainda que é significativa a presença de arquivos com diversas abrangências, e cuja seleção e decisão de preservação foi feita sob distintos critérios e propósitos, justificando, assim, melhor análise e atenção a dar aos processos da sua constituição e incorporação, e ainda uma caracterização mais aprofundada da sua própria natureza. Relativamente ao universo dos 3850 arquivos identificados, seria relevante explorar as principais temáticas neles representadas, o âmbito cronológico em que incidem, as suas mais importantes tipologias documentais, bem como as principais atividades ou facetas pelas quais se destacaram os respetivos produtores. Do mesmo modo, seria imprescindível estudá-los mais especificamente, por forma a se conseguirem identificar os respetivos sistemas de informação originários, sejam eles pessoais ou familiares.

O número de arquivos revelou-se demasiado extenso para ensaiar, no âmbito desta dissertação, sequer uma tentativa de aproximação, já que, para muitos dos casos identificados, apenas se consegue ter, no presente estado da investigação, a informação sobre a existência de determinados arquivos – ou, por vezes, de agregações documentais de grande diversidade –, o que dificulta a sua perceção e compreensão enquanto sistemas de informação. No entanto, este poderá ser um caminho a desenvolver em ulteriores investigações, para o qual o guia que se disponibiliza nos Anexos da dissertação pode vir a constituir um ponto de partida.

---

tratamento do respetivo arquivo, permanecendo este ainda sem instrumentos de descrição disponível ao público. Também a Fundação SPES é detentora do arquivo do antigo bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, mas não foi possível obter resposta ao pedido de informação sobre o mesmo, nem acerca das condições de acesso. Já num outro caso, o da Santa Casa de Misericórdia de Tarouca, que é detentora de documentação de Armando Almeida Fernandes, de âmbito literário e científico, segundo resposta ao pedido de informação formulado durante o recenseamento, o arquivo estava a ser tratado por um padre, entretanto falecido, não tendo a instituição ficado com o resultado desse trabalho – neste caso existe possibilidade de acesso, mas não há qualquer serviço especializado para fornecer a sua consulta. Um outro caso *sui generis*, por outras razões, é o do arquivo apelidado de “Oliveira Salazar”, cedido ao Município de Santa Comba Dão por um dos seus sobrinhos-neto, e que se encontra pendente de decisão judicial sobre a propriedade jurídica sobre o mesmo, razão pela qual não está disponível o acesso.



## **CAPÍTULO 6 – OS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO**

Muitas instituições, um pouco por todo o mundo, incluem grande número de arquivos pessoais nos seus acervos, sendo que, nalguns casos, existe mesmo uma procura ativa para a sua aquisição, ou outras formas de exercício de curadoria. Os motivos dessas aquisições são variáveis. No entanto, existe uma ideia geral de que se procura preservar principalmente os documentos de pessoas consideradas relevantes em qualquer área de ação, seja política, cultural, social ou outra.

Para uma instituição de memória, possuir determinados arquivos pode funcionar como elemento de legitimação. Os arquivos adquiridos constituem-se, deste modo, num capital simbólico, devido ao prestígio que pode advir para a instituição que os detém, representando sempre um valor enquanto bem patrimonial, a coberto de justificações em torno da sua importância cultural ou para o conhecimento.

A integração de arquivos pessoais em instituições de memória segue, por norma, uma atribuição de valor aos mesmos, que tem subjacente algumas premissas: o facto de poderem fornecer pontos de vista únicos sobre determinados acontecimentos; o de poderem representar determinadas individualidades, e a riqueza das suas atividades e da sua relação com a sociedade; o de servirem como evidência relativamente a processos de importância histórica; o de documentarem processos criativos; e o de servirem vontades de memorialização e evocação do passado (John *et al.*, 2010, 98).

Neste capítulo analisar-se-ão especificamente as várias modalidades de aquisição de arquivos pessoais para o caso português, com o fim de explorar os modos como as várias instituições nacionais os têm vindo a incorporar, e como estas entidades, e a sociedade em geral, se relacionam com vista à sua preservação.

Pretende-se avaliar a forma como os diversos processos envolvem, tanto uma atividade mediadora da informação, como percursos de “construção” da memória coletiva, partilhada entre as várias partes envolvidas na decisão de preservar determinados arquivos, em locais especificamente escolhidos ou designados para o efeito. Ao mesmo tempo examina-se como estes processos, ao longo do tempo, refletiram concepções de instituições, e ainda de pessoas e de comunidades de interesses diversos, sobre os arquivos pessoais, com impacto no próprio quadro conceptual da Arquivística.

### **6.1. As modalidades de aquisição na configuração dos arquivos**

Ao longo do recenseamento que se efetuou, no decurso da presente investigação, procurou-se coligir o maior número de dados possível sobre os processos de aquisição, para todos os arquivos que foram sendo identificados. No entanto, um dos grandes problemas enfrentados foi o facto de as decisões tomadas pelas diversas entidades, quanto à incorporação de bens arquivísticos produzidos, acumulados ou colecionados por pessoas singulares, não estarem suficientemente documentadas e justificadas, além de inúmeras situações em que não foi possível apurar qualquer informação.

Grande parte dos arquivos pessoais existentes nas instituições foi adquirida por doação, feita pelos próprios produtores, por herdeiros, mas também por terceiros. Outras vezes, ao invés de procederem a uma doação, os produtores ou seus herdeiros, efetuaram um simples depósito do arquivo nas instituições, em condições definidas em protocolos estabelecidos por ambas as partes, mas em que a documentação geralmente foi confiada por determinado período de tempo, sem que tenha havido uma efetiva transferência dos direitos de propriedade. Esses depósitos podem incluir promessas de doação após determinados prazos e cumprimento de obrigações contratuais; mas também podem não ser claros quanto ao estatuto futuro, deixando os arquivos em situações de indefinição jurídica, se os seus proprietários desaparecerem sem herdeiros.

Foram ainda identificados diversos processos de colaboração, bem como arquivos legados por via testamentária. A compra é igualmente uma das formas utilizadas pelas instituições, designadamente no caso de alguns arquivos de personalidades especialmente relevantes. Acrescem outras formas possíveis de aquisição, como a transferência e a permuta, e situações que combinam várias modalidades.

Todavia, a generalidade das instituições não esclarece de forma clara os critérios aplicados ou as suas linhas de orientação para a atribuição de valor, embora seja visível em muitas delas que a integração de arquivos pessoais nos seus acervos se centra em temáticas, que determinaram a sua seleção: artes, política, ciência, cultura, movimentos sociais, entre outras. A avaliação resulta quase sempre de critérios subjetivos, para os quais concorrem uma reflexão sobre o mérito próprio de cada arquivo quanto aos documentos e informação neles contida, e a comparação e relação com outros já incorporados. Nos critérios aplicados é menos frequente a análise da autenticidade da informação e da integridade do arquivo, e mais comum aspetos referentes à raridade dos documentos, o perigo do desaparecimento, o tipo de suportes, a importância da personalidade, o valor como “testemunho” de uma pessoa, de uma atividade de criação, ou de um evento, onde entra o significado para a identidade e memória coletiva (Ramalho, 2011, 16).

Luciana Heymann abordou a questão do papel das instituições no processo de construção da memória e na atribuição de valor histórico através da análise dos investimentos feitos em acervos pessoais de elites. Com isso pretendeu “desnaturalizar o discurso preservacionista que

justifica a criação desses lugares de memória, e vê-los como estratégias de atualização do capital político dos atores sociais em jogo” (Heymann, 2011, 77). A autora salientou ainda que, apesar de novos espaços erigidos nas instituições em torno de um passado mais diversificado, abrindo lugar a grupos anteriormente silenciados, continua a ser dada ênfase à preservação da memória das elites, no âmbito de um discurso generalizado de “culto à memória” (Heymann, 2011, 78).

Para a análise do caso português, a identificação dos processos de aquisição e de ingresso de arquivos obrigou a que se fizesse um investimento substancial na recolha, junto das várias entidades, de informação que permitisse sistematizar os necessários elementos de descrição, designadamente relativos à sua “história custodial e arquivística” e “fonte imediata de aquisição e transferência”, conforme a norma internacional de descrição arquivística ISAD(G).

Em alguns casos, designadamente de entidades que têm vindo a implementar o uso da referida norma – o que acontece com grande parte das instituições especializadas na área de arquivo –, essa informação constava de descrições arquivísticas disponíveis, quer em guias de fundos ou inventários publicados, quer nas próprias bases de dados, muitas das quais acessíveis através de plataformas na Internet, que se têm vindo a tornar uma das formas preferenciais de descrever e fornecer acesso à informação sobre os arquivos. Em muitas situações, porém, foi necessário solicitar informações adicionais, pois nem sempre a informação disponibilizada se encontrava completa a este nível.

Nas bibliotecas foi mais difícil recolher a informação necessária, pois é comum os acervos arquivísticos não possuírem um instrumento de acesso à informação (com honrosas exceções, obviamente, nem que seja pela disponibilização de guias de fundos ou de apresentações dos seus acervos). Em alguns casos, as descrições existem, mas encontram-se tratadas catalograficamente em bases de dados bibliográficas, demasiadas vezes cingidas à peça, ou, num extremo oposto, apenas em registos bibliográficos sumaríssimos para o conjunto geral, dificultando a recuperação de informação sobre os arquivos enquanto unidade específica.

No caso dos museus, a situação encontrada foi semelhante à das bibliotecas. Mesmo naqueles que adotaram o software Matriz, fornecido pela DGPC, a descrição dos bens arquivísticos incluídos nos acervos museológicos dá primazia ao documento/objeto isolado e não ao arquivo no seu todo.

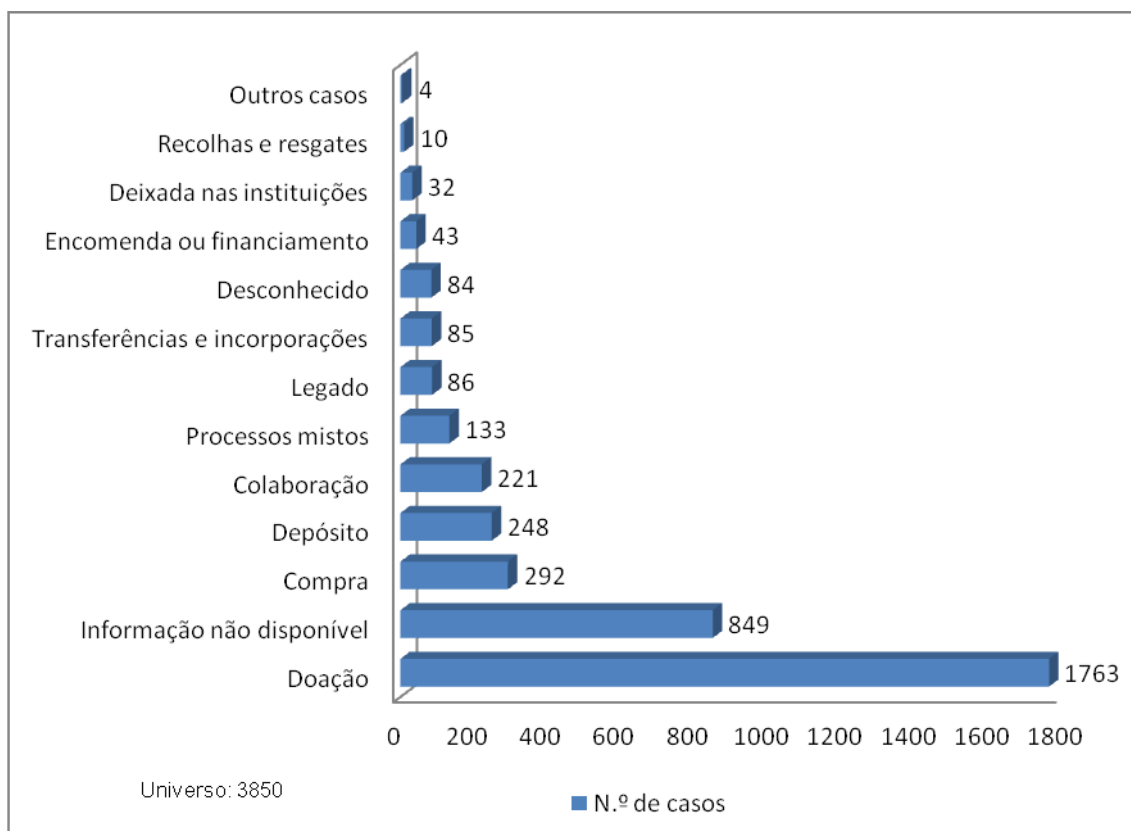
Foi necessária persistência e sucessivos contactos, junto das diversas entidades, para obter informação passível de ser sistematizada, e dados suficientes que pudessem ser sujeitos a interpretação e tratamento.

A esta complexidade juntou-se a ausência de instrumentos de descrição para muitos arquivos ainda não tratados, ou que foram objeto de intervenções mínimas. Essa ausência foi, por vezes, colmatada com a análise da informação pontualmente disponibilizada sobre os arquivos

dada pelas próprias instituições nas suas páginas oficiais da Internet (entre as quais notícias em torno de eventos e assinalando sessões de homenagem ou de entrega de arquivos), em obras de divulgação dos acervos (como catálogos de exposições ou mostras documentais), complementada ainda com o recurso a alguns trabalhos e estudos, incluindo do âmbito académico, na área arquivística e noutros domínios do conhecimento, que utilizaram alguns dos arquivos pessoais identificados (por exemplo, estudos biográficas sobre determinadas personalidades).

A falta de registos detalhados dos processos de aquisição, bem como a sujeição a diferentes graus de confidencialidade, a ausência de descrições arquivísticas que forneçam essa informação, ou até mesmo a ausência de resposta por parte das instituições identificadas, determinaram a impossibilidade de estabelecer as modalidades de ingresso para 849 casos do universo total de 3850 arquivos identificados. A estes juntam-se ainda outros 84 em que as próprias instituições assumiram desconhecer a forma de ingresso, seja porque a documentação ingressou há muito tempo, sob distintos graus de informalidade nem sempre registados, seja porque esse registo se perdeu por entre os próprios arquivos das entidades detentoras. Estas situações encontram-se assinaladas na figura 9, que sistematiza as diversas modalidades de aquisição identificadas.

Da soma dos casos em que não foi possível apurar a modalidade de aquisição com a daqueles em que a mesma é desconhecida, resulta a constatação de que para 24% dos arquivos não existe qualquer informação disponível sobre o respetivo processo de incorporação. Há, portanto, um longo caminho a percorrer no que concerne à divulgação ao público da forma como as instituições se tornam possuidoras ou assumem a guarda de bens arquivísticos produzidos por outrem, e na investigação em torno da constituição dos seus acervos. É igualmente importante o estabelecimento de normas e procedimentos que impeçam a perda de de informação que é relevante para a compreensão dos percursos da documentação ao longo do tempo, que influenciam a sua interpretação. O registo adequado das modalidades de aquisição revela-se ainda imprescindível para salvaguarda de direitos legais de propriedade sobre esses bens, tanto no que diz respeito à posse física, como à de outros consagrados em lei, como os direitos de autoria.



**Figura 9 – Modalidades de ingresso de arquivos**

*Fonte:* Elaboração própria, com base nos dados recolhidos.

Tratando-se, na grande maioria, de arquivos que se encontram sob tutela de entidades públicas, justifica-se a necessidade de uma profunda reflexão sobre este aspeto, tendo em vista a boa governança da informação, considerando os limites, implicações e obrigações das entidades detentoras de património arquivístico na comunicação ao público dos processos de aquisição de bens informacionais provenientes da esfera privada, os quais, por via dessa incorporação, se traduzem em informação passível de ser utilizada e usufruída pela comunidade em geral, ainda que possa estar sujeita a reservas legais de comunicabilidade e de difusão.<sup>383</sup> Note-se que as mais recentes recomendações do Conselho Internacional de

<sup>383</sup> Sem pretensão de desenvolver a análise dos aspetos legais e jurídicos que devem ser acautelados na comunicabilidade, difusão e utilização da informação contida nos arquivos pessoais, refira-se que, além dos direitos de autor, se aplicam ainda um conjunto de preceitos legais previstos tanto na legislação portuguesa. Saliente-se, designadamente, o direito ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar, consignados na Constituição da República Portuguesa (Artigo 26.º), ou os condicionalismos impostos à confidencialidade da correspondência particular e à utilização da imagem previstos pelo Código Civil Português (em particular nos seus Artigos 75.º a 80.º). Por outro lado, o regime geral dos arquivos e do património arquivístico em Portugal, fixado pelo Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro, remete para a competência dos proprietários dos arquivos particulares a

Arquivos apontam para a importância de as entidades detentoras de arquivos, e dos responsáveis pela gestão da sua informação em geral, pautarem a sua atuação pela transparência no domínio da informação, designadamente dando a conhecer a existência de bens arquivísticos, mesmo que sujeitos a restrições de acesso parciais e totais, que deverão ser indicadas de forma clara (ICA, 2014, 4 e 8).

Relativamente aos restantes arquivos, para os quais que foi possível determinar as modalidades de aquisição envolvidas, optou-se por as tipificar em função da forma legal que assumiram ou que condiciona a efetiva titularidade das entidades detentoras sobre a informação. Destaque-se, contudo, que o facto de um determinado arquivo se enquadrar numa das modalidades indicadas, tem apenas em consideração o enquadramento jurídico-legal em que a totalidade da documentação se encontra, não significando que esta não possa ter sobrevivido à posse da respetiva entidade, com origem em distintas fontes. Por exemplo, considera-se sob a modalidade de doação, todos os arquivos que se tornaram efetiva propriedade das instituições, mesmo que possam ter sido formados por doações de múltiplas pessoas (indivíduos singulares, famílias e outras instituições), e em diferentes momentos. Do mesmo modo, os ingressos por compra são considerados enquanto modalidade jurídica de aquisição onerosa, independentemente de um arquivo poder ter resultado de compras a diversas entidades. Também os depósitos podem resultar de reunião de documentação relacionada com uma mesma pessoa, mas abranger diversos proprietários.

Existem, porém, algumas situações de arquivos cuja documentação foi sendo agrupada com base em diversas formas jurídicas de aquisição, combinando duas ou mais modalidades, como seja a doação e a compra, em simultâneo ou em distintas ocasiões; ou a doação parcial, complementada por documentação em regime de depósito, ou cedida apenas por cópia, ficando os originais em posse dos seus proprietários. Consideram-se estes casos como processos mistos, aos quais se juntam ainda outras modalidades de incorporação de documentos sobre as quais importa refletir.

Atentar-se-á, assim, de seguida, às diversas especificidades que podem estar presentes nas várias modalidades de aquisição.

Conforme se verifica na figura 9, as doações constituem a forma preferencial de incorporação de bens arquivísticos por parte das entidades a quem os arquivos pessoais são confiados. Todavia, uma doação pode assumir diferentes características, e estas devem ser consideradas, sob o ponto de vista da análise da própria proveniência dos documentos que formam os arquivos nas várias instituições de memória, e ainda no que se refere às relações

---

proposta das regras e modalidades de comunicação da documentação (Artigo 17.º, n.º 4). Informação mais detalhada pode ser encontrada em Clara Rosa [2009].

estabelecidas entre os doadores e as entidades, neste processo que implica uma transmissão de propriedade efetiva.

Dos 1763 casos identificados como enquadrados em processos de doação existem situações de grande disparidade. Foram identificadas 523 situações (30%) em que apenas se sabe que a documentação ingressou por doação, não havendo qualquer informação sobre a fonte de aquisição, ou seja, sobre quem doou e em que circunstâncias. Dos restantes 1240 (70%) constatou-se que a doação tanto proveio de uma única fonte, como envolveu distintos intervenientes.

A doação de familiares ou herdeiros foi a forma maioritária que se identificou, logo seguida daquela que derivou da iniciativa, ainda em vida, das próprias pessoas que produziram ou reuniram a documentação.<sup>384</sup> No entanto, tal não significa que os atos de doação tenham ocorrido apenas numa única ocasião, nem exclui a possibilidade de que a formalização legal da transmissão de propriedade não tenha antes sido precedida por períodos de depósito, mais ou menos longos, ou que se tenha revestido de outras formas de colaboração, nem sempre documentadas ou referidas na informação dada a conhecer ao público, ou a que se teve possibilidade de acesso no decurso dos pedidos de informação e questionários dirigidos às diversas instituições, durante a presente investigação.

Tanto em relação aos produtores diretos da documentação, como aos seus herdeiros, encontraram-se numerosas situações em que os atos de doação ocorreram em diferentes datas, ou em que a incorporação decorreu faseadamente ao longo de vários anos, podendo fazer presumir que as doações estão também condicionadas por aspetos como o desenvolvimento de ligações de confiança entre as várias partes envolvidas.

Na realidade, o sucesso de uma relação entre as pessoas e as instituições que recebem a documentação pode determinar que, por exemplo, um determinado indivíduo que iniciou um processo de doação em vida, de partes do seu arquivo, depois decida deixar em testamento o restante que reservou para si; ou que, mesmo sem a existência de um legado formal, os herdeiros decidam dar continuidade a tais atos de transmissão de documentação.<sup>385</sup>

Do mesmo modo, uma relação que por vezes se inicia com um depósito inicial, com ou sem promessa de doação explícita, pode transformar-se numa doação formalizada, ao fim de alguns anos, uma vez consolidada a relação de confiança.<sup>386</sup> Também pode dar-se a

---

<sup>384</sup> As situações indicadas correspondem, respetivamente, a 527 e a 461 casos no que se refere aos 1240 arquivos ingressados por via de doação nas diversas entidades detentoras.

<sup>385</sup> Entre muitos outros, pode exemplificar-se com o arquivo de João Martins Pereira (1932-2008), que se encontra no Centro de Documentação 25 de Abril em Coimbra, e que teve uma primeira incorporação de alguns documentos por sua própria iniciativa, em 1994, a que se seguiu a doação pelos herdeiros, entre 2009 e 2010, de toda a parte restante do arquivo e biblioteca pessoal, na sequência do seu falecimento.

<sup>386</sup> Salientem-se apenas alguns exemplos desta situação. Em Coimbra, a Biblioteca Municipal recebeu em depósito, em 1943, a biblioteca particular de Manuel da Silva Gaio (1860-1934), por intermédio da sua

eventualidade de a organização de uma exposição ou evento em torno de determinada personalidade, com pedido de colaboração da parte de familiares para cedência de materiais, dar origem à sua subsequente doação, num ato de reconhecimento mútuo de valor.<sup>387</sup>

Finalmente saliente-se que, em vários arquivos identificados, os processos de doação não envolveram somente os produtores originários da documentação e seus herdeiros diretos, podendo estes ter sido apenas uma das partes intervenientes, ou estarem até ausentes, evidenciando-se a presença de outras formas complexas na constituição e agregação de documentos, numa diversidade de situações.<sup>388</sup>

Uma parte teve origem em doações de outras instituições que, por diversas vias, detiveram anteriormente a guarda de arquivos,<sup>389</sup> as quais, por seu turno, os podem ter adquirido por diversas vias, incluindo doações, compras ou outras modalidades.<sup>390</sup> Registaram-se igualmente um conjunto significativo de doações de outras pessoas singulares sendo, também neste caso, inúmeros os motivos que podem justificar que a documentação doada estivesse na posse de terceiros – algumas situações evidenciam ligações de amizade ou de âmbito profissional; outras poderão ter sido resultantes de processos de aquisição em função de interesses de investigação ou até de mero colecionismo; e noutros casos não é dado a conhecer o percurso que a documentação teve e como chegou à posse do seu último possuidor e derradeiro doador.

---

viúva e filhos; em 1967 seria cedida definitivamente pela família, acrescida da documentação de arquivo e outros objetos. Em Ílhavo, uma parte do arquivo de Octávio Lixa Filgueiras (1922-1996) foi depositado à guarda do Museu Marítimo, em 2007, pela família, formalizando-se um novo protocolo em 2012, com a respetiva doação, na sequência da criação do atual Centro de Documentação de Ílhavo. Com um certo paralelismo, encontram-se também algumas situações identificadas no Museu do Neo-Realismo, onde famílias de algumas personalidades, como Manuel Campos Lima (1916-1996) ou José Faure da Rosa (1935-1985), ali depositaram diversa documentação, na década de 1990, formalizando-se as doações ao Museu dos casos indicados, respetivamente, em 2008 e 2009.

<sup>387</sup> Cite-se o caso do professor francês Paul Charles Lepierre (1867-1945), que veio para Portugal ainda em finais do século XIX, tendo uma longa carreira docente, primeiro na Escola Politécnica de Lisboa e no Instituto Industrial, e, posteriormente, no Instituto Superior Técnico, no qual veio a integrar o núcleo inicial de professores. No âmbito de uma homenagem que este último instituto lhe prestou, foi solicitado a um bisneto o empréstimo de diversa documentação, que foi então inventariada tendo permanecido no Instituto, ao qual acabou por ser doada, em 2010, ficando à guarda do respetivo Núcleo de Arquivo.

<sup>388</sup> Relativamente ao universo de 1240 arquivos, ingressados por via de doação nas diversas entidades detentoras, estas situações de grande diversidade totalizam 252 casos.

<sup>389</sup> Apenas para referir alguns exemplos saliente-se: o arquivo de Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004), que foi doado ao Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra pela Fundação Cuidar o Futuro; o de Mário Henrique Leiria (1923-1980), doado à Biblioteca Nacional pela Associação Portuguesa de Escritores; ou o da coleção de documentos que pertenceu ao Abade Correia da Serra (1751-1823), que se encontra na Torre do Tombo na sequência de uma doação da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, a qual a adquiriu depois de um longo processo de dispersão a que foi sujeito o arquivo deste naturalista.

<sup>390</sup> Interessando, para efeitos da presente análise, apenas as modalidades de aquisição referentes aos arquivos presentemente existentes nas entidades identificadas no decurso do recenseamento, estas outras formas de aquisição por parte de anteriores proprietários não foram contabilizadas, sendo esta informação considerada apenas no que respeita à história custodial e arquivística.



Finalmente, detetaram-se alguns casos em que a incorporação resultou da conjugação de doações dos seus diretos produtores, ou dos seus herdeiros, com documentação resultante de doações de terceiros, evidenciando igualmente complexos processos de agregação de informação a um designado arquivo pessoal. Nesta complexidade, muitos dos arquivos considerados como pessoais pelas instituições de memória, acabam por não ser o resultado apenas de uma produção e acumulação de documentos de um dado indivíduo, cujos contextos originários se referem às suas atividades ao longo da vida, mas antes de “construções arquivísticas”, por intervenção de distintos intervenientes.<sup>391</sup>

A compra é também uma das formas utilizadas pelas instituições, designadamente no caso de arquivos de personalidades consideradas especialmente relevantes. No que se refere à modalidade de compra, não foi possível identificar a quem foi feita a aquisição para um conjunto significativo de arquivos (27%), uma proporção próxima da encontrada para as doações.

Dos restantes, sobressaem as compras feitas diretamente aos próprios produtores, bem como aos seus herdeiros,<sup>392</sup> e em livreiros alfarrabistas ou em leilões.<sup>393</sup> Menos significativas são as

---

<sup>391</sup> Veja-se, por exemplo, o arquivo do investigador e professor na área da medicina, José Francisco David Ferreira (1929-2012), atualmente integrado no Arquivo de Ciência e Tecnologia da Fundação para a Ciência e Tecnologia. A primeira parte da documentação proveio do seu gabinete de trabalho na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, no âmbito de um protocolo de doação em esteve envolvida esta instituição académica (2013). Posteriormente, juntou-se-lhe nova documentação proveniente da sua residência, desta feita por intermédio dos herdeiros (2014-2015). Pode também referir-se o caso da coleção de João Palma Ferreira (1931-1989), que se encontra no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal, a qual começou a ser constituída, primeiro, por sucessivas doações do próprio, durante a década de 1980, a que se seguiram, após a sua morte, novas doações por intermédio de Rogério de Freitas e pela Direção Geral dos Negócios Político-Económicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Um outro exemplo é o do arquivo do padre Tomás Borba (1867-1950), detido pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro (Angra do Heroísmo), formado a partir de uma multiplicidade de doações de diversas pessoas e entidades, em diferentes datas. A primeira doação partiu da iniciativa de um herdeiro, o seu sobrinho-neto, Prof. Doutor José Henrique Ferreira Marques, no início da década de 1990, que se prolongou em anos seguintes, e à qual foram sendo sucessivamente adicionados documentos por outras pessoas. Parte destes documentos não provêm de qualquer arquivo produzido e acumulado pelo próprio Tomás Borba no decurso das suas atividades, mas resultam de testemunhos do seu relacionamento com outras entidades ou pessoas (caso de documentos relativos ao seu percurso escolar enquanto aluno do Seminário Maior de Angra do Heroísmo, cedidos por intermédio de um outro padre), ou relacionam-se simplesmente com a sua personalidade, como sejam recortes de imprensa e documentos relativos a homenagens póstumas, na maior parte incluídos em coleções criadas no decurso do tratamento arquivístico, no seio da estrutura organizativa e classificativa do que é, ainda assim, apresentado arquivisticamente como um fundo documental.

<sup>392</sup> Foi possível verificar a existência de 91 arquivos nesta situação. Todavia, são mais numerosos os casos de compra a familiares e herdeiros do que aos próprios produtores, registando-se ainda casos pontuais de compras feitas aos próprios, que depois foram complementadas com novas aquisições a familiares. A coleção referente a Margarida Jácome Correia (1919-1996), no Arquivo de Cultura Contemporânea Portuguesa da Biblioteca Nacional, por exemplo, cuja primeira parte foi comprada à própria em 1995, teve, no ano seguinte ao seu falecimento, uma nova incorporação, por virtude de uma outra compra à sua filha.

<sup>393</sup> Foram identificados 88 arquivos resultantes deste tipo de aquisição, na sua maior parte relativos a conjuntos que ingressaram na Biblioteca Nacional de Portugal, na Torre do Tombo e no Centro Português de Fotografia (perfazendo 75 dos 88 casos).

aquisições a terceiros e a outras instituições, por vezes em diferentes fases e a distintas entidades.<sup>394</sup>

A compra de documentação em leilões ou vendas públicas com recurso ao exercício do direito de preferência tem sido esporadicamente utilizada,<sup>395</sup> porque, apesar desse instrumento legal, as instituições estão sujeitas à concorrência com outros interessados.<sup>396</sup>

À semelhança do que foi apontado para as doações, assiste-se igualmente, pela via da compra, ao que deve ser considerado um processo complexo que molda, de forma indiscutível, a própria constituição dos arquivos que são apresentados pelas instituições de memória aos seus utilizadores. É comum encontrar, nas diversas entidades, documentação que é apresentada como um arquivo pessoal, referente a determinada personalidade, mas que, na realidade, foi adquirida por diversas vias, agregando-se documentos com distintas proveniências, e não necessariamente apenas com origem nos arquivos diretamente produzidos e acumulados pelas pessoas que os intitulam.<sup>397</sup>

No que diz respeito aos depósitos, situação em que a documentação se encontra sob a guarda física de determinadas entidades, mantendo-se, contudo, a propriedade jurídica sobre os bens

---

<sup>394</sup> Correspondendo a 35 casos, de que são exemplos, entre outros que fazem parte deste conjunto, o arquivo de José Tomás da Fonseca (1877-1968), integrado no Arquivo de Cultura Contemporânea Portuguesa e adquirido em 1998 pela Biblioteca Nacional à Associação Humanitária Movimento Emmaús do Abbé Pierre. Também aqui se inclui o que deve corresponder a parte do arquivo de Francisco Almeida Grandela (1853-1934), comprado, em 2016, pela Associação Património Histórico – PH Grupo de Estudos (Caldas da Rainha) ao colecionador Vasco Trancoso. É também o caso do arquivo de Almeida Garrett (1799-1854), existente na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Foi por esta comprado em 1947 à viúva do Professor Magalhães Colaço, o qual, por seu turno, o tinha adquirido depois de sucessivas transições de propriedade (para informação detalhada sobre o percurso desta documentação de Garrett, veja-se Filipe (2015)). A este arquivo se vieram a juntar, a partir de meados da década de 1990, ainda outros documentos, sucessivamente adquiridos, também por compra, a vários particulares.

<sup>395</sup> No regime jurídico português, o direito de preferência é a “faculdade de chamar a si, em igualdade de condições (tanto por tanto), com prioridade sobre o comum dos interessados, a oferta ou a declaração de venda ou dação em cumprimento [...]” (Rocha, s.d., 3). Os comproprietários, o Estado, as Regiões Autónomas e os municípios gozam, pela ordem indicada, do direito de preferência em caso de venda ou dação em pagamento de bens classificados ou em vias de classificação (Lei 107/2001, Art.º 37.º, n.º 1). O Estado pode exercer o direito de preferência em caso de alienação, designadamente em hasta pública ou leilão, de espécies arquivísticas valiosas ou de interesse histórico-cultural do património arquivístico e fotográfico, independentemente da sua classificação ou inventariação, sendo essa uma das atribuições da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), na área dos arquivos (Decreto-Lei 103/2012, Art.º 1.º, n.º 3, alínea g).

<sup>396</sup> A Biblioteca Nacional tem-no feito numa ou noutra ocasião, tal como aconteceu em 2009 na aquisição de um conjunto de cartas autógrafas do escritor Luís Pacheco (1925-2008), e mais recentemente, em 2011, com a aquisição em leilão de uma de três cartas da autoria de Fernando Pessoa (1888-1935), que este endereçou a Pierre Hourcade (1908-1983).

<sup>397</sup> Tal sucedeu, por exemplo, embora não seja caso único, com o arquivo de Vitorino Nemésio (1901-1978), que se encontra na Biblioteca Nacional, também no serviço do Arquivo de Cultura Contemporânea Portuguesa. Na breve apresentação que dele é feita na página web do ACPC, refere-se um depósito inicial na Biblioteca, em 1982, do qual veio a resultar a formalização da respetiva compra, pelo Estado, em 1984 e 1986. No entanto, em 2001, a BNP adquiriu nova documentação (um lote de correspondência) a uma terceira pessoa, tendo optado por a anexar ao arquivo já existente - deve salientar-se que, na informação disponibilizada sobre esta compra, não é referido se se trata de correspondência recebida ou expedida, implicando a necessária consulta aos originais para a verificação dos contextos de produção e acumulação subjacentes.

arquivísticos nos seus possuidores, houve um conjunto de 40 casos, do conjunto indicado na figura 9, em que não foi possível identificar quem são os seus legítimos proprietários (cerca de 16% dos arquivos que foram identificados como estando sujeitos a regime de depósito).

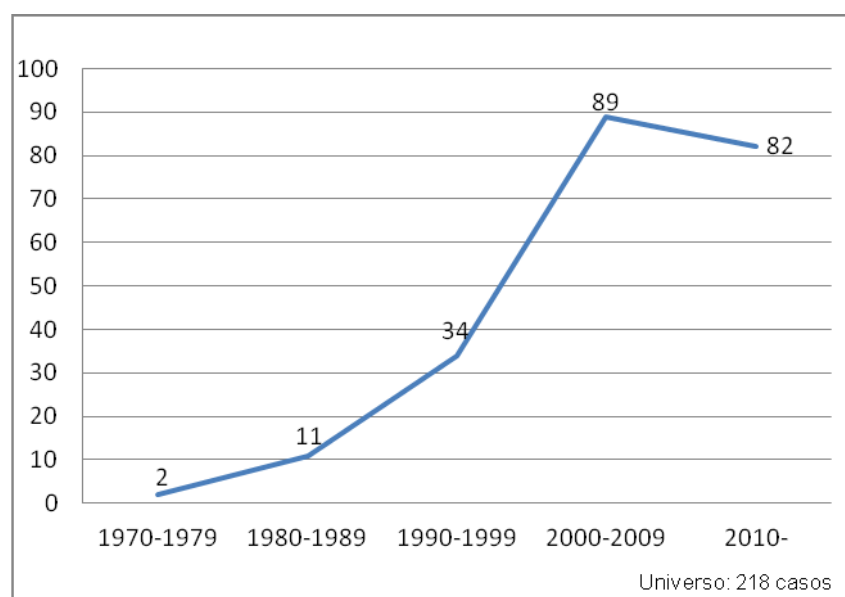
Tal como verificado com as situações de doação e de compra, a maior parte dos depósitos provém de famílias e herdeiros, e em alguns casos dos próprios produtores (identificaram-se ao todo 154 arquivos nesta situação, correspondendo a 62% do conjunto de 248 casos de depósito). Os restantes depósitos são provenientes de outras instituições (44 casos), ou de outros indivíduos particulares (9 casos), registando-se ainda um arquivo que apresenta características singulares pois, apesar de estar considerado como um único arquivo, foi, de facto, construído e constituído a partir da recuperação de documentação de diversas proveniências.<sup>398</sup>

O regime de depósito constitui um fenómeno que se tem vindo a tornar uma opção, especialmente nas últimas décadas, tendente a captar arquivos aos quais se reconhece determinado tipo de valor, permitindo que neles se façam intervenções de conservação e de tratamento quanto à sua descrição, abrindo-se também, por esta via, possibilidades de facultar o acesso à informação pela comunidade em geral, sem que os seus proprietários percam a posse sobre os documentos e de outros direitos legais que incidem sobre eles.

À exceção de alguns depósitos realizados há longa data que, entretanto, se converteram em doações, a maior parte dos casos identificados ocorreu posteriormente à década de 1970. Dos 248 arquivos em regime de depósito, foi possível identificar o período em que tal ocorreu para 218 situações, e, como se verifica no gráfico constante da Figura 10, o crescimento tem vindo a acentuar-se, principalmente a partir da viragem do século.

---

<sup>398</sup> Trata-se do caso especial do Arquivo Amílcar Cabral, que se encontra depositado na Fundação Mário Soares. Ao longo de vários anos, a Fundação encetou diligências em comum com outras entidades designadamente da Guiné-Bissau, para a recuperação, digitalização e descrição da documentação produzida e/ou relacionada com Amílcar Cabral (1924-1973), antigo militante africano, cujo percurso pessoal se funde com o da luta pela independência da Guiné-Bissau e com o seu papel de Secretário-geral do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Tanto a filha, Iva Cabral, como outros familiares e amigos, e mesmo as próprias entidades guineenses empenharam-se na salvaguarda de toda a documentação que foi possível resgatar, posteriormente transferida da Guiné para Lisboa, onde atualmente se encontra depositada. Todavia, uma parte da documentação salvaguardada nestas operações de resgate foi também objeto de transferência de suporte (digitalização) diretamente na Guiné-Bissau, ou então posteriormente devolvida aos seus proprietários, após reprodução.



**Figura 10 – Evolução do número de depósitos nas últimas décadas**

*Fonte:* Elaboração própria, com base nos dados recolhidos.

Ainda que a maioria dos depósitos seja uma vontade das entidades proprietárias da documentação, este tipo de regime tem sido aceite, e até incentivado, como forma de colaboração mútua, em que ambas as partes retiram algum tipo de proveito. Determinadas instituições destacaram-se mesmo, no decurso da identificação que se efetuou, como tendo à sua guarda vários arquivos nesta situação, por opção estratégica ou por oferecem condições técnicas especiais para a conservação de determinados suportes físicos, que outras entidades não dispõem.

A Fundação Mário Soares, por exemplo, é uma das que elege o regime de depósito como uma das principais modalidades para a guarda e tratamento de arquivos, granjeando a confiança dos depositantes ao assegurar o respetivo tratamento através de uma aposta na estratégia da sua digitalização e difusão na Internet.

Também o Arquivo Histórico Municipal de Cascais tem vindo a captar uma série de depósitos, na sequência do lançamento, em 2006, do “Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal”, que tem incentivado instituições, coletividades e particulares, possuidores de documentação com interesse para a história do concelho, a delegarem no Arquivo o seu tratamento e preservação. Esta instituição tem-se manifestado idênticamente recetiva a receber apenas depósitos por meios digitais, incluindo de reproduções de documentos originais.

O Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, instalado no Forte de Sacavém, sob tutela da DGPC, tem-se especializado em receber arquivos de arquitetos, em grande parte por

via de depósitos em regime de comodato, ou seja, por um prazo determinado, fixado nos acordos celebrados. Oferece a possibilidade de acomodar documentação que necessita de condições de conservação especial, em espaços amplos e adequados, como é o caso de projetos de arquitetura e desenhos técnicos de grande dimensão, bem como objetos tridimensionais, de que são exemplo as maquetas.

Pode ainda referir-se, para o caso especial de espécies fotográficas o Arquivo de Documentação Fotográfica da DGPC, recém-transferido do Palácio da Ajuda para o referido Forte de Sacavém, onde passou a dispor de amplas zonas de depósitos, preparadas para assegurar os níveis de temperatura e humidade especificamente necessários à conservação dos suportes. Assinale-se igualmente a recente transferência, em 2016, das coleções fotográficas do Museu Photographia Vicentes, no Funchal, para o Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, onde se reúnem melhores condições técnicas para o seu adequado tratamento e conservação. Em ambos estes exemplos, a faculdade de oferecerem condições técnicas adequadas, permite-lhes receber em regime de depósito espécies documentais que necessitam de atenção especializada para assegurar a respetiva conservação.

Deve ser ressaltado que a opção pelo regime de depósito comporta riscos, nem sempre acautelados ou previstos por ambas as partes. Não foi possível consultar os protocolos de depósito celebrados, que, de um modo geral, se encontram sujeitos a reserva de consulta ou a confidencialidade, ainda que tenha sido facultado, no âmbito da investigação, o acesso pontual a alguns deles. No entanto, a partir da informação que tornada pública para alguns casos, e fazendo uma reflexão sobre o conjunto de arquivos que se encontra sob este regime jurídico, nas mais distintas instituições, há questões se podem colocar, para as quais não existem ainda respostas definitivas, que só o acompanhamento futuro das situações poderá esclarecer.

Tome-se como ponto de reflexão um caso concreto. A Dr.<sup>a</sup> Ana Vicente (1943-2015) depositou o arquivo da sua mãe, a escritora e jornalista de origem inglesa, Susan Lowndes (1907-1993), em duas instituições. No Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa encontra-se parte deste arquivo, por virtude de depósito efetuado em 2012. Esta componente diz respeito à atividade profissional de Susan Lowndes, em particular como correspondente de imprensa com entidades editoriais católicas, contendo ainda outros documentos reunidos no âmbito dos seus interesses pessoais.<sup>399</sup>

Todavia, no ano anterior, Ana Vicente depositou também, no Arquivo Municipal de Cascais, ao abrigo do “Programa de Recuperação de Arquivos e Documentos de Interesse Municipal”, uma outra parte do arquivo da sua mãe, juntamente com o de Luís Artur de Oliveira Marques (1898-

---

<sup>399</sup> Recebeu ainda um ingresso adicional em 2013, sendo que toda esta parte do seu arquivo se encontra catalogada. Cf. Pereira, P. M. (2015, 3).

1976), com quem Susan Lowndes se casou, tendo ambos partilhado interesses na área da produção área jornalística.

Trata-se de um exemplo de desagregação de um arquivo pessoal, mas que pode servir para outro tipo de debate, em torno dos limites e dos arquivos pessoais e familiares do período contemporâneo, e da própria definição do que se entende como sendo um fundo de arquivo, ou um sistema de informação. De facto, Susan Lowndes figura numa das situações como um fundo a título individual, indiciando ao investigador menos familiarizado com a terminologia arquivística e os seus debates teórico-conceituais, estar-se presente um arquivo pessoal. No outro caso, existe documentação tanto de Susan Lowndes como do marido, ou seja prefigurando antes um arquivo familiar – ou pelo menos de parte de um sistema de informação familiar.

Todavia, a questão que se pretende agora levantar refere-se ao destino futuro destes depósitos. A depositante faleceu entretanto, embora tenha deixado herdeiros, e a eles competirá decidir sobre a continuidade do gesto e vontade de Ana Vicente ao proceder àqueles depósitos. Contudo, nada é dito, na informação que é prestada publicamente, sobre eventuais condições que possam impender sobre o futuro da documentação. Estarão, por certo, devidamente acauteladas, mas o que interessa para a análise dos problemas levantados pelos depósitos são justamente as questões que se podem levantar em cenários semelhantes, onde tal não tenha sido feito.

De facto, exemplos como o que foi indicado permitem indagar se, e como, se acautela o destino da documentação após o falecimento dos seus depositantes, sejam eles os próprios produtores ou terceiros que se tornaram possuidores de arquivos. No caso de terem sido os próprios produtores, várias hipóteses podem ter sido antecipadamente colocadas, como a renegociação dos depósitos com os herdeiros. Contudo, mesmo em situações em que os herdeiros são conhecidos, podem sempre advir problemas relacionados com partilhas de herança. Por outro lado, o que sucede se, entretanto, estes não forem conhecidos? Existem, obviamente, figuras legais estabelecidas para se adquirir a posse de bens que pertenceram a outrem, mas que tendem a envolver longos processos para cumprimento dos requisitos necessários à confirmação jurídica da transmissão de propriedade. Pode pôr-se, assim, a hipótese da afetação permanente da documentação ao acervo da instituição que recebeu o depósito, mas até que ponto as entidades detentoras estão cientes dos mecanismos legais para o fazerem?

Os depósitos de arquivos de pessoas já falecidas por parte de familiares também pode levantar problemas semelhantes, tanto mais que nem sempre todos os herdeiros serão intervenientes

nos protocolos de depósito, o que pode vir a originar disputas judiciais pela posse da documentação. O mesmo pode ocorrer em situações de depósitos efetuados por terceiros.<sup>400</sup>

Uma das indagações que se coloca, nos cenários acima indicados, é o que sucederá à comunicabilidade e utilização da documentação depositada, enquanto se aguardam as decisões legais sobre a propriedade e destino dos arquivos? É também possível questionar o que acontecerá à situação dos depósitos na eventualidade de as instituições que os receberam serem extintas? Para os arquivos de instituições públicas haverá sempre órgãos de tutela responsáveis pela decisão da continuidade, ou término dos regimes de depósito, sendo que, na primeira hipótese, haverá que salvaguardar as condições inicialmente acordadas, para efeitos da transferência dos arquivos.

Porém, no caso de se tratar de instituições privadas, uma eventual extinção, por dissolução, encerramento de atividade, ou outro motivo, pode gerar problemas quanto ao estatuto jurídico da custódia dos bens arquivísticos. A possibilidade da sua restituição aos proprietários, por via do término dos depósitos é uma das eventualidades, caso estes ainda existam ou os seus herdeiros sejam conhecidos. A transferência para outras instituições poderá ser outra via, mas terão de ser consideradas as condições iniciais do depósito, a aceitação da parte dos seus proprietários, ou outras que possam impender sobre a documentação.

Devem ainda ser consideradas outras situações, pois os arquivos podem não permanecer em depósito indefinidamente. O investimento no tratamento arquivístico através da descrição e da criação de formas de acesso à informação através do recurso a cópias digitais, cada vez mais corrente e incentivada, pode criar a convicção, em qualquer das partes envolvidas, de que já não é necessário à entidade depositária deter a guarda física da documentação, podendo esta ser devolvida aos seus depositantes. Assim, o que durante anos se consubstanciou num regime de depósito baseado na materialidade dos documentos, pode converter-se apenas em formas que envolvem a colaboração entre partes, retornando aos proprietários os objetos materiais sobre os quais a informação foi registada, e remanescendo na instituição de memória designada apenas a informação resultante de ações de reprodução e descrição.

Se o enfoque nos conteúdos informacionais, assim desmaterializados e afastados dos seus suportes originais, se afigura como uma solução, no sentido de potenciar a difusão e o acesso público do objeto ao qual se dá relevo – a informação, e não o seu suporte – tal não significa que não devam ser tidas em conta diversos aspetos a acautelar nesse processo.

---

<sup>400</sup> Foi o que aconteceu, por exemplo, com o arquivo do escritor Raul Brandão (1867-1930), depositado na Biblioteca Nacional, em Março de 1982, por Berta Mendes, viúva do também escritor Manuel Mendes (1906-1969), e que acabou por ser transferido para a Sociedade Martins Sarmiento, na sequência de uma decisão judicial, que determinou a sua entrega aos herdeiros de Raul Brandão, considerados seus legítimos proprietários, que procederam ao cumprimento do testamento do produtor.

Desde logo, no sentido da regulamentação da posse e da própria difusão das reproduções digitais, considerando eventuais direitos legais que possam recair sobre a informação nelas contidas, como os constitucionalmente consagrados no âmbito da vida privada, ou os direitos de autor. Uma reprodução digital pode até ser considerada como propriedade da entidade que efetuou a digitalização, por meio de acordos estabelecidos, mas a informação que a mesma transmite pode estar sujeita a outras esferas jurídicas, como as indicadas, sendo importante que os acordos prevejam distintas situações. Também não pode deixar de se salientar que a digitalização e a descrição, através do recurso à gestão da informação em bases de dados, implica que as instituições estabeleçam os necessários planos de preservação digital dessa informação a longo prazo, e neles se empenhem ativa e continuamente.

Estas mesmas questões conduzem à equação de problemas semelhantes presentes em alguns arquivos, que fazem parte dos acervos de algumas instituições arquivísticas, bibliotecas, museus e outras, ou estão em curso de integração, designadamente situações que envolveram ou envolvem modalidades de tratamento e disponibilização de informação através de formas de colaboração, sob distintas configurações e graus de formalização.

No decurso do recenseamento efetuado identificaram-se 221 casos que podem ser tipificados como sendo processos de colaboração, assim indicados na figura 9. Dizem respeito a colaborações estabelecidas com instituições de memória, por parte de outras instituições, ou de pessoas singulares e famílias, com o fim de assegurar algum tipo de tratamento arquivístico a documentação à qual se atribuiu um determinado valor, que justificou a sua preservação em benefício comum das entidades envolvidas, assim como o fornecimento de acesso à informação por parte do público em geral.<sup>401</sup>

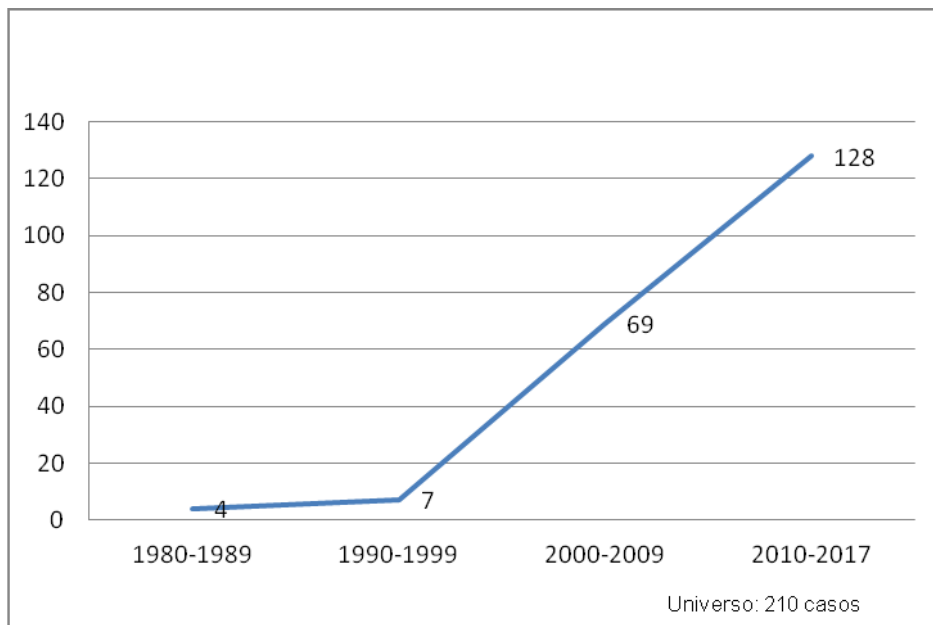
Regra geral, estas colaborações envolvem operações de descrição arquivística e de digitalização (ou outra forma de transferência de suporte, como o microfilme), tendo dado origem à constituição de arquivos que assim figuram nos guias ou catálogos das instituições de memória identificadas. Estas convertem-se, por esta via, em entidades fornecedoras de conteúdos, e não detentoras da custódia física dos documentos originais, ou, pelo menos, que não tiveram fisicamente sob sua responsabilidade a não ser por determinado prazo de tempo, necessário às referidas operações. Trata-se de um fenómeno relativamente recente, do ponto de vista da preservação de arquivos pessoais. Dos 221 casos considerados na modalidade de colaboração, 210 deles – ou seja 95% – encontram-se datados no tempo, situando-se nas

---

<sup>401</sup> Não se consideram, sob a modalidade de colaboração, formas de tratamento de informação que possam ter envolvido apenas a prestação de serviços, por vias contratuais e onerosas, destinadas a intervenções de conservação ou restauro de espécies documentais, ou de trabalhos de descrição arquivística e digitalização, dos quais não resultou, como contrapartida, a disponibilização ao público do acesso a quaisquer bens informacionais.



últimas quatro décadas, com forte aceleração nas duas últimas, como pode ser verificado na Figura 11.<sup>402</sup>



**Figura 11 – Arquivos resultantes de formas de colaboração entre entidades, nas últimas décadas**

*Fonte:* Elaboração própria, com base nos dados recolhidos.

O crescimento de formas de colaboração, com particular incidência na viragem do milénio, encontra-se fundamentalmente ligado ao potencial oferecido pelas novas tecnologias de informação, à criação de bases de dados, à evolução registada nos equipamentos de reprodução de documentos por via digital, cada vez mais sofisticados, rápidos e económicos, e

---

<sup>402</sup> Para os restantes onze casos não foi possível precisar a data do estabelecimento dos eventuais acordos de colaboração. No entanto, é possível supor que, na maior parte, se situem também neste período. Apenas a título de exemplo, note-se que dois destes casos são relativos ao Centro de Memória de Torre de Moncorvo, cujo projeto de criação remonta ao final da década de 1990, momento a partir do qual se começou a apelar à doação e colaboração das pessoas e famílias para a recolha de documentos, livros e objetos, com o fim de estudar e divulgar a história local e dos seus habitantes. O projeto foi inicialmente gerido pela biblioteca municipal, até à inauguração oficial, em 2008, do espaço em que se instalou o Centro de Memória. Outros três casos dizem também respeito a projetos de colaboração estabelecidos pelo Museu da Presidência da República. Este Museu começou, a partir de 2003, por informação sobre os Presidentes, tendo contado com a participação de distintas entidades, através do empréstimo temporário de documentação para reprodução digital e posterior disponibilização das cópias, em eventos, exposições ou para fins de investigação. Os restantes representam também colaborações no âmbito da digitalização, ou do fornecimento de descrições arquivísticas através de bases de dados com plataformas acessíveis na Internet, ou que permite situá-los igualmente num período relativamente recente.

ao desenvolvimento acelerado de ferramentas de difusão de informação com recurso à Internet.

A generalidade dos arquivos que resultaram de modalidades de colaboração envolveu o recurso à digitalização de documentos. Cerca de 93% correspondem a informação que apenas está disponível através de cópia digital, nas entidades que foram identificadas durante o recenseamento. A maior parte dos que se encontram nesta situação teve origem em empréstimos de documentos que foram reproduzidos pelas instituições, com posterior devolução dos respetivos originais.<sup>403</sup> Tal significa que ambas as partes envolvidas – a instituição de memória que incorporou e passou a difundir a informação por via digital e a entidade proprietária do correspondente suporte físico –, valorizam o conteúdo informacional presente, em detrimento do suporte em que o mesmo foi originariamente registado.

Os restantes 7% envolvem distintas formas de colaboração, no âmbito do tratamento arquivístico e da disponibilização do acesso a descrições arquivísticas, com ou sem operações de transferência de suporte para meios digitais ou outros.<sup>404</sup>

Para as pessoas que colaboram nestes projetos, a possibilidade de permanecerem na posse da documentação, assegura-lhes, por um lado, a manutenção das ligações aos objetos físicos que materializam as suas memórias pessoais e familiares. Ao mesmo tempo, providencia-lhes, por via da preservação e cedência dessas memórias a um público mais lato, um reconhecimento do seu valor da parte da comunidade em que se inserem. Demonstra também um grau de confiança depositado nas instituições, das quais se espera perpetuarem a memória individual, tornada assim coletiva.

---

<sup>403</sup> Arquivos e museus municipais têm apostado nesta área, apelando aos cidadãos para cederem a sua documentação pessoal ou familiar, com vista à reunião de informação relacionada com a cultura e história local. Arquivos municipais como o de Cascais ou o da Trofa são exemplos em que foram lançados projetos concretos, junto das respetivas comunidades, que têm conquistado uma adesão significativa da população. Em algumas situações, a aposta é especialmente direcionada para a recolha de registos ligados ao domínio da memória visual, como seja a cedência de fotografias ou de filmes em que se destacam, entre outros, o Museu do Som e da Imagem, em Vila Real. A Fundação Mário Soares, já referida, também tem privilegiado esta via, disponibilizando reproduções digitais e descrições de diversos arquivos cujos originais foram devolvidos aos seus proprietários.

<sup>404</sup> É o caso de alguns arquivos – ou parte deles – que estiveram depositados na Biblioteca Nacional de Portugal, a qual efetuou operações de descrição e, em algumas situações, de microfilmagem, devolvendo posteriormente os originais aos proprietários. Todavia, a Biblioteca Nacional continua a disponibilizar informação sobre os seus conteúdos, designadamente através de inventários ou outros instrumentos de descrição. São disso exemplo os arquivos: de Natália Correia e de Dórdio Guimarães, que foram devolvidos à Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada; e os de José Régio e de Mário Saa, apenas parcialmente intervencionados pela Biblioteca Nacional e devolvidos após microfilmagem, respetivamente, ao Museu de Vila do Conde - Casa de José Régio e à Fundação Arquivo Paes Teles. Entre outras situações cuja colaboração se encontra em desenvolvimento, podemos ainda salientar os recentes protocolos destabelecidos pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, tendo em vista o tratamento arquivístico, e futura disponibilização de conteúdos, de arquivos como os do poeta Herberto Helder (1930-2015), e o do bispo auxiliar do Porto, Domingos de Pinho Brandão (1920-1988), o primeiro propriedade dos herdeiros e o segundo do Seminário Maior do Porto.

Para as instituições envolvidas a incorporação de informação por estas vias pode também ser considerada uma forma de afirmação do seu papel de mediadoras da memória. Proporciona-se igualmente o ingresso de objetos informacionais que podem ser utilizados em produtos de difusão dessa memória, como exposições, catálogos e até eventos sociais, que, por seu turno, aportam retornos positivos na captação de diversos tipos de apoio.

O desenvolvimento destas relações, entre pessoas e instituições, está também evidente no surgimento algumas situações em que foram os próprios produtores da documentação, seus herdeiros ou terceiros a tomar a iniciativa de fornecer as reproduções digitais.<sup>405</sup> Para entidades detentoras de fundos arquivísticos que nem sempre possuem os meios humanos e técnicos para os tratar, descrever e difundir, o estabelecimento de acordos com outras que deles dispõem, pode igualmente ser uma solução que beneficia ambas as partes.<sup>406</sup>

A colaboração parece estar a tornar-se progressivamente uma forma de providenciar o acesso à informação, e, nesse sentido, é desejável e deve ser incentivada. No entanto, tal como acontece com os depósitos, é importante que antecipadamente se prevejam as modalidades aplicáveis, os eventuais direitos legais que possam pender sobre a difusão e utilização dessa informação, e o modo de se assegurar a sua continuidade a longo prazo.

Julga-se que esta colaboração poderá ser ainda incentivada e mais bem explorada se houver um registo exaustivo dos acervos arquivísticos das instituições, e dos seus conteúdos, através da criação de uma plataforma de acesso e descrição comum, por forma potenciar a economização de recursos das próprias entidades detentoras. Não faz sentido, por exemplo, digitalizarem-se massivamente algumas coleções impressas, que se encontram e cuja presença se pode repetir em numerosos arquivos pessoais, como é o caso de revistas e

---

<sup>405</sup> Podemos referir, nesta vertente, o caso do finlandês Mikko Pyhälä (1945-), que entregou à Fundação Mário Soares reproduções digitais de fotografias relacionadas com o período em que, no início da década de 1970, integrou a delegação da União Internacional de Estudantes que visitou as regiões libertadas da Guiné-Bissau, a convite do PAIGC. O ato espontâneo de doação baseou-se no facto de o seu detentor considerar que tais imagens vinham complementar, do ponto de vista histórico, informação já existente noutros arquivos tratados pela FMS, em particular o do Arquivo Amílcar Cabral. São também exemplos de cedência direta de imagens em suporte digital, um conjunto de fotografias das primeiras décadas do século XX, que retratam a vivência em África de João Teixeira de Vasconcelos (1882-1965), cedidas pelo seu neto ao Centro Português de Fotografia. Saliente-se ainda a oferta de Linda Kirby à Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro, de Angra do Heroísmo, da reprodução digital do álbum fotográfico de seu pai, Frank Noble Sayers (1906-1980), com imagens por este tiradas durante a sua estadia na ilha Terceira durante a II Guerra Mundial como militar da Royal Air Force, ou também, a esta mesma instituição, da oferta de fotografias em suporte digital pelo militar e fotógrafo amador Mário Pereira Silva (1921-2009).

<sup>406</sup> Encontram-se nesta situação algumas colaborações estabelecidas pelo Arquivo Distrital do Porto para o tratamento de arquivos pessoais que não se encontram ali depositados, mas em que as descrições arquivísticas são fornecidas através da plataforma digital de pesquisa do arquivo, como é o caso do acordo com a Fundação Eça de Queirós para a difusão dos arquivos de António Eça de Queirós (1889-1968) e de José Maria Eça de Queirós (1845-1900), ou o da própria família Eça de Queirós (Condes de Resende). Igualmente exemplar é a colaboração entre a Casa-Museu Abel Salazar, tutelada pela Universidade do Porto, e a Fundação Mário Soares, em que esta última descreveu, digitalizou e fornece o acesso ao arquivo de Abel Salazar (1889-1946) por meios digitais através de um portal na Internet (casacomum.org), embora a posse física dos materiais se encontre na respetiva Casa-Museu.

jornais, originando digitalizações dos mesmos itens, multiplicadas por várias entidades, com os custos inerentes à sua preservação digital. Um maior investimento na inventariação e descrição dos arquivos, e o incentivo ao cruzamento de informação entre instituições, pode contribuir para que não se proceda desnecessariamente a digitalizações redundantes de documentação.

A diversidade de formas de aquisição, e a agregação de documentos de distintas proveniências, colocando a primazia nos conteúdos informacionais presentes nos documentos e nos arquivos, e na forma como se relacionam entre si em torno de determinadas personalidades, ou de acontecimentos históricos, temas ou tipologias documentais, tornam evidente que uma boa parte dos arquivos que foram identificados nas mais diversas instituições de memória, onde podem até estar designados por termos como fundos ou coleções, são, efetivamente, o resultado de complexos e deliberados processos de construção da memória. De um lado, são as próprias pessoas a tecer as malhas desta teia complexa, confiando, ao mesmo tempo, nas instituições de memória para preservarem e difundirem os seus documentos pessoais e familiares, assim valorizados e colocados ao serviço da comunidade. De de outro lado, são essas mesmas instituições que tendem a assumir um papel ativo na captação de informação, alimentando a “criação” de formas de fixação de memória, plasmado na forma como adquirem documentação de arquivos proviados, agregando informação de múltiplas proveniências.

Na figura 9 indicam-se 133 casos de arquivos identificados no universo das entidades recenseadas, cuja aquisição resultou de processos que se classificaram como mistos. Correspondem a formas de reunião de documentação que envolveram mais do que uma modalidade jurídica. A maioria resulta de atos que combinam a compra e a doação, mas podem também conjugar depósitos, empréstimos de documentação para digitalização, transferências de outras instituições, legados, entre outras formas. Estes processos de aquisição que se classificam como mistos são o corolário dessa realidade – a de que a informação existente em diversos arquivos, designadamente os que se referem a indivíduos, é o resultado de “construções” para as quais contribuem vários intervenientes, ao longo do tempo. Tais situações acarretam, naturalmente, consequências nefastas para a compreensão dos contextos originários da produção da informação, colocando em causa a apropriação correta, mesmo por parte dos profissionais envolvidos, do próprio conceito de arquivo, ou, mais adequadamente, do sistema de informação subjacente.

Por vezes, o problema reduz-se apenas a diferentes modalidades jurídicas de aquisição, que envolvem a mesma entidade produtora, não colocando em causa a ligação da informação incorporada diretamente a quem a produziu ou reuniu.<sup>407</sup> Todavia, existem numerosos

---

<sup>407</sup> Pode considerar-se que encontrarem-se nesta situação os ingressos que conjugam compras e aquisições, mesmo que efetuadas em datas diferentes, ao principal produtor da documentação ou aos

exemplos em que a mera análise das fórmulas jurídicas de incorporação revela, afinal, a presença de agregações informacionais de grande heterogeneidade quanto à proveniência, quanto à autoria, quanto à posse e até quanto aos próprios contextos de produção e acumulação.

Considere-se, para reflexão sobre estes complexos processos, alguns exemplos. No Arquivo Histórico Diplomático, a documentação relativa ao diplomata e antigo ministro Armindo Monteiro (1896-1955), foi adquirida por fases. A parte inicial foi comprada à Livraria História Ultramarina em 2003, à qual se veio juntar um documento comprado em leilão, em 2006, e ainda, no ano seguinte, a doação de diversa documentação por intermédio do Professor Doutor Pedro Aires Oliveira. A informação providenciada na descrição arquivística é, todavia, pouco clara, quanto à explicitação das relações entre a documentação e os contextos da sua produção, acumulação e conservação por parte do próprio Armindo Monteiro, e menos ainda sobre as circunstâncias que influenciaram o percurso custodial das várias partes que vieram a formar o arquivo ao longo do tempo.

Igualmente paradigmático é o caso do fundo de Humberto Delgado (1906-1965) que se encontra na Torre do Tombo. Ainda que boa parte do seu arquivo se tenha perdido, em virtude das vicissitudes do seu percurso pessoal, nomeadamente em consequência do seu exílio no Brasil e na Argélia durante o período do Estado Novo, alguma documentação ficou guardada na propriedade da família na Quinta da Cela Velha. No início da década de 1980, a família procedeu ao seu depósito na Biblioteca Nacional, de onde foi transferida, em 1997, para a Torre do Tombo. No ano seguinte, no âmbito da comemoração do aniversário das eleições presidenciais de 1958, as famílias de várias personalidades, que estiveram ligadas à organização da candidatura de Delgado naquele ano, procederam à doação de diversa documentação, a qual, embora de proveniências muito distintas, foi agregada ao arquivo inicial, ainda que tenha sido descrita em secções diversas no respetivo quadro de classificação, em função de cada doação. Deste modo, o arquivo atualmente conservado na Torre do Tombo ingressou por via de uma transferência de outra instituição, sendo depois complementado com incorporação de informação de outras proveniências, significando que não se está presente um “verdadeiro” sistema de informação pessoal, mas uma agregação documental construída a

---

seus herdeiros diretos. É o caso do arquivo de Raul Proença (1884-1941), no Arquivo de Cultura Contemporânea Portuguesa da BNP. Foi inicialmente comprado aos seus herdeiros em 1983, e no qual foram integrados, anos mais tarde, em 1997, novos documentos, também por parte dos herdeiros, embora por via de doação. Em situação semelhante está o de João Gaspar Simões (1903-1987), também na BNP, mas no sentido inverso - uma parte foi inicialmente doada pela filha, depois, complementa com a compra de iconografia. Preservam também a relação direta com o seu produtor, os exemplos de alguns antigos Presidentes da República como Jorge Sampaio e Cavaco Silva que tomaram a iniciativa de ceder ao Museu da Presidência parte dos seus arquivos por doação, disponibilizando outras partes em regime de depósito – que eventualmente poderão vir a consubstanciar futuras doações, embora, de momento, correspondam a distintas modalidades jurídicas de ingresso da documentação.

*posteriori*, com uma aceitação acrítica dessa “construção”, que se pode dizer “fictícia”, por parte da própria instituição arquivística.<sup>408</sup>

Também complexa, na sua formação é o caso de um conjunto de vários documentos incluídos no grupo de “Arquivos de Pessoas Singulares” da Torre do Tombo, sob o título “Documentos de D. Carlos, D. Amélia e D. Manuel II”.<sup>409</sup> Desde logo este título remete para a presença de um possível arquivo de família, e não somente de uma pessoa singular, além de que a descrição do seu âmbito e conteúdo indicia a presença de informação produzida e acumulada por distintos elementos da família real.

Não entrando, neste ponto, na discussão das fronteiras entre o pessoal e o familiar, mas apenas nas informações providenciadas quanto à história custodial e às fontes de aquisição, verifica-se que se trata efetivamente de uma agregação de documentos, construída ao longo de décadas no seio da própria Torre do Tombo. De facto, uma parte da documentação, designada de “Coleção de documentos de D. Carlos”, deu entrada na Torre em 1918, proveniente do Paço das Necessidades. Décadas mais tarde, iniciou-se um processo de junção, de documentação sucessivamente adquirida a antiquários, em leilões e a particulares. Pelo menos entre 1966 e 2006 foram-lhe acrescentados documentos adquiridos em cinco ocasiões, de acordo com as informações presentemente disponíveis, sendo que uma boa parte dela está relacionada com D. Manuel II.

Sob distintas modalidades jurídicas de ingresso, e proveniente de diversas entidades, é também o caso do designado “espólio” relativo ao jurista José Maria Barbosa de Magalhães (1879-1959), que se encontra na BNP, no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea. Um reduzido conjunto de documentos começou por ser adquirido pela BNP, em meados da década de 1970, a Arsénio Cavaleiro, não sendo referido em que circunstância este obteve a sua posse. Mais tarde, em 1995, uma segunda parte foi comprada à Livraria Histórica Ultramarina, sendo ainda acrescentados ao conjunto, no ano seguinte, outros documentos, transferidos internamente da Área de Manuscritos da BNP, não então estando explícita a sua fonte de aquisição. Finalmente, em 2006, um novo lote de documentos foi integrar o “espólio” de

---

<sup>408</sup> Deve ainda mencionar-se, em relação ao exemplo do arquivo de Humberto Delgado, atualmente na Torre do Tombo, que este não representa a totalidade que se encontrava em posse da família, pois existe ainda um outro conjunto no Arquivo Histórico da Força Aérea, embora não esteja inventariado, nem possua qualquer tipo de descrição, mesmo genérica, que permita conhecer o seu conteúdo em detalhe, nem verificar a sua proveniência.

<sup>409</sup> Veja-se a respetiva descrição na plataforma on-line Digitarq, disponibilizada pela Torre do Tombo, na ligação <URL: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3908156>> [consult. 03-06-2017]. A inclusão deste conjunto no grupo dos Arquivos de Pessoas Singulares está expressa em diversos instrumentos de descrição documental da Torre do Tombo, designadamente em vários guias de fundos publicados (nomeadamente no volume VI do *Guia Geral de Fundos da Torre do Tombo* (IAN/TT, 2005)) e na respetiva página institucional na Internet.

Barbosa de Magalhães, desta feita em resultado de uma doação mais ampla feita pelo historiador e professor Vitorino Magalhães Godinho.<sup>410</sup>

Estes exemplos, entre outros, constituem bens arquivisticamente relevantes nos acervos das instituições que as detêm, e à informação neles contida é atribuído valor, que justificou a sua incorporação e preservação. No entanto, não podem ser considerados estritamente como arquivo pessoais, se considerarmos a linear aplicação da noção de arquivo, na sua aceção de conjunto de documentos de arquivo organicamente produzidos, acumulados e utilizados, por uma pessoa singular, no decurso das suas atividades e ações.

Poder-se-á afirmar que se trata, então, de coleções reunidas artificialmente em torno de uma característica comum – em função de uma determinada pessoa, como nos exemplos apresentados –, desvalorizando-se a proveniência e os contextos de produção e acumulação da informação dos próprios documentos. No entanto, algumas destas agregações encerram conjuntos dotados de organicidade, em que são evidentes as relações entre a informação existente, e os documentos que a suportam, com as pessoas que a produziram, ou reuniram, no decurso das suas atividades individuais.

Na figura 9 estão ainda referidas outras modalidades de ingresso encontradas, embora com menor representatividade face ao universo total. Os legados correspondem exclusivamente a arquivos perfeitamente delimitados, no que respeita à sua forma jurídica, ou seja, que foram deixados a determinadas instituições por disposição testamentária. No entanto, deve ser ressaltado que, no decurso do recenseamento efetuado, se verificou que algumas entidades detentoras utilizam o termo “legado” para designar determinados conjuntos documentais num sentido mais lato, considerado sob o ponto de vista do seu valor histórico ou cultural, mas que, juridicamente, não correspondem a bens necessariamente deixados por vontade consignada em testamento.

Relativamente aos legados pela via testamentária, destaque-se que a grande maioria resulta de deliberações expressas pelos próprios produtores, no que respeita ao destino dos seus bens, quer relativamente aos arquivos, quer no que concerne às bibliotecas e outros objetos. Porém, encontraram-se alguns exemplos de arquivos que foram incorporados por virtude de legados de outras pessoas, desde familiares a amigos, e até mesmo de terceiros.<sup>411</sup>

---

<sup>410</sup> A doação do Professor Vitorino de Magalhães Godinho incluiu também documentação relativa a Vitorino Henriques Godinho (1878-1962) e a Manuel Firmino de Almeida Maia Magalhães (1881-1932), este último irmão de Barbosa de Magalhães, mas falecido precocemente. Ressalte-se que existe mais documentação relativa a Barbosa de Magalhães, doada por intermédio da família, na Biblioteca da Ordem dos Advogados.

<sup>411</sup> Por exemplo, o arquivo de Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), que se encontra na Torre do Tombo, tem como base um legado de Júlio de Castilho, seu amigo e biógrafo, que reuniu e organizou a documentação. O do fotógrafo Teófilo Rego (1914-1993), que se encontra na Fundação Manuel Leão, foi legado a esta pelo seu fundador, o Padre Manuel Leão, o qual antes o adquirira à família. Também parte da documentação, e outros bens pessoais, que pertenceram a Camilo Castelo

No que se refere às transferências e incorporações, o número indicado na figura 9 corresponde apenas a situações em que somente se identificou a alteração de tutela entre instituições.<sup>412</sup> Consideraram-se, nesta modalidade de ingresso, os arquivos que se encontram atualmente nas entidades detentoras identificadas, sendo, contudo, provenientes de outras instituições, por virtude de alterações na respetiva titularidade. A transferência da custódia, nestes casos, pode, ter ocorrido por comum acordo entre as partes, independentemente de se tratar de instituições públicas ou privadas, ou por meio de incorporações de documentação proveniente de organismos públicos, por vezes em execução de decisões tomadas superiormente pelo governo.<sup>413</sup>

Tal não significa que, previamente ao processo de transferência, as anteriores entidades que tutelaram os respetivos arquivos não os tenham adquirido por meio de distintas formas de incorporação, como doações, compras, legados ou outras. No entanto, para efeitos da aplicação de um quadro geral de tipificação, apenas foram consideradas as formas de ingresso da documentação nas atuais entidades detentoras.

Em menor número, conforme se verifica na figura 9, registe-se ainda um conjunto de casos de incorporações resultantes de processos de encomenda ou de financiamentos. Na esmagadora maioria dizem respeito a coleções fotográficas encomendadas por algumas instituições, ou integradas em projetos de investigação financiados, que tiveram como contrapartida a cedência dos respetivos registos fotográficos.<sup>414</sup> Autonomizados estes registos pelas respetivas

---

Branco (1825-1890), e que se encontram na Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, no Porto, foram deixados pelo escritor ao seu amigo Penha Fortuna, que, por sua vez, os deixou em testamento àquela irmandade. Como resultantes de legados de familiares e herdeiros pode referir-se a coleção relativa ao ator Augusto Rosa (1852-1918), legada pela sua viúva à Torre do Tombo em 1933, ou, mais recentemente, a do pintor e poeta Júlio Maria dos Reis Pereira (1902-1983), que usou o pseudónimo de Saul Dias, deixado à Câmara Municipal de Vila do Conde não por si, mas pelo seu filho o Eng.º José Alberto dos Reis Pereira, falecido em 2012.

<sup>412</sup> Algumas transferências detetadas foram englobadas no que se designou como processos mistos, pelo facto de a respetiva documentação ter sido incluída, pelas respetivas entidades detentoras atuais, em arquivos onde estão também presentes outras modalidades de aquisição.

<sup>413</sup> É o caso, por exemplo, no Arquivo Distrital de Leiria, dos arquivos de Acácio de Paiva (1863-1944) e de Carlos Eugénio da Silva Pereira (1910-1981), que ali deram entrada em 2007, por transferência de documentação que se encontrava sob a guarda da Região de Turismo de Leiria, ou o de Fernando de Lara Reis (1892-1950), que para ali foi transferido em 1966, proveniente da Câmara Municipal de Leiria. Também o Arquivo Distrital do Porto recebeu, na década de 1930, diversa documentação relativa a várias pessoas singulares, no âmbito da incorporação de um conjunto de fundos monásticos para ali transferidos da Repartição de Finanças do Porto. Deve ainda ser salientado, pela sua dimensão, a transferência para o edifício da Torre do Tombo, ocorrida no final da década de 1990, dos fundos custodiados pelo extinto Arquivo Nacional de Fotografia, e que foram confiados ao Arquivo de Fotografia de Lisboa do Centro Português de Fotografia, criado em 1997, e que, em 2007, por virtude do Decreto-Lei n.º 93/2007, de 27 de Março, e da Portaria n.º 372/2007, de 30 de Março foram formalmente integrados na Torre do Tombo. Do mesmo modo, são dignos de referência os numerosos arquivos pessoais que se encontram na Área de Música da BNP, que ali deram entrada na década de 1990, na sequência da extinção do Departamento de Musicologia do antigo Instituto Português do Património Cultural, como por exemplo, os de Filipe Duarte (1855-1928), Jorge Croner de Vasconcelos (1910-1974), Armando Leça – pseudónimo de Armando Lopes (1893-1977), Hermínio do Nascimento (1890-1972), entre outros.

<sup>414</sup> Destaquemos, como exemplos paradigmáticos: as várias coleções fotográficas que fazem parte do acervo do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, da autoria de diversos fotógrafos, que



entidades detentoras, com o nome do produtor ou sob um título temático, estes conjuntos deveriam, mais propriamente, estar integrados noutros fundos de arquivo, devidamente classificados dentro do processo que, no seio do quadro orgânico da instituição respetiva, motivou a encomenda ou o financiamento. A opção da sua “individualização” traduz atos conscientes de consideração sobre o seu valor, por parte das instituições de memória, que colocam a tónica na personalidade ou no assunto que se pretende valorizar, e em critérios mais utilitaristas, como o potencial da sua difusão e utilização por terceiros, e não nos contextos pelos quais a informação foi inicialmente produzida. Inevitavelmente constituem realidades mais próximas de coleções construídas pelas instituições, destituídas do seu contexto originário.

Também em escasso número encontram-se conjuntos de documentação que foi deixada em diversas instituições por antigos funcionários, que assumem contornos difusos entre a atividade desempenhada no âmbito do serviço prestado nessas instituições e a esfera da vida particular.<sup>415</sup> Os restantes casos, como os da recolha ou resgate de documentação em risco de perda, podem ser considerados residuais.

Da análise das particularidades de que se revestem as incorporações e a constituição de acervos a partir de informação produzida pelas pessoas ou sobre elas, resulta evidente que, neste processo de seleção e aquisição, são múltiplos os atores e intervenientes, desde os próprios produtores de arquivos ou colecionadores, aos seus familiares, a terceiros. Não se pode ainda desvalorizar o papel fundamental assumido pelas próprias instituições de memória na construção do que se designa por arquivos pessoais ou até por arquivos de família, patenteando a dificuldade dos próprios profissionais envolvidos em incorporarem e aplicarem às suas práticas quotidianas alguns dos conceitos básicos da Arquivística, e dificultando ainda mais a abordagem aos sistemas de informação, no quadro teórico recém-desenvolvido pela emergente Ciência da Informação, conforme propostas avançadas por autores como Malheiro da Silva.

## **6.2. As incorporações de arquivos em perspetiva histórica**

---

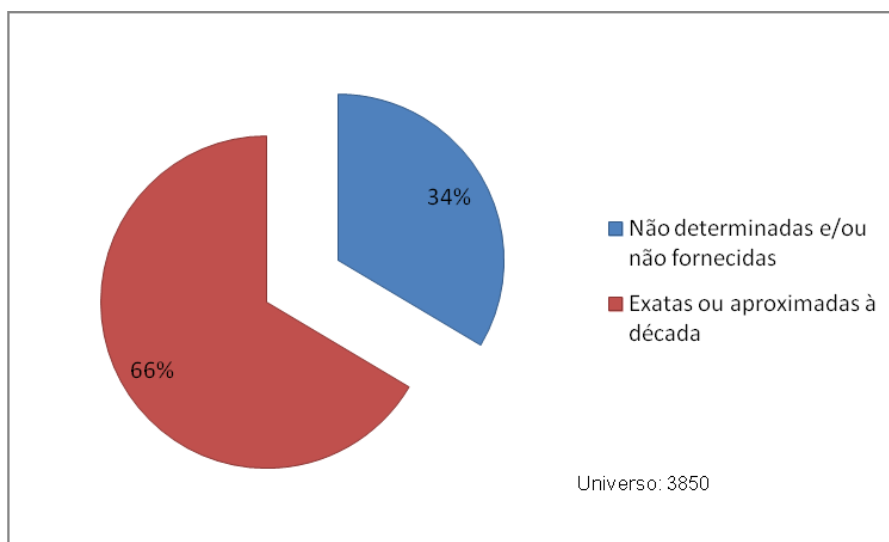
resultaram de uma ou mais encomendas ou pedidos da edilidade; e de vários conjuntos de fotografias e documentação relacionada que estão na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, que resultaram tanto de trabalhos encomendados como do cumprimento de compromissos assumidos no âmbito de bolsas de projetos de investigação por esta financiados.

<sup>415</sup> São exemplares os casos de Alberto Souto (1888-1961) no Museu de Aveiro (Santa Joana), do Abade de Baçal (Francisco Manuel Alves, 1865-1947), no Museu com o seu nome em Bragança, de Albano Coutinho (1898-1952) e Almeida Moreira (1873-1939) no Museu Nacional Grão Vasco, ou o de Júlio Henriques (1838-1928), que se encontra no Arquivo de Botânica da Universidade de Coimbra, entre outros.

A análise diacrónica do processo de ingresso, nas diversas instituições, de documentos e outros registos que testemunham atividades individuais, permite revelar dinâmicas globais, que remetem para uma tendência crescente de valorização da memória individual, assim como da de grupos informais situados fora das atividades das grandes organizações e do Estado, e o seu progressivo reconhecimento como património cultural.

Numa perspetiva histórica, a progressiva valorização dos arquivos pessoais, e bem assim dos familiares, testemunham também o desenvolvimento de uma maior proximidade das pessoas, e da sociedade civil em geral, com instituições de memória, como arquivos, bibliotecas ou museus, num processo que merece a pena considerar à luz das tendências da evolução social, das mudanças nas formas de comunicação, ao nível global, e da resposta das mais antigas instituições a este processo, tal como o surgimento de novas.

Para poder perceber a forma como decorreu este processo, procurou-se registar de forma sistemática, no decurso da recolha de dados, as datas em que as incorporações dos vários arquivos ocorreram. Em certas situações, face à ausência frequente de dados neste sentido, mesmo no caso de entidades detentoras que utilizam a ISAD(G) para a descrição arquivística, houve necessidade de lhes solicitar especificamente essa informação. No entanto, tal como aconteceu com os tipologias de ingresso, e pelas mesmas razões apontadas, também não se conseguiu estabelecer as datas de incorporação para um grande número de arquivos que foram sendo identificados.



**Figura 12 – Determinação de datas de aquisição, relativamente ao primeiro ingresso**

*Fonte:* Elaboração própria, com base nos dados recolhidos.

Como se pode verificar na figura 12, do total dos 3850 arquivos com que se terminou o recenseamento, não foi possível estabelecer sequer a data da primeira aquisição para 34% deles. A percentagem de indeterminação é superior à das próprias modalidades de aquisição, o que significa que, em muitas situações, as entidades detentoras sabem que a documentação em causa é proveniente de doação, depósito, compra ou legado, mas a memória do ano em tal ocorreu ou não foi registada, ou se perdeu, ou esse registo foi remetido a outro serviço administrativo da instituição e não acompanhou a entrega da documentação aos técnicos a quem se incumbiu a guarda e tratamento dos arquivos, ou simplesmente não estava disponível no momento em que decorreu a recolha de dados que ora se encetou, pelo facto de os arquivos não se encontrarem tratados e descritos, e a reunião da informação necessária não estar ainda sistematizada.

Por outro lado, tal como já se aludiu a propósito das modalidades de aquisição, estas não ocorreram necessariamente apenas num único momento. Pelo contrário, as incorporações de documentação num determinado arquivo podem ter sucedido ao longo de vários anos. É preciso igualmente considerar que, por vezes, a formalização de atos de doação, de depósito, ou até mesmo compra, pode ter sido precedida de longos períodos em que a documentação em causa já se estava fisicamente à guarda nas entidades detentoras, embora sem estar regulamentada a sua forma de aquisição, situações que não foi possível determinar com rigor, devido à ausência generalizada de informação. Os dados que situem no tempo estes processos estão com frequência ausentes da informação prestada ao público, o que confirma a necessidade de desenvolver melhores práticas neste domínio, tendo em vista a transparência da informação e a sua boa governança.

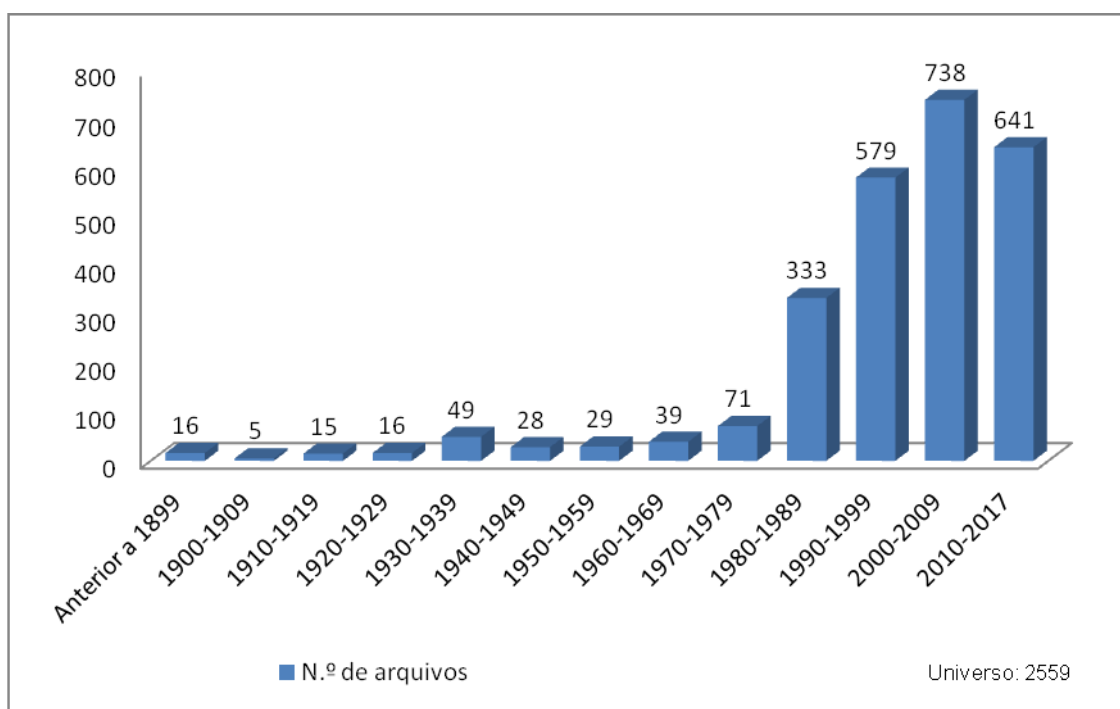
Na análise que se irá apresentar de seguida sobre a evolução histórica das incorporações tomou-se apenas, como indicador de análise, a data oficial que foi fornecida para o primeiro ingresso, ressalvando-se que esta pode não corresponder à efetiva entrada física da documentação para preservação, tratamento ou simplesmente digitalização com posterior devolução, a qual pode ter ocorrido num período anterior, conforme acima indicado. Esta opção foi tomada devido à impossibilidade de confirmação, caso a caso, de todas as situações particulares que estiveram, e estão ainda, por trás do ingresso de muitos arquivos nas várias instituições.

Por outro lado, essa primeira data não significa necessariamente que o ingresso registado corresponda ao principal volume da documentação, situação que pode ocorrer com maior frequência em casos de depósitos e doações. Havendo mais do que uma data de ingresso, pode acontecer que a primeira entrada corresponda somente a um pequeno conjunto, que serviu ao prévio estabelecimento de elos de ligação e de confiança entre as instituições e as pessoas doadoras ou depositantes, e que só depois de solidificada esta relação de confiança tenha, então, entrada o remanescente dos arquivos. Nos processos de compra que deram

origem a arquivos formados (ou “construídos”) pela aquisição de sucessivos lotes, não foi também possível avaliar a dimensão de cada aquisição.

A figura 13 representa a evolução cronológica das incorporações dos arquivos identificados, tendo por ressalva as premissas acima referidas, e limitada àqueles em que foi possível estabelecer uma data para o seu ingresso (num total de 2559, que correspondem à fatia de 66%, indicada na figura 12).

Optou-se por organizar em décadas as datas de incorporação, excetuando para aquelas que são anteriores ao século XX, pelo seu diminuto número. Considere-se que a presente década não se encontra ainda fechada, dizendo respeito somente a dados recolhidos até Maio de 2017.



**Figura 13 – Arquivos incorporados nas várias entidades, considerando o período do primeiro ingresso**

*Fonte:* Elaboração própria, com base nos dados recolhidos.

Analisando o movimento de incorporações numa perspetiva cronológica, é nítido que há uma longa fase em que os ingressos de arquivos são raros, ou se mantêm em níveis reduzidos, e uma segunda fase, a partir da década de 1980, a partir da qual se regista um aumento substancial, embora se possa considerar, pela análise de alguns casos concretos, que a aceleração se começou a esboçar ainda na década de 1970.

Durante muito tempo, a incorporação de arquivos pessoais em instituições de memória permaneceu reduzida, estando praticamente limitada a personalidades às quais se reconheceu interesse histórico ou cultural, ou derivada do interesse em salvaguardar para a propriedade do Estado documentos relevantes para a memória das suas atividades. Também a necessidade de constituir ou ampliar os acervos iniciais de algumas instituições, fundadas ao longo do século XIX e início do século XX, justificaram o ingresso de alguns arquivos provenientes de particulares.

Compreender os processos de incorporação mais antigos, obriga também a ter presente a história da formação de cada uma instituições em causa, o que não é possível desenvolver no âmbito da presente dissertação, pelo que se mencionam apenas alguns exemplos mais relevantes.

Metade dos ingressos anteriores a 1899 é relativa a documentação que deu entrada na Biblioteca Nacional, instituição cuja origem remonta a 1796, quando, por alvará régio, se criou a Real Biblioteca Pública da Corte, transformada depois, em 1836, em Biblioteca Nacional de Lisboa.<sup>416</sup> Parte do acervo inicial da Biblioteca resultou da aquisição de diversas coleções até então em posse de famílias e outras pessoas, que delas se foram desfazendo, num processo que envolveu a dispersão de arquivos particulares, tendo-se perdido, para diversas situações, a história da sua proveniência. Nesta Biblioteca ingressou, ainda na década de 1830, um significativo conjunto de livrarias provenientes das ordens religiosas extintas, a que se juntaram também as resultantes do movimento de confisco de bens de indivíduos e famílias consideradas afetadas ao absolutismo, como foi o caso, por exemplo, dos partidários miguelistas.<sup>417</sup>

Percorrendo o Guia de Fundos publicado pela Biblioteca Nacional em 1994, ali se encontram indicados alguns conjuntos de documentos, classificados no grupo dos arquivos pessoais, como os de Frei Manuel dos Santos (c.1672-1740) ou de Bernardo de Brito (1569-1617), ambos da Ordem de Cister, entre outros. Embora não esteja especificamente indicado o ano da respetiva incorporação, menciona-se, no referido Guia, que esta documentação foi integrada na Biblioteca após a extinção das ordens religiosas, o que situa o seu ingresso no século XIX.

---

<sup>416</sup> Para informações mais detalhadas sobre a história da Biblioteca Nacional e da constituição dos seus acervos, veja-se especialmente Francisco de Brito (1917), Manuela Domingos (1995) e Paulo Barata (2003).

<sup>417</sup> Paulo Barata (2003) procurou fazer uma História da Biblioteca Pública entre 1834 e 1841, até à integração na Biblioteca Nacional, focando, em particular o processo de depósito das livrarias dos extintos conventos, na Biblioteca Pública, que se pautou pela ausência de normas e promiscuidade de procedimentos que levaram à perda de nexos das proveniências. Razões de conveniência política ditaram também o confisco de grupos afetados ao absolutismo, designadamente frades e miguelistas, que visaram a apropriação dos respetivos bens, incluindo as livrarias que tiveram a Biblioteca Pública como destino, entre 1833 e 1834, muitas das quais acabaram por ser restituídas após processos judiciais que se arrastaram até à década de 1940 (Barata, 2003, 132-135).

No entanto, pode alvitrar-se que um dos primeiros arquivos pessoais a ingressar na Biblioteca Pública da Corte foi ainda anterior. Trata-se do de D. Tomás Caetano de Bem (1718-1797), que terá dado entrada juntamente com a doação da Livraria dos Clérigos Regulares de São Caetano, conhecidos por Teatinos, que o próprio negociou ainda em vida com António Ribeiro dos Santos (1745-1818), primeiro diretor da biblioteca (Domingos, 1995, 78-79).

D. Tomás Caetano de Bem reuniu, no seu gabinete particular, diversas antiguidades, trocou inúmera correspondência com os seus contemporâneos, e geriu, durante largos anos, a biblioteca dos Teatinos, materializando essa organização em apontamentos, memórias, índices, e compilando documentos, sobre os quais trabalhou e acrescentou informação (Ceia, S., 2010, 75-79). Terão sido os efeitos devastadores do terramoto de 1755 que justificaram que D. Tomás Caetano de Bem tivesse envidado esforços para que fosse aceite a integração daquela livraria na Real Biblioteca Pública da Corte, e, embora tendo falecido em 1797, a doação veio a concretizar-se, ao que tudo indica, em 1798 (Ceia, S., 2010, 97).

Ainda no caso da Biblioteca Nacional, saliente-se a presença de alguma documentação do seu primeiro diretor, António Ribeiro dos Santos, que também ali deu entrada muito antes do ingresso das livrarias conventuais das congregações extintas na década de 1830. Faz hoje parte da coleção da Biblioteca Nacional um conjunto de códices que contêm correspondência, estudos e apontamentos que o próprio terá deixado numa estante, acompanhados de um catálogo, cujos conteúdos são um exemplo de como os níveis pessoal e institucional se confundem na informação acumulada (Domingos, 1995, 90-92). Além destes códices, a Biblioteca Pública da Corte veio também a adquirir parte da sua biblioteca particular, por virtude de leilão promovido pelos seus herdeiros, em 1819.

Do mesmo modo, ficaram, ainda durante o século XIX, na Biblioteca Nacional, alguns manuscritos de obras de numismática e diplomática, ali deixados pelo bibliotecário Francisco Martins de Andrade, e que o Guia dos Fundos da Biblioteca Nacional, de 1994, também considerou no seu conjunto de arquivos pessoais.

Uma das aquisições mais relevantes feitas pela Biblioteca Nacional foi a compra, em leilão, em 1887, aos herdeiros do 1.º Marquês de Pombal, da livraria do marquês e dos seus descendentes, que integrava o importante arquivo pessoal do estadista Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), com documentação produzida tanto no âmbito das suas atividades públicas, como Embaixador e Secretário de Estado do Rei D. José, como de âmbito mais privado, como sejam as obras resultantes da sua atividade intelectual e outros documentos pessoais.

Já perto do fim do século XIX, a Biblioteca Nacional veio ainda a incorporar o arquivo de José Xavier Mouzinho da Silveira (1780-1849), contendo correspondência, informações, ofícios, pareceres e outros documentos, reunidos num conjunto de códices, que deram entrada a partir de 1895. A maior parte dos registos de entradas destes códices na Biblioteca Nacional indica

terem sido por virtude de doação do governo, não sendo possível determinar rigorosamente a sua proveniência.<sup>418</sup>

Outras instituições fornecem igualmente exemplos de incorporações registadas no século XIX, como seja o caso de Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814). Apesar da importante doação de códices que o próprio fez, ainda em 1797, para enriquecer o acervo da recém-fundada Biblioteca Pública da Corte, seria na Biblioteca Pública de Évora, por ele criada em 1805, onde ficaria a maior parte da sua documentação de âmbito pessoal, como o diário, apontamentos, correspondência e pastorais, além da sua biblioteca particular.<sup>419</sup>

Ainda no século XIX, a Biblioteca de Évora beneficiou da incorporação, em meados da década de 1850, de importantes coleções bibliográficas oferecidas por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1809-1879), que vieram enriquecer o seu acervo, abrangendo importantes áreas como a História, a Literatura, a Filosofia ou a Teologia. Cunha Rivara, que ali foi bibliotecário, responsabilizando-se pela catalogação dos manuscritos, deixou também, na instituição, os seus apontamentos diarísticos, além de outros documentos.

Na Torre do Tombo, durante o século XIX, ficou uma parte dos trabalhos de investigação levados a cabo pelo Visconde de Santarém,<sup>420</sup> que este terá deixado para trás na época em que desempenhou o cargo de seu guarda-mor, sendo, neste sentido, uma incorporação fortuita. O mesmo não se pode dizer, igualmente nesta instituição, do ingresso de uma coleção designada por “Cartas a D. João de Castro”, comprada pelo Estado em 1879, e remetida à Torre do Tombo em 1881.<sup>421</sup>

Outros arquivos deram entrada em diversas instituições ainda durante o século XIX, que podem igualmente ser mencionados, como sejam: o legado de João Pedro Ribeiro (1758-1839)

---

<sup>418</sup> No guia de fundos de 1994 publicado pela Biblioteca Nacional refere-se que a documentação ali deu entrada entre 1895 e 1902. Para alguns códices existe a indicação de terem sido uma doação do governo, desconhecendo-se, porém, como terão chegado à sua posse; os outros não têm qualquer indicação de origem.

<sup>419</sup> A correspondência de Fr. Manuel do Cenáculo foi publicada, sob direção de Armando de Gusmão, pela Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (Gusmão, 1944-1956). Sobre a importância do conjunto epistolar em questão veja-se ainda Francisco Vaz (2013), autor que coordenou também a edição de instruções pastorais, do diário e de projetos de bibliotecas da autoria de Manuel do Cenáculo (Vaz, 2009).

<sup>420</sup> Trata-se de Manuel Francisco de Barros e Sousa de Mesquita de Macedo Leitão e Carvalhosa (1791-1856) que foi 2.º visconde de Santarém. Trata-se de um conjunto que contém verbetes e apontamentos manuscritos sobre as relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé, entre outros apontamentos e alguns livros reunidos no âmbito das suas investigações referentes a tratados, ordenações do Reino, pontífices, etc..

<sup>421</sup> A coleção, assim designada, corresponde a um conjunto de documentos, reunidos em códices, que abrangem o período em que D. João de Castro (c.1500-1548) foi vice-rei da Índia. Foi comprada à viúva do conselheiro António José Marques Correia Caldeira (1815-1876), havendo a indicação de ter anteriormente pertencido ao Cardeal Saraiva, Fr. Francisco de São Luís (1766-1845).

à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra;<sup>422</sup> o legado deixado pelo marquês de Sá da Bandeira à Academia Militar;<sup>423</sup> ou o arquivo de Estácio da Veiga, comprado para a biblioteca do designado Museu Etnográfico Português (atual Museu Nacional de Arqueologia), fundado em 1893, e que terá ocorrido ainda em finais do século XIX, por virtude das diligências empreendidas pelo seu fundador, José Leite de Vasconcelos.<sup>424</sup>

No conjunto dos arquivos, para os quais não é conhecida a respetiva data de aquisição, integram-se outros que terão ingressado nas respetivas instituições em período anterior ao século XX, mas que não foi possível comprovar. É o caso de alguns incluídos no acervo da Biblioteca da Ajuda, na qual é possível se encontrar vários conjuntos documentais, em boa parte reunidos em códices, que resultaram das atividades de diversas personalidades no desempenho de cargos governativos, políticos, eclesiásticos ou militares, em Portugal e noutros territórios, que se encontram identificados a partir do respetivo titular. Vários exemplos são referidos designadamente na “Coleção de Manuscritos”, em divisões como as dos “Governos” e das “Embaixadas”.<sup>425</sup>

Porém, as vicissitudes do percurso da própria Biblioteca da Ajuda, a falta de estudos pormenorizados sobre a história da constituição do seu acervo, e a ausência de documentação disponível, que permita traçar o percurso da incorporação dos vários fundos, não permite precisar com clareza a respetiva data.

A Biblioteca da Ajuda, antiga Biblioteca Real, cujas origens remontam ao século XV, sofreu significativas perdas por ocasião do terramoto de 1755, motivando que se tenha tentado, ainda no tempo de D. José, recompor os seus fundos, através de compra de livros, manuscritos e de bibliotecas e cartórios de grandes casas senhoriais. No entanto, esta biblioteca foi depois sujeita às consequências advindas da sua transferência para o Brasil, pois acompanhou a Corte na sua mudança para o Rio de Janeiro, quando das Invasões Francesas no início da centúria oitocentista.

---

<sup>422</sup> Segundo Maia do Amaral (2009, 24) o legado de João Pedro Ribeiro, constituído por livros, manuscritos diversos do autor e medalhas, é o primeiro de que se tem notícia na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, tendo dado origem à criação da designada “Secção de Manuscritos”.

<sup>423</sup> O conjunto referente a Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo (1795-1876), marquês de Sá da Bandeira, é constituído pelas suas obras, mapas, objetos pessoais, e ainda alguns escritos. Foi deixado em testamento e posteriormente incorporado na coleção da Biblioteca da Academia Militar. Este legado, apesar de pertença da Academia, foi recentemente objeto de descrição arquivística anexa à do restante arquivo de Sá da Bandeira, que se encontra no Arquivo Histórico-Militar, onde deu entrada em 1937, por intermédio da Comissão de História Militar, que, por sua vez, o terá comprado a um sobrinho.

<sup>424</sup> No arquivo histórico do Museu Nacional de Arqueologia existem documentos e correspondência sobre as diligências de Leite de Vasconcelos para a aquisição do arquivo de Sebastião Phillippes Martins Estácio da Veiga (1828-1891). Este arquivo é composto por diversos manuscritos de poesia, arqueologia, etnografia, e literatura popular, fotografias e desenhos, e ainda por correspondência. João Luís Cardoso (2007) publicou transcrições de parte do epistolário de Estácio da Veiga.

<sup>425</sup> Para alguns exemplos, veja-se a lista fornecida no Anexo I.



Os manuscritos da Casa Real ainda regressaram a Portugal, já depois da implantação do regime liberal na década de 1820, mas o restante dos fundos documentais veio a contribuir para a formação do núcleo inicial da atual Biblioteca Nacional do Brasil. O acervo da Biblioteca Real no período oitocentista, já definitivamente instalada no Palácio da Ajuda, voltou depois a ser refeito e enriquecido. A tarefa de recolha e recuperação de registos da memória histórica nacional muito ficou a dever ao trabalho de alguns dos seus secretários, de confiança régia, entre os quais se contam personalidades ilustres, como Alexandre Herculano, Magalhães Coutinho e Ramalho Ortigão. Códices, manuscritos avulsos, genealogias, nobiliários e miscelâneas, agrupando distintas tipologias documentais, foram reunidos sob o desiderato da história da nação e dos seus homens de cultura e de poder. A incorporação de documentação proveniente de famílias nobres, de pessoas que desempenharam cargos governativos e diplomáticos, a preservação de textos literários e de outros domínios culturais como a música, resultou da doação ou compra de várias livrarias particulares, bem como da integração de livrarias de ordens religiosas, a que se juntou ainda alguma documentação proveniente de organismos de governo como o Ministério do Reino. Todavia, apesar de dotada de funções de arquivo e biblioteca, e mesmo de depósito legal, permaneceu até à República como uma biblioteca particular, sob alçada direta da Família Real com total independência do Governo.

As vicissitudes da Biblioteca e da constituição do seu acervo tornam difícil precisar no tempo quando ocorreu a incorporação de boa parte da documentação que testemunha as atividades públicas e particulares de algumas personalidades ali representadas, assim como traçar os seus percursos ao longo do tempo. A própria organização da documentação que foi sendo adquirida, de orientação essencialmente temática, a partir de determinadas visões do domínio da História, ilustra o espírito que presidiu, durante largas décadas, à aquisição de códices e documentos avulsos de diversas origens e proveniências, que foram enriquecendo o acervo da Biblioteca da Ajuda durante o século XIX, e depois no início do século XX. Assinala-se, nesse processo, um forte sentido de Estado e das suas funções, que originou a necessidade de acomodar os documentos que testemunhassem a atividade dos homens que serviram o país, ou seja, de quem o governou e de quem teve intervenção diplomática ou cultural de relevo, numa perspetiva de afirmação identitária da nação.

Foi também este entendimento que norteou as políticas de incorporação da maioria dos arquivos particulares em arquivos distritais, que foram surgindo depois da implantação da República. Neste âmbito, destaque-se o caso específico do Arquivo Distrital de Braga, fundado em 1917 na dependência da Biblioteca Pública, e que, desde então, foi incorporando diversos arquivos particulares, designadamente pessoais, sob distintas modalidades e enquadramentos jurídicos.

A primeira grande aquisição neste domínio teve origem no ingresso da chamada Livraria Oliveira, por permuta com a Câmara Municipal de Braga, em 1926, que, por sua vez, a

adquirira em 1918. A Livraria Oliveira pertencera ao médico Manuel José de Oliveira que, por seu turno, tinha incorporado, por várias modalidades de aquisição, importantes arquivos de famílias, como o da Família Araújo Azevedo, onde se incluía a documentação do conde da Barca, razão pela qual, durante algum tempo, o conjunto documental foi conhecido por fundo Barca-Oliveira.

Todavia, dentro desta aquisição, vieram ainda outros arquivos pessoais, como o de Francisco José Maria de Brito (1760-1825), entre outros que foram sendo dispersos no acervo do Arquivo Distrital de Braga, nomeadamente na sua Coleção de Manuscritos, e cuja origem da respetiva incorporação se pode identificar com a entrada da Livraria Oliveira.<sup>426</sup>

Outros arquivos pessoais vieram depois a ingressar nesta instituição, em períodos posteriores, por virtude das diligências, designadamente, de Alberto Feio, que foi seu diretor, como o de João Penha (1839-1919), advogado e poeta oriundo de uma freguesia do concelho de Braga, que conquistou prestígio junto dos seus pares pela sua atividade literária, e cujo arquivo terá sido adquirido, na década de 1930, através de um processo de compra à família.

As primeiras décadas do século XX, principalmente aquelas que se seguem à implantação da República, são sintomáticas de como se vieram paulatinamente juntando, aos arquivos das figuras ligadas ao desempenho de cargos políticos de relevo, os de personalidades reconhecidas pelo seu contributo no domínio cultural, principalmente pela via literária. Ao mesmo tempo começou a despontar a consciência, junto de algumas individualidades, da importância dos seus próprios arquivos. Algumas personalidades começaram mesmo a legar os seus arquivos a instituições, e outros foram deliberadamente adquiridos, com o propósito de serem preservados para a posteridade. Não obstante constituírem um número reduzido, no quadro geral das incorporações de arquivos pessoais, alguns exemplos são dignos de nota por essas razões.

Na viragem do século, em 1901, a Biblioteca Pública de Ponta Delgada<sup>427</sup> recebeu o importante legado testamentário de Ernesto do Canto (1831-1900). Para além da sua biblioteca particular, incluía o seu arquivo, com os manuscritos resultantes das suas investigações históricas e genealógicas, a correspondência, e outra documentação, além de significativos arquivos que tinham pertencido a outras personalidades e famílias, que Ernesto do Canto foi reunindo por meio de ofertas e compras.

À guarda desta entidade ficou também, em finais da década de 1920, a biblioteca particular e o arquivo de Teófilo Braga (1843-1924), adquirido aos herdeiros pela Junta Geral do Distrito

---

<sup>426</sup> Sobre a história custodial deste conjunto de arquivos, vejam-se as obras de Abel Rodrigues (2007a, 2007b, 2011).

<sup>427</sup> O arquivo distrital de Ponta Delgada foi criado mais tarde, em 1931, na dependência da Biblioteca Pública, tornando-se posteriormente uma única entidade, agregando as valências de biblioteca e arquivo.

Autónomo de Ponta Delgada, preservando-se assim a memória, não apenas do político republicano, mas também a do escritor.

O escritor, historiador, genealogista e biógrafo Júlio de Castilho (1840-1919) deixou, em legado, um importante fundo documental, onde se incluía o seu arquivo, o de seu pai, António Feliciano de Castilho (1800-1875), e de outros que adquiriu por várias vias, e que ele próprio organizou, repartindo-o de forma deliberada entre duas instituições – a Torre do Tombo e o Instituto de Coimbra.<sup>428</sup>

Na década de 1920, o político e historiador Anselmo Braamcamp Freire (1849-1921) deixou, em legado, à cidade de Santarém, o palacete onde viveu, incluindo a sua biblioteca e arquivo, vindo assim enriquecer a biblioteca municipal, que depois se veio a instalar na sua antiga casa. Atitude similar teve José Relvas (1858-1929), que deixou em testamento, ao município de Alpiarça, a sua Quinta dos Patudos, com todas as coleções de arte, bibliográficas e o arquivo.<sup>429</sup>

Fora do domínio público, e por iniciativa particular, surgiu também, em Lisboa, o Museu Rafael Bordalo Pinheiro, projeto acalentado pelo seu fundador Artur Ernesto Santa Cruz Magalhães (1864-1928). Teve na sua base a importante coleção bordaliana reunida pelo poeta e colecionador Cruz Magalhães, e por este oferecida à Câmara Municipal, ainda durante a década de 1920, remanescendo no museu também o arquivo pessoal do colecionador.

Durante os anos que medeiam a implantação da República e os primeiros anos da Ditadura Militar, podem ainda salientar-se outras incorporações, provenientes de aquisições ou doações de pessoas singulares e famílias, que enriqueceram os acervos de várias outras instituições.

A Faculdade de Direito de Lisboa, por exemplo, num período que se pode situar entre 1914-1917, procedeu à compra de uma parte da coleção de manuscritos e livros reunida por João

---

<sup>428</sup> A componente do arquivo legado ao Instituto de Coimbra encontra-se, atualmente, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na sequência da transferência do acervo arquivístico daquela instituição para esta biblioteca. A sua descrição está disponível on-line na plataforma de descrição arquivística disponibilizada pelo Arquivo da Universidade de Coimbra (em <URL: <http://pesquisa.auc.uc.pt/details?id=170419&ht=feliciano%20castilho>> [consult. 05-06-2017]). Refira-se, porém, que, nesta descrição arquivística, a documentação legada por Júlio de Castilho ao Instituto foi considerada como “subfundo” e integrada hierarquicamente no quadro de classificação para o fundo criado para aquela instituição. Na Torre do Tombo, pelo contrário, a componente do arquivo que lhe foi legada por Júlio de Castilho está devidamente autonomizada no seu guia de fundos e considerada ao nível descritivo de fundo na plataforma arquivística de descrição disponível na Internet (em <URL: <http://digitalq.arquivos.pt/details?id=4206709>> [consult. 05-06-2017]). Todavia, esta documentação é também conhecida como “Coleção Castilho” e a parte especificamente relativa a Lisboa por “Coleção Olisiponense”.

<sup>429</sup> Cf. Laurinda Paz (2015).

José de Mendonça Cortês (1836-1912), na qual vinha incluída documentação relativa à sua atividade parlamentar.<sup>430</sup>

Na Biblioteca Nacional deram também entrada, por diversas modalidades, da compra à doação, e outras presentemente desconhecidas, vários núcleos documentais de diversas dimensões, essencialmente ligados às áreas da literatura e das artes como seja: um conjunto de manuscritos literários de António Costa Lobo (1840-1913); verbetes e apontamentos sobre música, do compositor e escritor Ernesto Vieira (1848-1915); e um conjunto de manuscritos, correspondência e recortes de imprensa de Pedro Wenceslau de Brito Aranha (1833-1914).

A Torre do Tombo recebeu, em 1921, por oferta do tenor Gaspar do Nascimento, um grupo de álbuns relacionados com sua atividade artística, e, também, na década de 1920, além de outros conjuntos constituídos por documentos antigos, remontando, em alguns casos, ao século XVII, de distintas proveniências, reunidos por figuras pouco conhecidas, como António da Costa Raimundo ou Henrique Loureiro, mas que atestam a importância que estes deram à preservação, em instituições públicas, da documentação de que eram detentores, a qual terão acumulado em virtude de atos essencialmente de colecionismo.

No Norte do país, a Biblioteca Pública Municipal do Porto recebeu, cerca de 1915, por oferta de Abílio Guerra Junqueiro (1850-1923), alguns documentos que lhe pertenceram, e aos quais terão, posteriormente, sido acrescentados outros.<sup>431</sup> O aumento de incorporações que se regista na década de 1930, que pode ser verificado na figura 13, deve-se justamente à Biblioteca Pública Municipal do Porto, onde se irá concentrar um conjunto significativo de arquivos de personalidades ligadas às artes e à literatura. Em 1934, a Biblioteca Municipal recebeu a importante doação da documentação do poeta António Nobre (1867-1900) por oferta do seu irmão Augusto Nobre, que repartiu este arquivo entre as bibliotecas municipais do Porto e de Matosinhos. Pela mesma altura, o diretor da Biblioteca do Porto, Joaquim Costa, encetou o projeto de criação de um “Museu de Autógrafos e Recordações de Escritores e Artistas”, que o levou a contactar com inúmeras famílias e amigos de escritores e artistas, tendo conseguido ali reunir diversos conjuntos de manuscritos de obras literárias, correspondência, fotografias e objetos pessoais de diversas personalidades.<sup>432</sup>

---

<sup>430</sup> Outra parte da coleção bibliográfica e de manuscritos de diversas proveniências, reunida por Mendonça Cortês, encontra-se na Biblioteca Nacional, dispersa entre as coleções de códices, manuscritos e nas chamadas “coleções em organização”. Cf. Pedro Pinto (2013).

<sup>431</sup> Trata-se de um pequeno conjunto constituído por cerca de duas dezenas de documentos. Entre estes salienta-se o manuscrito intitulado “Pátria” que contém uma dedicatória do autor oferecendo-o à Biblioteca Municipal do Porto, datada de Agosto de 1915. Inclui ainda desenhos, fotografias e cartas enviadas, o que faz supor a aquisição posterior de espécies epistolares que terão outrora figurado nos arquivos dos respetivos destinatários.

<sup>432</sup> Sobre a reunião de alguns destes arquivos na Biblioteca Pública Municipal do Porto veja-se Cabral e Eiras (2010).

Depois deste pequeno “pico” da década de 1930, no período que seguiu, até à entrada nos anos de 1970, deu-se continuidade a este movimento, em que bibliotecas, museus e arquivos se configuraram como repositórios naturais de documentos de alguns homens de governo, devidamente sancionados pela ideologia política dominante, e de outros abonados pela sua intervenção em áreas especificamente ligadas à cultura ou ao desenvolvimento científico. Foi ainda durante este período que despontou, em algumas instituições, a valorização de importantes coleções fotográficas, dando início a uma tendência no enriquecimento de acervos a partir da aquisição de documentos situados na área específica da fotografia, com ampla continuidade desde então.

É incontornável, em particular, o exemplo do Arquivo Municipal de Lisboa, que, entre as décadas de 1940 e 1960, procedeu à compra do importante arquivo fotográfico de Joshua (1873-1932) e Judah Benoliel (1890-1968).<sup>433</sup> Durante a década de 1950, adquiriu os trabalhos fotográficos de Eduardo Macedo Portugal (1900-1958), e, em meados dos anos de 1960, recebeu ainda a produção fotográfica de Augusto Bobone (1852-1910) e do seu filho Octávio Bobone (1894-1959), por doação de Beatriz Bobone, esposa deste último. A Fundação Calouste Gulbenkian iniciou igualmente, a partir dos finais dos anos de 1950, um movimento de aquisição, por diversas modalidades, de inúmeros conjuntos fotográficos, a que já anteriormente se aludiu.

Até à década de 1970 surgiram ainda entidades do âmbito museológico, nomeadamente casas-museu, que incorporaram legados e doações particulares significativas, dando continuidade a exemplos, como os encetados na década de 1920, também já referidos. Refiram-se, designadamente, a Casa-Museu Leal da Câmara, que detém o arquivo do artista e caricaturista Tomás Júlio Leal da Câmara (1876-1948), por virtude da doação da sua esposa ao município de Sintra, e também a Casa-Museu Egas Moniz, onde se encontra o arquivo do médico e político republicano conservador António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz (1874-1955), resultante da musealização da casa do casal Moniz em Estarreja, a partir do desejo expresso manifestado pela esposa, no seu legado testamentário.

Outras doações ou legados importantes foram feitos durante o período de 1940-1970, com o fim de constituírem espaços museológicos, ainda que a concretização de alguns desses projetos só tenha ocorrido anos mais tarde. É exemplo o legado do colecionador António Anastácio Gonçalves (1888-1965), que assegurou o destino a dar à sua casa, em Lisboa, e à coleção de arte, para o Estado, em testamento lavrado em 1964, um ano antes do seu

---

<sup>433</sup> Também em 1946 Joaquim Leitão, Secretário-geral da Assembleia Nacional, adquiriu a Judah Benoliel um conjunto de mais de uma centena de negativos da autoria do seu pai Joshua, para enriquecerem o acervo do Museu Histórico-Bibliográfico da Assembleia Nacional. Encontram-se presentemente disponíveis à consulta numa base de dados no Arquivo Histórico Parlamentar - Assembleia da República, sendo frequentemente utilizados por esta instituição em exposições e publicações por esta patrocinadas. Veja-se, em particular, Borges e Silva (1989).

falecimento, com o desejo expresso de que ali se criasse um Museu. Do seu acervo remanesceria também o arquivo do colecionador, ainda que a designada Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves só viesse a ser inaugurada em 1980. Em situação similar encontra-se o legado do romancista José Maria Ferreira de Castro (1898-1974), ao município de Sintra, que foi depois integrado num Museu com o seu nome, igualmente inaugurado nos anos de 1980 – embora efemeramente, pois o Museu esteve encerrado durante alguns anos para realização de obras, só reabrindo em 1992.

Verifica-se, portanto, que durante a maior parte do século XX o número de incorporações datáveis, no que diz respeito a arquivos pessoais, manteve-se, apesar de tudo, em níveis relativamente reduzidos, e de abrangência restrita, no que respeita aos indivíduos representados.

Todavia, uma profunda alteração ocorreu a partir da década de 1980. A mudança foi quase abrupta no sentido de um aumento exponencial de incorporações de arquivos, quando comparados os números com os das décadas anteriores, embora se possa detetar sinais dessa alteração ainda na década de 1970. Para tal contribuiu, sem dúvida, a transição democrática ocorrida com o 25 de Abril de 1974, pois a incorporação da grande maioria dos 71 arquivos indicados na figura 13, relativos a este decénio, ocorreu depois do derrube da ditadura.

A perseguição política durante o século XX, principalmente a que ocorreu após a Ditadura Militar implantada em Maio de 1926, e o longo período do Estado Novo, condenou muitos arquivos pessoais a ações de destruição, dispersão e confisco, não devendo ainda deixar de se ter em consideração os silêncios originados pelo não-registo deliberado de ações decorridas na clandestinidade. A revolução de Abril de 1974, e a progressiva estabilização do regime democrático nos anos seguintes, despertou em muitas pessoas um desejo de recuperar e fixar a memória daqueles que foram sujeitos à perseguição e ao silêncio.

O ligeiro aumento no número de incorporações, registado ainda durante a década de 1970, fez-se também à custa de um maior apoio, e até mesmo investimento, que o novo Estado democrático colocou no enriquecimento dos acervos de algumas instituições, designadamente pela aquisição de arquivos de figuras que tiveram atividade política durante o final da Monarquia e no regime republicano, ou que se integraram em correntes de pensamento sociocultural, até então relegadas para segundo plano. Aceitaram-se também doações que, possivelmente, antes do 25 de abril de 1974, teriam sido marginalizadas, por não interessarem aos desígnios da política de “memória histórica nacional”, que se pretendia enaltecer e fixar durante o Estado Novo.<sup>434</sup> Deste modo, nos anos subsequentes a 1974 surgiram iniciativas,

---

<sup>434</sup> O historiador Henry Rousso chamou a atenção para a existência de um esforço, por parte de certos regimes, para condicionar fortemente a memória coletiva, criando um tipo de memória acentuadamente

embora ainda pontuais, que se relacionam justamente com a preservação da memória de indivíduos que foram perseguidos pela ditadura ou que tiveram significativo papel na oposição ao regime.

A Biblioteca Nacional foi uma das grandes beneficiárias deste aumento de incorporações que se começou a esboçar após a revolução. Logo no verão de 1974, o Estado recebeu a doação do arquivo de Jaime Batalha Reis (1847-1935), figura de relevo da chamada “Geração de 1870”, que entregou à guarda desta biblioteca. Em 1975, o Estado adquiriu também uma parte do arquivo de Eça de Queirós (1845-1900), que igualmente lhe destinou, onde seria depositado em 1977. A estes se juntaram, ao longo da segunda metade da década de 1970, por doações ou compras em leilão, documentos de outras personalidades, como Barbosa de Magalhães (1879-1959), Augusto Gil (1870-1929), Almeida Garrett (1799-1854), Camilo Pessanha (1867-1926) ou Fernando Pessoa (1888-1935).

Também em 1975, Cristina Torres dos Santos (1891-1975), uma professora e antiga defensora dos direitos das mulheres, resistente à Ditadura Militar e Estado Novo, deixou, em legado à Câmara Municipal da Figueira da Foz, o seu arquivo e o do seu marido, Albano Duque (1894-1963), antigo maçom e jornalista figueirense, que chegou a ser preso em 1927, por envolvimento na revolta contra a ditadura de fevereiro desse ano. Foi, no entanto, necessário esperar pelo início da década de 1990 para que fosse reconhecida publicamente a importância deste legado, que ilustra o percurso destes dois opositores à ditadura.<sup>435</sup>

No Porto, assistiu-se à incorporação, na respetiva Universidade, em meados da década de 1970, da Casa-Museu Abel Salazar, doada pela Fundação Calouste Gulbenkian, que a adquirira alguns anos antes à Sociedade Divulgadora Abel Salazar, constituída por um grupo de amigos do médico e professor da Faculdade de Medicina do Porto, deliberadamente afastado da vida académica pela ditadura, nos anos de 1930. Todavia, só a democracia permitiu criar as necessárias condições para o reconhecimento público deste cientista, e para o tratamento do seu arquivo, que foi sendo preservado e reunido pelos seus amigos.

Em 1979, ocorreu ainda o depósito do arquivo de António Pinto Quartin (1887-1970), jornalista e político, igualmente opositor ao Estado Novo, feito pela Casa da Imprensa no Instituto de Ciências Sociais. Este arquivo esteve depois na base da criação, nesta instituição de investigação de âmbito académico, do Arquivo de História Social.

---

parcial, e com propósitos vincadamente ideológicos, que designou de “memória enquadrada”, devido ao facto de ser o produto de um trabalho específico de enquadramento num propósito mais amplo de justificação (Rousso, 2001, 57). Neste sentido, os arquivos de figuras não afetas à ideologia dominante do Estado Novo, ou que não se integrassem na orientação imposta pelo regime aos discursos em torno da história e da memória nacional, não seriam sequer objeto de consideração.

<sup>435</sup> Em 1992, os Serviços Culturais da Câmara Municipal da Figueira da Foz organizaram uma exposição, mostrando parte do acervo do casal, tendo também sido publicado um catálogo por essa ocasião. Cf. Município da Figueira da Foz (1992).

O movimento de incorporações no pós-25 de Abril aumentou, desde então, de forma significativa. Além da liberdade que o regime democrático trouxe, do investimento do Estado e de algumas instituições na área da cultura, a consciência de que arquivos privados possuíam importância para a compreensão de fenómenos históricos, culturais, sociais, políticos, gerou um renovado interesse pela sua preservação.

Este movimento ocorreu tanto do lado das pessoas que eram possuidoras de documentação, à qual se entendeu reconhecer valor para ser entregue a uma instituição de memória, como da parte de grupos e comunidades de interesses, que especificamente se orientaram para a recolha e conservação de arquivos particulares, e ainda por parte das próprias instituições já existentes, que os passaram a procurar cativar de forma ativa, ao mesmo tempo que surgiram de novos espaços e instituições, especificamente criados para a preservação de arquivos provenientes da sociedade civil, nos quais se incluem os arquivos pessoais.

Na década de 1980 surgiram diversas iniciativas, a partir de grupos específicos, com a finalidade de recuperar e salvaguardar as memórias da militância política daqueles que tinham sido afastados da atividade pública, marginalizados, presos, forçados ao exílio, ou simplesmente obrigados a agir na clandestinidade. Tal foi possível porque, apesar das perseguições, houve quem conseguisse proteger da destruição, e guardar zelosamente, registos dessa época.

Apesar de, por vezes, a memória oficial ser constituída como uma certa forma de coerção, de imposição, ou de apresentar aspetos que se assemelham a uma forma específica de dominação ou de violência simbólica, a memória coletiva pode também desempenhar a função de reforçar a coesão social, não pela via da obrigação, mas pela da adesão afetiva a um grupo, o que Halbwachs designou como “comunidade afetiva” (Vidal, 2007, 6). É por este sentido de uma memória coletiva, forjada pela apreensão dos acontecimentos e das interpretações de um passado que se pretende “salvaguardar”, e pelo reforço de sentimentos de pertença e espaços de limite entre entidades distintas, que se integram tentativas, mais ou menos conscientes, de famílias, grupos profissionais, comunidades, aldeias, partidos políticos, igrejas, regiões, nações e outros, para a recuperação de arquivos pessoais ou de documentos que pertenciam anteriormente ao exclusivo domínio do individual.

Por outro lado, a criação de projetos de recuperação da memória de determinadas minorias tendeu a incentivar a importância de lembrar e transmitir aquilo que foi oprimido. A recuperação de arquivos sob este desígnio, tornou-se também mais fácil, pois, ao se apelar a sentimentos de pertença a determinados grupos, incentivou-se o compromisso individual para com a narrativa de uma história comum que unia os vários elementos.

Alguns autores, entre os quais se destaca Michael Pollak (1989), chamaram a atenção para a existência de memórias, perceptíveis principalmente quando se analisam momentos de crise, ou de confrontos bruscos e exacerbados, originadas em certas minorias ou em grupos derrotados



em conflitos sociais ou mais gerais, e, como tal, marginalizadas, ou mesmo silenciadas pela memória “oficial”. Estas memórias foram sendo trazidas à superfície pelo trabalho paciente dos investigadores, originando, de algum modo, uma disputa com as memórias oficiais, e pondo em evidência uma multiplicidade inesperada de memórias, que confirmam a existência de identidades várias numa mesma sociedade (Pollak, 1989, 14).

No caso português, o ativismo político, e o desejo específico de recuperar e (re)construir a memória de grupos específicos que partilharam ideais de militância, estiveram, por exemplo, na base da formação do Arquivo Histórico-Social, que veio integrar o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Portugal, na década de 1980. A sua organização inicial deveu-se ao Centro de Estudos Libertários, o qual, ainda no final da década de 1970, começou a reunir documentação que testemunhasse o que constituiu a militância anarquista na primeira metade do século XX, visando a recolha de informação de antigos militantes, de associações operárias e sindicais que estiveram próximas dos princípios organizativos e ideológicos do anarquismo, ou de uniões informais que partilhavam os ideais libertários.<sup>436</sup>

Entre o que foi designado por “espólios” de militantes anarquistas, provenientes em parte da recuperação do que remanesceu dos arquivos que os próprios preservaram, encontram-se depoimentos escritos, por vezes configurados em registos memorialísticos, respostas a questionários, cartas enviadas aos mentores do projeto, bem como fotografias, recortes de imprensa, objetos e outros documentos guardados por terceiros, relacionados com determinadas figuras. Do mesmo modo, ali se encontram testemunhos orais registados em cassetes, que os próprios forneceram no âmbito do projeto do Arquivo Histórico-Social.<sup>437</sup>

---

<sup>436</sup> A coleção de memórias e documentos recolhidos pelo Centro de Estudos Libertários foi inicialmente depositada na Biblioteca Nacional em 1980, sendo-lhe doada alguns anos depois. Desde então, esta coleção, designada por Arquivo Histórico-Social, tem vindo a receber novas incorporações. Faz ainda parte do Arquivo Histórico-Social toda a documentação resultante da recolha de depoimentos e de outras informações contextualizantes das personalidades e da sua época, fruto de investigações realizadas sobre o movimento anarco-sindicalista, tendo como um dos seus principais dinamizadores o Prof. Dr. João Freire, que ali tem também vindo a entregar, sucessivamente, o resultado da sua investigação académica neste domínio. Entre 2010 e 2013, este arquivo foi objeto de novo tratamento, no âmbito de um projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, visando a sua disponibilização na Internet, com a criação de um arquivo digital. A documentação foi organizada, descrita, classificada, indexada e, em parte, tomada disponível, por meio de digitalização. Sobre a constituição e o respetivo tratamento documental veja-se, além do portal na internet especificamente dedicado e desenvolvido durante o projeto “MOSCA” (disponível em <URL:http://mosca-servidor.xdi.pt/projecto> [consult. 30-06-2017]), o artigo de João Freire e Paulo Guimarães (2013).

<sup>437</sup> Para Pollak (1989, 12), a emergência do interesse pelas chamadas “memórias subterrâneas”, outrora marginalizadas, abriu novas possibilidades no domínio da História Oral, partindo da aceitação do facto de que as fontes escritas não eram mais verídicas, nem mais confiáveis do que as orais. No caso português, o recurso à história oral, como forma de registo de memória e fonte de investigação, foi surgindo paulatinamente a partir dos anos de 1980. O projeto do Arquivo Histórico-Social foi um dos primeiros a considerar a recolha de testemunhos orais, amplamente utilizada nas investigações historiográficas de João Freire, um dos seus principais mentores, que foi pioneiro pela utilização da história oral na sua tese de doutoramento sobre o anarquismo e o operariado em Portugal nas primeiras décadas do século XX.

De certa forma, no âmbito da reunião e organização da documentação para este projeto, foram-se formando agregações próximas do que se poderiam designar como “coleções”, numa aceção arquivística que conota o termo com a reunião “artificial” de documentos em torno de determinada característica – neste caso, de uma linha temática principal –, independentemente da sua proveniência. Vária documentação que forma o Arquivo Histórico-Social foi organizada no que se designou por “núcleos”, sendo que o que se apelida de “espólios documentais”, de militantes do movimento operário e anarquista, corresponde a documentos não necessariamente produzidos pelos próprios, embora lhes possam dizer diretamente respeito. Presidiu, deste modo, à reunião da documentação o propósito explícito de salvaguardar e documentar a história do movimento social.

Num sentido semelhante, surgiu, em 1984, o Centro de Documentação 25 de Abril, na Universidade de Coimbra, que rapidamente conseguiu, logo nos primeiros anos do seu funcionamento, reunir um extenso número de conjuntos documentais doados por várias pessoas. Neste caso, as aquisições foram especificamente orientadas para o registo das memórias políticas da resistência à ditadura e do processo de transição democrática.

O sentido do papel individual desempenhado na história, e da importância de transmitir o testemunho próprio, está igualmente presente na atenção dada por diversas personalidades que marcaram a oposição ao Estado Novo, alguns dos quais, no novo regime democrático, se vieram a tornar seus líderes políticos. O caso de Mário Soares (1924-2017) é, neste ponto de vista, paradigmático, pois foi o próprio a decidir colocar o seu arquivo ao dispor da investigação. A criação da Fundação Mário Soares, onde este depositou o seu arquivo, e cujas atividades no âmbito do tratamento arquivístico se iniciaram em 1996, é exemplo do crescente interesse na conservação de documentos de personalidades ligadas à história política portuguesa contemporânea.

À semelhança do que já vinha sucedendo com o Centro de Documentação 25 de Abril, rapidamente a iniciativa de Mário Soares mobilizou amigos, colegas de partido, e outros indivíduos e entidades, que partilhavam determinados ideais políticos e sociais, a confiarem à Fundação o tratamento da sua documentação, ou de familiares, cientes da importância da preservação das suas memórias, em que uma militância política de esquerda está particularmente presente.

Este processo de grande dinamismo na incorporação de arquivos, que envolveu indivíduos e instituições em processos de construção de memória, tem indubitavelmente como consequência o reconhecimento do papel de determinadas personalidades, mesmo que tal

---

Outras instituições seguiriam, posteriormente, o exemplo na recolha da memória por via dos testemunhos orais, como o Centro de Documentação 25 de Abril. Para uma perspetiva global sobre o surgimento da história oral em Portugal veja-se Luísa Tiago de Oliveira (2010).

seja resultado simplesmente da incorporação de agregações de documentos que, não tendo sido necessariamente produzidos pelos próprios, no âmbito das suas atividades, foram por estas recolhidos, acumulados e guardados, atribuindo-se-lhes empiricamente valor enquanto testemunho de épocas, acontecimentos históricos ou de ideais comuns.

Por exemplo, tanto no Centro de Documentação 25 de Abril como na Fundação Mário Soares, várias pessoas contribuíram com a doação, ou cedência para digitalização e difusão ao público, de comunicados, panfletos, boletins, jornais e diversos outros materiais produzidos por várias organizações, formais ou informais, em diversos momentos da história política portuguesa contemporânea, e de que se encontram exemplares repetidos em vários dos arquivos que ingressaram nestas duas entidades.

Não sendo produzidos diretamente pelas próprias pessoas, mas por organizações, designadamente partidos políticos ou grupos de determinada orientação ideológica, dos quais os produtores ou colecionadores podem ou não ter feito parte, a sua conservação e posterior entrega a uma instituição significa que houve uma atribuição de valor de ambas as partes a esses conjuntos de documentos. Mesmo não constituindo exemplares únicos, a sua preservação, através da reunião de vários contributos individuais, representa uma vontade coletiva de recuperar e preservar memórias de acontecimentos, movimentos, organizações, e outras.

Esta constatação reforça a ideia de que a memória individual é simultaneamente coletiva, como se referiu em capítulo anterior. No que se refere à constituição de acervos arquivísticos nos vários repositórios, a documentação proveniente de arquivos pessoais sustenta o propósito de fixação de uma memória coletiva, no sentido que lhe foi dado por Halbwachs. Segundo este autor a memória individual pode tirar benefícios da dos outros, concordando com os testemunhos transmitidos, através de pontos de contato, fazendo com que o ato de lembrar seja reconstruído em conjunto (Halbwachs, 2004, 12). A formação de uma memória coletiva depende, pois, da incorporação de ideias e acontecimentos, impossíveis de serem vivenciados pela totalidade dos membros de uma comunidade ou de uma nação, mas cujos membros tomam conhecimento também por via indireta através, por exemplo, de depoimentos daqueles que neles participaram, levando os indivíduos a confiar numa memória que não é a sua, mas antes emprestada ou assimilada voluntariamente (Halbwachs, 2004, 54).

Alguns destes arquivos podem ser considerados como pessoais, no sentido de que foram produzidos, reunidos e utilizados, por pessoas singulares. Contudo, uma análise um pouco mais detalhada às descrições de conteúdo fornecidas pelas entidades detentoras, verifica-se que noutros casos esses arquivos não são apenas o testemunho das atividades de uma pessoa isolada, mas também de outras, com quem partilharam interesses, projetos, ideais, e até ligações familiares.

Estes arquivos, onde se detetam diversos produtores, não são necessariamente arquivos de pessoas coletivas, no sentido de possuírem uma existência juridicamente formalizada. A partilha de interesses comuns uniu, muitas vezes, pessoas sem qualquer laço familiar, que deram origem a arquivos que refletem a produção e utilização de informação em contextos específicos, como o profissional ou político-ideológico.

No caso de pessoas ligadas por laços familiares, estar-se-á perante não arquivos pessoais, mas antes arquivos familiares. Incorretamente considerados como pessoais, são as próprias práticas descritivas aplicadas pelas instituições detentoras, ou a falta de substrato teórico-conceptual pelos profissionais envolvidos, que dificultou muitas vezes, no decurso do processo de identificação que se levou a cabo, uma clara distinção entre o universo estritamente individual e o que são, efetivamente, sistemas de informação familiar ou, pelo menos, partes destes, sujeitas a processos de desagregação, dispersão e de incorreta classificação.

Por outro lado, a generalidade dos arquivos familiares existentes para o período contemporâneo diferencia-se dos conhecidos para as famílias do período do Antigo Regime. O que une muitas vezes as pessoas não é simplesmente a gestão do património imóvel, ou a salvaguarda de determinados privilégios baseados na consanguinidade ou em uniões matrimoniais, mas um universo de uma vivência doméstica, e social, própria das alterações ocorridas na configuração do espaço familiar na contemporaneidade.

A valorização de determinadas personalidades, ou a sobrevalorização de áreas concretas da sua intervenção, influenciou também a divisão de arquivos, que deixaram de manter a sua integridade inicial e se foram repartindo entre diversas instituições e por outros particulares, umas vezes por contingências fortuitas, outras por decisão dos próprios ou das famílias, dando continuidade a práticas “memorialísticas” associadas à sua conservação para fins históricos ou de investigação, e ao desbarato dos sistemas de informação originários.

Olhando para as alterações verificadas a partir do final do século XX e nos inícios do século XXI, no que respeita à utilização de novos suportes tecnológicos para produção e difusão de informação, no decurso do recenseamento procurou-se perceber se as entidades detentoras identificadas, para além de terem investido, na maioria delas, na gestão e difusão da informação dos arquivos por via digital, estavam também a proceder à incorporação de arquivos (ou parte deles) produzidos diretamente pelas pessoas através de meios digitais, incluindo computadores pessoais, informação registada nos mais diversos tipos de discos e, até mesmo, produzida em ambientes virtuais on-line, incluindo e-mails, blogs, websites, e a presença em redes sociais.

Foram encontradas algumas situações, embora esparsas, de arquivos de incorporação recente, com os quais deram também entrada disquetes, CD's, DVD's e alguns outros tipos de discos com registos digitais. Contudo, à parte a menção à sua existência nas descrições arquivísticas, na apresentação do conteúdo dos arquivos, ou na das suas dimensões e

suportes, não se encontra explicitado como se procede à difusão desta informação, nem que normas ou regras se seguem para a contextualização e preservação da meta-informação dos registos produzidos em computadores pessoais.<sup>438</sup>

No caso de tipologias documentais do domínio da fotografia e imagem, há numerosos exemplos de incorporações recentes ocorridas em formato digital, indiciando que é absolutamente necessário que as próprias descrições arquivísticas se adaptem para indicar informações como os formatos de ficheiros e as dimensões originais em megabytes – já não são apenas rolos, provas, negativos e suportes como o vidro, o acetato de celulose, ou o papel, que estão presentes, e não basta simplesmente referir que as fotografias, ou outros documentos, se encontram em “formato digital”.<sup>439</sup>

Ressalte-se que não foi detetada a preservação de nenhum computador pessoal, e só esporadicamente se sabe que, junto com alguns arquivos, terão sido entregues cópias de informação neles contida, desconhecendo-se como foram efetuadas.<sup>440</sup> A preservação dos registos que as pessoas mantiveram, ou ainda mantêm, na Internet, está também de fora das incorporações nas diversas instituições identificadas, nas quais, entretanto, foram incorporados outros materiais, deixando-se à mercê do desconhecido, ou do acaso, o que irá suceder com tais registos.<sup>441</sup>

---

<sup>438</sup> Por exemplo, o almirante Vicente Almeida de Eça (1918-) entregou, em diversas instituições, documentação relacionada com o processo de descolonização de Cabo Verde, e sobre algumas intervenções públicas que teve, testemunhando o seu papel nesse âmbito (Veja-se a lista dos conjuntos documentais que estão dispersos em várias entidades no Anexo II, em Eça, Vicente Manuel de Moura Coutinho de Almeida de). Entre as suas doações encontram-se CD's e DVD's, mas não se sabe exatamente como é que as instituições procederam ao registo da informação digital neles contida, nem como os preservam. No Arquivo de História Social, no ICS, encontram-se também conjuntos de documentação, como a de Maria Filomena Mónica (1943-), que além de reproduções de documentos mais antigos que foram digitalizados, contém documentos produzidos diretamente em computador, sem ser claro como foi feita a transição entre o ficheiro original e o documento atualmente à consulta. A presença de disquetes e de CD's foi igualmente detetada em numerosos arquivos de ingresso recente, como nos casos dos arquivos de dois investigadores franceses Michel Laban (1946-2008), e Christine Messiant (1947-2006), em depósito na Fundação Mário Soares.

<sup>439</sup> Um exemplo a seguir é o do Centro Português de Fotografia, no caso de um conjunto de reproduções digitais de fotografias de João Teixeira de Vasconcelos (1882-1965), adquiridas ao seu neto já em formato digital, indicando a sua resolução, formato de ficheiro e extensão em megabytes.

<sup>440</sup> Por exemplo, com o recente depósito do arquivo de Ruy Duarte de Carvalho (1941-2010), efetuado pela família na Fundação Mário Soares, deu também entrada um disco com ficheiros digitais de vídeo e áudio, e outros elementos multimédia de sua autoria, que aguardam o devido estudo e tratamento arquivístico. Sabe-se, porém, que parte dos seus conteúdos resulta de cópias efetuadas por terceiros, a partir do seu computador pessoal, no âmbito de uma deslocação à Namíbia, país em que tinha fixado residência aquele antropólogo, escritor e artista, com vista a ser recuperado a maior parte do seu arquivo que ali se encontrava.

<sup>441</sup> Foram detetados algumas situações de pessoas que procederam a doações de materiais a instituições, e que, estando ainda vivas, continuam a produzir informação na Internet. Por exemplo, Leonel Brito (1941-) procedeu à doação, ao Centro de Memória de Torre de Moncorvo, de numerosa documentação sobre personalidades e história da vila, textos e filmes por ele, e sobre ele, produzidos, fotografias, e uma multiplicidade de outros registos informacionais, parte dos quais apenas em formato digital. Ao mesmo tempo, Leonel Brito, fotógrafo, editor, produtor e realizador de cinema e televisão, tem uma página própria com filmografia no portal Vimeo (em URL: <https://vimeo.com/user11736921> [consult. 05-08-2017]), e é um dos animadores do blog transmontano “Farrapos de Memória”. Noutro extremo,

\*\*\*

Conclui-se, pelos dados apresentados neste capítulo, que os processos relacionados com a aquisição de arquivos pessoais, visando a sua preservação e valorização, são muito distintos. Esses processos não são sistemáticos e podem variar de instituição para instituição, dentro da própria instituição de arquivo para arquivo, e até no mesmo arquivo. Por outro lado, não existe qualquer imposição normativa sobre as modalidades de que se revestem as aquisições, apenas sujeitas ao quadro jurídico-legal sobre a propriedade de bens, nem tão pouco orientações claramente definidas e aceites no domínio arquivístico, quanto à avaliação e seleção da informação a preservar.

Os processos de aquisição, e os seus contextos, embora escassamente estudados pela literatura que se debruça sobre a arquivística e as práticas dos profissionais e das instituições envolvidas, permitem uma análise das motivações que justificam a preservação de arquivos pessoais, e das condições em que estes foram selecionados.

De um modo geral, as instituições de memória privilegiaram certos arquivos pessoais em detrimento de outros. Os proprietários de bens arquivísticos que, a dado momento, passam a integrar o acervo de uma instituição, independentemente da modalidade jurídica aplicável, também intervêm, com frequência, na seleção de informação à qual se atribui valor. E, da parte das instituições de memória, mesmo no caso de indivíduos que se consideram de “relevância histórica” existem preferências, escolhendo-se o que se julga relevante para memória coletiva ou para a pesquisa. Verifica-se ainda que, com a conivência ou ação deliberada das entidades detentoras, é frequente a destituição dos conjuntos de partes significativas, desagregando-se os sistemas arquivísticos originários, e a “construção” de arquivos a partir de várias proveniências, sem a necessária atenção aos contextos originários de produção e acumulação de informação.

Neste campo, reputa-se fundamental uma revisão das práticas das entidades detentoras, com maior atenção à história do percurso da documentação ao longo do tempo, desde a sua formação originária até ao destino final, com as sucessivas transferências de propriedade e custódia entre familiares, amigos ou terceiros (como os colecionadores), sendo igualmente

---

situa-se o caso de um antigo professor da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa, já falecido – o Prof. Mário Godinho (1956-2008). A Faculdade ficou em posse de uma pequena coleção fotográfica da sua autoria, que foi identificada no âmbito do projecto Heritage-ULISBON (Levantamento e Divulgação do Património Cultural da Universidade de Lisboa), coordenado pelos Museus da Universidade de Lisboa, constando nas listas patrimoniais da Universidade enumeradas no livro coordenado por Marta Lourenço (2016, 230). No entanto, este professor tinha iniciado, pouco antes de falecer, um blog, onde publicou diversos testemunhos individuais (em <URL://abaixoocaranguejo.blogspot.pt/ [consult. 05-08-2017]), que continuou a receber mensagens e publicações de terceiros, configurando um autêntico lixo digital. O que irá suceder ao blog só o futuro o dirá.

essencial examinar os contextos em que os arquivos foram sendo incorporados nas próprias instituições de memória, e as marcas que os processos de aquisição deixaram nos conjuntos documentais que se selecionaram.

A avaliação e a seleção são necessárias, mas, no geral, no que aos arquivos pessoais diz respeito, destaca-se uma conflagrada ausência ou indefinição de políticas de aquisição claras e objetivas. É, por isso, relevante a prossecução da identificação das práticas seguidas neste domínio, e um melhor conhecimento sobre as formas e condicionalismos de que se revestiu a incorporação nas instituições de memória, para a compreensão dos próprios arquivos e da informação neles contida.

As comunidades e os indivíduos envolvem-se, cada vez mais, na preservação de arquivos por sua livre iniciativa.<sup>442</sup> Por outro lado, as possibilidades e facilidades oferecidas pelas tecnologias digitais e de partilha de informação na Internet, contribuem para que todos se afigurem como potenciais “coletores” da memória dos indivíduos e da sociedade. Todavia, existe uma ausência total de reflexão sobre o que fazer com a informação digital que entretanto vem sendo produzida. A partir destes pressupostos, há que atentar e averiguar futuramente a hipótese de a tendência crescente de incorporação de arquivos pessoais, registada nas últimas décadas, poder vir a entrar numa curva descendente dentro de algum tempo.

---

<sup>442</sup> De que é paradigmático exemplo o colecionador José Pacheco Pereira, que tem sido amplamente publicitado na comunicação social e na Internet.

## **CAPÍTULO 7 – REFLEXÕES SOBRE A REPRESENTAÇÃO DOS INDÍVIDUOS E DA SOCIEDADE**

Considera-se importante a verificação, através dos arquivos identificados nas diversas instituições detentoras em Portugal, do que, afinal, nos seus acervos, se insere no domínio da informação produzida e reunida por indivíduos. Para tal, utilizam-se os dados do recenseamento, de forma a explorar, empiricamente, aspetos relacionados com o reconhecimento de quem são os indivíduos que figuram nos arquivos preservados, e como têm sido representados, discernindo políticas de seleção e relativas à própria descrição arquivística, com implicações na construção da memória coletiva, explorando igualmente hierarquias de valor e mesmo níveis de sub-representação.

É igualmente relevante a explorar a relação entre a sociedade civil e as entidades que preservam os arquivos, na construção e preservação da memória coletiva, em função da informação proveniente do universo individual. Simultaneamente, visa-se questionar os limites que apresentam os arquivos pessoais preservados nas instituições de memória em Portugal, enquanto representantes das diversas facetas e dimensões da sociedade e da história humana, e sublinhar que esta representatividade necessita de ser melhor assegurada e configurada.

### ***7.1. O processo de identificação dos indivíduos: opções e questões em aberto***

Para além de identificar que instituições, em Portugal, possuem arquivos pessoais, de que forma os obtiveram e sob que critérios de seleção, no decurso do recenseamento procurou-se distinguir os indivíduos que neles figuram. Com esse fim em mente, entendeu-se não afastar, à partida, qualquer tipo de forma de apresentação da informação sobre pessoas singulares, estivesse ela recebido a designação de fundo, coleção, legado, espólio, acervo, ou outra, ou mesmo dependente de hierarquias classificativas criadas para a organização dos documentos que as tivesse remetido para níveis descritivos secundários como subfundos, secções, séries ou outras.

Por uma questão prática, derivada dos constrangimentos de uma investigação e de um recenseamento limitado no tempo e em recursos, foi necessário, proceder a algumas exclusões de conjuntos documentais correspondentes a doações isoladas de coleções de imprensa, ou de objetos do foro museológico, embora se reconheça que um ou outro caso tenha acabado por remanescer no guia que consta nos anexos da dissertação, impondo a necessária e futura confirmação dos dados recolhidos durante o inquérito com a



correspondente realidade documental. Por idênticos constrangimentos, foram igualmente deixadas de fora do universo abrangido as bibliotecas particulares compostas exclusivamente por espécies bibliográficas.<sup>443</sup>

Optou-se, portanto, por um entendimento tão lato quanto possível do universo dos arquivos produzidos e reunidos por indivíduos. Quis-se principalmente não excluir as diversas formas que pode assumir a agregação de informação por estes produzida e acumulada, ou reunida sob distintos critérios e finalidades, e não excluir dele os conjuntos que não se apresentavam estritamente ligados a uma só pessoa singular, mas que foram também constituídos em função de interesses de diversos indivíduos, cuja informação foi mantida unida, refletindo interesses de grupos, seja do ponto de vista profissional, cultural, político, seja mesmo de outras configurações sociais, nas quais se incluem formas contemporâneas de perceber a família e os agregados domésticos.<sup>444</sup>

Decidiu-se, portanto, seguir uma abordagem holística, em que, em face dos arquivos que foram sendo identificados, se aceitou que: 1) diferentes indivíduos podem ser produtores de um mesmo conjunto informacional, tenha ele sido identificado como fundo ou como coleção, atribuindo-se a produção apenas a uma pessoa – o que por vezes se reflete nos próprios títulos e nas descrições arquivísticas apresentadas aos utilizadores, com as necessárias consequências que comportam a omissão do papel desempenhado por outras pessoas na produção, acumulação e utilização da informação; 2) e que uma pessoa pode, por seu turno, estar presente na produção de mais do que um conjunto informacional, já que as práticas, tanto de entidades detentoras como de antigos proprietários (pessoas singulares, famílias, amigos e terceiros), originaram dispersões de informação, voluntárias e involuntárias, ao mesmo tempo que o seu tratamento também influenciou ações de separação ou unificação de informação, sob distintos critérios, criando ligações artificiais entre pessoas e conjuntos informacionais ou até desconstruindo, irreparavelmente, ligações existentes mas menos óbvias.

---

<sup>443</sup> A separação das bibliotecas particulares dos arquivos de quem as reuniu é frequente, fundamentam-se normalmente em razões baseadas nos fins prosseguidos por cada entidade detentora, de adequação dos materiais incorporados aos seus acervos, por motivos de espaço, ou por necessidade de alocação de distintos recursos, materiais ou humanos, para o tratamento diferenciado de arquivos, bibliotecas e outros bens museológicos. Vontades expressas pelos próprios proprietários são igualmente um fator de divisão entre os diversos materiais por várias instituições. Reconhece-se, todavia, que é essencial, ligar as bibliotecas às pessoas que as reuniram, podendo tal ser feito em formas integradas de descrição da informação. Em muitas situações, a biblioteca reflete também percursos de vida, testemunha e fundamenta atividades desenvolvidas e interesses pessoais, ou outros modos de ligação com os produtores. Existem, porém, casos em que foi identificada a incorporação simultânea, nas entidades detentoras, de bibliotecas e arquivos. Sempre que possível, essa indicação consta do sumário de conteúdos apresentado no Anexo II, embora se julgue existirem outras situações semelhantes. Porém, o próprio tratamento diferenciado de materiais, feito por algumas dessas entidades detentoras, não permitiu aprofundar essa identificação.

<sup>444</sup> Note-se que, em determinadas situações, tal como foi referido no capítulo anterior, estar-se-á mais propriamente perante arquivos familiares, que se encontram incorretamente classificados como pessoais, ou cujo tratamento arquivístico ainda incipiente não permite distinguir, de forma inequívoca, o que pertence ao universo do pessoal e o que é parte de um universo mais lato correspondente ao domínio do familiar.

Deve considerar-se ainda que existem enormes desproporções e diferenças entre os diversos arquivos identificados, por virtude das vicissitudes decorrentes dos percursos de vida das pessoas, do destino dado aos seus arquivos, e da mencionada dispersão, quantas vezes deliberada, de arquivos por várias instituições, a que se juntam as ainda as decisões de seleção do tipo de informação e de documentação pessoal que deve integrar os acervos das entidades, sujeitas a grande subjetividade.

Se, por um lado, existem arquivos que são bastante extensos, e mantiveram grande parte da sua integridade, onde é relativamente fácil identificar a proveniência e os seus produtores, muitos outros casos há que se limitam a escassos documentos, por vezes de difícil contextualização relativamente à sua produção e utilização.

Um arquivo disperso pode ter originado, numa instituição, a criação de um designado “fundo de arquivo”, baseado na organicidade que se atribuiu à ligação entre as pessoas e determinados documentos que nele constam. Podem ter dado origem à sua organização e descrição com recurso a quadros de classificação, mais ou menos complexos, que procuram (re)construir percursos de vida, seja em fases de evolução biológica, em hierarquias funcionais baseadas nas várias atividades do âmbito da vida particular, do domínio público, ou mesmo temáticas. E podem, simplesmente, nem sequer ter sido objeto da criação de qualquer modelo classificativo, por ausência de tratamento e estudo aprofundado, por carências internas das próprias instituições em que se encontram, ou, no caso de pequenos conjuntos de documentos, com a justificação da escassez de documentos, sendo meramente enumerados como unidades arquivísticas.

Diversas componentes inicialmente pertencentes a um mesmo arquivo/sistema de informação podem encontrar-se repartidas por várias entidades detentoras, sendo igualmente apelidadas de “fundos” de arquivo, mesmo que sujeitos a diferentes formas interpretativas do que é um “fundo”, bem como acerca do percurso pessoal dos seus produtores, e, por sua vez, sujeitas a em distintas opções de organização classificativa. Também podem essas partes ter sido remetidas à categorização de simples “coleções”, com base no facto de, por exemplo, serem apenas um grupo de fotografias, um conjunto de cartas, ou outros documentos ditos “avulsos”. Em qualquer das situações a aplicação estrita de conceitos como o de “fundo” ou de “coleção” pode afigurar-se redutora e inadequada para representar um todo informacional maior do que aquele que fisicamente se apresenta de forma isolada em cada uma das instituições de memória.

Por outro lado, nas várias entidades detentoras identificadas, em cada arquivo, e relativamente aos indivíduos cuja memória se decidiu perpetuar, nem sempre se encontrou informação disponível relativamente às diversas fases de vida e às atividades desenvolvidas, e sobre o seu reflexo na documentação apresentada. Quando indicada informação neste sentido, esta nem sempre revela uniformidade. Além do mais, os vários conjuntos preservados tanto podem

corresponder a documentação produzida, acumulada e utilizada no âmbito de atividades identificáveis, como ter sido objeto de seleção em função de interesses diversos em processos posteriores de construção de memória, por iniciativa dos próprios produtores ou de terceiros.

Estas situações, amplamente suscitadas em inúmeros estudos de caso já realizados, em Portugal e noutros países, a partir de diversos arquivos pessoais, aportam questões sobre o que se considera ser um arquivo, um fundo de arquivo ou uma coleção, e sobre como, numa abordagem sistémica, se podem ou não recuperar e vislumbrar os sistemas de informação.

Por outro lado, induzem indagações sobre o valor da informação pessoal enquanto testemunho de vidas, de momentos históricos, de contextos sociais, de suporte e complementaridade da restante informação social produzida, dentro e fora das instituições decisoras do poder, seja ele político ou económico.

No decurso da investigação realizada, para efeitos de identificação das diversas pessoas singulares presentes nos arquivos preservados pelas várias instituições de memória, foi necessário considerar os indivíduos de forma autónoma, relacionando-os com a documentação que lhe diz respeito encontrada nos vários conjuntos documentais, fossem eles designados por fundos, coleções, espólios, ou outro termo, e independentemente de onde essa documentação se encontrasse.

No estabelecimento dessas relações considerou-se tanto a informação que foi efetivamente produzida pelas pessoas, como a que poderá corresponder apenas a documentos reunidos por terceiros sobre elas. No estado atual de identificação dos arquivos pessoais, e face a inúmeras situações que não estão suficientemente estudadas, tratadas e descritas de acordo com parâmetros uniformes, esta é uma questão que necessita maior aprofundamento, carecendo cada um dos arquivos identificados de ser considerado em face da análise da efetiva informação que os compõe. Em algumas situações, estaremos perante informação de terceiros sobre outrem, ou seja, de outros produtores que deveriam figurar enquanto tal, mas o estado de descrição e a falta de informações e estudo de diversos conjuntos informacionais encontrados, não permite ainda distinguir com clareza estes casos.

Considera-se imprescindível a criação de ferramentas e recursos que permitam a partilha de descrições entre as várias entidades (arquivos, bibliotecas, museus ou outras) ligando produtores e produtos de informação, seja qual for o local onde se encontrem, independentemente do tipo de material informacional em causa, e seja qual forem as bases de dados e outros instrumentos utilizados para organizar, descrever e difundir informação.

Enquanto não estiverem criadas as condições para tal, um recenseamento e identificação como o que foi efetuado terá sempre enormes limitações. Espera-se que, ainda assim, se possam abrir caminhos para a compreensão das múltiplas formas que os indivíduos têm de se

visionar a si, e aos outros, e o modo como criam, organizam e transmitem informação sobre si e as suas vidas, e para se refletir sobre os diferentes significados do “eu” e do “outro”.

Da análise do universo de 3850 arquivos identificados durante o inquérito realizado, enumerados no Anexo I, distribuídos pelas respetivas entidades detetoras, foi possível, a partir da sua análise dos dados fornecidos pelas instituições e das descrições gerais de cada um, relacionar a informação providenciada com um conjunto de 3520 pessoas singulares, que estão identificadas no Anexo II.

Este número de pessoas singulares derivou do tratamento da informação do universo de arquivos identificados em duas vertentes: em primeiro lugar, em função da agregação de documentação relacionada com uma mesma pessoa que se encontra dispersa em vários conjuntos documentais e em distintas entidades detentoras; em segundo lugar, pela desagregação, em cada arquivo, de subfundos, secções, séries ou outras formas utilizadas pelas entidades detentoras, para organizar e classificar a informação produzida por distintos indivíduos que, por razões diversas, acabou sendo reunida no seio de um mesmo conjunto documental, mas cuja presença é por vezes ocultada sob um título genérico que lhe foi atribuído, com base na escolha de nomes de determinados indivíduos e/ou de temas escolhidos para esse efeito.

O número indicado revelou-se demasiado elevado para permitir que, no âmbito da presente dissertação, se apresentassem descrições arquivísticas completas de forma normalizada, para cada indivíduo, seguindo, por exemplo, a ISAAR (CPF), norma do Conselho Internacional de Arquivos destinada à produção de registos de autoridade arquivística de pessoas coletivas, pessoas singulares e famílias.

No decurso da investigação foram sendo recolhidos e registados dados nesse sentido, mas a realidade identificada revelou que é necessário um investimento muito superior, concertado e global, na produção de descrições do património arquivístico, por parte das próprias entidades detentoras, que possam ser partilhadas e aplicadas pelos mais diversos tipos de instituições.

De facto, arquivos, bibliotecas, museus servem-se de distintas normas para descrição dos seus acervos, e orientam-se por diferentes teorias e princípios, quanto à organização e difusão da informação. Além do mais, em várias entidades detentoras não foi fornecida informação suficientemente completa que permitisse ensaiar sequer qualquer tentativa de elaborar descrições das autoridades arquivísticas conforme a ISAAR(CPF).

Estão ausentes, em diversas situações, biografias suficientemente detalhadas que identifiquem as pessoas e os seus percursos individuais, atividades desenvolvidas, relações familiares e sociais, entre outras, que se reputa essencial para a compreensão dos próprios arquivos e dos contextos da sua formação. Tal como se salientou anteriormente, em relação às informações fornecidas sobre as formas de aquisição e percursos dos vários arquivos até ao seu ingresso

nas entidades detentoras, também não existe em muitas destas a prática de registo sistemático, ou de elaboração de descrições biográficas e de conteúdo suficientemente completas, que permitam contextualizar e identificar de forma precisa a forma como a informação foi produzida, reunida, acumulada e utilizada ao longo do tempo pelos indivíduos a que dizem respeito.

Para numerosos conjuntos documentais não é sequer fornecida qualquer nota biográfica, o que acontece tanto em figuras pouco conhecidas como até em casos de personalidades mais ou menos “ilustres”, para as quais, todavia, estão disponíveis várias fontes de informação biográfica, como enciclopédias ou obras de carácter biográfico. Falta mesmo, em muitas circunstâncias, a simples indicação das datas de nascimento e/ou falecimento,<sup>445</sup> o que fez com que, no decurso do recenseamento, se tivesse enfrentado dificuldades na própria identificação de indivíduos.

Porém, a indicação dessas datas, além de constituir um dado essencial na construção de registos de autoridades arquivísticas de forma normalizada, permite situar as pessoas nas épocas em que viveram e reconhecer conjunturas que terão influenciado correntes de pensamento e ação, além das vivências quotidianas.

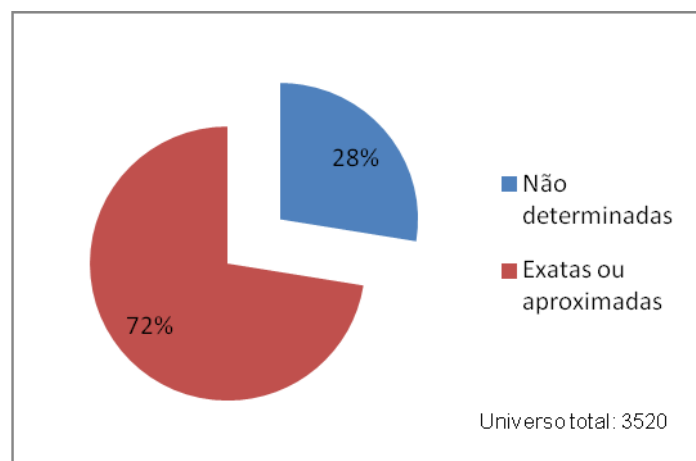
Do universo de 3520 pessoas singulares que se identificaram, e não considerando as datas de falecimento – pois existem numerosos conjuntos documentais que ingressaram nas entidades detentoras referentes a indivíduos ainda vivos –, mas apenas a de nascimento, refira-se não ter sido possível obter esse dado para 28% delas, conforme se ilustra na figura 14. Para as restantes, nem sempre foi possível determinar a data exata e, em certos casos, apenas se conseguiu obter dados por aproximação.

Detetaram-se ainda situações em que os arquivos estavam identificados em função dos respetivos doadores, ou últimos proprietários da documentação, mas que, na realidade, não tiveram qualquer intervenção na sua produção. Também se verificou existir casos em que terceiros – doadores ou não – deixaram as suas marcas pessoais na organização da documentação presente nos arquivos supostamente referentes a determinados indivíduos, quando não lhes adicionaram deliberadamente informação que não foi produzida pela pessoa à qual corresponde o título de um determinado arquivo.<sup>446</sup>

---

<sup>445</sup> Procurou-se colmatar a ausência de dados nesse sentido da parte das entidades detentoras com a consulta a diversas publicações, incluindo enciclopédias, dicionários biográficos, além de estudos académicos ou biografias sobre algumas personalidades. Diversos recursos disponíveis na Internet, como a Wikipedia, revelaram-se igualmente uma fonte de informação secundária importante. Todavia, e apesar da confrontação de várias fontes, não foi possível identificar estas datas para diversos indivíduos e em alguns subsistem dúvidas.

<sup>446</sup> Tal adição é perpetuada pelas próprias práticas de algumas instituições, que, a pretextos vários, lhes agregam documentos de outras proveniências, como foi oportunamente assinalado a propósito da análise das modalidades de aquisição.



**Figura 14 – Determinação de datas de nascimento**

*Fonte:* Elaboração própria, com base nos dados recolhidos.

Os próprios os nomes dos indivíduos fornecidos pelas instituições diferem, tanto em detalhe como na forma como são construídos. Encontraram-se diversos exemplos de nomes iguais para pessoas diferentes, e de utilização de nomes diferentes para referir a mesma pessoa. Procurou-se, ainda assim, e seguindo as indicações da ISAAR (CPF) e as Orientações para a Descrição Arquivística, construir formas normalizadas para os nomes das pessoas singulares, por forma a identificá-las, de forma unívoca, no guia que foi elaborado e que se consubstancia nos anexos da dissertação.<sup>447</sup>

Dadas as dificuldades assinaladas, deve ser considerado que, no apuramento final do número de pessoas identificadas há necessariamente lugar para uma margem de erro, pois houve situações em que não foi possível confirmar positivamente a identidade de alguns produtores.

Este número também não corresponde necessariamente à integral identificação dos indivíduos que estão representados nas instituições de memória em Portugal, através da análise da informação dos arquivos que foram recenseados. O completo cumprimento desse fim – se é que é possível alcançá-lo – obriga a estudo mais detalhado, caso a caso, dos vários arquivos, para a correta e melhor identificação de outras pessoas que neles possam igualmente figurar, de forma talvez mais dissimulada. A ausência de tratamento arquivístico para uns casos, e as opções tomadas pelas respetivas entidades detentoras na descrição e classificação interna, para outros, podem ter conduzido a que não se referissem outras pessoas que possam ter constituído efetivos e reais produtores de informação, mas que não se encontram claramente identificadas enquanto tal.

---

<sup>447</sup> Na elaboração dos anexos teve-se também em consideração outras formas de nomes possíveis, que se procurou indicar sempre que pertinente, nomeadamente nomes consagrados pelo uso, títulos honoríficos ou nobiliárquicos, pseudónimos e nomes artísticos, nomes de solteiro, e outros.

É igualmente necessário alargar a identificação ora realizada ao universo dos arquivos classificados por várias instituições especificamente no conjunto dos arquivos de família, os quais tiveram de ficar de fora da investigação realizada. Devem ainda ser explorados outros arquivos institucionais, públicos ou privados, e analisar sob outras perspetivas a informação presente nas coleções de grande heterogeneidade (como as de manuscritos existentes em várias instituições), de carácter alegadamente inorgânico ou de reunião artificial.

No Anexo II, além da identificação das pessoas singulares pela forma controlada do nome, indicam-se alguns dados de descrição e identificação, necessariamente sucintos, relativos aos conjuntos de documentação que dizem respeito a cada uma das delas, como seja: o âmbito cronológico; um breve sumário de conteúdos; a identificação da entidade detentora onde se encontram; conjunto documental no qual existe essa informação; e respetivo o código de referência ou cotas.

Adicionou-se ainda um campo para notas, com o fim de melhor contextualizar ou referenciar determinadas situações particulares. Os dados baseiam-se na informação que foi possível recolher, pelo que, em alguns casos, poderão estar incompletos, ausentes, ou sujeitos a atualização, em virtude dos constantes desenvolvimentos, em função do tratamento da sua informação pelas diversas entidades detentoras.

## **7.2. Representatividade individual e social: tendências e dinâmicas**

Ao longo do tempo, houve sempre diferentes influências sobre os processos que presidiram ao ingresso nas instituições de memória de arquivos pessoais. Das escolhas de registos individuais e dos desideratos subjacentes à construção da memória coletiva, resultaram conseqüentemente ausências e presenças tendentes a representar os indivíduos e a sociedade, através dos arquivos preservados.

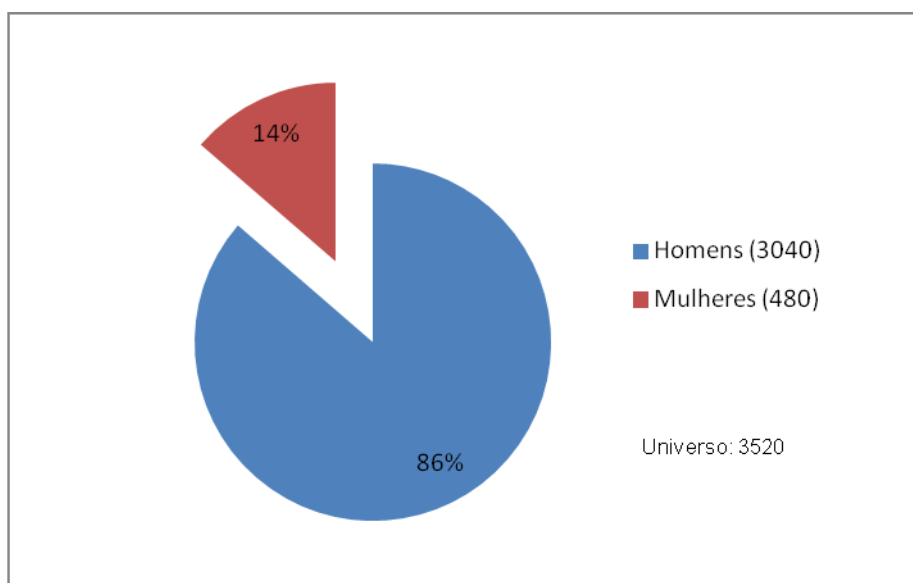
Existe, naturalmente, um lugar para o fortuito; para casos em que, inesperada ou inexplicavelmente, se incorporou numa instituição documentação de uma pessoa sem se saber como nem porquê. Mas, sobretudo, lêem-se escolhas individuais e de grupos, assim como de instituições, de ideologias e de quadros de pensamento, sintomáticas de atitudes coletivas, que permitem tecer reflexões sobre quem está representado nos arquivos e como essa representação tem sido feita.

O conjunto das pessoas singulares identificadas nos arquivos recenseados, permite reconhecer algumas tendências e dinâmicas, umas ligadas à história do poder político e dos movimentos sociais, outras à valorização de aspetos culturais e artísticos, outras à preservação da memória de determinadas atividades da sociedade humana em áreas científicas ou

profissionais, e outras ainda com base na necessidade de fixar mecanismos de memórias específicas que firmam aspetos identitários de certas comunidades.

A identificação mais específica de quem está presente nos arquivos, as motivações inerentes, e o que dessas pessoas foi efetivamente preservado ou poderá ter sido silenciado – ou simplesmente descartado por desvalorização –, justifica, por si só, estudos mais densos que não cabem na dimensão da presente dissertação. Ainda assim, uma análise global do conjunto de arquivos recenseados e dos indivíduos que neles foram identificados é, pelo menos, propícia a reflexões de como se tem vindo a construir a memória coletiva em Portugal, e se representa a sociedade a partir dos arquivos preservados.

No universo de pessoas singulares apurado na análise dos arquivos, verificou-se que a mulher continua sub-representada face ao homem. Apesar da crescente afirmação do papel da mulher nas mais diversas áreas da sociedade, a diferença é ainda substancial como se pode constatar na figura 15.



**Figura 15 – Representação em função do género**

*Fonte:* Elaboração própria, com base nos dados recolhidos.

Durante grande parte do século XX, a incorporação de arquivos pessoais exclusivamente de mulheres foi quase sempre excepcional e, muitas vezes, a sua documentação deu entrada juntamente com a de outros elementos do seu círculo familiar.

Em algumas situações, não deve mesmo deixar de se ponderar que a sua representação atual, em fundos de arquivo próprios, se pode relacionar com opções de tratamento documental sobre os arquivos, por parte das suas entidades detentoras, por vezes aplicadas em fases



posteriores à respetiva incorporação. O caso do arquivo de Carolina Michäelis de Vasconcelos (1851-1925) poderá ser, deste ponto de vista, exemplar. Terá sido um dos primeiros arquivos de uma mulher, com papel de relevo no mundo académico e cultural, a ingressar numa instituição em Portugal, o que ocorreu na década de 1940, na Universidade de Coimbra.<sup>448</sup> Todavia, não deu entrada isoladamente.

Em 1944, a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra começou por comprar, aos herdeiros, a biblioteca que pertenceu não apenas a Carolina, mas também ao seu marido, Joaquim António da Fonseca de Vasconcelos (1849-1936), musicólogo e historiador de arte. No ano seguinte, o seu neto procedeu à doação dos respetivos arquivos à Faculdade.<sup>449</sup> Por outro lado, o arquivo manteve-se sem qualquer tratamento durante décadas, sujeito apenas a inventários parciais. Só recentemente, em 2009, se encetou a catalogação da componente epistolar (Filipe, 2015, 93, 141-145).

Tendo sido entregues na mesma ocasião, não é claro o modo como se procedeu à separação descritiva dos dois arquivos, atualmente apresentados como autónomos, e não como um arquivo de família baseado, neste caso, na figura do casal. As descrições por ora disponíveis não especificam se entre marido e mulher se mantinha uma clara divisão da sua documentação, ou se ocorreram intervenções por parte dos seus herdeiros que a condicionaram. Também não se encontram suficientemente documentadas as intervenções de catalogação decorridas depois da sua doação, tanto na Faculdade de Letras, como na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, onde atualmente se encontram os referidos arquivos.<sup>450</sup>

---

<sup>448</sup> Como se referiu, a propósito da análise das datas de ingresso de documentação nas entidades detentoras, existe um número substancial de arquivos em que não foi possível situar, de forma precisa, a data em que ocorreram. Existirá, com certeza, documentação relacionada com outras mulheres que foi incorporada nas instituições identificadas anteriormente à década de 1940. Porém, nenhuma terá tido relevância semelhante à de Carolina Michäelis, atendendo tanto à dimensão e abrangência do próprio arquivo, como à importância reconhecida à personalidade, no âmbito das suas atividades como professora universitária e investigadora, com destaque para as áreas da linguística e literatura.

<sup>449</sup> Os arquivos de Joaquim de Vasconcelos e Carolina Michäelis de Vasconcelos foram posteriormente transferidos, em 1975, para a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, tendo a biblioteca permanecido na Faculdade de Letras, na designada Biblioteca de Língua e Literatura Portuguesas Dona Carolina Michäelis de Vasconcelos.

<sup>450</sup> Uma breve descrição da história da biblioteca e arquivo do casal, e do tratamento que lhe foi dado encontra-se em <URL://www.uc.pt/bguc/DocumentosDiversos/CarolinaMichaelisVasconcelos> [consult.12-01-2017]. Existe também uma descrição de documentos do arquivo no Catálogo Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra (disponível em URL://webopac.sib.uc.pt/ [consult.12-01-2017]). A documentação já tratada relativa a Carolina Michäelis pode ser recuperada em pesquisa pela cota Ms. CMV; a referente ao marido, Joaquim de Vasconcelos é recuperável pela cota Ms. JV. Existem indícios de que houve efetiva intervenção nas operações de organização dos arquivos, no sentido de uma separação de documentos de um e de outro membro do casal, designadamente no âmbito do seu tratamento e catalogação. Por exemplo, no catálogo indicado, na descrição de uma carta de Manuel da Silva Gaio para Carolina, com a cota Ms. CMV 2/112, refere-se em notas que esta foi “retirada do Espólio de Joaquim de Vasconcelos”.

Para além do arquivo de Carolina Michæelis que, como se viu, teve o seu ingresso associado ao do marido, as incorporações de arquivos de mulheres registadas nos anos seguintes não só foram diminutas, como revelam nítidas “preferências” e decisões quanto aos materiais a preservar.

Na década de 1950, por exemplo, registou-se um legado testamentário da violoncelista Guilhermina Suggia (1885-1950) ao Conservatório de Música do Porto. Foi uma vontade da própria – facto raro entre as mulheres da sua época –, e, ainda assim, limitado na sua abrangência, pois a ênfase foi dada à sua coleção de partituras musicais, não englobando a totalidade do arquivo.<sup>451</sup>

Sabe-se também que, em 1950, o Museu João de Deus recebeu, por doação de Luiz Vaz de Carvalho, uma pasta com documentação epistolar que pertencera à poetisa Maria Amália Vaz de Carvalho (1847-1921).<sup>452</sup> No Museu João de Deus, por outro lado, vinha-se também concentrando documentação relacionada com o poeta João de Deus (1830-1896),<sup>453</sup> designadamente por intermédio do seu filho, João de Deus Ramos (1878-1953), o qual foi doando ao Museu alguns conjuntos referentes a outros familiares e amigos. Deste modo, foram também ali incorporados alguns conjuntos documentais de elementos femininos da família, entre os quais um conjunto epistolar da esposa do poeta, Guilhermina Bataggia Ramos (1849-1948).<sup>454</sup>

Em 1955, a Biblioteca Pública Municipal do Porto comprou um álbum de autógrafos que tinha pertencido a uma outra poetisa que vivera no século XIX, Maria da Felicidade Browne (1800-1861). No referido álbum constam manuscritos autógrafos de outras personalidades da cultura da época em que viveu, como Almeida Garrett, Alexandre Herculano ou Faustino Xavier de Novais, pelo que a presença destas tipologias documentais, pode ter justificado a aquisição em questão, e não tanto a figura da mulher que os reuniu.

---

<sup>451</sup> Guilhermina Suggia deixou, em testamento, ao Conservatório de Música do Porto, a sua “biblioteca musical”, composta por cerca de quatro centenas de partituras. No Conservatório existem ainda, embora não seja possível confirmar que tenham dado entrada por virtude do mesmo legado, algumas fotografias e cartas, uma agenda, folhetos e objetos pessoais, como um vestido e uma joia. É possível que uma parte destes materiais possa ter dado entrada posteriormente por outras vias, pois existem outros documentos do seu arquivo na Biblioteca Municipal Florbela Espanca, em Matosinhos. Quanto a esta outra parte, não é possível apurar de forma clara a sua proveniência no decurso do recenseamento, embora seja possível colocar-se a hipótese de ter sido resultado de uma aquisição que a Câmara Municipal de Matosinhos fez à mãe de Isabel Millet, professora e amiga de Guilhermina Suggia, a quem esta deixou, por herança, a casa onde vivia e o recheio.

<sup>452</sup> Relativamente a esta poetisa, existem núcleos documentais noutras instituições (veja-se o Anexo II), mas cujas datas de incorporação nos respetivos acervos se desconhecem.

<sup>453</sup> O poeta e autor da *Cartilha Maternal* e do método de ensino para a alfabetização que ficou conhecido pelo seu nome, tinha como nome completo João de Deus Ramos Nogueira.

<sup>454</sup> Veja-se o Anexo I. Os descendentes de João de Deus deram continuidade à doação ao Museu de documentação que pertenceu a elementos da família. Agradece-se à Biblioteca do Museu João de Deus - Associação de Jardins-Escolas João de Deus, IPSS, as informações fornecidas sobre esta documentação, e ainda sobre a de outros conjuntos documentais que integram o património arquivístico da instituição.

De um modo geral, os arquivos das mulheres praticamente não suscitaram interesse nos anos seguintes. Regista-se o caso da doação, ao Grupo de Amigos de Vila Viçosa, de alguns documentos e objetos pessoais da poetisa Florbela Espanca (1894-1930), por parte do seu último marido, Mário Lage, enquadrada no âmbito de uma homenagem que lhe foi prestada em 1964. Todavia, só mais tarde, principalmente a partir da década de 1980, é que outras instituições começaram a demonstrar real interesse na aquisição de documentos da poetisa, entretanto dispersados por várias instituições.

Seria, efetivamente, preciso esperar pela democracia para começarem a surgir mais arquivos de mulheres, mesmo que a demora no seu tratamento e catalogação tenha, por vezes, adiado a sua valorização, como aconteceu com o legado testamentário de Cristina Torres dos Santos ao município da Figueira da Foz, em 1975, a que se aludiu no capítulo anterior.

A partir do final da década de 1970, e mais decididamente em plenas décadas de 1980 e 1990, as mulheres começaram a figurar em maior número nos arquivos, alargando-se a sua representação a outros estratos sociais e profissionais, embora se tenha continuado a privilegiar, em numerosas instituições, as que tiveram algum relevo em áreas como a literatura, a cultura e, em menor grau, a ciência.

Na Biblioteca Nacional, a integração de documentação de vários membros da família Castro Osório, iniciada em 1979, trouxe à luz do dia a figura de Ana de Castro Osório (1872-1935), escritora, publicista e defensora dos direitos da mulher. A luta da mulher pela sua afirmação passou, embora vagarosamente, a integrar a memória social preservada nos arquivos.<sup>455</sup> Nos anos seguintes, surgiram nos acervos da Biblioteca Nacional, outros nomes femininos como Irene Lisboa (1892-1958),<sup>456</sup> Francine Benoît (1894-1990),<sup>457</sup> Maria Lamas (1893-1983),<sup>458</sup> Elina Guimarães (1904-1991),<sup>459</sup> Virgínia Vitorino<sup>460</sup>, Virgínia Lopes de Mendonça (1881-

---

<sup>455</sup> Noutros países já tinham já ensaiado, ou estavam em prática, tentativas de preservar arquivos de mulheres e de movimentos feministas. Alguns países europeus como a Inglaterra, a França e a Holanda foram pioneiros neste âmbito, pois logo nas décadas de 1920-1930 se assistiu à criação da *The Women's Service Library*, em Londres, e da Biblioteca Marguerite Durand, em Paris, e do *Internationaal Archief voor de Vrouwenbeweging* [Arquivo Internacional para o Movimento Feminino], em Amsterdão (Blok, Lucassen e Sanders, 2014, 141-145). No que respeita ao estudo da preservação de arquivos relativos às mulheres e ao movimento feminista, existe diversa literatura arquivística sobre alguns casos particulares, designadamente relativos à Austrália, Estados Unidos, e Canadá. Para o caso da vejam-se especialmente os artigos de Margaret Henderson (2013) e Maryanne Dever (2014), para os EUA, os de Elisabeth Keenan e Lisa Darms (2013), e, para o Canadá, o artigo de Jennifer Douglas e Heather MacNeil (2009), assim como os trabalhos da primeira destas autores (Douglas, 2013a e 2013b).

<sup>456</sup> Comprado pela Secretaria de Estado da Cultura aos herdeiros de Ilda Moreira, foi integrado o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea em 1990.

<sup>457</sup> Comprado pela Biblioteca Nacional em Março de 1991.

<sup>458</sup> Comprado aos herdeiros em 1993.

<sup>459</sup> Por doação de seus filhos, Antero Guimarães da Palma-Carlos e Guilherme da Palma-Carlos, em 1994.

<sup>460</sup> Regista-se uma doação dos herdeiros em Janeiro de 1996, embora um conjunto de fotografias tenha sido devolvido em 2002. Terão também ocorrido doações em data posterior.

1969),<sup>461</sup> Ana Hatherly (1929-2015),<sup>462</sup> Natália Correia (1923-1993),<sup>463</sup> Sophia de Mello Breyner Andresen (1919-2004)<sup>464</sup> e Constança Capdeville (1937-1992),<sup>465</sup> entre outras. O foco seletivo tem-se, neste caso, direcionado especialmente para o domínio cultural, com destaque para a literatura e a música, alargando-se esporadicamente às artes plásticas.

No entanto, existem exemplos de representação da mulher noutras áreas de atividade, como seja no domínio das artes performativas. As diligências encetadas pelo Museu do Teatro e da Dança e pelo Museu do Fado para a recuperação e preservação de diversos registos da memória referente, principalmente, ao teatro e ao fado, permitiram que diversas figuras femininas, que neles se destacaram, estejam significativamente representadas nos seus acervos.<sup>466</sup> A salvaguarda de diversa documentação nesta área específica possibilitou ainda que se abrisse espaço à preservação da memória de pessoas oriundas de estratos sociais populares, que, pela via artística, atingiram projeção pública.

Em outras instituições, mais ligadas ao mundo académico, surgiram também, paulatinamente, registos de professoras universitárias e investigadoras em diversas áreas científicas. É o caso de alguns documentos da investigadora no domínio da Entomologia, Maria Amélia Chambers de Sousa da Silva Cruz (1896-1978), que se encontra no Museu de História Natural e da Ciência na Universidade do Porto,<sup>467</sup> ou dos arquivos das professoras universitárias e investigadoras da área da Química, Branca Edmée Marques (1899-1986)<sup>468</sup> e Maria Alzira Almoster Ferreira (1928-2008), ambos atualmente no Museu Nacional de História Natural e

---

<sup>461</sup> Doado pela família em 2008, vindo complementar um conjunto de documentação de diversos elementos da família Lopes de Mendonça, adquirido pela Biblioteca Nacional na década de 1990.

<sup>462</sup> Neste caso, tratou-se de uma doação por iniciativa própria autora, em diversas fases, decorrida a partir de 1996.

<sup>463</sup> De Natália Correia, a Biblioteca Nacional possui atualmente apenas uma pequena coleção, por virtude de aquisições documentos avulsos, em várias datas. O arquivo de Natália Correia, conforme disposições testamentárias de seu marido, Dórdio Guimarães (1938-1997), passou ao Governo Regional dos Açores, nomeado principal beneficiário dos seus bens. Os arquivos de ambos os membros do casal foram inicialmente depositados, em 1999, na Biblioteca Nacional, por virtude de um acordo estabelecido entre o Governo Regional dos Açores e a Biblioteca, tendo entretanto sido transferidos, em 2010, para a Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

<sup>464</sup> Por doação dos seus herdeiros, formalizada no início de 2011.

<sup>465</sup> Ao contrário das autoras anteriormente referidas, cujos arquivos se encontram no Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da BNP, o da compositora e intérprete Constança Capdeville foi integrado na sua Área de Música. A sua doação foi formalizada em 2012.

<sup>466</sup> Veja-se a lista fornecida no Anexo I para ambos os Museus, situados em Lisboa.

<sup>467</sup> Terá sido doado ao Museu na década de 1970, possivelmente após o seu falecimento, segundo a informação que foi fornecida por esta entidade no decurso do inquérito que se realizou.

<sup>468</sup> De seu nome completo, Branca Edmée Marques de Sousa Torres, por virtude do seu casamento com o naturalista e geólogo António da Silva e Sousa Torres (1876-1958), do qual o Museu Nacional de História Natural e Ciência, tutelado pela Universidade de Lisboa, possui também parte da biblioteca e arquivo associado às atividades de docência e investigação. Branca Edmée licenciou-se em Ciências Físico-Químicas na Faculdade de Ciências de Lisboa, chegou a trabalhar em França na década de 1930 sob a orientação de Marie Curie no Institut du Radium, e obteve o seu doutoramento neste país. Foi a primeira mulher a atingir a graduação de professora catedrática nas Faculdades de Ciências em Portugal.

Ciência da Universidade de Lisboa.<sup>469</sup> No domínio das ciências sociais e humanas, refira-se ainda, o arquivo da historiadora Jill Dias (1944-2008), que se encontra na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA).<sup>470</sup>

Com o despontar de projetos e instituições relacionadas com a preservação da memória política da oposição ao Estado Novo, como o do Arquivo Histórico-Social pelo Centro de Estudos Libertários, depois integrado na Biblioteca Nacional, o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, ou a Fundação Mário Soares, várias mulheres aderiram igualmente aderido ao movimento de recuperação e preservação de memórias das respetivas militâncias políticas.

Não pode deixar de se destacar, a este propósito, a preservação do arquivo de Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004), aquele que é um dos maiores arquivos de uma mulher com papel preponderante na vida política portuguesa do pós-25 de abril, assim como na defesa de causas cívicas. A sua salvaguarda motivou a vontade de criar condições para tratar e albergar o seu arquivo, primeiro na Fundação Cuidar o Futuro, e, mais recentemente, sob a responsabilidade do Centro de Documentação 25 de Abril.

O aumento do acesso da mulher ao mercado de trabalho e à educação, a sua progressiva independência económica, entre outros fatores, que têm vindo a ser estudados em diversas áreas do conhecimento, assinalam uma certa tendência de inversão em relação ao passado, no que respeita à representação das mulheres nos arquivos. Ainda assim, o aumento da presença de arquivos de mulheres nas diversas entidades detentoras acompanha o processo global de aumento de ingresso de arquivos pessoais nas entidades detentoras, que oportunamente se assinalou. Em face da sua representatividade atual a desproporção relativamente aos homens continua, portanto, a ser evidente.

O menor número de arquivos de mulheres radica-se em complexos fatores sociais, em razões que se prendem com a pouca relevância dada durante muito tempo pelas próprias mulheres à preservação da sua memória individual, mas também em opções de seleção de arquivos tomadas pelas atuais entidades detentoras, influenciadas por critérios subjetivos e por decisões historiográficas ou de aquisição de documentação especificamente relacionada com determinadas áreas culturais.

---

<sup>469</sup> O arquivo da Professora Branca Edmée Marques foi transferido para o Museu em 1997, no âmbito de um acordo de depósito com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, de acordo com o *Guia de Fundos do Arquivo Histórico do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa* (Gens, 2011). Não foi possível, contudo, determinar com rigor como a Faculdade ficou na sua posse. Quanto ao de Maria Alzira Almoester Ferreira, o arquivo foi objeto de uma doação por parte do marido ao Museu, datada de 2010 (Gens, 2011).

<sup>470</sup> O arquivo e biblioteca de Jill dias foram doados pela família, após o seu falecimento, à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, que delegou o seu tratamento ao CRIA, centro de investigação que a historiadora integrou desde a sua fundação. Cf. Silva, Rosa e Julião (2011).

Devem ainda anotar-se outras situações, relacionadas com a representação das mulheres através dos arquivos, que se prendem com as práticas inerentes ao tratamento arquivístico da informação por parte das instituições. No decurso da análise dos arquivos identificados verificaram-se situações em que a documentação de membros do mesmo casal se apresenta separada, como o caso acima citado de Carolina Michäelis e do seu marido Joaquim de Vasconcelos. Todavia, em outras situações os documentos foram mantidos unidos, havendo ainda exemplos de dispersão por várias instituições com consequências para o entendimento da pessoa, enquanto indivíduo singular, e do próprio casal nas suas relações entre si e com o seu círculo de amigos e outros familiares.

Em certos casos, admite-se que possam ter sido os próprios produtores, as suas famílias ou terceiros, a tomar a decisão de desagregação dos arquivos, ainda antes da entrega a uma instituição de memória. Foi esse o caso do arquivo da escritora e jornalista Susan Lowndes, dividido entre duas instituições por iniciativa da sua filha Ana Vicente. No Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica encontra-se uma parte, descrita como fundo pessoal; e no Arquivo Municipal de Cascais foi depositada outra parte, dando aqui lugar a um fundo cujo título dado se refere ao casal: “Luiz Marques e Susan Lowndes”, indiciando o que seria originariamente um arquivo familiar. Tratou-se de uma decisão da doadora, que, todavia, ambas as instituições respeitaram.

No caso do arquivo de Cristina Torres Santos e do marido Albano Duque e Nápoles, ambos os arquivos terão dado entrada no Arquivo Municipal da Figueira da Foz, em virtude do legado testamentário da primeira, mas subjaz a dúvida sobre se os arquivos configuravam já duas unidades separadas ou se foram divididos *a posteriori*, no decurso do tratamento arquivístico.

No que respeita a Natália Correia e ao seu último marido, Dórdio Guimarães, sabe-se das diligências deste último em preservar intacto uma parte dos bens de Natália, após a morte desta, bem como da forma como procurou manter longe do conhecimento público diversa documentação para evitar a sua penhora, na sequência de questões judiciais. Após a morte de Dórdio Guimarães, e dando cumprimento às suas disposições testamentárias uma equipa procedeu ao inventário dos bens do casal, tendo então, com a participação de funcionários da Biblioteca Nacional de Portugal, se procedido à primeira inventariação da documentação de ambos, assegurando-se a individualização respetiva.<sup>471</sup>

No que diz respeito a casais que, além de partilharem a vida e o espaço doméstico, também compartilharam interesses profissionais ou de investigação, ou até mesmo carreiras paralelas, e para os quais se tomou a opção de manter a documentação junta, sendo ambos

---

<sup>471</sup> Veja-se, a este propósito, o testemunho dado por Helena Roseta (1999-2000), a qual refere ainda que, na separação dos bens do casal, foi identificado um conjunto documental que pertencera ao pai de Dórdio Guimarães, o cineasta Manuel Guimarães, que foi entregue à Cinemateca, após aprovação do tribunal.

representados no título escolhido para os respetivos fundos, tome-se como exemplo o arquivo do casal António Lopes Cardoso (1933-2000) e Maria Fernanda Figueira de Lima Lopes Cardoso (1930-2007), que se encontra no Centro de Documentação 25 de Abril, em Coimbra. Neste Centro começou por dar entrada primeiro o arquivo de António Lopes Cardoso, de forma faseada, entre 2004 e 2007, por vontade da sua viúva. Após falecimento desta, em 2007, a família decidiu dar continuidade à doação, tendo então sido recolhida a documentação remanescente. A inventariação veio a revelar que o arquivo testemunhava afinal o percurso de ambos os membros do casal, os quais, além dos laços de casamento, partilharam projetos e responsabilidades do âmbito profissional e no domínio político.

No entanto, o quadro de classificação elaborado para este arquivo tende a representar principalmente as atividades de António Lopes Cardoso, numa disposição a que não é alheio o próprio papel preponderante que a esposa teve na sua organização e descrição, como é referido no respetivo inventário.<sup>472</sup> Por outro lado, Maria Fernanda foi constante colaboradora do marido nos vários cargos que este desempenhou, na sua vida profissional, cívica e política. Em consequência, foi frequentemente mantida indivisa a maior parte da documentação de ambos, ressalva apresentada na descrição de diversas secções do referido quadro classificativo.

Outros exemplos de arquivos de casais em que ambos os membros estão refletidos na escolha dos títulos respetivos podem ser apontados. Refiram-se, designadamente, os arquivos dos investigadores sobre o património arquitetónico português e história de arte Mário e Alice Tavares Chicó,<sup>473</sup> dos arqueólogos Georg e Vera Leisner,<sup>474</sup> dos pintores e artistas Maria Helena Vieira da Silva e Arpad Szenes,<sup>475</sup> dos antropólogos e etnólogos Margot e António Jorge Dias,<sup>476</sup> ou o arquivo do antigo diretor da Torre do Tombo e do Arquivo Distrital do Funchal, José Pereira da Costa, e da sua esposa Clara Pereira da Costa,<sup>477</sup> - e, no caso deste último, mesmo apesar de o núcleo documental da esposa ser considerado “pequeno”.

Todavia, o mesmo não se aconteceu noutras situações, em que as esposas foram, por assim dizer, “eclipsadas” dos títulos escolhidos para representar os arquivos, e só uma análise do conteúdo permitiu identificar a sua presença, fosse através das descrições arquivísticas ao

---

<sup>472</sup> Veja-se o inventário disponível na página Internet do Centro de Documentação 25 de Abril na ligação <URL: <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=409>> [consul.12-01-2017].

<sup>473</sup> Arquivo parcialmente em depósito na Fundação Mário Soares, sendo uma parte apenas constituída por reproduções digitais de originais, entretanto devolvidos à família.

<sup>474</sup> Conhecido como Arquivo Leisner, foi doado por Vera Leisner ao Instituto Arqueológico Alemão de Madrid com a indicação expressa de se manter em território português, estando atualmente depositado em, regime de comodato, na Biblioteca de Arqueologia, tutelada pela Direção Geral do Património Cultural.

<sup>475</sup> Sob tutela da Fundação Arpad Szenes - Vieira da Silva.

<sup>476</sup> Legados ao Museu Nacional de Etnologia.

<sup>477</sup> Arquivo detido pelo Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.

nível hierárquico geral dos próprios fundos documentais, ou através dos quadros de classificação fornecidos e de algumas das respetivas secções ou séries.

Por exemplo, no Arquivo Distrital de Leiria, o fundo de José Gonçalves (1914-1992) tem, no título, apenas o seu nome, e, na descrição arquivística fornecida, consta apenas a sua biografia, na qual é feita uma breve referência à esposa Maria Helena Correia Rosa (1915-2007). Porém, na organização da documentação a sua esposa é considerada de forma igual, figurando numa secção autónoma do arquivo. De qualquer forma, partindo apenas do título, e sem olhar para o respetivo quadro de classificação, qualquer utilizador menos experiente nos meandros da descrição arquivística não veria a mulher ali imediatamente representada, apesar de esta ter uma secção descritiva própria. Por outro lado, neste caso, o papel da mulher na estrutura doméstica não é de todo desvalorizável pois, tal como é referido na nota biográfica fornecida para o marido, era ela quem, “enquanto professora, granjeava o sustento principal da casa”, visto que José Gonçalves tinha sido afastado da docência oficial durante o Estado Novo, por ser considerado contrário ao regime.<sup>478</sup>

Existem ainda outros casos em que somente um indivíduo serve para dar o título ao arquivo, ofuscando-se outras realidades e outras pessoas presentes na produção da informação e nos atos de acumulação e formação dos próprios arquivos.

Na Fundação Mário Soares, por exemplo, no arquivo de Manuel Mendes (1906-1969), escritor, artista plástico e resistente antifascista, consta apenas o seu nome. Neste caso, o título provém da designação dada no passado pelo Instituto Português de Museus, e assim foi mantido na sequência do respetivo depósito na Fundação.<sup>479</sup> No entanto, um estudo mais aturado da sua biografia, e da própria documentação, demonstram o papel fundamental da sua esposa, Berta Mendes, como produtora e recetora de informação – existem, por exemplo, numerosas cartas que lhe são dirigidas. Manuel e Berta partilharam a vida, não tendo deixado filhos. Partilharam também interesses culturais, a atividade da escrita, e todo um círculo de amigos. Berta Mendes, aliás, terá sido a principal responsável pela reunião de diversa documentação posterior à morte de Manuel Mendes, que se encontra no arquivo. Todavia, não possui autonomia própria dentro do fundo, à exceção de uma pequena série de documentos, por seu turno inserida numa secção relativa à vida pessoal e familiar do próprio Manuel Mendes.

Os exemplos indicados tiveram como base o caso das esposas, mas o problema transpõe-se para outras situações, alargando-se à representação de familiares, de amigos e de outras

---

<sup>478</sup> Confira-se a respetiva descrição arquivística em <URL://digitarq.adlra.dgarq.gov.pt/details?id=1008728> [consult. 12-01-2017].

<sup>479</sup> O arquivo está em regime de depósito na Fundação Mário Soares por virtude de protocolo com o Ministério da Cultura, e encontra-se descrito no portal Casa Comum em <URL://casacomum.org/cc/arquivos?set=e\_868> [consult. 13-02-2017].



peçoas, que, por motivos diversos, desde heranças a aquisições, acabaram incorporados no seio de outros arquivos.

Na Fundação Mário Soares, o arquivo do jornalista Jaime Carvalhão Duarte (1897-1972), apenas intitulado pelo seu nome, comporta numerosa documentação produzida e reunida por dois outros indivíduos que nele foram incorporados, a saber: de José Antõnio Simões Raposo (1874-1948), que o próprio ofereceu em vida a Carvalhão Duarte; e o de Francisco José da Rocha Martins (1879-1952), deixado em testamento ao referido jornalista. Muito embora sejam fornecidas biografias para os três, e fornecida informação descritiva genérica sobre o conteúdo da informação proveniente de cada um dos produtores, os documentos encontram-se organizados de acordo com opções temáticas e tipológicas, não sendo fácil a recuperação da informação especificamente produzida por cada um deles.<sup>480</sup> O próprio percurso da documentação e a (re)utilização que dela poderá ter feito Carvalhão Duarte condicionou, em parte, a forma como esta chegou à instituição no momento do seu ingresso.

Situação diferente está presente na organização de um outro arquivo, também identificado na Fundação Mário Soares, o de Alberto Pedroso (1930-2011), técnico de contas, jornalista e estudioso do movimento social e operário. Alberto Pedroso incorporou, igualmente, no seu arquivo, documentação de terceiros, nuns casos por via de ligações familiares, noutros em função de relações de amizade ou dos seus interesses de investigação. Se é verdade que a reutilização de materiais de terceiros por parte de Alberto Pedroso deixou evidentes marcas na documentação, tornando difícil determinar com exatidão a proveniência de muitos documentos, noutros casos foi possível manter a ligação entre estes e os seus produtores, que foram organizados em secções próprias no quadro de classificação criado para o arquivo.<sup>481</sup>

Refiram-se ainda outros exemplos de arquivos que, sob o nome de uma única pessoa, parecem indicar somente a presença de informação “pessoal”, tomada no sentido estrito do adjetivo para referir apenas uma só pessoa singular, mas que, na realidade, são o resultado da atividade de diversos produtores, com ou sem ligação familiar, ou de agregações documentais sob distintos critérios.

Na Torre do Tombo, encontra-se, sob a tipificação de “coleção” um conjunto designado pelo nome de João Mendes do Amaral (1893-1981), um dos fundadores do Integralismo Lusitano, dirigente da União Nacional e amigo próximo de Salazar, razões que justificam a proeminência dada à personalidade. O conjunto, comprado pela Torre do Tombo a um antiquário, não está ainda integralmente tratado, e não dispõe de quadro de classificação, mas basta verificar a informação constante na descrição, no que se refere ao seu âmbito e conteúdo, para se

---

<sup>480</sup> Veja-se a respetiva descrição e classificação em <URL: [http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e\\_1186](http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_1186)> [consult. 13-02-2017].

<sup>481</sup> Veja-se a descrição em <URL: [http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e\\_7505](http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_7505)> [consult. 12-01-2017].

constatar que contém igualmente documentação da esposa, Maria Celestina da Costa Alemão Teixeira do Amaral (c.1894-1966), e da filha Maria Luísa Costa Alemão Teixeira do Amaral Anahory (1921-1991). Fica ainda em aberto a possibilidade de incluir documentação do seu genro, Mimon Anahory, já que na descrição da dita coleção se menciona dele existirem alguns manuscritos literários.<sup>482</sup>

Outra situação semelhante é a do fundo documental que tem o nome de Ernesto Korrodi (1870-1944), preservado pelo Arquivo Distrital de Leiria. Além de trabalhos deste arquiteto, o arquivo contém igualmente plantas e projetos arquitetónicos do seu filho, Camilo Korrodi (1905-1985), o que justifica, por exemplo, que o âmbito cronológico se estenda até, pelo menos, 1978.

Entre os arquitetos sempre foi comum a partilha da autoria na elaboração de projetos, e por vezes espaços de trabalho – os gabinetes –, pelo no arquivo se encontram também alguns que contam com a assinatura do arquiteto Célio Cantante. A viúva deste último, falecido em 2002, terá sido, aliás, uma das doadoras de parte da documentação entretanto agregada ao arquivo, já que na sequência da morte de Camilo Korrodi a documentação ficou à guarda de Célio Cantante.<sup>483</sup> Temos, portanto, como noutras situações indicadas, um arquivo com o título apenas atribuído a uma pessoa, mas cuja documentação foi produzida por três indivíduos, não necessariamente do mesmo tipo de documentos, nem respeitantes ao mesmo período cronológico, nem sequer ligados entre si exclusivamente por laços familiares.

Alguns indivíduos responsáveis pela produção e acumulação de documentos podem, deste modo, correr o risco de ser obscurecidos em função da atribuição de títulos que não refletem a diversidade dos produtores em causa, sendo “omitidos” ou secundarizados através das próprias formas de organização e classificação dada à documentação pelas entidades detentoras. Tal facto comporta consequências tanto para a análise da representatividade individual, como para uma abordagem do ponto de vista da representatividade social através dos arquivos pessoais.

A adequada representação dos indivíduos deve ser, portanto, objeto de mais adequada e aturada reflexão no âmbito do próprio trabalho de organização e descrição dos arquivos. Estas funções arquivísticas são de extrema importância, porque delas depende o acesso à informação e a compreensão das razões pelas quais determinados documentos foram preservados. Privilegiar determinados indivíduos, dar ênfase a certas actividades, ou mesmo optar por colocar em destaque tipologias documentais específicas pode ter um efeito pernicioso

---

482 Veja-se a descrição em <URL://digitarq.arquivos.pt/details?id=4217287> [consult.12-01-2017].

<sup>483</sup> Confira-se a respetiva descrição arquivística em <URL://digitarq.adlra.dgarq.gov.pt/details?id=1005820> [consult. 21-12-2016]. A indicação relativa à entrega feita pela viúva de Célio Cantante consta de um catálogo publicado pelo Arquivo Distrital de Aveiro (Santos, M. L., 2009).

no entendimento do processo de formação de um arquivo. Como referiram Douglas e MacNeil (2009, 31), procedimentos tão comuns no tratamento arquivístico como o reacondicionamento, a atribuição de cotação e a descrição podem comunicar um significado e monumentalidade aos documentos que talvez estes não possuíssem quando se encontravam na posse dos seus produtores originais.

Existem numerosas situações em que múltiplos produtores, sejam eles familiares, descendentes, ascendentes, ou outras pessoas, não figuram no título dado ao arquivo, aquele que pode ser considerado o primeiro ponto de acesso à informação. Percebe-se que, por questões de ordem prática, seja necessário tomar opções, e até se compreende que seja complicado criar títulos abrangentes para arquivos excessivamente extensos e com numerosos produtores. Todavia, isso não significa que não se deva pelo menos questionar o impacto que uma opção eventualmente redutora pode ter na forma de representar as pessoas na sua individualidade própria e a informação relativa à sua vida e atividades. Fatores como a quantidade de documentos, ou a proeminência de personalidades, não devem ser justificações liminares para a exclusão de umas em função de outras, não só ao nível dos títulos dados aos arquivos, mas até na forma simplista como são tipificados de pessoais ou de familiares.

Deve ainda, a este propósito, questionar-se a prática, também encontrada no decurso da realização do recenseamento, de dar títulos a arquivos em função do respetivo doador, obliterando a necessária ênfase e identificação do efetivo produtor da informação, com frequência remetido para outros elementos descritivos, como as histórias custodiais e arquivísticas, biografias ou dados sobre o âmbito e conteúdo da documentação.

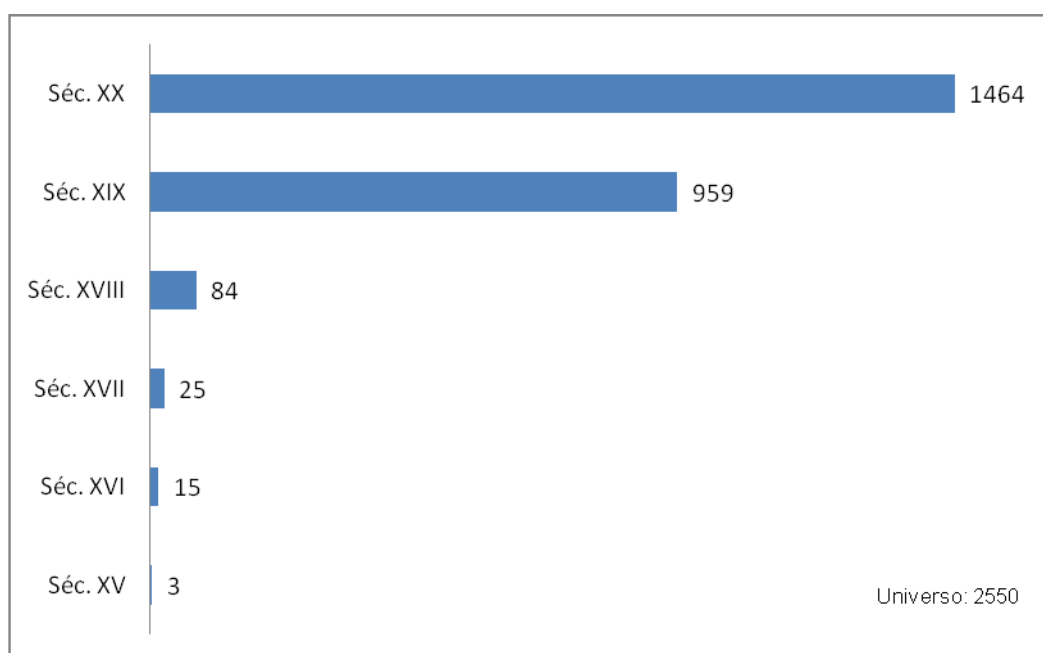
Os contextos sociais, políticos, económicos, culturais e outros, experienciados pelas pessoas, no decurso das suas vidas, influenciam os seus percursos individuais, as suas atividades e interesses. A informação que os indivíduos produzem e acumulam reflete, pelo menos em parte, esses contextos, pelo que os arquivos pessoais têm vindo a ser considerados também como uma fonte de conhecimento para compreender conjunturas e períodos da história humana. Todavia, apenas um estudo biográfico detalhado de cada indivíduo, e da respetiva informação que deles foi incorporada nas instituições de memória, permitiria uma compreensão cabal de como os vários períodos históricos, e áreas da atuação humana, estão efetivamente documentados a partir dos arquivos das diversas pessoas, cuja memória individual se decidiu preservar.

Não obstante não caber no âmbito desta dissertação este tipo de estudo, é ainda assim possível, a partir do universo identificado, ter em consideração alguns aspetos que necessariamente influenciam os limites da representação da sociedade humana a partir da informação que as pessoas singulares produziram e reuniram.

Salientou-se, no capítulo anterior, que durante o século XIX e a maior parte do século XX, as incorporações de arquivos pessoais foram sempre diminutas e restritas a personalidades a

quem se reconheceu determinada importância para a história nacional, ou no domínio da cultura, situação que se alterou radicalmente após a década de 1980. A partir desse momento, regista-se um crescimento considerável e continuado de incorporações de arquivos particulares, designadamente dos arquivos pessoais. Por um lado, alarga-se o número e a abrangência de arquivos de indivíduos das áreas da cultura e das artes, nomeadamente no domínio da literatura e da música. Por outro, assinalam-se projetos específicos relacionados com a recuperação e preservação da memória de militâncias políticas que se mantiveram silenciadas ou afastadas das instituições de memória durante longas décadas, deixando estas de ser apenas o lugar das grandes figuras titulares de cargos públicos. Diversifica-se também a representação das ações humanas em geral, para incluir as várias áreas da ciência e ainda outras dimensões da sociedade, de cariz mais popular, como se referiu a propósito do caso das artes performativas.

Ao longo deste processo, os períodos históricos representados a partir dos arquivos pessoais dependeram também da seleção que, em cada momento, se foi fazendo das personalidades que passaram a figurar nas diversas instituições que os preservam. No caso das pessoas singulares que foram identificadas, a partir do universo de arquivos incorporados nas instituições portuguesas, foi possível obter uma data exata, ou pelo menos aproximada, do seu nascimento para 72% delas. Esse dado permite, pelo menos, situá-las em determinadas épocas, já que não é possível, no estado atual de tratamento dos arquivos incorporados e do estudo biográfico dos seus produtores, fazer a devida comparação entre os percursos individuais e os acontecimentos históricos que a respetiva documentação retrata. Esta percentagem corresponde a um universo de 2550 pessoas singulares, cuja distribuição, em função do século em que nasceram consta da figura 16.



**Figura 16 – Número de indivíduos em função do século em que nasceram**

*Fonte:* Elaboração própria, com base nos dados recolhidos.

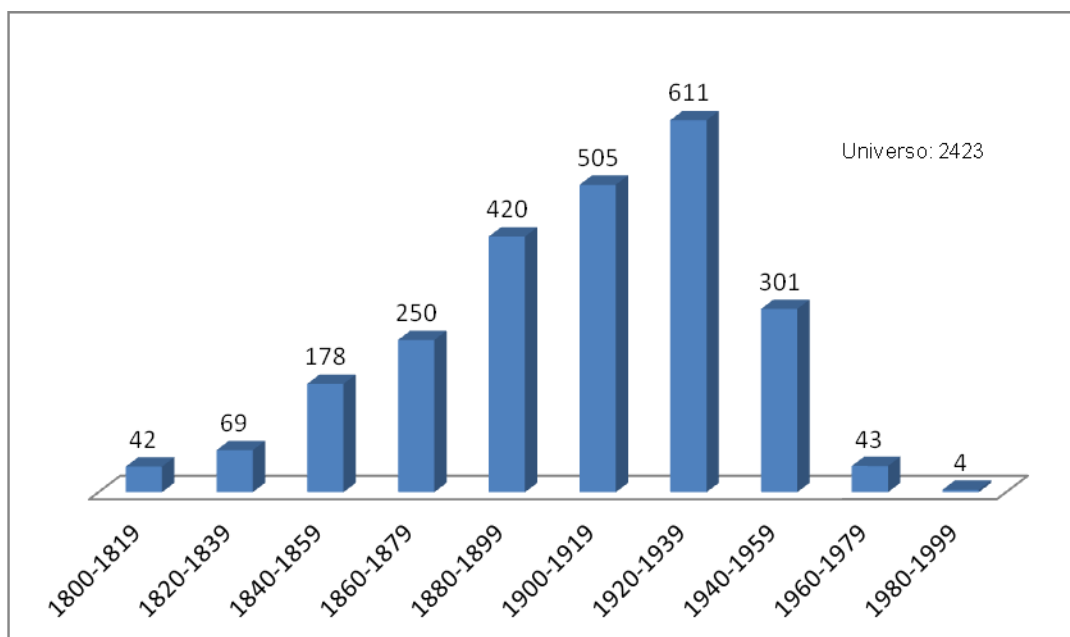
A partir deste indicador verifica-se que a esmagadora maioria das pessoas identificadas nos arquivos recenseados nasceu no período contemporâneo, sendo diminutas aquelas que viveram no período anterior à disseminação dos ideais do liberalismo e da democracia, das novas formas de organização política e social, e da própria afirmação da importância do indivíduo.

Diversas razões justificam a diferença tão acentuada registada entre os séculos XIX e XX e os que lhes antecederam. Até ao século XVIII, o menor acesso à educação, e as próprias formas de organização da sociedade, tendiam a concentrar os arquivos num reduzido número proveniente de estratos sociais específicos. Os séculos anteriores ao período oitocentista foram marcados por um forte poder das monarquias e da corte, sobre as restantes instituições, e ainda pelo papel desempenhado pela Igreja. Na sua maioria, os arquivos pessoais desse período são referentes a eclesiásticos ou outras figuras de relevo na política e na diplomacia, e ainda de algumas escassas personalidades que granjearam lugar pelo seu contributo nas áreas da literatura e do pensamento. No domínio da vida privada, a generalidade dos arquivos concentrou-se nos cartórios das famílias aristocráticas, ou daquelas que, não fazendo parte da nobreza titulada, possuíam bens e propriedades, detinham determinados privilégios, ou que se destacavam no domínio dos negócios.

O período contemporâneo, pelo contrário, alargou o leque de indivíduos representados nas instituições de memória, embora tal se tenha feito gradualmente e sob dependência de

políticas seletivas específicas. O maior acesso à escolarização – que, embora a um ritmo lento, aumentou ao longo dos séculos XIX e XX –, o combate político ao absolutismo e às formas de domínio das elites tradicionais sobre os estratos sociais populares, a afirmação dos direitos do indivíduo, a expansão das tecnologias ligadas à produção e difusão de informação – primeiro pelo grande desenvolvimento da imprensa, ainda no período oitocentista, e, depois, já no século XX, com a explosão informacional, nomeadamente no pós-II Guerra –, e ainda todas as profundas mudanças, a vários níveis, que foram ocorrendo na sociedade, constituíram uma multiplicidade de fatores que influenciaram decisivamente a forma como as pessoas passaram a produzir, reunir e acumular informação.

Sendo preponderante o conjunto dos indivíduos nascidos no período contemporâneo, é possível ainda inferir algumas tendências específicas no contexto nacional, a partir da sua distribuição cronológica em função dos períodos em que se situam as respetivas datas de nascimento, conforme consta na figura 17.



**Figura 17 – Distribuição dos indivíduos nascidos nos séculos XIX e XX**

*Fonte:* Elaboração própria, com base nos dados recolhidos.

Na figura 17 optou-se por efetuar uma divisão simples em períodos de 20 anos, considerando as datas de nascimento dos indivíduos nascidos nos séculos XIX e XX. Não correspondendo a uma distribuição especificamente geracional, pois existem diferentes interpretações sociológicas e históricas sobre o que configura uma geração e a distingue das anteriores e

subsequentes, entende-se ser suficiente esta divisão como indicador genérico para enquadrar globalmente as conjunturas políticas e sociais, sob as quais viveram os indivíduos em causa.

A grande maioria das pessoas singulares representadas, a partir do conjunto dos arquivos identificados, nasceu entre o final do século XIX e meados do século XX. Existe um claro predomínio do número de pessoas nascidas entre 1880 e 1939, embora seja igualmente numeroso o daquelas que nasceram nas décadas que se situam imediatamente antes e depois deste período. É, portanto, para o caso português, mais significativa a presença de indivíduos que vivenciaram o século XX, as transições políticas que o caracterizaram e as mudanças sociais que nele se registaram.

Independentemente do papel de maior ou menor relevo que tiveram na sociedade, podemos colocar como hipótese que os arquivos destes indivíduos devam refletir, em parte, essas épocas, tanto no que se refere às áreas de interesse, atividades ou cargos que desempenharam, como quanto ao seu posicionamento ideológico, político ou cultural.

Tratar-se-á de um grupo, necessariamente heterogéneo, que vivenciou conjunturas sociais particulares, pautadas por alterações nas condições de vida, na educação, na demografia, no acesso ao trabalho, nas formas de viver em sociedade com a afirmação da vida urbana e o exponencial crescimento das cidades. Vários dos indivíduos assistiram também a profundas transformações culturais com influência nas diversas correntes estéticas, artísticas e literárias. Na política, os cidadãos que nasceram em Portugal entre finais do século XIX e ao longo das sucessivas décadas do século XX, assistiram a grandes convulsões e mudanças políticas. O regime monárquico que perdurara por vários séculos desapareceu para dar lugar à República e a outras formas de entender a “Nação”. No período oitocentista, o pensamento liberal tinha adotado o modelo constitucional e procurado combater as formas de absolutismo e de domínio social, político e económico que caracterizaram o Antigo Regime. A centúria seguinte traria o desenvolvimento de novos nacionalismos e a Portugal, um longo período de ditadura, a que se seguiu, em 1974 uma nova revolução sob o signo da democratização da política e da sociedade. De um país com dificuldades em gerir os imensos territórios espalhados pelo globo, mas que durante longo tempo serviram para justificar uma determinada consciência nacional, Portugal recentrou-se, depois dos anos de 1970, na Europa, deixando para trás um regime autoritário e uma guerra colonial que deixaram fortes marcas na vida e no pensamento de quem vivenciou a ditadura.

Na Europa e no mundo, por seu turno, as circunstâncias históricas trouxeram também profundas alterações que impactaram igualmente a vida dos indivíduos. Atravessando grandes guerras, que levaram à queda de impérios e à afirmação de outros, o século XX deu continuidade aos substanciais desenvolvimentos já iniciados anteriormente, sob a crença do progresso do Homem. A economia desenvolveu-se, assim como a indústria. A ordem social alterou-se com o aumento da população, a pluralização das classes sociais, a emancipação

feminina, a luta pela afirmação identitária de grupos desfavorecidos ou marginalizados. O pensamento filosófico e científico refletiu também toda esta evolução, diversificando-se as correntes culturais e intelectuais. A sociedade contemporânea assistiu ainda ao exponencial desenvolvimento das formas e meios de comunicação e a um progresso tecnológico sem paralelo com os séculos anteriores. Toda esta evolução e as várias conjunturas, nacionais e internacionais, terão certamente influenciado os percursos individuais, tal como incidiram na sociedade em geral.

No entanto, neste grupo de indivíduos que nasceram no período contemporâneo, pontificam uma grande diversidade de figuras que, nuns casos poderão ter partilhado interesses semelhantes e, noutros, divergentes. Desse modo, não se pode supor *a priori* que os arquivos pessoais que foram preservados representem fielmente determinadas conjunturas sociais, ou as transformações culturais e políticas que ocorreram e os desenvolvimentos do pensamento filosófico e científico.

Pelo contrário, estes dados, se confrontados com outros indicadores como, por exemplo, o aumento substancial do número de incorporações de arquivos nas diversas entidades detentoras, registado a partir da década de 1980 em Portugal, devem antes conduzir a que se questionem os limites da abrangência dos processos seletivos de memória que imperaram, quanto ao que se decidiu preservar para documentar determinados períodos, momentos e acontecimentos da história social.

Se o 25 de abril de 1974 abriu caminho a uma maior democratização nas instituições de memória, pela via da progressiva abertura do acesso à informação pelos cidadãos em geral, e a uma “corrida” de incorporações de arquivos pessoais nas diversas instituições, que se tornaram repositórios dessas memórias individuais, o processo não foi neutro, nem objetivo. Possivelmente não terá sido mesmo equitativo na forma de representar a sociedade na sua plenitude, embora tal hipótese careça de desenvolvimento em estudos futuros, que avaliem, com maior detalhe, quem, afinal, ficou representado nos arquivos, relativamente ao século XX e à centúria anterior.

Abordou-se acima o caso específico das mulheres no universo dos arquivos identificados, sob uma perspetiva da diferença de representação quanto ao género, mas também se poderão fazer exercícios semelhantes para determinados grupos sociais e culturais ou para áreas de atividades específicas, em que estão também presentes níveis de sobrevalorização e, igualmente, de sub-representação.

Por exemplo, a área da política foi tradicionalmente considerada como sendo uma das que poderia ser documentada nas instituições de memória, nomeadamente através da seleção de arquivos pessoais de políticos, governantes, diplomatas e outros, sob pressupostos como o facto de os arquivos dos “grandes” homens poderem servir de testemunho e prova de



acontecimentos históricos relevantes no rumo das nações, e, também, como complemento à informação veiculada pelos arquivos oficiais do Estado.

Todavia, um relance empírico sobre as personalidades ligadas à área da política, a partir do universo dos arquivos identificados, indica que tal se fez preferencialmente, sobretudo no movimento das incorporações posterior à década de 1980, por uma aposta na preservação da memória dos que foram silenciados da memória coletiva, e afastados dos seus espaços de preservação e difusão, durante o período da ditadura.

Isto pode ser exemplificado com as várias iniciativas de recuperação de memória por iniciativa de pessoas e de grupos que se orientaram para a seleção de arquivos com base em afinidades políticas – como é o caso do Centro de Estudos Libertários que esteve na base da criação do Arquivo Histórico-Social, que faz parte do acervo do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional (pela via da salvaguarda da memória da militância anarquista e operária). Pode ainda ser verificado pela criação de instituições especialmente vocacionadas para a preservação da memória da oposição ao regime do Estado Novo, e de testemunho do processo que conduziu à revolução, e posterior implantação da democracia – de que são exemplo o Centro de Documentação 25 de Abril, em Coimbra, ou a Fundação Mário Soares.

É também nesse sentido que se regista, já no pós-25 de Abril, a recuperação de arquivos de antigas personalidades ligadas ao desenvolvimento do republicanismo, entre finais do século XIX, passando pelos anos de efetiva implantação da República, no início do século XX, seja no domínio do pensamento ideológico e cultural, seja, em particular no que respeita à intervenção política. Em relação às personalidades políticas que se destacaram nas décadas finais da Monarquia e durante a República, deve ter-se particularmente presente que o estudo do seu contributo e pensamento, designadamente em áreas de investigação como a História, foi pautado por um desinteresse, e até afastamento deliberado, da prática historiográfica durante as décadas da Ditadura. O renovar do interesse da historiografia pelo período contemporâneo surgiu efetivamente no quadro da afirmação do novo regime democrático, acompanhando também movimentos internacionais da própria História, com o despertar da atenção pelo estudo pela vida privada, pelas histórias individuais e pela micro-História.

Na realidade, se excetuarmos o caso especial do arquivo do político republicano Teófilo Braga (1843-1924),<sup>484</sup> comprado, em 1928, pela Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada, num momento de procura de afirmação do regime da Ditadura Militar, quando ainda se

---

<sup>484</sup> Teófilo Braga foi um dos ideólogos do republicanismo português. Além de escritor e poeta e da sua atividade docente no Curso Superior de Letras, em Lisboa, foi também deputado no período da Monarquia Constitucional e, depois, no período republicano. Desempenhou funções de primeiro Presidente da República durante o governo provisório, após a implantação do novo regime em 1910, voltando a ocupar novamente o cargo em 1915, na sequência da renúncia de Manuel de Arriaga.

digladiavam entre si diversos setores dentro do próprio republicanismo, a generalidade dos arquivos atualmente preservados das figuras políticas do final da Monarquia e da República, incluindo de ministros, dos presidentes da República, e de outras figuras do pensamento político em geral, só suscitaram interesse para serem recuperados e preservados após o 25 de Abril.

Mesmo no caso de Teófilo Braga há que considerar que o arquivo permaneceu longas décadas votado ao esquecimento, sem tratamento arquivístico que o valorizasse, e a sua catalogação só começou a desenvolver-se no século XXI.<sup>485</sup> A personalidade não interessava ao regime do Estado Novo, e os poucos estudos que então se publicaram sobre Teófilo, incidiram na atividade literária, considerada mais inócua, sendo raros os que ousaram refletir sobre outras áreas do seu pensamento.

A necessidade de documentar a memória dos, diremos assim, “silenciados” pela ditadura, e indispensabilidade da afirmação identitária do novo regime democrático saído da revolução de abril de 1974, poderá, todavia, ter tido uma contrapartida menos desejável no que respeita à incorporação de arquivos pessoais nas instituições de memória – o afastamento da doação ou depósito nessas instituições, públicas ou privadas, e a sua abertura à investigação, de eventuais arquivos de figuras que, nesse mesmo período da ditadura, tiveram papel decisivo na condução da política do país, mantendo-se em posse dos seus titulares ou herdeiros. No que respeita a figuras políticas de importância nacional do período da Ditadura Militar e do Estado Novo, seria interessante futuramente avaliar a sua proporção e representatividade efetiva, no quadro geral dos arquivos existentes, em comparação com os das figuras que politicamente se lhes opuseram, ou que imediatamente os antecederam no período da I República.

Existem, sem dúvida, alguns arquivos de personalidades absolutamente incontornáveis, e essenciais à investigação e à memória nacional, de que são paradigmáticos exemplos os de Oliveira Salazar (1889-1970) ou de Marcelo Caetano (1906-1980), ambos na Torre do Tombo, assim como de antigos ministros ou figuras de destaque do regime. Estão também hoje acessíveis, seja em entidades públicas ou privadas, arquivos como os de António Ferro (1895-1956),<sup>486</sup> figura essencial na definição da política cultural e de informação do Estado Novo, os

---

<sup>485</sup> O arquivo esteve em depósito, durante alguns anos, no Museu da Presidência da República, onde foi objeto de reprodução digital, organização física e descrição sumária, tendo, entretanto, regressado a Ponta Delgada. Está atualmente disponível na plataforma on-line que agrega os arquivos regionais dos Açores, em <URL://www.arquivos.azores.gov.pt/details?id=1151496> [consult.12-06-2017], muito embora não disponha ainda de quadro de classificação, nem de descrições aprofundadas sobre os seus contextos e composição, estando condicionado a uma organização em função das respetivas unidades de instalação, o que dificulta a perceção da abrangência do arquivo, no que respeita à representação da vida e das atividades do seu titular.

<sup>486</sup> Preservado pelos herdeiros e disponível na Fundação António Quadros - Cultura e Pensamento, em Rio Maior, onde se encontra também documentação da esposa, Maria Fernanda de Castro (1900-1994),

de alguns Presidentes da República da época, como Óscar Carmona (1869-1951) ou Craveiro Lopes (1894-1964),<sup>487</sup> os de alguns ministros, como Armindo Monteiro (1896-1955),<sup>488</sup> que tutelou, na década de 1930, as Colónias e os Negócios Estrangeiros, e Duarte Pacheco (1900-1943),<sup>489</sup> que tutelou os ministérios do Comércio e Comunicações, e depois das Obras Públicas e Comunicações, bem como de antigos governadores coloniais, que também desempenharam funções de relevo em cargos governativos ou de direção relevantes, como são os casos do Engenheiro Arantes e Oliveira (1907-1982)<sup>490</sup> e do Almirante Sarmiento Rodrigues (1899-1979),<sup>491</sup> apenas para referir alguns.

Todavia, mesmo tendo em conta os exemplos indicados, um mero relance pelos extensos acervos de instituições como o Centro de Documentação 25 de Abril ou da Fundação Mário Soares, mas também de outras entidades detentoras onde pontualmente se destacam algumas personalidades políticas, parece indiciar ser superior o número das figuras que estiveram ligadas à oposição ao Estado Novo, assim como as que se destacaram na política republicana que o antecedeu, ou mesmo que tiveram papel de relevo na afirmação democrática do novo

---

e o arquivo de seu filho António de Quadros Ferro (1923-1993), que dá o nome à Fundação. Cf. Ferro (2016)

<sup>487</sup> Parte substancial do arquivo de Óscar Carmona foi depositada pela respetiva família no Museu da Presidência da República. O mesmo aconteceu com o de Craveiro Lopes, doado ao referido Museu por um herdeiro. De Craveiro Lopes existe ainda uma coleção de álbuns de fotografias na Torre do Tombo, alusivas à sua actividade presidencial entre os anos de 1951 e 1958, que esteve anteriormente à guarda da antiga Fototeca do Palácio Foz. A Torre do Tombo possui ainda uma coleção de cartas, na maior parte dirigidas por Salazar a Craveiro Lopes. No Arquivo Histórico Parlamentar preserva-se também uma coleção de discos de vinil com discursos que este proferiu por ocasião da visita presidencial ao Brasil, em 1957. Existe igualmente documentação referente a Craveiro Lopes no Arquivo Histórico da Força Área, não tendo sido possível, porém, averiguar o seu conteúdo, por inexistência de instrumentos de descrição.

<sup>488</sup> O arquivo que foi possível conservar relativo a Armindo Monteiro está disponível no Arquivo Histórico-Diplomático, do Instituto Diplomático, tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo sido adquirido em diversas fases a distintos proprietários.

<sup>489</sup> O arquivo de Duarte Pacheco foi doado pelos irmãos à Câmara Municipal de Lisboa ainda no período do Estado Novo, em 1960, tendo em vista a sua integração no Museu da Cidade, e encontra-se atualmente no Gabinete de Estudos Lisiponenses da referida Câmara. Todavia, o seu tratamento arquivístico decisivo, porém, só teve início em 2011, através de um protocolo de colaboração estabelecido com o Núcleo de Arquivo do Instituto Superior Técnico (IST), no âmbito de uma exposição que este promoveu sobre esta personalidade. O catálogo do arquivo é disponibilizado por este serviço de arquivo do IST, que também providencia o acesso a página na Internet com a finalidade de divulgar o arquivo de Duarte Pacheco e documentos relacionados, pertencentes a outras entidades detentoras. Cf. <URL:<http://narq.tecnico.ulisboa.pt/narq-on-line/acervo-documental/duarte-jose-pacheco-djp/>> [consult. 15-02-2017].

<sup>490</sup> O Engenheiro Eduardo de Arantes e Oliveira foi Governador-Geral de Moçambique, tendo também sido professor na Escola Militar e no Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, Director dos Serviços e Urbanização e Obras da Câmara Municipal de Lisboa, Director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Ministro das Obras Públicas entre 1954-1967, e Presidente do Conselho Superior de Fomento Ultramarino, entre outros cargos. O seu arquivo foi doado pelo seu filho ao Arquivo Histórico da Economia (antigo Arquivo Histórico das Obras Públicas).

<sup>491</sup> O arquivo do Almirante Manuel Maria Sarmiento Rodrigues encontra-se repartido entre duas instituições, por depósito de familiares: a Biblioteca Central de Marinha - Arquivo Histórico e a Fundação Mário Soares. Para além da sua longa carreira na Marinha, Sarmiento Rodrigues foi também Ministro das Colónias e Ministro do Ultramar na década de 1950. Foi Governador da Guiné nos anos de 1940 e, no período do início da guerra colonial em África, viria a ser designado Governador-Geral de Moçambique, cargo que ocupou no período de 1961-1964.

regime do pós-25 de Abril, o que, a confirmar-se, testemunharia a expressa vontade de documentar e preservar um determinado tipo de memória histórica.

Tal hipótese, porém, carece de ser verificada com o estudo detalhado das biografias das várias figuras e da respetiva documentação, que não cabe nos objetivos da presente investigação, tanto mais que vários dos arquivos identificados se encontram ainda em estado de tratamento arquivístico muito sumário ou incompleto.

Alguns autores têm encontrado pontos de contacto entre os vários arquivos de políticos, nomeadamente o facto de não serem, muitas vezes, fruto do trabalho de uma só pessoa, sendo possível detetar a influência de assistentes pessoais e outro pessoal de apoio, como, por exemplo, na escrita de discursos, o que eleva o grau de exigência de análise destes arquivos. Poderá também existir uma ligação próxima da informação produzida e acumulada com a dos próprios partidos (Thomas; Martin, 2006, 40), ou, como poderá ser o caso das personalidades que ocuparam cargos políticos no Estado Novo português, com a de organizações integradas no regime, ou de estruturas do próprio regime.

Para além da política, uma sumária observação dos arquivos pessoais incorporados nas últimas décadas do século XX, nas diversas entidades detentoras, mostra também a maior presença de arquivos de indivíduos com importância e intervenção noutras áreas, designadamente no domínio da história, da cultura, da literatura e da expressão artística, que já anteriormente pontificavam nas entidades detentoras identificadas, até à década de 1970. E Revela ainda que os processos de incorporação recentes trouxeram algum alargamento e a ampliação de horizontes a outros domínios anteriormente subestimados ou menos representados.

Contudo, apesar de uma tendência para a diversificação, a seleção de arquivos pessoais tem sido frequentemente fundamentada com base em determinadas atividades dos seus produtores, justificando-se por essa via muitas políticas de aquisição e a própria especialização de instituições em áreas temáticas. Nessa seleção, é comum imperarem pressupostos de que alguns arquivos possuem marcas distintivas e características análogas, de que reúnem tipologias comuns de documentos, ou de que os seus produtores partilham similitudes de comportamentos ou de interesses.

Em função de tais critérios, tem-se recorrido, embora sem o necessário suporte teórico, a uma tipificação ou classificação temático-tipológica dos arquivos pessoais, que, muitas vezes, recebem rótulos como os de arquivos “políticos”, “literários”, “artísticos”, “científicos”, “fotográficos”, entre outros. Muitos deles recebem essas designações ou caracterizações no momento da sua aquisição, por parte das instituições que os incorporaram para justificar o enquadramento em função do cumprimento das suas próprias missões e objetivos, ou, então, foram assim denominadas na fase da sua organização e descrição arquivística, por forma a

fazer refletir e destacar determinadas facetas dos indivíduos, ou a enfatizar certas tipologias documentais, em detrimento de outras que podem estar igualmente presentes.

Todavia, diversos autores têm questionado a pertinência da utilização de designações tendentes a “especializar” os arquivos, face à própria natureza e características dos arquivos pessoais no quadro da teoria arquivística, defendendo que não se devem delimitar os arquivos em função de determinadas atividades dos seus produtores, enfatizando, ao invés, a sua organicidade específica, resultante da acumulação natural e necessária de informação pelo indivíduo (Santos, Z. D. M. M., 1999, 79).

Mesmo não havendo um quadro teórico e conceptual em que se baseie a especialização dos arquivos pessoais pelas várias áreas de atividade, ou em função de tipologias de documentos, e sendo tendencialmente o arquivo pessoal definido na Arquivística como o produto natural resultante da resposta às necessidades e atividades dos indivíduos, onde podem ser evidenciados os laços orgânicos entre a informação presente nos documentos e o ato do respetivo produtor que lhe deu origem, em algumas instituições de memória as políticas de aquisição dos arquivos pessoais nem sempre tendem a considerá-los como tal.

Ao invés, tem sido comum, a sua valorização com base em marcas específicas ou características semelhantes. Por outro lado, mesmo que não imperem critérios de aquisição baseados na seleção de determinadas tipologias documentais, temas ou áreas de atividade dos produtores, as próprias operações de organização, descrição e classificação dos fundos podem revelar-se terreno propício para que se dê destaque preferencial a certas facetas dos indivíduos. Existe, assim, o risco de se subvalorizar outras dimensões menos coadunantes com as políticas definidas pelas entidades detentoras.

Do mesmo modo, se incorre na desvalorização de aspetos da vida dos indivíduos que, por distintos motivos, podem não estar devidamente refletidas nos documentos que se decidiu preservar, mesmo que estes possam existir noutras instituições ou tenham permanecido em posse dos próprios ou de terceiros. Sendo muitas vezes fundamentais para a compreensão dos percursos individuais dos produtores dos arquivos e dos próprios contextos em que o arquivo, no seu todo, foi produzido e acumulado, algumas entidades detentoras desvalorizam a respetiva referência no estudo dos arquivos e nas descrições que são fornecidas aos utilizadores, tanto no que se refere à contextualização biográfica dos produtores e dos arquivos, como no que respeita à referência da existência de documentação noutras instituições e, principalmente, quanto à explicitação dos processos de aquisição e das políticas subjacentes à seleção e à organização da informação.

A designação de “arquivos literários”, por exemplo, tem sido muito utilizada por quem estuda escritores. Neles existem textos inéditos, rascunhos, textos abandonados e outros materiais similares. Parte do cunho “literário” deriva de uma ideologia romântica que considera interligada a criação artística com o percurso biográfico. Foi nesse sentido que se

desenvolveram práticas de aquisição de alguns repositórios na área da literatura (Douglas; MacNeil, 2009, 28).

No caso português, ainda hoje persiste em algumas instituições a prática de reunião de arquivos referentes a escritores. A área da literatura sempre foi uma das privilegiadas em Portugal, e continuou a sê-lo nas décadas mais recentes, embora os arquivos das personalidades consideradas relevantes nesse domínio se tenham concentrado, quase preferencial e exclusivamente, em algumas instituições públicas, como é o caso da Biblioteca Nacional de Portugal. Neste caso concreto, a incorporação de documentos de personalidades com intervenção na área literária deu mesmo lugar à criação de uma secção própria, dentro da instituição, para o seu tratamento e valorização, o Arquivo de Literatura Contemporânea Portuguesa, no serviço de Reservados da BNP. Depois de uma fase inicial especificamente orientada para a literatura, foi-se alargando a outros domínios o que justificou a alteração do seu nome para a mais abrangente designação de Arquivo de Cultura Contemporânea Portuguesa (ACPC).

O ACPC continua a ser, em Portugal, um dos que se dedica aos arquivos com ênfase na literatura, embora essa não seja atualmente a sua exclusiva missão, pois passou a integrar também arquivos de mais abrangente alcance cultural, social e político.<sup>492</sup> Inspirado noutras instituições semelhantes, designadamente alemãs, a fórmula escolhida no ACPC para tratar os arquivos incorporados assenta num princípio de organização dos documentos de acordo com uma lógica que pretende, principalmente, servir os investigadores da área da literatura e da crítica textual, seguindo uma classificação pré-determinada que orienta a organização dos documentos e a produção dos respetivos catálogos ou inventários dos arquivos, tendo a designada “arquivística literária” em Portugal como um dos principais teóricos António Braz de Oliveira (1992, 2007). O modelo escolhido enfatiza a componente “literária” e o ato da escrita dos autores dos documentos, e não os contextos de produção e acumulação do arquivo como um sistema de informação, em função das atividades ou ações que presidiram à sua criação e reunião pelo respetivo produtor, inclusive no caso dos documentos em que este não foi o “autor”, mas apenas o receptor, como é o caso da correspondência.

No entanto, como chamou a atenção Rubio Villaró (2013, 13) um arquivo “literário” não é um arquivo pessoal. No máximo, poder-se-á considerar que o dito arquivo “literário” possa ser uma parte do segundo, mas, ainda assim, como salienta este autor, também pode dar-se o caso de o arquivista se ver confrontado com o arquivo de um escritor que não contenha quaisquer documentos da sua atividade literária.

---

<sup>492</sup> Além do Arquivo Histórico-Social, que reúne documentação de antigos militantes do movimento anarquista e operário, é possível encontrar também no ACPC outras situações onde o enfoque literário não existe, como é exemplo o conjunto de documentos referentes à invasão de Goa, Damão e Diu, em 1961, que foram guardados pelo último Governador do Estado Português da Índia, o General Manuel António Vassalo e Silva (1899-1981), doados à BNP pela sua família.

Por outro lado, um arquivo designado de “literário” pode não ser simplesmente o arquivo de um escritor, e ser simultaneamente testemunho de outras áreas de interesse e atividades do seu titular, de igual ou maior relevância, e pode nem possuir predominantemente textos literários de poesia ou prosa e incluir também documentos de grande diversidade. É esse o caso do arquivo de Mário Soares, que se encontra depositado na Fundação Mário Soares, e que é mencionado na segunda edição da obra *Contributo para um Levantamento Nacional de Espólios Literários* (Biblioteca Nacional, 2000), a par de outros de personalidades da cena política portuguesa ou de relevância para a história dos movimentos de independência das ex-colónias, como dos africanos Mário Pinto de Andrade e Amílcar Cabral, também depositados na referida Fundação.<sup>493</sup> Por via da publicação do inquérito realizado pela BNP receberam também eles a classificação de arquivos “literários” e têm, sem dúvida, em comum o facto de todos eles incluírem textos produzidos pelos próprios ou por terceiros, bem como extensa correspondência, uma tipologia documental cara à área da análise e crítica textual com a qual a “arquivística literária” estabelece pontos de contacto. No entanto, tratam-se essencialmente de personalidades em que as atividades políticas são a sua faceta sobressaliente, refletindo-se até na própria dimensão da documentação presente nos respetivos arquivos, bem como no conteúdo dos textos produzidos e da própria correspondência.

Além dos escritores, outro tipo de personalidades que tiveram uma ação de relevo em determinadas áreas do conhecimento têm vindo, a nível internacional, a ser estudados em função das facetas pelas quais se destacaram. Os arquivos de historiadores, por exemplo, foram abordados por Brigitte Mazon (2003), a partir dos casos de Lucien Febvre, Robert Mandrou, Pierre Francastel e Philippe Ariès, inventariados e classificados na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, de Paris. Neles a autora encontrou como característica comum o facto de possuírem inúmeros documentos acumulados, resultantes de investigações feitas noutros arquivos. Os historiadores estudados também raramente exprimiram uma consciência patrimonial relativamente aos seus próprios arquivos e ao seu interesse para terceiros, não tendo sido eles que decidiram o futuro dos seus arquivos, mas sim os seus familiares. Em todos, as esposas tiveram um papel fulcral no destino que lhes foi dado, quando não mesmo na sua organização ou desagregação (Mazon, 2003, 66-68).

No entanto, parece-nos que tais características não são suficientes para estabelecer uma tipologia de arquivos específica para os historiadores, quer pela via das particularidades do

---

<sup>493</sup> O arquivo de Mário Pinto de Andrade (1928-1990), natural de Angola, foi depositado na Fundação Mário Soares pelas suas filhas Anna Jinga Ducados e Henda Ducados em Janeiro de 1998, tendo recebido nova documentação proveniente da casa que habitou em Paris em 2013. Contém numerosos textos da sua autoria e igualmente documentação que recolheu de outros autores, como Maurício Ferreira Gomes, Agostinho Neto, Fernando Costa Andrade ou Marcelino dos Santos. A documentação do arquivo, de diversa tipologia, patenteia o percurso político e cultural de Mário Pinto de Andrade, bem como de alguns dos principais dirigentes da luta anti-colonial e das suas organizações, evidenciando também as realidades políticas, sociais e culturais de vários dos países africanos sob o domínio colonial português e do período do pós-independências.

processo de acumulação documental, quer pela via da consciência patrimonial sobre o valor do arquivo em si, em qualquer dos casos passíveis de serem encontradas noutras situações ou estarem efetivamente ausentes. Para o caso português refira-se, por exemplo, o arquivo do historiador e professor Victor de Sá (1921-2003), que consciente da importância patrimonial do seu arquivo e do seu valor para utilização por outros investigadores decidiu, ainda em vida, doá-lo à Universidade do Minho, onde foi integrado no acervo da Biblioteca Pública de Braga, tutelada por aquela instituição, em sucessivas incorporações a partir de 1984. Até à sua morte, o historiador continuou a ter acesso exclusivo aos materiais, que utilizou nas próprias investigações e obras que publicou, o que terá determinado a própria organização do arquivo, ressalvando ainda alguns privilégios para os seus descendentes após o seu desaparecimento.<sup>494</sup>

Outras áreas culturais, como as artes plásticas, as artes performativas e a música, têm igualmente conhecido desenvolvimentos substanciais no que respeita à preservação de arquivos pessoais, com a incorporação, em várias instituições, de arquivos de escultores, pintores, compositores e intérpretes, atores de teatro, figuras da rádio e da televisão. Se bem que estes arquivos possam ter sido preservados preferencialmente pelo facto de despertarem interesse nestas áreas concretas, na realidade referem-se a pessoas de vários quadrantes culturais, que representam tendências sociais e políticas abrangentes e diversificadas. Serão arquivos reveladores de influências de pensamento diversas, de linguagens culturais alargadas, e de múltiplos espaços de sociabilidade.

À semelhança da literatura, a música tem suscitado particular interesse em algumas instituições, havendo diversos exemplos de bibliotecas, arquivos, centros de documentação ou de investigação, sedes de orquestras e conservatórios, entre outras, que incorporaram nos seus acervos uma grande diversidade de tipologias documentais provenientes da atividade de músicos, compositores e intérpretes. Em 1952, a *International Association of Music Libraries, Archives and Documentation Centres* foi uma entidade precursora na criação de um repositório de fontes musicais, tendo tido como um dos seus objetivos a realização de um levantamento dos manuscritos musicais existentes em todo o mundo, de importância histórica, propondo inclusivamente normas para a sua descrição.<sup>495</sup> O aumento de arquivos com ligação ao domínio da música, e o interesse pelas suas espécies documentais proporcionou, em 1980, a elaboração da primeira norma internacional de descrição bibliográfica para música impressa, na sequência do desenvolvimento da norma geral ISBD.<sup>496</sup>

---

<sup>494</sup> Sobre a doação da documentação de Victor de Sá à Biblioteca Pública de Braga, veja-se as notícias publicadas na revista *Forum* [Revista do Conselho Cultural da Universidade do Minho], n.º 2, outubro de 1987, pp. 82-83; e n.º 9/10, janeiro-julho de 1991, pp. 199-203.

<sup>495</sup> Trata-se do RISM – *Répositoire Internationale des Sources Musicales*.

<sup>496</sup> Trata-se da ISBD(PM) – *International Standard Bibliographic Description for Printed Music*.



Em Portugal, a música esteve na base da criação de algumas instituições especificamente orientadas para o seu estudo, em que a componente de aquisição de arquivos esteve presente, como foi o caso do Departamento de Musicologia criado na década de 1980 sob dependência do então Instituto Português do Património Cultural. A sua extinção, em 1992, determinou a incorporação dos seus fundos na Biblioteca Nacional de Portugal, a qual por sua vez, criara no ano anterior uma secção específica para o tratamento do seu largo acervo musical, proveniente dos fundos iniciais incorporados no século XIX, de doações diversas e do depósito legal, que veio a ser significativamente enriquecido com a compra, em 1971, da coleção do maestro Ivo Cruz (1901-1985). Desde então a secção de Música da BNP tem vindo, à semelhança do sucedido com o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea, a receber numerosos arquivos e coleções particulares.

Os arquivos de músicos têm também sido objeto de estudo enquanto tal. Para o caso português, refira-se, por exemplo, o trabalho de Catarina Serafim sobre o compositor e colecionador Alfredo Keil (1850-1907). A autora, apesar de analisar o arquivo de um modo global, colocou a tónica no tratamento da documentação de música, com uma proposta de estruturação para as suas tipologias documentais específicas. A esse propósito, Catarina Serafim questionou-se sobre se existe também uma Arquivística “musical”, tal como a proposta para a literatura, e o que se pode considerar constituir um arquivo de música, concluindo por distinguir entre o conceito de arquivo de música ou musical para se referir à instituição que acumula e detém arquivos ou coleções de música, do arquivo enquanto conjunto ou agregação documental. Neste último caso considerou os arquivos de músicos enquanto arquivos pessoais (Serafim, 2013, 10). A partir da constatação de existirem, pelo menos, características muito específicas nas tipologias documentais relacionadas com a música, a autora defendeu, contudo, que a abordagem arquivística necessita de desenvolver uma perspetiva interdisciplinar com o domínio específico da musicologia para o adequado estudo dos arquivos e descrição dos seus documentos (Serafim, 2013, 6).

Também Paulo Bernardino identificou, a partir do arquivo do padre e compositor Manuel Faria, integrado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, diversos problemas relacionados com a organização, catalogação e estudo, que dificultaram a reconstituição e edição de uma das suas obras. A integração de peças soltas em unidades maiores, uma das características de Manuel Faria, por exemplo, foi um dos principais obstáculos encontrados (Bernardino, 2013, 250). Mesmo não constituindo um trabalho no domínio da Arquivística, já que a investigação de Bernardino se centra na área da musicologia, as dificuldades que foram levantadas a este autor ao abordar um arquivo pessoal, remetem para a necessidade de diálogo entre arquivistas e profissionais de distintas áreas do conhecimento.

O estudo dos arquivos de músicos pode também lançar perspetivas para abordar a problemática da presença, em arquivos pessoais, de documentação de múltiplos autores e

também a da possibilidade de alguns dos documentos resultantes das atividades musicais terem diferentes produtores em simultâneo ou não. Por exemplo, é perfeitamente natural que partituras compostas por um determinado autor se encontrem em arquivos de outros, que executaram ou interpretaram essas composições. Por outro lado, a produção e difusão musical são frequentemente resultado de um trabalho criativo e artístico que envolve diferentes pessoas, desde o autor de uma letra ou de uma peça para ser representada, ao compositor de uma música, aos vários intérpretes e até aos responsáveis pelas cenografias. Momentos e espaços de criação conjunta e de informação produzida e partilhada entre as várias pessoas podem estar refletidos nos respetivos arquivos, cujo estudo é ainda muito deficitário.

Outros arquivos de pessoas ligadas a áreas científicas aplicadas ou às ciências sociais e humanas, como a antropologia ou a arqueologia, têm encontrado lugar nas mais diversas entidades detentoras, onde se incluem instituições de âmbito universitário e centros de investigação especializados, espaços privilegiados, por exemplo, para albergar arquivos de professores universitários. Para os mais diversos casos, existem autores que têm salientado as especificidades inerentes a atividades concretas. Se essas especificidades não justificam a “classificação” dos arquivos pessoais em áreas temáticas estanques, demonstram, pelo menos, a importância de diálogo entre a Arquivística e outras disciplinas do conhecimento para o adequado estudo arquivístico.

No domínio da Antropologia, Olívia Cunha, a propósito de um estudo no arquivo de Ruth Landes, destacou a sua estrutura “fragmentária, diversificada e, paradoxalmente, subjectiva”, além da influência de “vicissitudes biográficas” e de “vínculos profissionais, intelectuais e relações de poder de natureza diversificada”. Cunha salientou a especificidade dos arquivos dos antropólogos numa característica inerente à antropologia que é a de supostamente conservarem “desejos, projetos por vezes mal sucedidos, de identificar, classificar, descrever o ‘outro’”. Destacou ainda a inexistência de clara distinção entre o pessoal e o profissional na produção da informação do arquivo, pelo facto de ambos os domínios se informarem mutuamente (Cunha, 2004, 296-297).

Em relação aos arquivos de cientistas, o brasileiro Paulo Santos defendeu a ideia de que a atividade do cientista, independentemente do seu vínculo institucional, se enquadra na construção de uma carreira, e por isso propôs um quadro de classificação próprio para descrever funções inerentes. O autor é partidário de uma classificação funcional, por oposição à metodologia desenvolvida no CPDOC, que combina critérios tipológicos, temáticos e funcionais na definição das séries (Santos, P. R. E., 2005, 36). Também no que respeita aos arquivos de professores universitários e cientistas, Guelfi Campos, em estudo sobre professores da Universidade de São Paulo, abordou também a questão da rotulação como arquivos “científicos”, salientando que a abordagem sob esse ponto de vista pode induzir uma visão unilateral, ou seja, em função apenas do potencial informativo para um determinado

universo como o da educação ou da ciência (Campos, 2013, 153). Campos referiu ainda que, no caso de professores, há um conjunto de informação que deve ser passada obrigatoriamente à instituição em função da atividade e serviço docente, enquanto outra, designadamente a relativa à prática pedagógica, raramente é preservada além da esfera estritamente pessoal. O mesmo se passa com atividades de investigação académica, que podem ser simultaneamente autorais, mas também objeto de financiamentos institucionais, diretos ou indiretos, o que suscita a discussão entre a natureza privada e pública dos arquivos dos professores e investigadores (Campos, 2013, 155-159).

Analisando a experiência levada a cabo na *Yale University*, nos Estados Unidos, pela respetiva biblioteca,<sup>497</sup> com a finalidade de aquisição de arquivos e coleções de professores da Universidade, Guelfi Campos verificou que, apesar da utilização combinada de contributos de diferentes correntes do pensamento arquivístico, como a macroavaliação, a estratégia de documentação, a análise funcional e outros, o modelo aplicado era questionável, e mesmo inconsistente. Privilegiava certas pessoas, avaliando a sua qualidade por uma comissão composta por pares, comprometendo a imparcialidade da tomada de decisão, e concorrendo para a reafirmação de um entendimento controverso da questão da memória, tendendo a conferir valor, no momento de análise, apenas aos docentes e investigadores ligados à Universidade. De acordo com Campos, não estavam assegurados mecanismos que permitissem uma avaliação segura para se afirmar que o arquivo de um professor ou investigador da Universidade apresentava maior valor informativo, ou representava melhor as atividades de ensino e pesquisa em relação a outros. Por outro lado, não estavam definidos parâmetros e critérios eticamente válidos para julgar a pertinência dos estudos e a projeção de um investigador. Por fim, seria necessário esclarecer quem estava apto a tomar este tipo de decisões, atendendo a que poderia ser pouco defensável eticamente serem os próprios pares a fazer essa avaliação (Campos, 2013, 163). Para o autor, a análise das atividades e funções que se pretendem documentar pode oferecer “um caminho mais seguro e responsável de preservar a memória de uma instituição” (Campos, 2013, 164).

Em Portugal, no que aos professores diz respeito, os arquivos que se identificaram nas várias entidades detentoras, dizem principalmente respeito a personalidades que se evidenciaram pelo seu papel na docência e investigação nas Universidades. São raros os arquivos daqueles que atuaram no magistério primário ou nos liceus, como foi o caso do pedagogo Álvaro Viana de Lemos (1881-1972),<sup>498</sup> ou de João de Deus Ramos (1878-1953), fundador de diversos jardins-escola. Para períodos mais recentes da história, no que respeita ao ensino básico e secundário, os professores estão mesmo praticamente ausentes das instituições de memória,

---

<sup>497</sup> Experiência descrita em Tom Hyry *et al.* (2002).

<sup>498</sup> Cujo arquivo se encontra repartido entre a Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, da Lousã, e a associação Movimento da Escola Moderna, como se poderá verificar no Anexo II.

excetuando alguns escassos arquivos preservados no Arquivo da Secretaria Geral do Ministério da Educação e Ciência, como é o caso do de José Baptista Martins (1917-1997), professor do ensino primário e delegado escolar entre 1938 e 1958, antes de prosseguir carreira no Instituto de Meios Audiovisuais de Educação (IMAVE), e que ocupou ainda outros cargos relacionados com a pedagogia e a educação, e do da professora primária Maria Margarida Lucas Leal (1936-).

Não é possível aferir as razões da menor presença de arquivos pessoais de professores dos graus de ensino básico e secundário, mas apenas considerar que talvez esta se baseie num pressuposto de menor relevância do papel da profissão de docente nesses níveis de ensino, não conduzindo a que os próprios professores e as instituições de memória vejam interesse na preservação dos seus arquivos. No entanto, para longos períodos da História, estes professores foram fundamentais na área da educação e na formação escolar da maior parte da sociedade, pelo que as suas práticas pedagógicas parecem, deste modo, correr o risco de se encontrarem escassamente documentadas.

A maior preponderância de arquivos pessoais de individualidades ligadas à docência universitária denota uma preferência, comum noutros domínios, pela história das elites. Ainda assim, para que as atividades pedagógicas da docência universitária e da investigação científica realizada no mundo académico estivessem suficientemente representadas nos arquivos, seria necessário que estivesse presente, na sua avaliação e seleção, uma preocupação com uma abrangência das várias áreas científicas, ao longo do tempo. Todavia, tal não acontece, dado que as decisões de aquisição neste e noutros domínios dependem das políticas de cada instituição de memória ou de decisões casuístas, não existindo qualquer quadro orientador ou normativo geral. Por outro lado, apenas uma análise mais detalhada do universo dos arquivos pessoais que entretanto foram sendo incorporados nas diversas entidades detentoras poderá permitir uma melhor compreensão das tendências e ausências que condicionam a realidade presente.

Indagações semelhantes às colocadas para o caso dos professores podem alargar-se a elementos dos quadros da administração pública, a gestores de empresas de pequena ou média dimensão, e a tantos outros domínios e atividades. No entanto, existem áreas onde se tem conseguido contrariar alguma sub-representação dentro do grupo de pessoas a ela ligadas, como a arquitetura. Um número substancial de arquivos desta área tem vindo a ser preservado, e pode mesmo considerar-se que existe uma pluralidade na representatividade dos seus atores, quando considerados globalmente no seu conjunto.

Deve-se esta situação principalmente ao contributo de diversas instituições que se têm vindo especializar na salvaguarda de arquivos de arquitetos e de outros profissionais de áreas congéneres como o urbanismo, a engenharia ou o design, embora não significando que exista uma atuação concertada entre elas no que se refere à avaliação e seleção da informação dos

produtores. Na maior parte dos casos, as incorporações têm por base motivações distintas e os critérios de cada uma denotam a existência de diversas afinidades, entre as quais de grupos de arquitetos que partilharam gabinetes e projetos, correntes estéticas, áreas de atuação semelhante, e até mesmo de âmbito geográfico.

Entre as instituições detentoras de arquivos do domínio da arquitetura e do urbanismo, destaque-se o SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, formado no início da década de 1990 para acomodar os fundos provenientes dos organismos públicos antecessores da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, atualmente instalado no Forte de Sacavém. Em 2001, o SIPA acolheu o primeiro arquivo pessoal de um arquiteto – o de Frederico George – e desde então passou a integrar sucessivos arquivos de pessoas ligadas à arquitetura.

A Fundação Instituto Arquiteto José Marques da Silva, instituída pela Universidade do Porto e reconhecida em 2009, assumiu-se também como um espaço privilegiado para acolher os arquivos de arquitetos, e tem recebido várias doações nos últimos anos. Outro grupo numeroso de arquivos encontra-se no Centro de Documentação da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto. Nestas duas instituições, por exemplo, têm-se concentrado arquivos pessoais de arquitetos, que, em maior ou menor grau, tiveram intervenção relevante em projetos de arquitetura no norte do país. Está igualmente a ser desenvolvido, a partir da iniciativa particular de um grupo de arquitetos, o projeto da Casa da Arquitetura em Matosinhos, uma associação privada que conta com apoios públicos, e que pretende vir a constituir-se também um centro privilegiado, com os necessários recursos, para acolher arquivos de arquitetura. Noutras entidades arquivísticas, um pouco por todo o país, encontram-se também arquivos de arquitetos, como seja em arquivos municipais muito por via da intervenção de alguns deles em projetos urbanísticos das respetivas cidades.

Mesmo sem quantificar o número de arquivos de arquitetos, urbanistas e profissionais cuja atuação se encontra diretamente relacionada com a arquitetura, já integrados nos acervos destas instituições, é possível considerar este grupo profissional como um dos que melhor está representado nas diversas instituições. Os indivíduos que se inserem neste grupo representam distintas gerações estilísticas, discursivas, de formação e pensamento, e até de intervenção social e política, e é justamente esta pluralidade que permite abrir múltiplos caminhos à investigação, cruzando diferentes espaços, diversas épocas, distintas redes de relações, diversos conteúdos programáticos e ideológicos de intervenção na sociedade, tornando os seus arquivos passíveis de várias leituras, abordagens e utilizações, como salientou Rute Figueiredo a propósito dos arquivos pessoais incorporados no SIPA (Figueiredo, 2009). Esta diversidade revela-se importante até para os profissionais da arquivística que melhor procurem compreender como a evolução das formas de fazer arquitetura se refletiu nos arquivos, através das tipologias documentais próprias de cada época, de cada geração, enfim, de como evoluiu a

forma de produzir, reunir, acumular e utilizar informação por este grupo de profissionais, desde o tempo dos projetos em papel vegetal e das maquetas tridimensionais à atual prática de projetar com recurso às tecnologias digitais. Ainda assim, não pode deixar de ser apontada que, na preservação de arquivos pessoais ligados à arquitetura, se regista uma prevalência de homens arquitetos, estando a atividade das mulheres neste domínio escassamente documentada.

Não é possível deixar de destacar ainda, a partir de uma abordagem meramente qualitativa sobre o universo dos arquivos identificados nas várias entidades, a presença significativa de inúmeros casos que correspondem quase exclusivamente a espécies fotográficas. A fotografia tem sido uma área objeto de vários estudos e ações de preservação, existindo instituições especialmente vocacionadas para o seu tratamento, como o Centro Português de Fotografia, sob tutela da DGLAB, ou o Arquivo de Documentação Fotográfica, sob tutela da DGPC, e muitas outras que valorizam a sua incorporação, quando não a incentivam mesmo, como é o caso de inúmeros arquivos municipais e até mesmo de museus.

Ultrapassando meramente o seu valor artístico, de instrumento de registo histórico, ou de fixação de memórias pessoais e familiares, à fotografia tem sido cada vez mais reconhecido o seu valor informativo, e considerada a sua importância para compreensão, contextualização e testemunho das ações humanas. No entanto, a valorização da fotografia teve, no que tange à sua constituição e organização em arquivos, uma consequência que torna difícil, em alguns casos, a sua ligação direta às pessoas que os produziram ou colecionaram. Os aspetos artísticos, e as abordagens museológicas ou históricas que pautaram quase sempre a forma de atribuir valor às fotografias, tenderam a desvalorizar a sua análise, contextualização e valorização, enquanto informação resultante das atividades e funções desempenhadas pelos seus autores, seja ao nível pessoal, seja do ponto de vista profissional ou empresarial.

Em inúmeras situações que foi possível identificar, no decurso do recenseamento realizado, as fotografias representam efetivamente o produto e testemunho de uma atividade concreta de determinadas pessoas que se profissionalizaram nesta área. Nesse sentido, existem, entre as pessoas singulares representadas no universo dos arquivos recenseados, um conjunto de pessoas que se pode considerar como sendo fotógrafos profissionais. Nestes casos, as fotografias que foram preservadas e eventuais materiais associados como livros de registo, associados ao estudo dos contextos de produção e acumulação, são centrais para a compreensão de percursos pessoais e profissionais, designadamente o desempenho de funções, como as dos repórteres fotográficos de órgãos de imprensa, não podendo ser apenas descritas e valorizadas pelo seu valor artístico ou simples objeto de curiosidade destinado a ilustrar um local ou acontecimento histórico.

Noutros casos, alguns conjuntos fotográficos testemunham a existência de verdadeiras gerações de famílias que se destacaram pela sua atividade na área, seja individualmente, seja

através da constituição de casas fotográficas mais ou menos efémeras, autênticos exemplos das ténues fronteiras entre o pessoal, o familiar e o empresarial. O mesmo se passa com alguns fotógrafos que partilharam projetos e, por vezes, interesses comerciais na constituição de empresas.

São casos paradigmáticos de fotógrafos que têm sido amplamente valorizados para integração em acervos de instituições, os de Joshua Benoliel e de seu filho Judah, bem como Claudino Costa Madeira, Horácio Novais, Mário Novais, Armando Seródio, Francisco Rocchini, Emílio Biel, Augusto Bobone e Octávio Bobone, José Pedro Braga Passaporte e seu filho António Pedro Passaporte, entre tantos outros, cuja obra fotográfica, pelo valor atribuído essencialmente ao conteúdo imagético ou artístico, se dispersou por diversas instituições. Outras figuras como a de Carlos Relvas, que conciliou a fotografia com outras atividades profissionais, têm sido igualmente valorizadas.<sup>499</sup>

Mesmo que nada mais tenha restado dos arquivos destes fotógrafos, para além dos originais das imagens que produziram – e não as reproduções sucessivamente replicadas que circularam em álbuns, em provas avulsas, postais fotográficos ou outra forma de difusão da fotografia, de que existem numerosos exemplos em diversos outros arquivos pessoais, familiares ou institucionais –, estes registos são inevitavelmente o resultado de atividades dos seus produtores, que sujeitos a uma análise dos seus contextos de produção e acumulação, não devem ser excluídos, ou minorizados, na sua consideração enquanto arquivos, apenas porque a informação registada não é textual.

Porém, o gosto pela fotografia levou igualmente a que muitas pessoas se tivessem efetivamente dedicado a colecionar imagens de distintos autores, reunindo tanto reproduções como até originais, em virtude de distintas formas de aquisição. Assim, em algumas situações, está-se efetivamente apenas perante colecionadores de informação, originalmente produzida por outrem, que serviu distintas funcionalidades ao longo do tempo. Em consequência, na lista de pessoas identificadas no Anexo II da dissertação, haverá lugar para a presença de muitos meros colecionadores. Todavia, só uma futura análise detalhada de cada caso poderá permitir um aprofundamento desta problemática, e discernir, efetivamente, qual a representatividade real da atividade dos fotógrafos enquanto tal, no panorama geral dos arquivos pessoais, abordando as fotografias não individualmente, mas nos seus contextos de produção.

Há ainda que considerar que a fotografia faz parte integrante, e é essencial, na documentação de muitas atividades de outros grupos profissionais, razão pela qual se encontram importantes núcleos de fotografia, por exemplo, em arquivos de arquitetos, de artistas plásticos, de artistas ligados às artes performativas, em arquivos de antropólogos, em virtude dos trabalhos de

---

<sup>499</sup> Veja-se com maior detalhe, no Anexo II, os diversos conjuntos documentais identificados para cada um dos casos indicados.

registo etnográfico, entre tantos outros casos, já para não mencionar a importância fundamental da fotografia como testemunho da vida social e familiar dos indivíduos em geral.

Refira-se ainda, a propósito dos colecionadores, que existe um número substancial de investigadores, amadores ou não, e mesmo de outras pessoas, que se interessam pela recolha dos mais variados tipos de documentos, em função de temas, épocas, tipologias documentais, que têm encontrado acolhimento em várias instituições de memória, de abrangência local ou nacional. As coleções que formaram, sob distintos critérios e motivações pessoais, foram adquiridas e colocadas, em algumas instituições de memória, lado a lado dos arquivos de outras personalidades mais ou menos “ilustres”, dando-se-lhes não somente importância no seio dos respetivos acervos. Ao empenho de colecionadores se deve, com frequência, a preservação de documentos que, de outra forma, se poderiam ter perdido. Algumas coleções revelam-se autênticas “caixinhas de surpresa”, repositórios de documentação histórica de várias proveniências, complementando, ou ajudando a reconstruir, registos de outros arquivos que foram destruídos, ou que o tempo e as contingências dispersaram, sendo frequentemente procurados para trabalhos académicos e de investigação.

O ímpeto dos colecionadores – autênticos “arquivistas” de *motu próprio* – e as razões que os levam reunir informação das mais diversas origens, a reunirem fragmentos de outros arquivos, e a construir distintas outras formas de agregação documental, merece uma abordagem mais aprofundada pela Arquivística, enquanto fenómeno informacional. Estes indivíduos recolhem e acumulam documentos segundo critérios e valores que lhes são caros, seja por pragmatismo político ou administrativo, por orgulho, curiosidade ou até mesmo sentido histórico. Esses atos tanto podem ser resultado de um exercício individual de controlo sobre eventos, como tendo em perspectiva a sua preservação futura. Terão possivelmente como critério unificador a memória, mas um sentido de memória que não é somente individual, nem plenamente coletivo. Podem ser ações relacionadas com a psicologia do colecionador, um modo de ultrapassar incertezas e ansiedades sobre a sua própria existência – os objetos e documentos colecionados são sempre vistos como especiais, os derradeiros, os mais importantes. Podem ser também o preenchimento de uma necessidade de afirmação pessoal – o colecionador é “merecedor” da sua posse, e isso contribui para um sentimento de identidade. De qualquer modo existe sempre uma atribuição de poder e valor aos documentos e objetos colecionados, que usualmente são encarados como testemunho de que a morte não significa o fim da existência (Cox, 2004, 51).

É possível ainda encontrar outras formas de agregação de informação com base na produção e acumulação de várias pessoas sem laços familiares, embora ligadas por um conjunto diversificado de afinidades, profissionais ou outras. Não sendo estritamente arquivos de uma só pessoa singular, podem, todavia, ser considerados arquivos que tangem a esfera do domínio pessoal, embora com a intervenção de várias pessoas. Na Arquivística não existe



qualquer conceito ou designação específica para este tipo de arquivos. Não são nem estritamente familiares, nem unicamente individuais. Serão talvez arquivos “pluripessoais”, no sentido de que incluem informação produzida por mais do que uma pessoa, reunida em consequência de diversos laços de sociabilidade ou de outras circunstâncias, mas em que pode ser possível discernir distintos produtores, tanto em atividades e facetas próprias de cada um, ou em informação criada, acumulada e utilizada em função de interesses comuns.

Um elevado número de instituições de memória, de indivíduos e de grupos da sociedade civil, têm levado a cabo a recolha e organização de informação relativa a determinadas pessoas ou temas, com finalidades de monumentalização, comemorativas, e outras. Há que ponderar o papel destas agregações de documentos no quadro da Arquivística e os arquivistas necessitam de estudar mais aprofundadamente a forma como os indivíduos utilizam e preservam informação, olhando ao mesmo tempo para a própria história da constituição dos acervos dos repositórios arquivísticos, e para o impacto da intervenção dos seus profissionais. Embora os arquivistas se vejam a si próprios como os “coletores” da sociedade, a verdade é que muitos dos designados “fundos de arquivo” foram formados por indivíduos que reuniram documentos ou trabalharam no sentido de preservar o seu próprio arquivo e, simultaneamente, o de outros. A sua doação a um repositório poderá ter sido, como apontou Cox, apenas a última fase do seu trabalho (Cox, 2009, 5).

Finalmente, e ainda no que se refere ao conjunto de pessoas singulares que foram identificadas a partir da análise do universo de arquivos identificados, deve salientar-se que não são apenas cidadãos portugueses que estão presentes nas entidades detentoras nacionais. Embora em pequeno número, existem alguns arquivos que se referem a pessoas de distintas nacionalidades: identificaram-se, pelo menos, 117 indivíduos (94 homens e 23 mulheres), o que corresponde a sensivelmente 3% do total das pessoas que constam no Anexo II.

São distintas as situações que originam a integração dos seus arquivos, ou de partes deles, em instituições portuguesas, e são também muito diversas as pessoas representadas. Incluem investigadores e estudiosos, que fizeram de Portugal local de passagem nas suas carreiras, como o naturalista oitocentista Friedrich Welwitsch (1806-1872), o arqueólogo Henri Édouard Breuil (1877-1961), ou o professor de paleontologia e geólogo Léon Paul Choffat (1849-1919).

Outros acabaram por se estabelecer no nosso país, como os fotógrafos Francesco Rocchini (c. 1820-1895) ou Alfred Fillon (1825-1881), os professores Paul Charles Lepierre (1867-1945) e Giovanni Costanzo (1874-1968), o musicólogo Santiago Kastner (1908-1992), o etnólogo também com atividade de relevo no domínio da música Michel Giacometti (1929-1990), ou ainda o geólogo Georges Zbyszewski (1909-1999), entre muitos outros.

Existem ainda algumas mulheres, ligadas a distintas áreas, que passaram por Portugal ou aqui se estabeleceram, como a atriz e cantora Paola María Luisa Oliva (1894-1974), de nome

artístico Luísa Satanela, as investigadoras na área da história Elaine Sanceau (1896-1978) e a Professora Jill Dias (1944-2008), a jornalista e ativista Susan Lowndes (1907-1993), a antropóloga Margot Dias (1908-2001), ou ainda a professora e crítica musical Francine Benoît (1894-1990).

Outras personalidades desenvolveram parte da sua investigação relacionada com Portugal e quiseram que os seus arquivos aqui permanecessem, como aconteceu com o arquivo do casal de arqueólogos Vera Leisner (1885-1972) e Georg Leisner (1870-1957), por vontade expressamente manifestada pela primeira. Portugal foi também o destino escolhido para albergar o arquivo do professor e investigador francês, especialista em literaturas africanas de expressão portuguesa, Michel Laban (1946-2008), por decisão da sua viúva, a portuguesa Maria José Fernandes Fafe, bem como do intelectual e ativista político africano, natural de Angola, Mário Pinto de Andrade (1928-1990), por decisão das respetivas filhas.<sup>500</sup>

\*\*\*

A representação da sociedade com base na preservação de arquivos pessoais necessita de ser devidamente estudada e objeto de melhor atenção por parte da Arquivística e dos seus profissionais. A montante dos trabalhos técnicos de conservação e do tratamento arquivístico, do desenvolvimento teórico sobre práticas de classificação e descrição, ou do próprio *corpus* conceptual tido por mais adequado, continua a colocar-se a questão da necessidade de se estudarem, com maior detalhe, os processos de avaliação e seleção dos arquivos pessoais destinados a serem preservados nos diversos repositórios, onde impera a total ausência de quadros normativos e de referenciais de boas práticas. Sem eles, continuará a imperar a atribuição empírica de valor aos arquivos, e a perpetuarem-se práticas de preservação patrimonialistas e radicadas em pressupostos historicistas ou do potencial uso – também definido aprioristicamente – da informação. Sem eles subsistirão diversos níveis de sobrevalorização de indivíduos, e de subvalorização de outros, com consequências para uma representatividade abrangente e plural da sociedade. Sem uma consciência apurada do papel fundamental das decisões de avaliação e seleção, as instituições de memória correm o risco de continuar a ser meros repositórios de arquivos adquiridos em função de decisões pontuais, menos atentas ao seu papel fundamental de relação com o universo em que se inserem, cada vez mais global.

A seleção de arquivos pessoais tendo por base a documentação de determinadas atividades profissionais pode ser uma das opções para se representar, de forma proporcional, distintas gerações e modos de pensar e de fazer, documentando simultaneamente diversas correntes

---

<sup>500</sup> Veja-se, no Anexo II, as respetivas instituições onde se encontra a documentação para todos estes exemplos.

de pensamento e conjunturas sociais e políticas. Para tal, contudo, é necessário que as várias entidades que se incumbem da preservação dos respetivos arquivos, mesmo considerando as necessidades advindas de eventuais especializações, possam, no seu conjunto, ultrapassar certas hierarquias de valor subjetivas, inerentes às opções tomadas.

No que respeita à representação da sociedade através dos arquivos pessoais de indivíduos de distintas áreas de interesse, com percursos individuais semelhantes ou opostos, importa ressaltar que fica patente, através dos exemplos indicados, existir já uma diversidade significativa para o caso português. Contudo, importa estudar com maior detalhe os respetivos arquivos, de modo a compreender a sua real abrangência e distribuição. Sem analisar cada um individualmente, não é possível detalhar e perceber objetivamente a representação de determinados grupos sociais, pelo que apenas se pode sugerir a necessidade de uma reflexão mais aprofundada.

Por se revelar fora dos propósitos iniciais da investigação, não se pretendeu atribuir classificações aos arquivos identificados em função de áreas como a literatura, a política, a música, a fotografia, as artes, ou outros domínios científicos. Além do mais, tal classificação, para ser rigorosa, não pode ser apenas num único sentido. Um mesmo arquivo pode testemunhar, simultaneamente, atividades distintas de uma mesma pessoa. A definição, por exemplo, de termos de indexação e de vocabulários controlados, que permitam a identificação de atividades representadas, de áreas do conhecimento, ou mesmo de tipo temático, geográfico ou cronológico, pode ser um dos caminhos para permitir explorar a dimensão das várias facetas individuais, de interesses comuns, de períodos e acontecimentos históricos privilegiados.

Crê-se, no entanto, de utilidade o futuro desenvolvimento de um conjunto de medidas que possam melhorar o acesso à informação, e a expansão do conhecimento sobre os arquivos bem como sobre os próprios sistemas de informação originários.

Tendo presente a importância que constitui o ato de seleção dos arquivos destinados a ser preservados para a memória comum, e a forma como tal tem sido feito, patente nos processos de incorporação registados nas várias entidades detentoras identificadas, e nos modos de representação dos indivíduos e da informação que produziram e reuniram, justifica-se a efetiva necessidade de um referencial de boas práticas. Nestas se deve fundamentar qualquer política de aquisições, e ainda as operações de seleção e descrição de informação por parte das entidades detentoras, permitindo que, tanto os indivíduos, como a sociedade em geral, se revejam nelas.

O movimento das incorporações mais recentes em inúmeras áreas, e o estreitamento de relações entre indivíduos e grupos específicos com as mais diversas entidades detentoras, colaborando na preservação de arquivos, levanta a hipótese de as instituições de memória estarem progressivamente a deixar de ser o lugar exclusivo das grandes figuras e

personalidades histórias, para se abrirem aos arquivos das pessoas comuns. Contudo, a estas, por seu turno, o novo universo da comunicação e da produção de informação por meio das ferramentas digitais disponíveis na Internet, oferece a possibilidade de facilmente se tornarem autênticos cidadãos-arquivistas, coligindo, organizando e difundido informação de múltiplas proveniências.

Os cidadãos, individualmente ou através de grupos informais, têm vindo a assumir um papel alternativo às instituições de arquivo, bibliotecas e museus de outrora. No entanto, se os cidadãos-arquivistas são bem-vindos, o futuro da informação que reúnem é talvez menos seguro, por ausência da necessária formação, e de uma intervenção mediadora de profissionais da Informação, nomeadamente de arquivistas. Estes últimos, por seu turno, necessitam de se capacitar para tratar de forma segura e decisiva os arquivos já incorporados e os que se estão a formar, em especial os que estão a ser produzidos por meios digitais.

## CONCLUSÃO

O progressivo reconhecimento do valor e da importância dos arquivos pessoais como parte da memória da sociedade e como fontes de informação tem justificado, ao longo do tempo, a sua preservação em numerosas instituições. Tem igualmente suscitado o interesse pelo seu estudo em diversas áreas de conhecimento no âmbito académico, e conduzido à sua utilização em distintos domínios, designadamente para fins culturais.

Em Portugal, vários destes arquivos têm vindo a ser preservados por uma grande diversidade de instituições arquivísticas, bibliotecas, museus, centros de documentação e entidades de outras tipologias. A sua preservação resultou de um processo de sucessivas incorporações de documentação, registadas principalmente durante o período contemporâneo, tendo embora conhecido um crescimento substancial a partir da década de 1980.

Da análise das tipologias das entidades detentoras em Portugal, verificou-se que o setor público continua ainda a assumir a liderança no processo de aquisição de arquivos pessoais, embora algumas instituições privadas tenham vindo também a contribuir para a sua valorização. O grau de envolvimento de cada instituição nesta área específica é, porém, bastante díspar, representando significados distintos, conforme as respetivas missões e vocações. Destaque-se que, além de entidades cuja principal vocação é a preservação e tratamento de arquivos em geral, existem numerosos museus e bibliotecas que têm um papel primordial neste domínio, evidenciado pela quantidade de instituições identificadas durante o recenseamento que se efetuou, e pelo próprio número de arquivos por cuja salvaguarda são responsáveis, e que figuram no guia inserto no volume de anexos da presente dissertação.

Relativamente às modalidades de incorporação, à identificação dos próprios conjuntos documentais preservados, e ainda quanto às opções de posterior comunicação da informação contida nos arquivos, verificou-se existirem diversas opções nas escolhas feitas, quer por decisões institucionais, quer por parte quem tomou a iniciativa de ceder a sua própria documentação ou a de outrem.

No que se refere às políticas de aquisição e às modalidades pelas quais os arquivos foram incorporados, constatou-se grandes insuficiências na informação disponibilizada ao público, evidenciando uma necessidade de se investir num maior rigor de comunicação. Salientou-se também que, sobre a constituição dos acervos, existe uma generalizada ausência, ou indefinição, quanto às orientações ou normas seguidas para se proceder à avaliação e seleção, dependendo a aquisição de arquivos – por vezes, apenas de fragmentos de arquivos –, de critérios variáveis, e quase sempre com base em premissas subjetivas e pontuais.

A decisão sobre o que preservar do universo da informação produzida e acumulada pelos indivíduos, no decurso das suas atividades, decorreu sob a influência de distintas correntes arquivísticas, historiográficas, e de desideratos memorialísticos. Por trás dos processos de recolha, preservação e comunicação de arquivos pessoais, regista-se um grande leque de preferências e de aplicação de critérios, que indicam, todavia, algumas das tendências seletivas. Destacam-se, entre outras: uma incidência em determinados temas históricos ou culturais; a escolha por arquivos de personalidades que se entenderam ser de maior relevância em determinadas categorias sociais, profissionais ou culturais; o interesse pela preservação de tipologias documentais específicas; e ainda o papel do “sentimento de grupo” e de militâncias e ativismos políticos ou sociais.

A decisão de preservação de determinado tipo de informação e de arquivos, sob distintos modos de consideração do seu valor para a sociedade e para a memória coletiva, conduziu também à criação de instituições especificamente destinadas a perpetuar a memória de determinados indivíduos, de certos grupos sociais, ou de comunidades de interesses. Essa decisão determinou também o ingresso de documentação em algumas entidades sob o argumento da sua complementaridade com outros acervos documentais. Foi igualmente fruto de opções, muitas vezes apriorísticas, sobre a importância histórica ou cultural de determinados arquivos pessoais.

As operações de seleção e avaliação têm estado essencialmente baseadas num alegado valor patrimonial ou cultural dos arquivos pessoais, denotando escassa ou nenhuma reflexão sobre a informação que contêm, que se possa dizer estar fundamentada num conhecimento científico sobre a sociedade e numa metodologia adequada para representar as várias áreas de atividade dos indivíduos, e as suas diversas facetas sociais ou do foro da intimidade.

Independentemente do tipo de modalidade de incorporação, salientou-se também que os arquivos identificados evidenciam formas complexas de constituição. Diversos exemplos foram convocados ao longo da dissertação, demonstrando aspetos diretamente relacionados com políticas institucionais, vontades individuais e de comunidades, que inevitavelmente tiveram impacto na configuração dos arquivos. Apontaram-se alguns comportamentos e práticas nocivas à integridade dos arquivos e à correta interpretação da Informação subjacente: a intervenção de terceiros na configuração dos arquivos pessoais que foram entregues às instituições; as opções dos próprios indivíduos relativamente à disponibilização dos seus documentos; o fenómeno da adição de documentos produzidos posteriormente à morte dos indivíduos que titulam os arquivos; as iniciativas individuais ou coletivas de reunir documentação sobre determinadas individualidades; a fragmentação e dispersão dos arquivos pessoais por diversas instituições sob diferentes justificações; a ausência de informação causada por perdas de documentação.

Às dificuldades causadas pela complexidade dos processos de constituição dos arquivos, e da sua incorporação em instituições de memória, acrescem problemas que dificultam a sua adequada compreensão, derivados de restrições impostas à disponibilização pública, e da inexistência, ou insuficiência, de informação sobre os produtores e os contextos de produção e acumulação.

Os fenómenos de desagregação e dispersão, a ausência de critérios de seleção objetivos, algumas práticas menos bem conduzidas no âmbito do tratamento arquivístico, designadamente em operações de organização e representação da informação, e a deficitária comunicação das próprias instituições de memória quanto aos arquivos de que são detentoras (incluindo a que deriva de dificuldades na identificação dos arquivos pessoais face aos familiares, pela ausência ou carência de estudos biográficos, e pela pouca atenção dada à organicidade intrínseca), configuram muitos dos arquivos, designados como pessoais, como construções arquivísticas, destituídas da consideração pelos contextos orgânicos-funcionais da produção e acumulação da informação pelos indivíduos.

A forma quase sempre acrítica com que os profissionais das várias instituições de memória abordam as ações de seleção e avaliação, revela um comportamento relativo às operações de incorporação sob uma perspetiva patrimonialista, aceitando fragmentos de arquivos, ou a agregação de documentos que originalmente lhes seriam estranhos, com consequências, quer para a integridade dos arquivos, quer para a própria apreensão e compreensão dos Sistemas de Informação originários. Dificulta-se, assim, a apropriação do próprio conceito de arquivo enquanto sistema, seja no contexto do seu tratamento técnico, pela ausência de aplicação de normas e métodos coerentes, seja na sua abordagem científica.

Em resultado dos problemas apontados, muitos dos arquivos pessoais identificados nas várias entidades detentoras portuguesas, no decurso do recenseamento efetuado, depois de sujeitos a uma análise mais aturada, revelaram-se na realidade arquivos “familiares”, por possuírem documentação de vários elementos ligados a uma mesma família, ou serem o resultado da fragmentação e dispersão de arquivos de família ao longo do tempo e por diversas circunstâncias.

Esta constatação vem corroborar, em parte, o entendimento proposto por Armando Malheiro da Silva (2000a, 2004) dos arquivos pessoais e de família, enquanto sistemas de informação essencialmente familiares. Todavia, deve ser realçado que existem diversos arquivos estritamente pessoais, que apenas possuem informação produzida e reunida por um único indivíduo, sem que sejam visíveis quaisquer traços de contextos familiares. Por outro lado, em muitas instituições, deve também considerar-se que por vezes são designados como arquivos “pessoais” (ou que foram intitulados em função de determinada personalidade), conjuntos documentais que são na realidade agregações “híbridas”, fruto de seleção de informação por

distintos intervenientes, em função de interesses diversos, não sendo, portanto, de descurar o peso da “pegada arquivística” na configuração dos arquivos.

Existe, assim, uma necessidade de maior reflexão, por parte das entidades detentoras e seus profissionais, que vá além do mero domínio de técnicas aplicadas ao tratamento documental, no sentido de melhor se incorporar o conhecimento em desenvolvimento no campo da Ciência da Informação, dotando a sua atuação de um maior domínio científico, com uma adequada compreensão da Informação enquanto fenómeno social, tendo em vista a sua preservação e comunicação, em resposta às necessidades da sociedade.

No que se refere à identificação dos vários indivíduos presentes nos arquivos objeto do recenseamento efetuado, pode dizer-se que, se o aumento do número de arquivos pessoais conservados em instituições de memória acompanhou a evolução da democratização do acesso aos arquivos e à informação, pela sociedade em geral, tal não significa que aqueles que foram preservados correspondam a uma efetiva democraticidade na representação da sociedade humana e da memória coletiva.

Das várias opções de seleção resultaram decisões sobre “quem” deve, ou pode, figurar nos acervos das várias entidades. Por consequência, criaram-se também dimensões de exclusão. Identificar de forma clara quem foram as pessoas cujas memórias individuais se escolheu preservar, compreender quem ficou de fora, e por que razões, reconhecer qual a informação que efetivamente se decidiu preservar e tornar pública, e qual se descartou ou se silenciou, e compreender de que forma os arquivos pessoais preservados representam a sociedade de forma plena, e a dos seus diversos grupos, constituem aspetos que foram aflorados empiricamente a partir do universo estudado, limitado ao caso português.

As tendências de representatividade nos arquivos identificados indicam que existem áreas sociais, culturais, profissionais e outras que são preferencialmente valorizadas. Entre estas, destacam-se a política, a literatura, a música, a docência e investigação científica, a arquitetura ou as artes (visuais, plásticas, performativas). Todavia, mesmo dentro destas áreas denotam-se níveis de sobrevalorização de indivíduos e de subvalorização de outros, o que significa que a representação social não é inteiramente democrática e abrangente. Contudo, se as instituições de memória são ainda preferencialmente o espaço para a preservação da memória de elites ou de determinados grupos, pode considerar-se que se tem registado, nas décadas mais recentes, uma progressiva abertura à representação de uma maior diversidade e pluralidade.

A valorização dos arquivos pessoais passa pela identificação do que deve ser preservado e protegido, pelo seu estudo e compreensão no campo científico, e, finalmente, pela sua comunicação tendo em vista a sua função cultural, a importância para a investigação e o seu papel para o conhecimento.



Denota-se uma incipiente abordagem sistémica dos arquivos pessoais e familiares, da parte de profissionais e de instituições detentoras. Ao invés, perpetua-se a sua preservação e tratamento em função de fragmentos e de práticas nefastas, de carácter historicista e patrimonialista, sem fundamentação científica. Deve ainda ser enfatizado que para esta situação tem contribuído o desconhecimento generalizado do universo global dos arquivos pessoais e familiares em Portugal, por ausência de uma entidade coordenadora e de um registo central para estes arquivos que impulse o seu estudo, a sua preservação e adequada valorização.

A dispersão é enorme, as ferramentas de acesso à informação são ainda limitadas, e mesmo quando há guias de fundos publicados ou plataformas *on-line* para a descrição dos acervos das várias entidades, seja sectorialmente, seja em plataformas de partilha de informação entre instituições, como a Rede Portuguesa de Arquivos, tal não significa que não existam muitos outros arquivos que não se encontram declarados, sob as mais diversas justificações – desde o não estarem ainda tratados, ao facto de se encontrarem em situações de depósito ou doação que carecem de atos de formalização jurídica.

A insuficiência de instrumentos de acesso à informação sobre que arquivos pessoais foram preservados, onde se encontram, e de que se compõem, condiciona o conhecimento da sua existência por parte dos cidadãos. Condiciona também uma reflexão conjunta por parte dos profissionais que lidam com informação em diversas áreas, sobre o que se tem feito no âmbito da aquisição, seleção, avaliação, preservação e utilização da informação das pessoas, identificando tendências e lacunas.

Por outro lado, para se refletir mais fundamentadamente em torno das muitas questões sobre políticas de aquisição, tendências de seleção, decisões de atribuição de valor, formas de representar os indivíduos, e como produziram e acumularam informação, e, enfim, considerar como se tem representado a sociedade e questionar como se pretende continuar a fazê-lo, é necessário aprofundar mais os estudos científicos neste domínio, e em particular no âmbito da Ciência da Informação.

No entanto, atendendo aos resultados da investigação empírica realizada, e apesar das limitações que foram sendo apontadas ao longo dos vários capítulos da dissertação, julga-se ter contribuído para um melhor conhecimento da realidade nacional, das práticas das instituições de memória, e dos constrangimentos a que está sujeita a compreensão dos arquivos pessoais enquanto sistemas de informação, servindo também de alerta para a necessidade de uma maior reflexão e intervenção neste domínio.

A identificação de entidades detentoras e de arquivos efetuada pode considerar-se que resultou do recenseamento possível de desenvolver, dentro das limitações de tempo e recursos de que se dispôs. Há que ter presente que o universo dos arquivos pessoais está em constante evolução, vivendo-se ainda uma fase muito dinâmica. O guia elaborado, reproduzido

no volume de anexos da dissertação, não pode, por isso, ser entendido como exaustivo ou completo, pois outros casos existirão que não foram identificados. É também necessário alargar o estudo aos arquivos que se encontram classificados como familiares, e que não foi possível agora incluir, em função dos limites que foram estabelecidos para a própria investigação. Haverá ainda a necessidade de alargar a identificação aos que permanecem em posse de privados. Acresce que qualquer estudo desta natureza está destinado a uma inevitável obsolescência, à medida que novas incorporações se registam e o tratamento dos arquivos existentes conhece desenvolvimentos.

Por fim, considera-se essencial apontar algumas recomendações. Desde logo, entende-se ser imprescindível aprofundar o conhecimento sobre os arquivos pessoais e familiares, estimulando uma melhor clarificação conceptual de uns e outros, e incorporando, na sua abordagem, uma melhor compreensão sobre as próprias mudanças na organização social e económica contemporânea, e os seus reflexos na estrutura familiar e nos percursos estritamente individuais. Considera-se importante, por exemplo, que se proceda a estudos comparativos, através da definição de amostras, e que se desenvolva e dê continuidade aos estudos de caso, nomeadamente ao nível académico, onde já se registam diversos contributos, designadamente em dissertações de mestrado e artigos científicos.

Face aos inúmeros arquivos já incorporados nas instituições de memória, julga-se igualmente necessário que seja feito um maior investimento na organização e tratamento da informação entretanto acumulada, para que o acesso a esta não seja comprometido. Um maior rigor na identificação dos contextos e intervenientes dos processos de produção, acumulação e utilização da informação, deve igualmente imperar nas diversas operações de tratamento.

Atendendo às práticas de seleção de arquivos pessoais que foram sendo feitas, ao longo tempo, pelas várias entidades envolvidas, e a alguns problemas indicados quanto às operações de organização e de descrição, com consequências para a representação da informação dos indivíduos e dos contextos orgânico-funcionais dos arquivos, julga-se recomendável que se conceba e implemente um Referencial de Boas Práticas, dirigido aos profissionais de informação, com orientações para a avaliação da informação, e respetivo tratamento e difusão.

O estudo da representatividade da sociedade através da preservação de arquivos pessoais e familiares deve, também, servir de estímulo à ponderação sobre as implicações do papel das instituições detentoras de património arquivístico, enquanto como mediadoras de informação, e, simultaneamente, agentes de construção da memória coletiva, e sobre até que ponto a informação já selecionada representa facetas e dimensões da sociedade e da história humana.

Entende-se ainda fundamental a criação de um registo nacional de arquivos pessoais e familiares, e o desenvolvimento de uma plataforma agregadora, acessível através da Internet, que potencie a partilha de informação entre as várias entidades detentoras, e promova a

difusão e o acesso integrado por parte do público a estes arquivos, que se encontram dispersos em várias instituições.

Perante a atual Sociedade da Informação, as novas realidades informacionais e tecnologias, a necessidade de processar a inúmera documentação que remanesce acumulada pelas organizações, e face a constrangimentos de várias ordens, como, por exemplo, os recursos económicos e humanos, subsiste também a necessidade de se dar estímulo à reflexão face aos desafios do universo digital, e da futura função das instituições de memória e dos seus profissionais, no que respeita à valorização dos arquivos pessoais e familiares que se decidem preservar. A conflagradora ausência de investimento na preservação e estudo dos arquivos que os indivíduos hoje produzem por meios digitais, deve suscitar um maior investimento na colaboração, cooperação e partilha de conhecimento com os cidadãos, capacitando-os também para gerirem e cuidarem dos seus próprios arquivos na era digital.

## BIBLIOGRAFIA

### **Legislação**

Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966 – Código Civil Português. 71.ª versão - atualizada até à Lei n.º 8/2017, de 3 de março, Disponível em WWW:<URL: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?nid=775&tabela=leis&so\\_miolo](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=775&tabela=leis&so_miolo)> [Cons. 25-03-2017].

Decreto-Lei n.º 149/83, de 5 de abril – Regime Jurídico dos Arquivos Distritais e das Bibliotecas Públicas.

Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro – Regime Geral dos Arquivos e do Património Arquivístico.

Decreto-Lei n.º 47/2004, de 3 de março – Regime Geral das Incorporações nos Arquivos Públicos.

Decreto-Lei n.º 93/2007, de 29 de março – Lei Orgânica da Direcção Geral de Arquivos.

Decreto-Lei n.º 103/2012, de 16 de maio – Lei Orgânica da Direcção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB).

Lei n.º 107/2001, de 18 de setembro – Bases do regime de proteção e valorização do património cultural.

PORTUGAL. (2005) – Constituição da República Portuguesa após a VII Revisão Constitucional. Lisboa: Assembleia da República.

### **Normas e Orientações**

AACR2 – **Anglo-American Cataloguing Rules**, 2.ª Ed. – Revisão 2002. [1.ª Ed. 1967, 2.ª Ed. 1978]. Trad. Brasileira (2004). São Paulo: Imprensa oficial.

CT7 – Comissão Técnica Portuguesa de Normalização em Informação e Documentação (2010) – **Normas Portuguesas de Documentação e Informação**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal.

ISAAR (CPF) – **Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas olectivas, Pessoas Singulares e Famílias** (2004) – adotada pelo Comité de Normas de Descrição / Conselho Internacional de Arquivos. Camberra, Austrália: 27-30 outubro 2003.

Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.<sup>a</sup> ed.. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo.

ISAD (G) – **Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística** (2002) – adotada pelo Comité de Normas de Descrição / Conselho Internacional de Arquivos. Estocolmo, Suécia: 19-22 setembro 1999. Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.<sup>a</sup> ed. [1.<sup>a</sup> ed. 1995]. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo.

ISDF – **International Standard for Describing Functions** (2008) – adotada pelo Comité de Boas Práticas e Normas / Conselho Internacional de Arquivos. Dresden, 2-4 May 2007.

ISDIAH – **Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico** (2009) – adotada pelo Comité de Boas Práticas e Normas / Conselho Internacional de Arquivos. Londres, Reino Unido: 10-11 março 2008. Trad. brasileira de Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

NP 4041:2005 – **Norma Portuguesa n.º 4041, de 2005** – Informação e documentação: terminologia arquivística: conceitos básicos. Lisboa: Instituto Português de Qualidade.

ODA – **Orientações para a descrição arquivística** (2007), 2.<sup>a</sup> versão [1.<sup>a</sup> versão 2005] – Programa de normalização da descrição em Arquivo. Lisboa: DGARQ – Direcção Geral de Arquivos, Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo.

RAD – **Rules for Archival Description** (1990). Ottawa: Bureau of Canadian Archivists.

### **Obras de referência**

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (2001) – **Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea**. Lisboa: Editorial Verbo.

ACKER, Amelia; BRUBAKER, Jed R. (2014) – Death, Memorialization, and Social Media: A Platform Perspective for Personal Archives. **Archivaria**. Ottawa. N.º 77, 1-23.

ADROER I PELLICER, M. Àngels; GIFRE I RIBAS, Pere (1988) – Arxius privats i arxius patrimonials a Catalunya. **Lligall. Revista Catalana d'Arxivística**. Barcelona. N.º 1, 83-96.

AERI [The Archival Education and Research Institute] (2011) – Educating for the Archival Multiverse. **The American Archivist**. Chicago. N.º 74-1, 69-101.

AFONSO, Ana Maria (2005) – Património arquivístico: preservação de informação e construção de identidade. In RODRIGUES, Luís Alexandre, coord. – **O Património Histórico-Cultural da Região de Bragança/Samora**. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 89-105.

AGI/AMGI, Ajuntament de Girona / Arxiu Municipal de Girona (2014) – ***El que serà recordat per nosaltres? Com preservar els arxius personals al segle 21***. Girona: Ajuntament de Girona, Departament de Gestió Documental, Arxius i Publicacions / Arxiu Municipal de Girona, Centre de Recerca i Difusió Imatge (CRDI).

AGUINAGALDE OLAIZOLA, Francisco Borja de (1985) – Los archivos privados familiares: propuesta de organización de sus fondos. ***Hidalguía***. Madrid: Instituto Salazar y Castro, 33-50.

AGUINAGALDE OLAIZOLA, Francisco Borja de (1991) – ***Archivo de Família: Materiales para un manual***. Bergara: Centro de Patrimonio Documental de Euskadi.

ALBERS, Kate Palmer (2011) – It's Not an Archive: Christian Boltanski's Les Archives de C. B., 1965-1988. ***Visual Resources: An International Journal of Documentation*** [em linha]. Vol. 27-3: 249-266. [Cons. 09-03-2017]. Disponível em WWW:<DOI: 10.1080/01973762.2011.597166>.

ALBUQUERQUE, Ana Patrícia Correia (2012) – ***Fundação Aquilino Ribeiro – Casa Museu – Biblioteca: Um Mundo Esquecido e Novas Propostas***. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Documentais.

ALMEIDA, João Ferreira de (2007) – Velhos e novos aspectos da epistemologia das ciências sociais. ***Sociologia, problemas e práticas***. Lisboa. N.º 55, 11-24.

ALMEIDA, Pedro Tavares de (2003) – O Arquivo José Luciano de Castro. ***Penélope***, n.º 29 169-171.

ALMEIDA, Sónia Vespeira de; CACHADO, Rita Ávila, org. (2016) – ***Os arquivos dos antropólogos***. Lisboa: Ed. Palavrão – Associação Cultural.

ALVES, Carlos Teixeira (1995) – A biblioteca e o arquivo de Salazar. Notas para um catálogo. ***Revista de História das Ideias***. Coimbra. N.º 17, 263-282.

ALVES, Ivone; RAMOS, Margarida Maria Ortigão; GARCIA, Maria Magdalena (1993) – ***Dicionário de terminologia arquivística***. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

AMARAL, A. E. Maia do, coord. (2009) – ***Tesouros da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra***. Coimbra: Imprensa da Universidade.

AMARAL, A. E. Maia do, coord. (2014) – ***Os Livros em sua ordem: Para a história da Biblioteca Geral da Universidade (antes de 1513-2013)***. Coimbra: Imprensa da Universidade.

AMSTUTZ Irene (2013) – One step beyond - Ergänzungsund Gegenüberlieferung zu Privataarchiven. ***Arbido***. Aarau: Association des Archivistes Suisses / Bibliothèque Information Suisse. N.º 1, 14-16.

ANDRADE, Adriano da Guerra (1999) – **Dicionário de Pseudónimos e Iniciais de Autores Portugueses**. Lisboa: Biblioteca Nacional.

ANDREU I DAUFÍ, Jordi, coord. (2012) – **Grupo de Trabajo de Archivos Personales. Propuesta de cuadro de clasificación común de fondos personales** [em linha]. [Cons. 25-03-2017]. Burgos: XVII Jornadas de la Conferencia de Archiveros de las Universidades Españolas. Disponível em WWW:<URL: [http://cau.crue.org/wp-content/uploads/XVIII\\_Jornadas\\_CAU\\_UCA\\_Cadiz\\_GT\\_Fondos\\_Personales\\_25\\_05\\_2012.pdf](http://cau.crue.org/wp-content/uploads/XVIII_Jornadas_CAU_UCA_Cadiz_GT_Fondos_Personales_25_05_2012.pdf) >.

ANDREU I DAUFÍ, Jordi; CRUELAS I SERRA, Rosa; ELVIRA I SILLERAS, Maria (2003) – La documentació personal com a eina docent: ensenyar i aprendre als fonts personals. **Lligall. Revista Catalana d'Arxivística**. Barcelona. N.º 21, 223-270.

ANÍBAL, Alexandra (2011) – **Vidas escritas: para uma tipologia dos documentos pessoais como fontes de uma sociologia à escala individual**. Working Paper n.º 117/2011. Lisboa:

ARAÚJO-GOMES, Bruno (2012) – **Lagoa Henriques: o colecionador e a Casa-Museu**. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes. Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia.

**Archives et patrimoine** (2004) [Actes du colloque organisé dans le cadre du programme CNRS 'Archives de la création' à la Faculté Jean Monnet-Université Paris-Sud XI]. Paris: L'Harmattan.

ARQUIVO DISTRITAL DE BEJA (1996) – **Guia do Arquivo Distrital de Beja**. Introd. José Mariz. Beja: Arquivo Distrital.

ARTIÈRES, Philippe (1998) – Arquivar a Própria Vida. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 11, n.º 21, 9-34.

ARTIÈRES, Philippe (2005) – Espaces d'archives (présentation de 'Lieux d'archive, une nouvelle cartographie: de la maison au musée'). **Sociétés et représentations**. Paris. N.º 19, 5-11.

ARTIÈRES, Philippe; LAÉ, Jean-François (2011) – **Archives personnelles. Histoire, anthropologie et sociologie**. [Paris]: Armand Colin.

ASHMORE, Paul; CRAGGS, Ruth; NEATE, Hannah (2012) – Working-with: talking and sorting in personal archives. **Journal of Historical Geography**. N.º 38, 81-89.

AAF, Association des Archivistes Français (1970) – **Manuel d'archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France**. Paris: SEVPEN.

AAF, Association des Archivistes Français (2007) – **Les archives des hommes politiques contemporains**. Paris: Éditions AAF/Gallimard.

AAF, Association des Archivistes Français (2012) – **Abrégé d'archivistique**, 3.<sup>a</sup> ed.. Paris: Association des Archivistes Français. [1.<sup>a</sup> ed. 2004]

ASSOCIATION FRANÇAISE POUR LA PROTECTION DES ARCHIVES PRIVÉES (2009-2014) – **Cahiers de l'AFPAP**. 4 vols. Paris: [Association Française pour la Protection des Archives Privées].

ATHERTON, Jay (1985-1986) – From Life Cycle to Continuum: Some Thoughts on the Records Management – Archives Relationship. **Archivaria**. Ottawa. N.º 21, 43-51.

AYRES, Marie-Louise (2010) – **Faster access to archival collections in NSLA libraries: Project report**. Canberra: National Library of Austrália.

BABELON, Jean-Pierre (2008) – **Les Archives, Mémoire de la France**. Paris: Découvertes Gallimard.

BABELON, Jean-Pierre (2010) – Archives de la Maison de France. Le fonds Orléans. **Cahiers de l'AFPAP**. Vol. II: Actes du troisième rencontre annuelle de L'AFPAP, du 6 mai 2008, Bibliothèque Marmottan (Institut de France), Boulogne-Billancourt. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées]. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

BAILLARGEON, Diane (2013) – Les réseaux d'acquisition d'archives privées au Québec. In HIRAUX, Françoise; MIRGUET, Françoise, eds. – **Les archives personnelles. Enjeux, acquisition, valorisation**.. Louvain-la-Neuve: Academia-L'Harmattan, 89-106.

BALSINDE, Isabel (2006) – Archivos personales en la Biblioteca de la Fundación Universitaria Española. In **Seminario de Archivos Personales (Madrid, 26 a 28 de mayo de 2004)**. Madrid: Biblioteca Nacional, 83-89.

BARATA, Paulo J. S. (1993) – Organização de um arquivo pessoal. Arquivo Mouzinho da Silveira. Análise de um caso. **Cadernos BAD**. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. N.º 2 (1993), 55-74.

BARATA, Paulo J. S. (2003) – **Os livros e o liberalismo. Da livraria conventual à biblioteca pública: uma alteração de paradigma**. Lisboa: Biblioteca Nacional.

BARATA, Paulo J. S. (2011) – Sobre acervo e espólio. In **Ciberdúvidas da Língua Portuguesa** [em linha]. [Cons. 25-03-2017]. Disponível em WWW:<URL:https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/sobre-acervo-e-espolio/30339>.

BARR, Debra (1987-1988) – The *Fonds* Concept in the Working Group on Archival Descriptive Standards Report. **Archivaria**. Ottawa. N.º 25, 163-170.



BARR, Debra (1989) – Protecting Provenance: Response to the Report of the Working Group on Description at the Fonds Level. *Archivaria*. Ottawa. N.º 28, 141-145.

BARRERA, Giulia (2006) – Gli archivi di persone. In PAVONE, Claudio, ed. – *Storia d'Italia nel secolo ventesimo. Strumenti e fonti, vol III - Le fonti documentarie*. Roma e Milão: Ministero per i Beni e le Attività Culturali, Dipartimento per i Beni Archivistici e Librari, Direzione Generale per gli Archivi / Edizioni Angelo Guerini e Associati, 617-657.

BARRETT, Creighton (2013) – Respect Which Fonds? Personal Archives and Family Businesses in Nova Scotia. *Archivaria*. Ottawa. N.º 76, 75-92.

BASS, Jordan (2013) – A PIM Perspective: Leveraging Personal Information Management Research in the Archiving of Personal Digital Records. *Archivaria*. Ottawa. N.º 75, 49-76.

BEARGIE, Neil (2005) – Plenty of Room at the Bottom? Personal Digital Libraries and Collections. *D-Lib Magazine* [em linha]. N.º 11-6. [Cons. 03-01-2017]. Disponível em WWW:<URL:doi:10.1045/june2005-beagrie>.

BEARMAN, David (1986) – Archival and bibliographic information networks. *Journal of Library Administration*, 7-2/3: 99-110.

BEARMAN, David (1989) – Authority control issues and prospects. *The American Archivist*. Chicago. N.º 52-3, 286- 299.

BEARMAN, David (1990) – Multisensory Data and Its Management. In DURANCE, Cynthia, ed. – *Management of Recorded Information: Converging Disciplines*. München: K.G. Saur, 111-120.

BEARMAN, David (1993) – Archival Principles and the Electronic Office. In MENNE-HARITZ, Angelika – *Information Handling in Offices and Archives*. New York: K. G. Saur, 177-193.

BEARMAN, David; LYTLE, Richard (1985-1986) – The Power of the principle of provenance. *Archivaria*. Ottawa. N.º 21, 14-27.

BEATTIE, Heather (2009) – Where Narratives Meet: Archival Description, Provenance, and Women's Diaries. *Libraries & the Cultural Record*. Austin: University of Texas Press. Vol. 44, n.º 1, 82-100.

BECDELIEVRE, Véronique de (2010) – Les sources de l'histoire de l'abbaye de Fontfroide aux XII<sup>e</sup> et XIII<sup>e</sup> siècles: archives publiques, archives privées. *Cahiers de l'AFPAP*, vol. II: Actes du rencontre régionale de l'AFPAP, du 26 septembre 2008, en Languedoc-Roussillon à l'Abbaye de Fontfroide. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

BECDELIEVRE, Véronique de (2012) – Un fonds privé confisqué à la Révolution: les archives de Claude Guillaume Lambert, dernier contrôleur général des finances. *Cahiers de l'AFPAP*. Vol. III: Actes du cinquième rencontre annuelle de L'AFPAP, du 2 décembre 2010,

Amphithéâtre de Paléontologie, Museum National d'Histoire Naturelle, Paris. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

BELLOTTO, Heloísa Liberalli (1998) – Arquivos Pessoais em Face da Teoria Arquivística Tradicional: Debate com Terry Cook. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 11, n.º 21, 201-207.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli (2007) – **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV. [1.ª ed. 1991].

BELLOTTO, Heloísa Liberalli (2014) – Resenha: reconsiderando os arquivos pessoais. **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra**. Vol. XXVII, 435-443.

BELMONTE GARCÍA, Adrián (2011) – Archivos personales y familiares de la región de Murcia. **Tejuelo**. Murcia. N.º 11, 3-27.

BERGASSE, Jean-Denis (2010) – Heurs et malheurs de prestigieuses archives privées du département de l'Hérault. **Cahiers de l'AFPAP**. Vol. II: Actes du rencontre régionale de l'AFPAP, du 26 septembre 2008, en Languedoc-Roussillon à l'Abbaye de Fontfroide. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

BERNARDINO, Paulo (2013) – O espólio de Manuel Faria na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: o caso dos Due Mottetti per coro e organo. Uma performance sustentada na pesquisa musicológica. **Post-ip: Revista do Fórum Internacional de Estudos em Música e Dança**. Vol 2, n.º 2, 250-261.

BERNER, Richard C. (1983) – **Archival theory and practice in the United States: a historical analysis**. Seattle: University of Washington Press.

BERTALANFFY, Ludwig von (1975) – **Teoria Geral dos Sistemas**, 2.ª ed.. Petrópolis: Editora Vozes. [Ed. Orig. 1937]

BLANCO, Pablo Sotuyo; SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de; VIEIRA, Thiago de Oliveira, orgs. (2016) – **Ampliando a discussão em torno de documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia (EDUFBA).

BLASCO MARTÍNEZ, Rosa María (1996) – **I Simposium – Los archivos familiares en España: estado de la cuestión [San Román de Escalante, 15 y 16 de marzo de 1995]**. Santander: Asociación para la Defensa del Patrimonio Bibliográfico y Documental de Cantabria.

BLOCH, Marc (1925) – Mémoire collective, tradition et coutume. A propos d'un livre récent. **Revue de synthèse**. Paris. Vol. XL, 73-83.

BLOK, Aad; LUCASSEN, Jan; SANDERS, Huub (eds.) (2014) – **A Usable Collection. Essays in Honour of Jaap Kloosterman on Collecting Social History**. Amsterdam: International Institute of Social History / Amsterdam University Press.

BNE, Biblioteca Nacional de España (2006) – **Seminário de Archivos Personales (Madrid, 26 a 28 de mayo de 2004)**. Madrid: Biblioteca Nacional.

BNP, Biblioteca Nacional de Portugal (1994) – **Guia preliminar dos fundos de arquivo da Biblioteca Nacional**. Introd. e org. de Lúgia de Azevedo Martins *et al.*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

BNP, Biblioteca Nacional de Portugal (1999) – **Contributo para um Levantamento Nacional de Espólios Literários. Encontro Internacional de Arquivística Literária e Crítica Textual**. Lisboa: Biblioteca Nacional – Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea.

BNP, Biblioteca Nacional de Portugal (2000) – **Contributo para um Levantamento Nacional de Espólios Literários**, apres. António Braz de Oliveira. Lisboa: Biblioteca Nacional.

BNP, Biblioteca Nacional de Portugal (2007) – **As mãos da escrita: 25 anos do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea**, org. Luiz Fagundes Duarte e António Braz de Oliveira. Lisboa: Biblioteca Nacional.

BOADAS I RASET, Joan *et al.* (1998) – **Patrimoni cultural i drets d'autor. Instruments per a la seva gestió**. Girona: Ajuntament de Girona. [Colecció Textos i Documents, n.º 8]

BOLES, Frank (1982) – Disrespecting Original Order. **The American Archivist**. Chicago. N.º 45-1, 26-32.

BOOMS, Hans (1987) – Society and the Formation of a Documentary Heritage: Issues in the Appraisal of Archival Sources. **Archivaria**. Ottawa. N.º 24, 69-107.

BOORSTIN, Daniel J. (1987) – **Hidden History**. New York: Harper and Row.

BORGES, Leonor Calvão (1993) – Fontes de História Local: os Espólios e Arquivos Pessoais nos Arquivos Municipais. In **Atas do III Encontro Nacional de Arquivos Municipais – Arquivos Municipais: Identidade Local na Euríjopa das Regiões**. Guimarães e Viana do Castelo, [s.n.], 87-92.

BORGES, Renata Silva (2008) – **A correspondência nos arquivos pessoais de cientistas: políticas de preservação** [em linha]. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, Departamento de Arquivo e Documentação, Serviço de Arquivo Histórico. [Cons. 27-04-2017]. Disponível em [WWW:<URL: http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/comunicacoes\\_livres/renata\\_comunicacao\\_slivres.pdf>](http://www.aag.org.br/anaisxvcba/conteudo/resumos/comunicacoes_livres/renata_comunicacao_slivres.pdf).

BOS, François; PERRET, Geneviève – Une association: les Archives de la Vie Privée. **Arbido**. Aarau: Association des Archivistes Suisses / Bibliothèque Information Suisse. N.º 1, 40-43.

BOURDIEU, Pierre (1989) – La ilusion biografica. **História y Fuente Oral**. Barcelona. N.º 2, 27-33.

BOUR, Pierre Edouard; JULLIEN, Caroline (2013) – L'entreprise scientifique d'édition, d'exploitation, de valorisation et de communication de la correspondance d'Henri Poincaré. In HIRAUX, Françoise; MIRGUET, Françoise, eds. – **Les archives personnelles. Enjeux, acquisition, valorisation**. Louvain-la-Neuve: Academia-L'Harmattan, 155-169.

BRAIBANT, Charles [1957] – **Alerte: aux archives privées: préface au catalogue de l'exposition 'Huit siècles d'histoire de France'**. Paris: Imprimerie Nationale.

BRAVO LLEDÓ, Pilar (2006) – Los archivos personales: una manera de trabajar sus documentos. In **Seminario de Archivos Personales (Madrid, 26 a 28 de mayo de 2004)**. Madrid: Biblioteca Nacional, 91-103.

BRITO, Carla Marisa de (2010) - **O sistema de informação da Presidência da República Portuguesa: a documentação dos mandatos do Presidente Ramalho Eanes, 1976-1986**. Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

BRITO, Carla Marisa de (2014) – Os documentos de titulares de cargos políticos: práticas internacionais. **Cadernos BAD**. N.º 1 (2014), 115-129.

BRITO, Francisco Nogueira de (1917) – **Livrarias notáveis pertencentes a particulares. Subsídios para a história da Biblioteca Nacional de Lisboa**. Coimbra: Imprensa Universidade.

BROTHMAN, Brien (1991) – Orders of Value: Probing the Terms of Archival Value. **Archivaria**. Ottawa. N.º 32, 78-100.

BURKE, Frank G. (1981) – The Future course of archival theory in the United States. **The American Archivist**. Chicago. Vol. 44-1, 40-46.

BURKE, Frank G. (1997) – **Research and the Manuscripts Tradition**. Lanham [Maryland]: Society of American Archivists and The Scarecrow Press.

BURROWS, Toby (2008) – Identity parade: managing contextual personal information for archival data. **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 36-2, 88-104.

CAA, Canadian Council of Archives (2005) – **Toward a Second Edition of RAD: A Report** [em linha]. Ottawa: Canadian Council of Archives. [Cons. 07-12-2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.cdncouncilarchives.ca/RAD2\_Addendum.pdf>.

CABRAL, Luís, coord. (1995) – **Cláudio Carneiro: Espólio Musical**. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto.

CABRAL, Luís; EIRAS, Ermelinda, org. (2010) – **Espólios da Biblioteca Pública Municipal do Porto**. 2.ª ed. Porto: Câmara Municipal do Porto.

CALLIGARIS, Contardo (1998) – Verdades de Autobiografias e Diários Íntimos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 11, n.º 21, 43-58.

CALVO, Inês da Conceição Madaleno (2011) – **Descrição, Organização e Inventariação da coleção de Almeida Faria**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Relatório de estágio do Mestrado em Edição de Texto, especialização em Crítica Textual.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida (1988) – Arquivos pessoais: uma proposta de descrição. **ARQUIVO – boletim histórico e informativo**. São Paulo. Vol. 9, n.º 1, 21-24.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida (1998) – Contribuição para uma Abordagem Diplomática dos Arquivos Pessoais. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 11, n.º 21, 169-174.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida (2009) – Arquivos Pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte. Ano XLV, n.º 2, 26-39.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida *et al.* (1998) – Apresentação das comunicações ao Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais – Rio de Janeiro e S. Paulo, 17 a 21 de novembro 1997. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 11, n.º 21, 1-4.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana (2007) – **Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso.

CAMPOS, José Francisco Guelfi (2011) – Um salto no vazio? Considerações iniciais sobre a organização e representação de arquivos pessoais. In **4.º Seminário em Ciência da Informação – Ciência da Informação: ambientes e práticas na contemporaneidade, 26-28 de setembro de 2011**, Londrina [Brasil], [s.n.], 1-14.

CAMPOS, José Francisco Guelfi (2013) – Arquivos pessoais, acesso e memória: questões em pauta. **Inf. Inf.** Londrina [Brasil]. Vol. 18-2, 150 – 167.

CAPPON, Lester J. (1982) – What, then, is there to theorize about? **The American Archivist**. Chicago. Vol. 45-1, 19-25.

CARDOSO, Vilma Joana Correia Paiva de Freitas (2013) – **O arquivo da Casa das Mouras: estudo orgânico e sua representação através do modelo sistémico**. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Dissertação apresentada no 2.º Ciclo de Estudos em História e Património – ramo Arquivos Históricos.

CARTER, Rodney G. S.; FISHER, Rob; HARRIS, Carolyn; HOBBS, Catherine (2013) – From the Guest Editors: Perspectives on Personal Archives. **Archivaria**. Ottawa. N.º 76, 1-5.

CARON, Daniel J.; BROWN, Richard (2011) – The documentary moment in the digital age: establishing new value propositions for public memory. *Archivaria*. Ottawa. N.º 71, 1-20.

CARVALHO, Milena Carla Lima de (2014) – **Estudo da mediação e do uso da Informação nos Arquivos Distritais**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de Doutoramento em Ciências Documentais, na área de Ciência da Informação, Arquivística e Biblioteconomia, especialidade de Gestão da Informação e Serviços de Informação.

CASANOVA, Eugenio (1928) – **Archivistica**, 2.<sup>a</sup> edizione [1<sup>a</sup> ed. 1928]. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri.

CASO NEIRA, Mar (1999) – **Aproximación al concepto de archivo científico: el Archivo de Marcos Jiménez de la Espada**. Madrid: Universidad Carlos III, Departamento de Biblioteconomía y Documentación.

CASTELLS, Manuel (2003) – **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura**. Vol. II - O Poder da Identidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTRO, Eliana Sofia dos Santos de (2009) – **O paradigma das coleções arquivísticas. O caso da Coleção Almarjão**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, variante Arquivística.

CASTRO, Maria João (1999-2000) – Guia das Coleções particulares do A.U.C. **Boletim de arquivo da Universidade de Coimbra**. Vol. XIX-XX.

CASTRO, Maria João; CAPELO, Ludovina (1993-1994) — Catálogo da Coleção Salema Garção. **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra**. Vol. XIII-XIV.

CAUCANAS, Sylvie (2010) – Les archives privées dans les services d'archives publics en Languedoc-Roussillon. **Cahiers de l'AFPAP**. Vol. II: Actes du rencontre régionale de l'AFPAP, du 26 septembre 2008, en Languedoc-Roussillon à l'Abbaye de Fontfroide. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

CEIA, Carlos, coord. (s.d.) – **E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)** [em linha]. [Cons. 20-03-2017]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com\\_mtree&task=viewlink&link\\_id=1019&Itemid=2](http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=1019&Itemid=2)>

CEIA, Sara (2010) – **Os Académicos Teatinos no tempo de D. João V: construir Saberes enunciando Poder**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos.

CHARMASSON, Thérèse (2008) – **Les archives personnelles des scientifiques. XVIe-XXe siècles. Guide des fonds conservés en France**. Paris: Éd. Comité des Travaux Historiques et Scientifiques.

CHARMASSON, Thérèse *et al.* (1995) – **Les archives personnelles des scientifiques: classement et conservation**. Paris: Archives Nationales.

CLARO, João Martins (2011) – O enquadramento legislativo das políticas públicas de protecção do Património Cultural. In **Actas do 2.º Congresso Internacional 'Casa nobre: um património para o futuro', 14-15 novembro 2008**. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 293-298.

CÂMARA MUNICIPAL DE FAMALICÃO (2002) – **Museu Bernardino Machado. Exposição Permanente. Catálogo**. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal.

COC/DAD, Casa de Oswaldo Cruz / Departamento de Arquivo e Documentação (2015) – **Manual de Organização de Arquivos Pessoais**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz e Ministério da Saúde.

COFFEY, A.; ATKINSON, P. (2005) – **Encontrar el sentido a los datos cualitativos: estrategias complementarias de investigación**. Alicante/Medellín: Publicaciones de la Universidad de Alicante/Editorial Universidad de Antioquia.

COLLINS, Julie (2012) – A 'powerful, creative history': the reticence of women architects to donate their professional records to archival repositories. **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 40-3, 181-190.

CONDÉ, Anne-Marie (2005) – The symbolic significance of archives: a discussion. **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 33-2, 92-108.

CONDÉ, Anne-Marie (2009) – Lives lived in silence: records and recordkeeping in Albert Camus's *The First Man*. **Archives and Manuscripts** Canberra. Vol. 37-2, 41-59.

CONDE VILLAVERDE, Maria Luisa (1998) – El Papel del archivo en la gestión y en la calidad de la información. In **Congresso Brasileiro de Arquivologia, 10, São Paulo, 1994 - Anais**. S. Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo.

COOK, Michael G. (1986) – **The Management of information from archives**. Aldershot [United Kingdom]: Gower.

COOK, Terry (1979-1980) – The Tyranny of the Medium: A Comment on 'Total Archives'. **Archivaria**. Ottawa. N.º 9, 144-145.

COOK, Terry (1984-1985) – From Information to Knowledge: An Intellectual Paradigm for Archives. **Archivaria**, N.º 19: 28-49. Ottawa.

COOK, Terry (1992a) – The Concept of the Archival Fonds: Theory, Description, and Provenance in the Post-Custodial Era. In EASTWOOD, Terry, ed. – **The Archival Fonds: From Theory to Practice**. Ottawa: Bureau of Canadian Archivists / Planning Committee on Descriptive Standards, 31-85.

- COOK, Terry (1992b) – Mind Over Matter: Towards a New Theory of Archival Appraisal. In CRAIG, Barbara L. ed. – **The Canadian Archival Imagination: Essays in Honour of Hugh A. Taylor**. Ottawa: Association of Canadian Archivists, 38-70.
- COOK, Terry (1993) – The Concept of the Archival Fonds in the Post-Custodial Era: Theory, Problems and Solutions. **Archivaria**. Ottawa. N.º 35, 24-37.
- COOK, Terry (1994) – Electronic Records, Paper Minds: The Revolution in Information Management and Archives in the Post-Custodial and Post-Modernist Era. **Archives and Manuscripts**. Canberra. N.º 22, 300-328.
- COOK, Terry (1995a) – It's Ten O'clock: Do You Know Where Your Data Are?. **Technology Review**. Cambridge [Massachusetts]. Vol. 98-1, 48-53.
- COOK, Terry (1995b) – From the record to its context: The theory and practice of archival appraisal since Jenkinson. **South African Archives Journal**. Vol. 37, 32-54.
- COOK, Terry (1997) – What is Past is Prologue: A History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. **Archivaria**. Ottawa. N.º 43, 17-63.
- COOK, Terry (1998) – Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 11, n.º 21, 129-149.
- COOK, Terry (2000) – Beyond the Screen: The Records Continuum and Archival Cultural Heritage. In **Beyond the screen: capturing corporate and social memory: Proceedings of the Australian Society of Archivists Conference 2000**. Melbourne: ASA, 9-21 [Paper apresentado na Australian Society of Archivists Conference (Melbourne: 18 ago.)]
- COOK, Terry (2001) – Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**. N.º 1, 3-24.
- COOK, Terry (2005) – Macroappraisal in Theory and Practice: Origins, Characteristics, and Implementation in Canada, 1950-2000. **Archival Science**. N.º 5, 101-161.
- COOK, Terry (2011a) – We Are What We Keep; We Keep What We Are: Archival Appraisal Past, Present and Future. **Journal of the Society of Archivists**. Taunton [England]: ARA – Archives and Records Association. Vol. 32-2, 173-189.
- COOK, Terry (2011b) – The Archive(s) is a Foreign Country: Historians, Archivists, and the Changing Archival Landscape. **The American Archivist**. Chicago. Vol. 74-2, 600-632.
- COOK, Terry (2013) – Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. **Archival Science**. Vol. 13-2/3, 95-120.



COOPER, Kooramyee; HUEBNER, Sharon (2007) – Koorie Culture and Technology: A digital archive project for Victorian Koorie communities. **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 35-1, 18-32.

CORNU, Marie (2013) – Archives privées, institutions publique et marché, les singularités. In CORNU, Marie; FROMAGEAU, Jérôme, dir. – **La préservation des archives privées et l'intérêt public: mutations et ruptures**. Paris: Éditions L'Harmattan, 95-108.

CORNU, Marie; FROMAGEAU, Jérôme, dir. (2013) – La préservation des archives privées et l'intérêt public: mutations et ruptures. **Actes du colloque des 14-15 octobre 2010, Université Paris-Sud 11, Faculté Jean Monnet, Sceaux**. Paris: Éditions L'Harmattan.

CORREIA, Ana Cristina Ramalho Henriques (2016) – **O arquivo do etnomusicólogo Virgílio Pereira: organização e descrição**. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanada, Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação.

COSME, Carlos Dinis *et al.* (1996) – **Índice Geral do "Arquivo de João Carlos de Almeida Carvalho"**. Setúbal: Impressão Gráfica de Coimbra.

COSTA, Célia Leite (1998) – Intimidade versus Interesse Público: a Problemática dos Arquivos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 11, n.º 21, 189-199.

COSTA, Tati Lourenço da (2013) – Três atos para escrever sobre a vida. O arquivo de fotografias de Armínio Kaiser. **Patrimônio e Memória**,. S. Paulo: Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (UNESP). Vol. 9, n.º 2, 257-282.

COTTA, André Henrique Guerra (2000) – **O tratamento da informação em acervos de manuscritos musicais brasileiros**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Dissertação de Mestrado em Ciência da informação.

COUTINHO, Ricardo *et al.* (2010) - **Arquivos Pessoais: reflexões teóricas e análise documental**. Salvador: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Instituto de Ciência da Informação. Texto final apresentado ao 1.º Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Ciência Da Informação (15-16 de Junho).

COUTURE, Carol (2005) - Taking Stock: The Evolution of Archival Science in Québec. **Archivaria**. Ottawa. N.º 59, 27-39.

COUTURE, Carol (2013) – Quelques aspects de la politique et des actions de Bibliothèque et Archives nationales du Québec en matière d'archives personnelles. Pour un reflet de vie à l'abri de l'oubli. In HIRAUX, Françoise; MIRGUET, Françoise, eds. – **Les archives personnelles. Enjeux, acquisition, valorisation**. Louvain-la-Neuve: Academia-L'Harmattan, 107-116.

COUTURE, Carol; DUCHARME, Jacques; ROUSSEAU, Jean-Yves (1988) – L'Arquívística a-t-elle Trouvé son Identité? **Argus**. Vol. 17-2, 51-60.

COUTURE, Carol; GAGNON-ARGUIN, Louise (1996) – [Direction des Archives de France. La pratique archivistique française] [Compte-rendu]. **La Gazette des Archives**. N.º 172, 137-141.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves (1982) – **Les Archives au XXe siècle: une réponse aux besoins de l'administration et de la recherche**. Montréal: Université.

COX, Richard J. (1996) – The Record in the Manuscript Collection. **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 24-1, 46-61.

COX, Richard J. (2001) – **Managing Records as Evidence and Information**. Westport [Connecticut, USA]: Greenwood Publishing Group.

COX, Richard J. (2004) – **No Innocent Deposits: Forming Archives by Rethinking Appraisal**. Lanham [Maryland] and Oxford: The Scarecrow Press.

COX, Richard J. (2008) – **Personal Archives and a New Archival Calling: Readings, Reflections and Ruminations**. Duluth [Minnesota, USA]: Litwin Books.

COX, Richard J. (2009) – Digital Curation and the Citizen Archivist. In TIBBO, Helen R., ed. - **Proceedings of DigCCurr2009: Digital Curation: Practice, Promise, and Prospects**. Chapel Hill: School of Information and Library Science, University of North Carolina, 102-109.

COX, Richard J.; WALLACE, David A., eds. (2002) – **Archives and the public good: accountability and records in modern society**. Westport [Connecticut, USA]: Quorum Books.

CRAIG, Barbara Lazenby (1992) – The Acts of the Appraisers: The Context, the Plan and the Record. **Archivaria**. Ottawa. N.º 34, 175-180.

CRAIG, Barbara Lazenby (2001) – The Archivist as Planner and Poet: Thoughts on the Larger Issues of Appraisal for Acquisition. **Archivaria**. Ottawa. N.º 52, 175-183.

CRAIG, Barbara Lazenby (2004) – **Archival Appraisal: Theory and Practice**. München: Walter de Gruyter.

CRONENWETT, Phillip N. (1984) – Appraisal of Literary Manuscripts. In PEASE, Nancy, ed. – **Archival Choices: Managing the Historical Record in an Age of Abundance**. Lexington, [Massachusetts]: Lexington Books, 105-116.

CRUZ, Gleise Andrade (2008) – **De Olho na Eternidade: a construção do arquivo privado de Antonio Carlos Jobim**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – CPDOC. Dissertação de mestrado profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais, do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

CRUZ, Lúgia (1977) – **O legado da biblioteca de João Pedro Ribeiro à Universidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade. Separata do Boletim da Universidade de Coimbra, vol. XXXIII.

CRUZ, Paula Sofia Realinho da (2012) – **Elaboração do plano de classificação de fotografia para a Divisão do Arquivo Municipal e Gestão Documental da Câmara Municipal de Sesimbra**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Dissertação de Mestrado em Ciências Documentais.

CRUZ MUNDET, José Ramón (2001) – **Manual de Archivística**. Madrid: Fundación German Sánchez Ruipérez.

CRUZ MUNDET, José Ramón (2011) - Principios, términos y conceptos fundamentales. In **Administración de documentos y archivos. Textos fundamentales**. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 15-35.

CUMMING, Judi (1994) – Beyond Intrinsic Value Towards the Development of Acquisition Strategies in the Private Sector: the Experience of the Manuscript Division, National Archives of Canada. **Archivaria**. Ottawa. N.º 38, 232-239.

CUMMING, Kate (2011) – The work of Peter Scott, an overview. In **Recordkeeping Roundtable - A recordkeeping and archives discussion group (November, 16)** [em linha]. [Cons. 31-10-2016]. Disponível em WWW;<URL: <https://rkroundtable.org/2011/11/16/the-work-of-peter-scott-an-overview-2/>>.

CUÑAT CISCAR, Virginia Maria (1996) – Conclusiones del Simposium “Los archivos familiares en España: estado de la cuestión”. **SIGNO. Revista de Historia de la Cultura Escrita**. Universidad de Alcalá de Henares. N.º 3, 221-223.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da (2004) – Tempo Imperfeito: uma Etnografia do Arquivo, **Mana**. Rio de Janeiro: Universidade Federal. Vol. 10-2, 287-322.

CUNNINGHAM, Adrian (1994) – The archival management of personal records in electronic form: some suggestions. **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 22-1, 94-105.

CUNNINGHAM, Adrian (1996) – Beyond the Pale? The ‘Flinty’ Relationship between Archivists Who Collect the Private Records of Individuals and the Rest of the Archival Profession. **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 24-1, 20-26

CUNNINGHAM, Adrian (1999) – Waiting for the ghost train: strategies for managing electronic personal records before it is too late. **Archival Issues: Journal of the Midwest Archives Conference**. Vol. 24, n.º 1, 55-64.

CUNNINGHAM, Adrian (2012) – Peter J. Scott and the Australian ‘Series’ System: Main Features and Historical Context. In International Council on Archives – **Peter J. Scott and the Australian ‘Series’ System: its Origins, Features, Rationale, Impact and Continuing Relevance**. Brisbane, Australia, 2-10.

CUSHING, Amber L. (2010) – Highlighting the archives perspective in the personal digital archiving discussion. **Library Hi Tech**. Vol. 28-2, 301-312.

CURADO, Manuel; ALVES, José António (2013) – *Um génio português: Edmundo Curvelo (1913-1954)*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

DAINVILLE-BARBICHE, Ségolène de (2009) – Acquisitions du service des archives privées des Archives nationales en 2005-2006. *Cahiers de l'AFPAP*. Vol. I: Actes du deuxième rencontre annuelle de l'AFPAP, du 30 mai 2007, Hôtel de Rohan, Paris. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

DALGLEISH, Paul (2011) – The thorniest area: making collections accessible online while respecting individual and community sensitivities. *Archives and Manuscripts*. Canberra. Vol. 39-1, 67-84.

D'ARENBERG, Léopold (2010) – Ignorer l'Histoire c'est être condamné à la revivre. La Fondation d'Arenberg à Enghien, Belgique. *Cahiers de l'AFPAP*. Vol. II: Actes du troisième rencontre annuelle de L'AFPAP, du 6 mai 2008, Bibliothèque Marmottan (Institut de France), Boulogne-Billancourt. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

DE BRUYNE, Paul; HERMAN, J.; SCHOUTHEETEE, M. (1974) – *Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique*. Paris: Presses Universitaires de France.

DELMAS, Bruno (1988) – Trente ans d'enseignement de l'Archivistique en France. *La Gazette des Archives*. Paris. Nouvelle série, n.º 141-2, 19-32.

DELMAS, Bruno (1993) – Archival Science and Information Technologies. In MENNE-HARITZ Angelika, ed. – *Information Handling in Offices and Archives*. München, London and New York: K. G. Saur, 168-176.

DELMAS, Bruno (1996) – Manifesto for a Contemporary Diplomatics: From Institutional Documents to Organic Information. *The American Archivist*. Chicago. Vol. 59-4, 438-452.

DELMAS, Bruno (2001) – Archival science facing the information society. *Archival Science*. N.º 1, 25-37.

DELMAS, Bruno (2010) – *Arquivos para quê? Textos escolhidos*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DELMAS, Marie-Claude (2007) – Les archives privées dans la législation française. *Atlanti*. Vol. 17, n.ºs 1-2, 195-202.

*DeltCi - Dicionário Eletrónico de Terminologia em Ciência da Informação* [em linha]. [cons. 10-08-2017]. Disponibilizado pelo Observatório de Ciência da Informação da Universidade do Porto em WWW:<URL:https://paginas.fe.up.pt/~lci/novo/index.php/investigar/deltci/o/item/454-organicidade>.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). (2006). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed.

DERRIDA, Jacques; PRENOWITZ, Eric (1995) – Archive Fever: A Freudian Impression. **Diacritics**. Baltimore [Maryland]: The Johns Hopkins University Press. Vol. 25-2, 9-63.

DEVER, Maryanne (1996) – Reading Other People's Mail. **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 24-1, 116-129.

DEVER, Maryanne (2013) – Provocations on the pleasures of archived paper. **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 41-3, 173-182.

DEVER, Maryanne (2014) – Archiving Feminism: Papers, Politics, Posterity. **Archivaria**. Ottawa. N.º 77, 25-42.

DEVER, Maryanne; NEWMAN, Sally; VICKERY, Ann (2009) – **The Intimate Archive: Journeys Through Private Papers**. Canberra: National Library of Australia.

DEVER, Maryanne; NEWMAN, Sally; VICKERY, Ann (2010) – The Intimate Archive. **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 38-1, 94-137.

D'HUART, Suzanne; TOURTIER-BONAZZI, Chantal de; SIBILLE, Claire (2004) – **État sommaire des fonds d'archives privées. Séries AP (1 à 629 AP) et AB XIX**. Paris: Centre Historique des Archives Nationales.

DIAS, Alfredo Gomes (2003) – **Fundo Marques Pereira**. Lisboa: Fundação Oriente, Centro de Estudos Orientais.

**Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística** (2005). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

DICK, E. J. *et al.* (1980-1981) – Total Archives Come Apart. **Archivaria**. Ottawa. N.º 11: 227.

DINIZ, Carlos Alberto Nogueira (2012) – Fragmentos da memória: o historiador e os arquivos pessoais. In **Anais [do] IX Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas**. Londrina: Universidade Estadual (UEL), 195-207.

DJOTTOUAN, Nina *et al.* (2009) – **Records management-Archives Privées**. Paris: Direction des Archives de France. Stage technique international d'archives.

DOMINGOS, Manuela D. (1995) – **Subsídios para a História da Biblioteca Nacional**. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

DOUGLAS, Jennifer (2013a) – **Archiving authors: rethinking the analysis and representation of personal archives**. Toronto: Faculty of Information - University of Toronto. Dissertação de Doutoramento em Filosofia.

DOUGLAS, Jennifer (2013b) – What We Talk About When We Talk About Original Order in Writers' Archives. **Archivaria**. Ottawa. N.º 76, 7-25.

DOUGLAS, Jennifer (2017) – Origins and Beyond: The Ongoing Evolution of Archival Ideas about Provenance. In EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather, ed. – ***Currents of Archival Thinking***. 2.nd. ed. Santa Barbara [California]: Libraries Unlimited, 25-52.

DOUGLAS, Jennifer; MACNEIL, Heather (2009) – Arranging the Self: Literary and Archival Perspectives on Writers' Archives. ***Archivaria***. Ottawa. N.º 67, 25-39.

DROUHARD, Myriam *et al.* (2005) – ***Archives privées, un patrimoine méconnu. Petit guide à l'usage des propriétaires***. Paris: Association des Archivistes Français.

DUCHEIN, Michel (1977) – Le Respect des fonds en Archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques. ***La Gazette des Archives***. Paris. Vol. 97-2, 71-96.

DUCHEIN, Michel (1983) – Theoretical Principles and Practical Problems of 'Respect des fonds' in Archival Science. ***Archivaria***. Ottawa. N.º 16, 64-82.

DUCHEIN, Michel (1992a) – ***Études d'Archivistique, 1957-1992***. Paris: Association des Archivistes Français.

DUCHEIN, Michel (1992b) – The History of European archives and the developments of archival profession in Europe. ***The American Archivist***. Chicago. Vol. 55-1, 14-24.

DUCROT, Ariane (1992) – Archives personnelles et familiales: statut légal et problèmes judiciaires. ***La Gazette des Archives***. N.º 157, 134-171.

DUCROT, Ariane (1998) – A Classificação dos Arquivos Pessoais e Familiares. ***Estudos Históricos***. Rio de Janeiro. Vol. 11, n.º 21, 151-168.

DUJARDIN, Vincent (2013) – La biographie scientifique: une modalité d'exploitation et la valorisation des les archives personnelles. In HIRAU, Françoise; MIRGUET, Françoise, eds.– ***Les archives personnelles. Enjeux, acquisition, valorisation***. Louvain-la-Neuve: Academia-L'Harmattan, 189-201.

DUMAIS, Susan *et al.* (2003) – Stuff I've Seen: a system for personal information retrieval and re-use. In ***Proceedings of SIGIR 2003*** [em linha]. [Cons. 04-01-2017]. New York: New York: Association for Computing Machinery, Inc. Press, 72-79. Disponível em WWW:<URL:<http://doi.acm.org/10.1145/860435.860451>>.

DURANTI, Luciana (1989) – Diplomatics: New Uses for an Old Science, Part I. ***Archivaria***. Ottawa. N.º 28, 7-27.

DURANTI, Luciana (1989-1990) – Diplomatics: New Uses for an Old Science, Part II ***Archivaria***. Ottawa. N.º 29, 4-17.

DURANTI, Luciana (1990) – Diplomatics: New Uses for an Old Science, Part III. ***Archivaria***. Ottawa. N.º 30, 4-20.

DURANTI, Luciana (1990-1991) – Diplomats: New Uses for an Old Science, Part IV. **Archivaria**. Ottawa. N.º 31, 10-25.

DURANTI, Luciana (1991) – Diplomats: New Uses for an Old Science, Part V. **Archivaria**. Ottawa. N.º 32, 6-24.

DURANTI, Luciana (1991-1992) – Diplomats: New Uses for an Old Science, Part VI. **Archivaria**. Ottawa. N.º 33, 6-24.

DURANTI, Luciana (1993a) – The Odyssey of Records Managers. In NESMITH, Tom, ed. – **Canadian Archival Studies and the Rediscovery of Provenance**. Metuchen [New Jersey] and London: The Society of American Archivists, Association of Canadian Archivists and The Scarecrow Press, 29-60.

DURANTI, Luciana (1993b) – The Archival Body of Knowledge: Archival Theory, Method, and Practice, and Graduate and Continuing Education. **Journal of Education for Library and Information Science**. Kansas City. Vol. 34-1, 8-24.

DURANTI, Luciana (1994) – The Concept of Appraisal and Archival Theory. **The American Archivist**. Chicago. N.º 57-2, 328-344.

DURANTI, Luciana (1995) – Reliability and Authenticity: The Concepts and Their Implications. **Archivaria**. Ottawa. N.º 39, 5-10.

DURANTI, Luciana; MACNEIL, Heather (1996) – The protection of the integrity of electronic records: an overview of the UBC-MAS research project. **Archivaria**. Ottawa. N.º 42, 46–67.

DURANTI, Luciana; EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (2002) – **Preservation of the integrity of electronic records**. Dordrecht [Nederland]: Kluwer Academic Publishers.

DUVAUX, Julien (2010) – Les archives privées aux Archives départementales de l'Hérault: état de la question en 2008. **Cahiers de l'AFPAP**. Vol. II: Actes du rencontre régionale de l'AFPAP, du 26 septembre 2008, en Languedoc-Roussillon à l'Abbaye de Fontfroide. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

E. CUADRADO, Perfecto; GONÇALVES, António; GUERRA, Cristina, ed. (2014) – **Cartas de Mário Cesariny para Cruzeiro Seixas**. Lisboa: Sistema Solar.

ERKOREKA GERVASIO, Josu (1988) – Aproximación al estudio del régimen jurídico del acceso a los archivos públicos y privados. **Irargi. Revista de Archivística**. Bergara [Euskadi]. N.º 1, 249-289.

ESCOBEDO, Joana (2006) – Los caminos de la memoria: archivos personales. In **Seminario de Archivos Personales (Madrid, 26 a 28 de mayo de 2004)**. Madrid: Biblioteca Nacional, 55-79.

ESPINOSA RAMIREZ, Antonio Bernardo (1995) – Los archivos personales: Metodología para su planificación. In RUIZ RODRÍGUEZ, Antonio Angel, ed. lit. – **Manual de Archivística**. Madrid: Síntesis, 263-280.

EASTWOOD, Terry, ed. (1992) – **The Archival Fonds: From Theory to Practice**. Ottawa: Bureau of Canadian Archivists / Planning Committee on Descriptive Standards.

EASTWOOD, Terry (1993a) – How Goes It with Appraisal? **Archivaria**. Ottawa. N.º 36, 111-121.

EASTWOOD, Terry (1993b) – What is Archival Theory and Why is it Important. **Archivaria**. Ottawa. N.º 37, 122-130.

EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather, ed. (2010) – **Currents of Archival Thinking**. Santa Barbara [California]: Libraries Unlimited.

ERICSON, Timothy L. (1991-1992) – At the ‘rim of creative dissatisfaction’: Archivists and Acquisition Development. **Archivaria**. Ottawa. N.º 33, 66-77.

ESTEVES, João; CASTRO, Zília Osório de, dir. (2013) – **Feminae: dicionário contemporâneo**. Coord. Ilda Soares de Abreu e M.ª Emília Stone. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

EVANS, Frank; HIMLY, François; WALNE, Peter, dir. (1988) – **Dictionary of Archival Terminology**. 2<sup>nd</sup> rev.. München: K. G. Saur (ICA Handbook Series: 7). [1<sup>a</sup> ed. 1983]

EVANS, Max J. (1986) – Authority control: an alternative to the record group concept. **The American Archivist**. Chicago. Vol. 49-3, 249-261.

FACHIN, Juliana (2013) – Parâmetros arquivísticos sobre arquivos pessoais. **Ágora**. Florianópolis. Vol. 23, n.º 46, 160-163.

FARGE, Arlette (1989) – **Le goût de l'archive**. Paris: Éditions du Seuil.

FARIAS, Lúcio; SANTOS, Zenny Duarte (2009) – O arquivo pessoal de Eurico Alves Boaventura: primeiras escavações. **Léguas & Meia: Revista de Literatura e Diversidade Cultural**. Feira de Santana [Bahia]: Universidade Estadual (UEFS). Vol. 7, n.º 5, 104-110.

FAVIER, Jean (1975) – **Les Archives**. 3.<sup>a</sup> Ed.. Paris: Presses Universitaires de France.

FAVIER, Jean; Direction des Archives de France (2008) – **La Pratique archivistique française**. 2.<sup>a</sup> ed.. Paris: Archives Nationales. [1<sup>a</sup> ed. 1993]

FAVIER, René, dir (2006) – **Archives familiales et noblesse provinciale. Hommage à Yves Soulingeas** [Actes du colloque organisé les 28 et 29 avril 2005 aux Archives départementales de l'Isère et au château du Touvet]. Grenoble: Presses Universitaires.



FERNÁNDEZ GRANADOS, Lucía (2013) – Archivos personales ‘en formación’: Valoración documental. In GONZÁLEZ CACHAFEIRO, Javier – **6.ªs Jornadas Archivando: la valoración documental: actas de las jornadas. León, Fundación Sierra Pambley, 7 y 8 de noviembre de 2013.** León, Fundación Sierra Pambley, 174-181.

FERNÁNDEZ GRANADOS, Lucía (2015) – Organización de archivos personales de científicos: el caso del F-LTQ. GONZÁLEZ CACHAFEIRO, Javier – **8.ªs Jornadas: Valor, Sociedad y Archivos. León, 5 y 6 de noviembre: Actas de las jornadas.** León, Fundación Sierra Pambley, 283-299.

FERNÁNDEZ GRANADOS, Lucía (2016) – La clasificación en archivos personales de científicos: el caso del ingeniero Leonardo Torres Quevedo. **Triá. Revista Archivística de la Asociación de Archiveros de Andalucía.** Sevilla. N.º 20, 293-306.

FERNÁNDEZ TRABAL, Josep (1991) – Els arxius familiars i patrimonials. Problemàtica, caracterització i metodologia. **Lligall. Revista Catalana d'Arxivística.** Barcelona. N.º 4, 95-113.

FERNÁNDEZ TRABAL, Josep (2009) – El arxius personals i patrimonials. **Dovella.** Manresa [Catalunha]. N.º 99, 19-24.

FERNÁNDEZ TRABAL, Josep (2010) – Les archives privées en Catalogne. **Cahiers de l'AFPAP.** Vol. II: Actes du troisième rencontre annuelle de L'AFPAP, du 6 mai 2008, Bibliothèque Marmottan (Institut de France), Boulogne-Billancourt. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

FERREIRA, Marleny Fátima dos Santos (2012) – **O arquivo de Antão Santos da Cunha: o percurso, a organização e a disponibilização de uma fracção da sua documentação pessoal.** Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media.

FERRO, Mafalda, coord. (2016) – **António Ferro 120 anos. Actas.** Lisboa: Fundação António Quadros / Texto Editores.

FIGUEIREDO, Rute (2009) – Mapeando o invisível. Os espólios de arquitectura no arquivo do SIPA. **Monumentos.** N.º 30, 174-181.

FILANGIERI, Riccardo (1956) – **Los archivos particulares.** Firenze: [s.n.].

FILIPE, Cláudia Isabel Fernandes (2015) – **Guia dos arquivos privados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: ingressos de 1947 a 2014.** Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Trabalho de projeto integrado no Mestrado em Ciências da Documentação e Informação, ramo de Arquivística.

FISHER, Rob (2009) – In Search of a Theory of Private Archives: The Foundational Writings of Jenkinson and Schellenberg Revisited. **Archivaria.** Ottawa. N.º 67, 1-24.

FITO MANTECA, Francisco Xavier (2005) – El Censo Guía de Archivos de España e Iberoamérica: una herramienta de difusión del patrimonio documental hispánico. In RODRIGUES, Luís Alexandre, coord. – **O Património Histórico-Cultural da Região de Bragança/Samora**. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, 177-198.

FLICK, Uwe (2005) – **Métodos qualitativos na investigação científica**. Lisboa: Monitor.

FLINN, A. (2011) – The impact of independent and community archives on professional archival thinking and practice. In HILL, Jennie, ed. – **The future of archives and recordkeeping: a reader**. London: Facet Publishing, 145-169.

FLINN, A.; STEVENS, M. (2009) – ‘It is noh mistri, wi mekin histri’. Telling our own story: independent and community archives in the United Kingdom, challenging and subverting the mainstream. In BASTIAN J.; ALEXANDER B. eds. – **Community archives: the shaping of memory**. London: Facet Publishing, 3-27.

FLORES, Conceição; DUARTE, Constância Lima; MOREIRA, Zenóbia Collares (2009) – **Dicionário de Escritoras Portuguesas. Das origens à atualidade**. Florianópolis: Editora Mulheres.

FOUCAULT, Michel (1969) – **L’archéologie du savoir**. Paris: Gallimard.

FORTES, Arminda Augusto (2014) – **José de Macedo, um intelectual na viragem do século: organização e descrição do espólio arquivístico**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, Departamento de Ciências Documentais. Dissertação de Mestrado em Arquivística.

FREIRE, João; GUIMARÃES, Paulo (2013) – Do Arquivo Histórico-Social ao Projecto *Mosca*. **A Ideia, Revista de Cultura Libertária**. N.ºs 71-72, 245-247.

FREITAS, Cristiana Vieira de (2010) – **A autenticidade dos objetos digitais**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media.

FRAIZ, Priscila Moraes Varella (1994) - **A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema**. Rio de Janeiro: Universidade de Estado do Rio de Janeiro – Centro de Educação e Humanidades. Dissertação de Mestrado.

FRAIZ, Priscila Moraes Varella (1998) – A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 11, n.º 21, 59-87.

FRONTERA ZUNZUNEGUI, Maria Enriqueta (2010) – **El archivo personal de Kurt Schindler: una propuesta de organización. Proyecto I+D “La canción popular en los trabajos de campo, fuente de inspiración para la composición musical” HAR2010 - 15165 (subprograma ARTE)** [em linha]. [Cons. 20-01-2017]. Disponível em WWW:<URL:http://campus.usal.es/~investigacionesmusicales/docs/IPAS\_FronteraZunzunengui\_ME\_Elarchivopersonal.pdf>.

FUJISAWA, Vivian Eiko Nunes (2009) – **Arquivos pessoais: proposta de organização do acervo do cartunista Santiago**. Porto Alegre: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Departamento de Ciências da Informação. Dissertação do final do Curso de Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação.

FUNDAÇÃO MANUEL LEÃO (2011) – **Manuel Leão: rostos e espaços de uma vida – notas autobiográficas**. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

GALIANA CHACÓN, Juan Patricio (2006) – De los archivos personales, sus características y su tratamiento técnico. In **Seminario de Archivos Personales (Madrid, 26 a 28 de mayo de 2004)**. Madrid: Biblioteca Nacional, 17-28.

GALLEGO DOMÍNGUEZ, Olga (1993) – **Manual de Archivos familiares**. Madrid: Editorial ANABAD.

GALLEGO DOMÍNGUEZ, Olga; LÓPEZ GÓMEZ, Pedro (1991) – Artxibategi-Eduki edo sail itxitan, agiri-deskribapena (La descripción documental en fondos de archivo o series cerradas) **Iragi – Artxibistika Aldizkaria (Revista de Archivística)**. Vitoria-Gasteiz [Euskadi]. Vol. IV, 207-259.

GALLOT-LE LORIER, Marie-Anne (2009) – Les souvenirs de famille. **Cahiers de l'AFPAP**. Vol. I: Actes du deuxième rencontre annuelle de l'AFPAP, du 30 mai 2007, Hôtel de Rohan, Paris. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

GARCIA, Maria Madalena Arruda de Moura Machado (1998) – Os Documentos Pessoais no Espaço Público. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 11, n.º 21, 175-187.

GARON, Louis (1969) – Le Principe de provenance. **Archives**. Québec. N.º 1, 12-19.

GAUBERT, Sonia *et al.* (1996) – **Archives d'architectes: état des fonds XIX.e-XXe siècles**. Paris: Direction des Archives de France; La Documentation Française.

GAUTIER-DESVAUX, Elisabeth (2010) – Conserver les photographies anciennes. **Cahiers de l'AFPAP**. Vol. II: Actes du troisième rencontre annuelle de l'AFPAP, du 6 mai 2008, Bibliothèque Marmottan (Institut de France), Boulogne-Billancourt. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

GENS, Vítor (2011) – **Guia de Fundos do Arquivo Histórico do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa**. Lisboa: Museu de Ciência da Universidade de Lisboa.

GERBEHAYE, Claude de Moreau de (2013) – L'intérêt des pouvoirs publics envers les archives privées. Des cadres légaux à la pratique en Belgique. In CORNU, Marie; FROMAGEAU, Jérôme, dir. – **La préservation des archives privées et l'intérêt public: mutations et ruptures**. Paris: Éditions L'Harmattan, 21-34.

GIDDENS, Anthony (1984) – ***The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration***. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

GIDDENS, Anthony (1987) – ***Social Theory and Modern Sociology***. Stanford [California]: Stanford University Press.

GIFRE I RIBAS, Pere; MATAS I BALAGUER, Josep; SOLER I SIMON, Santi (2002) – ***Els arxius patrimonials***. Girona: Altre Edicions.

GILLILAND, Anne J. (2014) – Moving past: probing the agency and affect of recordkeeping in individual and community lives in post-conflict Croatia. ***Archival Science***. Vol. 14-3, 249–274.

GILLILAND-SWETLAND, Luke J. (1991) – The provenance of a profession: the permanence of the public archives and historical manuscripts tradition in American Archival History. ***The American Archivist***. Chicago. Vol. 54, 160-175.

GODINHO, Hélder, TURÍBIO, Ana Isabel (2007) – O espólio de Vergílio Ferreira. ***Veredas***. Porto Alegre. N.º 8, 319-330.

GOMES, Ângela de Castro (1998) – Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados. ***Estudos Históricos***. Rio de Janeiro. Vol. 11, n.º 21, 121-127.

GOMES, Arilson dos Santos (2010) – Correspondências pessoais como fontes de reconhecimento da história de indivíduos e das organizações negras. ***Fato & Versões – Revista de História***. Campo Grande [Mato Grosso do Sul]: Universidade Federal. Vol. 2, n.º 3, 21-40.

GOMES, Liliana Isabel Esteves (2016) – ***Gestão da Informação, holística e sistémica, no campo da Ciência da Informação: estudo de aplicação para a construção do conhecimento na Universidade de Coimbra***. Coruña: Universidade da Coruña. Dissertação de doutoramento – Programa Oficial de Doctorado en Sociedad del Conocimiento: Nuevas perspectivas en Documentación, Comunicación y Humanidades.

GONÇALVES, Manuel Silva; GUIMARÃES, Paulo Mesquita; PEIXOTO, Pedro Abreu (1996) – ***Arquivos de família: organização e descrição***. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD).

GONÇALVES, Martina Spohr (2007) – ***De ‘Procedimentos’ a ‘Metodologia’: políticas de arranjo e descrição nos arquivos privados pessoais do CPDOC***. Niterói: Universidade Federal Fluminense / Arquivo Nacional. Dissertação final do Curso de Especialização em Organização, Planejamento e Direção de Arquivos.

GOUJON, Bertrand (2012) - Itinéraire d'un historien contemporainiste dans les archives privées: enjeux, méthodes et perspectives. ***Cahiers de l'AFPAP***. Vol. III: Actes du quatrième rencontre annuelle de L'AFPAP, du 7 novembre 2009 - Château du Fayel, Oise. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

GOUVEIA, Rita Isabel do Carmo (2014) – ***Personal networks in Portuguese society: a configurational and lifecourse approach***. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais. Dissertação de Doutoramento em Sociologia (Sociologia da Família).

GRAÇA, Almerinda Rosa Ferreira de Meireles (2011) – ***O arquivo de Luísa Ducla Soares: uma construção de letras***. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Dissertação de Mestrado em Arquivística.

GRAÇA, Ana Catarina da Silva (2012) – ***Inventário e catalogação do espólio de e sobre Jaime Cortesão existente no Gabinete de Estudos Olisiponenses***. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Relatório de Estágio para obtenção de grau de licenciatura em História.

GREENE, Mark A.; DANIELS-HOWELL, Todd J. (1997) – Documentation with 'An Attitude': A Pragmatist's Guide to the Selection and Acquisition of Modern Business Records. In O'TOOLE, James M., ed. – ***The Records of American Business***. Chicago: Society of American Archivists, 161-229.

GRIPPON, Alice; MOSER, Chloé (2015) – ***Mes archives et moi***, 2.<sup>a</sup> ed.. Paris: Association des Archivistes Français, Commission Formation Emploi Métiers. [1.<sup>a</sup> ed. 2008]

GUDAYOL I TORELLÓ, Anna Maria (2006) – Archivos personales en una biblioteca patrimonial de ámbito territorial: la Biblioteca de Catalunya. In ***Seminario de Archivos Personales (Madrid, 26 a 28 de mayo de 2004)***. Madrid: Biblioteca Nacional, 147-162.

GUEDES, Gracinda Maria Ferreira (2017) – Fundos pessoais e familiares do Arquivo da Universidade de Coimbra – ponto de partida para questões e reflexões. ***Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra***. Vol. XXX: 517-546.

GUERREIRO, Maria das Dores (1996) – ***Famílias na actividade empresarial. PME em Portugal***. Oeiras: Celta Editora.

GUILLE, Genevève y Bertrand (1991) – Les archives privées. In DIRECTION DES ARCHIVES FRANÇAIS – ***Manuel d'archivistique***. Paris: Archives Nationales, 413-417.

GUIMARÃES, Paulo Eduardo; Paz, Laurinda (2014) – Os arquivos das casas-museu em Portugal: um diagnóstico preliminar. ***Cadernos BAD***. N.º 1 (2014), 79-101.

GUSMÃO, Armando de, dir. (1944-1956) – ***Catálogo da correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas***. 6 Vols. Évora: Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora.

HAAG, Jaap; VAN DER HORST, Atie, eds. (1999) – ***Guide to the International Archives and Collections at the IISH, Amsterdam***. Amsterdam: International Institute of Social History.

HALBWACHS, Maurice (1994) – **Les Cadres Sociaux de la Mémoire**. Paris: Ed. Albin Michel. [1.<sup>a</sup> ed. 1925].

HALBWACHS, Maurice (2004) – **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro. [1.<sup>a</sup> ed. 1950].

HALILOVICH, Hariz (2014) – Reclaiming erased lives: archives, records and memories in post-war Bosnia and the Bosnian diaspora. **Archival Science**. Vol. 14-3, 231-247.

HAM, F. Gerald (1975) – The Archival Edge. **The American Archivist**. Chicago. Vol. 38-1, 5-13.

HAM, F. Gerald (1981) – The Archival Strategies for the Post-Custodial Era. **The American Archivist**. Chicago. Vol. 44-3, 207-216.

HAM, F. Gerald (1984) – The Archival Edge. In DANIELS, Maygene F.; WALCH, Timothy, eds. – **A Modern Archives Reader: Basic Readings in Archival Theory and Practice**. Washington: National Archives and Records Service, U.S. General Services Administration, 327-332.

HARRIS, Verne (2001) – On the Back of a Tiger: Deconstructive Possibilities in 'Evidence of Me'. **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 29-1, 8-21.

HASTIR-ARISTIDE, Isabelle (2014) – Actualités des Archives privées aux Archives nationales. **Cahiers de l'AFPAP**. Vol. IV: Actes du sixième rencontre annuelle de L'AFPAP, du 2 avril 2012 - Grand'Chambre de la Cour de Cassation, Paris. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

HAWKINS, Donald T., ed. (2013) – **From Personal Archiving: Preserving Our Digital Heritage**. Medford [New Jersey]: Information Today, Inc..

HEDSTROM, Margaret (2002) – Archives, memory, and interfaces with the past. **Archival Science**. Vol. 2-1/2, 21-43.

HEIL, Jeremy M. (2013) – The Procrustean Bed: A History of the Arrangement of the Al Purdy Fonds. **Archivaria**. Ottawa. N.º 76, 27-54.

HENDERSON, Margaret (2013) – Archiving the feminist self: reflections on the personal papers of Merle Thornton. **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 41-2, 91-104.

HENSEN, Steven. (1983) – **Archives, Personal Papers and Manuscripts: a Cataloguing Manual for Archival Repositories, Historical Societies, and Manuscript Libraries**. Washington: The Library of Congress.

HENSEN, Steven (1989) – **Archives, Personal Papers and Manuscripts: A Cataloguing Manual for Archival Repositories, Historical Societies and Manuscript Libraries**. 2<sup>nd</sup> ed.. Chicago: The Society of American Archivists.

HEREDIA HERRERA, Antonia (1989) – **Archivística general: teoría y práctica**. 4.<sup>a</sup> ed.. Sevilla: Diputación Provincial. [1<sup>a</sup> ed. 1984]

HERNÁNDEZ OLIVERA, Luis (2016) – Tiempos di cambio. Reflexiones sobre la doctrina archivística en España (1985/2015). *Tria. Revista Archivística de la Asociación de Archiveros de Andalucía*. Sevilla. N.º 20, 43-71.

HEYMANN, Luciana Quillet (1997a) – *As obrigações do poder: relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado integrada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional.

HEYMANN, Luciana Quillet (1997b) – Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma Reflexão sobre Arquivos Pessoais e o Caso Filinto Müller. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 11, n.º 21, 41-66.

HEYMANN, Luciana Quillet (2005) – *De 'arquivo pessoal' a 'patrimônio nacional': reflexões acerca da produção de 'legados'*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / Fundação Getúlio Vargas.

HEYMANN, Luciana Quillet (2007a) – Procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso: alguns comentários. In *Seminário Internacional Arquivos Pessoais de Titulares de Cargos Públicos: Curadoria e Tratamento Técnico – 5-6 nov. 2007*. Rio de Janeiro: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 1-9.

HEYMANN, Luciana Quillet (2007b) – O 'devoir de mémoire' na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In GOMES, Ângela Maria de Castro – *Direitos e Cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 15-44.

HEYMANN, Luciana Quillet (2008) – Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões. In.: *Seminário CPDOC 35 anos – A Interdisciplinaridade nos estudos históricos*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1-10.

HEYMANN, Luciana Quillet (2009) – O indivíduo fora do lugar. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte. Ano XLV, n.º 2, 41-57.

HEYMANN, Luciana Quillet (2011) – Memórias da elite: arquivos, instituições e projetos memoriais. *Revista Pós Ciências Sociais*. São Luís: Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Vol. 8, n.º 15, 77-95.

HEYMANN, Luciana Quillet (2013) – Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In TRAVANCAS, Isabe; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana Quillet, org. – *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 67-76.

HILDESHEIMER, Françoise (1983) – **Directives méthodologiques concernant la préparation des guides généraux d'archives nationales**: une étude RAMP préparée par Françoise Hildesheimer por le Programme général d'information et UNISIST. Paris: UNESCO.

HILDESHEIMER, Françoise (1990) – **Les Archives privées. Le traitement des archives personnelles, familiales, associatives**. Paris: Editions Christian.

HIRAUX, Françoise; MIRGUET, Françoise, eds. (2013) – **Les archives personnelles. Enjeux, acquisition, valorisation**. Louvain-la-Neuve: Academia-L'Harmattan.

HIVES, Christopher (1994) – Thinking Globally, Acting Locally. *Archivaria*. Ottawa. N.º 38, 157-161.

HOBBS, Catherine (2001) – The Character of Personal Archives: Reflections on the Value of Records of Individuals. *Archivaria*. Ottawa. N.º 52, 126-135.

HOBBS, Catherine (2006) – New Approaches to Canadian Literary Archives. *Journal of Canadian Studies*. Toronto. Vol. 40-2, 109-119.

HOBBS, Catherine (2010) – Reevisioning the Personal: Reframing Traces of Individual Life. In EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather, ed. – **Currents of Archival Thinking**. Santa Barbara [California]: Libraries Unlimited, 214-222.

HOBBS, Catherine (2015) – Personal Records. In DURANTI, Luciana; FRANK, Patricia C., eds. – **Encyclopedia of Archival Science**. Lanham: Rowman & Littlefield, 266-270.

HOBBSAWM Eric; RANGER Terence, eds. (1983) – **The invention of tradition**. Cambridge: Cambridge University Press.

HODSON, Sara S. (2004) – In Secret Kept, In Silence Sealed: Privacy in the Papers of Authors and Celebrities. *The American Archivist*. Chicago. Vol. 67-2, 194-211.

HÖRSEL, Ann (2013) – Private Archives in Scandinavia. In CORNU, Marie; FROMAGEAU, Jérôme, dir. – **La préservation des archives privées et l'intérêt public: mutations et ruptures**. Paris: Éditions L'Harmattan, 45-55.

HORSMAN, Peter (1994) – Taming the Elephant: An Orthodox Approach to the Principle of Provenance. In **The Principle of Provenance: Report from the First Stockholm Conference on the Archival Principle of Provenance, 2-3 September 1993**. Stockholm: Swedish National Archives, 51-63

HORSMAN, Peter (1999) – Dirty Hands: A New Perspective on the Original Order. *Archives and Manuscripts*. Canberra. N.º 27, 42-53.

HURLEY, Chris (1977) – Personal Papers and the Treatment of Archival Principles. *Archives and Manuscripts*. Canberra. N.ºs 6-8, 351–365.



HURLEY, Chris (1993) – What, if Anything, is a Function? *Archives and Manuscripts*. Canberra. Vol. 21-2, 208-220.

HURLEY, Chris (1994) – The Australian ('Series') System: An Exposition. In MCKEMMISH, Sue; PIGGOTT, Michael, eds. – *The Records Continuum: Ian Maclean and Australian Archives first fifty years*. Melbourne: Monash University Ancora Press, 150-172.

HURLEY, Chris (1995a) – Ambient Functions: Abandoned Children to Zoos. *Archivaria*. Ottawa. N.º 40, 21-39.

HURLEY, Chris (1995b) – Problems with provenance. *Archives and Manuscripts*. Canberra. Vol. 23-2, 234-259.

HURLEY, Chris (1995c) – Personal Papers and the Treatment of Archival Principles. In BISKUP, Peter *et al.*, eds. – *Debates and Discourses: Selected Australian Writings on Archival Theory, 1951-1990*. Canberra: Australian Society of Archivists, 143-158.

HURLEY, Chris (1996) – Beating the French. *Archives and Manuscripts*. Canberra. Vol. 24-1, 12-18.

HURLEY, Chris (2005a) – Parallel Provenance: (1) What if Anything is Archival Description. *Archives and Manuscripts*. Canberra. Vol. 33-1, 110-145.

HURLEY, Chris (2005b) – Parallel Provenance: (2) When Something is not Related to Everything Else. *Archives and Manuscripts*. Canberra. Vol. 33-2, 52-91.

HUVILA, Isto; ERIKSEN, Jon; HÄUSNER, Eva-Maria; JANSSON, Ina-Maria (2014) - Continuum thinking and the contexts of personal information management. *Information Research*. Lund [Suécia]: Lunds Universitet. Vol. 19-1, 1-21.

HUYSEN, Andreas (2000) – *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora.

HYRY, Tom (2015) – Private Archives. In DURANTI, Luciana; FRANK, Patricia C., eds. – *Encyclopedia of Archival Science*. Lanham: Rowman & Littlefield, 294-295.

HYRY, Tom; KAPLAN, Diane; WEIDEMAN, Christine (2002) – Though This Be Madness, yet There Is Method in 't': Assessing the Value of Faculty Papers and Defining a Collecting Policy. *The American Archivist*. Chicago. Vol. 65-1, 56-69.

IAN/TT, Instituto Português dos Arquivos e Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (2005) – *Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo*. Vol. VI – *Coleções, arquivos de pessoas singulares, de famílias, de empresas, de associações, de comissões e de congressos*. Lisboa: IAN/TT.

ICA, International Council on Archives (1964) – **Elsevier's Lexicon of Archive Terminology: French, English, German, Spanish, Italian, Dutch (ELAT)**. Amsterdam, Paris, London and Detroit: Elsevier Publishing Company.

ICA, International Council on Archives (2010) – **Declaração Universal sobre os Arquivos** [em linha]. Versão portuguesa acordada entre o Arquivo Nacional (Brasil) e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal). [Cons. 12-10-2016]. Disponível em WWW:<URL: [https://www.ica.org/sites/default/files/ICA\\_2010\\_Universal-Declaration-on-Archives\\_PT.pdf](https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT.pdf)>.

ICA, International Council on Archives (2014) – **Principles of Access to Archives: Technical Guidance on Managing Archives with Restrictions**. [s.l.]: ICA, Committee on best practices and standards, Working group on access.

ICA, International Council on Archives (s. d.) – **Multilingual Archival Terminology** [em linha]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.ciscra.org/mat/>>.

IPA-IAN/TT, Instituto Português dos Arquivos e Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (1991-2000) – **Guia de Fontes Portuguesas para a História de África**. 3 vols. [1991, 1993 e 2000]. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses; Fundação Oriente; Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

IPPC, Instituto Português do Património Cultural (1990) – **Aquisições, mecenato, doações - 1986-1990. Enriquecimento das coleções nacionais** [catálogo de exposição]. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.

JARDIM, José Maria (1995) – A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos. **Ciência da Informação**. Brasília. Vol. 25-2, 1-13.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (1992) – As Relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação**. Lisboa. N.º 2, 29-45.

JARNIEU, Benoît Chomel de (2014) – Les familles «militaires» et leurs archives. **Cahiers de l'AFPAP**. Vol. IV: Actes du sixième rencontre annuelle de L'AFPAP, du 2 avril 2012 - Grand'Chambre de la Cour de Cassation, Paris. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

JENKINSON, Hilary (1937) – **A Manual of Archive Administration**. 2.<sup>a</sup> ed.. London: Percy Lund, Humphries & Co. Ltd..[1.<sup>a</sup> ed. 1922].

JIMERSON, Randall C. (2010) – Review of Jeannette Bastian and Ben Alexander's Community archives: the shaping of memory. **The American Archivist**. Chicago. Vol. 73-2, 686–691.

JOHN, Jeremy Leighton; ROWLANDS, Ian; WILLIAMS, Peter; DEAN, Katrina (2010). **Digital Lives: Personal Digital Archives – An Initial Synthesis** [em linha]. London: British Library.

[Cons. 13-03-2017]. Disponível em WWW:<URL: <http://britishlibrary.typepad.co.uk/files/digital-lives-synthesis02-1.pdf>>.

JONES, William (2004) – Finders, Keepers? The present and future perfect in support of personal information management. **First Monday**. Chicago: University of Illinois. N.º 9-3.

JONES, William; DUMAIS, Susan; BRUCE, Harry (2002) – Once found, what then? A study of “keeping” behaviors in the personal use of Web information. **Proceedings of the American Society for Information Science and Technology**. Vol. 39-1, 391-402.

JONES, William; TEEVAN, Jaime, eds. (2007) – **Personal Information Management**. Seattle, WA: University of Washington Press.

Jornada d'Estudi i Debat: Fons Privats en Arxius Públics (2000). **Lligall. Revista Catalana d'Arxivística**. Barcelona. N.º 16, 299-359.

JOUX, Christine de (2009) – Le classement des archives au titre des Archives historiques et ses implications juridiques. **Cahiers de l'AFPAP**. vol. I: Actes du deuxième rencontre annuelle de l'AFPAP, du 30 mai 2007, Hôtel de Rohan, Paris. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

JOUX, Christine de (2013) – Les archives privées et les services publics d'archives: enjeux et défis. In CORNU, Marie; FROMAGEAU, Jérôme, dir. – **La préservation des archives privées et l'intérêt public: mutations et ruptures**. Paris: Éditions L'Harmattan, 35-44.

KEENAN, Elisabeth K.; DARMS, Lisa (2013) – Safe Space: The Grrrl Collection. **Archivaria**. Ottawa. N.º 76, 55-74.

KETELAAR, Eric (1992) – Archives of the People, By the People, For the People. **South Africa Archives Journal**. N.º 34, 5-16.

KETELAAR, Eric (2005) – Sharing: collected memories in communities of records. **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 33-1, 44–61.

KETELAAR, Eric (2009) – A living archive, shared by communities of records. In BASTIAN, Jannette; ALEXANDER, Ben, eds. – **Community archives – The shaping of memory**. London: Facet, 109–132.

KETELAAR, Eric (2014) – Prolegomena to a Social History of Dutch Archives. In BLOK, Aad; LUCASSEN, Jan; SANDERS, Huub (eds.) – **A Usable Collection. Essays in Honour of Jaap Kloosterman on Collecting Social History**. Amsterdam: International Institute of Social History / Amsterdam University Press, 40-55.

KIM, Sarah (2013) – **Personal Digital Archives: Preservation of Documents, Preservation of Self**. Austin: Faculty of the Graduate School of The University of Texas. Dissertação de Doutoramento.

KNOCH-MUND, Gaby (2013) – Privatarchive im Weiterbildungsprogramm MAS ALIS der Universitäten Bern und Lausanne. **Arbido**. Aarau: Association des Archivistes Suisses / Bibliothèque Information Suisse. N.º 1, 50-53.

LANGDON, John (2016) – Describing the digital: the archival cataloguing of born-digital personal papers. **Archives and Records**. Vol. 37, n.º 1, 37-52.

LANGLOIS, Charles-Victor; STEIN, Henry (1891) – **Les archives de l'histoire de France**. 2 vols. Paris: A. Picard.

LAROCHE, Carlo (1971) – **Que signifie le respect des fonds? Esquisse d'une Archivistique structurale**. Paris: Association des Archivistes Français.

LA TORRE MERINO, José Luís (2006) – Los archivos personales: entre lo público y lo privado: metodología para su tasación, difusión y establecimiento de plazos de acceso. In **Seminario de Archivos Personales (Madrid, 26 a 28 de mayo de 2004)**. Madrid: Biblioteca Nacional, 173-185.

LEE, Christopher A., ed. (2011) – **I Digital: Personal Collections in the Digital Era**. Chicago: Society of American Archivists.

LEHANE, Richard (2012) – Documenting sites of creation. **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 40-3, 171-180.

**Les archives au fil du temps (2002)** [Actes du colloque tenu à la Fondation Singer-Polignac, le 26 février 2002]. Paris: Éditions Perrin.

LESSARD-HÉBERT, Michelle et al. (1994) – **Investigação qualitativa: fundamentos e práticas**. Lisboa: Instituto Piaget.

LIBRARY OF CONGRESS (2013) – **Perspectives on Personal Digital Archiving** [em linha]. Washington DC: Library of Congress. [Cons. 04-01-2017]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.digitalpreservation.gov/documents/ebookpdf\\_march18.pdf](http://www.digitalpreservation.gov/documents/ebookpdf_march18.pdf)>.

LIMA, Luís Horta (2012) – **Catálogo do Arquivo Professor António Lino Neto**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.

LIMA, Luís Horta (2016) – **Estratégias de Classificação dos Arquivos Familiares e Pessoais Contemporâneos: o exemplo do arquivo da família Benito Maçãs**. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

LIMON-BONNET, Marie-Françoise (2013) – Les archives de l'intime. In CORNU, Marie; FROMAGEAU, Jérôme, dir. – **La préservation des archives privées et l'intérêt public: mutations et ruptures**. Paris: Éditions L'Harmattan, 127-134.

LODOLINI, Elio (1995) – **Archivistica: principi e problemi**, 7.<sup>a</sup> ed. amp.. Milano: Franco Angeli. [1.<sup>a</sup> ed. 1984]

LOPEZ, André Porto Ancona (2003) – Arquivos Pessoais e as fronteiras da Arquivologia. **Gragoatá**. Niterói [Brasil]. N.º 15, 69-82.

LÓPEZ GÓMEZ, Pedro (2004) – La representación de las agrupaciones de fondos documentales. In **Homenagem ao Professor Doutor José Marques – 26-27 de Junho de 2003 – actas do Colóquio ‘Do Documento à Informação’ [...]**. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 99-140.

LORIAUX, Florence; MACHIELS, Christine (2013) – La recueil et la gestion des papiers de militants. L'expérience du CARHOP. In HIRAUX Françoise; MIRGUET Françoise, ed. – **Les archives personnelles. Enjeux, acquisition, valorization**. Louvain-la-Neuve: Éditions Academia-L'Harmattan, 117-122.

LOURENÇO, Marta C., coord. (2016) – **A Universidade de Lisboa: Museus, coleções e património**. Lisboa: Universidade de Lisboa.

LOURENÇO, Marta C.; NETO, Maria João, coord. (2011) – **Património da Universidade de Lisboa**. Lisboa: Tinta da China.

LOWENTHAL, David (1985) – **The Past is a Foreign Country**. Cambridge [UK]: Cambridge University Press.

LOWENTHAL, David (1989) – **The Heritage Crusade and the Spoils of History**. Cambridge [UK]: Cambridge University Press.

LYNCH, Clifford (2013) – The Future of Personal Digital Archiving: Defining the Research Agendas. In HAWKINS, Donald T., ed. – **From Personal Archiving: Preserving Our Digital Heritage**. Medford [New Jersey]: Information Today, Inc., 259-278.

MACDONALD, Robert A. J. (1994a) – Acquiring and Preserving Private Records – A debate. Who is Preserving Private Records? **Archivaria**. Ottawa. N.º 38, 155-157.

MACDONALD, Robert A. J. (1994b) – Acquiring and Preserving Private Records: Cultural versus Administrative Perspectives. **Archivaria**. Ottawa. N.º 38, 162-163.

MACHADO, Helder da Rocha; SOARES, Paulo Amaral (2015) – **Os hypomnemata e a memória material: as agendas pessoais de Joaquim Paço d’Arcos** [em linha]. Paper apresentado no 12.º Congresso Nacional de BAD, Lisboa, Outubro 2015. [Cons. 26-05-2017]. Disponível em WWW:< URL:<http://www.bad.pt/publicacoes>>.

MACNEIL, Heather (1992) – Weaving Provenancial and Documentary Relations. **Archivaria**. Ottawa. N.º 34, 192-198.

MACNEIL, Heather (1994a) – Archival Theory and Practice: Between Two Paradigms. **Archivaria**. Ottawa. N.º 37, 6-20.

MACNEIL, Heather (1994b) – Archival Studies in the Canadian Grain: The Search for a Canadian Archival Tradition. *Archivaria*. Ottawa. N.º 37, 134-149.

MACNEIL, Heather (2008) – Archivalterity: Rethinking Original Order. *Archivaria*, Ottawa.n.º 66: 1-25.

MANSEL, Philip (2009) – Cultivez vos scripta: les Archives privées de France. *Cahiers de l'AFPAP*. Vol. I: Actes du première rencontre annuelle de l'AFPAP, du 9 mai 2006, Hôtel Thiers, Paris. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

MARQUES, A. H. de Oliveira (1984) – Fundos de Arquivo e Fontes de Diversas. *Nova História*. N.º 2, 123-132.

MARQUES, Patrícia Cardoso (2013) – *O Arquivo Castro/Nova Goa: construção de catálogo. A aplicação do Modelo Sistémico*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação.

MARQUES, Suzete Lemos (2009) – *A organização arquivística: o fundo 'Administração do Concelho de Torres Vedras'*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de Ciências da Documentação e da Informação. Relatório de estágio apresentado ao Mestrado em Ciências da Documentação e da Informação Arquivística.

MARSHALL, Catherine C. (2007) – How People Manage Information over a Lifetime. In JONES, William P.; TEEVAN, Jaime, eds. – *Personal Information Management*. Seattle, WA: University of Washington Press, 57-75.

MARSHALL, Catherine C. (2008a) – Rethinking Personal Digital Archiving, Part 1: Four Challenges from the Field. In *D-Lib Magazine* [em linha]. Vol. 14-3. [Cons. 04-01-2017]. Disponível em WWW:<URL: [www.dlib.org/dlib/march08/marshall/03marshall-pt1.html](http://www.dlib.org/dlib/march08/marshall/03marshall-pt1.html)>.

MARSHALL, Catherine C. (2008b) – Rethinking Personal Digital Archiving, Part 2: Implications for Services, Applications, and Institutions. *D-Lib Magazine* [em linha]. Vol. 14-4. [Cons. 04-01-2017]. Disponível em WWW:<URL: [www.dlib.org/dlib/march08/marshall/03marshall-pt2.html](http://www.dlib.org/dlib/march08/marshall/03marshall-pt2.html)>.

MARSHALL, Catherine C. (2011) – Challenges and Opportunities for Personal Digital Archiving. In LEE, Christopher A., ed. – *I, Digital: Personal Collections in the Digital Era*. Chicago: Society of American Archivists, 90-114.

MARSHALL, Catherine C.; BLY, Sara; BRUN-COTTAN, Françoise (2006) – The Long Term Fate of Our Personal Digital Belongings: Toward a Service Model for Personal Archives. In *Proceedings of Archiving 2006*. Springfield [Virginia]: Society for Imaging Science and Technology, 25-30.

MARSHALL, Catherine C.; MCCOWN Frank; NELSON, Michael L. (2007) – Evaluating Personal Archiving Strategies for Internet-based Information. In **Proceedings of Archiving 2007**. Springfield [Virginia]: Society for Imaging Science and Technology, 151-156.

MARSHALL, Tanya (1999) – **A conceptual framework for context-based retrieval of knowledge in archival collections: bridging traditional archival description to the new paradigm**. College Park: University of Maryland.

MARTIN, Kristin E. (2001) – Analysis of Remote Reference Correspondence at a Large Academic Manuscripts Collection. **The American Archivist**. Chicago. Vol. 64-1, 17-42.

MARTIN-PALOMINO Y BENITO, Mercedes (2006) – Archivos personales: ingreso y eliminación en los archivos estatales. In **Seminario de Archivos Personales (Madrid, 26 a 28 de mayo de 2004)**. Madrid: Biblioteca Nacional, 163-172.

MASTROPIERRO, Maria del Carmen (2006) – **Los Archivos Privados: Análisis y Gestión**. Buenos Aires: Alfagrama Ediciones.

MASTROPIERRO, Maria del Carmen (2007) – **El por que de los Archivos Privados**. Buenos Aires: Alfagrama Ediciones.

MUNICÍPIO DE ARCOS DE VALDEVEZ (2011) – **Actas do 2.º Congresso Internacional Casa Nobre - Um património para o futuro, 14-15 nov. 2008**. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez.

MAZON, Brigitte (2003) – L'historien et ses archives. **Matériaux pour l'histoire de notre temps**. Lyon: Persée. n.º 69 (Regard sur les associations), 66-72.

ITÁLIA. Ministero per i Beni Culturali e Ambientali - Ufficio Centrale per i Beni Archivistici (1991-2009) – **Archivi di Famiglie e di Persone. Materiali per una Guida**. 3 vols. [1991, 1998, 2009]. Roma: Ufficio Centrale per i Beni Archivistici, Pubblicazioni degli Archivi di Stato.

MCCREE, Mary Lynn (1984) – Good Sense and Good Judgement: Defining Collections and Collecting. In DANIELS, Maygene F.; WALCH, Timothy, eds. – **A Modern Archives Reader: Basic Readings in Archival Theory and Practice**: 103-113. Washington: National Archives and Records Service, U.S. General Services Administration.

MCKEMMISH, Sue (1996) – Evidence of Me. **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 24-1, 28-45.

MCKEMMISH, Sue (1997) – Yesterday, Today and Tomorrow: A Continuum of Responsibility. In **Proceedings of the Records Management Association of Australia 14<sup>th</sup> National Convention (15-17 sept RMMA Perth)** [em linha]. [Cons. 05-11-2016]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.infotech.monash.edu.au/research/groups/rcrg/publications/recordscontinuum-smckp2.html>>.

MCKEMMISH, Sue (2001) – Placing Records Continuum Theory and Practice. *Archival Science* [em linha]. N.º 1, 333-359. [Cons. 09-11-2016]. Disponível em WWW:<URL:http://link.springer.com/article/10.1007%2FBF02438901>.

MCKEMMISH, Sue; UPWARD, Frank, eds. (1993) – *Archival documents: providing accountability through recordkeeping*. Melbourne: Monash University Ancora Press.

MCKEMMISH, Sue; PIGGOTT, Michael, eds. (1994) – *The Records Continuum: Ian Maclean and Australian Archives first fifty years*. Melbourne: Monash University Ancora Press.

MCKEMMISH, Sue; PIGGOTT, Michael (2013) – Toward the Archival Multiverse: Challenging the Binary Opposition of the Personal and Corporate Archive in Modern Archival Theory and Practice. *Archivaria*. Ottawa. N.º 76, 111–144.

MEEHAN, Jennifer (2006) – Towards an archival concept of evidence. *Archivaria*. Ottawa. N.º 61, 127-146.

MEEHAN, Jennifer (2010) – Rethinking Original Order and Personal Records. *Archivaria*. Ottawa. N.º 70, 27-44.

MELO, José Brandão Pereira de (1949) – O Arquivo Militar de Lisboa: arquivo do Conde de Lippe. *Boletim do Arquivo Histórico Militar*. Lisboa. vol 19, 29-32.

MENDES, António Rosa, coord. (2013) – *Catálogo do espólio documental de Joaquim Magalhães (1909-1999)*. Faro: Universidade do Algarve.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de (1992) – O patrimônio cultural entre o público e privado. In *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico, 189-194.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de (1998) – Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 11, n.º 21, 89-103.

MILLAR, Laura (1996) – *The End of 'Total Archives'?: An Analysis of Changing Acquisition Practices in Canadian Archival Repositories*. London: University of London. Doctoral thesis.

MILLAR, Laura (1998) – Discharging our Debt: The Evolution of the Total Archives Concept in English Canada. *Archivaria*. Ottawa. n.º 46, 103-146.

MILLAR, Laura (2002) – The Death of the Fonds and the Resurrection of Provenance: Archival Context in Space and Time. *Archivaria*. Ottawa. n.º 53, 1-15.

MILLAR, Laura (2009) – *The Story Behind the Book: Preserving Authors' and Publishers' Archives*. Vancouver: Canadian Centre for Studies in Publishing Press.

MILLAR, Laura (2012) – 'An Unnecessary Complication': International Perspectives on Peter Scott's Series System. In International Council on Archives – *Peter J. Scott and the Australian*



**'Series' System: its Origins, Features, Rationale, Impact and Continuing Relevance.**

Brisbane, Australia, 11-19.

MIRANDA, Májory Fernandes de Oliveira (2009) – O Paradigma Emergente da Ciência da Informação: o objecto, o profissional e o campo de atuação. *Prisma.com* [em linha]. N.º 8. [cons. 12-10-2016]. Disponível em WWW:<URL: <http://revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/view/691>>

MIRANDA, Májory Fernandes de Oliveira (2010) – **O acesso à informação no paradigma pós-custodial: da aplicação da intencionalidade para a 'findability'**. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Dissertação de Doutoramento em Arquivística.

MOMRYK, Myron (2001) – 'National Significance': The Evolution and Development of Acquisition Strategies in the Manuscript Division, National Archives of Canada. *Archivaria*. Ottawa. N.º 52, 151-174.

MONTEIRO, Sílvia Marina Almeida (2014) – **O Espólio de António Gomes da Rocha Madahil e a sua importância para a História do Museu de Aveiro**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Relatório de Estágio de Mestrado em História, especialização em Museologia.

MORENO, Augusto (1970) – **Dicionário complementar da língua portuguesa**, 2.ª ed.. Porto: Editora Educação Nacional. [1.ª ed. 1936]

MORIN, Gilles (2010) – Archives. *Vingtième Siècle. Revue d'histoire* [em linha]. N.º 108 (2010/4), 153-158. Disponível em WWW: <DOI 10.3917/ving.108.0153>.

MULLER, Samuel; FEITH, Joseph A.; FRUIN, Robert (1973) – **Manual de arranjo e descrição de arquivos**, 2.ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional. [Ed. orig. 1898].

MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ (1992) – **Albano Duque, Cristina Torres. Catálogo. Exposição no Museu Municipal Dr. Santos Rocha, Figueira da Foz, 25 de Abril a 8 de Maio**. Figueira da Foz: Câmara Municipal.

NAA, National Archives of Australia (s. d.) – **Your story, our story** [em linha]. [Cons. 19-10-2016]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.aa.gov.au/about-us/organisation/history/index.aspx>>.

NABAIS, José Casalta (2010) – **Introdução ao Direito do Património Cultural**. 2.ª ed. Coimbra: Almedina. [1ª ed. 2004].

NAVARRO BONILLA, Diego (2004) – **Del corazón a la pluma. Archivos y papeles privados femeninos en la Edad Moderna**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

NESMITH, Tom (1985) – Archivaria After Ten Years. *Archivaria*. Ottawa. n.º 20, 13-21.

NESMITH, Tom (1993a) – Introduction: Archival Studies in English-Speaking Canada and the North American Rediscovery of Provenance In NESMITH, Tom, ed. – **Canadian Archival Studies and the Rediscovery of Provenance**. Metuchen [New Jersey] and London: The Society of American Archivists, Association of Canadian Archivists and The Scarecrow Press, 1-28.

NESMITH, Tom (1993b) – Archives from the Bottom Up: Social History and Archival Scholarship. In **Canadian Archival Studies and the Rediscovery of Provenance**. Metuchen [New Jersey] and London: The Society of American Archivists, Association of Canadian Archivists and The Scarecrow Press, 159-184.

NESMITH, Tom (1999) – Still Fuzzy, But More Accurate: Some Thoughts on the ‘Ghosts’ of Archival Theory. **Archivaria**. Ottawa. n.º 47, 136-150.

NESMITH, Tom (2002) – Seeing Archives: Postmodernism and the Changing Intellectual Place of Archives. **The American Archivist**. Chicago. Vol. 65-2, 24-41.

NESMITH, Tom (2005) – Reopening Archives: Bringing New Contextualities into Archival Theory and Practice. **Archivaria**. Ottawa. N.º 60, 259-274

NESMITH, Tom (2006) – The Concept of Societal Provenance and Records of Nineteenth-Century Aboriginal-European Relations in Western Canada: Implications for Archival Theory and Practice. **Archival Science**. N.º 6, 351-360.

NEVES, José Soares, coord.; SANTOS, Jorge Alves dos; LIMA, Maria João (2013) – **O Panorama Museológico em Portugal: os Museus e a Rede Portuguesa de Museus na Primeira Década do Século XXI**. [Lisboa]: Direção-Geral do Património Cultural.

NOBRE, Cristina (2005) – O espólio epistolográfico de Afonso Lopes Vieira depositado na Biblioteca Municipal de Leiria - o conjunto documental de Augusto e Leonor Rosa. In **Actas do IV Colóquio Sobre História de Leiria e da sua Região, 9-10 de Novembro de 2001**. Leiria: Câmara Municipal.

NOBRE, Cristina (2016) – O espólio literário de Afonso Lopes Vieira na Biblioteca Municipal de Leiria [BML]. **Cadernos de Estudos Leirienses**. N.º 8, 41-71.

NOBS, Gregory (2013) – Une méthode proactive d’acquisition d’archives privées: la méthode Minnesota. **Arbido**. Aarau: Association des Archivistes Suisses / Bibliothèque Information Suisse. N.º 1, 9-13.

NOIRJEAN, François (2013a) – La mise en valeur des archives d’Auguste Viatte (1901-1993). In HIRAUX, Françoise; MIRGUET, Françoise, eds. – **Les archives personnelles. Enjeux, acquisition, valorisation**. Louvain-la-Neuve: Academia-L’Harmattan, 177-187.

NOIRJEAN, François (2013b) – Archives privées aux Archives cantonales jurassiennes. **Arbido**. Aarau: Association des Archivistes Suisses / Bibliothèque Information Suisse. N.º 1, 23-25.

NORA, Pierre (1984-1992) – **Les Lieux de Mémoire**. 3 vols. Paris: Gallimard.

NORA, Pierre (1993) – Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **rojeto História**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. N.º 10, 7-28.

NOUGARET, Christine (2003) – Manuel à l’usage des propriétaires d’archives privées. **Revue arabe d’archives, de documentation et d’information**. N.ºs 13-14, 79-95.

NOUGARET, Christine (2006) – Archives familiales et archives nationales: une relation de deux siècles. In FAVIER, R., dir. – **Archives familiales et noblesse provinciale**. [Grenoble]: Presses Universitaires, 17-32.

NOUGARET, Christine (2013) – Les séquestres révolutionnaires des archives personnelles et familiales. In CORNU, Marie; FROMAGEAU, Jérôme, dir. – **La préservation des archives privées et l’intérêt public: mutations et ruptures**. Paris: Éditions L'Harmattan, 59-68.

NOUGARET, Christine; EVEN, Pascal, dir. (2008) – **Les archives privées. Manuel pratique et juridique**. Paris: La Documentation Française.

NÓVOA, Rita Sampaio da (2013) – O arquivo Gama Lobo Salema (Sécs. XV – XX): temas e problemas entre a História e a Arquivística. In **Actas do 3.º Congresso Internacional – Casa Nobre: um património para o futuro**. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 354-369.

NÓVOA, Rita Sampaio da (2016) – **O arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Dissertação de Doutoramento em História, especialização em Arquivística Histórica.

NSLA, National and State Libraries Australasia (2012) – **Archival Collections Project. Canberra: National Library of Austrália** [em linha]. [Cons. 14-01-2017]. Disponível em <URL:<http://www.nsla.org.au/projects/archival-collections>>.

NSLA, National and State Libraries Australasia (2016) – **Heritage Collections Project. Canberra: National Library of Austrália** [em linha]. [Cons. 14-01-2017]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.nsla.org.au/projects/heritage-collections>>.

OESTREICHER, Cheryl (2013) – Personal Papers and MPLP: Strategies and Techniques. **Archivaria**. Ottawa. N.º 76, 93-110.

OLIVAL, Fernanda *et al.* (1997) – **Guia de Fontes Portuguesas para a História da América Latina**, 1.º vol.. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

OLIVAL, Fernanda *et al.* (1998-1999) – **Guia de Fontes Portuguesas para a História da Ásia**, 2 vols.. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; Fundação Oriente.

OLIVAL, Fernanda *et al.* (2001) – **Guia de Fontes Portuguesas para a História da América Latina**, 2º vol.. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

OLIVEIRA, António Braz de (1992) – Arquivística literária: *haec subtilis ars inveniendi*. In **Cadernos BAD**. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. N.º 2 (1992), 107-121.

OLIVEIRA, António Braz de (2007) – Arquivística literária: notas de memória e perspectiva. **Veredas**. Porto Alegre. N.º 8, 373-382.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de (2009) – **Arquivos pessoais, arquivos de memória e o processo de Indexação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas – CPDOC. Dissertação de mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais, do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de (2010) – **Modelagem e status científico da descrição arquivística no campo dos arquivos pessoais**. S. Paulo: Universidade de São Paulo. Dissertação de Doutoramento em Ciências – História Social.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de (2012) – **Descrição e Pesquisa: Reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; SILVA, M.<sup>a</sup> Celina Soares de Melo e, org. (2013) – **Diferentes Olhares sobre os arquivos online: digitalização, memória e acesso**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros.

OLIVEIRA, Luísa Tiago de (2010) – A história oral em Portugal. **Sociologia, Problemas e Práticas**. Oeiras. N.º 63, 139-156.

OLIVEIRA, Marlene Alexandra Teixeira de (2010) – **O sistema de informação de Mário Cesariny: estudo analítico, organizativo para a sua dinamização**. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Engenharia. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação.

OLIVEIRA, Marlene; RIBEIRO, Augusto (2011) – Universo Digital de Mário Cesariny. In **V Encuentro Ibérico EDICIC, Badajoz, 17-19 Noviembre 2011**. Badajoz: Universidad de Extremadura, Facultad de Biblioteconomía y Documentación.

OVERBECK, Lois More (1993) - Researching Literary Manuscripts: A Scholar's Perspective. *The American Archivist*. Chicago. N.º 56-1, 62-69.

PACHECO, Ana Filipa Dias (2013) – *O arquivo de Manuel Marques no Centro de Documentação de Arquitectura: aplicação da plataforma ICA-AtoM para a organização do acervo e o acesso à informação online*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Engenharia e Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação.

PALMA, Teresa Alexandre Bule (2012) – *O Fundo Dom António Ribeiro, 15º Cardeal-Patriarca de Lisboa: contributo para uma metodologia de descrição da documentação fotográfica*. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Relatório de Estágio de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação – Área de Especialização em Arquivística.

PAIVA, José Pedro, coord. (2015) – *Guia de Fundos do Arquivo da Universidade de Coimbra* [em linha]. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. [Cons. 11-07-2017]. Disponível em WWW:<DOI: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-1021-4>>.

PAVELICH, David (2010) – Lighting Fires in Creative Minds: Teaching creative writing in special collections. *College and Research Library News*. Chicago. Vol. 71-6, 295-297.

PAZ, Laurinda Santos da (2013) – *Arquivos de Casas-Museu. O Arquivo da Casa dos Patudos*, 2 vols... Évora: Universidade de Évora. Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, especialização em Arquivos.

PEARCE-MOSES, Richard (2005) – *A Glossary of Archival and Records Terminology*. Chicago: Society of American Archivists.

PEARCE, Susan M. (1995) – *On Collecting: An Investigation into Collecting in the European Tradition*. New York: Routledge.

PEDERESON, Anne, dir. (1987) - *Keeping archives*. Sydney: Australian Society of Archivists.

PENTEADO, Pedro (1997) – A gestão de documentos na arquivística canadiana: o modelo do Quebeque. *Páginas a&b - arquivos e bibliotecas*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras. N.º 1, 73-94.

PEIXOTO, Pedro de Abreu (1991) – Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos arquivos de família. Lisboa: Instituto Português de Arquivos.

PEIXOTO, Pedro de Abreu (1999) – As Associações Profissionais e o desenho de uma política nacional de arquivos: os arquivos pessoais e de família. *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa. Série 3, n.º 5, out.1999-abr.2000, 27-32, 91-94.

PEIXOTO, Pedro de Abreu (2002) – Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal. *Cadernos BAD*. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e

Documentalistas. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. N.º 1 (2002), 77-90.

PEIXOTO, Pedro de Abreu (2015) – **O Arquivo Municipal de Vila Real e os Arquivos Privados: à procura dos Arquivos 2.0**. Comunicação apresentada no Colóquio Os arquivos de família hoje - o estado da questão. Ponte de Lima, 4 de julho de 2015. Vila Real: Município de Vila Real.

PEREIRA, Patrícia Matias (2015) – **Catálogo do Arquivo Susan Lowndes**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.

PÉREZ-MONTES SALMERÓN, Carmen Maria; CASO NEIRA, Mar (2003) – La importancia de un patrimonio documental: los archivos de científicos. In **Archivos Universitarios e Historia de las Universidades**. Getafe: Instituto Antonio de Nebrija de Estudios sobre la Universidad, 255-277.

PEROT, Jacques (2012) – La comtesse Greffulhe et Hanotaux: témoignages d'une amitié. **Cahiers de l'AFPAP**. Vol. III: Actes du cinquième rencontre annuelle de L'AFPAP, du 2 décembre 2010, Amphithéâtre de Paléontologie, Museum National d'Histoire Naturelle, Paris. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

PEROT, Jacques; FAYET, Gustave; BACOU, Roseline (2010) – Les enjeux actuels de la protection des archives privées de France. **Cahiers de l'AFPAP**. Vol. II: Actes du rencontre régionale de l'AFPAP, du 26 septembre 2008, en Languedoc-Roussillon à l'Abbaye de Fontfroide. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

PESSOA, Ana Maria (2005) – **A Educação das Mães e das Crianças no Estado Novo: a proposta de Maria Lúcia Vassalo Namorado**. 2 vols. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação.

PETITEAU, Natalie (2014) – Les Archives privées au service de l'histoire du Premier Empire. **Cahiers de l'AFPAP**. Vol. IV: Actes du sixième rencontre annuelle de L'AFPAP, du 2 avril 2012 - Grand'Chambre de la Cour de Cassation, Paris. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

PEYRONNET-DRYDEN, Florence de (2009) – Les archives du Château de Champlâtreux. **Cahiers de l'AFPAP**. Vol. I: Actes du deuxième rencontre annuelle de l'AFPAP, du 30 mai 2007, Hôtel de Rohan, Paris. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

PIAGET, Jean (1978) – **Seis estudos de psicologia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

PINTO, Pedro (2013) – **Índice dos códices e manuscritos avulsos da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**. Lisboa: Coimbra Editora.

POGET, Jacques (2013) – ETHNO-DOC - découvreurs de documents personnels et inédits. **Arbido**. Aarau: Association des Archivistes Suisses / Bibliothèque Information Suisse. N.º 1, 46-48.

POLLAK, Michael (1989) – Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 2, n.º 3, 3-15.

POLLAK, Michael (1992) – Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 5, n.º 10, 200-212.

POLLARD, Riva A. (2001) - The Appraisal of Personal Papers: A Critical Literature Review. **Archivaria**. Ottawa. N.º 52, 136-150.

PONTE, António (2007) – **Casas-Museu em Portugal: Teoria e Prática**. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado em Museologia.

PONTES, Vanildo Pereira (2015) – A construção da memória através de um arquivo pessoal: o caso do arquivo do poeta Alberto de Moura. **Páginas a&b - arquivos e bibliotecas**. Série 3, n.º 3, 101-118.

POWELL, Graeme T. (1976) – Archival Principles and the Treatment of Personal Papers **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 6-7, 257–268.

POWELL, Graeme T. (1983) – The impact of the manuscript market on British libraries and archives. **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 11-2, 101-112.

POWELL, Graeme T. (1995) – Archival Principles and the Treatment of Personal Papers. In BISKUP, Peter *et al.*, eds. – **Debates and Discourses: Selected Australian Writings on Archival Theory, 1951-1990**. Canberra: Australian Society of Archivists, 132-142.

POWELL, Graeme T. (1996) – The Collecting of Personal and Private Papers in Australia **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 24-1, 62-77.

POWELL, Graeme T. (2006) – National Library of Australia, Manuscript Section. **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 34-1, 198-200.

PROCHASSON, Christophe (1998) – ‘Atenção: Verdade!’ – Arquivos Privados e Renovação das Práticas Historiográficas. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 11, n.º 21, 105-119.

PROM, Christopher J. (2013) – **Facilitating the Aggregation of Dispersed Personal Archives: A Proposed Functional, Technical, and Business Model**. Comunicação apresentada ao XVII Congresso Brasileiro de Arquivologia - 18 a 22 de junho de 2012. Rio de Janeiro.

QUERIDO, Ana Sofia (2009) – **Inventário do Espólio de Augusto Abelaira: “O Triunfo da Morte” e “O Bosque Harmonioso”**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Relatório de estágio do Mestrado em Edição de Texto.

RAMALHO, António Jorge Serafim (2011) – ***Do papel para a mão: a gestão dos arquivos literários portugueses***. Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação.

RAMOS, Vasco Miguel dos Santos (2015) – ***Percursos de vida em Portugal. O impacto das desigualdades e dos contextos sociais nas trajetórias profissionais e familiares***. Lisboa: Universidade de Lisboa - Instituto de Ciências Sociais. Dissertação de Doutoramento em Sociologia (Sociologia das Desigualdades, das Minorias e dos Movimentos Sociais).

REDWINE, Gabriela *et al.* (2013) – ***Born Digital: Guidance for Donors, Dealers, and Archival Repositories***. Washington DC: Council on Library and Information Resources.

REED, Barbara (2012) – ‘Standing on the Shoulders of Giants’: the Legacy of Peter Scott’s Archival Thinking. In International Council on Archives – ***Peter J. Scott and the Australian ‘Series’ System: its Origins, Features, Rationale, Impact and Continuing Relevance***. Brisbane [Australia], [s.n.], 20-27.

REYNARD, Denis (2013) – Les Archives privées aux Archives de l’Etat du Valais. ***Arbido***. Aarau: Association des Archivistes Suisses / Bibliothèque Information Suisse. N.º 1, 48-49.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart (2013) – A memória e o mundo contemporâneo. In RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FREIRE FILHO, João; HERSCHMANN, Micael (org.) - ***Entretenimento, Felicidade e Memória: forças moventes do contemporâneo***. São Paulo: Anadarco.

RIBEIRO, Fernanda (1995) – Os Arquivos municipais portugueses: considerações em torno de um inquérito. ***Cadernos de Estudos Municipais***. Braga. N.ºs 2/3 (Nov. 1994/Maio 1995), 11-42.

RIBEIRO, Fernanda (1996) – ***Indexação e controlo de autoridade em arquivos***. Porto: Câmara Municipal.

RIBEIRO, Fernanda (1998) – ***O Acesso à Informação nos Arquivos***, 2 vols.. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Dissertação de Doutoramento em Arquivística.

RIBEIRO, Fernanda (2002) – Da arquivística técnica à arquivística científica: a mudança de paradigma. ***Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património***. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras. I série, vol. I, 97-110.

RIBEIRO, Fernanda (2004) – Gestão da Informação / Preservação da Memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário? In ***Conservar Para Quê? 8ª Mesa-redonda de Primavera, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 26 e 27 de Março de 2004*** [em linha]. [Cons. 14-12-2015]. Disponível em WWW:<URL:http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8861.pdf>.

RIBEIRO, Fernanda (2005) – Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar. ***Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*** [em linha].



3.<sup>a</sup> série, n.º 1, 129-133. [Cons. 18-01-2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/14000/2/Arquivosnaerapscustodial000073169.pdf>.

RIBEIRO, Maria Manuel Velásquez (2012) – ***Colecionar na periferia. Manuel Coelho Baptista de Lima e a construção da memória açoriana (1920-1996)***. Angra do Heroísmo: Universidade dos Açores, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais. Dissertação de Mestrado em Museologia, Desenvolvimento e Património.

RIBEIRO, Renato Janine (1998) – Memórias de Si, ou... . ***Estudos Históricos***. Rio de Janeiro. Vol. 11, n.º 21, 35-42.

RICOEUR, Paul (2007) – ***A memória, a história, o esquecimento***. Campinas [S. Paulo]: Editora Unicamp.

RIDENER, John (2007) – ***From polders to postmodernism: an intellectual history of archival theory***. San Jose (USA): San Jose State University.

ROBERTO, Claude (2013) – Archives privées: la charge de la collecte revue en fonction de la Déclaration universelle sur les archives. ***Arbido***. Aarau: Association des Archivistes Suisses / Bibliothèque Information Suisse. N.º 1, 4-6.

ROCHA, Francisco Rodrigues (s.d.) – Breves notas sobre o direito de preferência sobre a venda ou dação em cumprimento de bens culturais classificados ou em vias de classificação. In ***Verbo Jurídico.net*** [em linha]. [Cons. 06-05-2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www.verbojuridico.net/ficheiros/doutrina/civil/franciscorocha\_direitopreferencia.pdf>.

ROCKEMBACH, Moisés (2012) – ***Modelo de evidência da informação em plataformas digitais: estudo exploratório no âmbito da Ciência da Informação***. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Dissertação de Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais.

RODRIGUES, Abel (2007a) – ***Entre o Público e o Privado: a génese do arquivo do Conde da Barca (1754-1817)***. [Braga]: Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais. Dissertação de Mestrado em História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea.

RODRIGUES, Abel (2007b) – Sistema de informação da família Araújo de Azevedo. Estudo orgânico-funcional aplicado ao cartório da Casa de Sá. In ***Actas do 1º Congresso Internacional 'Casa Nobre: um património para o futuro' - 10 a 12 de Novembro de 2005***. Município dos Arcos de Valdevez, 85-137.

RODRIGUES, Abel (2009) – O Gabinete do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1804-1808). Análise da produção informacional. ***Revista da Faculdade de Letras, HISTÓRIA***. Porto: Universidade do Porto. III Série, vol. 10, 71-90.

RODRIGUES, Abel (2011) – Os Arquivos Pessoais e Familiares do Arquivo Distrital de Braga / Universidade do Minho, Uma abordagem sistémica. In **Actas do 2.º Congresso Internacional ‘Casa nobre: um património para o futuro’**, 14-15 novembro 2008. Município de Arcos de Valdevez, 223-273.

RODRIGUES, Abel; MUNHOZ, Renata (2016) – Brasil e Portugal no Antigo Regime: a correspondência pessoal como veículo da cultura iluminista (1808-1817) - uma abordagem a partir do arquivo particular do Conde da Barca. **Labor Histórico**. Rio de Janeiro. Vol. 2-1, 91-104.

RODRIGUES, Liliana (2015) – **O Arquivo Serpa Pinto, da Universidade do Porto – Um seguro contra o esquecimento**. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Relatório de estágio no âmbito do Mestrado em História e Património, Ramo Arquivos Históricos.

RODRIGUES, Liliana; AMORIM, Inês (2016) – A importância do estudo, organização e disponibilização de arquivos de cientistas para a história do ambiente – o arquivo Rui Serpa Pinto do Museu de História Natural da Universidade do Porto. **CEM Cultura, Espaço e Memória: Revista do CITEM**. N.º 7, 63-85.

ROMET, Clotilde (2012) – Les fonds familiaux aux archives de l’Oise. **Cahiers de l’AFPAP**. Vol. III - Actes du quatrième rencontre annuelle de L’AFPAP, du 7 novembre 2009, Château du Fayel, Oise. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

ROSA, Clara Costa Rosa [2009] – **Divulgação de documentos referentes à intimidade da vida privada e familiar de outrém: responsabilidade civil** [em linha]. Lisboa: APBAD. [Documento AFPE Grupo de Trabalho para os Arquivos de Família e Pessoais] [Cons. 19-08-2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.apbad.pt/Downloads/GT\_Downloads/documento.pdf>.

ROSA, Maria de Lurdes (2009) – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portuguesas (Épocas Medieval e Moderna). **Revista de História da Sociedade e da Cultura**. Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura. N.º 9, 9-42.

ROSA, Maria de Lurdes, ed. (2012) – **Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?** Lisboa: Editora Caminhos Romanos e IEM – Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

ROSA, Maria de Lurdes; NÓVOA, Rita Sampaio da, coord. (2014) – **Arquivos de família: Memórias habitadas. Guia para salvaguarda e estudo de um património em risco**. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

ROSETA, Helena (1999-2000) – O espólio de Natália Correia. **Leituras. Revista da Biblioteca Nacional**. Lisboa. Série 3, n.º 5, out.1999-abr.2000, 27-32.

ROSETE, Marta Lopes (2010) – Estudo da integração de espólios na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: 1985-1995. **Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra**. N.º 44, 43-61.

ROUGEOT, Magali (2010) – Chronologie de Gustave Fayet (1865-1925). **Cahiers de l'AFPAP**. Vol. II - Actes du rencontre régionale de l'AFPAP, du 26 septembre 2008, en Languedoc-Roussillon à l'Abbaye de Fontfroide. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

ROUSSEAU, Jean-Yves (1991) – **Les archives. Tranfert et accès. Guide pratique pour les sciences sociales**. Ottawa: Fédération Canadienne de Sciences Sociales.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol (1998) – **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

RTP, Radiotevisão Portuguesa (1996) – **Guia dos arquivos audiovisuais em Portugal: incluindo as colecções fotográficas e sonoras portuguesas mais significativas**. Lisboa: TVGuia Editora.

RUBIO VILLARÓ, Cristian (2013) – **Archivos Literarios en Barcelona y su Área Metropolitana: Guía de Fondos Personales de Escritores en Centros Públicos**. Barcelona: Escola Superior d'Arxivística i Gestió de Documents – Universitat Autònoma de Barcelona. Treball de recerca del Màster d'Arxivística i Gestió de Documents.

RUCIO ZAMORANO, Maria José (2011) – **Los archivos personales, fondos visibles en la web de la Biblioteca Nacional de España**. Comunicación presentada en las Quintas Jornadas de Archivo y Memoria, Madrid, 17-18 febrero [em linha]. [Cons. 20-01-2017]. Disponível em WWW:<URL:[http://www.docutren.com/ArchivoyMemoria/ArchivoyMemoria2011/pdf/5J\\_Com\\_3\\_0\\_Rucio\\_web.pdf](http://www.docutren.com/ArchivoyMemoria/ArchivoyMemoria2011/pdf/5J_Com_3_0_Rucio_web.pdf)>.

RUNA, Lucília (2004) – Arquivos de personalidades políticas no IAN/TT. In HENRIQUES, Maria de Lurdes, coord. – **Olhares Cruzados entre Arquivistas e Historiadores: Mesas-Redondas na Torre do Tombo**. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo, 147-150.

SAA, Society of American Archivists (1994) – **A Guide to Donating Your Personal or Family Papers to a Repository**. Chicago: Society of American Archivists.

SAA, Society of American Archivists (2013a) – **DACS – Describing Archives: a Content Standard**. 2<sup>nd</sup> ed. Chicago: Society of American Archivists. [1.<sup>a</sup> ed. 2004].

SAA, Society of American Archivists (2013b) – **Donating Your Personal or Family Records to a Repository**. Chicago: Society of American Archivists.

SAMUELS, Helen (1986) – Who Controls the Past. *The American Archivist*. Chicago. Vol. 49-2, 109-124.

SAMUELS, Helen (1991-1992) – Improving our disposition: documentation strategy. *Archivaria*. Ottawa. N.º 33, 125-140.

SAMUELS, Helen (1992) – *Varsity Letters: Documenting Modern Colleges and Universities*. Metuchen [New Jersey] and London: The Society of American Archivists and The Scarecrow Press.

SANTANA, Maria Olinda Rodrigues; COSTA, Ana Lúcia Pereira (2006) – *Guia do Arquivo António Maria Mourinho*. Miranda do Douro: Centro de Estudos António Maria Mourinho, Câmara Municipal de Miranda do Douro.

SANTANA, Maria Olinda Rodrigues; MARTINS, Isabel Maria C. Sequeira (2014) – *Riscos de Tinta, Pontos de Luz: Papéis e Imagens de António Maria Mourinho*. Porto: Estratégia.

SANTANA, Maria Olinda Rodrigues; MORAIS, Domingos; CORREIA, Mário (2010) – *De boca em boca: sons e palavras da Terra de Miranda. António Maria Mourinho*. [Miranda do Douro]: Centro de Estudos António Maria Mourinho; Centro de Música Tradicional Sons da Terra.

SANTOS, Daniela Sofia Alves dos (2016) – *A conservação e a organização da informação nos arquivos: proposta de intervenção no Arquivo Joaquim Falcão Marques Ferrer*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Trabalho de projeto apresentado no âmbito do Mestrado em Ciência da Informação.

SANTOS, Jorge; SERÔDIO, Conceição; FERREIRA, Fernanda (2017) – *Diagnóstico aos Sistemas de Informação nos Museus Portugueses: Relatório final*. [s.l.]: BAD, GT-SIM (Grupo de Trabalho – Sistemas de Informação em Museus).

SANTOS, Karina (2011) – *Gestão de arquivos pessoais: potencialidades da atuação profissional do arquivista*. Porto Alegre: Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS – Departamento de Ciências da Informação. Dissertação de fim do Curso de Bacharelato em Arquivologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos (2005) – *O panorama museológico em Portugal (2000-2003)*. [Lisboa]: Observatório das Atividades Culturais/Instituto Português de Museus.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (2005) – *Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização*. S. Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo.

SANTOS, Zenny Duarte de Miranda Magalhães dos (1999) – *Arranjo e Descrição do Espólio de Godofredo Filho: estudo arquivístico e catálogo informatizado*. Salvador: Instituto de

Letras da UFBA. Dissertação de Doutoramento apresentado no Programa Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

SHELLENBERG, Théodore Roosevelt (1965) – *The Management of Archives*. New York and London: Columbia University Press.

SHELLENBERG, Théodore Roosevelt (2003) – *Modern Archives: Principles and Techniques*. Chicago: The Society of American Archivists. [Ed. Orig. 1956]

SCOTT, Peter J. (1966) – The Record Group Concept: A Case for Abandonment. *The American Archivist*. Chicago. Vol. 29-4: 493-504.

SERAFIM, Catarina (2013) – *Os arquivos de músicos: uma abordagem à luz do arquivo pessoal de Alfredo Keil*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e Documentação, área de especialização em Arquivo.

SERRÃO, Joel, coord. (1984) – *Roteiro de fontes da história portuguesa contemporânea: Arquivos de Lisboa: Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. 2 vols.. [Lisboa]: Instituto Nacional de Investigação Científica.

SERRÃO, Joel, coord. (1985) – *Roteiro de fontes da história portuguesa contemporânea: Arquivos de Lisboa: Arquivos do Estado, Arquivo da C.M.*. [Lisboa]: Instituto Nacional de Investigação Científica.

SERRÃO, Joel, coord. (1989) – *Roteiro de fontes da história portuguesa contemporânea: Arquivos do Brasil*. [Lisboa]: Instituto Nacional de Investigação Científica.

SERVAIS, Paul (2013) – Approcher les archives personnelles. In HIRAUX, Françoise; MIRGUET, Françoise, eds. – *Les archives personnelles. Enjeux, acquisition, valorisation*. Louvain-la-Neuve: Academia-L'Harmattan, 49-60.

SETON, Rosemary E. (1978) – *Accessions of private collections, 1937-1977*. London: [India Office Library].

SETON, Rosemary E. (1984) – *The Preservation and administration of private archives: a RAMP study*. Paris: UNESCO - General Information Programme and UNISIST.

SETON, Rosemary E. (1992) – *A preliminary guide to the archives of British missionary societies*. London: University of London, School of Oriental and African Studies.

SETON, Rosemary E. (1994) – *Guide to archives and manuscript collections*. London: University of London, School of Oriental and African Studies.

SETON, Rosemary E.; SMALLLEY, Martha Lund (2003) – *Rescuing the memory of our peoples: archives manual*. Nijmegen [Nederland]: International Association for Mission Studies.

SHERGOLD, Miriam (2013) – Ich, Claude, Mensch und Bestand – Privatarhive im Schweizerischen Bundesarchiv. **Arbido**. Aarau: Association des Archivistes Suisses / Bibliothéque Information Suisse. N.º 1, 20-22.

SILVA, Ana Margarida Dias da (2016) – Descrição arquivística e catálogo do arquivo do professor doutor Manuel dos Reis (1919-1986). **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra**. Vol. XXIX, 133-268.

SILVA, Ana Margarida Dias da; GONÇALVES, M. Teresa; GOUVEIA, António Carmo (2014) – Catálogo de correspondência recebida por Augusto Goltz de Carvalho (1878-1914): reunião intelectual de documentos fisicamente dispersos. **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra**. Vol. XXVII, 77-258.

SILVA, Armando Malheiro da (2000a) – Arquivos de Família e Pessoais. Bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. In **Seminário sobre Arquivos de Família e Pessoais, Vila Real - 1997**. Vila Real: APBAD-Grupo de Trabalho para os Arquivos de Família e Pessoais, 51-106.

SILVA, Armando Malheiro da (2000b) – A gestão da informação arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico. In **Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica**. Rio de Janeiro: CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos e ALA – Asociacion Latinoamericana de Archivos.

SILVA, Armando Malheiro da (2004) – Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. **Revista da Faculdade de Letras - Ciências e Técnicas do Património**. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras. I Série, vol. III, 55-84.

SILVA, Armando Malheiro da (2006) – **A Informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico**. Porto: Afrontamento.

SILVA, Armando Malheiro da (2007) – Ciência da Informação e Sistemas de Informação: (re)exame de uma relação disciplinar. **Prisma.Com** [em linha]. N.º 5, 2-47. [Cons. 20-05-2017]. Disponível em WWW:<URL:https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/26180/2/000106382.pdf >.

SILVA, Armando Malheiro da (2008a) – Inclusão Digital e Literacia Informacional em Ciência da Informação. **Prisma.Com** [em linha]. N.º 7, 16-43. [Cons. 20-05-2017]. Disponível em WWW:<URL:https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/25490/2/armandomalheiroinclusao000101504.pdf>.

SILVA, Armando Malheiro da (2008b) – **Norton de Matos através da informação de/sobre si** [em linha]. Palestra realizada a 21 de Março de 2008, no Arquivo Histórico Ultramarino. [Cons. 20-05-2017]. Disponível em WWW:<URL:http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=13894>.

SILVA, Armando Malheiro da (2009) – Arquivologia e Gestão da Informação/Conhecimento. **Informação & Sociedade**. João Pessoa [Paraíba]: Universidade Federal (UFPB). Vol. 12, n.º 2, 47-52.

SILVA, Armando Malheiro da (2013) – Ciência da Informação e comportamento informacional Enquadramento epistemológico do estudo das necessidades de busca, seleção e uso. **Prisma.com** [em linha]. N.º 21. [Cons. 10-05-2016]. Disponível em WWW:<URL:http://revistas.ua.pt/index.php/prisma.com/article/view/2659/pdf\_1>.

SILVA, Armando Malheiro da (2015) – Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível... **Cadernos BAD**. N.º 1 (2015), 103-124.

SILVA, Armando Malheiro da (2016) – **Que Ciência da Informação precisamos para enfrentar a complexidade?** [em linha] Comunicação apresentada ao XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil (XVII ENANCIB) – Bahia, 2016. [cons. 10-06-2017]. Disponível em WWW:<URL:https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/23177>.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2002) – Das “ciências” documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2004) – Formação, perfil e competências do profissional da Informação. In **Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas** [em linha]. N.º 8 – Nas encruzilhadas da informação e da cultura: (re)inventar a profissão. Estoril. [Cons. 21-03-2015]. Disponível em WWW:<URL:http://www.repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/14056/2/formaoperfil000073239.pdf>.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2010a) – **Paradigmas, serviços e mediações em Ciência da Informação**. Recife: Néctar.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda (2010b) – **Recursos da Informação. Serviços e Utilizadores**. Lisboa: Universidade Aberta.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel (1999) – **Arquivística: Teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Afrontamento.

SILVA, Carlos Guardado da (2013) – Perspetivas de investigação em Ciência da Informação. In **VI Encontro Ibérico EDICIC 2013. Globalização, Ciência, Informação: Atas**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto – CETAC.MEDIA, 355-369.

SILVA, Isabel Corrêa da (2012) – Arquivo Pessoal do Conselheiro Camelo Lampreia. In ROSA, Maria de Lurdes, ed. – **Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?**:

437-448. Lisboa: Editora Caminhos Romanos e IEM – Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SILVA, Maria Carneira da; ROSA, Frederico Delgado; JULIÃO, José Manuel (2011) – **Cadernos de Jill Dias: Inventário de Um Arquivo**. Lisboa: CRIA.

SILVA, Maria Celina Soares Mello e (2013) - Configuração e recuperação da informação em documentos de ciência e tecnologia: estudo tipológico em arquivo pessoal no arquivo pessoal do físico Bernhard Gross. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte: Escola da Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Vol. 18-3, 160-174.

SILVA, Wysterley Marins da (2011) – **Arquivos de Interesse Público e Social: a atuação do Conselho Nacional de Arquivos**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

SILVEIRA, João Paulo Borges da (2013) – Escritas de si e memória social: o arquivo pessoal de Coriolano Benício. **Ágora**. Florianópolis. Vol. 23, n.º 47, 40-161.

SIMÕES, Ana Luísa Gaudêncio (2011) – **O arquivo pessoal de Maria Judite Pinto Mendes de Abreu: análise, tratamento arquivístico e difusão da informação**. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media.

SOARES, Luína Hilda Lima Alves David (2014) – **O Arquivo Pessoal de Joaquim Falcão Marques Ferrer: Da análise biobibliográfica à organização da informação**. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, org. (2005) – **Roteiro do Arquivo Histórico do Centro de Documentação da Fundação Portuguesa das Comunicações**. Lisboa: Fundação Portugal Telecom.

SOUSA, Luis de Azevedo e (2012) – Les Archives privées au Portugal. **Cahiers de l'AFPAP**. Vol. III - Actes du quatrième rencontre annuelle de L'AFPAP, du 7 novembre 2009, Château du Fayel, Oise. [Paris: Association Française pour la Protection des Archives Privées].

SOUSA, Micael (2016) – **Fundo documental e espólio de Afonso Lopes Vieira da Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira**. Lisboa: Universidade Aberta de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Estudos do Património.

SOUTHCOTT, Margaret et al. (1996) – Theory, Practice and Pragmatism: Arrangement and Description of Personal Papers in The Mortlock Library Of South Australia. **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 24-1, 102-115.



SPOO, Robert E. (2008) – A Archival Foreclosure: A Scholar's Lawsuit Against the Estate of James Joyce. **The American Archivist**. Chicago. Vol. 71-2, 544-551.

STEWART, Virginia R. (1984) – A Primer on Manuscript Field Work. In DANIELS, Maygene F.; WALCH, Timothy, eds. – **A Modern Archives Reader: Basic Readings in Archival Theory and Practice**. Washington: National Archives and Records Service, U.S. General Services Administration, 124-135.

SVICERO, Thais Jeronimo (2013) – Os arquivos pessoais e sua importância como Patrimônio documental e cultural. **Revista História e Cultura**. S. Paulo. Vol. 2, n.º 1, 221-237.

TANODI, Aurelio (1961) – **Manual de archivología hispanoamericana: teorías y principios**. Córdoba [Argentina]: Universidad Nacional.

TANUS, Gabrielle Francinne Carvalho; ARAÚJO, Carlos Alberto (2015) – Formação em Arquivologia no Brasil: análise da influência acadêmico-institucional. In MATOS, Maria Teresa Navarro de Britto *et al.*, org. – **Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 41-58.

TAYLOR, Hugh A. (1978) – The Media of Record: Archives in the Wake of McLuhan. **Georgia Archive**. Vol. 6-1, 1-10.

TAYLOR, Hugh A. (1982-1983) – The Collective Memory: Archives and Libraries As Heritage. **Archivaria**. Ottawa. N.º 15, 118-130.

TAYLOR, Hugh A. (1984) – Information Ecology and the Archives of the 1980s. **Archivaria**. Ottawa. N.º 18, 25-37.

TAYLOR, Hugh A. (1987-1988) – Transformation in the Archives: Technological Adjustment or Paradigm Shift. **Archivaria**. Ottawa. N.º 25, 12-28.

TAYLOR, Hugh A. (1988) – 'My Very Act and Deed': Some Reflections on the Role of Textual Records in the Conduct of Affairs. **The American Archivist**. Chicago. Vol. 51-3, 456-469.

TAYLOR, Hugh A. (1993) – Recycling the Past: The Archivist in the Age of Ecology. **Archivaria**. Ottawa. N.º 35, 203-213.

TAYLOR, Hugh A. (1994) – Some Concluding Thoughts. **The American Archivist**. Chicago. Vol. 57-4, 138-143.

TAYLOR, Hugh A. (2003) – Towards the New Archivist: The Integrated Professional. In COOK, Terry e DODDS, Gordon, eds. – **Imagining Archives: Essays and Reflections by Hugh A. Taylor**. Lanham, Maryland and Oxford: Society of American Archivists, Association of Canadian Archivists and The Scarecrow Press, 149-161. [comunicação apresentada na Conferência Anual da Associação dos Arquivistas Canadianos, Windsor-Ontario, 6-10 Junho de 1988].

TAYLOR, Karin A. (2002) – *From paper to cyberspace: changing communication Technologies and the implications for personal records archivists*. Manitoba: Universidade de Manitoba. Dissertação de mestrado [Master of Arts – Department of History (Archival Studies)].

TAYLOR, Steve; BOGDAN, Robert (2000) – *Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda de significados*. Barcelona: Paidós.

TEIXEIRA, Maria Mónica; BARROS, Fátima (2016) – *Arquivos de escritores e investigadores madeirenses. Instrumentos descritivos*. [Funchal]: Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura/Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira [Coleção Arquivo Histórico da Madeira, vol. XXIII].

TERDIMAN, R. (1993) – *Present Past: Modernity and the Memory Crisis*. Ithaca [New York]: Cornell University Press.

THOMAS, Susan (2011) – *Guidelines for library staff assisting donors to prepare their personal digital archives for transfer to NSLA libraries*, 2<sup>nd</sup> ed. (nov.) [1<sup>st</sup> ed. mar. 2011]. Canberra: National Library of Australia.

THOMAS, Susan; MARTIN, Janette (2006) – Using the Papers of Contemporary British Politicians as a Testbed for the Preservation of Digital Personal Archives. *Journal of the Society of Archivists*. Taunton: ARA – Archives and Records Association. Vol. 27-1, 29-56.

THOMASSEN, Theo (2004) – Making archives accessible: increasing pluriformity in pursuing illusions. *Arkistoyhdistyksen Julkaisu*. Helsinki. N.º 9, 31-68.

THOMASSEN, Theo (2006) – A First Introduction to Archival Science. *Arquivo e Administração*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros. N.º 5-1, 6-15.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; BARROS, Thiago Henrique Bragato (2011) – As implicações teóricas dos arquivos pessoais: elementos conceituais. *Ponto de Acesso*. Salvador. Vol. 5, n.º 1, 66-84.

TOSATO-RIGO, Danièle (2013) – L'archive privée: au coeur des pratiques sociales et culturelles. *Arbido*. Aarau: Association des Archivistes Suisses / Bibliothèque Information Suisse. N.º 1, 6-9.

TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana Quilet, org. (2013) – *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

TROITIÑO, Sonia (2016) – Avaliar para incorporar: políticas institucionais de formação de acervo. *Resgate*. Campinas. Vol. 24, n.º 2 [32], 27-46.

TROITIÑO, Sonia; FONSECA, Gabrieli Aparecida da (2016) – A aplicabilidade da identificação documental em arquivos pessoais: uma reflexão. *Ibersid*. Marília [S. Paulo]: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Departamento de Ciência da Informação. N.º 10-1, 33-40.

UCHA, Paula Cristina (1998) – *Inventário do espólio Humberto Delgado*. Lisboa: Fundação Humberto Delgado, IAN/TT, INCN.

UK LITERARY HERITAGE WORKING GROUP (2006) – *Proceedings of ‘Manuscripts Matter’ Conference – October, 19-20*. London: British Library.

UPWARD, Frank (1996) – Structuring the Records Continuum – Part One: Postcustodial Principles and Properties. *Archives and Manuscripts* [em linha]. Vol. 24-2, 268-285. [Cons. 02-11-2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.infotech.monash.edu/research/groups/rcrg/publications/recordscontinuum-fupp1.html>.

UPWARD, Frank (1997) – Structuring the Records Continuum – Part Two: Structuring Theory and Recordkeeping. *Archives and Manuscripts* [em linha]. Vol. 25-1, 10-35. [Cons. 02-11-2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.infotech.monash.edu/research/groups/rcrg/publications/recordscontinuum-fupp2.html>.

UPWARD, Frank (2001) – Modelling the Continuum as paradigm shift in recordkeeping and archiving processes, and beyond – a personal reflection. *Records Management Journal* [em linha]. N.º 10-3, 115-139. [Cons. 03-11-2016]. Disponível em WWW:<URL:http://www.infotech.monash.edu/research/groups/rcrg/publications/frank-u-mrj-2001.pdf>.

UPWARD, Frank; MCKEMMISH, Sue (2001) – In Search of the Lost Tiger, by Way of Saint-Beuve: Re-constructing the Possibilities in ‘Evidence of Me’. *Archives and Manuscripts*. Canberra. Vol. 29-1, 22-43.

VAN VUUREN, Melissa S. (2010) – *Literary Research and the Victorian and Edwardian Ages, 1830-1910: Strategies and Sources*. Lanham [Maryland]: The Scarecrow Press.

VASCONCELOS, Maria Assunção Jácome de (1987) – Arquivo Distrital de Braga. *Forum*. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho. N.º 1, 5-13.

VAZ, Francisco António Lourenço, coord. (2009) – *D. Manuel do Cenáculo: Instruções Pastorais, Projetos de Bibliotecas e Diário*. Porto: Porto Editora.

VAZ, Francisco António Lourenço (2013) – A importância Histórica dos manuscritos da Pública de Évora – O exemplo da Correspondência de Frei Manuel do Cenáculo. In GONÇALVES, Maria Filomena e BANZA, Ana Paula, dir. – *Património Textual e Humanidades Digitais: da antiga à nova Filologia*. Évora: CIDEHUS, 25-55.

VENTURA, Maria Isabel de Almeida (2011) – ***O Arquivo Paço de Calheiros: uma abordagem sistémica***. Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKI, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de (1986) – A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. ***Arquivo e Administração***. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros. N.º 10-2, 62-76.

VIDAL, Alexandra Maria da Silva (2011) – ***O Arquivo Pessoal do Escritor Alberto Mário de Sousa Costa (1879-1961): Catálogo da correspondência***. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação.

VIDAL, Laurent (2007) – Acervos Pessoais e Memória Coletiva – Alguns Elementos de Reflexão. ***Patrimônio e Memória***. S. Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Vol. 3, n.º 1, 3-13.

VOGAS, Ellen Cristine Monteiro (2011) – ***Estratégias e possibilidades dos arquivos pessoais frente aos novos usos dos documentos arquivísticos: o arquivo Darcy Ribeiro***. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF). Dissertação de Mestrado em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

VOUTSSAS MÁRQUEZ, Juan (2013) – ***Cómo preservar mi patrimonio digital personal***. México: Universidad Nacional Autónoma – Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información.

WAESPI, Oliver (2013) – Aspekte des Urheberrechts im Literaturarchiv. ***Arbido***. Aarau: Association des Archivistes Suisses / Bibliothèque Information Suisse. N.º 1, 17-19.

WALL, Karin, org. (2012) – ***Famílias em Portugal: percursos, interações, redes sociais***, 2.<sup>a</sup> ed.. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. [1<sup>a</sup> ed. 2005]

WELLS, Elizabeth (2012) – Related Material: The Arrangement and Description of Family Papers. ***Journal of the Society of Archivists***. Taunton [England]: ARA – Archives and Records Association. Vol. 33-2, 167-184.

WHITTAKER, Steve; BELLOTTI, Victoria; GWIZDKA, Jacek (2006) – Email in personal information management. ***Communications of the ACM***. New York: Association for Computing Machinery, Inc.. Vol. 49-1, 68-73.

WILLIAMS, Caroline (2008) – Personal Papers: Perceptions and Practices. In CRAVEN, Louise, ed. – ***What are Archives? Cultural and Theoretical Perspectives: a Reader***. Hampshire: Ashgate, 53-67.

YANTE, Jean-Marie (2013) – Mémoires individuelles, mémoires collectives. Concilier l'inconciliable? In HIRAUX, Françoise; MIRGUET, Françoise, eds. – ***Les archives***

**personnelles. Enjeux, acquisition, valorisation.** Louvain-la-Neuve: Academia-L'Harmattan, 61-70.

YEO, Geoffrey (2009a) – Introduction to the series. In BASTIAN J.; ALEXANDER B. eds. – **Community archives: the shaping of memory**: London: Facet Publishing, IX-X.

YEO, Geoffrey (2009b) – Custodial History, Provenance, and the Description of Personal Records. **Libraries & the Cultural Record**. Austin [Texas]: The University of Texas Press. Vol. 44-1, 50-64.

YEO, Geoffrey (2010) – Debates about Description. In EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather, ed. – **Currents of Archival Thinking**. Santa Barbara [California]: Libraries Unlimited, 92-93.

YEO, Geoffrey (2012) – The Conceptual Fonds and the Physical Collection. **Archivaria**. Ottawa. N.º 73, 43-80.

YOXALL, Helen (1984) – Privacy and personal papers. **Archives and Manuscripts**. Canberra. Vol. 12-1, 38-44.

ZELLER, Jean-Daniel (2013) – Vers l'archivage total de soi? In HIRAUX, Françoise; MIRGUET, Françoise, eds. – **Les archives personnelles. Enjeux, acquisition, valorisation**. Louvain-la-Neuve: Academia-L'Harmattan, 31-48.

## APÊNDICE

### FICHA DE RECOLHA DE DADOS REMETIDA ÀS ENTIDADES DETENTORAS

#### Fundos e coleções pessoais - ficha de recolha de dados

Projeto: "O universo dos Arquivos Pessoais: características, usos e valorização". Universidade de Évora, Programa de Doutoramento em Ciências da Informação e Documentação.

Zélia Pereira

#### Instruções de preenchimento:

- Utilizar um formulário por cada fundo ou coleção;
- Os campos são de preenchimento livre, sem limite de caracteres;
- Para os efeitos do presente questionário consideram-se:
  - Fundo pessoal* - conjunto de documentos de arquivo, independentemente da sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa singular, no decurso das suas atividades e funções.
  - Coleção pessoal* - Conjunto de documentos artificialmente reunidos por uma pessoa em função de qualquer característica comum, como, por exemplo, um tema específico ou uma tipologia documental (ex. coleção fotográfica).

#### Quadro 1 - Identificação da Instituição e do Fundo/Coleção

<b>ENTIDADE DETENTORA</b> <i>(Nome da instituição que tutela o fundo/coleção)</i>	
<b>Designação/título do fundo ou coleção</b>	
<b>Nota biográfica</b> <i>(do produtor da documentação)</i>	
<b>Dimensão e suportes</b> <i>(dimensão física – caixas, pastas, metros lineares, etc. / Tipos de suporte – papel, provas fotográficas, negativos, fitas áudio, ficheiros nado-digitais, etc.)</i>	

#### Quadro 2 - Aquisição e história custodial e arquivística

<b>Tipo(s) de aquisição da documentação</b> <i>(doação, compra, legado, depósito, outra)</i>	
<b>Data(s) da aquisição</b>	
<b>Entidade(s) a quem foi adquirido o fundo / coleção</b>	

<p><b>História custodial e arquivística / percurso da documentação</b>  <i>(transferências de propriedade ou responsabilidade; circunstâncias que tenham contribuído para a sua estrutura e organização actuais)</i></p>	
--	--

**Quadro 3 - Conteúdo e organização da documentação**

<p><b>Âmbito cronológico</b>  <i>(datas extremas de início e fim da documentação. Se aproximadas indicar esse facto. Exemplos: 1914-1945; c. década 1950 – década 1990).</i></p>	
<p><b>Conteúdo do fundo ou coleção</b>  <i>(sumário de conteúdos, tais como assuntos, tipos de documentos, atividades do produtor refletidas pela documentação, contextos de produção, etc.)</i></p>	
<p><b>Sistema de organização da documentação e/ou quadro de classificação</b>  <i>(indicar forma de ordenação ou estruturação dos documentos e/ou quadro criado para organizar a informação como, por exemplo, orgânico-funcional, temático, cronológico, tipos documentais, etc.)</i></p>	

**Quadro 4 – Acesso, descrição e difusão**

<p><b>Instrumentos de descrição e acesso à informação</b>  <i>(existência de catálogos, inventários, bases de dados, portais na Internet).</i></p>	
<p><b>Estado de tratamento da descrição e organização da documentação</b>  <i>(indicar se o fundo: 1) está integralmente organizado e descrito; 2) está em tratamento; 3) não se encontra ainda organizado; 4) outras situações).</i></p>	
<p><b>Condições de acesso pelo público</b>  <i>(normas ou restrições para</i></p>	

<i>consulta e reprodução)</i>	
<b>Difusão ao público</b> <i>(exposições realizadas, publicação de livros, outras formas de divulgação do fundo ou coleção)</i>	

**Quadro 5 – Observações**

<b>Observações</b>	
--------------------	--